

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE A PENA E O BISTURI:
OSWALDO CABRAL E A COLONIZAÇÃO DA MEMÓRIA EM SANTA CATARINA
(1929-1972)**

BELO HORIZONTE

2018

Marcelo Sabino Martins

ENTRE A PENA E O BISTURI:
OSWALDO CABRAL E A COLONIZAÇÃO DA MEMÓRIA EM SANTA CATARINA
(1929-1972)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração “Ciência e Cultura na História”, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Anny Jackeline Torres Silveira

Belo Horizonte

2018

Sabino Martins, Marcelo

Entre a pena e o bisturi: Oswaldo Cabral e a colonização da memória em Santa Catarina (1929-1972) - 2018.

f. 404

Orientadora: Anny Jackeline Torres Silveira

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História – Teses – 2 Ciência – História – 3 Oswaldo Cabral, colonização da memória, tempo presente. – Teses. I. Silveira, A. J. T. – II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas IV. Título.

Marcelo Sabino Martins

ENTRE A PENA E O BISTURI:
OSWALDO CABRAL E A COLONIZAÇÃO DA MEMÓRIA EM SANTA CATARINA
(1929-1972)

Aprovado no dia 22 de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Anny Jackeline Torres Silveira (Departamento de História – UFOP)

Prof.^a Dr.^a Betânia Gonçalves Figueiredo (Departamento de História – UFMG)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza (Departamento de História – UFSC)

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha (Departamento de História – UDESC)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Marques (Departamento de Enfermagem – UFMG)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Vimieiro Gomes - Suplente (Depto. de História – UFMG)

*“O ‘apagar’ não tem a ver só com a possibilidade de
rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de
verdades parciais em teorias mais articuladas e mais
amplas. Apagar também tem a ver com esconder,
ocultar, despistar, confundir os vestígios (...).”*

Paolo Rossi

*“O vento apaga as pegadas das gaivotas.
As chuvas apagam as pegadas dos passos humanos.
O sol apaga as pegadas do tempo.
Os contadores de história procuram as pegadas da
memória perdida, do amor e da dor, que não são vistas,
mas que não se apagam”*

Eduardo Galeano

*Em memória de minha avó materna, Maria Custódia de
Jesus, a Bilha do Deca, uma curadora das boas!*

Resumo

O principal objetivo desta pesquisa é comprovar a importância do médico catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) na disseminação de uma nova etiologia da doença relacionada aos agentes patológicos microscópicos em Santa Catarina. Além de apresentar parte de sua produção bibliográfica sobre medicina, cultura e história, ressaltando a importância dos intelectuais de província e dos médicos de periferia na capilarização e divulgação de preceitos científicos de saúde pública e higiene no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970, principalmente, no Brasil. Tendo por principais fontes dez obras de Oswaldo Cabral, produzidas e publicadas entre 1929 e 1972, buscou-se evidenciar indícios de um afastamento entre o saber científico e o saber tradicional sobre a doença e a cura. Nestas obras foi possível perceber um discurso que desqualificou saberes e práticas populares de cura relacionados, principalmente, às religiosidades afro-brasileiras. Cabral foi essencial, também, na defesa, manutenção e consolidação de importantes instituições regionais e oficiais de produção e divulgação de conhecimentos científicos locais, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da Faculdade Catarinense de Filosofia, posteriormente integrada à Universidade Federal de Santa Catarina e da Comissão Catarinense de Folclore. Por meio destas instâncias e uma *performance* intelectual Oswaldo Cabral empenhou-se na construção de uma memória histórica com pretensões a se tornar oficial e hegemônica em Santa Catarina. Também dedicou a maior parte de sua escrita e do exercício da medicina, em uma missão higiênica e sanitária, elementares, segundo acreditava, para o progresso e desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil. O médico Oswaldo Cabral foi, ainda, um dos maiores responsáveis pela construção e confirmação de uma identidade luso-açoriana para parte de seu estado natal. A operação histórica médico-cientificista empreendida por Cabral em parte da cultura dita catarinense produziu muitos silêncios ou estereótipos reforçando a tese de uma colonização da memória e da história catarinenses. Sobretudo quanto à presença negra e seus saberes tradicionais sobre saúde em uma das regiões do país eminentemente reconhecida como um lugar de cultura e valores brancos, europeus e católicos por excelência. Assim que, contrapondo a operação histórica empreendida por Cabral nas obras selecionadas com dados e bibliografia sobre a presença negra em Santa Catarina, a pesquisa procurou evidenciar traços de parte da cultura africana nos usos e costumes sobre cura nesta região ao sul do Brasil.

Palavras-chave: Oswaldo Cabral, colonização da memória, tempo presente.

Abstract

The main objective of this research is to prove the importance of the Santa Catarina physician Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) in the dissemination of a new etiology of the disease related to the microscopic pathological agents in Santa Catarina. In addition to presenting part of his bibliographic production on medicine, culture and history, highlighting the importance of provincial intellectuals and peripheral physicians in the capillarization and dissemination of scientific precepts of public health and hygiene in the period between the 1930s and 1970s, mainly in Brazil. Having ten main works by Oswaldo Cabral, produced and published between 1929 and 1972, was the main source of evidence, there was evidence of a departure from scientific knowledge and traditional knowledge about disease and cure. In these works it was possible to perceive a discourse that disqualified popular knowledge and practices of healing related, mainly, to Afro-Brazilian religiosities. Cabral was also instrumental in defending, maintaining and consolidating important regional and official institutions for the production and dissemination of local scientific knowledge, such as the Historical and Geographical Institute of Santa Catarina, Faculdade Catarinense de Filosofia, later integrated with the Federal University of Santa Catarina and the Catarinense Commission of Folklore. Through these instances and an intellectual performance Oswaldo Cabral worked on the construction of a historical memory with pretensions to become official and hegemonic in Santa Catarina. He also devoted most of his writing and the exercise of medicine, in a hygienic and sanitary mission, elementary, he believed, to the progress and development of Santa Catarina and Brazil. The physician Oswaldo Cabral was also one of the main responsible for the construction and confirmation of a Portuguese-Azorean identity for part of his native state. The historical medical-scientificist operation undertaken by Cabral in part of the culture called Santa Catarina produced many silences or stereotypes reinforcing the thesis of a colonization of Santa Catarina's history and memory. Especially as regards the black presence and its traditional knowledge about health in one of the regions of the country eminently recognized as a place of culture and values white, European and Catholic par excellence. Thus, in contrast to Cabral's historical operation in the works selected with data and bibliography on the black presence in Santa Catarina, the research sought to show traces of part of the African culture in the uses and customs on healing in this region to the south of Brazil.

Keywords: Oswaldo Cabral, colonization of memory, present time.

Resumen

El principal objetivo de esta investigación es comprobar la importancia del médico catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) en la diseminación de una nueva etiología de la enfermedad relacionada a los agentes patológicos microscópicos en Santa Catarina. Además de presentar parte de su producción bibliográfica sobre medicina, cultura e historia, resaltando la importancia de los intelectuales de provincia y de los médicos de periferia en la capilarización y divulgación de preceptos científicos de salud pública e higiene en el período comprendido entre las décadas de 1930 y 1970, principalmente en Brasil. Con las principales fuentes diez obras de Oswaldo Cabral, producidas y publicadas entre 1929 y 1972, se buscó evidenciar indicios de un alejamiento entre el saber científico y el saber tradicional sobre la enfermedad y la curación. En estas obras fue posible percibir un discurso que descalificó saberes y prácticas populares de curación relacionados, principalmente, a las religiosidades afro-brasileñas.

En el marco de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, la Comisión de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Tecnología, Santa Catarina y la Comisión Catarinense de Folclore. Por medio de estas instancias y una performance intelectual Oswaldo Cabral se empeñó en la construcción de una memoria histórica con pretensiones a hacerse oficial y hegemónica en Santa Catarina. También dedicó la mayor parte de su escritura y del ejercicio de la medicina, en una misión higiénica y sanitaria, elementales, según creía, para el progreso y desarrollo de Santa Catarina y Brasil. El médico Oswaldo Cabral fue, además, uno de los mayores responsables de la construcción y confirmación de una identidad luso-azoriana para parte de su estado natal. La operación histórica médico-cientificista emprendida por Cabral en parte de la cultura dicha catarinense produjo muchos silencios o estereotipos reforzando la tesis de una colonización de la memoria y de la historia catarinenses. Sobre todo en cuanto a la presencia negra y sus saberes tradicionales sobre salud en una de las regiones del país eminentemente reconocida como un lugar de cultura y valores blancos, europeos y católicos por excelencia. Así, contrarrestando la operación histórica emprendida por Cabral en las obras seleccionadas con datos y bibliografía sobre la presencia negra en Santa Catarina, la investigación buscó evidenciar rasgos de parte de la cultura africana en los usos y costumbres sobre cura en esta región al sur de Brasil.

Palabras clave: Oswaldo Cabral, colonización de la memoria, tiempo presente.

Agradecimentos

Agradecer é um gesto nobre, mas no meu caso é menos um ato nobiliário e mais uma necessidade de reconhecimento do imprescindível apoio recebido nos mais diferentes momentos do doutorado. Do projeto de pesquisa, das etapas de seleção para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, ainda durante o período das disciplinas em Belo Horizonte, na fase de pesquisa até chegar à solitária escrita da tese.

Uma trajetória que, geograficamente, começou em Porto Velho/Rondônia, depois em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais e, finalmente, o retorno a Florianópolis, em Santa Catarina, esta última minha terra natal, de onde saí há oito anos, e que consiste no espaço geográfico em que se situa a pesquisa.

Durante este longo trajeto alguns tropeços, muitas dificuldades, pausas e recomeços foram constantes, e, muitas vezes, não fosse o apoio que recebi, não teria conseguido seguir. Sou, portanto, muito grato a todos e todas que, de uma forma ou de outra, foram fundamentais em toda essa longa caminhada. Assim, com estas palavras, procurarei, embora modestamente, agradecer aos que contribuíram com a realização deste importante trabalho em minha vida acadêmica e pessoal.

Início agradecendo aos professores e alunos do curso de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, onde pude compartilhar e desfrutar a alegria de conviver durante três anos como professor. Aprendi muito com cada um de vocês e cresci como pessoa, como profissional, como professor. Serei eternamente grato por todos os grandes momentos que passei em Porto Velho, às margens do Rio Madeira, entre greves, lutas por uma universidade pública e de qualidade, aulas e saudade da família.

Em Porto Velho pude contar, na prática e na teoria, com diferentes saberes, costumes, que, muitas vezes, só se revelam no dia-a-dia, no cotidiano, na convivência. Guardo tudo e todos em minha memória, além, claro, de ter, alguns desses momentos, registrados na rede mundial de computadores, esta grande teia de lembranças da era contemporânea, como a Greve da Unir de 2011-2012 que conta com muitos registros na rede mundial.

Em Porto Velho pude contar com pessoas amigas e formidáveis, entre elas destaco Francismery, a fran, que, juntamente com Cynthia Barra, foram as melhores amigas que um forasteiro pode ter. Acolheram-me desde o momento que, quase não cheguei a Porto Velho para

tomar posse como professor, é que, no caminho tinha uma pedra, ou melhor, um acidente. Resolvi fazer de carro o trajeto entre Brasília, onde eu estava morando, até Porto Velho, onde fui aprovado no concurso para professor e, faltando cem quilômetros para o destino, numa manobra infeliz capotei o carro e quase não concluí a viagem. Fran e Cynthia se mostraram amigas incansáveis, deram-me todo o apoio, foram zelosas e preocupadas comigo. Obrigado Fran e Cynthia por tudo que fizeram por mim. Francismery foi fundamental, ainda, na leitura do projeto para a seleção do mestrado. Obrigado pelas correções e pela dica de não começar um parágrafo novo a toda hora! E, obrigado, ao recente apoio na escolha do título da tese!

Durante a fase da seleção para o doutorado, também pude contar com Paloma Porto, a quem sou grato pelas dicas de leitura, pelo apoio e o material para estudar para a prova teórica da seleção. Agradeço à Marília Carneiro por me receber durante as fases da seleção em Belo Horizonte. Marília foi também fundamental noutro difícil momento de minha vida, quando adoeci e fiquei por mais de vinte dias hospitalizado em Belo Horizonte, durante o período em que eu estava frequentando as disciplinas do doutorado. Marília foi todo carinho e atenção desde o início, mostrando-se uma pessoa iluminada, uma amiga verdadeira a qual tenho eterna gratidão.

Outra pessoa que tive a graça de conhecer e ter apoio incondicional foi Juliana Ventura, a Ju. Ficou comigo no hospital, dormindo mau, velando meu sono por algumas noites. Não existem palavras suficientemente apropriadas para demonstrar meu agradecimento à Juliana. Ju foi essencial para a minha recuperação em todos os sentidos. Juliana Ventura é um exemplo de pessoa, toda bondade, toda ternura. Com a Ju é fácil acreditar na capacidade humana de ser solidário, na amizade e no amor. Ela é de uma sutileza, de uma inteligência que, com um olhar é capaz de sentir e entender nossas angústias e medos, e nos confortar, nos amparar. Ju, meu mais sincero obrigado.

Agradeço ao meu irmão Marco Antônio, pelo apoio fundamental em minha recuperação. Mesmo morando distante, em Natal, Marco veio rapidamente me dar suporte e ficar comigo em Belo Horizonte, abrindo mão de seu tempo, de sua vida, para que eu me recuperasse. Usando de suas próprias palavras, registradas como dedicatória em livro de Chartier com o qual me presenteou em abril de 2008: “quando retornamos para junto daqueles que amamos, percebemos que nunca deles nos afastamos”. Espero que voltes logo, sempre é tempo de retornar para aqueles que amamos e que nos ama incondicionalmente.

Obrigado a Margarida, irmã linda e afetuosa que veio cuidar de mim em Belo Horizonte. Companheira inseparável de uma vida, Marga ficou perdida em BH e durante os mais de 10 (dez) dias que ficou na capital mineira conheceu apenas o aeroporto e o quarto do hospital em que eu estava. Foi a Marga que me trouxe pelo braço para Florianópolis, onde contei com o amparo de minha família: Suellen, irmã caçula, carinhosa, Henrique o afilhado e sobrinho de nove anos, cada um foi fundamental para o restabelecimento de minha saúde. De volta ao lar, depois de um longo e tortuoso percurso, pude contar com a mulher mais forte e corajosa que conheço: minha mãe. Maria Margarida Barcelos é dessas mulheres que, como sempre digo, honra o título de mãe. Dedicou-se inteiramente aos filhos, distribuiu, à sua maneira, afeto, amor e cuidado. Impressiona pela forma aguerrida com que protege e cuida de seus filhos. Obrigado mãe, deste-me vida outra vez!

Obrigado ao George Coriolano, companheiro que tive o prazer de conhecer em Porto Velho e que soube se fazer próximo, mesmo quando estávamos distantes um do outro. Que acompanhou todo o trajeto Porto Velho – Belo Horizonte – Florianópolis. Geo foi um companheiro incansável, maduro, ainda que jovem, pessoa a quem muito estimo. Embora hoje ausente em minha vida, faz-se presente em minha memória, em minha (nossa) história.

Agradeço, também aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial aos professores Mauro Condé, Kátia Baggio, Heloísa Starling, Ana Carolina Vimieiro e Anny Jackeline pelo aprendizado durante as disciplinas do Doutorado.

Agradeço, ainda, as professoras Betânia Gonçalves Figueiredo, Anny Jackeline Torres Silveira e Rita de Cássia Marques, pela leitura e pelas orientações quando da banca de qualificação da tese. À professora Betânia, orientadora de fato, uma vez que se licenciou durante o período da tese, meu especial agradecimento pela leitura apurada e criteriosa dos três capítulos da tese, pelas sugestões e correções. É bom que se registre que os problemas existentes, teóricos ou gramaticais, são responsabilidade, única e exclusiva, minha, jamais dela. À professora Anny por ter aceito ser minha orientadora e com todo o apoio dado desde o momento da transição, em razão da aposentadoria da professora Betânia.

Agradeço as professoras Maria de Fátima Fontes Piazza e Letícia Borges Nedel, da UFSC, pelas recomendações de leitura, pelas discussões, e os colegas da disciplina “Territorialidades e saber: a agenda de pesquisa, os engajamentos e as estratégias de

consagração dos “intelectuais de província””, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, a qual participei como aluno especial no primeiro semestre de 2017. Professora Fátima Piazza, agradeço ainda, ter aceitado o convite para participar da banca de defesa.

Registro agradecimentos à professora Sara Regina, sobrinha de Oswaldo Cabral, pela entrevista cedida em sua casa, em Florianópolis.

Agradeço a professora Janice Gonçalves, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, pelas trocas de e-mail tirando-me dúvidas e pelo envio de material digitalizado de Oswaldo Cabral.

Meu muito e sempre obrigado à minha eterna orientadora das coisas de história e da vida, a Professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha, presença fundamental neste momento, que me auxiliou com material e que desde o período da graduação e do mestrado acredita em meu trabalho. A ideia para a tese começou em um agradável jantar que tive com a professora Maria Teresa em Natal, na ANPUH do ano de 2013. Obrigado minha eterna orientadora!

Meu muito obrigado ao Diego Machado, amigo do período do mestrado que, de Lisboa, mandou-me material que muito ajudou para a escrita da tese. Amigos doutorandos desafiam até mesmo às leis da física, conseguindo estar em dois, ou mais, lugares ao mesmo tempo.

Agradeço aos colegas do Departamento de Pedagogia à Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina, do qual fiz parte por algum tempo, e que, com sorrisos e alegria, compartilharam dúvidas, angústias e euforia durante o trajeto da pesquisa e escrita da tese. Em especial Sabrina Amorim, amiga da disciplina de Conteúdos e Metodologia do Ensino de História, Karla Rascke monitora da disciplina, à professora Juzélia de Moraes com quem dividi a disciplina de EJA, a Nina, professora e amiga, à Ana Beatriz e todas as outras professoras e professores do curso de Pedagogia a distância da UDESC, os quais compartilhei experiências e momentos de docência.

Agradeço as tantas outras pessoas que apoiaram com a busca de material, como mais recentemente o Adelson, colega da graduação em História hoje à frente do arquivo do poder judiciário catarinense, a Patrícia, a Silvana, o Felipe do museu do Tribunal de Justiça de

Santa Catarina, que, prontamente atenderam-me fornecendo processos-crimes instaurados para apurar as práticas de curandeirismo em Santa Catarina, na década de 1930.

Meu obrigado especial à família do Instituto Geral de Perícias, da qual faço parte atualmente, na pessoa do seu Diretor-Geral, Giovani Eduardo Adriano, do Diretor do Instituto de Identificação, João Márcio Lopes, à Shirlaine, à Bruna Zanetti, ao Fábio Kist, a Glaciela Eger, a Cátia Flebbe e os demais companheiros e companheiras do Instituto de Identificação, sou grato a toda grande família IGP, pelo apoio durante a fase final da tese.

Agradeço aos amigos, principalmente uma pessoa a quem muito estimo e admiro, Alessandra Ruiz Galdo, por compreender as ausências, os silêncios, os telefonemas não atendidos, os e-mails sem resposta e o isolamento que uma tese proporciona. Alê, obrigado por continuares minha amiga, mesmo após uma tese. Obrigado ao companheiro e amigo de longa data Jeferson Januário pelo carinho manifestado pelas mensagens, pela visita recente que me fez para um café e um pouco de alívio diante da pressão do prazo e da aflição da tela em branco, ou com letras demais.

Termino estes agradecimentos lembrando dos ensinamentos da Professora Maria Teresa Santos Cunha de que nenhum trabalho é o de nossas vidas, o trabalho de nossa vida deve estar sempre por fazer!

Vamos fazer, então, de cada trabalho uma vida ou de cada vida um trabalho de história!

Sumário

Introdução	17
Primeiro Capítulo	35
1 Oswaldo Rodrigues Cabral: um médico de letras, um historiador de memórias.....	35
1.1 Oswaldo Cabral: um médico a serviço da história ou um historiador a serviço da medicina	39
1.2 Identificando Cabral: um polímata da renascença em terras brasileiras	83
1.3 Cabral, a escrita, a medicina e uma missão: “desbravar”, “sanear” e “(re)construir”.....	107
Segundo Capítulo	121
2 A pena: Cabral e a escrita da memória catarinense	121
2.1 A escrita de Cabral: uma apologia a ciência ou ofício do historiador.....	128
2.2 <i>Pa-ciência</i> e fé: medicina e religião nas obras de Cabral.....	155
2.3 Lições de ciência: Cabral e a medicina na escrita da história de Santa Catarina	190
2.4 Os <i>açoritas</i> : o mito de origem e a epopeia dos açorianos em terras “catarinas”	200
Terceiro Capítulo	220
3 O bisturi: Cabral e a colonização da memória “catarinense”	220
3.1 Vozes veladas: colonização da memória africana em Santa Catarina	224
3.2 Um tempo passado “em branco”: Cabral e a memória do período colonial e imperial	251
3.3 Cabral e sua operação na “cultura” de Santa Catarina	265
3.4 Cabral: <i>um flâneur</i> da história ou um <i>dândi</i> da medicina	291
3.5 A “beleza do morto” ou a persistência do vivo: Cabral e as benzeduras	314
3.6 O feitiço da cura: de seguidos a perseguidos	350
Considerações Finais	369
Bibliografia	382
Referências bibliográficas	382
Fontes bibliográficas – Oswaldo Rodrigues Cabral	401
Jornais Impressos	402
Revistas, Almanques, Folhetos, Outros.....	403
Arquivos e Acervos	403

Entrevistas - Depoimentos	404
Sítios eletrônicos	404

Introdução

Poder-se-ia dizer que construir e assegurar o conhecimento científico são *performances*, que aqueles que produzem conhecimento científico podem se valer e de fato se valem de toda uma gama de recursos culturais para produzir essas *performances*...

(Steven Shapin)¹

Do “mito” das três raças que atribuía à formação da nação brasileira ao europeu, ao indígena e ao africano, o considerado como o representante da sociedade mais primitiva e atrasada pelos estudos de eugenia e teorias racistas gestados na Europa, que chegaram no Brasil a partir da década de 1870 (SCHWARCZ, 1993), foi o africano.

Estas mesmas teorias apregoavam, por outro lado, que o topo do estágio de “evolução”, o que construiu a mais “civilizada” das sociedades, de mais elevada “cultura” e “ciência”², foi o europeu.

Esta foi, ao menos, a ideia que a Europa e seus intelectuais durante séculos, construíram sobre eles mesmos e que disseminaram por todo o mundo conhecido, seja o ocidental ou o oriental. Foi a partir dessa ideia tornada hegemônica que construíram os saberes e os conhecimentos, nas suas mais variadas acepções (histórica, biológica, filosófica, religiosa, médica) sobre todos os demais povos. De forma a ilustrar o anunciado lembrar que o principal componente da cultura europeia que a tornou hegemônica é, justamente, “a idéia da identidade europeia como sendo

¹(SHAPIN, 2013, p. 5).

²Sobre discussões sobre “raça”, “cor”, “ciência” e sociedade ver (COMAS et al, 1970; MAIO, 1996; SCHWARCZ, 1993, 2012; FERLA, 2009), sobre o uso de teorias racistas na produção do conhecimento ver (BURKE, 2012, p. 199-202): “O estatuto científico dos estudos eugenistas e raciais provavelmente atingiu o ápice na Alemanha nazista, depois despencando verticalmente. Antes disso, já havia críticas sérias. Os estudos de Franz Boas sobre os crânios de imigrantes e seus filhos nos Estados Unidos levaram o antropólogo a ressaltar a influência do meio e a defender a substituição do conceito de ‘raça’ pelo de ‘cultura’[talvez tão problemático quanto]. [...] a pá de cal [sobre a eugenia] foi a descoberta das experiências realizadas em Auschwitz pelo médico Josef Mengele, da SS, que havia trabalhado como assistente no Instituto de Eugenia Kaiser Wilhelm em Berlim. O título antes em voga virou tabu, substituído por eufemismos como ‘genética humana’ ou ‘biologia social’. Em 1954, por exemplo, os *Annals of Eugenics* passaram a se chamar *Annals of Human Genetics*, enquanto o *Eugenics Quarterly* se transformou em *Social Biology* em 1969. As cátedras e os institutos também mudaram de nome.

superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus” (SAID, 1990, pp. 9-39). Uma hegemonia que foi disseminada por boa parte do mundo ocidental, via uma classe intelectualizada, colonizando a forma do não-europeu pensar sobre sua própria identidade, sua história, sua cultura, sua memória, seus conhecimentos e ciências.

Pode-se apontar, com algumas ressalvas, que essa ideia ou cultura europeia hegemônica de produção de saberes sobre si e os outros, passou por abalos, sobretudo, após o mundo ter conhecimento das agruras e violências sofridas nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, em nome, entre outros fatores, de teorias como a Eugenia.

A queda da eugenia arrastou consigo os estudos raciais, exceto sob a forma de “relações raciais”, em que a pesquisa se concentra mais na percepção de diferenças do que nas diferenças reais. Uma parte da pesquisa se salvou. Como acontece com tanta frequência entre vencedores e vencidos, os vencedores se apropriaram de mais coisas do que admitem. Argumenta-se que a raça continua “inserida em muitos campos científicos diferentes”, mesmo que o termo “raça” tenha sido substituído por palavras como “cultura” ou “etnicidade” (BURKE, 2012, pp. 200-201).

Em solo brasileiro, durante a primeira metade deste mesmo “breve século XX” (HOBSBAWM, 2012), houve um movimento de intelectuais, que avocaram a condigna missão de “pensar” a nação. Num primeiro momento, 1920, ainda preocupados mesmo com uma fixação da ideia de cultura e do que vinha a ser “intelectual” (ANDRADE, 1974). Depois, a partir da década de 30, do século XX, atuando no âmbito estatal, ou de um Estado, como o representante máximo da ideia de nação (VELLOSO, 1987). Obviamente, ideias de cultura, intelectual e nação, ainda, devedoras, em grande medida, do que fora pensado no Velho Mundo e adaptadas para o Brasil.

O que se pretendeu com tão longa jornada, de 1870 até 1930, foi chamar a atenção para o quanto teorias utilizadas na construção e sustentação de um determinado conhecimento científico, seja para a ideia de raça, de cultura, de nação, podem ser entendidas enquanto *performances* (SHAPIN, 2013). As quais ora estão em voga, ora caem por terra, o que não quer dizer necessariamente que tenham desaparecido. Além do que não dependem somente do suporte escrito, mas sim de ações, leituras, discursos, falas, conversas, defesas e uma série de imbricações que partes do indivíduo que a produziu ou reproduziu, das instâncias que as imprimem e divulgam e a comunidade que as utiliza ou não, concordando ou discordando destas ideias e teorias, provocando mesmo, o que chamaremos aqui de colonização de memórias.

Ao ler a obra escrita por Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), um médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929, pensada e concebida a partir do modelo europeu é recorrente um sentimento de desconforto e, mesmo, uma indignação. Aos olhos de um leitor do infante século XXI, que passou ou teve conhecimento do holocausto, minimamente, causa estranheza, e repulsa a forma preconceituosa e patriarcal com a qual ele escrevia sobre temas relacionados à nação, à cultura, à raça, aos usos e costumes populares. Como as práticas de cura não “científicas”, distantes das ideias europeias sobre medicina, por exemplo, as quais ele classificou de “charlatanismo”, “curandeirismo” ou “feitiçaria”.

Nesta direção e sentido é fundamental o entendimento de que a escrita histórica de Cabral foi devedora de um conjunto de valores culturais cujas teorias explicativas estavam em ampla ascensão durante o tempo em que ele mais pesquisou e escreveu (entre as décadas de 1920 e 1970, principalmente), durante o qual, tal como a, hoje infeliz, ideia de raça e eugenia. Ideias que permaneceram incrustadas em sua escrita. São ideias, palavras e conceitos os quais ele utilizou, e até defendeu, durante um processo histórico imbricado por uma hegemonia da cultura e valores europeus e cristão católico.

Desde de já fica o convite, ao iniciar a leitura da tese que se apresenta, à (re)flexão do quanto a simples mudança ou abolição de um determinado termo – e as implícitas teorias que o sustentam – seja capaz, por si só, de elidir o problema, o desconforto, ou o “ruído” ao ler trechos afirmando a superioridade da “raça branca” sobre as demais. Ou seja, não se trata simplesmente de não usar ou trocar termos por outros, mas de entender, realmente, a raiz teórica e histórica, de uma ideia racista, preconceituosa que aflora vez ou outra. Antes da simples substituição de termos, de palavras, por outras, muitas vezes de igual sentido, ou até piores, é preciso conhecer a história desse ou daquele termo e as teorias a ele atreladas. Antes é preciso investir em uma história social do conhecimento humano (BURKE, 2012). Este, em grande medida é o exercício histórico que se propõe com esta pesquisa: tentar percorrer o caminho histórico e teórico que fez com que Cabral utilizasse os termos “charlatanismo”, “curandeirismo” e “feitiçaria” nas obras selecionadas de sua autoria, e qual ou quais os sentidos atribuídos por ele a essas palavras.

Ideias racistas, preconceituosas, eugênicas, estenderam-se, acredita-se, por mais de um século depois de por aqui aportarem, atingindo, mesmo, o ano de 1970, como se mostrará. Reverberando em áreas desde a medicina até a produção do conhecimento sobre cultura e história nas mais diferentes regiões do mundo. Ideias sobre a superioridade da raça branca sobre as demais, e sobre a infalibilidade da Igreja e da ciência, ainda se fazem sentir, ouvir, ler.

Como se poderá perceber pela leitura de trechos de textos escritos, desde 1929 até 1972, por um médico, nascido, curiosamente, na cidade de Laguna, limite austral do Tratado de Tordesilhas, que “dividiu o Brasil em ocidente e oriente.

Oswaldo Cabral, cujo sobrenome é caro à história da conquista e colonização no Novo Mundo, é dono de uma extensa produção de conhecimento sobre a “descoberta” e “povoamento” de uma porção de terra ao sul do Brasil, nomeada, pelos portugueses como Santa Catarina. Conhecimento que arvorava para si o de ciosa missão “civilizadora” e “performática” de ciência, cujo exemplo a ser seguido era o da mesma praticada na Europa com fortes inclinações, ainda, eugênicas e racistas.

Durante esta missão, os demais usos, costumes, saberes e conhecimentos populares³ nas mais diferentes áreas, como os relacionados à saúde por exemplo, especialmente de culturas cujos povos foram, por estas mesmas teorias, construídos como “primitivos”, que por aqui já estavam (os indígenas) ou que para cá foram compulsoriamente trazidos (os africanos), foram classificados de superstições, mito ou ignorância. Ignorância e primitivismo de que veio salvar o elemento branco europeu e seu saber racional cientificista, segundo acreditavam muitos intelectuais do mundo e do Brasil, entre eles, Oswaldo Cabral.

O médico e memorialista catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral não fugiu à esta regra “civilizadora” e “salvadora” da ciência, comum ao seu tempo. Portanto, não foi uma voz dissonante da forma como o conhecimento, mesmo o histórico e científico, foi produzido no Brasil, principalmente até a segunda metade do século XX.

³Pensamos esses conceitos tal como na chave proposta por E. P. Thompson (1998) e sua ideia de que muitos costumes plebeus, ou populares, foram alvo de intensos estudos e análises extremamente críticos, mesmo por parte daqueles que se julgavam seus defensores: os folcloristas. “O povo estava sujeito a pressões para ‘reformular’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era o que se supunha. Mas as pressões em favor da ‘reforma’ sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricial e a da plebe. No seu esclarecedor estudo *Cultura popular na Idade Moderna*, originalmente publicado em 1978, Peter Burke sugere que isso ocorreu em toda a Europa, e que uma das consequências foi o surgimento do folclore, à medida que observadores sensíveis (e os pouco sensíveis) nas camadas superiores da sociedade promoviam a investigação da ‘Pequena Tradição’ plebeia, registrando seus estranhos hábitos e ritos”. (THOMPSON, E. 1998, p. 13).

Foi perseguindo “fios e rastros” (GINZBURG, 2007) de uma possível colonização da memória⁴ coletiva, presentes num conjunto de obras de Cabral, as quais atribuíam um mito de origem de formação da população catarinense, como, eminentemente açoriana, branca e católica, com vias a se tornar hegemônica, que se vislumbrou a possibilidade de uma pesquisa histórica e de uma possível colonização da memória em Santa Catarina entre 1929 e 1972.

A pesquisa propõe uma análise de parte da produção literária oficial (publicada por órgãos oficiais estatais) de Cabral produzida, principalmente entre os anos de 1929 e 1972, com o fim de encontrar indícios desta colonização, não de terras como em 1500, mas de memórias e de histórias.

Os “fios” ou os “rastros” a que nos referimos consistem na forma como o tema das práticas de cura ditas populares, as “artes” e ofícios de curar e seus artífices (FIGUEIREDO, 2003; CHALHOUB *et al*, 2003; SAMPAIO, 2001; WEBBER 1999; WITTER, 2001), encontram-se tramados na escrita dessa bibliografia de Cabral.

Procurou-se bordejar, nos limites impostos por um trabalho acadêmico de história, por entre um “mar” de letras, em um “oceano” de sentidos, as palavras que Cabral, o colonizador de Santa Catarina, escolheu e usou para tecer as velas de suas naus do conhecimento histórico sobre esta região do Brasil. Ou seja, busca-se os principais adjetivos por ele escolhidos para classificar as práticas diferentes das recomendadas e avalizadas pelo saber médico científico europeu.

⁴Sobre memória ver (POLLAK, 1989): “Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, [...], as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, [...]. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, [um povo, uma região, um estado, uma nação] uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. [...] Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. [...] Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”. [...] Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias”. (pp.3-6).

Acreditamos ser possível, desta forma, explorar os “continentes” das ideias e conceitos⁵ “soterrados”, compactados dentro de algumas palavras-chaves (*keywords*). Tarefa que implica, necessariamente, fazer uso de uma história dos conceitos. Trabalhar com conceitos se tornou uma tarefa cada vez mais recorrente, ainda que complexa, para a história. Uma vez que são os conceitos igualmente históricos, surgem dentro da própria história e não cessam de alterá-la (BARROS, 2016).

São as palavras, por suposto, assemelhadas a “gatilhos” ou botões que acionam sentidos, significados e significações, estes por sua vez movem histórias, que constroem ou destroem palavras e conceitos que colonizam ou descolonizam⁶ memórias e histórias.

Para entender melhor, pode-se comparar palavras às roupas e suas relações com as “memórias e as dores” que estas são capazes de transmitir. As roupas possuem puídos, rasgos, manchas, cheiros a apontar e lembrar aquele ou aquela à qual pertenceu ou foi usada, mesmo que por algum tempo. Uma vez morto, ou distante o dono da roupa, mesmo assim o vestuário ainda continuará lá pendurado a nos lembrar de quem, por alguma razão, não se faz mais presente (STALLYBRASS, 2000)⁷.

As palavras, queremos crer, igualmente continuarão lá escritas em seus suportes, físicos, digitais, mentais, mesmo não estando mais seu escritor/digitador/falador fisicamente presente. Suas palavras escritas manterão vivas ideias, conceitos, guardarão a memória intelectual⁸ de quem as escreveu/digitou/pronunciou, bastando para tanto “lê-las”. As palavras, assim como as roupas, trazem “puídos”, “cheiros”, e lembranças... com elas a memória intelectual daquele que

⁵Sobre conceitos e seu uso na história, ou a história dos conceitos ou ainda o conceito de história ver (KOSELLECK, 2006; KOSELLECK et al, 2013; BARROS, 2016).

⁶Estudos voltados a uma crítica a forma eurocêntrica de produção de conhecimento (ANTONACCI, 2013; BHABHA, 2001; BALLESTRIN, 2013; DUSSEL, 2012; FANON, 2005; MIGNOLO, 2003, 2011).

⁷“A mágica da roupa está no fato de que ela nos recebe: recebe nosso cheiro, nosso suor; recebe até mesmo a nossa forma. E quando nossos pais morrem, as roupas ainda ficam lá, penduradas em seus armários, sustentando seus gestos ao mesmo tempo confortadores e aterradores, tocando os vivos com os mortos. [...] Ao pensar nas roupas como modas passageiras, nós expressamos apenas meia-verdade. Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam através de lojas de roupas usadas, de brechós e de bazares de caridade. Ou são passadas de pai para filho, de irmã para irmã, de irmão para irmão, de amante para amante, de amigo para amigo. [...] As roupas recebem a marca humana. [...] É o cheiro pelo qual uma criança se apega a seu cobertor, uma peça de roupa, um ursinho de pelúcia, seja lá o que for. Roupa que pode ser colocada na boca, mastigada, qualquer coisa, menos lavada. Roupa que carrega as marcas do dente, do encardimento, da presença corporal da criança. [...] Roupa que dura e conforta, roupa que, como qualquer criança sabe, é *particular*”. [...] Quando penso sobre roupas, repenso meu próprio trabalho sobre o início da Inglaterra moderna. Pensar sobre a roupa, sobre roupas, significa pensar sobre memória, mas também sobre poder e posse. (pp. 13-16).

⁸Ver a ideia de intelectual como um mediador cultural em (GOMES, A.; HANSEN, 2016), da atuação dos intelectuais e sua relação com a história política em (WINOCK, 2000,2003), ou ainda a importância e emergência de uma história dos intelectuais ou história intelectual em (SININELLI, 1998,2003).

escreveu poderá vir à tona, respirar. As palavras lidas trazem a forma de pensar, ideias, conceitos e teorias de um tempo e de um lugar, o que, indubitavelmente, alimenta o ofício do historiador. Logo, pesquisar as palavras, seus conceitos, aqueles que as registraram, os seus mentores intelectuais, pode ser preciso, já que a vida deles, pode não ser.

Neste sentido ideias e conceitos embutidos, condensados nas palavras de intelectuais “descobridores”, tal qual Cabral (não o Pedro Álvares, mas o Oswaldo Rodrigues), o de Santa Catarina, são consideradas essenciais para o entendimento da(s) história(s) produzida(s) por ele e de uma possível colonização de parte da memória construída a partir delas para Santa Catarina.

A exemplo da palavra “feitiçaria”, “feitiço”, “feiteiro/a” e seus usos e significações, suas representações ao longo dos tempos (MANDROU, 1979; DELUMEAU, 1989; GINZBURG, 2007). A forma como Oswaldo Cabral maneja, tal como um timão, pode conduzir o leitor viajante e desatento de seu texto, a avistar a “terra-firme” da certeza, ou ficar à deriva no “oceano” de dúvidas, desconforto, indignação.

Fato é que o uso de determinadas palavras e seus significados podem, portanto, denunciar uma colonização de parte da memória, da história, já que são produtos do intelecto. Tal como o trecho a seguir da lavra de Oswaldo Cabral:

Não consiste novidade afirmar-se que o exercício da arte de curar, no Brasil, só começou a apresentar vestígios de organização, embora de início bastante rudimentar, depois da chegada à Baía da Família Real Portuguesa. O século XVIII conhecera, no próprio Reino, a maior desorganização e a maior confusão, que, no Brasil, é claro, atingiram proporções incalculáveis. **O curandeirismo, a feitiçaria, as práticas estranhas abundaram, consequentes à ignorância e às superstições mais absurdas, atingindo altas e baixas esferas sociais**, quicá os próprios licenciados que, em número reduzidíssimo, não haviam certamente de fugir àquela mordaz classificação dos que “curavam por ignorância e matavam por experiência”. (CABRAL, 1942, p. 11) [sem grifos no original].

De fato, não se pode negar que a organização da medicina dita científica praticada, tal como a de Portugal, só começou no Brasil com a vinda da família real portuguesa em 1808, isso é óbvio, é retórico. Não é esta a questão a ser perseguida, mesmo porque, para este caso parece não haver nenhum problema. Até mesmo porque, foi com a vinda da Coroa para a Colônia, que foram autorizadas e criadas as primeiras faculdades de medicina, uma em Salvador e outra no Rio de Janeiro. Uma vez mesmo que o Brasil, foi, por determinação desta mesma família real, isolado de uma aproximação de instâncias de produção de saberes científicos de Portugal e da Europa.

[...] é somente na segunda metade do século XVIII que surgem no Brasil as primeiras academias inspiradas nas já existentes em Portugal. Sediadas na Bahia e no Rio de Janeiro, essas instituições congregavam **padres, magistrados, funcionários graduados da Coroa, bacharéis, senhores de engenho letrados e alguns poucos físicos e cirurgiões**. (MIRANDA, 2017, p. 75) [sem grifos no original].

Também não se cogita aqui contrapor ou por em questão à eficiência e eficácia da medicina científica ou natural, isso seria inócuo. Mas não o é pensar historicamente a forma como o saber produzido por e sobre ela é/foi, no Brasil, de alguma forma, gestado por um grupo seletivo de pessoas, intelectuais, médicos, bacharéis, os quais estavam comprometidas, mesmo sem o saber, com um conjunto de valores, ou uma determinada “cultura”⁹. Para ilustrar o que escrevemos basta citar os integrantes desse grupo: “Padres, magistrados, funcionários graduados da Coroa, bacharéis, senhores de engenho letrados e alguns poucos físicos e cirurgiões”, como exposto pela citação anterior.

É a tese tentar demonstrar, perseguindo a escrita histórica de Cabral, que o saber dito científico no Brasil, nasce como elitista e será, de alguma forma, utilizado como fator de distinção social e de exercício de poder, político e econômico. Principalmente o conhecimento produzido no tocante à área da saúde.

As relações decorrentes da capacidade de curar, supõe-se, serão amplamente disputados entre, de um lado, os representantes de um saber tradicional sobre a cura – os curadores

⁹Entendendo cultura como um conjunto de “teias de significados” tecidas pelo próprio homem, considerando assim, em um sentido semiótico, mais como uma ciência interpretativa do que experimental (GEERTZ, 1978, p.4). Ou, ainda se levando em conta a complexidade e multiplicidade de sentidos de uma das “palavras mais complexas de nossa língua” [...] cuja tentativa de conceituar é deveras difícil a “própria palavra ‘cultura’ compreende uma tensão entre o fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desencarnado do iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo. Ela até alude ao contraste político entre evolução e revolução – a primeira, ‘orgânica’ e ‘espontânea’, a última, artificial e forçada – e também sugere como se poderia ir além dessa antítese batida. A palavra [cultura] combina de maneira estranha crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projeto consciente, mas também um excedente não planejado. E se isso é verdadeiro quanto à palavra, também o é quanto a algumas das atividades que denota. Quando Friedrich Nietzsche buscava uma prática que pudesse desfazer a oposição entre liberdade e determinismo, voltou-se justamente para a experiência de fazer arte, a qual, para o artista, dá a sensação de ser não apenas livre e necessária, criativa e restringida, mas cada uma dessas coisas em termos da outra, e parece, assim, comprimir essas polaridades um tanto envelhecidas e empobrecidas...” (EAGLETON, 2011, pp. 14-15). Pertencer a uma determinada cultura significa entender e pertencer a um mesmo “universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens” (HALL, 2016, p. 43). No bojo a palavra cultura (e suas derivadas: culturalmente, cultural), para esta pesquisa, de forma mais acertada, deve ser entendida como “arte”. Um artista não é nem tão restrito que não possa criar algo novo, nem tão livre que não tenha criado nada do que já não tenha visto, sentido, lido, admirado, ouvido, no mundo antes. Uma criança, por exemplo quando desenha uma casa, a faz buscando as referências que teve de casa até aquele momento de sua vida, neste sentido estamos usando a palavra “cultura”, como um conjunto que dá sentido a uma determinada ação humana, seja a forma como constrói um conhecimento, escreve um texto, ou se cura, por exemplo (MARTINS, 2012).

– e, do outro, o saber dito científico, oficial – intelectuais médicos – formados pelas instituições científicas criadas a partir do modelo português-europeu no Brasil, após a chegada da família real no Porto da Bahia de Todos os Santos, em 1808. A questão é refletir sobre, de algum modo, como só o conhecimento produzido aos moldes do modelo europeu, foi considerado ciência e válido.

Mesmo nossas instituições e instâncias atuais de saber, como as universidades, entre outras, reconhecem apenas o saber acadêmico no modelo europeu, sobretudo, realizado seguindo um padrão de validação de saber e de forma de se fazer “ciência”. Desprezando, por muito tempo, tantas outras formas de conhecimento e saberes, os quais serão classificados por esta mesma academia, como saberes tradicionais¹⁰. A exemplo dos transmitidos por uma cultura oral ou que não dispõe de um pedaço de papel a certificar a validade e aprovação científica de seu milenar conhecimento.,

A respeito da ideia acerca de ciência, filósofos ou historiadores da ciência, europeus ou não, são unânimes em concordar que existe uma polêmica sobre o que ela possa vir a ser. De um modo geral, existem duas concepções opostas sobre um conceito para esta palavra tão utilizada em nossos tempos “modernos”. Uma que a considera resultante de um processo cumulativo e progressivo de conhecimento e outra que, por sua vez, procura historicizar o que levou a construção de um determinado conhecimento, inclusive o próprio saber dito científico (FERLA, 2009, p. 47).

Esta pesquisa é, de alguma forma, devedora desta segunda concepção, ou seja, aquela que procura historicizar a produção de um determinado conhecimento, agindo como o recomendado na transcrição a seguir, que embora longa, se faz pertinente registrar:

Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais. Simultaneamente, esses mesmos historiadores [os da Ciência] confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o componente “científico” das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de “erro” e “superstição”. Quanto mais cuidadosamente estudam, digamos, a dinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. **Se por um lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Dadas essas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são em princípio acientíficas**

¹⁰ Mesmo a ideia de existência e o uso da expressão “saberes tradicionais” deve ser questionada e criticada, vez que se trata de expressão produzida por este mesmo meio acadêmico pensado a partir do modelo europeu, ocidental. Também deve-se pensar sobre possíveis sentidos e traduções que a palavra tradicional pode ter remetendo, muitas vezes, a uma hierarquia de conhecimentos.

simplesmente porque foram descartadas. Contudo, essa escolha torna difícil conceber o desenvolvimento científico como um processo de acréscimo. A mesma pesquisa histórica, que mostra as dificuldades para isolar invenções e descobertas individuais, dá margem a profundas dúvidas a respeito do processo cumulativo que se empregou para pensar como teriam se formado essas contribuições individuais à ciência. (KUHN, 2017, p. 61) [sem grifos no original]

Assim a pesquisa que ora se apresenta visa identificar resquícios de teorias racistas e eugênicas presentes na escrita de Oswaldo Rodrigues Cabral. As quais podem evidenciar uma colonização da memória por meio da produção de um conhecimento histórico, tido como científico, produzido, em especial, pelo intelectual catarinense que usa o recurso cultural da escrita para produzir suas “performances”¹¹ (SHAPIN, 2013, p. 5).

Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) foi professor normalista e universitário, escritor, médico, antropólogo, historiador e político catarinense. Foi um dos mais atuantes historiadores brasileiros do período compreendido entre 1940 e 1970 (REIS, in CABRAL, 1972d, s/n). Especializou-se no “exame do passado de sua terra natal, Santa Catarina” escrevendo sua história “à luz da melhor documentação e com uma fidelidade e segurança que o credenciam ao respeito e à admiração de todos os brasileiros” (REIS, in CABRAL, 1972d).

Cabral foi, a julgar pelos seus pares, além de um excelente historiador, também um referendado cientista. Um cientista-escritor, cujos trabalhos, alguns com repercussão internacional, revelavam características tidas como tipicamente de um “homem de ciência”. Ou seja, Cabral possuía disciplina, raciocínio lógico, capacidade de interpretação dos fatos (UNGARETTI, 2005), grande poder de análise precisa das fontes e documentos históricos.

Impressiona sua capacidade de trabalho, pela obra numerosa e variada que deixou. Mas impressiona, sobretudo como conseguiu produzir tudo o que produziu numa época em que não havia sequer o xérox, [...]. A máquina elétrica de escrever foi a última novidade tecnológica com que Oswaldo Cabral conviveu e à qual, aliás, aderiu desde logo, passando a utilizá-la com desembaraço. Entretanto, copiou à mão, [...] milhares de textos. [...] Jornais antigos, documentos de empoeirados arquivos, páginas de autos judiciais, registros eclesiásticos, velhos livros de atas, papéis que dormiram nas gavetas tempo maior do que viveram gerações neste mundo, enfim, todo esse itinerário que os historiadores percorrem árdua e pacientemente, Oswaldo Cabral visitou [...] ao longo de quase cinquenta anos. Tudo reunia ou resumia em cadernos ou fichas redigidos a mão, naquela letra miúda que os anos não alteraram. (UNGARETTI, 2005, p. 28-29)

¹¹Para um conceito ou ideia sobre performance ver (ZUMTHOR, 2000, pp. 31-52)

Cabral dividia ainda, o exercício de historiador, as idas aos arquivos e as compilações dos documentos, com o exercício da medicina. A qual “destacadamente exerceu”, num primeiro momento na cidade de Joinville e depois, durante a maior parte de sua vida, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina (UNGARETTI, 2005, p. 29).

Graduou-se médico, em 1929 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ocasião em que apresentou e defendeu a “tese” intitulada “Problemas Educacionais de Hygiene”. Neste seu trabalho, grosso modo, defendeu peremptoriamente o ensino de práticas de higiene e saúde nas escolas primárias do país de modo a combater as endemias provocadas em decorrência da ausência de “bons hábitos” sanitários por parte do povo brasileiro.

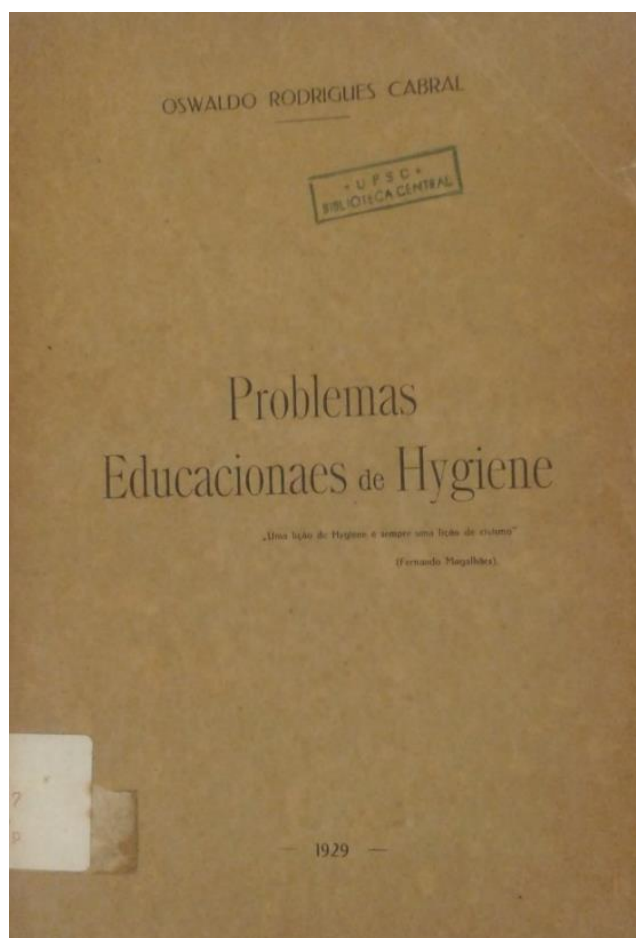


Figura 1: Capa do Trabalho do curso de Medicina defendido por Cabral em 1929
Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

Oswaldo Cabral foi, ainda, membro de mais de trinta instituições científicas do Brasil e de outros países. Foi integrante da Associação Brasileira de Antropologia, da Sociedade

Brasileira de Sociologia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Comissão Nacional de Folclore, da Academia de História do Estado de São Paulo. Além de pertencer às instâncias de produção de conhecimentos em Santa Catarina, como a Academia Catarinense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Faculdade de Filosofia, a Universidade Federal de Santa Catarina, entre outras.

[...] Cabral foi o intelectual que melhor projetou Santa Catarina, entre os finais dos anos trinta e os anos setenta do século passado. Faltaram-lhe, porém, críticos sérios, editores e políticas de governo voltadas para a valorização de sua obra, bem como a de outros intelectuais que lhe foram contemporâneos. Se tivesse vivido no Nordeste, no Sudeste, ou mesmo no Rio Grande do Sul, certamente, seu trabalho teria tido outra repercussão. A sua diversificada obra, constante de mais de cinquenta livros, além de algumas dezenas de artigos, demonstra cabalmente sua competência e sua capacidade de trabalho. (COELHO DOS SANTOS, 2005, p. 17)

Apesar do tom saudosista e laudatório da citação, por meio dela é possível perceber o quanto Cabral foi um dos intelectuais que mais produziu sobre a história, a cultura, o folclore¹² e a ciência médica em Santa Catarina. O que faz com que suas obras, indubitavelmente, sejam de leitura obrigatória para aqueles que pretendem conhecer sobre a historiografia catarinense.

Foi autor de duas grandes obras históricas, senão as mais completas já escritas sobre Santa Catarina, as quais devem ser lidas por todo aquele que deseja conhecer sobre a porção de terras e sobre a gente identificada e que se identifica como catarinense. São elas: “*Santa Catharina: História – evolução*”, publicada em 1937 e “*João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado*” de 1960, obras máximas e representativas da historiografia catarinense, publicadas pela celebrada Editora Nacional, da Série Brasileira. Passíveis de críticas, obviamente, como toda obra deve ser, mas em que nada ofuscam a magnitude de suas escritas.

Foi um ferrenho, quase militante, defensor de uma educação higiênica, de hábitos saudáveis e de profilaxia para a população de um modo geral. Esta, fase higiênica de Cabral, por

¹²Na Europa dos séculos XVIII e XIX muitos países passaram por um processo de unificação em torno de uma identidade de uma “alma” do povo, a qual foi objeto de intensas pesquisas e estudos os quais utilizaram-se, muitas vezes de saberes e usos populares transmitidos pela oralidade. O Brasil, e seus estados, tal como Santa Catarina parecem passar por processo semelhante principalmente a partir do fim da década de 1930. Em 1948/49 é instituída a Comissão Catarinense de Folclore, cuja predominância da figura de Cabral é evidente. Nesta direção e sentido a categoria “folclore”, de alguma forma adquire um papel importante nesta formação de uma “alma”, de uma essência, por assim dizer, do que viria a ser “catarinense”, para o caso de nosso estudo, Cabral admite ser o folclore uma ciência, com métodos e uma lógica capazes de captar e, o mais importante, registrar usos, costumes e práticas que irão atribuir esta identidade, ou entidade, catarinense, no sentido de “fazer ver a alguém o que é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade” (BOURDIEU, 1998). Ver, ainda, (BURKE, 1989; ORTIZ, 1992).

assim dizer, é bastante percebida no seu trabalho de conclusão do curso de formação em Medicina no Rio de Janeiro e encontrará ressonâncias em suas demais obras, principalmente as produzidas entre as décadas de 1940 e 1950. Tais como *“Medicina, médicos e charlatães do Passado”*, de 1942 e *“A medicina teológica e as Benzeduras”* de 1957.

Entre os anos de 1971 e 1972, foi publicado o livro *“Nossa Senhora do Desterro”* considerado, pelo próprio Cabral, como o livro que ele sempre quis escrever “não passando ‘Medicina, Médicos e Charlatães do Passado’ e ‘Casas, Sobrados e Chácaras’ de simples balões de ensaio. Faltou-me, entretanto, tempo para fazê-lo” (CABRAL, 1972b, s/n). De fato, a obra *“Nossa Senhora do Desterro”*, repetiu praticamente as mesmas informações contidas nos dois livros aludidos pelo autor. Mas vai além, *“Nossa Senhora do Desterro”*, foi dividida, inicialmente, em quatro volumes: Notícia I (1971), Notícia II, Memória I e Memória II, (1972). Em 1979, um ano após a morte de Cabral, *“Nossa Senhora do Desterro”* foi reeditada em dois volumes pela editora Lunardelli. São mais de mil páginas no total sobre a história da uma única cidade: Desterro/Florianópolis¹³. Cogita-se mesmo que tenha sido o livro mais extenso sobre a história de

¹³Até 1894 a cidade de Florianópolis chamava-se Desterro. A respeito da mudança do nome da Capital dos catarinenses, Cabral assim escreve: “Nossa Senhora do Destêrro...Ficou-lhe o nome tradicional dos longínquos e esquecidos dias do século XVIII, até 1894... Uns duzentos anos. Muita gente pensou, e ainda pensa hoje, que o seu nome foi dado por ter sido isto aqui um coito de desterrados, de criminosos para cá mandados pelas Justiças. Nada disso. Veio, é certo, alguma gente desterrada para cá, **extra minada**, [sic] como então se dizia, ou com domicílio forçado, devido a algumas contravenções praticadas. Veio até gente muito importante, para residir obrigatoriamente em alguma fortaleza, longe dos seus concidadãos, como medida de segurança. Mas não foi tanta gente assim. Houve lugares, no Brasil, que acolheram maior número de criminosos. Para Desterro até que os Vice-Reis, não faziam muita questão de mandar, pois celebrava-se muito a “benignidade” do clima – e criminoso não era para ser tratado com tais regalias... O nome lhe veio da padroeira, instituída pelo fundador, que se desterrara da sua terra sob a proteção da Família Sagrada, que também o fizera para fugir à perseguição de Herodes. Desterro não era para ele, degredo, banimento, efeito de punição, mas sim, viver longe da terra de seu nascimento. Desterro punição era então apenas “extermínio” ou degredo mesmo..., Mas muita gente não lhe suportava o nome, pois a acepção que lhe davam era a deprimente, a injuriosa. Houve um poeta que datava os seus versos de Exiliópolis. Outro, quando se propuseram encontrar um nome que substituísse a velha denominação, achou que um nome que serviria a uma terra tão pitoresca e tão bonita poderia ser Ondina. (...) Taunay, que era Presidente, Deputado ou Senador por Santa Catarina, foi, como literato celebrado, como o romântico autor de **Inocência**, consultado a respeito, achou horrível a lembrança de **Ondina**, o que lhe abana o bom senso, pois seria, de fato, ridículo. Mas teve a má sorte ou a falta de inspiração de lembrar que melhor seria **Redenção** – o que não ficava atrás em matéria de mau gosto... Depois desta, o assunto foi colocado de lado – e acabou esquecido. Após a revolta de 1893 [refere-se a Segunda Revolta da Armada], que tanto sangue derramou aqui na pacata fundação de Dias Velho, [Fundador da Vila de Desterro] sangue não dos tombados na luta, mas principalmente dos caídos à frente do pelotão dos fuzilamentos, o cordão dos bajuladores do vendedor encontrou na pessoa do Desembargador Genuino Vidal o seu expoente máximo, quando propôs que se desse à Capital, à mesma Capital onde não se apagara ainda o eco dos disparos que cobravam a vida dos vencidos, a Nossa Senhora do Destêrro, o nome de Florianópolis, em homenagem ao ditador [Floriano Peixoto]. Dessa vez ninguém teve coragem para achar hedionda, imprópria e inoportuna a mudança de denominação, mesmo porque os carabineiros do coronel Moreira César ainda andavam por aqui. Não era mesmo para ter coragem. Só de maluco...(...) E assim, chegou-se ao nome atual. Ficou até hoje e a gente se acostumou. Não faz muito tempo [o livro é de 1972], alguns Vereadores andaram cogitando encontrar outro nome para a Capital, não porque o atual lhes lembrasse alguma coisa ou alguma pessoa que se quisesse ou devesse esquecer. Mas porque era muito comprido, difícil de pronunciar, ou porque não agradava. Não encontraram

uma cidade brasileira. Nas badanas dos quatro volumes, não faltaram elogios exacerbados à Cabral, à sua forma de escrever história, no entanto não poderia se esperar outra coisa daqueles que escreveram à “orelha”, apresentando, indicando e recomendando à leitura de um livro.

Com a publicação de “*Nossa Senhora do Desterro*”, encerra-se um ciclo histórico-médico-científico da vida intelectual de Cabral. É este ciclo, ou missão, de alguma forma começado com a formação em medicina e a “defesa” de seu trabalho em 1929 e concluído com a publicação do “livro que sempre quis escrever”, em 1972, que compreende esta tese. São estas duas datas, o recorte temporal da pesquisa. Lembrando que datas são apenas as “pontas de *icebergs*” (BOSI, 1992, p. 19).

No que cabe à questão-problema da pesquisa, consiste em demonstrar que de fato houve, por meio de uma revisão e análise de parte da bibliografia produzida por Oswaldo Cabral sobre a história de Santa Catarina, uma colonização da memória¹⁴ catarinense entre as décadas medianas do século XX.

Os “sítios arqueológicos” os quais “escavamos” em busca dos vestígios (FOUCAULT, 2002), decifrando a metáfora, as principais fontes analisadas nesta pesquisa as quais buscamos perceber teorias racistas e de pensamento único com relação à uma etiologia da doença e da cura, são as obras a seguir listadas.

denominação que servisse. Foi melhor assim. Para mudar para pior, é melhor deixar como está... (CABRAL, 1971a, pp. 33-34).

¹⁴Sobre memória ver (POLLAK, 1989): “Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, [...], as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, [...]. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. [...] Na tradição européia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. [...] Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”. [...] Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias”. (pp. 3-6)

1. CABRAL, O. R. (1929) *Problemas Educacionais de Hygiene*: Trabalho para obtenção do grau de Doutor em Medicina à Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro; editado pelo autor.
2. CABRAL, O. R. (1937) *Santa Catharina: história e evolução*. São Paulo: Editora Nacional.
3. CABRAL, O. R. (1940) *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*: Separata da revista “Cultura Política do Rio de Janeiro”. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado.
4. CABRAL, O. R. (1960) *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Editora Nacional.
5. CABRAL, O.R. (1942) *Medicina, Médicos e Charlatões do Passado*. Florianópolis: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina – Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
6. CABRAL, O.R. (1948) *Assuntos insulanos*: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
7. CABRAL, O.R. (1950) *Os Açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
8. CABRAL, O.R. (1954) *Cultura e Folclore*: bases científicas do Folclore. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
9. CABRAL, O.R. (1957) A medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. CLX, ano XXIV, abr. a jun. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo.
10. CABRAL, O.R. (1971a) *Nossa Senhora do Desterro*: Notícia I. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.
 CABRAL, O.R. (1972a) *Nossa Senhora do Desterro*: Notícia II. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.
 CABRAL, O.R. (1972b) *Nossa Senhora do Desterro*: Memória I. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.
 CABRAL, O.R. (1972c) *Nossa Senhora do Desterro*: Memória II. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.

Invariavelmente, como em uma pesquisa acadêmica, buscou-se outras fontes, outras bibliografias e referências. Até mesmo obras escritas por Cabral, as quais não foram alçadas à categoria de fonte, por duas principais razões. A primeira porque foram livros publicados por editoras particulares, diferente das anteriormente listadas, as quais foram publicadas por órgãos

estatais da esfera municipal, estadual ou federal. A segunda diz respeito ao caráter didático-enciclopédico destas outras obras. Foram escritas de forma mais abrangentes e destinadas ao ensino fundamental e médio, destoando das selecionadas como fonte para a tese, as quais foram concebidas e pensadas para um público mais amplo.

De forma a melhor organizar a escrita e ideias sobre o tema da colonização de parte da memória de Santa Catarina, dividiu-se a escrita da tese em três capítulos.

O primeiro aborda parte da história de vida de Cabral. Sua formação, fragmentos de sua trajetória de vida profissional, acadêmica, política, pessoal. Para tanto buscou-se apoio em escritos próprios de Cabral deixados em folhas datilografadas que foram reunidas e publicadas, posteriormente à sua morte, por sua sobrinha, quase filha, Sara Regina, sob a forma de um livro intitulado *“Páginas de um livro de Memórias”*.

Outras fontes, para preencher o quebra-cabeças sobre a vida do intelectual catarinense, foram, em vão, procuradas. Tais como missivas, fotografias, seus livros preferidos, suas obras de pintura, vestígios de seu acervo pessoal o qual encontra-se sob a égide de sua sobrinha Sara Regina Silveira de Souza. O que levantou a questão sobre a organização do acervo de tão importante figura deste intelectual e “mediador cultural” (GOMES e HANSEN, 2016; SIRINELLI, 2003) dentro do cenário sociocultural catarinense (MARTINS, 2017).

Recorreu-se, por fim as bibliografias escritas sobre Cabral, esparsas, e em grande medida fruto de um discurso laudatório sobre o médico catarinense, a exemplo da obra intitulada *“Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense”* publicada em 2005, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Também buscou-se encontrar opiniões sobre o escritor médico Oswaldo Cabral nos prefácios e apresentações dos livros escritos por ele, mas nestes casos, são também, uma escrita laudatória e elogiosa como de praxe à uma apresentação.

Outra importante bibliografia sobre Cabral, utilizada como suporte para o primeiro capítulo da tese, foi o artigo intitulado *“Oswaldo Rodrigues Cabral: notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante”*. O autor deste artigo foi o professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Rogério F. Guerra, publicado na Revista de Ciências Humanas, da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008. Este artigo, com cerca de cinquenta páginas, contanto dezoito delas entre agradecimentos, bibliografia e entrevistas ao final, é o trabalho mais completo sobre a vida de Oswaldo Rodrigues Cabral que se

teve conhecimento, além do livro *“Páginas de um livro de memórias”* este, quase uma autobiografia.

Merece menção, ainda, o trabalho de dissertação de mestrado em História de Elisa Freitas Schemes, defendida em 2013, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Com o título *“Oswaldo Cabral na terra da Liberdade: relato de uma viagem na política da boa vizinhança”*, a autora analisa o livro *“Terra da Liberdade: impressões da América”*, de 1944, resultado de viagem realizada aos Estados Unidos por Cabral, um ano antes da publicação do livro. A dissertação busca analisar a obra escrita por Cabral, bem como as possíveis motivações que fizeram o médico tornar-se um viajante descobrindo as terras do país do norte do continente americano. Contextualizando o período da viagem, a Segunda Guerra Mundial, as relações da “Política da Boa Vizinhança” e do Estado Novo no Brasil são aventadas pela autora as razões para a viagem e a escolha de Cabral como sendo favorecidas por relações de amizade mantidas por Cabral e o então cônsul norte-americano em Santa Catarina. Também em razão da aproximação de Cabral com instituições representativas do governo norte-americano em Florianópolis e a produção de Cabral que enfocava a presença luso-açoriana no Estado em oposição à de outros historiadores que focavam o “indesejado” alemão (SCHEMES, 2013). Embora seja uma pesquisa de fôlego com ampla pesquisa em fontes, não está focada na pessoa ou trajetória de vida de Cabral, não como um intelectual, mas como um viajante e escritor de uma literatura de viagem a qual resultou na escrita deste livro de Cabral intitulado *“Terra da Liberdade”*.

No mais nem mesmo o Arquivo Municipal de Florianópolis, o qual leva o nome do professor Oswaldo Rodrigues Cabral, dispõe de qualquer material sobre ele (MARTINS, 2017). Também nada foi encontrado no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico que fosse substancial para trazer informações sobre o médico historiador. Apenas uma pasta que, acidentalmente, foi apresentada, nela continha algumas fotografias, bilhetes e cartões de visita de Cabral, mas que, refeito o “equivoco”, a pasta foi solicitada de volta, impossibilitando qualquer ação de consulta mais apurada.

No segundo capítulo abordou-se a forma como Cabral interpretou e escreveu parte da história de Santa Catarina. De forma mais efetiva, com vias a fornecer o contexto científico ao qual estava inserido o pesquisador Cabral, uma escrita devedora do saber científico como resultado da acumulação progressiva e evolutiva de conhecimentos.

Discutiu-se, principalmente a ideia de charlatanismo personalizada pela figura do “charlatão” segundo a classificação feita por Cabral. No segundo capítulo mais voltado para o profissional embusteiro da escrita da história, ou seja, o historiador inidôneo, segundo acreditava Cabral. Para tanto usou-se de ampla bibliografia bem como das obras de Cabral, já listadas anteriormente, principalmente as escritas por ele entre 1929 e 1960.

No terceiro e último capítulo procuramos enfatizar a forma como Cabral descreveu outros saberes e conhecimentos sobre a doença e a cura, a exemplo dos denominados por Cabral como “feitiço”, ou os charlatões do passado nas artes de curar.

Trata-se de exposição de uma, assim chamada, operação cirúrgica promovida por Oswaldo Cabral que selecionou e elegeu determinados usos e costumes como os dignos representantes de uma cultura manifestadamente, estudada por meio da ciência do folclore, como atribuídos à Santa Catarina. Operação que visou uma forma de aproximar esta região ao sul do Brasil ao arquipélago dos Açores, em Portugal.

Focamos, na reta final da tese, na forma como Cabral classificou os usos e costumes sobre cura oriundos, sobretudo, da parcela de africanos e seus descendentes que habitaram e habitam Santa Catarina. Africanos que, a considerar apenas o registro histórico deixado por Cabral, contribuiu de forma bastante insignificante para a formação cultural do estado. Ao final buscou-se colocar a presença dessa parcela relevante de africanos que vieram para a região de Santa Catarina, desmistificando, em parte, a ideia de que é este um estado brasileiro de colonização europeia por excelência, além de buscar proporcionar outras possibilidades de entendimento e de pesquisas históricas futuras sobre as práticas de cura promovidas pelos curadores e o lugar social destes profissionais da saúde no Brasil.

Primeiro Capítulo

1 Oswaldo Rodrigues Cabral: um médico de letras, um historiador de memórias

Escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro.

(Michel Foucault)¹⁵

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar o médico e escritor Oswaldo Rodrigues Cabral, e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância em pesquisá-lo e “conhece-lo” um pouco mais. Por suposto, trata-se de um “conhecimento” intelectual, não pessoal, que passa indubitavelmente, pelo legado escrito deixado por Cabral. Que para o caso específico deste capítulo, utilizou-se de textos, artigos e matérias em jornal sobre Cabral, bem como material que ele mesmo deixou datilografado.

Grande parte do que ora se apresenta sobre Oswaldo Cabral é o resultado principalmente, de um conjunto de papéis cuja a redação foi do próprio personagem central desta tese. Estes papéis foram compilados mais tarde, após sua morte, na forma de um livro, pela sobrinha e herdeira intelectual de Cabral, Sara Regina Silveira de Souza: o livro recebeu o título tal como foram reunidos os papéis deixados por Cabral: *“Páginas de um livro de Memórias”*.

Quando “Patei” [Oswaldo Cabral] faleceu, em 17 de fevereiro de 1978, eu fiquei com toda aquela biblioteca “proibida” nas mãos, com seu acervo quase desconhecido.

[...]

Numa de minhas incursões ao arquivo [refere-se ao acervo pessoal de Cabral], nas vésperas do Natal de 1990, encontrei algumas páginas datilografadas e grampeadas, com um título da capa de rosto. “Páginas de um livro de memórias” – eu tinha achado a futura [auto]biografia que Oswaldo Cabral pretendia escrever. Junto a dados e passagens de sua vida pessoal, alguns artigos escritos na década de [19]20. (SOUZA, S. 1993, s/n)

Logo, deve-se alertar que a apresentação de Cabral foi feita com base no que ele mesmo escreveu, e, por conseguinte as artimanhas, os engodos e problemas que uma escrita de si, com pretensões autobiográficas pode trazer para a escrita da história¹⁶. É uma seleção que visa contar

¹⁵(FOUCAULT, 2004, p. 156)

¹⁶Para o uso de escritas autobiográficas como fontes para história ver (FOUCAULT, 2004; GOMES, A.C., 2004)

somente aquilo que lhe provêm, que melhor o descreve, lembranças e fatos que significaram em sua vida de forma positivamente.

Sara Regina usou, ainda, para o livro das memórias de Cabral, um álbum repleto de recortes com reportagens que o próprio tio colecionou, pacientemente, ao longo de sua vida. São matérias sobre Cabral, publicada em jornais, textos, artigos e crônicas suas, as quais, juntamente com sua esposa, recortava e guardava junto ao álbum. Como que a construir, desde cedo, uma memória de si mesmo. Obviamente que as reportagens deviam passar por uma seleção, ganhando lugar no álbum, talvez, somente as mais elogiosas.

Assim que tendo por fonte suas memórias de infância, de formação escolar, do curso superior em medicina, de sua atuação em hospitais e consultórios, suas atividades no serviço público, sua participação na política e demais passagens as quais o próprio Cabral achou conveniente registrar, que foi escrito um dos livros únicos livros publicados contendo registros sobre a vida de um dos maiores escritores da história de Santa Catarina, o médico Oswaldo Cabral, o livro de Sara Regina intitulado *“Páginas de um livro de Memórias”*.

Nossa principal fonte para este capítulo, portanto, trata-se de um conjunto que pode ser entendido como “escrita de si” (FOUCAULT, 2004). No caso das páginas de memórias de Cabral, constituem escritas produzidas com o propósito de uma publicação. Portanto são diferentes das “escritas ordinárias” que são “aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com” a finalidade de futura publicação (CUNHA, M. T. 2015, p. 15). Cabral, ao que tudo indica, tinha intenções de publicar suas “memórias”, um indício dessa afirmação, pode estar no fato de as ter datilografado, agrupado as páginas e ter atribuído um título a elas.

Uma escrita assim pensada para publicação deve ser tomada com cuidado, quando utilizada como fonte. Assim, observa-se que este capítulo não se trata de uma biografia de Cabral, tampouco uma prosopografia, em seu sentido social. Mas sim, uma compilação de dados para que se tenha uma ideia geral de quem foi Cabral. Algumas de suas principais ideias, seus posicionamentos profissionais, partes de sua produção como escritor e de sua atuação como médico, círculos e redes de sociabilidades de consagração intelectual os quais frequentou.

O capítulo está dividido em três seções, para fins de uma condução da apresentação de Cabral, não significando em nada, uma ordem cronológica ou de importância de temas.

A primeira: “Oswaldo Cabral: um médico a serviço da história ou um historiador a serviço da medicina” tentou-se perceber o “caminhar” deste homem das letras catarinense, distinto senhor doutor em medicina, pelas suas próprias percepções da cidade de seu passado e de seu presente.

Ao que tudo indica, Cabral transitou por uma fronteira entre história e medicina, entre a pena e o bisturi. Este um instrumento utilizado aqui no sentido figurado, obviamente. Diz-se do fato de Cabral parecer querer “curar”, operando cortes cirúrgicos nos aspectos da memória catarinense atribuindo-lhe uma identidade e origem quase que exclusivamente luso-açoriana. Já a pena, aqui representando o instrumento de trabalho do historiador e escritor os quais Cabral também podia ser identificado. Cabral foi autor de uma escrita histórica a qual exerceu com base em grande fonte documental, arquivos, depoimentos, jornais, memórias e lembranças que foi guardando, transcrevendo e escrevendo ao longo de sua vida. Demonstrava, através de sua escrita, uma busca pela verdade, pela certeza, atribuindo um caráter de ciência à história e também ao folclore o qual foi, também um grande incentivador e mediador. Dedicado, meticuloso, um estudioso incansável, um escritor atento, além de ser um professor e médico igualmente dedicado.

A segunda seção deste capítulo: “Identificando Cabral: um polímata da renascença em terras brasileiras” tenta dar conta do papel de destaque e de importância adquirido por Cabral dentro da comunidade “intelectualizada” catarinense e mesmo além dela. O respeito que ele adquiriu entre seus pares e as várias frentes de atuação acadêmicas as quais desenvolveu, em distintas áreas de conhecimento desde a medicina legal e o da música, tais foram seus escritos. Também buscou-se abordar o cenário nacional e o contexto político e social do Brasil e de Santa Catarina, o que, repercutiu na produção bibliográfica e na vida intelectual de Cabral.

Por fim, a terceira parte deste primeiro capítulo coloca Cabral no cenário da produção histórica e científica catarinense “Cabral, a escrita, a medicina e uma missão: ‘desbravar, ‘sanear’ e ‘(re)construir’”. Consiste em demonstrar o que foi, talvez, o momento mais engajado da carreira de Cabral, quando da defesa de seu trabalho para obtenção do grau de médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929. Nele fica transparente a defesa engajada na tarefa de todo médico ou cientista em sanear, educar e curar a nação brasileira. Para tanto defendeu-se a ideia de que Cabral, ao cumprir a missão que tomou para si de desbravar, sanear e construir a nação, findou por se tornar um difusor de ideias, fatos e processos científicos e, ao mesmo tempo um decodificador, ou facilitar da linguagem científica douda aos leigos, ou um “vulgarizador”

(KODAMA, 2016) das teorias médico científicas da época sobretudo em relação à doença e uma etiologia científica sobre ela. Fazendo para tanto o uso da pena, escrevendo histórias e crônicas em jornais, pesquisando e escrevendo e publicando livros de história.

Não se trata, obviamente, de uma apresentação de Cabral de forma a esgotar todas as suas facetas, esmiuçando sua vida, até mesmo porque, uma atividade assim seria impossível de ser realizada.

Contudo consiste em um momento para demonstrar o quanto Cabral foi um nome importante para a produção do conhecimento histórico sobre Santa Catarina e o quanto se faz necessário estudá-lo, também, dentro da história da ciência, ou ainda, por intermédio da história dos intelectuais ou de uma história do conhecimento.

Ainda, desta breve apresentação de Cabral, a qual consiste de um modo geral este primeiro capítulo, restou-nos a constatação de que uma biografia deste tão importante homem das letras catarinenses, seria muito bem-vinda e mesmo útil, por entender que é preciso conhecer, compreender um pouco mais, sobre aqueles que constroem ou construíram parte da história e da memória de um lugar, de um determinado grupo, uma região. É preciso conhecer um pouco mais sobre aqueles que escreveram sobre a história, registraram fatos e memórias além de suas impressões sobre um passado comum aos pertencentes a um determinado grupo social, de uma sociedade, um país. Deve-se, portanto, conhecer também a história intelectual tanto quanto precisa-se saber sobre aqueles que há muito foram e continuam excluídos da história produzida por estes mesmos intelectuais (SIRINELLI, 2003).

1.1 Oswaldo Cabral: um médico a serviço da história ou um historiador a serviço da medicina

Infarto mata Oswaldo Cabral

O professor Oswaldo Cabral faleceu às 14 horas de ontem [17 de fevereiro de 1978], vítima de infarto. Seu sepultamento será hoje no Cemitério da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, após a missa de corpo presente, que terá início às 9 horas na Capela do Menino Deus.

(Jornal O Estado)¹⁷

Em entrevista cedida à Revista de Ciências Humanas, publicada no volume 42, abril a outubro de 2008, Carlos Humberto Pederneiras Correa, amigo conterrâneo de Cabral, referiu-se a ele como um “corifeu da Ciência”, o que poder dar uma ideia de sua inserção sobre o meio científico e seu papel de liderança junto à um grupo de pesquisadores, professores, e escritores, ou seja de uma comunidade de “mediadores intelectuais” (GOMES, A. 2016) no âmbito regional catarinense no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1970, principalmente.

Oswaldo Rodrigues Cabral nasceu na cidade de Laguna¹⁸, no dia 11 de outubro de 1903, filho de Ary Natividade Cabral e de Luiza Rodrigues Cabral e, ao que tudo indica, ambos teriam descendência portuguesa, mais precisamente, da região do arquipélago dos Açores¹⁹.

Foi casado com a senhora Olívia Ramalho Cabral, com quem viveu durante 48 anos, não teve filhos. Faleceu em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no dia 17 de fevereiro de 1978, aos 74 anos de idade, vítima de um infarto. Seu falecimento foi noticiado num dos principais jornais impressos de Santa Catarina, o Jornal “O Estado”, trecho em epígrafe.

No dia seguinte à sua morte, 18 de fevereiro de 1978, o veículo de comunicação dedicou-lhe grande reportagem, merecendo destaque com chamada na capa do jornal, o que pode

¹⁷JORNAL O ESTADO, 18 de fevereiro de 1978

¹⁸Município ao sul do Estado de Santa Catarina. O lugar ficou conhecido em razão do Tratado de Tordesilhas (1494), por ser o limite, ao sul, entre terras de Espanha (a oeste) e as terras que pertenceriam a Portugal (situadas a leste) da linha estabelecida pelo Tratado citado.

¹⁹O Estado de Santa Catarina recebeu aborte de cerca de 6.000 casais açorianos que teriam ocupado, em grande medida, o litoral do Estado entre 1748 e 1756, na região compreendida entre os atuais municípios de Itajaí e Laguna. (PIAZZA, 1987, pp. 9-26).

ser percebido como um sinal, um indício do prestígio do qual gozou o médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral no cenário social da cidade e do Estado de Santa Catarina.

Formado em Medicina e Antropologia, até sua morte publicou 77 obras versando sobre Medicina, Antropologia, Folclore, História e Ficção. Suas obras mais importantes são o Ensino da higiene nas escolas públicas de Santa Catarina (a primeira de 1929). A Medicina teológica e as benzeduras, o Segredo médico em face da lei penal e da deontologia, Aspectos sociais, jurídicos, médicos e médico-legais do problema da idade, Santa Catarina, Laguna e outros ensaios. Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino das humanidades na província, Laguna - Rio Grande, João Maria, Contribuição ao estudo dos folguedos populares de Santa Catarina e Cultura e Folclore. (JORNAL O ESTADO, 18 de fevereiro de 1978)

A matéria do periódico catarinense ainda destaca as muitas funções exercidas pelo médico e antropólogo ao longo de sua vida. Desde cargos públicos de Direção em Hospitais, Entidades de Assistência e no Serviço de Higiene do Estado entre as décadas de 1930 e 1940. Sua passagem pela vida política como Deputado Estadual entre 1947 a 1954. Seu importante papel na unificação das várias faculdades que integraram, a partir de fins de 1960 e início de 1961, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Além da infinidade de textos, artigos e livros produzidos por Cabral ao longo de sua vida.

Cabral iniciou seus estudos de instrução primária em Porto Alegre, em 1910, logo em seguida a família mudou-se para Florianópolis. O garoto Oswaldo passou a estudar no Grupo Escolar Lauro Muller²⁰, escola pública, que até o ano de 1940 foi destinada, quase que exclusivamente, aos filhos da elite catarinense.

Com dez anos de idade ingressou no Ginásio Catarinense (1914)²¹, instituição de ensino particular que, no início do século XX, foi colocada sob a direção e controle de jesuítas alemães pelas autoridades locais do Estado de Santa Catarina. Desse período o próprio Cabral não guardou boas lembranças, como ele mesmo deixou registrado em escritos reunidos sob o título “Páginas de um livro de Memórias” com visíveis pretensões à publicação:

²⁰Construída já na República, em 1912, no governo de Vidal Ramos (1910 - 1914), a escola recebeu nome do primeiro governador catarinense, o tenente Lauro Severiano Müller (1863 -1926).

²¹Sobre o Ginásio Catarinense, atual Colégio Catarinense, ver (DALLABRIDA, 2001). Nele o autor defende a tese de que, foi o Ginásio Catarinense, um dos responsáveis pela formação de grande parte dos filhos da elite catarinense. Também apresenta importante consideração acerca dos cursos superiores mais frequentados pelos egressos do Ginásio Catarinense: “Depois de Direito, os cursos superiores mais procurados eram os de Medicina e de Engenharia. Em verdade, estes três cursos superiores ainda eram aqueles que conferiam mais ‘status’ e distinção social, sendo frequentados, com raras exceções, pelos filhos das famílias mais abastadas. O número de alunos de ascendência luso-brasileira, italiana e germânica que fazia o curso de medicina era geralmente equilibrado, com destaque para o primeiro grupo étnico”. (p. 246).

Por esse tempo (1914), entrei para o Ginásio, vasto casarão na Praia de Fora. A página mais triste da minha vida foi escrita nessa casa. Nunca sofri tanto, nem mesmo quando, anos depois, vim a conhecer a necessidade de apertar a cinta à hora em que os outros jantavam...

Fui semi-interno. Só ia à casa para dormir. Para dormir e lamentar...

Iniciava as aulas pela manhã o Padre Beck, com aritmética. Era um alemão franzino, pálido e mau: quando eu não entendia a lição, castigava-me – punha-me atrás da pedra. Depois punha-me para fora da classe. Acabou proibindo a minha entrada na mesma... nunca mais tive um professor de argumentos tão claros...

Dias havia em que eu passava a hora das aulas escondido num fosso de escoamento de águas pluviais ou dentro de uma caixa de cimento que estava sempre vazia; quando não nas latrinas, escondido do Rick [outro padre professor], o Prefeito Geral, que era uma fera...

Comia-se mal, sob os olhos do Rick, pronto sempre para abafar qualquer reclamação. Qualquer murmúrio suspeito e ficava-se privado da sobremesa: duas bananas ou um copo cheio de jabuticabas. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, pp. 20-21).

Cabral não se adaptou muito bem ao rígido sistema dos padres jesuítas do Ginásio Catarinense, a forma da educação dos “filhos de Loyola” não lhe caiu muito bem. Possuía um ímpeto de jovem inquieto, matreiro, brincalhão, o que não agradava aos padres:

E logo vieram os castigos. Meu gênio alegre de menino despreocupado, como todos os de minha idade, era o que chamavam de incorrigível. E perdi os recreios. Perdi as sobremesas, as aulas e as folgas, ocupado com os castigos. E não tive mais descanso. E fui mau, fui perverso, fui hipócrita, fui mentiroso...Se guardo alguma coisa destas qualidades, devo aos meus ilustres educadores: os padres. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 21).

Foi expulso antes de concluir os seus estudos secundaristas. Os motivos da expulsão podem ser percebidos na observação, ao final do boletim, subscrito pelo diretor do educandário: “falta de docilidade e o nenhum aproveitamento do aluno obrigam-me a excluir o aluno deste educandário”. Também nos revelam, as suas notas: comportamento – zero; aplicação – dois.

Cabral sempre ficava no último lugar da classificação geral dos alunos de sua turma (GUERRA, 2008, p.14). Diante da expulsão do Ginásio Catarinense, o pai do garoto extrovertido e inquieto cogitou matriculá-lo na Escola de Aprendizes de Marinheiros, situada no bairro do Estreito (parte continental da Capital). Contudo, após ponderações da mãe, desistiu do intento. Cabral foi, então, matriculado na Escola Normal Catarinense, concluindo sua formação em 1919. O que fez com que aos 16 anos já era um professor normalista.

Com a formação adquirida na Escola Normal, Oswaldo passou a lecionar em Escolas primárias nos municípios de Joinville e São Francisco do Sul, litoral norte do Estado de Santa Catarina.

Apesar do trabalho como professor, parecia acalentar o desejo de ser médico. Tal como nos foi possível perceber, o momento em que nasceu seu interesse pela medicina, por meio de um artigo da lavra do próprio Cabral:

Um dia, ao chegar em casa, encontrei-a tomada de vizinhas. Meu pai fora chamado do emprego às pressas e até a porta da rua chegavam-me os gemidos de minha mãe doente. Quis entrar, mas recebi a ordem de ir tomar um carro à Praça e buscar o médico da família com urgência. (...)

O médico, homem feio, educado, fidalgo no trato e capaz na profissão, ouviu-se o recado, tomou da maleta e fez com que me sentasse a seu lado- e abalamos para nossa casa. Puxou conversa, perguntou com quantos anos já estava, quis saber das minhas aspirações – que por sinal eram nenhuma naquela época – que é que eu desejava ser e assim foi matando o tempo, enquanto rodávamos, vagarosos, para o Largo Fagundes.

Quando chegamos, perdi-o de vista.

Enquanto ele entrava para o quarto de minha mãe enferma, a ouvir as explicações que meu pai ia fornecendo, fui mandado sumariamente para fora a fim de não bisbilhotar.

Depois, chamaram-me para que fosse buscar os remédios à Farmácia do Cristóvão, na Praça, enquanto ele regressava para sua casa, no carro do Seu Nico.

Quando pude chegar ao leito de minha mãe, já confortada pelas palavras amigas do médico bondoso e aliviada pela eficiência do medicamento, (...) ela passou a mão pela minha cabeleira despenteada, e, sorrindo, me aconselhou:

Tu precisas estudar para médico, para tratar sempre da sua mãe.

Naquele momento selava-se o meu destino. Eu deveria ser médico... (JORNAL O ESTADO, 31/12/1954, s/n)

Em 1923 o jovem Oswaldo, iniciou seus estudos na Escola de Farmácia e logo solicitou a transferência para a Faculdade de Medicina do Paraná²², uma prática bastante comum naquele tempo. Talvez uma forma de realização de seus anseios de ser médico.

Enquanto era estudante de medicina, em Curitiba/PR (1924) trabalhou na redação do jornal “O Dia”, de Caio Machado, Rodrigo de Freitas e Adalberto Nacar de propriedade do Coronel David Carneiro. Escrevia matérias corriqueiras sobre costumes, contos e casos além de crítica

²²O funcionamento da Instituição que veio a se tornar a Universidade Federal do Paraná, data do ano de 1913, funcionando, neste período, como uma instituição particular. Os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais; Engenharia; Medicina e Cirurgia; Comércio; Odontologia; Farmácia e Obstetrícia. Com a Primeira Guerra Mundial (1914) vieram a recessão econômica e as primeiras dificuldades. Dentre elas uma lei que determinava o fechamento das universidades particulares, numa tentativa do Governo Federal de centralizar o poder sob as instituições de ensino superior. No Paraná era necessário então criar alternativas para evitar o fechamento da universidade. A forma encontrada para adequar-se à lei e continuar funcionando foi desmembrar a Instituição em faculdades autônomas, cada uma reconhecida individualmente pelo governo. Durante cerca de 30 anos buscou-se restaurar a universidade, objetivo alcançado somente no fim da década de 40, quando as faculdades existentes, acrescidas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram reunidas numa única, a Universidade do Paraná. Para essa unificação foi fundamental o apoio da imprensa e da comunidade paranaense. Restaurada a universidade, em 1946 iniciou-se a batalha pela sua federalização, o que acaba ocorrendo em 1950, quando a Instituição de Ensino Superior passou a chamar-se Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e gratuita. Informações coletadas no site oficial da Universidade Federal do Paraná: <http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/> acessado em 10 de março de 2017.

literária sem, portanto, qualquer relação com saúde, mas neste momento ele já ia desenvolvendo a verve de escritor.

Sua participação como jornalista no jornal “O Dia”, rendeu-lhe o seguinte elogio, publicado no jornal catarinense “A Notícia”, de Joinville, de 22 de dezembro de 1926:

“Oswaldo Cabral não é somente o estudioso acadêmico; é também no jornalismo, o magnífico cronista literário que entusiasma e arrebatava. A beleza do seu estilo envolve e adorna a imagem em fulgurações cristalizadas”. (Jornal A Notícia, 22/12/1926, s/n)

Enquanto ainda estava na Faculdade de Medicina em Curitiba, dividiu estudos com futuros expressivos nomes da medicina e da vida intelectual do Paraná, tais como Loureiro Fernandes, Milton Carneiro, Alô Guimarães, Oswaldo e Walfrido Piloto, Júlio Moreira, Jurandir Manfredini, César Perneta, Haroldo Beltrão, Homero Braga, Lisandro dos Santos Lima, Domício Costa e D’Alô Júnior (SOUZA, S. 1993, p.40).

De seus registros acadêmicos teve-se acesso a um caderno, de letra miúda e caprichosamente escrita, com desenhos esquemáticos e bem feitos que denotam o estudioso dedicado que foi Cabral.

A imagem a seguir consiste na contracapa desse caderno de 44 (quarenta e quatro) páginas, todo manuscrito por Oswaldo Rodrigues Cabral, quando estudava Medicina na Faculdade do Paraná, em 1924. Nele o aspirante a médico e futuro “corifeu” da Ciência Catarinense, fez apontamentos sobre a disciplina de Parasitologia. São palavras e desenhos do futuro intelectual que teve a Ciência, como inspiração de sua escrita, ocasião em que surgem, por suposto, os temas da profilaxia, da higiene e saúde em sua vida.

A profilaxia e a prevenção às doenças decorrentes de parasitoses, ao que tudo indica, viriam a se tornar sua maior bandeira. Tanto que Cabral foi enfático na defesa da implantação da disciplina de Educação e Higiene nas escolas primárias do País. Acreditava que desse modo se evitariam os contágios por parasitas. Que a educação para a boa higiene, deveria ser iniciada, desde cedo, educando as crianças nas boas práticas de saúde e higiene. Como se terá oportunidade de ver quando da análise do trabalho de conclusão do curso de medicina, em 1929, por Oswaldo Cabral.

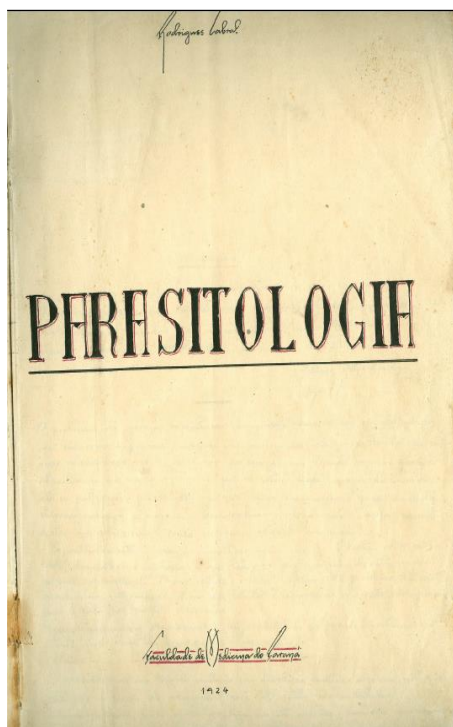


Figura 2: Contracapa de Caderno do estudante de Medicina Oswaldo Rodrigues Cabral – 1924
 Acervo do Instituto de Documentação e Investigação em Ciência Humanas – IDCH da Universidade do Estado de Santa Catarina

O caderno é uma importante fonte para se pensar a história da escrita além de possibilitar outros estudos sobre o ensino de medicina da década de 1920 no Brasil. É todo manuscrito, com os títulos caprichosamente desenhados, como se pode observar na figura, uma letra esmerada, feita à bico de pena, denotando uma outra dimensão do próprio tempo, havia que se dispensar um relativo tempo para a prática dessa escrita, do título como o que inicia o caderno: Parasitologia.

Além disso, o próprio conteúdo do caderno manuscrito de Cabral é essencial para o estudo do ensino praticado nas faculdades de medicina no sul do país, nas primeiras décadas do século XX. O conteúdo do caderno, voltado essencialmente para as doenças e suas etiologias, coadunam com a vocação atribuída aos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mais preocupados em combater as doenças do que tratar os doentes, como no caso dos profissionais médicos baianos no nordeste do Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Cabral transferiu o curso de Medicina da Faculdade do Paraná, para o Rio de Janeiro, em 1927, não nos foi possível descobrir as razões dessa mudança. No entanto, supõe-se ter sido em razão de a Faculdade do Brasil, no Rio de Janeiro, gozar, de certa forma, de maior prestígio e lá

estarem os melhores e mais aclamados mestres cientistas e médicos do Brasil. Ou, simplesmente, mesmo em razão de, na então capital federal, poder Cabral, contar com parentes que lhe acolheram com moradia.

Os médicos baianos preocupavam-se mais com os doentes. Ao passo que os médicos cariocas estavam mais concentrados na doença. No Rio de Janeiro, os médicos dedicavam-se em reafirmar uma “originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas” por exemplo, os quais, acreditavam, serem males superadas por programas “hygienicos” (SCHWARCZ, 1993, p. 248). O que vale dizer que se os médicos cariocas estariam mais preocupados com descobertas científicas sobre doenças, os profissionais da medicina na Bahia, estavam mais voltados para a questão do tratamento da doença em si, “a população doente que estava em questão” e não a doença em si (SCHWARCZ, 1993, p. 249).

Talvez, Cabral estivesse, assim como os profissionais médicos cientistas cariocas, também mais preocupado em realizar descobertas científicas sobre as etiologias das doenças. Daí sua transferência para o Rio de Janeiro, em busca de ensinamentos médicos diretamente onde eles aconteciam, a, então, capital federal do país.

Já na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foram professores de Cabral importantes nomes da medicina e da ciência no Brasil, tais como Augusto Paulino, Benjamin Batista, Eduardo Rabelo, Agenor Porto, Leitão da Cunha, Abreu Filho, Tanner de Abreu, Miguel Couto, Rocha Vaz, Leonel Gonzaga, Ansier Bentes, Carlos Chagas, entre outros.

As transformações, o agito e os alvoroços, burburinho, os ares da modernidade durante os anos finais da *Belle Époque* da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, comparando-a com a provinciana Florianópolis do início do século XX. As aulas dos mestres ilustres na faculdade, os estágios nos hospitais, e o furor dos ensinamentos médicos científicos. Mesmo tudo isso não fazem com que o estudante de medicina se esquecesse de sua terra natal, e de sua noiva deixada em Curitiba.

No ano de 1928, já na fase final do curso de Medicina, no Rio, no período dos exames finais, Cabral escreve para sua noiva Olívia:

Olívia: Minha boa e querida noivinha – beijo-te,
Felizmente tudo terminará!

Que prazer em se concluir tudo, em se sentir livre de tudo? Ontem, domingo, não te quis escrever porque hoje cedo entrava em últimos exames deste ano e queria já dar-te o resultado. A 22 fiz os primeiros: terapêutica e arte de formular e medicina operatória. Não calculas como fiquei satisfeito!

Obtive distinção nas duas cadeiras. Creio que devo às tuas, às minhas e às orações da Lulu [D. Luiza, mãe de Cabral], a Santa Terezinha, o sucesso destes meus exames. Hoje entre cedo em Clínica Cirúrgica e – mercê de Deus, novamente obtive distinção.

Assim passo eu para o 6º ano do curso – e último – com a mais alta nota. Para ti esta notícia de minha aprovação deve ser particularmente grata, pois é ais um ano vencido; um de menos no tempo que há muito nós dois viemos contando todos os dias. (CABRAL, missiva ativa, 1928, Acervo Pessoal de Oswaldo Cabral, In: SOUZA, S. 1993, p. 42)

A vida de Cabral, no Rio de Janeiro, não nada foi fácil durante o tempo em que lá permaneceu, de 1927 a 1929, ao menos é essa a impressão que ele deixou registrada em seus escritos memorialistas.

Trabalhou como Auxiliar Acadêmico na extinta Inspetoria dos Serviços de Profilaxia, no Rio de Janeiro. Estagiou na 18ª Enfermaria da Santa Casa, com o Professor Augusto Paulino. Foi interno da Pró-Matre, com os médicos Fernando Magalhães, Clóvis Corrêa da Costa, Arno Arnt. Também foi estagiário na 10ª Enfermaria do Hospital de São Francisco de Assis, no Mangue, sob a responsabilidade dos Doutores Fernando Vaz e Eugênio Decourt. No Hospital de Pronto Socorro, da Praça da República, estagiou com Alberto Farani e Paulo Barata. Trabalhou, ainda, na Assistência do Meyer.

Durante as férias de início de ano realizava diversos cursos, não se permitia descansar, ou não podia. Concluiu o Curso de Medicina em 1929, defendendo a tese intitulada “Problemas Educacionaes de Hygiene”.

Em sua “tese” de conclusão de curso, grosso modo, Cabral empenha-se para defender a inclusão do Ensino de Higiene na Educação, já nos anos iniciais, de modo a formar bons cidadãos patriotas e zelosos pela saúde coletiva, evitando que as doenças tenham ocasião de lhes acometer:

Ensinar a hygiene no Brasil é ao mesmo tempo servir a educação cívica, por isso que, si esta visa preparar o cidadão cõscio dos seus deveres para com a pátria, respeitando as suas leis, trabalhando pelo seu engrandecimento, defendendo-a nos momentos de necessidade, aquelle tende a conduzir este mesmo cidadão a um estado de capacidade de perfeição physica, sem o que o patriota não contribuirá efficaamente dentro de um tal programma. (CABRAL, 1929, p. 33)

Percebe-se aqui, um engajamento mais acentuado com a causa da educação pública, dos problemas da saúde da população, incutindo novo hábitos e costumes de higiene, de modo a prevenir às doenças por meio de um ensino mais voltado à etiologia da cura cuja ciência, aos moldes europeus, como grande redentora e promotora de prevenção às doenças.

Este engajamento de intelectuais na vida pública no Brasil, com a presença na educação, na saúde e um certo aparelhamento com o estado na promoção de políticas sociais, tornou-se mais intenso a partir do Governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 (MICELI, 1979, 2001; PÉCAUT, 1990; MARTINS, L., 1987; BRANDÃO, 1999).

Cabral recebeu seu título de médico, as vésperas da Revolução de 30, que alçou Getúlio Vargas à Presidência do país, pelas mãos do então Presidente da República, o senhor Washington Luiz (1869-1957), cuja administração se deu entre os anos de 1926 e 1930. Por certo uma deferência e tanto, embora pudesse ser uma prática comum à época, dada a proximidade entre o poder executivo e a instância de ensino superior, ambas localizadas, na então capital Federal. Ou ainda uma forma de auferir dividendos políticos por parte do presidente, em vias de encerrar seu mandato.

A “tese” defendida por Cabral, por ocasião da obtenção do título de médico, foi aprovada com distinção por todos os membros da banca, exceto pelo voto do professor João de Barros Barreto (1890-1956). Entretanto ele raramente aprovava trabalhos com distinção, por melhores que fossem (SOUZA, S. 1993, p.46).

A formatura e a defesa da “tese”, mereceram nota na imprensa escrita catarinense, num sinal de relação de deferência para com Oswaldo Cabral, e seus trabalhos junto a imprensa escrita, seu pai e a comunidade jornalística catarinense:

Dr. Oswaldo Cabral

Pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, acaba de defender tese com distinção, o Dr. Oswaldo Cabral, filho do senhor Ary Cabral, tesoureiro do Banco Nacional do Comércio em Joinville e primo do Deputado Cid Gonzaga. O novo Esculápio (...) já é nome conhecido no jornalismo (...) fez um curso com notas distintas (...)

Ao Dr. Oswaldo, a seus pais e parentes, “A Imprensa” apresenta felicitações muito cordiais. (Jornal A Imprensa, 1929, s/n Acervo Pessoal de Oswaldo Cabral)

Foram colegas de turma de Cabral, durante a Faculdade de Medicina no Paraná e no Rio de Janeiro: Peregrino Junior, Lisandro Santos Lima, Teutônio Vilela Brandão, Clóvis Salgado, Pedro Neiva de Santana entre outros.

No Rio de Janeiro, durante o período em que cursava medicina, trabalhou na Casa dos Expostos, Fundação Graffrée-Guinle e na Pró-Matre, entidades relacionadas à assistência médica e à maternidade no Rio de Janeiro. Também foi plantonista atendendo aos mais variados casos em hospitais e prontos-socorros do Rio.

Certa ocasião estava Cabral de Plantão num pronto-socorro quando deu entrada uma mulher grávida que havia sido atingida por uma “bala” de revólver. Coube ao aspirante a médico Oswaldo realizar a cirurgia no recém-nascido, que, para surpresa de todos ali presentes, nascera com um projétil alojado no braço. Extraída a inconveniente “bala” e após tudo resolvido a criança foi batizada Antônio Oswaldo (GUERRA, 2008, p.21) em homenagem ao “Doutor Oswaldo” autor da delicada cirurgia que extraiu o projétil do recém-nascido.

A seguir transcreve-se enxerto das memórias de Cabral acerca destes dois atendimentos realizados por ele, durante o ano de 1929 em hospitais do Rio de Janeiro. Nestes relatos é possível conhecer um pouco da vida do acadêmico em Medicina no Rio de Janeiro e sua relação com seus pacientes.

Quando cursei o último ano de Medicina na tradicional faculdade da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro, procurei concluir o meu aprendizado prático conseguindo internatos que me capacitassem, depois do diploma, a resolver os meus casos de acordo com a ciência da época, de cuja parte teórica buscava aprender nas aulas de mestres insígnies, como possuía aquela Faculdade, e queimando pestanas até tarde da noite no meu quarto de estudante. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 42)

Ao que parece tal prática tenha importância na formação de médico.

Assim, depois de ter sido estagiário da 18ª Enfermaria do velho Mestre Augusto Paulino, na Santa Casa de Misericórdia, passara para o serviço da 10ª do Hospital de São Francisco de Assis, como interno da equipe de Fernando Vaz, outro mestre de alto gabarito. E fregüentei os cursos de Murtinho da Rocha, na Casa dos Expostos, de Gabriel de Andrade, na Policlínica do Rio de Janeiro, de doenças venéreas da Fundação Gaffrée-Guinle, além de outras. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 42)

A respeito da prática médica, convém ressaltar que essa homogeneização da teoria com a prática da clínica e da cirurgia eliminou alguns obstáculos à consolidação de uma unidade da medicina, no tocante a uma separação que havia entre o médico *livresco*, que dominava a teoria, e o *cirurgião*, que dominava a prática médica. No final do século XVIII, tanto a medicina interna quanto a cirurgia passaram a ser consideradas como simples especialidades de uma mesma forma de conhecimento e intervenção sobre o corpo humano. Nesse período, o hospital foi também responsável pelo desenvolvimento da clínica como meio de trabalho, na medida em que o seu espaço interno se reorganizou e se disciplinou sob o olhar do médico, este estava mais à cargo de religiosos. Assim o hospital passa a ser o lugar onde o ensino prático da medicina passou, então, a ter um papel importante na formação dos médicos de um modo geral clínicos ou cirurgiões (MIRANDA, 2017).

E o futuro médico Oswaldo Cabral trabalhava/estudava de forma árdua percorrendo vários hospitais da então capital federal, abdicando dos períodos de descanso para conseguir incrementar, ainda mais, a sua formação médica com trabalhos práticos.:

Férias não as tomava, pois era nessas épocas que eu conseguia alojar-me nalgum serviço, deserto com a saída de estudantes que concluíam seus cursos ou que regressavam aos seus Estados, a descanso.

Ao chegar ao sexto ano, estagiei em dois importantes serviços: o de Fernando Magalhães, que me dedicou uma grande estima e cuja memória reverencio como uma das mais lúcidas inteligências que já conheci; e o do Pronto Socorro, da Praça da República, Serviço de Alberto Farani, outro nome ilustre da nossa medicina. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 43)

Oswaldo ressalta a importância e o “valor” dos profissionais médicos os quais foram seus mentores nas Ciências Médicas.

Na Pró-Matre havia uma equipe de obstetras de valor, sobressaindo-se Clóvis Corrêa da Costa e Rodrigues Lima. Médico estagiário era Arno Arndt, um gaúcho louro, depois deputado federal pelo seu Estado, a quem cabia distribuir e fiscalizar o trabalho dos internos, entre outras tarefas.

No Pronto Socorro, que atingi depois de haver passado um ano no posto da Assistência do Meyer, onde cheguei a substituir médico em férias, no Ambulatório, pontificavam, ao lado de Farani, Paulo Barata e Guilherme Viana, seus assistentes; o plantão se estendia do sábado às 8 da noite ao domingo às duas da tarde, sendo o mais duro da semana. E a mim me tocavam os curativos da enfermaria do Chefe, sob a orientação dos assistentes. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 43)

Também é possível perceber que, ao descrever suas impressões dos doentes, Oswaldo Cabral demonstra sensibilidade e um certo grau de empatia por eles.

Desses dois serviços recordo-me de algumas passagens bastante gratas, duas das quais, que ficaram ligadas ao meu nome, aqui deixo registradas.

Não me recordo do seu nome, de onde viera, que idade tinha e nem mesmo se tinha alguém por si.

Era uma preta de meia idade, que encontrei na enfermaria de gestantes, certo dia, entrada na véspera e levada não sei por quem.

Volumosa, no seu nono mês de gestação, tinha um ar de sofrimento que fazia dó a todos. Edemaciada, por um toxemia gravídica, respirando angustiosamente, só os olhos exprimiam (sic) uma grande vontade de viver e uma esperança de que encontraria naquela benemérita casa, o amparo de que necessitava. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 43)

Havia, além dos afazeres e das atribuições como médico e o zelo da saúde de seus pacientes, uma manifestada preocupação com o psicológico daqueles os quais tratava, como fica evidente no trecho a seguir:

Aprendeu a sorrir com a gente. Desamparada, sem ninguém que a visitasse, talvez nem mesmo soubesse a quem devia o ser que trazia nas entranhas e que tanto sofrimento lhe causava, foi na alegria dos internos, na paternal bondade dos médicos, que encontrou forças para resistir.

Grande era a dieta que lhe foi imposta, dado o seu estado toxêmico – enquanto outras gestantes recebiam de fora, de parentes, do esposo, ou de conhecidos alguns presentes para amenizar a dieta da casa – ela não recebia coisa alguma de quem quer que fosse. Não tinha de quem – ninguém que a conhecesse dela se lembraria e possivelmente, nem soubesse que ela estava ali.

Num dia de visitação, estando de plantão, senti aquela indiferença – e enquanto ela parecia indiferente a que assim fosse, fiquei profundamente condoído. Abandono, esquecimento, fosse o que fosse, me fez sobre por uma criatura a quem eu nunca vira, que nem sabia quem era, e que apenas encontrara num leito de enfermaria que me caberia cuidar. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, pp. 43-44)

Aqui Cabral deixa transparecer as dificuldades e, as quais se supõe, privações pelas quais passou durante sua vida de estudante de medicina na cidade do Rio de Janeiro, embora tenha tido apoio com a acolhida de um “parente bondoso e amigo”.

Estudante pobre, morando em casa de um parente bondoso e amigo, com mesada de cem mil réis por mês, para o bonde, cigarro e outras despesas pequenas, mesmo assim encontrei, não sem sacrifício, é claro, meio de comprar uma latinha de goiabada – custava, das menores, dois mil réis – e no dia seguinte lhe levei, como um presente, para que ela não se sentisse tão infeliz no seu abandono, face às outras companheiras lembradas pelos seus familiares. E, ao receber a mesada, dias depois, comprei-lhe duas maçãs e lh’as levei também. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 44)

Cabral demonstrava compaixão pela situação de pacientes que não recebiam visitas de parentes, o que denota um certo grau de envolvimento sentimental para com a profissão que escolhera para si, desde a observação feita por sua mãe doente.

Todos os dias sentava-me à sua cama, tomava-lhe a tensão arterial, examinava-lhe o ventre, ia anotando na papeleta a progressão daquela gestação. E ela, a pobre preta miúda e quarentona, sentia-se talvez mais feliz de que todas as outras, porque recebia o calor de um carinho que às outras não era dispensado com a mesma intensidade pelo interno, pelo “doutor” da casa.

Certa manhã, encontrei o seu leito vazio. Perguntei por ela – e a resposta alegre das outras foi uma só: “a sua protegida já ganhou...”.

“Já ganhou” queria dizer, apenas, já dera à luz. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, p. 44)

A paciente, como forma de gratidão ao atendimento “diferenciado” que lhe reservou o Doutor Cabral, retribuiu o tratamento batizando o filho com o sobrenome do médico catarinense, num sinal claro de agradecimento e reconhecimento aos serviços prestados por Oswaldo Cabral.

Depois do meu trabalho fui vê-la na enfermaria das puérperas – e santa e alegre surpresa, o médico e os internos me apresentaram um crioulinho, ainda avermelhado, cor de rato novo e entre risos e brincadeiras, me apresentaram a papeleta do garoto, que registrava o nome escolhido pela mãe – sinal de apreço e gratidão, que hoje me umedece os olhos, como naquele dia o iluminara: o garoto, que, quem sabe, não tinha pai, chamava-se Jorge Cabral.

Eu lhe dera, além do carinho àquela que lhe dera a vida, também um nome.

Depois fui ver a mãe, que mostrava todos os dentes num sorriso aberto, feliz de ter podido retribuir o bem que lhe fizera. E, uma semana depois, quando lhe deram alta, fui com ela a Igreja de São Pedro, de bonde, pois não me podia dar ao luxo de outra condução – e lá batizei-o, pois recebera o convite para ser seu padrinho. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, pp. 44)

Cabral tornou-se padrinho do menino “Jorge Cabral”, mas desde o dia do batizado da criança, não mais teve notícias dele e nem da mãe do menino. E parecer-lhe por bem esse desfecho de não mais saber deles.

O padre certamente decepcionou-se com a espórtula que lhe dei pelo batizado – mas era todo de que eu poderia dispor, sem pôr em risco o meu escasso orçamento mensal.

À porta do templo apertei a mão à mãe preta, em despedida. Fiz um carinho à bochecha do crioulo – e foi tudo o que tive para dar-lhe.

Nunca mais o vi. Nem dele vim a saber. Dele e dela. Já lá fazem, agora, trinta e três anos... Viverá?

Não sei. E é melhor que não saiba. (CABRAL, In: SOUZA, S., 1993, p. 45)

Em um tom memorialista, conta outra história de um atendimento médico, que também lhe rendeu homenagem com o nascituro recebendo o seu nome

E por falar em nome, ocorre-me que também a outro dei o meu nome, dessa vez no Pronto Socorro.

Dia 13 de junho [de 1929], Santo Antônio, padroeiro da minha terra [Laguna], às dez da noite, a ambulância entrou repicando o seu alarme no pátio interno e, logo depois, saía ao Serviço uma mulher baleada no ventre.

Estava no derradeiro mês de gestação (...)

Logo se movimentou a equipe e Guilherme Viana praticou com perícia a cesariana, passando-me às mãos um mulatinho ao qual me incumbia fazer respirar. Não demorou a que gritasse e enquanto o chefe realizava os últimos atos operatórios, da minha parte encontrava a bala de um calibre 32 alojada no cotovelo do recém-nascido. Sem hesitar,

procedi aos cuidados de assepsia e abre a pele, retirando o projétil e colocando, para finalizar o ato, um agrafo na incisão. Antes de concluída a intervenção da mãe, a do filho já estava completa. (CABRAL, In: SOUZA, S., 1993, p. 45)

A história é deveras salutar: uma criança que foi baleada ainda no ventre. Páginas da História da Violência do Rio que foi estampada na página da imprensa escrita à época com registro fotográfico de Oswaldo Cabral.

Depois, fui posar para a reportagem dos jornais que também faziam permanente plantão no Pronto Socorro, atentos a qualquer nota sensacional. A pobre pardinha foi fotografada na maca que a levava para a enfermaria – e o rapazinho, no colo de uma enfermeira, figurou num instantâneo, ladeado pelo médico que o extraíra do ventre materno baleado e pelo interno que lhe extraíra do cotovelo a bala que o atingira antes de nascer. No dia seguinte lá estávamos nós figurando sob o título: “Baleado antes de nascer”, numa reportagem que contava tudo, inclusive que o menino recebera dois nomes: o do Santo em cujo dia nascera, e o do interno que o operara logo após o nascimento. (CABRAL, In: SOUZA, S., 1993, pp. 45-46)

As memórias trazidas pela pena de Oswaldo Cabral dão conta do quanto ele gostava de sua profissão de médico. Tais lembranças do passado, de sua formação em medicina e de seus atendimentos nos hospitais do Rio de Janeiro, lhes são caras e parecem ter marcado sua carreira, a ponto de, cerca de três décadas depois, ainda recordar de detalhes, escolhendo recordações para eternizar com a escrita.

Por onde andaré, também, esse Antônio Oswaldo, que a 13 de junho deste ano [refere-se Cabral ao ano de 1959, ano em que escreve o livro com essas memórias] completou seu trigésimo de vida? Também não sei!
Como o Jorge Cabral, Antônio Oswaldo perdeu-se no anonimato da grande metrópole. E o tempo, se ainda vivem, ambos, deve ter apagado das suas memórias a história dos seus nascimentos.
Só não conseguiu apagar, ainda, do médico que se formava e que, já quase afastado da profissão, não pode esquecer o consolo que ela lhe deu, desde o início de sua carreira, em tantos e inesquecíveis momentos. (CABRAL, apud SOUZA, S., 1993, p. 46)

De posse do diploma de Médico, o agora Doutor Oswaldo Rodrigues Cabral voltou ao seu Estado natal, Santa Catarina, no ano de 1930. Casou-se em Joinville, no mesmo ano, com sua noiva, a paranaense Olívia dos Santos Ramalho, a qual havia conhecido em Curitiba, durante seus primeiros anos na Faculdade de Farmácia e de Medicina naquela cidade. Após um interminável noivado, durante os estudos de Cabral no Rio de Janeiro, finalmente se casaram. “Dessa época ficaram guardadas longas e apaixonadas cartas, além de uma infinidade de poemas feitos para a noivinha paranaense” (SOUZA, S. 1993, p.49).

Fixou residência na cidade de Joinville onde atuou como médico nomeado pelo Prefeito da Cidade para o “Matadouro Municipal, encarregado de Saneamento” e também foi nomeado “médico do Hospital Municipal e Asilo de Órfãos e Desvalidos Abdon Batista” de 1930 a 1934 (SOUZA, 1993. S, p.48).

Cabral veio a pedir exoneração dos cargos de médico aos quais foi nomeado (Portaria 9, de 16 de janeiro de 1934) por divergências sobre a escolha, por parte do prefeito, de um “leigo” para a direção dos Hospitais.

Abriu seu próprio consultório médico, ainda em Joinville onde passou a clinicar até final do ano de 1935. Neste período começou a se interessar pela vida política.

O início da carreira de médico foi pautado por dificuldades, uma luta diária não apenas contra as doenças e as mortes, mas luta pela própria sobrevivência e de sua esposa. “Dava consultas nas fábricas de Joinville a três mil réis, fazendo visitas a cinco, vez por outra ouvindo reclamações quanto ao preço” (SOUZA, S.1993, p. 50).

Desse tempo narrou, em tom memorialístico e melancólico, o momento que assistiu o médico de sua família, aquele mesmo que atendera certa ocasião a mãe de Cabral:

[...] um dia, o velho e querido médico que me atendera a progenitora e me acompanhara na formatura chegou aqui, com os dias limitados, a saúde abalada por enfermidade incurável.

Fui recebê-lo, como parente e amigo, a quem devia a gratidão do seu gesto indo abraçar-me à minha formatura, e acompanhá-lo à sua casa.

Mal refeito da viagem, conhecendo perfeitamente o seu estado, pediu para ficar a sós comigo alguns instantes – e quando todos saíram, tomou-me a mão, olhou-me calmo e ordenou:

- “Comande agora você, o meu barco desarvorado!”

A confiança que ele depositou em mim eu senti que ia até ao garoto que fora buscá-lo, na boléia do carro, anos atrás, para que lhe curasse um ente querido.

Dias depois, recebeu ele, das mãos do Senhor, o prêmio das suas virtudes, a paga das boas obras que espalhou nesse mundo, entre pobres e ricos, principalmente aqui em Santa Catarina. (EGAS GODINHO, Jornal O Estado, 31/12/1954, s/n).

Mas talvez um dos atendimentos mais difíceis tenha sido, no entanto, o realizado àquela que o fez despertar para a medicina e para a própria vida: sua progenitora.

[...]

Anos mais tarde eu me ajoelharia a um leito em que morria a paciente mais querida que já tive. Noites sem conta passei ao seu lado, à sua cabeceira, esforçando-me por aliviar os seus sofrimentos.

E minha mãe – pois era ela – tornou a pousar a sua mão sobre os meus cabelos revoltos, agora já prateando, como naquela tarde, anos antes, e me segredou, entre as dores cruciantes que a martirizavam:

- “És um filho muito querido”.

Eu realizara o seu desejo.

E abençoei, então, a profissão que me permitira ouvir, dos lábios de minha mãe, aquelas palavras que vivem nos meus ouvidos, como a melhor benção que recebi em toda a minha vida, como o melhor pagamento de todos os meus trabalhos e de todos os meus sacrifícios”.

(EGAS GODINHO, Jornal O Estado, 31/12/1954).

Oswaldo Cabral, mesmo atuando como médico, continuava a escrever para colunas de jornais e por essa razão, havia conseguido algumas inimizades em Joinville, mesmo por parte de pessoas as quais ajudou (SOUZA, S., 1993, p.51). Da lavra do próprio Cabral é que nos chega ao conhecimento episódio envolvendo-o e um dono de jornal da cidade que, após a recusa de Cabral a contribuir com crônicas para o jornal, passa a atacar publicamente o médico e jornalista Oswaldo Cabral. Eis que em certa ocasião adentrou ao consultório de Cabral, em Joinville, o editor do tal jornal, vítima de uma “epistaxe violenta”.

Mandei que sentasse. Tomei-lhe a pressão arterial e, como fosse bastante elevada, deixei que a sangria natural lhe salvasse a vida. Depois, tamponiei-lhe as narinas e mandei que fosse repousar, livre do perigo, recomendando que voltasse no dia seguinte para o curativo. Assim voltou. Uma, duas, três vezes. E quando não havia mais mister dos meus cuidados, receitei e despedi-o.

– “Doutor, agora eu quero pagar”.

Quanto lhe devo? A sua atenção eu não pagarei jamais.

– Guarde o seu dinheiro. Só lhe peço um favor.

– Quantos o Senhor Mandar. Sou um seu criado.

– Aqui há pelo menos uns dez médicos, não é? Pois vai fazer-me o favor de nunca mais sujar o meu consultório com a sua presença. Só me deve isso. E agora, suma-se! (EGAS GODINHO, Jornal O Estado, 20/03/1955)

Assim era Cabral: homem enérgico, explosivo, “teimoso, malcriado, centralizador e ferino”, mas, também, “um romântico, extremamente humano, bom filho e excepcional pai e avô, embora sem filhos e netos consanguíneos” (SOUZA, S.1993, p. 14). Mas um sentimental e afetuoso filho e profissional da medicina.

O fato narrado por Cabral acerca do atendimento médico ao editor do jornal que se tornara um desafeto seu, além de fornecer elementos sobre o temperamento e a personalidade de nosso médico e personagem, traz algumas contribuições para pensar: primeiro, sobre os aspectos da medicina na década de 1930, período em que Cabral clinicava em Joinville. E, segundo, sobre

o fato do relato ser veiculado na imprensa escrita, em periódico estadual (Jornal O Estado), na década de 1955, período, portanto que Cabral já estava residindo em Florianópolis.

Sobre o primeiro chama-nos atenção a prática da sangria, método relativamente antigo de tratamento, que data do período medieval, e a qual Cabral atribuiu ter salvado a vida do seu “paciente”: “deixei que a sangria natural lhe salvasse a vida”. Só depois vindo-lhe a tamponar as narinas para evitar que o sangue escorresse ainda mais. A prática da sangria era comum aos barbeiros. Os cirurgiões do período colonial brasileiro cuja “grande maioria dos residentes no Brasil nos séculos XVI e XVII constituía-se de cirurgiões-barbeiros” que além de alguns pequenos e simples atos cirúrgicos, tais como retirada de abscessos, “ainda sangravam, sarjavam, aplicavam ventosas e sanguessugas, extraíam dentes, barbeavam e cortavam o cabelo” (SANTOS FILHO, 1991, p. 304).

O outro fato trata-se da circularidade que essas histórias de cunho memorialísticas receberam em jornais impressos do Estado. Muitas delas foram veiculadas na imprensa local na forma de colunas assinadas por Cabral usando de pseudônimos. Tais histórias prestaram como um cartão de visitas do seu escritor, imprimindo-lhe um certo grau de notoriedade e (re)conhecimento entre pares e aqueles que liam as colunas dos jornais. O que nos faz pensar sobre uma tentativa de circularidade de ideias, de saberes médicos, ou mesmo de memórias, em uma tentativa de reafirmação de um “campo” de saber²³ híbrido, atravessado por diversas outras áreas, como o jornalismo, a medicina, a literatura, a história. Ao mesmo tempo deixa transparecer um exercício político, já que a escrita faz lembrar seu autor, aproximando-o de possíveis eleitores ou mesmo clientes em potencial, que se identificavam com suas memórias compartilhadas nos jornais. Não resta dúvida que essas colunas funcionavam tanto como um cartão de visitas, como uma forma, também, de publicidade de seu autor.

Como jornalista, uma das faces de Oswaldo Cabral, percebe-se que não se tratava de um jornalista de notícias breves, até mesmo porque ele não possuía o poder de síntese, tão útil ao jornalista noticioso. Pelo contrário, ele gostava de contar histórias e de buscar, pesquisar sobre os assuntos para proporcionar uma visão mais ampla com relação ao tema. Essa prática indica que o

²³Campo, ora usado, faz referência ao significado formulado por Bourdieu: (...) um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, é como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2005, p. 50).

Cabral historiador inicia-se com o Cabral jornalista, ambos andavam juntos, mas é no jornalismo que Cabral é lido primeiro:

Cabral viveu em Curitiba uns bons passos de sua mocidade. Não esquece aqueles dias frementes, mesmo porque levou de sob os nossos céus, aquela que lhe tem valido, até hoje, toda uma constelação de virtudes. Veio para cá trazendo o canudo de professor normalista. Depois, calouro da Faculdade de Medicina dividiu as suas ciências com as artes malucas do Futurismo. (Walfrido Pilotto, apud SOUZA, S. 1993, p. 65)

Desde a década de 1920 Cabral escrevia para jornais de muitas cidades, entre elas Joinville, Curitiba, Rio de Janeiro, Jaraguá do Sul, Laguna e Florianópolis. Escrevia notas, artigos e crônicas em colunas para os quais utilizava pseudônimos ou subscrevia com seu nome próprio ou apenas as letras iniciais O. C. Foram muitos pseudônimos: Luiz de Olinda; K-Bral; Mário Netto; João só e Egas Godinho.

Um de seus artigos veiculado no jornal impresso joinvillense “A Notícia” de 23 de dezembro de 1925, que tem como título “Futurismo”, Cabral já destilava críticas ao comportamento de certos políticos, demonstrando um engajamento social e um posicionamento perscrutador:

Não há muito que Curitiba, formosa capital do Estado do Paraná, recebeu a visita de Fátima Miris, a notável transformista, cuja especialidade reside na rapidez com que muda de trapos, interpretando maravilhosamente, em vários trechos de operetas, os papéis de diversos personagens, a rapidez com que mudava de trajos e vestes, a figura solene de certo político brasileiro que, apesar do seu recente aparecimento, tem chamado para si a atenção de todo o país. Tal a rara habilidade que apresenta, só comparável à da famosa artista, ao que diz respeito à arte de mudar e de virar casacas.

S. Ex^a não pode negar: esteve na ordem do dia. Os jornais falavam, os jornais contavam, os jornais atribuíam faziam e aconteciam. Para uns, o ilustre político, inventor da jornada municipal, ungüento de primeiríssima para tapeações é um caso legítimo e concreto de malabarismo político, para outros é um caso disso; para terceiros, um caso daquilo. Pois para mim, S. Ex^a meio entusiasmado, meio arrependido, talvez, das idéias expendidas, fala outra vez. Surpresa! Era diferente a voz, diferente a casaca. Afinal, acharam de bom tom perguntar-lhe qual das falas de S. Ex^a merecia crédito. Fátima Miris política, triunfal, solene, sorridente e obsequiosa, de nova casaca e nova voz, exclama!

– “Nem uma coisa...nem outra!” E fala pela terceira vez, dizendo novas coisas. Caiu o queixo aos **indígenas** – **e ninguém mais a entendeu.**

(“K”BRAL, Jornal A Notícia, 23/12/1925) [sem grifos no original]

Sem dizer o nome do político criticado, Cabral chama a atenção para o fato do político trocar de opinião com a rapidez com que a “notável transformista” Fátima Miris, trocava de roupas. No campo das suposições, ao sabor de inferências, pode-se cogitar, a partir deste trecho de crítica de Cabral, que, desde o período de sua escrita, 1925 a imprensa escrita (os jornais) exerciam alguma forma de pressão e mesmo de um papel de porta voz do que, atualmente chamamos de “opinião

pública”. Primeiro, Cabral publica “sua opinião” sobre a postura do “ilustre” político em mudar de ideias e até de “voz”, o que talvez tenha ocorrido, até em razão de uma ou outra crítica sobre algum posicionamento anterior do político, veiculada no mesmo jornal.

Com o pseudônimo de João só, no Jornal “O Dia”, de Curitiba escreveu:

Quem é mesmo que ainda leva a sério esta República? Muito pouca gente, sem dúvida. O resto do povo já notou que não vale a pena... De que vale estar o Sr. Assis Brasil com toda a sua diplomacia, com toda a delicadeza, como se estivesse a tratar com senhoras, em plena Câmara, a clamar por medidas pacíficas, a pedir a anistia, a solicitar amor e fraternidade? De Que serve a voz tonitruante de Irineu, o “Promotor Público da República” a esbravejar contra as medidas do Governo, que se nega a satisfazer os desejos do povo? De nada vale, de nada serve. As suas vozes ficarão, os seus desejos ardentes de patriotismos e de fé não se apagarão – mas a maioria abafará a realização de tudo o que pedem, votando com os que hajam [sic] que deve ser combatida a índole do povo. E certamente pensará também de que nada serve e de que nada vale estar a bradar e a mostrar o verdadeiro caminho da paz, da ordem e do progresso, o Sr. Maurício de Lacerda, que compreendendo bem o regime que nos rege, deixou de levar esta República a sério. E, como pedissem ao Conselho Municipal, os moradores da Gávea, que fosse retirada uma afronta ao povo do Brasil, concretizada numa placa com o nome de Arthur Bernardes colocada numa praça, aproveitou o ilustre tribuno fluminense o momento que se lhe apresentava, quando o Conselho recusava homenagear os grandes homens e os grandes feitos do governo passado. Assim, mandava mudar o nome do Largo da Carioca para Largo da Clevelândia, o do matadouro de S. Cruz para matadouro General Santa Cruz; e mandava dar a uma das ruas do Rio de Janeiro, o nome de Capitão Lampião, atendendo os grandes serviços prestados pelo ilustre bandoleiro do norte à causa bernardista. Mas a indicação foi rejeitada por unanimidade de votos, inclusive o do Sr. Maurício, que sendo anti-bernardista, não poderia votar a favor e queria apenas dar ocasião a que os seus adversários políticos pudessem mais uma vez reverenciar o homem da triste figura... Os vereadores não levaram a sério a indicação do Sr. Maurício. E vai assim tudo muito bem. Ninguém leva mais essa “joça” senão de brincadeira. Muito bem. Quanto pior, melhor... (JOÃO, SÓ, Jornal O Dia, ??/19??)

A crônica, apesar de não ter sido possível verificar a data com precisão de dia mês e ano, sabe-se, pela menção à recusa do Conselho em homenagear o governo anterior, e pela própria informação de Cabral, o homenageado seria o mineiro de Viçosa, Artur Bernardes, presidente do Brasil entre 1922 a 1926, durante a República do “Café com Leite”, em que membros da oligarquia de São Paulo e Minas Gerais se revezavam na presidência da nação. Não obstante a resistência de outros estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Artur foi bastante injuriado e mesmo ridicularizado, sobretudo pela população da então capital federal, Rio de Janeiro, que os chamavam em marchinhas de carnaval de “Seu Mé”, em razão de seu rosto fino como um carneiro ²⁴. Foi um dos mais impopulares presidentes à época, e se mostrou muito

²⁴Ver mídia fonética disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/ouca-historia-de-artur-bernardes-presidente-que-mandava-inimigos-para-prisao-na-amazonia.shtml> acessado em 10 de julho de 2018.

vingativo, violento e autoritário. É do período de Bernardes o Levante Militar que ficou conhecido como Tenentismo, liderado pelo jovem militar Eduardo Cruz, na cidade de São Paulo. A ação de Bernardes ao levante foi tão desastrosa quanto desnecessária, com tanques, aviões e literalmente bombardeou a cidade de São Paulo. O tenentismo é o início, ou o embrião, do que se tornou a Coluna Prestes, movimento que percorreu diversas regiões do país comandada, por militares que saem a arregimentar a população para derrubar o governo de Artur Bernardes. O movimento não logra seu intento, mas, muitos historiadores atribuem-no a eclosão da Revolução de 1930, movimento paulista, que depois, quatro anos após o fim do governo Bernardes, o então presidente Washington Luís (o mesmo que entregou a faixa ao médico formado Cabral), e a posterior ascensão à presidência o gaúcho Getúlio Vargas, e com este, o período da Ditadura do Estado novo, o populismo, que caracterizaram este período de 1930-45 e 1951-54, quando cometeu suicídio “saindo da vida para entrar para história”²⁵.

E, para não se perder a história de Cabral, voltando ao caminho, após estes “parênteses” suscitados pela pena de Cabral na crônica de jornal antes transcrita, chama atenção a aversão à placa da praça carioca em homenagem ao presidente Artur Bernardes, pois consistia, segundo escreveu Cabral, uma afronta à memória da nação, do povo brasileiro. Aqui, mereceria tantas outras considerações, mas ficar-se-á à superfície, lembrando por ora das questões acerca da memória, este o verdadeiro “Fio de Ariadne” da tese, e sua relação com a política e com o presente.

Uma das considerações diz respeito, em grande medida, como, por meio de uma simples crônica de um “jornal velho”, perceber um deslocamento entre as decisões entre uma classe política representada pelo Conselho, preocupada com placas e nomes de ruas e de largos, e o povo, com preocupações, com certeza, mais urgentes, como emprego, saúde, educação, segurança.

Outra consideração, diz respeito, a ideia de memória esta sim, a “linha de lã no labirinto” de letras da escrita de Cabral, objeto da tese. A memória, como já bem o sabia David Hume (1711-1776) – filósofo e empirista britânico – tem muito a ver com o passado sem dúvida, mas também com uma questão sempre premente no presente que é a construção de identificações. Como se quer lembrado no futuro, em grande medida, depende do que e de quem se quer lembrar no neste presente, neste sentido, a memória relaciona-se tanto com o passado, mas, talvez, muito mais com futuro (ROSSI, 2010).

²⁵Para saber mais sobre esse período da República Velha ou Primeira República no Brasil ver (CARVALHO, 1987; 1990; FAUSTO, 1978;1976; DE DECCA, 1981)

A placa em homenagem a Artur Bernardes, objeto da celeuma apresentada por Cabral, assim como tantos outros monumentos, estátuas, nomes e escritos, remetem para a construção de uma memória em um presente, que, muito embora e indubitavelmente ligada ao passado, tende a criar, produzir, identidades futuras.

Inventar tradições (HOBSBAWM; RANGER 1984) priorizando determinadas culturas num presente, e por vezes, ocultando, desprezando, negligenciando, apagando outras, ainda mais quando se detém, de alguma forma, como parece ser o caso de Cabral, uma certa inserção no campo das ideias, por meio da escrita em jornais com circulação em cidades importantes, é extremamente preocupante, pois pode provocar, um futuro nebuloso.

O que se está evidenciando é que, sendo Cabral um médico, um homem de letras, jornalista escritor, ao escolher determinados temas, e a forma como os aborda, seja em jornais ou em livros de história como se verá mais a frente, pôde ter provocado uma colonização de parte da memória de sua gente.

Ao privilegiar a história dos ilustres, da gente de anel, o historiador pode, também, da mesma forma que a placa em homenagem à Artur Bernardes na praça de cidade do Rio de Janeiro, São Paulo, como a manutenção de nomes de bandeirantes em ruas, de algozes e vencedores. Uma afronta à história, à memória do povo que sofreu, que morreu em ações promovidas por estas pessoas.

O retorno do médico Cabral a Santa Catarina

Já em Joinville, agora médico formado e clinicando, Oswaldo Cabral dedicou-se à escrita de seus artigos e crônicas para os Jornais do Paraná. Talvez em razão da dificuldade de publicação de livros por editoras à época, além do que o jornal impresso consistia em importante ferramenta de propagação de suas ideias. Dando ao seu autor e escritor uma certa visibilidade. Fazendo-se, assim, lido e lembrado pois que Cabral conseguia ser *entendu par les yeux* (CHARTIER, 2008) por aqueles que liam os jornais da época.

Com o recurso das constantes publicações nos periódicos Cabral ia se fazendo lido e notado, vez que o alcance do jornal diário é muito maior e diverso do que livros impressos. Os temas, embora variados, destacavam-se os que abordavam uma aproximação entre o médico, o

historiador e o jornalista, que pode ser percebido no artigo sobre o cólera em Santa Catarina. O mesmo artigo foi publicado no Jornal O Dia, no ano de 1930 (sem referência ao dia e mês).

Em 1855, justamente a 16 de Outubro, procurou fundo na baía do norte, vindo do Rio de Janeiro, e destinando-se ao Rio Grande do Sul, o vapor Imperatriz. Trazia a seu bordo, além de passageiros civis, 109 praças do Exército, entre as quais, na véspera, se declarara o *Cholera-Morbus*, que então fazia grande número de vítimas na Corte e nas Províncias do norte.

No mesmo dia, 6 mortos fez a doença entre os atacados que foram desembarcados para a Fortaleza dos Ratores [Fortaleza de Santo Antônio de Ratores localizada na ilhota Ratón Grande, baía norte, entre o continente e a ilha de Santa Catarina], onde se improvisou Lazareto, na mesma tarde da chegada. No dia seguinte, ao chegar ali o médico Dr. Antônio José Sarmento e Melo, havia mais quatro óbitos a registrar e mais 16 atacados do *morbus* terrível. Do navio começaram a chegar ao isolamento novos casos e um passageiro, três marinheiros e um preto escravo faleceram. Em resumo: 59 pessoas atingidas e 21 óbitos registrados. (CABRAL, Jornal O Dia, ??/1930)

No trecho anteriormente transcrito, percebe-se uma verve de jornalista, com um tom noticioso do acontecimento, já no seguinte, pode-se notar uma preocupação com o político e de médico sanitaria:

A presença do cólera nas proximidades desta capital alarmou enormemente a população. Não havia muito, então, que a escarlatina e a febre amarela haviam feito inúmeros claros entre os habitantes da velha Desterro e, quando o mal asiático ainda se encontrava no Pará, na Bahia e no Rio, temendo a sua visita, a Câmara Municipal pedia ao Presidente da Província providências de toda ordem, para impedi-la. Foi mandada proceder rigorosa fiscalização dos gêneros alimentícios e o máximo cuidado com a limpeza pública. O dr. Faria Souto, médico da higiene pública, encareceu a necessidade de construir-se “quatro pontes de despejos em diferentes lugares da marinha” pois o hábito era fazer-se em terrenos baldios, nas esquinas e nos fundos dos quintais. (CABRAL, Jornal O Dia, ??/1930)

Nas linhas a seguir um tom de engrandecimento da “classe médica”, que atendeu aos “coléricos” com carinho:

O Hospital – o nosso Imperial Hospital de Caridade – preparou-se para receber os doentes pobres e a Câmara instalou uma enfermaria no salão do quartel do Campo do Manejo. A população conservou-se sobressaltada e com razão de sobre, pois foi permitido o desembarque dos passageiros do IMPERATRIZ na cidade, apesar do contato que tiveram com os doentes. A classe médica atendeu aos coléricos com carinho. Diariamente eram os doentes visitados por um médico: Sarmento e Melo, Faria Souto, Tomaz Silveira de Souza, Pinto Portela e Ferreira Lisbôa. O Presidente, dr. João José Coutinho, também não se furtou ao piedoso dever de visitar os atacados. (CABRAL, Jornal O Dia, ??/1930)

A seguir, um registro com pretensão de denúncia, de apelo, quase que uma história a contrapelo, dos esquecidos, um registro ao encontro do silêncio sobre os vencidos (DE DECCA, 1981):

No silêncio de uma enfermaria improvisada em três horas apenas, atacada pelo *morbus*, morreu Maria Baiana.

Fora ela da cidade para o mister de que muitos fugiram com terror: tratar dos coléricos. Era uma crioula liberta, e aceitou a sua missão de sacrifício com a alma grande dos predestinados: atraía a atenção de todos “pela sua nobre conduta no desempenho da sua piedosa tarefa”. Faria Souto previu-lhe o fim ante tanta dedicação e desvelo para com os enfermos do lazareto.

O cólera alcançou-a. Matou-a em três horas. A memória da sua humanitária conduta, do seu sublime sacrifício foi, com os anos, apagando-se, soterrada no pó dos arquivos, ressurgindo agora, quando os humildes começam a forçar as portas da história (...)” (CABRAL, Jornal O Dia, ??/1930)

Não só de relatos de doença e de mortes eram as escritas de Cabral. Em artigo intitulado “Paraquedismos”, sob o pseudônimo de Egas Godinho, trata da ilha de Santa Catarina, local que escolheu para viver, e da sua gente, de suas angústias e desejos (SOUZA, S. 1993, p. 90):

Eu já pensei, algumas vezes, em transferir a minha residência desta Capital para outras plagas. Não que o desejo tenha sido ditado por qualquer contrariedade ou desânimo, pois, se lutas não me tem faltado, de mim, também, a coragem de enfrenta-las não se ausentou, sentindo-me bem dentro delas, embora já entrando da idade provecta.

(EGAS GODINHO, apud SOUZA, S. 1993, p. 91)

Cabral parecia se sentir, por suposto, impelido a alçar novos voos intelectuais, habitar centros maiores, “mais adiantados” do que a provinciana Florianópolis da primeira metade do século XX:

Mas o desejo de habitar um meio maior, mais adiantado, com possibilidades de maior conforto e, porque não dizer, de maiores possibilidades no campo intelectual, já me assaltou por mais de uma vez (...)

Se há povo a um tempo bom e malicioso, profundamente bom e extremamente malicioso, é este ilhéu muito nosso, meio canhestro, um tanto desajeitado, com ares de matuto enfarpelado, muito provinciano, do qual ninguém suspeita a finura que possui, o quanto de arguto consegue ser e, além de tudo, um gozador como nenhum outro...

(EGAS GODINHO, apud SOUZA, S. 1993, pp. 91-92)

Arremata, como que a justificar para si mesmo, o porquê permaneceu na provinciana capital de Santa Catarina:

É por tudo isto que eu gosto desta Ilha. Gosto daqui, assim como ela é, com sua bondade e com sua malícia. Com a sua eterna gozação. Com a sua permanente sensibilidade, com o seu senso de humor.

Daí porque não me animei a ir embora. E porque muita gente ainda terá de me aturar por muito tempo. (EGAS GODINHO, apud SOUZA, S. 1993, p. 92)

Deixa transparecer, à ponta da pena, em outro artigo de jornal, a relação entre os saberes, ou a “ciência” dos “de fora” da cidade, e os nativos. Um misto de sentimento bairrista somado à um desabafo que pode mesmo ter servido ao próprio autor, suas pesquisas, sua obra. Talvez uma espécie de denúncia da valorização da “prata da casa”, a cultura do povo local.

Quanto **cientista já tem aportado aqui, suando ciência, porejando cultura**, peito estufado, castigando sentenças palavrosas, crente de que, afinal, chegou o seu dia de leitar regra...e acaba sendo desmascarado, denunciado a cultura de almanaque, e ciência das Seleções, pelo primeiro amarelo que topa no seu caminho, pelo qual não deu nada e acabou cuspiendo no seu cartaz?

Via de regra, estes sujeitos chegam por aqui e logo iniciam o seu trabalhinho de subestimar a prata da casa. Só gente de fora, paraquedista como ele, é que vale, é que sabe, faz e acontece. **Aos da terra falta gabarito, são uns idiotas, uns papa-manjuvas, ausentes de bom gosto, deserdados da cultura, falhos de formação.** Nunca viram o mundo lá fora, só conhecem os ocasos da Ilha, sem se aperceberem das madrugadas de outros horizontes. (EGAS GODINHO, apud SOUZA, S. 1993, p. 92) [sem grifos no original]

O trecho transladado até aqui, a rigor, parece transparecer um certo dissabor com algum “cientista” forasteiro. Talvez um médico famoso vindo do Rio de Janeiro ou de Salvador, ou mesmo do exterior, a roubar-lhe a clientela, a criticar os métodos terapêuticos locais? Não se sabe ao certo, talvez nunca se venha a saber. É certo que havia uma certa concorrência, e mesmo disputas por clientes entre os médicos, locais ou forasteiros. Ilustrando o que se escreve, estão os vários anúncios nos jornais locais de médicos a oferecer seus serviços entre estes anúncios, um do próprio Cabral, como destacado na figura a seguir.

Amanhã

KAY FRANCIS

—A INCOMPARAVEL—

vibrante, unico, no seu formidavel filme premiado pela «Academia Pulitzer»

Amores tragicos

(FOND STELA PARRISH)

com **Ian Hunter, Paul Lukas e Sibil Jason**, um prodigio de 6 anos

Resgatei com afrontas o que não lutei com a moralidade!

E' mais um exito da **WARNER**

HOJE

O LIDER DOS CINEMAS

de 5 horas - Sessão Infantil às 7 3/4 horas

A Warner apresenta **BARBARA STANWYCK**

num romance de fortes impressões que encerra drama e comedia em surpreendentes revelações

A mulher de vermelho

A lado da perturbadoramente linda BARBARA STANWYCK surge a insinuante figura de **GENE RAYMOND**

Um filme que dá motivo ao desenvolvimento de um enredo interessante, conjunto de sensações diferente em interpretação esplendida

No programa: Complemento Nacional - Preço 1\$00

Aguardem

O segredo da creada

com **MARGARET LINDSAY - WARREN HULL**

ESTRELAS DA BROADWAY

com **PAT O'BRIEN - JANE FROMAN - JEAN MUIR - JAMES MELTON**

As duas orfãs

com **Renée Saint Cyr - Gabriel Cabrio**

Os miseraveis

com **HARRY BAUER**

A Cigarra - magazine

Unico monario brasileiro no genero americano, com 170 paginas de leitura sensacional e util. Todos os meses ra. 28000.

Agencia Progresso

Dr. Osvaldo Cabral

MEDICO

Consultorio: Rua Tiradentes, 29

Residencia: Av. Rio Branco, 33

CLINICA GERAL

CHIRURGIA

AGENCIA PROGRESSO

Jornais e Revistas

Recebe diariamente

Republica, O Globo, La Prensa, O Radical, Correio Paulistano, A Noite, A Nação, O Jornal, A Noticia, S. Juvenil

Jornal das Moças, A Noite Ilustrada, Revista do Globo, Cine Mundial, Caricões, Cruzeiro, Vamos Lér, A Cigarra

ASSINATURAS

Venda Avulsa

Rua Felipe Schmidt n. 5

Florianopolis

As melhores perfumarias

V. S. encontrará na

CASA MACEDONIA

Trajano 5

DR. ARTUR PEREIRA E OLIVEIRA

Clinica medica de crianças e adultos

Laboratorio de analises quimicas

CONSULTAS - Diariamente das 4 as 6 e 8 as 10 horas

Res. - Rua Visconde de Ouro Preto, 27

Fone - 1.324

TRANSFUSÃO

do **SANGUE** (Maravilhoso)

Para os enfraquecidos pela sífilis, amarelado de fígado, anemia, em crianças palidas, os anêmicos, as crianças raquíticas, obtém o efeito da transfusão, obtendo sangue novo com o unico fortificante com sais minerais, fosforos, calcio, ferro, arseniato, vanadato. Os palidos, Depauperados, Esgotados, Anêmicos, Mães que criam, Miséros, Crianças raquíticas Devem usar o

SANGUENOL

FORMULA ALLEMA

Com dois vidros aumenta o peso 3 quilos

Superior ao Óleo de Fígado de Bacalhau. Recostado por milhares de médicos na Alemanha.

Vende-se um milhão de vidros ao ano

A VENDA EM TODA A PARTE

Falam as celebridades medicas

Atesto que tenho empregado na minha clinica com resultados maravilhosos o preparado Sanguenol, nos casos de enfraquecimento geral, debilidade nervosa, nos organismos raquíticos e hiatéticos, especialmente na anemia.

Dr. Alfredo Kraus

Atesto que tenho recostado na minha clinica o preparado Sanguenol, que apresenta 8 sais tónicos e tal vez um dos unicos elementos da medicina moderna para tonificação geral do organismo, principalmente para os anêmicos, crianças raquíticas e hiatéticos.

Dr. Oscar Stulzi

Atesto que tenho recostado largamente na minha clinica hospitalar e civil, o preparado Sanguenol, nos casos de anemia profunda, raquismo, tuberculose geral e especialmente nas mães que criam, obtendo resultados maravilhosos.

Dr. Raul Scherub

Dr. Aderbal R. da Silva

—ADVOGADO—

Rua Conselheiro Mafra N. 10 (Sobrado)

FONE 1421

Dr. Arminio Tavares

Especialista em moléstias de Ovidos - nariz - garganta - cabeça e pescoço

— formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, ex-assistente do prof. Sanson (Hospital S. João Batista da Lagoa) - Policlínica de Botafogo e Hospital Gaffré - Guinle) — ex — interno, por concurso, da Assistência Pública do Rio de Janeiro.

Saías adaptadas para exames da sua especialidade.

Consultorio: — Rua João Pinho, 7 tel. — 1460.

Residência: — Hotel Florin (ant. La Parta) tel. — 1890

Consultas das 10 as 12 horas e 16 as 18 horas

A Cigarra - magazine

Unico monario brasileiro no genero americano, com 160 paginas de leitura sensacional e util. Todos os meses ra. 28000.

Agencia Progresso

Alugue-se dois quartos de coliteiro com estimo pensão.

Teléfono — 1495

Dr. Augusto da Paula

MEDICO E PARTHEIRO

Operações

Consultorio: Rua João Pinho, 18

Teléfono 1.666

Das 2 as 4 horas

Residência: Rua Vis. Ouro Preto, 68

Teléfono 1.266

O ADVOGADO

José Acaacio Soares Moreira

comunicou aos seus allegados de capital e do interior do Estado que continua a exercer a sua profissão perante a Corte de Apelação e o Juizo Federal.

Companhia "Allianca da Bahia"

FUNDADA EM 1870

SEDE: BAHIA

Seguros Terréstres e Maritimos

Capital realzado	Ra.	8.000.000.000
Reservas mais de	Ra.	41.000.000.000
Responsabilidades assumidas em 1935	Ra.	2.717.537.942.917
Receita em 1935	Ra.	19.792.553.835,8
Ministros pagos em 1935	Ra.	4.290.552.897,0
Bons de mais (prédios e terrenos)	Ra.	14.189.968.654,9

Opera com as mais modernas formas em todo o territorio nacional

Sucursal no Uruguay. Reguladores de svarias e representações nas principais cidades da America, Europa e Africa.

Agencia em **Florianopolis** **CAMPOS LUBO & CIA.**

Rua Conselheiro Mafra n. 25 — sobrado

Teleph. 1668 — Gr. postal, 12 — Telegr. (Allianca)

Escriptorios em Itajahy e Laguna

Sub-Agentes em Blumenau e Lages

O CRUZEIRO

64 PAGINAS

A VENDA NA AGENCIA PROGRESSO

Dr. Sáulo S. Ramos

Assistente no Serviço de Cirurgia Geral e Ginecologia do Prof. Brandão Filho - Hospital da U. G. do Hicistordina

Chirurgia e Ginecologista da Fundação Medica Cirurgica - Diretor - Dr. Alfredo Pinheiro - (Cirurgião)

Doenças de senhoras - Partos - Vias Urinarias - Cirurgia Geral e Traumatologia

Electricidade medica no Consultorio e a Domicilio

CONSULTORIO: Rua Republica do Ford, 26

Edificio Kunitz, 8 andar, N. 5799

Telefones: 22.7.408 — Residência: 25.4.318

RIO DE JANEIRO

Figura 3: Página com anúncios de médicos [sem grifos no original]
Jornal República, Florianópolis, 4/2/1937

Cabral, assim como os demais médicos em algum momento também foram forasteiros no tocante à inserção na atividade médica na cidade de Florianópolis. Ao que tudo indica Cabral também se sentia um forasteiro médico em terras distantes. Ou mesmo um viajante a registrar suas impressões sobre outra terra, outra cultura. Em uma viagem que lhe rendeu um livro, em tom de relatos de viagem, tal como o produzido quando da viagem que fez para os Estados Unidos, em 1943, a convite de funcionário daquele País, quando em viagem a Florianópolis. Cabral, tal como os viajantes de séculos passados, escreve um relato com suas impressões sobre a nação do Norte em livro intitulado “Terra da Liberdade”.

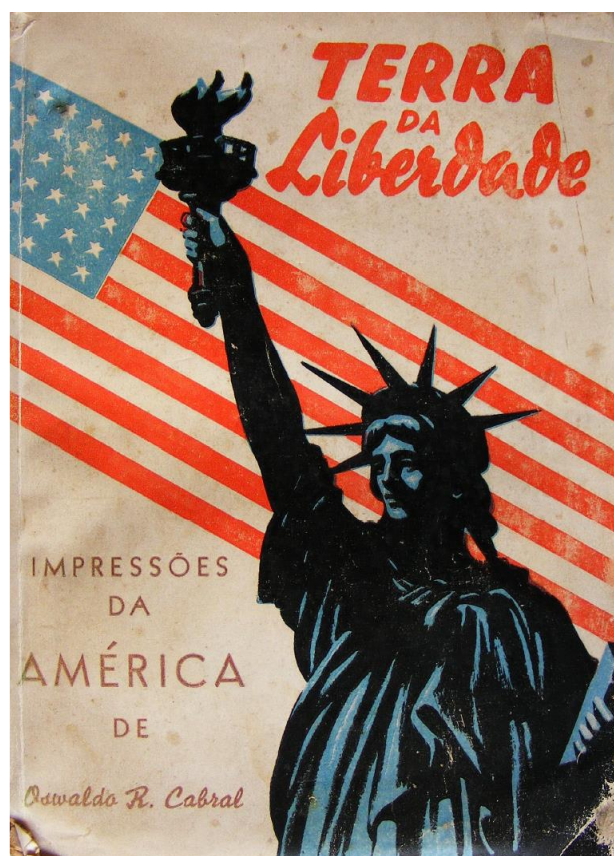


Figura 4: Contracapa Livro “Terra da Liberdade: impressões da América”
Acervo da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina



Figura 5: Desenho de autoria de Oswaldo Cabral constante no seu Diário de Viagem aos Estados Unidos da América, 1943
Arquivo pessoal de Oswaldo Rodrigues Cabral In: (SCHEMES, 2013)

No desenho, Cabral registra com traços bem definidos, suas impressões sobre os “tipos” norte-americanos. Tal como um viajante do século XVII ou XVIII, mostrando que suas habilidades ultrapassavam a escrita. Foi também um exímio desenhista e pintor.

As razões da visita, custeada pelo governo dos Estados Unidos, fora anunciada na imprensa local como tendo o propósito de conhecer pesquisas sobre a poliomielite desenvolvidas pelos norte-americanos. No entanto, os motivos da visita e da escolha de Cabral para fazê-la, não se confirmaram na documentação pesquisada. E, ao que tudo indica, a visita estaria relacionada à política da boa vizinhança promovida pelos Estados Unidos. Outra possibilidade, que não descarta a primeira, é de que a visita de Cabral se relacionava a uma forma de neutralizar uma possível “germanização” do Estado de Santa Catarina, região que recebera grande número de imigrantes alemães (SHEMES, 2013).

Provas desta inclinação de neutralização de uma possível valorização do alemão em Santa Catarina, podem ser encontradas nas escritas históricas, publicadas em diversos jornais, em grande medida promovidas pela pena de Cabral, em que enaltecia a figura do luso-açoriano como preponderante no Estado. Com vistas a construir uma identidade cultural para a “pequena pátria catarinense”²⁶, aproximando-a Portugal, seus usos e costumes. Cabral foi um defensor do português como o grande povoador de Santa Catarina. A considerar esta linha de pensamento, ao que tudo indica, foi Oswaldo Cabral o candidato mais indicado para uma viagem ao rico e “civilizado” vizinho do norte²⁷. Alguém que enaltecia o português e não o alemão em uma atitude que era muito bem vista pelo próprio governo norte americano o qual neste contexto político e social, exercia grande influência no Brasil.

A questão acerca da construção de uma identidade luso-açoriana e cultural e a ideia da “pequena pátria catarinense” presente em obras publicadas de cunho folclórico e histórico de Oswaldo Cabral serão temas a serem abordados de forma mais detida no próximo capítulo da tese.

Cabral escreveu também temas voltados à ficção. Foi autor de uma novela intitulada “Fortunato Barbosa, Escriturário Padrão F”, publicada no Anuário Catarinense nº 04, em 1951. Escreveu “Chuva de Pedra”, contendo três novelas. O livro de ficção só foi publicado postumamente.

Na literatura científica, em 1970 teve um artigo publicado no “Bulletin de La Société Suisse des Americanistes”, cujo título foi “De la rareté des zoolithes plateformes et leur présence

²⁶O termo refere-se à valorização de características culturais de modo a construir uma identidade própria (predominantemente luso-açoriana) para o Estado de Santa Catarina por meio de uma historiografia produzida por um grupo de intelectuais catarinenses, Cabral o mais importante deles, no início do Século XX. O tema da açorianidade será retomado no segundo capítulo da tese.

²⁷Para saber mais sobre o livro *Terra da Liberdade* e as possíveis razões da viagem de Cabral aos Estados Unidos, ver (SHEMES, 2013).

exclusive dans les sambaquis du litoral de Lagune”. O mesmo artigo também foi veiculado nos “Anais do Instituto de Antropologia” nº 1, de 1968.

Cabral, pelo que foi apresentado até aqui, a julgar pelas suas constantes publicações em jornais, pelas suas incursões pela literatura, seja a de viagem ou a novelesca de ficção, empenhou-se em manter a atividade de jornalista e escritor.

O ato de escrever nas colunas dos jornais com fatos de seu passado, pode ser revelador de uma tentativa, por parte do autor de afirmar uma outra face de Cabral: a de ser um homem de letras suscitando uma estratégia de consagração²⁸ de si, ao que leva a crer. O ato de manter-se ativo em colunas de jornais e na produção de livros de cunho histórico-culturais, apontam para a manutenção de um capital e prestígio cultural, o qual Cabral desfrutava, ou estava em vias de adquirir.

Em 1938, com apenas uma obra *Santa Catarina: História e Evolução*, publicada pela Editora Nacional em 1937, Cabral toma posse na Academia Catarinense de Letras, ocupando a cadeira de número 17, cátedra que foi do fundador da imprensa catarinense: Jerônimo Coelho. Sem dúvida esse fato foi um grande motivador para alimentar sua verve de homem das letras.

Em 1950 Cabral contava com mais três obras publicadas: *Laguna e outros ensaios: estudos de história regional*, pela Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina em 1939. Os *jesuítas em Santa Catarina e o estudo de humanidades no Província*, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e pela Imprensa Oficial do Estado, em 1940. E *Medicina, Médicos e Charlatães do Passado*, impressa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina, em 1942.

Exceto a primeira obra, editada pela Editora Nacional, as demais enunciadas, foram patrocinados por órgãos oficiais do Estado de Santa Catarina, o que pode apontar um trânsito de Cabral pelas instâncias governamentais e um aparelhamento entre a escrita de Cabral e estas hostes de promoção e produção do conhecimento científico em Santa Catarina.

Foi enquanto residiu em Joinville, no norte do Estado, que Cabral iniciou as pesquisas e a escrita de seu primeiro livro sobre a História de Santa Catarina: *Santa Catarina: História e Evolução*, o qual veio a integrar a Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional²⁹.

²⁸Sobre homem de letras e estratégias de consagração ver (ABREU, R.,1996)

²⁹Logo após a revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação, foi lançada a Coleção Brasileira, tornando-se exemplo para coleções pedagógicas no Brasil. Idealizada por Octales Marcondes Ferreira, presidente da Companhia Editora Nacional, a Coleção Brasileira atinge mais de 380 títulos de várias áreas do conhecimento tais como História,

No início de 1936 Cabral foi convidado pelo então Prefeito de Florianópolis, Olívio do Amorim, para fundar e assumir a direção da Assistência Municipal de Florianópolis, onde permaneceu até 1946.

Desse período Cabral registrou as seguintes palavras em artigo intitulado “Atitudes Claras, de 1945”:

Eu entrei para a Assistência para trabalhar e não para emprestar solidariedade política a quem quer que fosse, e trabalhei. De um corredor escuro, tendo por móveis os meus, particulares, do meu consultório, levei-a ao ponto em que está. Contei com a boa vontade dos Prefeitos Mauro Ramos e Rogério Vieira para dotar-lhe de todos os melhoramentos. Foi o meu esforço e o de todos os que naquela casa trabalhavam que conseguiu fazer de consultório insignificante, um centro científico de tratamentos médicos. Obtive para ela bons profissionais, dei-lhe farmácia, dei-lhe organização. Apelei para muitas negativas – mas com o auxílio de alguns beneméritos, com a dedicação dos meus auxiliares, com a clarividência dos Prefeitos referidos e com o desinteresse pelas minhas conveniências, sacrificando-lhe as melhores da clínica, fiz da Assistência Municipal, o que ela é. (CABRAL, apud SOUZA, S. 1993, pp. 53-54)

A seguir quadro com algumas atividades desenvolvidas por Cabral em funções públicas, muitas delas com nomeação direta do, então, presidente Getúlio Dornelles Vargas entre 1963 a 1949.

Tabela 1: Quadro com cargos públicos ocupados por Oswaldo Rodrigues Cabral.

Diretor de Higiene e Assistência Médica Municipal por meio da Resolução nº 5 de 7 janeiro de 1936
Perito Médico Legista da Delegacia de Polícia da Capital de 1936 a 1939
Chefe do Serviço de Saúde e Pronto Socorro do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, durante a segunda Grande Guerra (1942 a 1945)
Presidente da Cruz Vermelha, Seção de Santa Catarina de 1942 a 1944
1º Tenente do Corpo de Saúde do Exército Nacional e Membro da Liga de Defesa Nacional,

Antropologia, Geografia e Economia. A Obra *Santa Catarina: História e Evolução* está disponível, na íntegra em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/298/Santa-Catarina-historia-evolucao> acessado em 18 de maio de 2018. Destaca-se a apresentação da obra contida no sítio eletrônico da Coleção Brasileira: “Considerada um dos melhores trabalhos relativos à história de um estado brasileiro, a obra valoriza a atuação dos sertanistas paulistas no povoamento inicial do território e a presença do elemento açoriano, a partir de meados do século XVIII, alterando a imagem de uma Santa Catarina estrangeira, determinada pela forte presença de imigrantes, sobretudo alemães. Cabe lembrar que o livro foi lançado num contexto de fortalecimento de um discurso de identidade nacional, promovido pelo Estado Novo, que visava conter as identidades regionais e locais e as influências alienígenas, como as de imigrantes que não dominavam a língua portuguesa”. O sítio disponibiliza para leitura, também de autoria de Oswaldo Rodrigues Cabral, *João e Maria: Interpretação da Campanha do Contestado 1912-1916*, escrita pelo autor em (1960).

Superintendente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, em Santa Catarina – o IAPC

Fonte das informações: (SOUZA, S. 1993, p.52)

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, em Santa Catarina – o IAPC, órgão criado por Getúlio Vargas, foi responsável pelas questões relacionadas às aposentadorias e também, assistência médica aos comerciários e trabalhadores urbanos em geral.

Do período em que Cabral foi o superintendente do IAPC, convém destacar a passagem narrada por sua sobrinha, hoje professora aposentada de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Sara Regina, quando da apresentação de Cabral na primeira edição especial “Edição Cultural” da Revista Arquivos Catarinenses de Medicina – ACM, cujo teor foi a publicação na íntegra da obra *Medicina, médicos e charlatães do passado*.

Uma das suas melhores piadas [referindo-se a Cabral] desenrolou-se com um funcionário do IAPC que vivia de licença, portador imaginário de todas as doenças possíveis ou não, e que, cada vez que recebia “alta” do dr. Wendhausen, médico revisor da Previdência, que tanto tinha de honesto quanto de rigoroso, dava as maiores broncas. O tal funcionário, narra o meu tio, [Cabral] era um “crente”, isto é, pertencia a uma certa confissão religiosa e, em certa ocasião, um jornalista trouxe a Florianópolis um pregador da referida seita, que fazia curas milagrosas, atraindo centenas de doentes, na esperança de uma cura, ao Teatro e até mesmo à cabeceira da ponte [provavelmente a ponte Hercílio Luz, cartão-postal da cidade, até então, ainda em uso na década de 1970], em comícios de fé. As curas eram realizadas em público, o paciente chamado comparecia, relatava os seus males, alguns mostravam até radiografias, o pregador fazia a sua prece, dirigia palavras de esperança e de consolo, impunha as mãos e todos esperavam o sucesso, confessado pelo doente. O rádio transmitia toda a reunião nos seus pormenores [sic] e meu tio pôs-se a escutar a estação, por curiosidade, e foi assim que escutou ser chamado o tal funcionário, que subiu ao palco. Contou ele os seus padecimentos, já conhecidos, processou-se o ritual de sempre e, repentinamente, o rapaz começou a gritar: – “Estou curado! Aleluia! Não sinto mais nada! Aleluia! Aleluia!”. Houve sensação, palmas, palavras de justo reconhecimento do pastor, fé redobrada dos assistentes. No dia seguinte, meu tio não teve dúvidas, chamou o Secretário e ordenou: – “Seu Sena, traga o processo do seu Fulano”. E, ao lhe ser apresentado, despachou: – “Alta curado. Avise-se, para comparecer ao trabalho. Cabral”. O funcionário, está visto, quis recalcitrar, mas o chefe atalhou: – Meu caro, eu ouvi tudo. O teatro ouviu. Milhares de pessoas ouviram pelo rádio o meu amigo gritar “estou curado, aleluia”. Não foi? Eu estou apenas registrando o fato. O meu amigo está ou não está curado? Aquilo vale, ou não passa de uma farsa? Vamos ver, o senhor é um crente, então, diga... O funcionário não discutiu. Foi saindo. Mas, quando chegou, Cabral não se conteve e chamou: – “Seu Fulano”! E quando o dito se voltou, disse apenas: – “Aleluia!”... (SOUZA, S. 1977, in ARQUIVOS CATARINENSES DE MEDICINA, 1977, p.5)

Paralelamente a todas essas atividades, Cabral manteve consultório médico na Rua Nunes Machado, no centro de Florianópolis, onde muitas vezes não cobrava pelas consultas daqueles mais humildes. Deslocando-se as suas próprias expensas para atender a doentes no interior da Ilha de Santa Catarina, segundo informações obtidas por Sara Regina.

O médico Cabral possuía uma maneira particular de lidar com práticas de curas tradicionais, como as praticadas por benzedeiras e as simpatias. Não negava a eficiência ou eficácia dessas práticas, ao menos não manifestando diretamente aos seus praticantes. O que não se confirma com o que escrevia em seus livros e artigos.

Havia ainda casos como de pessoas simples do interior, daquelas que acreditavam em benzedeiras, que procuravam o Doutor Cabral para alguma consulta médica sem, entretanto, descartar a hipótese das “curas domésticas”. Como folclorista que também era, podia-se ver Oswaldo Cabral “receitar” alguma “simpatia”, seguida sempre de uma alopatia para auxiliar na cura. Saía satisfeito o cliente, porque teve respeitadas as suas crenças; ficava feliz o Doutor, que tinha medicado o paciente sem ferir-lhe as crenças, tão populares, notadamente no interior da Ilha de Santa Catarina. (SOUZA, S. 1993, p.59)

Sara Regina, sobrinha do médico-escritor Oswaldo Cabral, em entrevista no dia 8 de maio de 2017, confirmou esta atitude de Cabral para com os praticantes de simpatias, da Ilha de Santa Catarina. Contou que certa vez, quando seu tio [Cabral] foi atender a um chamado médico – quase sempre de graça, recendo como pagamento balaio de siris, camarões, peixes, etc. – para atender a uma senhora na Lagoa da Conceição [bairro de Florianópolis]. Verificou que se tratava de um caso, já bastante acentuado, de impingem [nome vulgar para Dermatofitose, infecção fúngica altamente contagiosa da pele ou couro cabeludo]. A senhora que estava acometida da infecção havia colocado sobre a região afetada três penas de galinha branca alegando ser uma simpatia que aprendera com uma benzedeira local. Cabral não a repreendeu nem mandou que a senhora retirassem as penas. Recomendou que ela colocasse sobre a região afetada violeta genciana – que mandou o filho da senhora ir comprar na farmácia –, explicando-lhe que se tratava de um bom remédio e que também ajudaria para “colar” melhor as penas no local. Ou seja, Cabral usou da crença da senhora para a utilização do remédio alopático.

Segundo ainda informações de sua sobrinha Sara Regina, Cabral sabia do poder da tradição. Sofria de crises renais que o faziam rolar pelo chão de tanta dor. E qual era seu tratamento

senão os chás caseiros, receitas antigas da família. Infusões de ervas das mais diversas que não podiam faltar no quintal da sua casa. Entre essas ervas milagrosas estavam as folhas da cana-do-brejo, quebra-pedras, pata-de-vaca e abacateiro (SOUZA, S. 1993, p. 60). Facetas de um médico a serviço da história, ou de um historiador a serviço da medicina.

Sobre Medicina, Oswaldo Cabral deixou publicado os seguintes trabalhos e aproveitasse para enxertar comentários da imprensa à época das publicações:

1. Ensino e Higiene das Escolas Pública de Santa Catarina. Florianópolis: Tese ao 1º Congresso de Ensino Primário de Santa Catarina, Anais do Congresso, 1927.
2. Problemas Educacionais de Higiene. Rio de Janeiro: Trabalho para a obtenção do título de Doutor em Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, editado pelo autor, 1929.
3. Segredo médico em face da Lei Penal e da Deontologia– tese de concurso para Docência em Medicina Legal, edição do autor, sem data.

Trabalho de realce, indispensável à consulta de todos aqueles que se interessem seriamente pelo assunto. Tanto mais quanto o ilustre cientista de Santa Catarina, realizou um estudo magnífico, conciso, profundo e sugestivo na plenitude de suas virtudes. (MACEDO, Jornal de Alagoas, ??/1954)

4. Da Idade – dissertação sobre aspectos sociais, jurídicos, médicos e médicos legais ao problema. Tese apresentada para Cátedra de Medicina Legal: Edição do autor, 1955.

Seu trabalho não revela apenas grande erudição, como também indiscutível capacidade de pesquisador e de organizador do material colhido. (QUEIROZ, M., Jornal o Estado de São Paulo, ??/1958).

5. Vocabulário de consultório médico – In: Revista da Comissão Catarinense de Folclore, nº 4, ano 1950.
6. A Medicina Caseira – In: Douro Litoral, Porto/Portugal. Volumes VII e VIII, 1952.
7. A Medicina Teológica e as Benzeduras. Edição da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. 1958 (Vencedor do 2º Prêmio do Concurso de Monografias sobre Folclore).
8. Medicina, Médicos e Charlatães do Passado. Departamento de Estatística de Santa Catarina, 1942 (1ª Edição) e Associação Catarinense de Medicina 1977 (2ª Edição);

Sugestiva e deliciosa é a maneira do Dr. Oswaldo Cabral fazer história e tão sugestiva é, que seus leitores sentem-se sempre transportados aos tempos que encantadoramente focaliza. (s/n, 19??)

Com mais essa obra, Oswaldo R. Cabral mostra todo o vigor de sua personalidade de historiador paciente e metucioso, merecedor, portanto, de todo o acatamento e crédito. É um desses raros historiadores verdadeiros que fazem a glória de uma nação (SPALDING, 1943)

São páginas escritas com alma de historiador que, bem compreendendo o passado, é capaz de comentá-lo sem desfavor (FERNANDES, 1973)

Três fatores influíram poderosamente, para tornar o livro de Oswaldo Cabral tão interessante e, ao mesmo tempo, tão útil: ser médico, historiador e dotado de estilo vigoroso e o trabalho ter sido ilustrado [a primeira edição recebeu ilustrações do próprio Cabral]. (SILVA, P.,1944)

(...) à sua erudição histórica, o Dr. Oswaldo Cabral associa cultura médica, o que permitiu esta tão consensiosa [sic] análise da vida profissional na antiga Desterro. (s/n, Jornal O Dia, ?/?/19?? –)

Escrevendo história de apenas um século e localizando-a em Santa Catarina, Oswaldo Cabral foi além do seu desejo de vulgarização literária e científica. Logrou, mercê de sólida cultura médica e perfeita acuidade de interpretação, apresentar obra de projeção capaz de interessar pelo seu realismo, bem como pela sua inegável utilidade. (CALIL BULOS, 1942)

Estas foram algumas das críticas às obras de Cabral cujo assunto remete, de alguma forma à área médica. Dessas a mais elogiada foi sem dúvida, “Medicina, médicos e Charlatões do Passado”. Os elogios foram colecionados por Cabral e encontradas num livro de Recortes, que fora, segundo sua sobrinha Sara Regina, confeccionado pelo próprio Oswaldo Rodrigues Cabral. Todos os elogios antes mencionados referentes as obras sobre medicina foram compiladas por Sara Regina (SOUZA, S. 1993, 161-179).

Cabral teve ainda, uma breve passagem pela Política em Santa Catarina. Na década de 1930, quando Cabral havia se mudado para Joinville, após sua formatura na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, resolveu ingressar na vida política. Concorreu a uma vaga para atuar como Deputado Estadual, pelo Partido Liberal. Contudo foi derrotado naquela ocasião.

Em 1934 Cabral deixou o Partido Liberal em fidelidade à renúncia do Presidente do Partido, Joaquim Wolff, juntando-se aos dissidentes do PL, reunidos na “Coligação Republicana por Santa Catarina, embrião do Partido Republicano Catarinense.

Muitos encontros realizados com o intuito de reorganizar o Partido Republicano Catarinense foram realizados na casa de Oswaldo Rodrigues Cabral, em Joinville, atendendo a pedido do ex-governador do Estado: Adolpho Konder.

Em correspondência de Adolpho Konder a Cabral nota-se a confiança depositada pelo líder político catarinense na capacidade administrativa e de liderança política de Cabral:

Em Santa Catarina, o Partido Republicano não é uma simples agremiação partidária – constitui-se em seita religiosa. É uma religião, tem credo e tem crentes. Em nossa terra a gente nasce republicano como nasce católico. Então mesmo que, se toda a direção do Partido se bandeasse – ainda assim o partido sobreviveria no coração do povo, na fé inquebrantável dos correligionários. Nessas condições não será difícil a obra de reconstrução que vamos empreender. Tenhamos confiança na nossa gente.

Você, meu excelente Cabral, será um dos artífices dessa reestruturação gloriosa. Confio cegamente na sua provada habilidade. Confio na sua energia, na sua capacidade de comando.

Mãos à obra... (Adolpho Konder, missiva passiva, apud SOUZA, S, 1993, p. 98)

Adolpho Konder (1884-1956) foi um dos articuladores do Partido Republicano Catarinense, cuja família Konder teve bastante influência política em Santa Catarina. Adolpho e mais três outros irmãos seguiram carreira política no Estado. Vítor Konder, um dos irmãos de Adolpho, foi ministro da Viação e Obras durante o governo de Washington Luís (o mesmo que entregou o certificado de médico à Cabral).

Adolpho trabalhou, juntamente com Hercílio Luz, outro político de família importante de Santa Catarina, para a campanha presidencial de Rui Barbosa, perdida para Hermes da Fonseca. Entrou para o Ministério das Relações Exteriores a convite de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Adolpho Konder ocupou cargos de diretor no Itamarati. Foi um aliado da campanha que elegeu o presidente Artur Bernardes, (o da placa ofensiva), o qual já se falou páginas atrás. Adolpho parecia sempre estar ao lado, ou do lado dos vencedores, já que, após mandatos como deputado federal, durante sua campanha ao Senado Federal, apoiou Artur Bernardes para a Presidência da República, e ambos saíram vitoriosos.

A família “Konder” futuramente aliou-se aos “Bornhausen”, outra importante família oligárquica de Santa Catarina, ligada ao partido (União Democrática Nacional – UDN) e passaram a dividir o exercício do poder político em Santa Catarina alternando com os “Ramos” do Partido Social Democrático – PSD)³⁰.

³⁰Para saber mais sobre as disputas políticas em Santa Catarina ver (MORAES, 2012; PIAZZA, 1994;1995;1983; ZANELATTO, 2007; LOHN, 2016).

Da família Ramos o mais destacado foi Nereu Ramos (1888-1958), talvez o político catarinense que conseguiu maior visibilidade nacional. Foi eleito vice-presidente da República de 1946 a 1951 e chegou a ocupar a presidência entre 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, aproximadamente 3 meses, sendo o único catarinense a ocupar o mais alto posto do Poder Executivo Nacional.

De volta ao Cabral, e sua relação com Adolpho Konder, pode-se perceber que Cabral não pareceu muito otimista com relação ao fortalecimento do Partido Republicano em Joinville. Alegava que naquela cidade as eleições tendiam a favorecer o integralismo. Tratava-se do ano de 1935, com a escalada ascendente do nazismo, principalmente nas cidades catarinenses com grande contingente de alemães, como nas cidades de Joinville e Blumenau (SOUZA, S. 1993, p. 98).

De volta a Florianópolis, em 1936, na direção da Assistência Municipal, Cabral ocupou a cadeira de Prefeito da Capital por 15 (quinze) dias, em razão de férias do Prefeito Mauro Ramos. Nesta ocasião destacou-se por inflamados discursos de inauguração de obras e de monumentos públicos. Cabral possuía o dom da oratória.

Em 1940 deixou o Partido Republicano e filiou-se a UDN, partido que o elegeu deputado à Constituinte Estadual, como 1º suplente. Cabral assumiu a vaga do deputado licenciado Luís Dalcanalle. Participou da promulgação da Constituição Estadual em 1947 e foi considerado, por muitos políticos e correligionários, um brilhante político que aliava inteligência com oratória magnífica.

Cabral foi reeleito em 1950 para mais um mandato como Deputado Estadual. Em 1954 ocupou a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Foi autor de várias emendas, dentre elas a de nº 98 que criou a Casa de Santa Catarina destinada a servir de sede para as Associações de Cultura do Estado. Também foi autor de proposta de Lei que regulamentou aposentadoria especial para algumas carreiras do funcionalismo público estadual, passando a ser compulsória aos 60 anos de idade e aos 25 anos de trabalho. Entre as categorias: trabalhadores do serviço de Profilaxia e Assistência da Lepra e Tuberculose; serviços de malária e febre amarela, radiologia, Delegados e comissários de Polícia. De alguma forma, companheiros de luta, com os quais Cabral trabalhou ao longo de sua vida.

Em 1952, Oswaldo Cabral deixou a UDN, um dos motivos anunciados teria sido divergências internas do Partido. Vindo a se filiar ao PSD – Partido Social Democrata.

É verdade que a franqueza levou Oswaldo Cabral a ter muitos inimigos por esse mundo afora. Cabral acabou tendendo para o PSD, embora tenha mantido uma certa independência. Aliás, para o PSD, era bem melhor ter do seu lado um Cabral independente do que tê-lo como “inimigo” nos quadros da UDN. Oswaldo Cabral sempre teve suas próprias convicções, o que fez dele um intransigente que sobrepunha à disciplina do partido tudo aquilo que havia assumido junto ao povo que lhe dera seu voto (SOUZA, S. 1993, p. 105)

Terminado o mandato de deputado, em 1954, Cabral abandonou, ao menos publicamente, a vida política, sem intenções anunciadas de voltar. Não obstante foi procurado por um ou outro político com o fim de obter apoio. Mas, ao que parece, Cabral não apoiou nenhum. Manteve-se, desde então, afastado formalmente do cenário político catarinense.

Com sua saída oficial da vida política Cabral pode se dedicar mais a uma de suas mais declaradas paixões, vindo a se transformar num defensor do que ele mesmo passou a denominar de folclore catarinense. Devotou bastante tempo e pesquisa para o tema folclórico.

Foi membro da Comissão Nacional do Folclore (1961) e fundador e Secretário da Comissão Catarinense de Folclore (1943). Foi um dos responsáveis pela criação e manutenção do Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore considerado, sem dúvida, “o que de mais expressivo havia, nessa matéria, em todo o Brasil (...) À época, o citado boletim tinha apenas mais dois outros similares nas Américas” (SOUZA, S. 1993, p. 151).

O nome de Cabral destacava-se entre os estudiosos do folclore em Santa Catarina. Recebeu vários convites para participar de eventos da área e trocou cartas com lideranças do Folclore Nacional, como Renato Almeida, Presidente da Comissão Nacional na década de 1950. Também foi membro do Clube Internacional de Folclore de Natal (Rio Grande do Norte), da Asociación Tucumana de Folclore de Tucuman (Argentina), da Sociedad Española de Etnografía y Folclore de Madri (Espanha) e da Sociedade Peruana de Folclore, Universidade de Cuzco (Perú).

Destacam-se as publicações a seguir relacionadas sobre o tema do Folclore:

1. As congadas da Lapa – Revista de Educação – SC 1936.
2. As danças de Congo no sul do Brasil - 1951.
3. A Olaria Josefense – Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Açores – Portugal, 1951.
4. Calungas de barro cozido – Revista de Educação – SC, 1952.

5. Antigo Folguedos Infantis de Santa Catarina – 1952.
6. Folclore do Jogo do Bicho – Revista “Douro Litoral”, Porto, Portugal – 1953.
7. Cultura e Folclore – Florianópolis, 1954 (livro).
8. A setra, a funda e o bodoque – Boletim da Comissão Catarinense de Folclore – 1950.
9. Potes, rendas, trovas e um Congresso de História – Jornal Diário da Tarde, Florianópolis e Jornal Diário da Manhã, Portugal – 1953.
10. A Ciência do Folclore (Conferência) – 1952.
11. Contribuição ao estudo dos folguedos populares de Santa Catarina - Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, 1953.
12. Contos de Natal - Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

A partir de 1952 Cabral passou a atuar como Livre Docente da cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada em 1932.



Figura 6: Fotografia do Prédio onde funcionou a Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1932
Acervo Fotográfica da Universidade Federal de Santa Catarina

Desde 1955 integrou o corpo docente da Faculdade de Filosofia, da qual foi um dos fundadores. Lecionava as seguintes disciplinas: História da Antiguidade e da Idade Média; Antropologia da Cultura (disciplina esta considerada sua predileta, ministrando-a até a sua aposentadoria); História de Santa Catarina e História da Arte. Das disciplinas de Medicina Legal à História da Arte, pode-se depreender, mais uma vez, a natureza polímata de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Contribuiu e coordenou a instalação do Laboratório de Fotografia dentro da Faculdade de Filosofia. Em 1960 assumiu a Direção da Seção de Documentação Histórica e Cartográfica, sem, contudo, parar as atividades docentes. Neste mesmo ano, com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Cabral foi eleito Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Por meio de uma correspondência encaminhada ao Conselho Universitário da UFSC, os professores Oswaldo Rodrigues Cabral, Silvio Coelho dos Santos e Walter Fernando Piazza manifestam preocupação com a preservação de importantes sítios arqueológicos de Santa Catarina, tais como os sambaquis, de vestígios petroglíficos, e de cerâmicas e desenhos rupestres. “Há que se lembrar que, conforme instrumentos legais (Lei 3.924 de 26 de julho de 1961), cabe a Universidade Federal à responsabilidade de preservação do patrimônio arqueológico do Estado”, escreveram no documento encaminhado ao Conselho Universitário. E, em 1965, foi criado oficialmente o Instituto de Antropologia da UFSC, órgão que se encarregaria da preservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina (daquilo que viria a ser “eleito” como patrimônio histórico e cultural) do Estado.

O Instituto só foi inaugurado três anos após, em 1968, sugerindo desde aquela época, o ritmo e o grau de preocupação com o patrimônio cultural no Estado de Santa Catarina pelos órgãos a quem de direito.

Após dois anos de sua inauguração o Instituto de Antropologia deixou de existir, principalmente em função da Reforma Universitária imposta pela Ditadura civil e militar no País³¹. O Instituto de Antropologia, a “menina dos olhos” do professor Cabral, foi transformado, não obstante sua contrariedade, em Museu Universitário. Mais tarde, em 1974, o museu passou a ser denominado “Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”, como é conhecido até os dias atuais.

³¹Sobre o Regime Militar e as Universidade ver (PATTO SÁ MOTTA, 2014)



Figura 7: Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, s.d. – Florianópolis - UFSC
Disponível em <http://noticias.ufsc.br/2012/04/museu-universitario-reabre-como-espaco-de-padrao-internacional/>
acessado em 20 de abril de 2018

No dia 17 de fevereiro de 1978 morreu o Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, aos 74 anos de idade, vítima de um infarto fulminante, em Florianópolis/SC. Seu corpo foi enterrado com honras no Cemitério Campo Santo da Irmandade do Senhor dos Passos, agremiação católica da qual era membro. Em um bonito túmulo no alto da colina “Menino Deus”, junto ao Hospital de Caridade Senhor dos Passos³², primeiro hospital da capital do Estado.

Cabral foi, ainda, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos e Geográficos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, do Instituto Histórico da Ilha Terceira (Açores). Dos Institutos Heráldico-Genealógico de São Paulo e Genealógico Brasileiro. Integrou o Instituto Paulista de História da Medicina, foi membro honorário da Sociedade Joinvillense de Medicina, do PEN Clube do Brasil, das Academias

³²O Imperial Hospital de Caridade durante muito tempo foi o único Hospital da cidade e o primeiro Hospital do Estado. Sua edificação, construída em torno da Capela do Senhor dos Passos, foi concluída em 31 de dezembro de 1788, sendo inaugurada no dia 1º de janeiro de 1789. A Santa Casa foi considerada Hospital Militar em 13 de março de 1818, por ato arbitrário do Governo da Ilha, sendo os doentes expulsos e acolhidos em casas de família. Porém, no dia 13 de julho, o Hospital voltou às mãos da Irmandade do Senhor dos Passos, a qual continua até hoje. Meio século após sua construção, o Hospital encontrava-se em estado de ruína e necessitava de uma nova edificação. A 30 de julho de 1845 foi aprovada a nova edificação sob os riscos do Dr. Moreno. O lançamento da pedra fundamental contou com a presença do Imperador D. Pedro II, acompanhado de Dona Teresa Cristina e outras autoridades. O Hospital foi autorizado, por carta, a usar o título de "Imperial" em 18 de junho de 1846. O ato ocorreu a 05 de março de 1854 e culminou com a transferência dos doentes da velha casa para a nova, sendo a velha demolida. Houve um grande incêndio em 05.04.1994, mas o hospital recuperou-se e hoje é hospital de referência para diversos tratamentos no Estado, inclusive para queimados.

de Letras de Santa Catarina, Paraná e do Piauí, foi ainda, membro honorário do Instituto Cultural de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel – Açores) e Secretário Geral da Comissão Catarinense de Folclore.

Com uma trajetória de vida marcante, Cabral defendeu, em várias frentes, de formas diferentes, a Ciência Médica, por meio de uma produção intelectual voltada, principalmente, o que pareceu ser sua maior bandeira, uma educação sanitária, defendendo mudanças “pasteurizadas” na forma de asseio e higiene da população.

Oswaldo Rodrigues Cabral teve seu nome emprestado, como forma de homenagem póstuma, ao Arquivo Municipal de Florianópolis. O ato foi oficializado pela Lei Municipal nº 7.020 de 17 de abril de 2006, ao Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de parte da avenida beira-mar em Florianópolis, nome de rua em Laguna, uma escola em Joinville e outra em São José.

Todavia no Arquivo Municipal de Florianópolis não há nenhum acervo daquele que lhe empresta o nome, apenas uma “Resenha Histórica e Bibliográfica” do Professor Cabral, confeccionada pelas próprias funcionárias do Arquivo, cansadas que estavam de serem indagadas por material para consulta sobre o homenageado, sem nada terem para oferecer.

De suas obras publicadas destacam-se quatro de um total de mais de 80 títulos publicados nas áreas de Medicina; Medicina e História; Medicina e Folclore; História de Santa Catarina; Folclore, Arqueologia e Antropologia além de obras de ficção.

A primeira obra destacada é *Santa Catarina: História e Evolução*, de 1937. Trata-se do primeiro livro do historiador Oswaldo Cabral, o qual será editado pela célebre Editora Nacional, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, coleção Brasileira, volume 80, um cartão de visitas e tanto para o primeiro livro de Cabral. O livro recebe excelentes críticas Brasil afora quando de sua publicação.

Outra obra a ser destacada é *Medicina, Médicos e Charlatões do Passado*, 1942. Em linhas gerais, descreve as doenças e as práticas médicas na Ilha de Santa Catarina. Cabral considerava este livro como um dos “balões de ensaio” (CABRAL, 1971, s/n) para o que ele mesmo classificou como sua obra mais importante: *Nossa Senhora do Desterro* (primeira edição em 1971-1972). *Medicina, Médicos e Charlatões do Passado*, foi reeditada, na íntegra, com desenhos de Aldo Beck (a primeira fora ilustrada pelo próprio Cabral), pela revista “Arquivos Catarinenses de Medicina”, periódico da Associação Catarinense de Medicina - ACM, em Edição Especial,

denominada Edições Culturais de Arquivos Catarinenses de Medicina, no ano de 1977 (Ano 1, nº 1 – mês de abril). A Edição-Livro da revista da ACM custou à Associação “uma quantia superior a 170 mil cruzeiros, cujos recursos foram levantados pela atual Diretoria” (ACM, 1977, p. III).

Em 1960, é publicada, também pela Editora Nacional *João Maria: interpretação da Campanha do Contestado*, considerada a primeira obra de cunho histórico escrita por um civil³³ sobre o sangrento conflito armado ocorrido na região do meio oeste catarinense entre os anos de 1912 e 1916³⁴.

Nossa Senhora do Desterro, de 1971, editada pela Imprensa Oficial da Universidade Federal de Santa Catarina, consiste em trabalho de fôlego em quatro volumes: *Notícia I e II e Memória I e II*. *Notícia* é apresentada ao leitor por Nereu Corrêa: [...] “é a história da vida e da sociedade desterreense vista sob um prisma mais ameno, senão mesmo jovial, em que ao fato histórico se enlaçam o pitoresco e o anedótico, lembrando o BREVIÁRIO DA BAHIA, de Afrânio Peixoto”.

Memória recebe considerações de Gustavo Neves:

Em ‘Nossa Senhora do Desterro’ há, porém, de tudo quanto possa caracterizar a formação social e espiritual da população desterreense. São também flagrantes vívidos, apanhados agora por um escritor que possui todos os recursos da técnica de narrar – e o faz com brilho inexcusável, anotando com método próprio de objetividade tudo o que vê em registros [sic] de jornais ou de velhos documentos conservados nos arquivos públicos. (NEVES, 1971, s/n).

Por fim, pode-se acrescentar a grande importância das obras de Cabral para a História e Cultura de Santa Catarina. A exemplo das grades curriculares das duas maiores e mais

³³Alguns militares deixaram registros de suas memórias sobre o conflito ocorrido na região do meio oeste catarinense. Tais como Demerval Peixoto com *Campanha do Contestado* (1920) e Marechal Setembrino de Carvalho em *Memórias: dados para a História do Brasil* (1950). Ambos podem ser consultados no arquivo F. Setembrino de Carvalho do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, disponíveis em www.cpdoc.fgv.br.

³⁴Ocorrido em uma área correspondente a cerca de um terço da área total do Estado de Santa Catarina, compreendida entre os rios do Peixe (Leste) e Peperi-guaçu no Oeste, a Guerra do Contestado recebe este nome em razão do território estar em litígio entre Santa Catarina e Paraná. A região sul do Brasil foi constantemente objeto de desejo entre nações e grupos econômicos seja no período colonial, imperial ou mesmo republicano. Por diversas razões, sejam econômicas tais como a importância produtiva de suas terras irrigadas por caudalosos rios, pela exploração da madeira e da erva-mate, pela pecuária, abundância de madeiras de Lei como a imbuia e a araucária; quer seja por constituir uma região estratégica geograficamente. Segundo (MACHADO, 2004), por ser uma região com características mercantis e tropeira, o interior da região sul do Brasil, propiciou um considerável afluxo de parte da população formando um corredor que, diferente de outras regiões do interior do país, foram proporcionalmente mais povoadas do que o próprio litoral. Ainda, segundo o autor, em Santa Catarina, por exemplo, nas décadas iniciais do século XX, várias comunidades litorâneas viviam em maior isolamento que a população do planalto oeste.

importantes Universidades do Estado de Santa Catarina e principalmente a presença constante das obras do autor nos Planos de Ensino dos Cursos de História. Também o percurso de publicações que ultrapassa o próprio tempo de vida do autor catarinense. Sem dúvidas, foi Cabral um corifeu da Ciência e da Cultura e História em Santa Catarina.

Outra frente premente nas obras de Oswaldo Cabral surge nos aspectos culturais e sociais no tocante a valorização de uma identidade luso-açoriana para o estado de Santa Catarina afastando a “pequena nação catarinense” da figura do imigrante alemão e italiano, tema que será abordado, de forma mais detalhada e em momentos diferentes nos capítulos seguintes da tese.

Outros trabalhos de Oswaldo Rodrigues Cabral, de caráter histórico:

1. Laguna e outros Ensaio, 1939.
2. A República Juliana e as Comemorações do seu Centenário, 1939.
3. Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província, 1940.
4. Notícia sobre as ruas da Desterro Colonial, 1940.
5. Laguna-Rio Grande, 1940.
6. Evolução Histórica, Econômica e Social de Santa Catarina, 1940.
7. A vitória da colonização Açoriana, 1941.
8. A Venerável Ordem Terceira da Ilha de Santa Catarina, 1945.
9. Assuntos Insulanos, 1948.
10. Anita Garibaldi, 1949.
11. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 1950.
12. Os Açorianos, 1951.
13. Os Juizes de Fora, 1950.
14. A música em Santa Catarina no Século XIX, 1948; reeditado em 1970.
15. A vida Pública do Padra Vicente Pires da Mota, 1953.
16. Para um destino eternamente ignorado, 1953.
17. Casas, Sobrados e chácaras, 1953.
18. A organização das Justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna, 1956;
19. Raízes seculares de Santa Catarina, 1953.
20. Raízes seculares de Laguna, 1956.

21. Osório, 1958.
22. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina, 1967; reeditada em 1970.
23. Brusque, 1958.
24. Fritz Muller, 1951.
25. Os primeiros povoadores de Gaspar, 1953.
26. A independência na Capitania de Santa Catarina, 1964.
27. História de Santa Catarina, 1968, reeditada em 1970.
28. As vistas panorâmicas do Destêro, executadas por Brüggemann, 1971.
29. Formação do complexo sócio cultural de Santa Catarina, 197?.
30. As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia, 1972.
31. Centenário do Clube Doze de Agosto, 197?.
32. A Campanha do Contestado, 1979.
33. Subsídios para a História da Política de Santa Catarina no regime monárquico, póstuma, 2004.

1.2 Identificando Cabral: um polímata da renascença em terras brasileiras

Oswaldo [Rodrigues Cabral] nascia sob o signo da balança. O tempo não o faria um advogado, mas um médico, doutor em Medicina, também historiador, antropólogo, folclorista, político, pintor e poeta. Estaria bem situado se houvesse, por pátria, a Itália do Renascimento.

(Sara Regina Silveira de Souza)³⁵



Figura 8: Fotografia do Médico e Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, 1954
Arquivo do Instituto de Identificação de Santa Catarina

O trecho dá bem o tom do melhor adjetivo para classificar o médico e antropólogo catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978): foi ele um polímata, a exemplo do mestre da Renascença Leonardo da Vinci (1452-1519), como quer fazer crer a autora do enunciado em epígrafe.

Cabral é descrito com adjetivos variados: ranzinza, temperamental, genioso, briguento e centralizador. Entretanto quem melhor o descreve é sua sobrinha: “Cabral era uma pessoa engraçada, com grande senso de humor, mas tinha pavio curto. Era também a pessoa mais inteligente que conheci. Queria que estivesse vivo” (“A Notícia”, 5 de outubro de 2003). Todos são unânimes em reconhecer a sua capacidade intelectual e o uso de suas energias em favor de nossa Universidade. Muitos de seus auxiliares se tornaram renomados pesquisadores,

³⁵(SOUZA, S. 1993, p.17)

em diferentes campos do conhecimento, e não se cansam de externar a admiração e o forte sentimento de gratidão ao mestre máximo. (GUERRA, 2008, p. 10)

De fato, Cabral foi um homem versado em muitas “Ciências”. Conhecedor de diversas áreas com apurado domínio da pena, seja para a escrita, seja para o desenho. Empenha-se em escrever a Ciência Médica e os preceitos de asseio e higiene, de modo a, por meio de suas obras, educar a população para maneiras e boas práticas de manutenção da saúde.

Possuía, também, destreza no manejo do bisturi seja para a realização de delicadas cirurgias e operações médicas. Como quando era estudante de medicina e residente em hospital no Rio de Janeiro. Após delicada intervenção cirúrgica conseguiu retirar um projétil alojado no cotovelo de um recém-nascido que foi alvejado ainda no ventre da mãe. Ou, ainda, quando, figuradamente, “operou” aspectos culturais do povo de seu Estado natal, Santa Catarina. Extirpando o que, segundo sua classificação, não condizia com uma “nação evoluída” e “civilizada”, incentivando e estimulando boas maneiras e hábitos de higiene entre a população catarinense e brasileira.

Assim que, ora com a pena (escrevendo ciência), ora com o bisturi (operando cultura), Cabral foi, de fato, um nome importante para a historiografia catarinense. Ainda é, fazendo-se as devidas atualizações, leitura obrigatória para aqueles que desejam conhecer sobre História da Medicina, folclore, aspectos culturais e de História da sociedade e do Estado de Santa Catarina.

Foi um apaixonado pelo passado, um cronista, memorialista ávido por contar histórias, sobretudo, histórias da Ilha de Santa Catarina. A terra dos ocasos mais belos dos que ele já vira pelos céus que conhecia. Admitia ser um “barriga-verde, com soldado de colête ou sem colête”³⁶ (CABRAL, 1971a, p. 5).

Todavia são controversas as opiniões sobre a obra de Cabral. Muitos acusam-no de positivista, de historiador de elites, sexista, racista ou acrítico, (CARDOSO, 2004), mas o fato é que ele foi um “intelectual de relevo, conhecido e reconhecido além das fronteiras catarinenses por

³⁶Barriga-Verde é um dos gentílicos dos nascidos no Estado de Santa Catarina. É também o nome dado ao edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado: Palácio Barriga-Verde. A razão da alcunha, por muitos folcloristas, cronistas e historiadores, é atribuída a uma faixa ou colete de cor verde que compunham a indumentária dos soldados oriundos da atual região catarinense que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870). Cabral discorda de que tal alcunha advenha da indumentária dos combatentes catarinenses pois que de várias imagens dos “voluntários da pátria” que teve acesso, nenhuma apresentava a peça de roupa de cor verde. Há ainda a explicação de que fora uma galhofa dos outros combatentes “brasileiros” da Guerra do Paraguai, quase todos “pretos, cafuzos, mulatos e caborés” que assim apelidaram os “brancos” quase esverdeados, descendentes de açorianos da região litorânea do atual Estado de Santa Catarina: de barriga-verde (TAUNAY, apud SOARES, 1988, pp.39-40).

seus trabalhos em diversos campos, sendo geralmente destacado como historiador e folclorista” (GONÇALVES, 2012, p. 90) sobretudo da história e do folclore catarinenses.

As obras de Cabral são, portanto, leitura indispensável a todo aspirante a historiador do Estado de Santa Catarina. Seus livros presença constante nas ementas da disciplina de História de Santa Catarina nos dois principais cursos de História da Capital do Estado, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, embora, mais recentemente um tanto mais raramente citado.

No entanto é referência sempre perene nos trabalhos acadêmicos e nas pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento e temas envolvendo, principalmente, a História do Estado, da Medicina, sobre Patrimônio Histórico, cultura, folclore e literatura no Estado de Santa Catarina.

Viveu o auge de sua produção intelectual durante as décadas medianas do século XX acreditando na ciência e na razão como redentoras da nação brasileira e, por conseguinte, para a sua “pequena pátria catarinense”. Logo, estudar, conhecer um pouco mais sobre Oswaldo Cabral, acredita-se, deva ser de grande valia para, por meio de suas obras, entender um pouco mais sobre a sociedade catarinense, sua história e formação.

Estudar, conhecer os intelectuais, tentar traçar suas trajetórias de vida, suas experiências pessoais, profissionais, o que lerem, escreveram, produziram, realizaram, é, também, pesquisar e estudar a sociedade a qual pertenceram. Como escreveu Sartre: todo intelectual é um produto histórico, é uma testemunha importante de seu lugar e “nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz” (SARTRE, 1994, p. 31).

Assim Cabral ao tempo em que produzia conhecimento histórico e científico sobre Santa Catarina, foi, também, uma testemunha deste lugar, muitos dos fatos por eles narrados, foram, em grande medida, vivenciados por ele. Cabral escreveu, pesquisou, estudou e se interessou pelos mais diversos temas, nas mais diversas áreas do conhecimento: *da música aos zoólitos platiformes*³⁷, como é possível observar pelos títulos de suas obras publicadas, se se pode falar em um tema comum em suas diversas obras este tema é o lugar que escolheu como tema para suas pesquisas: Santa Catarina. Possuía uma alma inquieta, andante, experimentou, aprendeu, ensinou, pesquisou, escreveu, operou, viajou, legislou. Transitou por diversas áreas do conhecimento

³⁷Referimo-nos às obras: *Música em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: [s.n.], 1951 e *Da raridade dos zoólitos platiformes: e a sua presença exclusiva nos sambaquis do litoral de Laguna*. Florianópolis: [s.n.], 1968 (Florianópolis: Imprensa Universitária) de autoria de Oswaldo Rodrigues Cabral.

científico e cultural: docência, jornalismo, literatura, medicina, história, antropologia, folclore, política, música, poesia, pintura entre outras. Um digno representante de seu tempo (cronológico e mental) e lugar (físico e social) a que pertenceu e cujas ideias defendeu, a seu modo: o Brasil e as teorias científicas do século XX.

Oswaldo Cabral foi mais um dos tantos soldados da “tecnociência”³⁸ brasileira que combateu “estoicamente de varíola a valores, de ratos a raízes coloniais, de mosquitos a mentalidades burocráticas” tendo por principal munição “os recém-formulados conceitos pasteurianos” (CUKIERMAN, 2007, p. 12) e uma etiologia científica da doença disparados à canhões (ações mais amplas: como as reformas urbanas e a campanha da Vacina, por exemplo)³⁹ ou garruchas (ações mais pontuais: trabalhos, livros e pesquisas individuais como as empreendidas por Oswaldo Rodrigues Cabral, por exemplo).

No Brasil principalmente na passagem do século XIX ao XX era recorrente encontrar médicos intérpretes da sociedade (HOCHMAN e LIMA, 2015). Cientistas e intelectuais empenhados na construção de uma nação civilizada, saneada, higienizada. Investimentos emanados da comunidade científica e intelectual bem como do Governo para “exibir o brasileiro não mais como bárbaro, incivilizado e muito menos *macaco*, mas um tipo de gente pronta a representar confiabilidade a vida ‘evoluída’ e ‘moderna’” [...] (CUKIERMAN, 2007, p. 106), aos moldes e tendo como parâmetro de civilização o modelo de sociedade europeia.

Este “investimento” ocorreu em duas frentes: uma de forma macrossocial e central, por meio de políticas públicas implementadas pelo Governo tanto no âmbito Estadual como na esfera Federal. Outra no âmbito mais micro social ou periférico, por assim dizer, com iniciativas de pesquisadores, médicos, cientistas que tentaram disseminar novos preceitos de saúde, higiene, prevenção, profilaxia, por meio da produção de livros, artigos, pesquisas e discursos. A partir de suas próprias iniciativas pessoais, embora com importante apoio de Instituições do Estado para a promoção, divulgação e publicação de seus trabalhos, pesquisas e livros. Como, ao que tudo indica, foi, na maior parte de sua vida, a atuação implementada por Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. Foi fundamental, como se terá oportunidade de verificar, o apoio estatal para a publicação das obras e pesquisas de Cabral.

³⁸Expressão usada por Bruno Latour para designar a junção entre ciência e tecnologia (LATOUR, 2011).

³⁹Sobre as reformas urbanas, os chamados “bota-foras”, a intensificação da campanha da vacinação, no Rio de Janeiro, ver (CHALHOUB, 1996).

Importante salientar que não será foco aqui a primeira frente, ou seja, a relacionada às políticas de Governo/Estado. Embora seja importante acentuar que é este período das primeiras décadas do século XX, momento em que o próprio “campo intelectual brasileiro passou por significativas mudanças”, sobretudo após 1930, mudanças as quais “foram analisadas por Miceli (1979)”⁴⁰. Lembrando que, neste período, muitos intelectuais ocuparam importantes postos nos órgãos públicos federais (FONSECA, C. 2007, pp. 64-65). Como foi com Gilberto Freyre e sua participação em instituições estatais criadas em 1930. A atuação institucional de Freyre ao tempo em que “fazia parte das políticas para o desenvolvimento nacional”, serviu também, evidentemente, como garantia de percepção de “rendimentos financeiros e facilitava o acesso a cargos públicos de prestígio” (MESQUITA, 2018, p. 107). Ou, ainda a participação Gustavo Capanema que ficou à frente da pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945.

Tal como ocorreu com Oswaldo Cabral, que ocupou diversos postos de mando nas hostes governamentais em Santa Catarina, principalmente durante o primeiro período do Governo de Getúlio Vargas.

Neste aspecto, no tocante a ocupação de postos de trabalho no serviço público por intelectuais, de se ressaltar

[...] a íntima relação entre atividade intelectual e ação política operada durante o primeiro governo Vargas. Apesar de não ser necessariamente uma inserção política de caráter ‘militante’, vale lembrar que esses intelectuais integraram equipes de órgãos governamentais e desempenharam, mesmo que indiretamente, papel relevante na efetivação de um programa político-institucional de governo, estabelecendo a conexão entre as ideias programáticas definidas para a política social do governo e o seu sentido/aplicação administrativa. (FONSECA, 2007, p. 65)

Sobre as políticas governamentais no campo da saúde e suas relações entre intelectuais, cientistas, médicos, advogados, homens de letras, etc.; há um número relativo pesquisas publicadas⁴¹.

Trata-se, em suma, de um período de auge ou de consolidação da chamada “administração competente”, dos gestores técnicos do bem público a quem se atribuiu e divulgou como o caminho para a salvação da administração pública do país. Mas que, em verdade, foi “algo

⁴⁰A autora refere-se a obra “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil” (1920-1945) de Sérgio Miceli.

⁴¹Ver: (DANTES, 2001); (FONSECA, C. 2007); (FERLA, 2009); (CABRAL, D. 2013); (KROPF, 2009); (MUNIZ, 2013) e (GOMES, 2013).

que permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas” (CHALHOUB, 1996, p.8).

Todavia o foco aqui recai em uma personagem pouco conhecida do grande público, ao menos além dos limites catarinenses. Tentando-se, talvez em vão, classificar que tipo de intelectual foi Oswaldo Rodrigues Cabral. Foi Cabral um intelectual, na essência e sentidos atribuídos pelos franceses, que, afetados pelo caso Dreyfus, passaram a negar participação mais efetiva e um engajamento direto na política pelos estudiosos, defendendo que deveria haver uma separação entre ciência (humana e as demais) e a política, que o intelectual deveria habitar suas “torres de marfim” e travarem apenas guerras no campo das ideias, da filosofia, a exemplo de “Barrès”, “Gide” ou um “Sartre” (WINOCK, 2000).

Ou foi, Cabral intelectual militante engajado, um “intelectual orgânico” a exemplo de Gramsci (VOZA, 2009). Com um claro e combativo posicionamento político diante da sociedade, cuja ação deveria ir além da escrita, ou de embates teóricos filosóficos. Ou, ainda, teria sido Oswaldo Cabral um intelectual do tipo “mediador cultural”, entendendo por tal nomenclatura aquele que “produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

Continuando a sabatina, pode-se considerar que Cabral tenha sido apenas mais um “médico de periferia”⁴² e intelectual de província⁴³ cuja contribuição na constituição de um “saber médico científico”, hoje, “consagrado” (PAULA, in EDLER, 2011, p. 12), tenha ficado circunscrito na pequena e provinciana “pátria catarinense” e seus limites geográficos e culturais.

Longe de se chegar a uma conclusão definitiva, o que se pode ter por acertado é que Cabral pertenceu a uma última leva de intelectuais (seja o despolitizado francês, o orgânico italiano, o mediador cultural, o provinciano, ou todos eles juntos) de uma geração que, a partir de 1870 até a década de 1930 (SCHWARCZ, 1993), pensavam a sociedade brasileira sob a égide de uma doutrina racista em que predominava a defesa de uma necessária ação da ciência para uma “depuração racial” e cultural do Brasil.

⁴²O termo foi tomado de empréstimo de Sérgio de Goes de Paula extraído do prefácio da obra de (EDLER, 2011). Refere-se ao conjunto de médicos do século XIX que “atuaram estrategicamente visando a criar um sistema de autoridade científica e de poder profissional que os legitimassem” (p.12).

⁴³Por “intelectual de província” pode-se entender aqueles intelectuais que, dentro de um conjunto de símbolos e com base numa linguagem comum a seus pares, são, a um só tempo, consumidores e produtores de um saber pretensamente hegemônico, disseminando-o para um grupo ou comunidade específicos dentro de um espaço geográfico delimitado (regional) embora em consonância com uma comunidade mais ampla. Ver (NEDEL, 2005).

Essa afirmação leva em conta, as teorias e seus respectivos teóricos arregimentados por Cabral ao longo de sua produção bibliográfica e percebidos por meio de suas palavras, e os conceitos atribuídos a elas à época, o que são tomados aqui como ações intelectuais performáticas por parte de Cabral.

Palavras, conceitos e teorias, em grande medida, devedores ainda, de doutrinas geradas na Europa as quais orientaram boa parte da produção de conhecimento científico nas mais diferentes áreas aqui na antiga colônia de Portugal, o Brasil. Principalmente durante a primeira metade do século XX, este foi justamente o período de maior produção intelectual de Oswaldo Cabral. Sobre esta “doutrina” convém ressaltar que

Uma doutrina racista torna-se ainda mais perigosa quando ela é aplicada não para separar grupos étnicos mas quando afasta diferentes classes sociais dentro de um mesmo grupo. Assim, Erich Suchsland expõe e defende a tese de que os indivíduos mal-sucedidos na vida (por exemplo, aqueles que não possuem meios para viver nos bairros mais luxuosos) são necessariamente elementos inferiores no seio da população, enquanto os ricos pertencem à raça “superior”; daí, **a destruição dos bairros pobres seria uma forma de seleção e de purificação da raça**. Aqui não há a rivalidade do branco contra o preto ou do nórdico contra o não-ariano; o que se procura é encontrar uma base pseudobiológica para a opressão da burguesia às classes proletárias. (COMAS, 1970, p. 17) [sem grifos no original].

Assim, não é demais afirmar, que os textos e escritos de Cabral, bem como sua formação científica em medicina, o fizeram, claramente um colonizador de memórias e de saberes distintos dos daqueles que ele “aprendeu” como os verdadeiros. Logo sua produção bibliográfica, seja em história ou em medicina estará alicerçada em valores culturais hegemônicos trazidos da Europa, com o fim de explicar e organizar a sociedade brasileira, de um modo geral, e a catarinense em particular.

Sociedade esta, que ainda tentava entender-se a si mesmo e se reestruturar de abalos cujos epicentros foram a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. As décadas iniciais do século XX, seriam marcadas, ainda, no Brasil e mundo, pela eclosão das primeiras e segundas grandes guerras mundiais e a movimentação intensa de pessoas pelo planeta, em grande medida, decorrentes destas duas grandes tragédias.

As intensas levas de imigrantes que antecederam, principalmente a década de 1930⁴⁴ e sucederam a estas datas provocaram no país, uma enxurrada de diferenças culturais cujos grupos distintos, cada qual com sua crença, valores, ciência e usos e costumes, entreolhavam-se numa mesma rua.

Católicos fervorosos, poloneses e italianos estranhavam o catolicismo rústico existente no país, e reacendiam sua fé decorando as casas com santos da devoção e demais símbolos pátrios. Hábitos de higiene também dividiam as populações. Os italianos tomavam banho uma vez na semana, contentando-se em lavar as mãos e as partes suadas do corpo. Reagiam tanto à fartura de água dos nacionais, que tomavam banho de rio ou de tina diariamente, quanto ao ofurô coletivo dos japoneses. O estranhamento em relação a este último grupo era, aliás, geral: japoneses só ficavam satisfeitos quando viam o arroz crescer, e não sabiam deixar a carne-seca de molho para que amolecasse, assim como mal imaginavam que o bacalhau precisava ficar na água para perder o sal. Já o feijão não entrava na dieta deles, muito menos a farinha. Diferentemente dos europeus, pouco investiam na melhoria de suas casas: nem sequer as decoravam, até porque todo o dinheiro economizado deveria ser destinado aos parentes, ou virava pecúlio para um futuro e desejado retorno. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, 324-325)

Continuando a citação, é chegado, talvez no ponto fulcral de toda a discussão a qual se propõe esta pesquisa, talvez seja este momento, para usar de uma linguagem da geografia, um divisor de águas.

Apesar dos percalços, a maioria [dos imigrantes] acabou se adaptando às terras brasileiras. A cada povo seu credo, e também nesse campo a fé se misturou. Curandeiros, benzedeiros, herbanários, percorriam fazendas e, na falta de médicos e remédios, esses profissionais **ocuparam espaços vazios**. Três “remédios” davam conta de uma coleção de males: óleo de fígado de bacalhau purificava; sal amargo liberava o estômago e curava constipações; óleo de rícino era purgante eficaz. Do Rio Grande do Sul às fazendas paulistas apelava-se para esses medicamentos milagrosos, e, quando nada dava certo, a saída era abusar das orações e dos curandeiros. Já na Bahia eram ifás – porta-vozes das divindades – que cumpriam tal papel, trazendo suas ervas da África. O mesmo ocorria no Norte, onde imperavam um conhecimento ameríndio e o uso alargado das plantas de efeito alucinógeno. Tal qual contaminação, as receitas se misturaram, gerando um “receituário” mestiço. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, 324-325) [sem grifos no original].

Argumenta-se de que os “espaços vazios” a que se referem as autoras não representou um lugar desocupado ou vago, mas sim um lugar que foi, paulatinamente, sendo esvaziado para que nele habitassem novos e diferentes profissionais, os médicos oficiais.

⁴⁴Em 1927 o afluxo de imigrantes se tornou maior para a Europa. Por outro lado, Estados Unidos e Brasil, por exemplo, promovem políticas de restrição de entrada de estrangeiros em seus territórios (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 325).

Interessa para efeito argumentativo da tese (no sentido de opinião, de ponto de vista, de posicionamento crítico), questões de ordem sociocultural, suscitadas pela ideia de ocupação de espaços vazios por parte dos “curandeiros” por exemplo, recorrentes em obras a tratar do tema na historiografia, desde a produzida por Cabral, por exemplo, entre as décadas de 1930 e 1970.

Estas mesmas questões sociais e culturais, acredita-se, contribuíram nas escolhas dos temas de pesquisa e impulsionaram a escrita histórica desenvolvida, em Santa Catarina, pelo médico das letras e historiador de memórias, Oswaldo Cabral.

Questões que levaram suas pesquisas do mito da democracia racial em que, por suposto, conviviam harmoniosamente os vários grupos étnicos no Brasil e suas diferentes raças⁴⁵, para uma diferenciação pela classe social a que pertenciam: ricos e pobres. Em grande medida, esta trajetória epistemológica a qual insere-se a produção bibliográfica de Oswaldo Cabral, será o objeto de análise a partir de agora.

Se o mito da democracia racial resolveu, em tese, as questões relacionadas às diferenças biológicas, o mesmo não ocorreu com as questões socioculturais, sobretudo no que diz respeito ao abismo que, no Brasil separa ricos de pobres, advogados de pipoqueiros, médicos de curadores.

Os ricos, embora não seja uma regra principalmente levando-se em conta a sociedade atual, eram nas décadas iniciais do século XX, considerados como “superiores”. Não só intelectualmente, já que detentores de saberes ditos científicos, mas, também culturalmente mais “evoluídos” e, logo, deveriam incumbirem-se da missão de orientar os pobres, a “gente mais humilde e recuada da escala social” (CABRAL, 1977, p. 46) sobre a correta maneira de agir, inclusive a de cuidar de seu próprio corpo.

Os recuados da escala social, como se referiu Cabral aos pobres, foram considerados pelos médicos e cientistas, como menos “evoluídos” nesta escala de evolução. Os pobres eram vistos nesta lógica, como despossuídos do saber oficial, científico. E, portanto, deveriam ser conduzidos para o caminho do progresso, da razão, da luz do esclarecimento, alçando-os a um patamar intermediário, ao menos, nesta escalada social. Era necessário, para tanto, ir “depurando” a população, salvando-os de suas próprias “ignorâncias”, seus usos, costumes e saberes arcaicos, “bárbaros” e “atrasados”, nem que para isso fosse necessário destruir suas habitações, colonizar suas próprias memórias.

⁴⁵Para saber mais sobre a relação entre raça, racismo, ciência e cultura ver (MAIO e SANTOS, 1996); (SCHWARCZ, 1993); (GOLDBERG, 1993) e (COMAS, 1970).

Na sociedade latino-americana, os conceitos de “cultura”, “cor” e “classe” adquirem uma desmesurada importância a partir da década de 20 [1920] com a rearticulação e afirmação do ideologema da mestiçagem e frente aos discursos edificantes de reconstituição do Estado-nação, e suas respectivas culturas nacionais. No caso brasileiro, por exemplo, sua relevância faz-se patente a partir dos anos 20, através do choque conceitual, na luta pelo poder interpretativo e definidor da brasilidade entre o modernismo paulista e o nordestino; entre o discurso heterofóbico, corporativista e anti-regional de Oliveira Vianna, e o discurso heterofílico, tradicionalista e regionalista de Gilberto Freyre, entre a poética cosmopolita e paródica dos manifestos e a poesia de Oswald de Andrade e a regionalista, à marxista, de um romancista como Jorge Amado; ou, visto de uma outra maneira, entre o discurso da “brasilidade bem-nascida” (aquela que foi imaginada tradicionalmente como soma de três raças) e aquele dos “novos brasileiros” que emergia das áreas agrícolas e industriais do Sul e Sudeste do País” (Guimarães, 1994:21). (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, pp. 112-113)

Uma questão, segundo a autora, de disputas regionais sobre aquele que seria o digno representante da nação brasileira, ou de uma região nacional em específico, que, num cenário de diversidade, de imigração, tanto mais no Brasil de dimensões continentais, ganha força e cresce, principalmente, a partir da década de 1920.

Destes vários “discursos” interessa-nos o médico-científico e “aquele dos novos brasileiros” gestado, principalmente, no Sul do País, e mais especificamente ainda, em Santa Catarina entre a pena e o bisturi do médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral.

Um discurso, ou um conjunto deles, que, em resumo, defende uma depuração e a salvação da nação via “embranquecimento” da cor da pele, num primeiro momento, mas, passada esta fase, o que tudo indica a partir de 1920-1930, tende a considerar necessário, também, embranquecer a cultura dessa nação mestiça, “civilizando” modos, maneiras de ser, de morar, de vestir, de comer, de curar seus males e doenças, por exemplo.

O representante da nação brasileira não deveria ser, sob hipótese alguma, um “Jeca Tatu” personagem matuto, de pés descalços, criado por Monteiro Lobato.



Figura 9: Capa da Revista "Jeca Tatuzinho" 1947
Acervo Pessoal do autor



Figura 10: Contracapa revista Jeca Tatuzinho – 1947
Acervo Pessoal do autor

As imagens da capa e contracapa do folheto (figuras 9 e 10) são emblemáticas para análises sobre a importância da valorização e legitimação do processo de medicalização na sociedade brasileira do período da década mediana do século XX, e, por conseguinte, da valorização dos profissionais responsáveis por este processo: o cientista e o médico.

A primeira capa traz a figura desanimada de Jeca Tatu e a última capa a imagem de um homem com a aparência de cansado, ainda que com um instrumento de trabalho à mão. Na contracapa é possível ver uma estátua em memória de Luiz Pereira Barreto e as inscrições “glória à ciência brasileira” na propaganda do fortificante biotômico Fontoura. Ao final, imagem ilustrativa em que associa os vermes causadores do “amarelão” à pequenos demônios, de forma a melhor ressignificar, supõe-se, os males trazidos pela doença. Uma representação dos agentes causadores da patologia em uma linguagem, que a população, de um modo geral, ainda, em grande medida analfabeta, seja capaz de entender a mensagem; são os micróbios e vermes a representação do mal na terra.

Sobre a personagem de Monteiro Lobato e sua relação com o trabalho, doença e hábitos, é possível perceber no folheto as seguintes considerações escritas

Jeca-Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. Jeca-Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma.

(...)

Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol, no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente, cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com êle. (Revista Jeca Tatuzinho, 1947, pp. 1-4)

Há no texto divulgado no livreto, de “distribuição gratuita”, trechos bastante interessantes para se pensar a ideia da necessidade de curar os hábitos e práticas do “caboclo” brasileiro bem como a incursão e início da medicalização e do avanço da indústria farmacêutica no Brasil. Contudo importa salientar aqui o processo de diferenciação entre costumes e cultura de tratar o corpo entre o “caboclo” brasileiro e “imigrante europeu”. O que fica evidente no trecho em que é comparado a atitude “sadia” do “italiano” e a “doentia” de “Jeca Tatu”:

Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca não fazia o mesmo?

Quando lhe perguntavam isso, êle dizia:

– Não paga a pena plantar. A formiga come tudo.

- Mas como é que seu vizinho italiano não tem formiga no sítio?
 - É que êle mata.
 - E por que você não faz o mesmo?
- Jeca coçava a cabeça, cuspiam por entre os dentes e vinha sempre com a mesma história:
- *Quá!* Não paga a pena...
 - Além de preguiçoso, bêbedo; e além de bêbedo, idiota, era o que todos diziam. (Revista Jeca Tatuzinho, 1947, p. 5)

Mas eis que chega o doutor médico formado que irá “curar”, física e culturalmente Jeca-Tatu. Para os males físicos, havia o remédio farmacêutico industrial, para a cultura, a educação. A doença poderia ser tratada com remédios, afinal, apesar do fato de que parece ter aversão ao trabalho, o caboclo era fraco, preguiçoso, em razão, também, da doença que lhe sugava as forças produtivas para o trabalho.

- Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e magro, resolveu examiná-lo.
- Amigo Jeca, o que você tem é doença.
 - Pode ser. Sinto uma canseira sem fim, e dor de cabeça, e um pontada aqui no peito, que responde na cacunda.
 - Isso mesmo. Você sofre de ancilostomíase.
 - Anci... o que?
 - Sofre de amarelão, entende? Uma doença que muitos confundem com a maleita.
 - Essa tal maleita não é sezão?
 - Isso mesmo. Maleita, sezão, febre palustre ou febre intermitente: tudo a mesma coisa. A sezão também produz anemia, moleza e esse desânimo do amarelão; mas é diferente. Conhece-se a maleita pelo arrepio ou calafrio que dá, pois é uma febre que vem sempre em horas certas e com muito suor. Quem sofre de sezão sara com MALEITOSAN FONTOURA. Quem sobre de amarelão sara com ANKILOSTOMINA FONTOURA. **Eu vou curar você.** (Revista Jeca Tatuzinho, 1947, p. 5) [sem grifo no original].

É a revista uma publicação patrocinada pelo Instituto Medicamenta Fontoura S.A. uma das indústrias farmacêuticas que, junto com outros importantes laboratórios nacionais como Pinheiros, Moura Brasil, Torres e Lafi, integram o quadro crescente desenvolvimento do ramo industrial farmacêutico no País (EDLER, 2006). A revistinha em fácil leitura em formato de história em quadrinhos conta em 1947, com sua 15ª Edição, “na qual se completam 16 milhões de exemplares”, pode ser analisada com uma forma eficiente e eficaz de se educar a população para o consumo de remédios industrializados. A Revista⁴⁶ é prova do quanto o Brasil virou, sobretudo após a Segunda Guerra, numa espécie de paraíso da indústria farmacêutica⁴⁷.

⁴⁶Sobre periódicos como fonte para história ver (LUCA, 2010, pp. 111-153)

⁴⁷Para saber mais sobre a indústria farmacêutica no Brasil ver (CYTRYNOWICZ, 2007)

O personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, serve de exemplo para discussões propostas por historiador catarinense, em que aborda os “Jecas catarinenses”, relações capitalistas, reforma agrária e a oposição cidade contra o campo em Santa Catarina:

Há muitos anos, fez muito sucesso no Brasil um certo Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato em 1918. **Os brasileiros souberam da sua existência através dos folhetos de propaganda do Biotônico Fontoura.** Desde então, os lavradores, pequenos agricultores e trabalhadores rurais passaram a ser identificados com a imagem estereotipada de um “caipira”, que teria sido “curado” da preguiça e da indolência após ter tomado o precioso fortificante. Tempos depois de Lobato ter criado o Jeca Tatu, a partir dos anos 50, empresários, e governantes também pretenderam criar um remédio que curaria os problemas dos agricultores brasileiros. Nada de mudanças na estrutura agrária, ou seja na forma com a terra é dividida no Brasil: nem cogitavam em reforma agrária. Para salvar a lavoura bastaria que os agricultores brasileiros entrassem em contato com as novas tecnologias que as empresas capitalistas estavam vendendo.

[...]

Nesse momento, os agricultores catarinenses perceberam uma vontade de empresas e do governo em transformarem aquelas paisagens que nos acostumamos a associar sempre ao bucolismo, tranquilidade e vida pacata. A exemplo dos trabalhadores das cidades, que há muito vinham sendo regidos pelo ritmo do capitalismo industrial, os lavradores de Santa Catarina passavam a viver agora num ambiente bastante diferente do que estavam acostumados. Era preciso que os Jecas Tatus catarinenses se adaptassem aos novos tempos. Só para ressaltar o impacto dessas idéias, vale mencionar que por essa época quase 70% da população catarinense vivia no campo. (LOHN, 1999, pp. 41-42) [sem grifos no original]

Afora toda a discussão acerca da reforma agrária, das relações capitalistas, do tema da medicalização, da indústria farmacêutica no Brasil, tão fundamentais quanto complexas, como é sabido, o importante aqui é salientar a ideia da educação dos costumes dos “caboclos” brasileiros e “caipiras” catarinenses. Quer seja nos seus usos e costumes de produção de remédios de forma caseira, no asseio pessoal, na forma de parir. Ou seja, de uma forma geral no tocante ao cuidado de si, e em uma mudança sobre a etiologia da doença no senso comum da população.

Também é de salientar o fato de que as leituras, sejam via folhetos, revistas, almanaques, livros de história como os produzidos por Cabral, ou nos livros de leitura distribuídos nas escolas, como mais adiante, podem ter servido como um “manual para a vida cotidiana” (FOUCAULT, 1985, p. 115) na divulgação de novos remédios, novas formas de tratar o corpo, hábitos e costumes “civilizados”, formas de lidar com a terra, e, até mesmo, novas teorias sobre a doença e a vida no campo. Educando à população para uma nova maneira de tratar seu próprio corpo⁴⁸.

⁴⁸Para uma história do corpo ver (CORBIN, et al, 2011)

Teorias estas transportadas, sobretudo do velho mundo e adaptadas pelos intelectuais nacionais desse período à realidade brasileira (COMAS *et al*, 1970; SCHWARCZ, 1993; MAIO e SANTOS, 1996), com o firme propósito de civilizar a nação salvando-os e curando-os da degeneração, atribuída à miscigenação de usos e de costumes, legado pela “tradição”, principalmente das populações indígenas ou dos africanos, segundo pareciam acreditar os médicos e cientistas da época.

Imprescindível para tal intento a presença dos médicos. Neste sentido, Oswaldo Cabral, mesmo que de uma Província periférica, como Santa Catarina, não foi uma voz dissonante sobre a importância atribuída à ciência para transformar cultural e fisicamente a nação brasileira ou a pequena pátria catarinense, como se referiam os intelectuais contemporâneos à Cabral, para tratar de Santa Catarina.

Com forte atuação nas áreas da Educação, Higiene e Saúde, os médicos desempenharam papel fundamental na tentativa de consolidação de uma “civilização” no Brasil que pudesse fazer frente a mais desenvolvida das nações mundiais.

Uma ideia de civilização importada da Europa, uma “civilização burguesa europeia, que jamais se recuperou da Primeira Guerra Mundial” e a quem as “artes e ciências eram tão fundamentais” quanto a crença no progresso e na educação, e que, “na verdade, eram o cerne espiritual que substituiu a religião tradicional” (HOBBSBAWM, 2012, p. 10).

Acreditavam, assim, estes cientistas e médicos intelectuais nacionais, em sua maioria filhos de uma elite senhorial, branca, católica, que para o Brasil alcançar o grau de “civilização burguesa europeia” deveria passar por um “aperfeiçoamento racial”, não mais sobre a égide de uma etnografia racial em sua essência, ou seja, a que definia negros como os trabalhadores braçais por excelência e brancos como senhores e donos das terras e dos meios de produção. Mas para uma de cunho cultural com vias a transformar a matriz do conhecimento em que aqueles que exercem o “poder saber”, mais precisamente, o “biopoder” (FOUCAULT, 1982), – médicos e cientistas, em sua maioria – passam a ditar novas regras, ideias e comportamentos com base no conhecimento científico. Conhecimentos esses que se pretendem hegemônicos e universais, e os quais serão considerados como a única forma de alcançar a civilização, a ordem e o progresso e, claro, a reboque, a diferenciação social entre ricos e pobres, doutos e ignorantes.

Tais ideias, como por exemplo a de “aperfeiçoamento racial” por meio de uma educação voltada à higiene, ganham força sobretudo ao serem avalizadas por esta Ciência Médica

“mundial” amplamente divulgadas, propagandeadas e justificadas em artigos científicos, revistas, obras, livros e teses, de um modo geral. No Brasil essas ideias adquirem foro estatal, sobretudo durante o Estado Novo, e serão norteadoras de ações do Estado no tocante às políticas públicas para a área da Saúde e da Educação (FONSECA, 2007).

A ideia da necessidade de medicalização, higiene e asseio, defendida pelos médicos sanitaristas, para a manutenção da boa saúde ganha caráter institucional, incorporando-se aos currículos escolares e ditando normas que nortearão as políticas para a Saúde Pública no Brasil, principalmente durante o primeiro governo de Getúlio Vargas:

Certamente não há divergência quanto a reconhecer o período compreendido pelo primeiro governo Vargas como um marco para as políticas sociais no Brasil. Sem esquecer as medidas que vinham sendo tomadas anteriormente, sobretudo durante a década de 1920, é sem dúvida a partir de 1930 que a política social passa a ser incorporada definitivamente como atribuição do Estado. (FONSECA, 2007, p.26).

Quando da defesa de seu trabalho final durante o curso de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1929, Oswaldo Rodrigues Cabral, faz ressonância a esse discurso ao defender, também, uma ampla participação do indivíduo e da sociedade no combate às doenças e aos costumes considerados por ele como atrasados. Obviamente, segundo sua visão acadêmica, desde que capitaneados pelos cientistas e médicos, em prol da missão de educar para a civilização divulgando as boas práticas de saúde pública. Principalmente no tocante a necessidade de ensinar as crianças os cuidados do asseio e da higiene para a prevenção de doenças, atribuindo, assim, responsabilidade também ao indivíduo com relação à manutenção de sua própria saúde⁴⁹. Esta educação infantil sobre medicalização, saúde e higiene podem ser percebidos nos livros de leitura, os quais foram bastante utilizados para a alfabetização de crianças sobretudo nas décadas medianas do século XX.

O tracoma
O Chiquinho de Dona Raquel está com tracoma.
O tracoma é uma moléstia dos olhos.

⁴⁹Há aqui um embate que mereceria uma melhor reflexão entre o papel do médico/cientista, do indivíduo, da sociedade e do Estado nas ações voltadas à saúde pública/individual, entre outras questões. Destaca-se se a responsabilidade do bem social (e jurídico) saúde deve recair sobre a comunidade médica, sobre indivíduo, sobre a sociedade ou, ainda, o Estado, exclusivamente. Obviamente não é nossa intenção discutir sobre tão complexa questão, por ora basta alertar para a existência de uma disputa pelo exercício de poder decorrente da classe que detém a capacidade de curar e apontar para bibliografia que pode contribuir com a discussão entre a responsabilidade e interesses sobre o bem saúde entre o indivíduo, a coletividade e o estado/governo: (CORBIN, *et al*, 2011); (FERLA, 2009); (CABRAL, D. 2013); (FONSECA, 2007); (KROPF, 2009); CHALHOUB, 1996) e (CUKIERMAN, 2007).

O tracoma pode deixar cego.
 Dona Raquel levou o Chiquinho ao posto do serviço antitracomatoso.
 O tracoma pode pegar pelas mãos.
 As mãos devem estar sempre bem limpas.
 Cuidado com os objetos que o doente de tracoma esteja usando!
 (FLEURY, 1955, p.25)

Outro exemplo sobre doenças e asseio ensinados sobre a forma de textos para “alfabetização rápida”, extraído do livreto “Cartilha na Roça”, cujo uso foi “autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura registro nº. 932”, já em sua 123ª Edição:

O amarelão

Nhonhô, filho de Nhô Amaro, está com amarelão.
 O amarelão deixa a gente amarelo. Enfraquece o doente e pode causar sua morte.
 Um bichinho tão pequeno que não se vê, penetra pela pele dos pés ou das mãos, causando doença.
 Esse bichinho é a larva de um verme chamado ancilóstomo.
 Esse verme, como a lombriga, vive nos intestinos dos doentes.
 Se os doentes sujam no chão, as larvas nascem na terra e entram na pele de outras pessoas, quase sempre pelos pés.
 Cuidado com os lugares sujos! Não andem descalços, nem brinquem na terra.
 Em nossa chácara há fossas; e são sempre desinfetadas. O asseio é uma necessidade.
 (FLEURY, 1955, p. 40)



Figura 11: Capa Cartilha Rural para Alfabetização Rápida – 1955
Acervo Pessoal do Autor

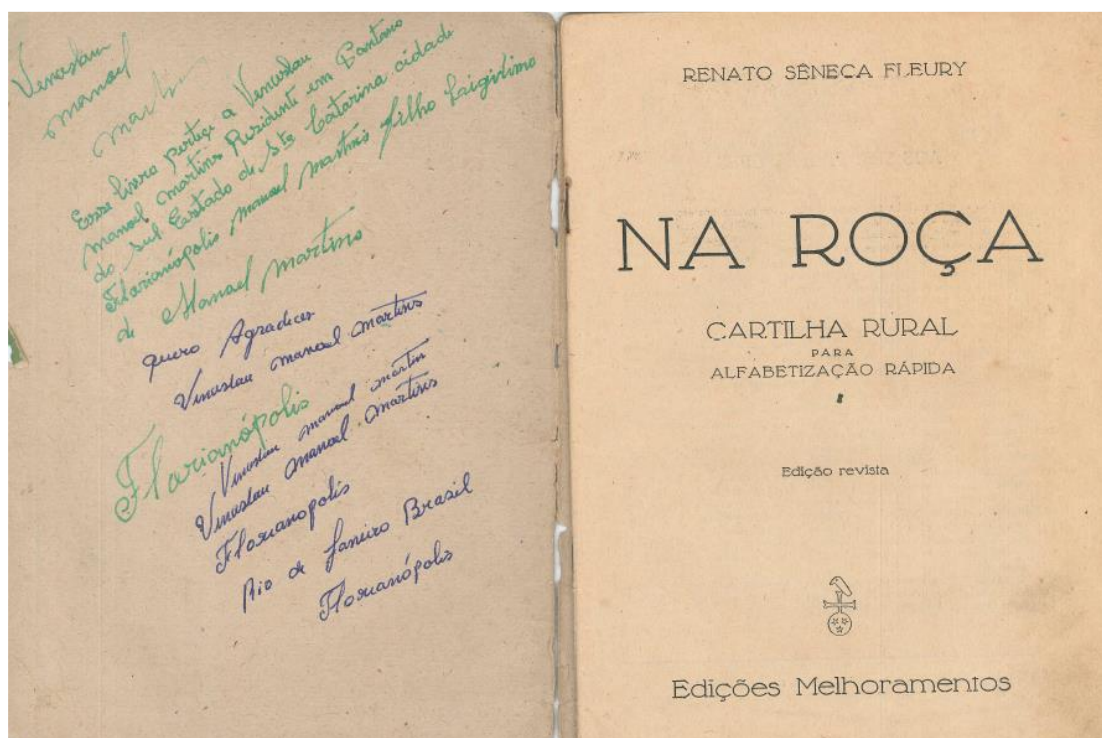


Figura 12: Contracapa Cartilha Rural para Alfabetização rápida – 1955
Acervo Pessoal do autor

A cartilha rural apresenta marcas de leitura, de seu possuidor, como é possível ver com os escritos no verso da capa. Para além de questões voltadas à História de Escrita e da Leitura⁵⁰, cabe ressaltar aqui a importância das marcas com o nome do estudante que utilizou e guardou a cartilha apontarem para um possível comprovação de sua circularidade e de seu uso pela região de Florianópolis, Santa Catarina, como aposto de forma manuscrita na cartilha.

O uso da Educação para a propagação das práticas de higiene e asseio é defendido por Oswaldo Rodrigues Cabral, já quando da defesa de seu trabalho de conclusão da graduação em medicina, em 1929. Cabral, é, ao que parece, um defensor do ensino da higiene e de uma etiologia científica das doenças. Esta educação deveria atingir as mães desde à maternidade até a educação infantil de seus filhos. Defendia que se deve educar as mães e as crianças desde tenra idade, de forma a civilizar usos e costumes e que cada indivíduo passe, por si só, a ser um propagador das

⁵⁰Sobre história da leitura e da escrita ver (CHARTIER, 2001, 2002b, 2003 e 2004) e (CHARTIER e CAVALLO, 2004).

boas práticas de asseio e saúde. Tal como ele mesmo escreveu em seu trabalho de conclusão de curso:

Também a divulgação de princípios tendentes a incutir nas crianças hábitos sadios não será esquecida. Para se obter bons resultados, longo tem de ser o trabalho. Já o Dr. J. P. Fontenelle asseverava que “muito se terá de trabalhar no esforço de vulgarizar mezinhas noções de hygiene antes que grande proporção de mães chegue á capacidade de fazer esse bom trabalho, o que não quer dizer que se deva ser adiado o início do esforço. (CABRAL, 1929, 16-17)

Não só as crianças, mas todo o povo deve ser educado nos hábitos básicos de hygiene, segundo Cabral:

É preciso educar o povo. É necessário que se incuta no espírito dos habitantes do paiz noções elementares de hygiene, de medicina preventiva, tornar accessivel á sua compreensão o espirito de certas leis em pról do saneamento, a bem da saúde de todos, facilitando a acceitação das medidas postas em pratica, desembaraçando a acção dos que tem o dever de zelar pela saúde publica. É preciso divulgar conhecimentos basicos, divulgar a tal ponto que se tornem vulgares, ampliar o ensinamento de certa ordem de princípios imprescindíveis a ponto de se tornarem de conhecimento geral. É necessario que se eduque, que se intensifique a propaganda, que se active e amplie a instrucção sanitária, para podermos ter, no futuro, **mais bellos, mais perfeitos exemplares de uma raça nova**. É claro que, unicamente por meio da educação, da instrucção e da propaganda, não poderemos ver saneado o paiz. (CABRAL, 1929, p. 11) [sem grifos no original].

O governo por si só não poderia vencer a guerra contra a “ignorância”, a falta de saneamento a falta de hygiene, principais causadores das doenças, segundo Cabral. Deveria o governo ter como aliado o povo. Assim cada um dos “particulares” seria um importante soldado nesta empreitada sanitária, como se pode inferir ao ler o trecho escolhido por Cabral, destacado na primeira página de seu Trabalho Final, extraído do Boletim de Propaganda da Associação Brasileira de Educação, em epígrafe, sob o título de “Advertência”:

É uma utopia esperar que os poderes públicos possam algum dia por si sós, resolver o problema da educação nacional. Quer em quantidade, quer em qualidade, elle exige absolutamente o concurso da iniciativa particular e, sem este, permanecerá eternamente insolúvel (CABRAL, 1929, p. I)

Cabral parecia acreditar na força do poder particular da educação, a partir do próprio sujeito, em orientar para os bons modos de hygiene da população, principalmente da parcela mais carente de recursos e de conhecimentos científicos, que, àquela ocasião, habitavam, predominantemente, o meio rural do país, ou passarão a ocupar as regiões centrais submetendo-se

aos trabalhos e condições de vida das mais degradantes. Habitando de forma precária os morros e regiões periféricas dos grandes centros urbanos no país.

O aspirante e entusiasmado formando em medicina, Oswaldo Cabral, pregava com euforia e veemência quase militante a união entre governo, particular e povo para a vitória na guerra da doença, contra a falta de educação higiênica, contra o desconhecimento dos agentes causadores dos males que assolavam a nação. E defendia que em nada adiantariam leis sanitárias e medidas de saúde pública como a imposição para a vacinação, se o povo não entendesse sua real necessidade.

Mas, bem afirma Belisário Penna, quando diz que “propaganda e conselhos poderão ser bons auxiliares da lei que imponha medidas hygienicas”. Compreendias as vantagens e a necessidade destas medidas, o povo será o maior auxiliar dos Governos na grande obra, construindo as suas casas dentro das prescripções exigidas, em local conveniente e apropriado, em boas condições de aeração e iluminação, afastará dellas os insectos e os parasitos, usará de todos os meios de preservação da própria saúde, educará os filhos na pratica de hábitos de saúde, alimentar-se-á convenientemente e, **si doente, saberá apellar para os que poderão curar, afastando-se da prática de actos extranhos, absurdos, tão espalhados hoje em dia.** (CABRAL, 1929, p. 11) [sem grifos no original]

No trecho transcrito, Cabral parece defender que o povo seja educado de modo a compreender as reais razões das medidas de profilaxia. Em um tom por vezes utópico “o povo será o maior auxiliar do Governo na grande obra, construindo as suas casas dentro das prescrições exigidas, em local conveniente e apropriado, em boas condições de aeração e iluminação”. Como se bastasse somente “saber” sem ter as condições de “fazer”, tendo em vista as condições de moradia, de alimentação das populações urbanas das cidades brasileiras, por exemplo, daquele período das décadas iniciais do século XX.

Enfim, Cabral, ainda usa o espaço da escrita para criticar hábitos “estranhos” e “absurdos” de curas, talvez as praticadas pelos curadores.

Defende, também em seu trabalho, a prática da vacinação, mas de forma educativa, instruindo à população dos reais benefícios trazidos por tal ato.

O povo precisa ter esta consciência sanitária, esta compreensão da necessidade. Exemplo nos vem da questão da vacinação. Si bem que ainda se encontre quem se furte a esta pratica, mal se ouve, hoje em dia, falar em casos de varíola, a maioria da população accorre aos postos de prophylaxia, aos ambulatórios, aos consultórios médicos e até ás redacções dos jornaes, que criam e instalam postos de vaccinação, em obra patriótica de auxilio, afim de se vaccinar e revaccinar. É que grande parte do povo já comprehendeu a vantagem deste acto, e a sua necessidade. (CABRAL, 1929, pp. 11-12)

Ele tem convicção dessa necessária ação de sanear para restaurar a nação, via “aprimoramento da raça”, educando o povo para a higiene e o saneamento, e para as boas práticas de saúde:

Não é demais que se diga aqui que, si muitas vezes fomos obrigados a relatar factos que chocam, a tratar da crendice, dos abusões, da ignorância do povo, a chamar a atenção para actos que se praticam, cousas que se conservam em flagrante desrespeito á hygiene, não nos animaram intenções menos patrióticas. Bem ao contrário. Ainda que sem fazermos, neste momento, profissão de fé patriótica, não descremos do Brasil forte, do Brasil grande que se prepara. É preciso crer, é preciso ter fé e assim animados trabalhar na conquista e no preparo da terra, no preparo e no **aperfeiçoamento da raça**. Aquella, selecciona os homens. Tem ella hoje ainda o character dos grandes empreendimentos, rompendo a majestade virginal das nossas florestas, vencendo a caudal violenta e formidável dos nossos rios, galgando as escarpas das nossas montanhas. **Desbrava-se. Saneia-se. Constrói-se.** Os conquistadores, afeitos ás luctas, fortes, dominadores, vão lançando a semente de uma geração de titans. Á parte ficarão os fracos, os medrosos, os descrentes, os imprestáveis, afastados daqueles que constituirão a **raça nova, mixta de bravura e de força, raça que se funda hoje, no mesmo cadinho em que se ligam as diversidades ethnicas**. A nação se erguerá, conquistado o mais alto grau de progresso e de cultura, construído, sólido e inabalável, o edificio da nacionalidade. (CABRAL, 1929, p. II-III) [sem grifos no original]

Do trecho transcrito depreende-se o empenho “patriótico” de Cabral, como médico higienista, imbuído que está para servir à construção de uma nação de homens saudáveis, de uma “raça nova” de bons e “civilizados” homens: braços fortes para a nação, em consonância com o lema, mais tarde, defendido e implementado pelas políticas de Saúde Pública de Getúlio Vargas (FONSECA, 2007).

Não será de admirar que das condições do meio e do homem, augmentadas pela incapacidade de defesa, pela ignorância em que permanece a maioria das populações, principalmente a das afastadas dos centros adiantados, sem meios de **prophylaxia, se diffundam em certas zonas e ahi permaneçam de maneira endêmica, males diversos, desfalcando de um número fabuloso de braços, a nação**. É em pról da saúde destes compatriotas, movidos não só pelo sentimento de compaixão, que se alevantam todos os que já puderam observá-los. É um desfalque vultuoso para o país, pois estes doentes não produzem, não representam valor positivo no computo geral da nossa riqueza. **Accusados injustamente de vadios, são apenas doentes. São, rivalisariam com os melhores braços estrangeiros que nos emprestam a sua actividade.** (...) Louvamo-nos, (...) da observação e do calculo do illustre apóstolo da propaganda sanitária no Brasil, Dr. Belisario Penna [O Saneamento do Brasil], que estima em 70% da população o número dos atacados de ancylostomose; 40% o de atacados de paludismo; 15% o de atingidos pela Molestia de Chagas. Mas, si estes são os males que mais atacam as populações ruraes, é preciso não esquecer o número de vítimas que faz este flagelo mundial que é a syphílis, naquelles núcleos e principalmente nos grandes centros. É preciso não esquecer a lepra, é preciso não esquecer a tuberculose a leishmaniose e o trachoma que importamos e que hoje já ataca elevado número de indivíduos entre a nossa população. (CABRAL, 1929, p. 4) [sem grifos no original]

Deveriam, para tanto, empenharem-se “os governos, as associações e os homens cultos” para o saneamento do solo, desenvolver as boas práticas de higiene, os bons modos, os hábitos saudáveis em prol do aperfeiçoando da “raça brasileira” para a construção de uma nação brasileira forte, sólida, que ocupará “o mais alto grau de progresso e de cultura”, aproximando os nossos homens “doentes”. Nossos mestiços, pardos e negros, dos imigrantes estrangeiros, por meio da educação dos hábitos, embranquecendo os usos e costumes dos nossos filhos da terra, curando-os culturalmente.

Para tanto, se faz imprescindível, segundo parece crer Cabral e tantos outros médicos sanitaristas do período, um empenho por parte do governo, da sociedade e dos “homens de bem”. Para implementarem ações que visem sanear o Brasil física e culturalmente. Extirpando, por exemplo, aquelas práticas de cura relacionadas aos saberes tradicionais, advindas de conhecimento empírico sobre a doença, tais como aquelas praticadas por curadores, consideradas por Cabral, como consequência da “ignorância” a qual deveria ser combatida para o bem da nação.

Junte-se ao factor doença o factor **ignorância** e teremos as causas preponderantes desta morosidade. Não vae nesta affirmativa intenção impatriotica de descredito: bem ao contrário, procura-se apontar males para indicar-lhes remédios. Buscar defeitos para pedir-lhes correcção. Si se possui 80 ou 65% de analphabetos no Brasil, muito maior será a percentagem dos que desconhecem por completo, ou quasi, os mais banaes, os mais simples ensinamentos de hygiene. (...) **Mas não basta certamente o conhecimento e a prática de taes princípios. É preciso que se conheçam os meios de preservar a saúde, de evitar as moléstias, de combater os transmissores – cuja idéia é a mais absurda possível entre o povo – afim de adoptar hábitos e medidas capazes de defender a própria saúde.** (CABRAL, 1929, p. 6) [sem grifos no original].

Na parte introdutória do seu trabalho de conclusão de curso em Medicina, em seção intitulada “A ignorância” (pp. 6-9), Cabral relata a dificuldade em fazer crer à população as formas de contágio das mais diversas doenças e o quanto resiste o “nosso caboclo” em andar calçado e admitir que o “amarellão” lhe entre pelos pés descalços, de tal modo que fez com que “Belisário Penna affirmasse que é mais fácil remover-se o Pão de Assucar (sic) para Paquetá, do que o caipira usar sapatos” (CABRAL, 1929, p. 7).

Também, ainda sobre a “ignorância” do povo brasileiro sobre formas de contágio das doenças, de boas práticas de cura e de manutenção da saúde, Cabral alerta que não recai somente nos que residem na zona rural do País:

Não é, portanto, somente nas populações afastadas dos centros cultos, sem escolas, sem assistência, que estas cousas se se desconhecem. Nas cidades, nas capitaes, na Capital da República, encontram-se amiude casos curiosos (...) Lembre-se a lucta das donas de casa,

e dos respectivos maridos, contra os funcionarios da policia de fócios, na prophylaxia da febre amarella a respeito dos vasos de flores cheios dagua, que aquelles servidores teimavam em esvaziar. (...). Ao mesmo tempo que, por ignorancia, as determinações dos médicos são desrespeitadas, combatidas e até ridicularizadas, entrega-se grande parte do povo – **e ainda não só nos povoados, mas também nas capitães – á usança da mais exquisita, e ás vezes até mesmo repugnante therapeutica, que é usada de preferencia e recommendada por curandeiros emeritos. O ridículo não é raro.** (CABRAL, 1929, p. 7). [sem grifos no original].

E será recorrente nas obras de Cabral, sobretudo aquelas cujo tema relaciona-se à medicina e à saúde, um discurso sanitarista e de denúncia de práticas “repugnantes” de “therapêutica”, sobretudo àquelas ligadas aos saberes tradicionais advindas de gerações anteriores:

A campanha da vaccina obrigatória chegou a levantar contra ella, forças armadas, e uma das maiores mentalidades do século, em face do Direito a combateu, no Senado, si bem que affirmasse ter feito vaccinar-se e aos seus. Hoje em dia, quem negará aos benefícios desta medida? O povo, aliás, não tem outro defeito sinão o de ignorar as regras da hygiene. É o Prof. Clementino Fraga quem diz com grande acerto que “não é que o povo despreze absolutamente as regras de hygiene; são frequentes os casos em que a trilha errônea continúa a ser seguida porque o indivíduo a julga bôa e habil para melhorar a saúde ou curar a doença, e porque é a que tradicionalmente era seguida pelos seus maiores”. (...) Prof. Clementino Fraga – Introdução ao Relatório dos Serviços do Departamento Nacional de Saúde Pública, Arquivos de Hygiene – Anno II, Vol I pag. 212. (CABRAL, 1929, p. 8)

Voltar-se-á à questão dos saberes e práticas de cura tradicionais nos capítulos seguintes, por ora importa apresentar o médico Oswaldo Rodrigues Cabral, o contexto histórico ao qual estava inserido, bem como alguns recortes de sua trajetória de vida e sua missão de educar a população para as boas práticas de asseio e higiene com base no saber médico científico o qual lhe foi tão caro quanto definidor de suas ações e escritos. A fim de, tentar identifica-lo com um discípulo da razão e do esclarecimento científico em terras onde ainda imperavam as trevas da superstição, das crenças e ignorância, tal parece crer o próprio Cabral, a julgar os seus escritos. Ao que tudo indica, esta parece ser a missão que Cabral toma para si: desbravar, sanear e construir a grande e forte nação brasileira, ou, ao menos, a “pequena pátria catarinense”.

O povo não é culpado si desconhece estas cousas [refere-se a vacina, ações de profilaxia, saneamento, higiene]. Aos governos cumpre activar a campanha em pról da educação hygienica, não só para desentravar a acção das suas autoridades sanitárias, como porque deve ser **sua preocupação o melhor desenvolvimento da raça**, como porque este estado de cousas desfalca vultuosamente, directa ou indirectamente o erário da nação. (CABRAL, 1929, p. 9) [sem grifos no original].

Mesmo que Cabral escreva de um lugar que não seja, a época, uma região central de (re) produção do saber científico, como Santa Catarina. Mesmo que o próprio Cabral se reconheça, como “um obscuro provinciano” (CABRAL em BTCCF, 1951, p. 39), tudo o que foi visto até aqui e o trecho anterior deixam transparecer que ele foi um médico que estava em consonância com o discurso do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Qual seja: o que defendia a necessária divulgação dos saberes médicos por meio da educação, para o bem e “melhor desenvolvimento da raça” e proteção do “erário da nação” produzindo braços fortes e saudáveis para o trabalho. Talvez esta seja uma possível classificação para o papel de Cabral, qual seja, a de um intelectual mediador cultural.

1.3 Cabral, a escrita, a medicina e uma missão: “desbravar”, “sanear” e “(re)construir”

As obrigações acadêmicas, bem como as necessidades da vida, nos collocaram muitas vezes em meios onde o campo era fértil á observação. E cada dia se firmava mais em nosso espirito a necessidade de se dar ao povo educação sanitária. Hoje trazemos a nossa contribuição para a resolução dos mais interessantes problemas educacionaes, no que respeita a hygiene.

(Oswaldo Cabral)⁵¹

Em 1929, com 26 anos de idade, Cabral empenha-se em, não somente obter o grau de “doutor em Medicina” com a apresentação de seu Trabalho Final, na Faculdade de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, mas, também, “fazer trabalho útil” à educação sanitária do povo.

E a defesa dessas ideias, assim como a missão de bem servir ao propósito civilizador e educador dos filhos da pátria cabia aos intelectuais, aos homens de Ciência, como acreditava Cabral. Neste sentido, devotará esforços, quer seja por meio da Educação, da escrita e da pesquisa em História, quer por meio da ação de médico propriamente dita; operando, educando, saneando, curando a população doente, corrigindo os considerados erros e práticas ruins, segundo sua visão.

Não é obra de derrotismo apontar os males para que sejam corrigidos e para que não perdurem. Cumpre, se não sermos os precursores da obra formidável de levantar o gigante que dorme ‘ao som do mar e á luz do céu profundo’, pelo menos, os continuadores daqueles que, dentre nós, acalentando o mesmo sonho, pelo muito que fizeram, se ‘foram da lei da morte libertando’ – É preciso ter fé. É preciso crer. Crer no Brasil, no Brasil grande, no Brasil magnífico. (CABRAL, 1929, p. III).

Era, segundo parecia crer Cabral, obra necessária “acordar” o gigante que dorme, despertar o Brasil do pesadelo rústico, natural, colonial, selvagem e bárbaro em que viviam seus filhos. Cambiar uma matriz de pensamento pautada em superstições e crendices, para o tempo da razão do iluminismo, para a era da medicina científica. E para tanto seria necessário o esforço de todos os “cidadãos de boa vontade” (CABRAL, 1929, p.9) e demais entidades.

⁵¹Durante a apresentação de sua “tese” para obter o grau de “doutor” em Medicina In: (CABRAL, 1929, p. II)

Haja vista para a attitude das mais altas individualidades da medicina, do clero, do commercio, da industria, etc... da Capital Federal, fundando o “Comité de Cooperação Voluntária á Saúde Pública – e á frente do qual se collocaram nomes por si sós expressivos, como do Snr. Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, do Prof. Miguel Couto e tantos outros – para dar mais efficiente combate á febre amarella. E, assás louvavelmente, propos-se o Comité a intensificar a propaganda entre o povo das boas noções, afim de que elle recebesse bem e bem cumprisse as medidas aconselhadas e impostas pelos médicos, numa época de tantos sobresaltos e prejuízos. (CABRAL, 1929, p. 9)

Havia, portanto, que se inscrever uma nova Ciência e operar a Cultura deste povo, de todo o País, das capitais aos mais recônditos lugares, extirpando os males arraigados na sociedade, ou não permitir que cresçam práticas que não respeitem as normas da “higiene”, da boa saúde e da medicina. Esses males eram considerados por muitos entraves ao avanço e civilização nos Trópicos, conforme se pode inferir das inflamadas orações e expressões repetidas por Cabral ao longo de seu trabalho:

O Brasil todo precisa usar intensamente desta therapeutica preparatória. Calcule-se, pelas difficuldades observadas na própria Capital do paiz o quanto não será difficil impôr medidas prophylacticas e hygienicas em todo o seu vasto território! É preciso ensinar o povo. É preciso educar-o. É preciso que cada cidadão saiba defender-se das doenças, que cada um saiba considerar o preço da própria saúde. E, muito mais, que cada um faça o mais elevado conceito do bem estar collectivo, da saúde dos seus semelhantes. (...) é preciso que amanhã, cada cidadão compenetrado da necessidade das medidas hygienicas indispensáveis á própria vida e á dos seus concidadãos, seja um fiscal attento e um cumpridor á risca daquelles preceitos, que se sinta mal quando, por qualquer circunstância eventual, deixar de pratical-os. (CABRAL, 1929, p. 9)

É preciso “preparar a terra” arrancando as ervas daninhas que prejudicam a boa plantação. Este ato de preparar a terra, a que se refere Cabral, pode estar relacionado à educação para a higiene nos hábitos da população do País. Aos maus hábitos de higiene, tais como o de não lavar as mãos antes das refeições, andar descalçado, manter residências sujas e pouco ou nada arejadas, conviver com cidades sem o devido destino de dejetos, sem saneamento, etc.

Reverter este cenário desolador das cidades e da população brasileira consistia em importante ação civilizadora, além de prevenção de doenças, sobretudo àquelas causadas por bactérias e outros seres microscópicos parasitas nocivos à saúde pública.

Oswaldo Cabral parece querer aplicar na prática e *in loco* os ensinamentos e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de formação em medicina o qual frequentou em um primeiro momento no Estado do Paraná, e depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Como se pode conferir no trecho extraído do caderno de anotações de Cabral, de quando cursava medicina em Curitiba. Conhecimentos e ensinamentos sobre a Parasitologia⁵², (disciplina da biomedicina que estuda a relação entre os parasitas e seus hospedeiros), como se pode perceber nos apontamentos em caderno manuscrito do período em que estudou em Curitiba.

Embora longo o trecho a seguir transcrito pode revelar importantes questões para se pensar o ensino da teoria médica oficial, por exemplo, principalmente sobre esta “nova” etiologia sobre as doenças e suas causas atribuídas aos parasitas. Saber sobre as teorias e as correntes de ensino e as pesquisas que os cientistas desenvolveram sobre a parasitologia e que são aplicadas nas faculdades de medicina pelo país entre as décadas de 1920 e 1930, são alguns exemplos destas questões suscitadas pela transcrição.

Parasitismo. Definição. Diferentes modos. Do hospedeiro, da evolução. Pathologia e reação do organismo.

(Bill, **Guiart**, **Brumpt**)

Nós consideramos como parasitas todos os seres vivos – animais e vegetaes – que, durante uma parte ou na totalidade de sua existência vive às expensas de outros seres organizados [sic].

Segundo muitos autores, certos animaes livres, são susceptíveis de viver alguns dias ou mesmo alguns mezes [sic] no organismo humano. Dá-se á esta forma de parasitismo, não estabelecia pela experimentação o nome de parasitismo accidental (**Brumpt**). Entretanto, outros autores dão o nome de parasitos accidentaes ou “facultativos”, áquelles que podem desenvolver-se indifferentemente nas matérias organicas em decomposição ou nos corpos dos animaes vivos. Seriam os saprophitos e os paprozoarios [sic] (**Guiart**). **Brumpt**, a este respeito, registra os saprophitos e os saprozoarios [sic], como facultativos. A esta espécie se oporão aquelles a quem **Guiart** denomina de propriamente dictos e **Brumpt** de parasitos necessários ou obrigatórios. Aqui, optamos pela classificação de **Guiart** pois elle assim os divide:

Errantes: quando vivem sobre o hóspede apenas no momento da nutrição; p. ex: pulga, mosquito etc....

Estacionários: quando ficam no seu hospedeiro durante um período mais ou menos longo de sua existência sendo que os

Temporários: serão parasitos ou no estado embryonario ou no estado adulto e os Permanentes: sel-o-ão durante toda a sua vida.

Do hospedeiro:

A respeito do habitat dos parasitos [sic] nós distinguiremos os ecto-parasitos e endo parasitos, sendo que aquelles – ectophitos ou estozoarios – vivem nos seus hospedeiros, sobre a sua parte externa ou em algumas de suas cavidades naturais. Os outros – endophitos ou endozoarios – vivem na parte interna dos seus hospedeiros. O hospedeiro que, durante o desenvolvimento do parasito, é apenas um intermediário, chama-se “provisório”. Outro, onde o parasito se localiza definitivamente - “definitivo”.

Da evolução:

O desenvolvimento de um parasito se diz direto quando se faz inteiramente sobre um único hospedeiro e por isso elle – o parasito recebe o nome de nonóxeno.

⁵²Sobre a parasitologia no Brasil ver (EDLER, 2011), no contexto ocidental: (GUIART, 1910) e (CHANDLER, 1955).

Diz-se que o desenvolvimento é indirecto, quando ha os hospedeiros intermediários de que já fallamos. Assim, os parasitos podem ser (os heceteroxenos) diheteronxenos ou mesmo poliheceteroxenos.

Pathologia:

As moléstias parasitárias são tão variaveis na sua symptomatologia qto [sic] os germens que as produzem. Nós nos iremos ocupar aqui do modo de acção dos germens e das reacções do organismo. Os parasitas podem exercer sobre o organismo acções diversas, ora isoladas, ora associadas. (CABRAL, 1924, s/n) [sem grifos no original]

Além das definições técnicas sobre os parasitas, Cabral registra diversas doenças provocadas por eles especificando os “symptomas”, a “etiologia”, as “complicações”, o “diagnóstico”, o “prognóstico”, a “prophylaxia” e o “tratamento”. Entre essas doenças podem-se citar a “Dysenteria amebiana ou a Amibose intestinal” e o “Paludismo” (CABRAL, 1924, s/n). Destaque à profilaxia recomendada, quase sempre associada às práticas de higiene e ausência ou problemas no saneamento. A profilaxia para evitar o contágio para tais males consiste em recomendação sobre águas paradas, sobre sujeira, destino adequado das fezes humanas e dos animais, manutenção de habitações arejadas, não cuspir ou escarrar dentro dos ambientes, andar sempre calçados, etc. (CABRAL, 1924, s/n).

Em seus apontamentos acadêmicos, Cabral, cita, por inúmeras vezes, os franceses Alexandre Josepf Émile Brumpt (1877-1951) cientista e parasitologista e Jules Guiart (1870-1965), especialista em parasitologia e história da Medicina; sobre “Bill” não foi possível chegar a que autor se referia Cabral.

Sobre Emile Brumpt, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do método de xenodiagnóstico, proposto pelo cientista francês em 1914. Trata-se de método bastante usado para verificar a presença de um determinado agente patógeno expondo ao material infectado um suposto vetor (hospedeiro do parasita patogênico) e examiná-lo de modo a verificar o desenvolvimento do micro-organismo no vetor (DIAS, E. 1949).

Um pouco mais sobre o método de xenodiagnóstico desenvolvido pelo cientista Emile Brumpt

A cultura e a inoculação em animal [pelo inseto vetor] são métodos que mais convém dentro do laboratório. O xenodiagnóstico é o método mais prático e mais convincente às investigações epidemiológicas extensas. O xenodiagnóstico é um processo natural de diagnóstico. Com ele, procuramos repetir o que se passa na natureza, infectando os barbeiros na sua fonte habitual, que é o sangue dos vertebrados. Conforme já tivemos ocasião de dizer, o índice de infestação dos reduvídeos [refere-se a Família Reduviidae a qual pertence o Triatomíneo – vulgarmente conhecido como “barbeiro” – vetor da doença

de chagas] em determinado local representa como que o resultado de um “xenodiagnóstico” natural (Dias, 1936, p. 91).

A grande susceptibilidade dos barbeiros ao desenvolvimento do S. Cruzi [Trypanosomacruzi, parasita microscópico flagelado, do Reino Protista, grupo dos protozoários, descoberto por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, causador da Doença de Chagas] fez com que **Brumpt** os qualificasse de “merveilleux hotês vecteurs”.

“Untel résultat vient donc démontrer la réelle utilité de la méthode de diagnostic proposée par **Brumpt**, méthode dont l’emploi est indispensable dans des zones où l’on veut déterminer, par le diagnostic étiologique, la proportion de porteurs, humains ou animaux, du *Schizotrypanum cruzi*” – tal foi nossa conclusão (Dias, 1934b) ao cabo dos primeiros ensaios que empreendemos em Lassance, que repetidas e variadas pesquisas ulteriores não fizeram senão confirmar.

SUMÁRIO

O xenodiagnóstico é um processo muito valioso para o diagnóstico etiológico da moléstia de Chagas. Consiste em alimentar-se barbeiros normais em supótos [supostos?] portadores da infecção e determinar-se, depois, si eles adquirem ou não o parasitismo.

Em cada região deve ser empregada, de preferência, o transmissor local mais importante. Tres a seis ninfas famintas são geralmente empregadas em cada prova, devendo ficar em contato com o doador até encherem-se completamente (15-30 minutos). Si o exame de fezes – espontaneamente eliminadas ou obtidas por punção anal – não revelar a presença de flagelos, os inséto devem ser dissecados 40 a 60 dias depois da sucção, para exame do conteúdo duodenal. (DIAS, E. 1949, p. 341) [sem grifos no original]

O processo desenvolvido por Brumpt em 1914, que ficou conhecido como xenodiagnóstico foi, conforme se depreende da citação anterior, bastante importante para o diagnóstico da doença de Chagas, no Brasil.

A referência ao processo desenvolvido por Brumpt, embora não citando o nome xenodiagnóstico, por Cabral, encontrada no seu caderno de faculdade em 1924, permite-nos inferir três importantes características as quais acompanharão Cabral, ao longo de sua “missão”.

a) Cabral foi um difusor de ideias, fatos e processos científicos os quais teve acesso quando de sua formação como médico, e as difundiu ao atuar profissionalmente como médico, professor e escritor para além do eixo Rio e São Paulo, principais centros urbanos brasileiros.

b) Cabral foi um decodificador, ou um “vulgarizador” (KODAMA, 2016, pp. 41-65), ao traduzir, ou vulgarizar em termos mais sensíveis e acessíveis para a população de um modo geral com a qual atuava, dando a ver e entender um conjunto de ideais e práticas médicas e científicas sobre a doença e sobre a saúde.

Tais características atribuídas aqui ao médico catarinense Oswaldo Cabral, fazem pensar que, se por um lado, foi fundamental a existência de laboratórios e comunidades medicocientíficas nos principais centros do País (Rio de Janeiro e Salvador, principalmente), como, por exemplo os que desenvolveram estudos sobre a fisiologia brasileira no final do século XIX (GOMES, A.C., 2013), por outro de nada adiantaria se estes saberes e conhecimentos

permanecessem acumulados nestes centros sem a necessária aplicação e disseminação na prática *in loco*. Caso essa disseminação de práticas e ideias não ocorresse nos locais onde “pululavam” as endemias que grassavam a população e exauriam as “forças produtivas” da nação nenhum esforço teria o resultado desejado e toda a pesquisa na área da saúde por mais avançada que fosse para os padrões do período, seria em vão.

No entanto, ao que tudo indica, na virada do século XIX para o XX, os problemas apontados de saúde e higiene grassavam a população por todo o Brasil, é a partir deste cenário de doenças e endemias que, entre as décadas iniciais do XX, ficou forte a imagem do país como um “imenso hospital” por exemplo (HOCHMA; LIMA, 2015). Mesmo grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador não se encontravam em situação melhor que as cidades de Santa Catarina. Há que se considerar que o aumento da população tanto na cidade do Rio como São Paulo agravavam os problemas de saúde pública exatamente por falta de saneamento e boas práticas de higiene. Assim novos comportamentos e práticas de higiene e saúde, segundo os preceitos médicos sanitários deveriam ser aplicados por todo o Brasil, caso contrário não haveria como sanear a população dos males de saúde pública.



Figura 13: Fotografia do Bacteriologista Francês Émile Brumpt (1877-1951)
Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Brumpt acessado em 20 de maio de 2018

Foi em grande medida tendo por base estas teorias que Cabral desenvolveu sua escrita e as pesquisas que resultaram na publicação de seus principais livros, os quais contribuíram para

educar e disseminar ideias sobre a importância do saneamento e da medicina para a manutenção da saúde pública. Por meio de sua pena, com a escrita sobre História e Ciência, buscou educar a população para as boas práticas de higiene e práticas da profilaxia, na manutenção da saúde.

Lógica, razão, ciência, tecnologia, medicina que, principalmente durante o “longo século XIX (da década de 1780 a 1914)” (HOBSBAWM, 1995, p. 16), proporcionaram diferentes sensações à humanidade como as experimentadas num passeio de montanha-russa, com direito a subidas, “*loops*” e descidas (SEVCENKO, 2001).

Refere-se a ideia da intensa escalada de desenvolvimento tecnológico experimentado, principalmente, a partir de 1870, com a Revolução Científico-Tecnológica

no curso da qual se desenvolveram as aplicações da eletricidade, com as primeiras usinas hidro e termelétricas, o uso dos derivados de petróleo, que dariam origem aos motores de combustão interna e, portanto, aos veículos automotores; o surgimento das indústrias químicas, de novas técnicas de prospecção mineral dos altos-fornos, das fundições, usinas siderúrgicas e dos primeiros materiais plásticos. No mesmo impulso foram desenvolvidos novos meios de transporte, como os transatlânticos, carros, caminhões, motocicletas, trens expressos e aviões, além de novos meios de comunicação, como o telégrafo com e sem fio, o rádio, os gramofones, a fotografia, o cinema”[...] Na passagem para o século XX, portanto, o mundo já era praticamente tal como o conhecemos. (SEVCENKO, 2001, p. 15).

Isto se aplica ao menos para parte da população mundial (Europa e Estados Unidos), que contou com um acesso mais amplo aos resultados físicos desta “explosão de novos potenciais”. Destaca-se a sensação experimentada pela humanidade, de um modo geral, diante de toda essa transformação e do *status* social atribuído aos cientistas, em tese, responsáveis por grande parte deste “desenvolvimento” nos mais diversos setores, tais como as descobertas médico-científicas, como o método de diagnóstico desenvolvido por Émile Brumpt, por exemplo.

A considerar que Cabral, como se terá oportunidade de verificar mais adiante, viajou para regiões que viviam essa escalada tecnológica e científica, não deve ser objeto de espanto que ele defenderá, com convicção, a aplicação destas descobertas e teorias, no cotidiano, na vida prática de sua abnegada cidade e região. Tanto que ele mesmo não encontrou maiores dificuldades para usar a máquina de escrever em meados do século XX para a escrita de seus textos.

Sabedor que deveria ser dos vetores causadores da doença de Chagas, por exemplo, e de sua proliferação em ambientes propícios tais como as casas de “pau-a-pique”, ou seja, nas habitações precárias construídas de blocos de barro não cozido ou mesmo ‘barreadas’ [técnica de construção conhecida como estuque ou adobe] (COELHO e CARVALHO, 2005, p. 106). Esta era a técnica usada para a construção de grande parte das habitações de Florianópolis de fins do século

XIX e início do XX, as quais Cabral defendia a sua demolição em seus livros, pregando a urgente reforma e remodelação da arquitetura urbana da cidade como principal forma de profilaxia e prevenção de doenças em Santa Catarina.

Assim como na maior parte das cidades brasileiras, em fins do século XIX e início do XX, Desterro/Florianópolis também sofreu inúmeras mudanças urbanísticas nesse momento. Transformações essas relacionadas a ampliação do saneamento e alterações na arquitetura e urbanismo da cidade, resultando, portanto, em uma ação “civilizadora” da cultura usos e costumes da cidade, a qual poderia ser efetivada por meio da educação de sua população, segundo parecia acreditar Cabral.

Quanto aos aspectos físicos e arquitetônicos da cidade foi durante as primeiras décadas do século XX que ocorreu a implantação, na região central da cidade de Florianópolis, das primeiras redes de água encanada (1909), de iluminação pública com energia elétrica (1910)⁵³, construção da rede de esgotos (1913-1917)⁵⁴. Além de áreas da cidade que foram aterradas e drenadas, ruas calçadas, praças que receberam jardins e ocorreu a construção de novos prédios públicos.

Em 1919 o prédio da então Inspetoria de Higiene foi reformado e passou a denominar-se Diretoria de Higiene do Estado. Neste mesmo ano foi fundada a Sociedade de Medicina de Florianópolis e o Governo do Estado contratou os serviços da Fundação Rockefeller para tratar do saneamento básico do litoral do Estado de Santa Catarina e da ilha de mesmo nome, onde situa-se a maior parte do atual município de Florianópolis, a capital do Estado (ARAÚJO, 1989, pp. 17-19).

Nesse período houve a aceleração do processo de demolição dos “ajuntamentos das pequenas casas de ‘porta e janela’ os ‘cortiços’” do centro da cidade. O casario geminado, alvo da demolição⁵⁵, localizava-se principalmente na zona portuária, no cais Rita Maria e ao longo do conhecido Rio da Bulha, local onde as lavadeiras negras lavavam roupas para fora e de onde

⁵³Até então era, ainda, iluminação com óleo de baleia, uma das principais indústrias do litoral catarinense, as casas de Armação de Baleias eram as instalações onde se “fabricavam” o combustível extraído da gordura dos cetáceos. Alguns bairros e praias do litoral catarinense mantiveram o nome: Armação do Pântano do Sul, Armação da Piedade.

⁵⁴Essa rede se mantém até hoje os dias atuais, como a principal da cidade.

⁵⁵Interessante é perceber, coisa que só o tempo permite, como estas mesmas casas de porta e janela esse casario geminado alvo de incitação à demolição, viria a se tornar, décadas depois, em patrimônio histórico municipal atribuindo-lhe uma arquitetura de “espírito luso-açoriano (...) com ligeiros nuances regionais das Ilhas Açorianas”. (SOUZA, S. 1981, p. 9).

retiravam o seu sustento e de seus filhos. O rio foi canalizado em 1919 e em suas margens construída a “Avenida do Saneamento”, hoje denominada Avenida Hercílio Luz.

Os principais alvos dessas transformações foram as conhecidas regiões e zonas de prostíbulos da cidade, locais de residência dos pobres, dos trabalhadores e das trabalhadoras braçais da cidade. Também foram demolidas as habitações precárias, muitas ainda feitas de estuque, ocupadas por pessoas de baixa renda, pobres pescadores que resistiam em suas casas junto ao centro da cidade.

Eram estas regiões e habitações, segundo os médicos sanitaristas, Oswaldo Cabral entre eles, locais próprios para a proliferação dos vetores das mais diversas doenças como o barbeiro da doença de Chagas e o mosquito da malária, além de locais de disseminação por excelência da sífilis, tuberculose e outras doenças que assolavam a população entre os séculos XIX e início do século XX, portanto, segundo o que se pode inferir da obra de Cabral, deveriam ser demolidas urgentemente.

Neste sentido, a exemplo de tantas outras cidades brasileiras deste período, a capital catarinense aproximava-se, e muito, da condição do sertão brasileiro. Como se pode notar no trecho a seguir extraído de trabalho encomendado pelo Governo em 1863 e publicado por iniciativa de seu autor, o médico militar João de Almeida Ribeiro, em 1864:

A Toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma prolífica de pescadores. Entre as casas que habitam [feitas em sua maioria de adobe], algumas há, que podendo em rigor abrigar 2 pessoas, acomodam o quádruplo ou o quádruplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e consequentemente (sic) têm de guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia [...]

Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, [quase sempre em condições precárias] guarda-se nessas casas peixe e os utensílios de pesca, tudo molhado [no interior das casas que possuíam chão de terra batida] e exalando cheiro característico de maresia.

[...] Na praia vê-se a cada passo imundícies, [as chamadas águas servidas oriunda dos urinóis das casas eram despejados no mar] como nos outros [...] bairros, acrescentando detritos [tripas e miúdos de galinhas e porcos e de peixes...] Este bairro [o da Toca, atual bairro Prainha, próximo ao centro] habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimado por toas as epidemias que aqui aparecem.

[...]

Agora a Figueira [outra região da cidade, atual localização do Terminal Rodoviário Rita Maria]. A aparência deste famoso bairro é um pouco melhor do que a dos procedentes; e como não, se aí habita grande número das Sacerdotizas da Sífilis? Situado no extremo da cidade, oposto à Toca, junto ao mar [...] é habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia [...] Bairro tenebroso, onde o assassinato não é [...] raro, e onde os que nele tentam aventuras senão perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde; eis o que acontece a soldados e marinheiros. (RIBEIRO, apud ARAÚJO, 2012, pp. 10-11)

O cenário da cidade narrada na pena do médico militar é de extrema penúria e urge a necessidade reformas e de saneamento, segundo suas recomendações. Ao que tudo indica, a situação da cidade se mantém dessa forma até a virada do século XIX, vindo a se “regenerar” somente a partir da República; guiada pelos “faróis do novo tempo” proporcionados pelo advento da proclamação da República que irão, em tese, “modernizar e civilizar” a cidade e o Estado de Santa Catarina perante as outras unidades da federação (CHEREM, 1998).

Cabral também deu testemunho dessa situação degradante de certas regiões da capital de seu Estado natal, durante as últimas décadas do século XIX, alertando para a permanência dessa situação durante as primeiras décadas do século XX. Segundo Cabral, vivendo em cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas, próximo ao Rio da Bulha moravam as lavadeiras, os mendigos e os soldados. No bairro da Toca estavam situados os pescadores e no bairro da Figueira, junto a região portuária, local de marinheiros e das meretrizes (CABRAL, 1979, pp. 196-202).

No capítulo 4, intitulado “Miasmas e febres cerebrais”, do livro “Medicina, Médicos e Charlatães do passado”, de 1942, Cabral reforça ainda mais a posição do médico militar Ribeiro de Almeida, relatando as condições das “velhas casas coloniais” da capital do Estado, das quais muitas resistiram, algumas sendo demolidas “ainda há pouco tempo” (CABRAL, 1977, p. 45).

Casas de porta e janela, escuras, úmidas, sem estética e sem conforto, agrupadas encostadas umas às outras, amparando-se mutuamente para resistir ao tempo. Muitas não tinham assoalho, eram somente o chão batido, duro e negro, de tantas gerações que sobre ele haviam passado; outras, nem niveladas eram e ainda há pouco tempo foi demolida uma destas casas, à rua do Menino Deus, em que uma enorme rocha avultava no quarto, na altura aproximada de um metro. Quase nenhuma possuía forro e, das traves enegrecidas pela fuligem e pela poeira pendiam as teias de aranha, que se não tiravam nem destruíam para não afugentar a sorte.

Alcovas, quartos sem janelas, cozinhas sem chaminés que dessem saída à fumaça dos toscos fogões, que se espalhava por toda a casa: era o comum das pequenas e pobres edificações. Ao fundo, um pequeno quintal, onde se amontavam os restos de comida, as coisas inservíveis, o lixo, galinhas – as vezes até cabras – e algum canto em que o sol jamais tocava, onde se faziam os despejos das águas servidas e, até, de fezes.

Foram assim, na maioria, as casas do bairro da Tronqueira, zona de lavadeiras, de soldados, de negros libertos; as da Toca, em que a gente do mar, os pescadores e os embarcações moravam; e as da Figueira, bairro das mulheres perdidas, dos marinheiros em trânsito, **da gente mais humilde e recuada da escala social**. (CABRAL, 1977, pp. 45-46) [sem grifos no original].

O cenário era de fato desolador aos olhos de um médico-cientista e sanitarista defensor da educação higiênica e do asseio, cujo trabalho de conclusão de curso de medicina teve como

tema a higiene. Um médico cuja missão de vida parecia ser a de levar a educação sanitária e saúde à população. E este cenário por ele relatado, estava ali, diante de seus olhos, resistindo à era do saneamento e da profilaxia, ao século da Ciência Médica. Casas em condições deploráveis e uma população com hábitos e costumes dos mais grotescos, segundo o julgamento de Cabral, que resistiam às mudanças e ao considerado progresso em pleno centro da capital do Estado. A situação era inadmissível e todas essas habitações deveriam ser demolidas, defendia o médico por meio de sua escrita.

Para além da evidente e justa preocupação com a saúde pública em razão mesmo de sua posição como médico sanitarista, não se pode deixar de registrar que a região central da cidade de Florianópolis durante as primeiras décadas do século XX, passou a ser um território de disputas territoriais. Muitas famílias abastadas passam a requerer a posse de glebas de terras localizadas na região da central da cidade. Famílias ligadas, principalmente, ao partido Republicano Catarinense que passaram a ter na posse da terra, sua principal riqueza. Esta constatação foi verificada a partir do cruzamento dos sobrenomes dos principais políticos do período e os Memoriais de Lotes e Títulos Definitivos e Provisórios de Terras de Florianópolis, das primeiras décadas do século XX constante no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (SCHMITZ, 2002).

São, de alguma forma, as “casas de porta e janela”, dos bairros centrais da cidade, tais como o da Tronqueira, o da Toca e o da Figueira, os principais alvos de ataques, entraves para o “admirável surto de progresso” conforme testemunha o jornal “República”, espécie de porta voz do Partido Republicano na cidade, em matéria sobre a necessária vigilância sobre o leite vendido na cidade:

Florianópolis, que num surto admirável de Progresso em doze anos conseguiu enriquecer-se dos melhoramentos que representam a prova evidente do adiantamento e da civilização de uma localidade; Florianópolis, que de uma velha cidade sem estética e sem conforto, uma verdadeira aldeia carregando desajeitadamente o pomposo título de capital, sem ruas calçadas, sem telephones, sem bancos, sem luz, sem água, sem esgotos, sem requisito algum de uma cidade moderna, sob um sopro vitalizador de energia e civilização, realizou uma miraculosa transformação, que a veio collocar ao lado das mais adiantadas, confortáveis e bellas cidades brasileiras [...] (REPÚBLICA, 30 de jan. 1920, p. 1)

O surto de “progresso” e “civilização” pelo qual estava passando Florianópolis fez com que, sequiosa por auferir recursos rápidos e seguros, muitas famílias passassem a requerer posse

de terras por meio de títulos concedidos pelo Estado⁵⁶, cujo comando estava nas mãos de famílias abastadas conhecidas entre si. As terras pretendidas localizavam-se principalmente nos bairros centrais (Toca, Tronqueira e Figueira), os bairros que mais sofreram com os discursos médico-sanitaristas:

Bairros sujos [Toca, Tronqueira e Figueira] em que se não conhecia limpeza nem sossego, bairros palpitantes de vida, movimentados, agitados, com suas paixões e seus sofrimentos, com só seus ciúmes e seus crimes, com as suas vinditas com as suas intrigas e com os seus ajustes de contas: – eis os três bairros tenebrosos do Desterro. [...] neles surgiam os primeiros casos das epidemias, eram os seus casebres que recolhiam os primeiros doentes vindos de fora e que traziam os males, deles é que as labaredas se propagavam à cidade toda. (CABRAL, 1977, p. 46).

A febre de demolições dos casarios “coloniais” da cidade fez mais agravar a precária situação de moradia da cidade. O próprio superintendente da cidade encaminhou ao Conselho Municipal mensagem em abril de 1921 dando conta da situação ao afirmar que em razão das demolições para “atender ao saneamento e embelezamento da cidade”, tem-se autorizado a construção de moradias para a gente modesta “sem maiores exigências arquitetônicas” no “Morro do Antão” e nas “ruas da periferia da cidade”. (CARVALHO, 1921, apud CABRAL, 1977 p. 2). Acaso de fato a preocupação inicial fosse os aspectos de higiene e sanitário a fim de preservar a saúde dos moradores, bastava reformar o casario, não apenas mudá-los de lugar, obrigando-os a ocupar outras regiões, principalmente as áreas dos morros no entorno da cidade, em situação pior do que a que se encontravam anteriormente, habitando a região central repleta de imundícies e miasmas, como apontado por Cabral.

Cabral contrapõe a ideia recorrente de que a cidade de Desterro era uma cidade de muito bons ares, como recorrentemente era citada na bibliografia. Em fins do século XIX, no ano de 1884, o médico Gama Rosa Presidente da Província de Santa Catarina, já alertava para os problemas de higiene da cidade:

As principais causas que perturbam a vida hygienica da população da Capital, podem ser [...] a immundicie dos correjos que em diversos pontos atravessam a cidade; a existência de camadas pantanosas no sub-solo, [...] a construção defeituosa e anti-higienica da maior parte das antigas habitações; a péssima qualidade da agua potável, [...] o lódo infecto de certas praias, etc...

⁵⁶“Com a República, a Ilha de Santa Catarina, através da Constituição de 1891, passa a integrar o patrimônio do Estado de Santa Catarina. As políticas de uso e ocupação da terra se alteram à medida que se integram órgãos governamentais” (CAMPOS, 2002, p. 121).

Entre as causas de insalubridade figura também o cemitério público que, segundo se afirma, com os ventos do norte lança sobre a cidade miasmas e gases deletérios. (ROSA, apud CABRAL, 1977, p. 49)

A questão da localização do cemitério e dos “miasmas e gases deletérios” “mereceria um capítulo à parte da História da Higiene da cidade. Por ora basta atentar para a ideia recorrente naquele período, a qual é amenizada por Cabral, de que “a causa das doenças estava nos ares, deles é que vinham os males, eram eles os responsáveis pelas epidemias” (CABRAL, 1977, p. 47). Talvez esteja neste fato a ideia ou uma possível justificativa para expulsar e demolir as habitações dos pobres que ocupavam a região central da cidade, instalando-os nos morros em casas “sem maiores exigências arquitetônicas” para não escrever precárias.

Não se ligava a esta falta de asseio, a estas condições sanitárias precaríssimas, nem a estes favores que se concediam ao contágio e a estas facilidades criadas aos vetores dos males transmissíveis; estes despejos às praias, de lixo e matérias fecais; estes riachos interrompidos em seus cursos por toda a sorte de obstáculos; esta água imunda de que se servia a população; estas construções que favoreciam hospedagem aos transmissores diversos, principalmente aos mosquitos; [...]

A ciência coeva não conhecia ainda, infelizmente, os agentes específicos dos males, os portadores de germens, as maneiras de se processar o contágio direto ou a transmissão por agentes hospedeiros intermediários.

Estava-se ainda na época dos miasmas, dos gases mefíticos, das emanções dos paúes, tidos não só como causas predisponentes mas até eficientes das epidemias que reinaram, dos surtos de malina às grandes devastações da febre amarela e do cólera asiático. (CABRAL, 1977, p. 47)

Cabral defendeu a ideia de que o melhor caminho era educar, ensinar a população, à luz da Ciência. Demonstrando quem eram os vetores causadores das doenças de modo a fazer com que os habitantes das cidades evitassem os locais insalubres. Fazendo-os “evoluírem”, segundo seu pensamento “da época dos miasmas” para ingressarem na moderna época em que a ciência era capaz de fornecer “as armas que limpariam destes centros todas as suas calamidades” (CABRAL, 1977, p. 48).

Assim, não bastaria apenas sanear a cidade, ou apenas a região central, era preciso, também, civilizar e educar a população nos bons hábitos de higiene e nas boas práticas da saúde, como defendia, incansavelmente, Oswaldo Cabral.

Haja vista a possibilidade de, caso continuassem mantendo os mesmos hábitos e crenças antigos, os habitantes pobres de hábitos e costumes rudes que passaram a ocupar os morros e a periferia da cidade, continuariam a oferecer risco à saúde pública, segundo parecia acreditar

Cabral. Logo, ao que se pode inferir, além de demolir suas casas, empurrando-os para ocuparem os morros e regiões inóspitas do entorno da zona central da cidade, era preciso, ainda, mudar os hábitos e costumes dessa parcela da população, colonizando suas culturas e suas práticas de memórias, seus modos de ser e de agir, principalmente os que se referiam à prática de cura, educando-os segundo acreditavam, eram os bons hábitos de higiene e civismo.

Em “Problemas Educacionais de Higiene” (1929), citando Fernando Magalhães, escreveu na capa do trabalho: “Uma lição de Hygiene é sempre uma lição de civismo”. Ao que tudo indica parece ter sido essa a missão encampada por Cabral, para a qual dedicou grande parte de sua vida e de suas obras: ensinar bons modos de higiene para a construção de uma nação civilizada.

“Desbravar, sanear e construir” a nação “forte”, como escreveu Cabral, consistia em uma bandeira já bastante recorrente e perseguida por um grupo importante de médicos sanitaristas no Brasil, principalmente durante a primeira República:

Partiram desde então, de Manguinhos, as bandeiras rumo ao grande Sertão, chefiadas por Belisário [Penna] e por tantos outros [médicos em sua maioria], dotados de igual fervor missionário pela ciência, pela nação e pela saúde das populações. Entre março e outubro de 1912, uma expedição científica ao Norte e Nordeste, capitaneadas por Belisário Penna e Arthur Neiva (este um eminente pesquisador), tornou-se logo um emblema dos esforços de construção nacional e integração territorial que caracterizaram o primeiro período republicano. (SANTOS; FIGUEIREDO, 2015, p. 75).

O percurso do catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, tal como um bandeirante cuja missão acreditava ser transformar os hábitos, costumes de higiene e boa saúde permaneceu ao longo de toda a sua vida: desde sua formação em Medicina em 1929 até sua morte em 1978, ao que parece. A sua trajetória para “desbravar, sanear e construir” a “pequena pátria catarinense” foi, tal como apontam as fontes manuseadas, o objetivo da vida e da obra desse ilustre e aguerrido intelectual mediador cultural catarinense.

O próximo capítulo tem como objetivo central analisar de forma mais detida as obras escritas de Oswaldo Cabral visando identificar esta missão que o autor catarinense parece tomar para si, qual seja a de uma missão higienizadora, civilizadora ao tempo em que vai colonizando parte da memória da população de Santa Catarina.

Segundo Capítulo

2 A pena: Cabral e a escrita da memória catarinense

O livro não é só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

(Gustavo Capanema, 1937)⁵⁷

Apesar das críticas, por vezes fundamentadas, outras nem tanto, não há que se negar a importância e a contribuição de Oswaldo Rodrigues Cabral para a escrita da História de Santa Catarina. A se confirmar pela grande repercussão que seus livros tiveram à época da publicação, e a importância que muitas de suas obras, muitas das quais consideradas seminais para a historiografia catarinense. Para ilustrar o anunciado, basta percorrer os trabalhos, dissertações e teses sobre a história de Santa Catarina, que se verá, com certeza, trabalhos Cabral na bibliografia.

Tamanha importância rendeu a Cabral a alcunha de “dono da história” de Santa Catarina (FREITAS, 2004, p. 54) tanto pelos que criticavam quanto por aqueles que apreciavam suas obras sobre história. Ao qual Cabral rebateu dizendo que não era dono de nada, nem o queria ser, que era apenas um estudioso de nossa história e que não suportava os “charlatões”, os que agiam com falta de idoneidade, diante da história e da ciência médica, por certo.

⁵⁷Gustavo Capanema (1900-1985) foi Ministro da Educação e Saúde do Governo Getúlio Vargas de 1935 a 1945, foi seu braço forte no tocante à promoção de políticas culturais voltadas ao fortalecimento da nação e o sentimento de patriotismo brasileiro. (HORTA, 2010). O trecho em epígrafe refere-se a um Ofício encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas por ocasião da criação do Instituto Nacional do Livro - INL. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1937 (TAVARES, 2014). Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/45083/32292> acessado em 13 de maio de 2018.

Oswaldo Rodrigues Cabral não se considerava dono da História de Santa Catarina, e reagia contrariamente a esta afirmação:

Sou isto sim, um estudioso da nossa história, como muitos outros, aos quais respeito quando lhes reconheço idoneidade, embora possa muitas vezes, discordar de suas opiniões e criticar os seus trabalhos. Só os charlatões é que me atribuem o desejo ou a presunção de me considerar “dono da história” porque não lhes perdôo, denuncio e estigmatizo o seu charlatanismo. (CABRAL, apud Jornal “O Estado”, 18/02/1978).

Cabral considerava a história um “hobby”, e nela procurou acertar divergências encontradas em alguns autores antigos. Fez, com esse objetivo, o seu primeiro livro do gênero: “Santa Catarina: História e Evolução”, que a companhia Editora Nacional aceitou e publicou na Coleção Brasiliana, em 1938. Era um trabalho de compilação, editado juntamente com obras de Oliveira Viana, Pedro Calmon, Washington Luis, Heitor Lira e outros nomes notórios da intelectualidade brasileira da época. Só em seus últimos anos de vida Cabral resolveu abandonar a medicina pela História, antes disso, foi clínico em Joinville e na Capital de Santa Catarina, trabalhou em hospitais, enfermarias, praticou cirurgias limitadamente, teve consultório, fez concurso para professor de Medicina Legal, foi chefe da sessão dos Serviços Médicos, Diretor do Hospital Municipal de Joinville e superintendente médico do Instituto de Pensões e Aposentadorias do Estado de Santa Catarina. Cabral se aposentou na profissão de médico e a História passou a ser uma ocupação constante desde de então.

Dono de palavras quase sempre impactantes e de opinião forte, o que lhe rendeu alguns desafetos (SOUZA, S. 1993), Cabral deixa transparecer, com tais palavras, conforme trecho acima transcrito, uma de suas maiores preocupações e tema recorrente em muitas de suas obras: o charlatanismo. Seja quanto àqueles que atuavam de forma “inidônea” na escrita da História, segundo sua classificação, os historiadores que não teriam preocupação ou compromisso com a verdade dos fatos. Ou ainda, com relação aos profissionais da arte de curar que Cabral classificou de os “contrabandistas da medicina” (CABRAL, 1927, p. 17) – curadores e curadoras detentoras de saberes populares sobre as doenças e curas relacionados às religiosidades de matriz africana ou indígena no Brasil.

Será foco neste capítulo temas relacionados ao primeiro “charlatão”, ou seja, aquele que age com inidoneidade ou é desqualificado para a escrita da História, de acordo com as considerações feitas por Cabral.

Para o segundo “charlatão”, o qual pode englobar uma gama de pessoas que praticam as chamadas “artes de curar” reservou-se o terceiro e último capítulo da tese. Neste capítulo importa evidenciar as “qualificações” ou características necessárias ou capazes de classificar o historiador idôneo a que se refere Cabral, ou os “charlatões do passado”, como ele se refere. Essas características, ao que tudo indica, são fundamentais para compreender a escrita e a pesquisa histórica empreendida por nosso “colunista do passado” (DALLABRIDA e BITENCOURT, 2004, p. 11).

Para tanto se faz “mister” (CABRAL, 1942) discorrer acerca da ideia que o autor de *“Santa Catharina: história e evolução”* (1937) tinha com relação à expressão “charlatão” e ao uso que faz deste conceito quando maneja sua pena para a produção da escrita de parte da história de Santa Catarina.

O conceito ou a ideia por detrás da palavra charlatão (aquele que finge ser o que não é, trapaceiro, falso, embusteiro, enganador), parece ser fundamental para entender a operação historiográfica realizada pelo médico historiador e memorialista catarinense. Tal palavra é bastante recorrente nos discursos, escritos e obras de Cabral, aparecendo mesmo em título de uma de suas mais comentadas obras: *“Medicina, médicos e charlatões do Passado”* de 1942.

Uma operação, como já se observou no capítulo anterior, comprometida em “desbravar, sanear e construir uma nação civilizada” no Brasil, de modo geral, e em Santa Catarina em particular (CABRAL, 1929).

Para uma operação histórica idônea Cabral acreditava ser necessário escrever o conhecimento científico de higiene e saneamento no rol dos saberes disciplinares disseminando-o para a população em geral, de modo que cada um passasse a ser responsável pela sua própria saúde, tal como leva a crer seu posicionamento quando da escrita de seu trabalho de conclusão de curso de medicina em 1929.

Que, ao que tudo indica, trata-se de uma operação historiográfica empreendida pelo ilustre historiador e médico catarinense ao longo de toda a sua produção bibliográfica. São mais de cinquenta obras que versam sobre História, Medicina, Folclore, Etnologia e Ficção e que são fundamentais para a própria História de Santa Catarina, as quais contribuíram, também para a própria construção de Cabral, como um historiador. Oswaldo Rodrigues Cabral foi um professor e médico que construiu a si mesmo como historiador e não teve uma formação acadêmica na área de História.

É certo que para tanto, teve a contribuição de uma rede de sociabilidades, de um conjunto de instâncias e de poderes instituídos os quais foram, de alguma forma constituídos e mantidos por Cabral e este, ao mesmo tempo, se constituiu um intelectual e historiador respeitável e lido, utilizando-se destas mesmas instituições de consagração.

Instituições circunscritas na região do estado de Santa Catarina, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Comissão Catarinense de Folclore, a própria Faculdade de Filosofia, integrada posteriormente à Universidade Federal de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras, o Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

Mas, também órgãos federais como o Conselho Federal de Cultura que, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicaram, em 1972, durante a ditadura militar, portanto, a obra de Cabral “*As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*”, não por acaso um livro que faz referência a importância da presença militar nas fronteiras brasileiras, desde o período colonial, pistas para análises acerca das políticas culturais no período da Ditadura Civil e Militar no Brasil⁵⁸, as quais, por mais sedutoras que possam parecer, não serão perseguidas nesta tese.

Das dez obras de Cabral (considerando os 4 volumes de “*Nossa Senhora do Desterro*” apenas uma obra) que constituem o *corpus* principal desta pesquisa, uma foi editada pelo próprio autor (1929); duas pela Editora Nacional (1937 e 1960); cinco pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (1940, 1942, 1948, 1950 e 1954) e três por editoras particulares (duas em 1970 e uma em 1971-1972), outras três foram editadas e publicadas por editoras particulares.

As quantidades das publicações por cada entidade editorial e os anos, revelam mais do que apenas valores numéricos. São dados históricos. Analise-se, por exemplo, a diferença entre as edições publicadas por órgãos públicos do governo e a realizada por editoras particulares, são nove contra três. Ou seja, apenas um terço desta pequena amostra das obras de Cabral, foram fruto de editoras particulares, e justamente na década de 1970, período da ditadura militar brasileira em que houve uma mudança no cenário editorial nacional, com a diminuição da participação pública e o aumento proporcional e em escala exponencial de grandes empresas estrangeiras no mercado editorial brasileiro.

Dos cinco livros patrocinados pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina todos foram publicados entre 1940 e 1954, período que compreende cinco anos de Estado Novo no Brasil

⁵⁸A esse respeito ver (CALABRE, 2005; HALLEWELL, 2005; MICELI, 1984; OITICICA, 1997).

(1937-1945), durante o qual Getúlio Vargas, tendo à frente o superministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu intensa campanha em prol da valorização por meio da educação, da cultura e do folclore a fim de construir uma identidade brasileira⁵⁹, em franca tentativa de frear as de caráter regionais. No âmbito estadual, o governo estado novista de Vargas, pode contar com o braço forte de Nereu Ramos, interventor em Santa Catarina.

Desse período chama-se a atenção para os temas dos livros de Cabral publicados pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, todos, de alguma forma, relacionados à cultura e ao folclore construídos como catarinenses. Três com temas diretamente relacionados à colonização açoriana, um cuja finalidade maior parece atribuir uma característica científica ao folclore e por fim, o que trata sobre os médicos e os “charlatães” do passado: o “feiticeiro”; o “curandeiro”, o “branco entendido”, “algum negro velho” “licenciado”, enfim os “velhos profissionais que iam ficando à margem” (CABRAL, 1942). Este talvez seja o mais importante livro para os fins a que se destina a escrita desta tese. Voltar-se-á a ele e os demais temas, de forma mais detida, nas páginas que seguem este capítulo. Afinal, é para ser estas páginas iniciais, apenas um preâmbulo do que está por vir.

Assim que este segundo momento da pesquisa é dedicado a seguir algumas “pegadas” deixadas pela escrita histórica de Cabral. Ou seja, focar na articulação e utilização de uma palavra-chave a qual, acredita-se, fundamental para a ideia de uma colonização da memória catarinense promovida, ou acentuada, pela pena de Cabral: *charlatanismo*.

Sabendo a abrangência multidisciplinar e as infinitas possibilidades de pesquisa possíveis proporcionadas pela escrita de Cabral, destacam-se três marcas, quase como “impressões digitais” características em suas obras, levadas em conta, servirão de importantes “lentes”, ou “próteses do olhar” (COURTINE e VIGARELLO, 2011, pp. 358-359) as quais poderão identificar uma colonização de suas ideias, e, por conseguinte, um povoamento de teorias racistas em sua escrita histórica.

Na primeira parte deste segundo capítulo: “A escrita de Cabral: uma apologia à ciência ou ofício do historiador”, tenta-se demonstrar que há um compromisso por parte da escrita de

⁵⁹Lembrar que pouco antes ao período do Estado Novo no Brasil, foram publicados os “clássicos” livros dos chamados “intérpretes” do Brasil: Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e mocambos* (1936) e Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* (1936). A respeito de uma crítica à hegemonia no campo das ideias sobre as interpretações do brasileiro e de uma cultura nacional ver (MOTA, 2010; SILVA, 2016). A propósito desta reflexão vale destacar que “clássicos” e “intérpretes” devem ser re-lidos, re-visitados e re-visitados a exemplo do que propomos com Oswaldo Cabral, admitindo-o como um clássico intérprete de Santa Catarina.

Cabral com uma história pautada em documentos oficiais, em fatos, e que, as vezes até parece ensaiar uma escola com bases na Escola dos *Annales* francesa. Porém com uma preocupação em estabelecer a verdade do que de fato aconteceu. Característica esta que irá diferenciar o historiador idôneo o inidôneo, “charlatão do passado”, segundo o próprio Cabral parece supor. Uma tentativa, talvez de legitimar a atividade do médico cientista que escreveu sobre histórias e que talvez, por isso mesmo necessitava se fazer respeitado e lido dentro deste campo intelectual da história. Embora uma história um tanto quanto *rankeana*⁶⁰, mas história, por suposto.

Uma segunda característica da escrita histórica de Cabral, diz respeito a estreita relação entre a escrita histórica, conduzida e condicionada, quase que simultaneamente, pelos parâmetros, por vezes paradoxais da ciência médica e os dogmas da fé católica. Esta característica é percebida com bastante facilidade nas suas obras sobre a história de Santa Catarina, as quais servirão de principais fontes para a segunda seção deste capítulo intitulada “*Pa-ciência* e fé: medicina e religião nas obras de Cabral”. Aqueles que se opunham à fé católica ou aos preceitos da medicina médica, e que persistiam em buscar alívio de suas dores com “curandeiros e embusteiros”, propagadores de falsa fé, seriam enganados duplamente, e continuaram doentes da alma e do corpo, segundo pode-se inferir por meio da escrita de Cabral.

Na terceira divisão do capítulo, “Lições de ciência: Cabral imunizando a escrita da história de Santa Catarina” buscou-se observar, principalmente, uma ação higiênica e sanitarista na escrita de Cabral. Ou seja, ao que tudo indica ele parece usar a história e mesmo a memória do passado colonial e imperial da cidade e do estado de Santa Catarina a favor da implantação de suas medidas sanitaristas e de profilaxia. E aos que se opunham ao avanço e progresso que só a ciência e a medicina modernas (e por moderna entender aos moldes europeus) poderiam trazer à sociedade, era atribuída a pecha de impostores.

Por fim, em “Os *açoritas*: a epopeia açoriana em terras ‘catarinas’”, destaca-se, de forma a antecipar e preparar para a terceira parte da tese, esta outra marca, considerada como fundamental característica do historiador do folclore catarinense que é a dedicação sobre o passado glorioso dos povoadores luso-açorianos em Santa Catarina. O fato de que a estes insulanos madeirenses e açorianos, ou portugueses do continente, deveu-se toda a glória e o desenvolvimento da “nação” catarinense.

⁶⁰O termo refere-se ao historiador do século XIX Leopold Von Ranke (1795-1886), natural da Turíngia. O termo é polissêmico, mas vale o alerta de não associa-lo ao positivismo, mas sim as questões de método e ao desejo e motivação do historiador do XIX de “deixar atrás de si algum registro útil”, (MALERBA, 2010, p. 133)

Tudo o mais que se diga ou se escreva sobre Santa Catarina, considerando a escrita de Cabral, poderia ser visto ou classificado como fruto de equívocos, embustes ou enganação: o charlatanismo histórico como apregoava Cabral.

2.1 A escrita de Cabral: uma apologia a ciência ou ofício do historiador

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

(Marc Bloch)⁶¹

O historiador idôneo, segundo pode-se inferir da leitura das obras de Cabral, deveria demonstrar um compromisso com o seu ofício, buscando sempre primar por uma história “autêntica” e “sincera” (CABRAL, 1971a, s/n). Assim Cabral inicia sua obra máxima a coletânea “*Nossa Senhora do Desterro*”, originalmente publicada em quatro volumes, cujo primeiro tem o título de “*Notícia – I*” entre os anos de 1971 e 1972

Esta é a história de uma Vila e de uma Cidade velha, de ruas estreitas e sujas, é a história dos **seus marinheiros**, dos seus soldados, dos seus **escravos**, dos seus **mercadores e vendedores**, dos seus meirinhos e até das suas **mulheres de má vida**.

É a crônica da gente que se acotovele na banca do peixe, que discute nas barraquinhas, que se recolhe na Caridade dos Pobres e que morre de peste, de cólera, de bexigas ou de febre amarela. História de vida e não de atitudes, na qual a gente importante entra apenas para servir de contraste; filme de instantâneos reais tomados ao natural, com o pitoresco dos movimentos espontâneos, sem ambiências de retratista, sem poses empertigadas, sem maquilagens. **História banal, corriqueira, sem importância, que nem devia ser contada... História da arraia miúda.** (CABRAL, 1971a, s/n) [sem grifos no original].

Este trecho, por si só, suscita inúmeras e acaloradas análises, desde questões de gênero até o fato de ser a “história da arraia miúda” ou da gente sem importância. Parece uma proposta de história-naturalista, aos moldes das ciências da natureza (química, física e biologia), da qual vale-se da observação ao natural, espontaneamente, ou quando muito controlada em laboratório ao espontâneo.

⁶¹(BLOCH, 2001, p. 54)

A última parte da citação, em que, o próprio autor alega se tratar de uma história banal que nem deveria ser contada, chama-se a atenção a uma aparente contradição: se não deveria ser contada por que então contá-la?

A contradição se desfaz ao ler as mais de mil páginas que se sequeem à esta apresentação. Cabral de fato não dá conta de contemplar essa “arraia miúda” de que anuncia se tratar o livro que apresenta e que tanto desejou escrever. Não aparecem estes personagens que se acotovelam nos mercados, seus escravos, suas mulheres de má vida. Não como sujeitos de suas próprias histórias com seus nomes e sobrenomes como os demais senhores e senhoras da sociedade, de nome e sobrenome, não como protagonistas de suas vidas, senhores de seus destinos, donos de suas memórias, mas como meros figurantes de um aparente cenário ou enredo de um quase literatura naturalista.

Sua preocupação maior, parece mesmo ser as doenças, as “paisagens”, as “instituições”, tal como o historiador “serviçal da erudição” que se refere Marc Bloch citado em epígrafe.

Destêrro tornou, assim, uma pequena comunidade de pescadores à beira da praia e como tal a viu Manoel Gonçalves de Aguiar, em 1711; mas, um ano depois, a sua população ascenderia a 147 moradores, **todos lusitanos, não entrando em linha de conta os negros nem os indígenas, gente que vivia miseravelmente**, temendo tanto o ataque dos aborígenes quanto à visita dos piratas e, quando ao amanhecer avistava algum barco ancorado na baía, não hesitava: - punha-se ao fresco, mato adentro, à espera de quem viesse, desconfiada sempre dos propósitos dos visitantes. As mais das vezes, entretanto, era gente de paz a que chegava, gente amiga, arribada para descanso e reabastecimento de alimentos frescos, gente que se punha tranquila e pacientemente a contemplar, de bordo a povoação, formada de “belas chacarazinhas”, que não levavam, é verdade, muito longe os seus limites e que se viam guardadas por numerosas matilhas de cães barulhentos. (CABRAL, 1971a, p.15) (grifo nosso)

Chama atenção, também, o fato de não entrar “em conta” os negros e os indígenas apenas os lusitanos. Outro exemplo, agora ao tratar o escravo negro em um dia de chuva em Desterro de 1816, Cabral parece assemelhar a um objeto qualquer passível de empréstimo

Fora disto, nem mesmo havia o que fazer pois, se o trabalho já era pouco ou não era muito, nestas ocasiões cessava por completo. Se havia uma precisão qualquer, mandava-se algum negro; **se não se tinha negro, pedia-se emprestado**, o que se precisava ou o negro, ao vizinho; e se não havia nem negro nem vizinho, o certo era dar-se um outro jeito à precisão – e pronto! E a Vila mergulhava, deserta, na quietude abençoada de um dia de chuva. (CABRAL, 1971a, p. 141)

Nas poucas páginas, comparadas ao número total da obra, que dedicou ao escravo e aos expostos, Cabral apresentou uma série de “notícias” veiculadas por jornais da época e em relatórios (policiais?) Que dão conta, da situação dos escravos africanos em Desterro de meados do século XIX. Ora em fuga nos navios norte-americanos que por aqui aportavam, ora metidos em confusões ou em tristes episódios de suicídio.

Embora bastante extensa a citação a seguir se faz necessária para reforçar a tese de que de fato, são os negros meros figurantes na história escrita pela pena de Cabral.

Há muito muito se ouvem queixas (escrevia “o DESPERTADOR” de 27 de junho de 1865) de evasão **de escravos em navios americanos surtos** no ancoradouro de Santa Cruz; o escravo que escapa nesses navios é perdido para o senhor. No dia 20 dêste mês, aportou em Santo Antônio uma lancha de um navio norte-americano e, retirando-se [sic] à noite, desapareceram com ela dois escravos. **Um, crioulo, de nome Frutuoso, escravo de João Jose da Cunha e Silva; e o pardo Joaquim, escravo de João Teodózio Machado,** ambos escravos habituados ao serviço do mar, sendo que o primeiro há muito dizia que havia de fugir com os americanos. O navio saiu hoje, tocado do vento rijo que sopra do sul.

[...]

Alguns cativos não tiveram coragem para a fuga, de medo das represálias, se apanhados fossem. Castigos certos, cadeia, pancada, restrições ainda maiores, venda para fora, para o trabalho no eito.

Então para não sofrê-las, optavam, quando a coisa era demais por outro tipo de fuga; - o suicídio.

[...]

“João, escravo de Alexandre José Pinto, em 1861, buscou a morte, jogando-se ao mar; o outro, cativo de Pedro Esteis, enforcou-se [...] (relatório de 11/04/1861)

Um suicídio singular, conta o jornal, foi o de um escravo de Nicolau Izeto. Estava com o crânio desfeito por uma explosão, mas perto não havia arma de fogo [O ARGOS, 18/9/1866] sendo provável que tivesse enchido a boca de pólvora e ateado fogo, hipótese aventada por um jornal [O MERCANTIL, 20/9/1866]

[...]

Em 1855, a 3 de outubro, um escravo de A. L. Cabral, “novo e, dizia o jornal, mal iniciado, em nossa língua e costumes”, pediu um **“bill”** ao seu senhor, para procurar outro. Não estava satisfeito com o que tinha. Foi-lhe dado, mas não encontrou quem o comprasse, pois o tal de Cabral estipulara um alto preço pelo escravo. À vista disso, voltou êle e exigiu, do senhor que baixasse a cotação, mas este negou-se e, ao fazê-lo, “foi desatendido”, isto é, desfeitoado pelo **“pretinho, que não é para brincadeira”**. Certamente, quis meter-lhe o braço, ou passar-lhe uma rasteira. Quis, então, o dono, castiga-lo, sabe Deus como e aí o africano **“arrancou de uma faquinha de 2 palmos e meio”, tentando ferir (eu acho que êle tentou mesmo foi liquidar...)** [comentário de Cabral] o seu senhor. Êste, todavia, pôde contê-lo, embora ferido na mão. Acudiram os vizinhos e o agressor foi “recolhido à casa do pouco pão” [O (MENSAGEIRO 17/10/1855) (CABRAL, 1972c, pp. 136-137) [sem grifos no original]

Reparar que ao negro escravo, sempre sem um sobrenome, estava associado o seu dono, este com nome e sobrenome a apontar a linhagem. Além do que Cabral, mesmo que por meio de

anúncios de jornais por ele escolhidos para ilustrar sua obra, parece dar vazão a uma ideia de que é da natureza do negro ser selvagem. A ele é atribuída as iniciativas de violência, por exemplo.

Ao analisar outras dezenas de anúncios de jornais de Santa Catarina em que são ofertados para aluguel, compra e venda de escravos ou escravas, Cabral deixa transparecer sua opinião acerca destes episódios envolvendo os escravos em Santa Catarina.

Havia mais anúncios procurando do que oferecendo – é claro – pois quem tinha uma boa cozinheira não se desfazia dela a não ser em última instância... Só reduzido à última pobreza, à mais extrema das misérias é que um cristão se desfazia de uma crioula assim prendada. Ou então, devido a ciúmes da patroa ou outro motivo bem grave. O que colocou o anúncio abaixo não disse o motivo. Mas, com tantas qualidades, só um dos acima relacionados poderia ter levado o proprietário a fazê-lo:

“Vende-se uma escrava parda, de 23 a 24 anos, muito sadia, excelente cozinheira [sic], própria para uma casa de trato, boa lavadeira, superior engomadeira, muito fiel, carinhosa, calada e de bom gênio”. [O ARGOS 31/12/1860]

Deveria haver uma razão muito forte – quem sabe aquela de ser carinhosa? – **para se desfazer de uma preciosidade destas... Eu não tolero a idéia da escravidão. Jamais seria um escravocrata. Mas..., quem me dera arranjar, hoje uma mulata assim?** (CABRAL, 1972c, p. 97) (grifo nosso) [sem grifos no original]

Embora Cabral tenha escrito que não tolerava a ideia da escravidão, que jamais seria um escravocrata; a frase seguinte a esta afirmação na transcrição apresentada, é, no mínimo, contraditória.

Cabral ainda nos fornece indícios para pensar a situação do escravo em Santa Catarina, a qual não era muito diferente do restante do país, tais como a relação dos escravos de ganho, que em Santa Catarina, principalmente na vila da capital, foi bastante recorrente.

Uns buscavam – outros ofereciam. Bons lucros davam as amas aos seus senhores, pois além de comerem à custa do contratante, o salário era embolsado pelo senhor, pelo proprietário.

“Aluga-se uma ama de leite, quem precisar, na rua Bela do Senado nº 30 achará etc... (30). Foi uma pena. Êste chegou tarde, pois em março anterior, na rua do Príncipe nº 39 andava-se à procura, para alugar, “de uma crioula moça e sadia, com leite em abundância” (31).

Foram elas, as mães pretas de muita gente boa, aqui como alhures, gente que nunca lhes pagou devidamente o amor e o carinho que, com o leite de seus peito [sic], fluía para a boquinha ávida dos que apanhava as sobras ralas (quando as apanhava) ou então era alimentado com as papinhas de raspa de mandioca, para que não morresse de inanição, **enquanto o irmão branco estufava a barriguinha e regurgitava de leite gostoso...** (CABRAL, 1972c, p. 96) [sem grifos no original].

Todavia, ao longo de “*Nossa Senhora do Desterro*” nos seus quatro volumes, preocupa-se muito mais com o porto do que com o marinheiro; com os monumentos do que com o

soldado; com o mercado do que com o mercador; com as praças as ruas e os bairros do *bas-fond* do que com as prostitutas, com o branco lusitano do que com o negro africano em Santa Catarina.

Mas, havia os **inferninhos**, toscas e biroschas, onde se sumiam todos estes noctívagos, para beber às escondidas a forte chachaça [sic] da terra, ou malandrear com as crioulas, brigar com os desafetos, quase sempre por causa das ditas. Para alcançá-las, aos botecos secretos, afrontavam não só o patrulhamento, esgueirando-se pelas vielas, como também a soldadesca que perambulava, provocando badernas nos encontros com elementos de outros corpos de tropa ou com marinheiros. (CABRAL, 1971, p. 147) [grifo no original]

Alguns outros exemplos serão explorados ao longo da escrita de seu livro que tinha “pretensões a documentário” (CABRAL, 1972b, 224), tal como o trecho a seguir em que Cabral comparou um bom cavalo de montaria a um “negro de nação”

Montar um peludo, com arreios cheirando a suor eqüino – era o mesmo que tripular, nos nossos dias, um Ford de bigodes. Coisa de 3º ou 4º mão – daí para fora. **Montaria boa, de sangue elegante, zero quilômetro – isto custava mais do que um negro de nação, e dos bons...** (CABRAL, 1972, p. 213) (grifo nosso) [sem grifos no original]

A título de ilustrar um pouco mais a importância atribuída por Cabral aos “excluídos da história” foram elencados os títulos para as seções, ou os capítulos, os quais ele dividiu sua maior obra: *Nossa Senhora do Desterro*:

Em *Notícia I - 1971*

1. A póvoa foi batizada, ficou órfã – e acabou crescendo;
2. O largo da Matriz vem a ser a praça e a praça o coração da vila;
3. O que mais na praça havia – a sua praia e o seu miolo;
4. As vielas tornam-se ruas, calçam-se, vestem-se de prédios e as esquinas enfeitam-se com os brincos pobres das lanternas;
5. O duradouro ciclo dos odores fortes e das pituítas resistentes;
6. As casas térreas e a modesta linhagem econômica dos seus proprietários;
7. Afinal, os sobrados chegaram e as chácaras apareceram;

Em *Notícia II – 1972a*

1. A luta pelo trivial e muitas complicações;
2. Onde se começa por falar de lojas de fazenda, passa-se à moda, e se acaba por falar das indústrias, caseiras e outras;

3. O comércio e a navegação – os grandes fatores do progresso da cidade do Destêrro;
4. Templos, imagens, confrarias e vários casos registrados;
5. Dos hospitais ao cemitério com as epidemias de permeio;
6. As águas do Destêrro, o pérfido filho do Ganges e maneiras de enterrar;

Em Memória I – 1972b

1. Uma sociedade fechada, quando abria alguns dos seus salões;
2. Em matéria de artes plásticas e rítmicas, houve mais notas do que tintas;
3. Entre raios, pedradas e metralhas;
4. A grande paixão do desterrense pela ribalta;
5. O povo se distrai, mas nem sempre se diverte;
6. A religião do povo – suas festas, suas crendices e suas tradições;

Em Memória II – 1972c

1. Os militares fazem parte da comunidade – reportagem sobre o poder armado;
2. O clero secular, regular e irregular;
3. **Os párias de uma sociedade estruturada: - os escravos e os expostos;**
4. **Porque a História é longa e extenso o capítulo, aqui se continua...**
5. A espada da Justiça sempre foi maior do que a sua balança;
6. A gesta barriga-verde;
7. Capítulo final sobre alguns mandões e outras gentes.

Dos vinte e seis temas em que a obra “Nossa Senhora do Desterro” é dividida, apenas dois, os itens 3 e 4 de “*Memória II*”, são dedicados aos excluídos: escravos e expostos. São mais de mil páginas, como já informado, de “notícias” e “memórias” da “história, autêntica, sincera e pitoresca” da Vila de Nossa Senhora do Destêrro da Ilha de Santa Catarina, das quais 68 (sessenta e oito) são dedicadas aos “párias de uma sociedade estruturada: os escravos e os expostos”, são, em porcentagem 6,8% do número de páginas, as quais Cabral dedicou para relatar episódio como o a seguir, entre suicídios, fugas e outros casos envolvendo os cativos e libertos na cidade de Desterro dos séculos XVI ao XX, o longo período de tempo de que trata a obra de Cabral.

Cabral, talvez por ser médico, possui uma predileção por temas relacionados aos aspectos de higiene da cidade, tal como pode comprovar quando de sua análise sobre os temas com os quais se dedicou nas décadas anteriores à publicação de *“Nossa Senhora do Desterro”*.

Durante 1940 e 1960 dedicou boa parte de sua escrita histórica às doenças, à sujeira, aos miasmas, aos odores, a falta de saneamentos, as péssimas condições das casas da Vila e mesmo da cidade de Desterro/Florianópolis. Da imundície que eram suas ruas, suas águas, seus ares. Chamava-lhe, ainda, a atenção, os temas afetos às doenças e as práticas de cura.

Vetores das doenças e das pestes que o autor anuncia. Pestes que, comparativamente, ganham destaque na maioria de suas obras. São livros e capítulos inteiros sobre “do que se sofria e do que se morria”; “máculo, varíola, lepra”; “miasmas e febres cerebrais”; “febre amarela”; a cólera” (CABRAL, 1942), os habitantes da Desterro e Florianópolis do passado.

Outros males fartamente representados em todas as épocas foram a SIFÍLIS, a BOUBA e o GÁLICO. Já no primeiro livro de internamento de doentes do Hospital da Caridade dos Pobres do Destêrro, no período que vai de sua instalação, em 1789, a 1810, quando se deixou de referir à causa da entrada dos enfermos, as encontramos com notável frequência, em todos os seus graus e com todas as denominações possíveis:

“Gomas na cabeça, gálico, goma nos ossos do peito e dores pelas juntas do corpo, dores por todo o corpo e em todas as juntas chamado mal venerio, gota gálica, omores [humores] de bobas, três gomas gallicas na testa, dores vererias que padese nas articulações dos ombros, feridas gálicas na garganta, gomas nos ossos da clavícula, emfeçam [infecção] veneria, cheia de gallico, boubas, gonorréya, gomas venerias nos braços, hua mula e cavalos, doente de um gram inxado (orquite?), gomas sifilíticas, sarnas gallicas, etc...” (Livro de Registro de entrada de doente no Hospital – n. 1) (CABRAL, 1942, p. 43)

A escrita da História promovida por Cabral, ao menos até a década de 1950, parece mais uma apologia à ciência médica. Sua descrição e busca por informações sobre as incidências sobre as doenças, as causas de mortes, os mais variados temas como sintomas, profilaxia, a terapêutica utilizada. Mesmo a forma como Cabral escreve, indubitavelmente com pretensões históricas, é fundamentalmente devedora de uma linguagem medico-científica. Por vezes, no detalhe, nas observações, numa ou noutra palavra, há um indício de uma, por assim dizer, atitude de natureza quase patriarcal⁶².

Como se vê, a frequência das gomas era grande, e certamente não havia de faltar outras manifestações de terceirismo, muitas vezes talvez não diagnosticadas. Também não é de todo impossível fossem muitas “erupções”, “sarnas brabas”, “humores” e outras

⁶²No sentido de dono, de posse sobre um determinado conhecimento e, portanto, um domínio e autoridade. Sobre relações patriarcais ver (FAORO, 1958)

manifestações secundárias do mesmo mal. Os casos primários foram raros no internamento, sendo fácil compreender-se que se curavam em casa, **à custa de cáusticos tenebrosos e práticas bárbaras, com que se “queimavam” os cancros sífilíticos.** Contribuíam para a frequência destes males e sua disseminação o elevado número de tropas estacionárias, ou em trânsito, na Província, e o intenso movimento portuário que então se verificava, com a escala obrigatória de todas as embarcações que demandavam ou regressavam do Prata. (CABRAL, 1972, p. 43-44) [sem grifos no original]

Uma incômoda postura de um intelectual cientista que exerce, por meio da escrita, um domínio sobre determinado tema, talvez com vias a estabelecer, ou mesmo afirmar, uma certa autoridade, no campo das ideias obviamente, sobre o tema da doença. Esta característica patriarcal e conservadora da escrita de Cabral, ao qual chama-se atenção, por vezes incomoda, causa um certo desconforto ao seu leitor do século XXI, o que fica ainda mais evidenciado na citação a seguir

A Figueira, bairro imundo da cidade, era aquele em que moravam as meretrizes, cognominadas gongoricamente pelo nosso Dr. Ribeiro de Almeida **“sacerdotizas da sífilis”** [sic]. Situando justamente nas proximidades do ponto de desembarque, onde a maruja descarregava, mal saltava em terra, o vírus adquirido em outros portos, era nele que a gente da terra ia contaminar-se. **Da soldadesca vinda de fora, de regresso do sul ou a caminho dele, vinda da Côrte, também adquiriam as “sacerdotisas” citadas os males venéreos, bem como os adquiriam as escravas e lavadeiras que iam lavar roupas no infecto rio próximo ao local em que aquela estacionava, e que se davam aos amores da tropa...**

Por esta porta penetravam muitas vezes os males nas famílias, maculando-lhes o recato e a pudicícia extremada na época, fazendo os seus estragos e contaminando indistintamente escravos e senhores, quando, entretanto, a palavra sífilis era imprópria para ouvidos familiares e o pronunciá-la em presença de gente fina era indelicadeza notável e falta de tato imperdoável. (CABRAL, 1942, p. 44) [sem grifos no original]

A obra de Cabral, no entanto, é rica e, ainda muito pouco pesquisada naquilo que tem de mais interessante, um latente e pulsante material rico para pensar a história da doença em Santa Catarina. Suas relações com a população local, seus sentidos, e tantos outros temas, invariavelmente históricos. A exemplo do trecho acima destacado em que ele escreve o incômodo e mal-estar provocado pela simples menção à doença sífilis, o que pode apontar para ricos e mais interessantes trabalhos de pesquisa da doença como metáfora (SONTAG, 1984; CZERESNIA, 2013), questões de gênero, de sexualidade, do cotidiano, apenas para citar alguns exemplos.

Enfim, entre a escrita da década de 1970 e a escrita de 1940-60 de Cabral, além da riqueza de temas, as quais pode suscitar pesquisas noutras áreas, o que não será foco aqui, pode-se

perceber, ainda, algumas semelhanças e diferenças entre um período e o outro. Focar-se-á nas diferenças, sobretudo sobre as razões das escritas da década de 1970⁶³ e as de 1940-60⁶⁴.

A escrita de Cabral em 1970, principalmente “*Nossa Senhora do Destêrro*” parece muito mais fluída, “pitoresca” como ele mesmo escreveu. Uma escrita que transita pela “Literatura, comércio, imprensa, moda, arquitetura, teatro, religião, urbanismo, música, ensino, política, sociedade” (UNGARETTI, In: CABRAL, 1972c, s/n).

Talvez a razão esteja no fato de Cabral, a esta altura de sua trajetória intelectual, já se possa dar ao luxo de inovações, uma vez que já possui um nome, já acumulou prestígio na comunidade acadêmica e literária catarinense. Não necessitando mais focar e defender um tema específico. Tenha já garantido o seu “feudo” intelectual, e sua escrita deixa transparecer um relaxamento, com opiniões pessoais, tal como as que fez constar após o relato da venda da escrava. Fato é que, a julgar pela postura e pela escrita de Cabral em “*Nossa Senhora do Destêrro*” nesta ele parece mostrar-se mais nesta do que em outras.

Na clave da ideia condensada no trecho, um tanto longo, mas necessário, a seguir transcrito:

Prevalecendo as diretrizes originalmente formuladas no esquema analítico de Pierre Bourdieu [...], a problemática comportava outros desdobramentos inter-relacionados. De forma muito sintetizada, ressalta-se a indagação sobre as condições de fechamento ou de vulnerabilidade das fronteiras que delimitam os universos sociais, observando como elas são tributárias de lutas entre agentes que ocupam posições distintas e desiguais no espaço do poder mais amplo, que estão submetidos a coerções sociais e históricas de diferentes tipos e intensidades, e que assumem posicionamentos convergentes ou divergentes expressos nos produtos simbólicos que oferecem nos mercados em que se inscrevem. Disso emerge a potencialidade de se apreender, por um lado, os condicionantes das modificações e persistências nas configurações sociais, a partir do exame dos confrontos entre “detentores” e “pretendentes”, por certos recursos detidos, à ocupação do lugar de intérpretes e tribunos da “realidade, mobilizados no sentido de conservar ou transformar os princípios que comandam as hierarquias de domínios específicos e do espaço social mais amplo. Por outro lado, a possibilidade de se observar, como efeito possível, mecanismos de separação entre *especialistas* responsáveis pela produção de sentidos e pela aquiescência sobre esses sentidos, a exemplo do trabalho de categorização que operam *vis-à-vis* aos *leigos* que pretendem “representar”. E assim, verificar os mecanismos de instituição de “arautos do inelutável” e de fetichismos relativos ao seu papel e às suas “obras”. (REIS, 2014, p. 113-114)

⁶³Para efeitos práticos deve-se considerar que por escrita da década de 1970, estamos considerando a obra “*Nossa Senhora do Desterro*” de 1971/1972.

⁶⁴Principalmente *Santa Catarina: História e Evolução* (1937); *Medicina, Médicos e Charlatães do Passado* (1942); *Assuntos Insulanos* (1948); *Os Açorianos* (1951); *Cultura e Folclore: bases científicas do Folclore* (1954); *A Medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no folclore* (1957) e *João Maria* (1960).

Assim aventa-se que, em 1970, Cabral já detinha um certo poder de mobilizador de conhecimento histórico. Suas “obras” escritas até a publicação de *“Nossa Senhora do Desterro”*, já lhe haviam garantido uma categoria de “especialista” em história de Santa Catarina.

Logo, um pouco mais livre, escreveu *“Nossa Senhora do Desterro”* de forma mais “pitoresca” fugindo “o quanto lhe é permitido, à secura da narrativa [histórica?], permitindo-se a miúde, um comentário pitoresco. Isso torna o livro igualmente mais alegre” (Jaime Arruda Ramos in CABRAL, 1972a [orelha do volume II de *Notícia – Nossa Senhora do Desterro*]). Talvez um escritor cômico de que escrevia para seus pares, para o tempo em que vivia e que pouca ou nenhuma crítica lhe seria feita à época da publicação, publicação esta, feita primeiramente por uma respeitável e consagrada instância de saber acadêmico científico a Universidade Federal de Santa Catarina.

Já em sua escrita da década de 1940-1960, Cabral, ao que parece tem os olhos e a mente voltados ao XIX e mesmo os anteriores, século da ciência e dos intelectuais (WINOCK, 2000). E, talvez nestas duas palavras (ciência e intelectual) estejam as respostas sobre as razões de escritas tão distintas, num relativo curto espaço de tempo.

Se em 1940-1960 Cabral, ao que tudo indica se identificava ou queria ser identificado como um cientista, em 1970 preocupou-se em ocupar ou manter um lugar de intelectual, de um estudioso da história de Santa Catarina. Mesmo levando-se em conta que, a partir de 1970 Cabral já havia se aposentado da atividade de médico, e passou a se dedicar quase que exclusivamente à História.

A escrita de Cabral dos anos de 1940-60, como se pode verificar, era mais comprometida com os preceitos de profilaxia, de higiene, com questões de saúde pública. Suas observações são cirúrgicas, precisas, e embora esteja a olhar para um passado como um campo de aprendizagem, um laboratório da vida, “um espaço de experiências” as quais ele pode experimentar sem vive-las verdadeiramente, e o futuro, ao que parece, este é, afinal, um “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006). Talvez a sua preocupação em analisar os “focos” das doenças que assolavam à população e, a partir do passado coo experiência ou experimento planejado ou almejado um futuro de boas expectativas. Sobre tudo pensando em termos de políticas públicas da área de saúde, lembrando, como já foi visto no capítulo anterior (Tabela 1), é desse período, que Cabral ocupou cargos em vários órgão públicos e paraestatais em Santa Catarina: Diretor de Higiene e Assistência Médica Municipal (1936), Perito Médico Legista (1936 a 1939); Chefe do

Serviço de Saúde e de Pronto Socorro de Defesa (1942 a 1945), Presidente da Cruz Vermelha, em Santa Catarina de 1942 a 1944.

A julgar pelo prometido e o que efetivamente é encontrado nos livros escritos por Cabral, como em *Nossa Senhora do Desterro*”, não é a carne humana, tal como se refere Marc Bloch no trecho em epígrafe, que mereceu primordial atenção do médico historiador Oswaldo Cabral. Mas, principalmente, as questões relativas ao seu ofício de médico, ou seja, a doença, a higiene e o saneamento.

Talvez por esta busca por aspectos de saúde e de higiene tenham sido priorizadas por Cabral em razão de que fossem questões mais prementes, naquele momento vivenciado na década de 1940, foi desse período que ocorreram, por exemplo, a ampliação e criação de importantes suportes para a saúde pública no estado de Santa Catarina.

Em decorrência das políticas de saúde pública e assistência em Santa Catarina, entre 1930 e 1945, implantaram-se hospitais, postos de saúde e abrigos; construíram-se redes de abastecimento de água e esgoto, realizaram-se obras de hidrografia sanitária, com a canalização de rios e córregos; e, como consequência, ampliou-se a rede viária direcionada às localidades periféricas da capital, na ilha e no continente, iniciando-se, de forma embrionária, a integração do centro com núcleos mais distantes. (AMORA, 2012 p. 430)

Pode-se cogitar que a questão da saúde fosse uma das principais razões para a escolha dos temas mais em voga naquele contexto nacional e estadual. Também não há que se perder de vista que, durante a Segunda Guerra Mundial houve um significativo acréscimo da industrialização do Estado Catarinense. Havia, portanto, que se proporcionar mão de obra saudável e forte para o trabalho que crescia exponencialmente. Ainda não se pode obliterar que, como um intelectual ligado mesmo às instâncias de poder e de divulgação de saberes aparelhadas ao estado Cabral, por meio de relações de reciprocidade⁶⁵, em que escrevia sobre um passado, colonial e imperial, em que abundavam doenças e sobravam imundícies, e um futuro em que tais problemas serão, em tese, suplantados, mesmo que implicitamente, acabavam por contribuir e angariar importantes dividendos políticos para as oligarquias mandatária e que exerciam o “controle” dos aparatos estatais locais. De forma a ilustrar tal argumentação, sugere-se observar que a maior parte das obras de Cabral foram editadas e publicadas por órgãos públicos estatais, no âmbito municipal, estadual ou mesmo nacional.

⁶⁵Sobre relação de reciprocidade entre uma elite médica e o estado ver (CORADINI, 1997)

Outro fator que contribuiu para uma escrita histórica apologética da medicina pode ser encontrado na própria escolha de suas fontes, em grande maioria documentos oficiais do estado e jornais impressos comprometidos com as elites oligárquicas e republicanas catarinenses, tal como o Jornal O Argos, uma das fontes que mais aparecem em “*Nossa Senhora do Desterro*”.

O estado estava diretamente interessado em construir sobre si, uma áurea de progresso, em comparação com um passado colonial, atrasado e rudimentar. Os jornais do século XIX, sobretudo, até a década de 1830, tinham como principal público leitor funcionários da administração pública, os quais constituíam a elite letrada (PEDRO, 1995). Logo seus escritos eram deveras comprometidos com esta classe, seja a de administradores públicos, civis, militares ou membros da Igreja.

Cabral anunciou no terceiro volume de “*Nossa Senhora do Desterro*” que a obra foi o resultado de matérias oriundas de fontes oficiais “arquivos do Palácio e da Prefeitura” bem como jornais impressos cujos recortes guardou-os ao longo de sua vida.

Andei guardando, durante uns trinta anos, uma vintena de cadernos com apontamentos colhidos nos Arquivos do Palácio e da Prefeitura, bem como na coleção dos jornais da segunda metade do século passado [século XIX] que, embora desfalcada, constitui ainda o mais precioso manancial de informações de todo o gênero sobre a cidade do Destêrro e sua vida. (CABRAL, 1972b, s/n)

Explica ainda a razão de ter guardado o material:

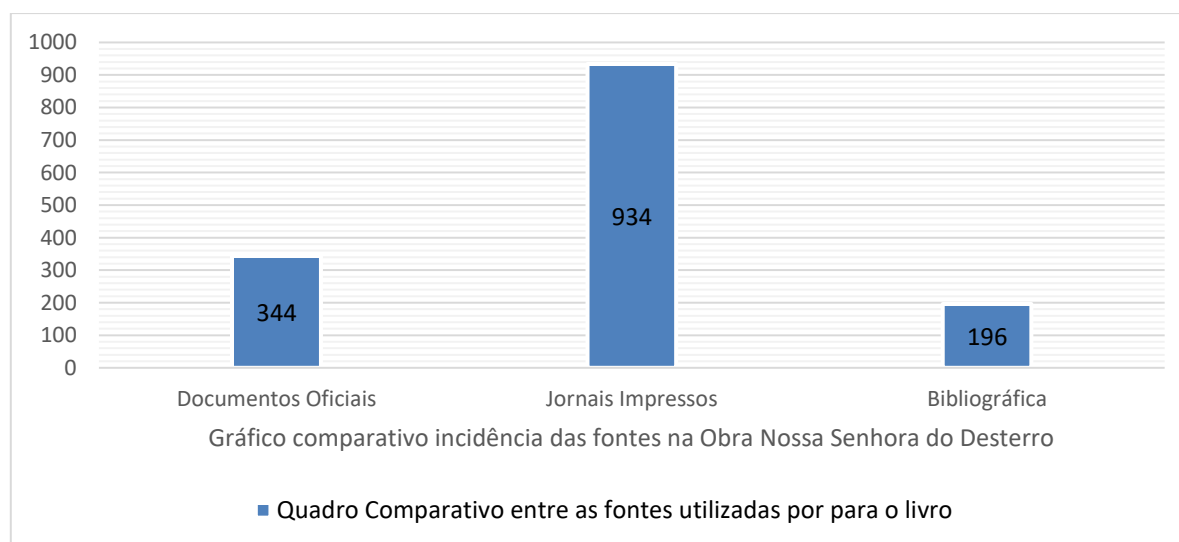
Andei guardando porque sempre pensei em escrever esta obra – NOSSA SENHORA DO DESTERRO – e não outras, com as quais contribuí para as letras históricas de Santa Catarina e para adquirir um modesto renome, maior do que o merecido, de estudioso da nossa História. (CABRAL, 1972b, s/n).

Algumas considerações sobre os “depoimentos” colhidos nos prescritos da obra de Cabral, permitem fazer algumas inferências. A primeira delas diz respeito às fontes utilizadas, principalmente para a produção de “*Nossa Senhora do Desterro*”, mas não só, uma vez que muitos dos mesmos jornais citados por Cabral na obra de 1971-72 foram utilizados como fonte para a escrita de “*Medicina Médico e Charlatães do Passado*, de 1942. O que não acontece com as demais obras, nas quais são utilizadas fontes documentais oficiais produzidas por órgãos do Estado (relatórios militares, ofícios, correspondências).

Outra diferença entre as produções de Cabral dos anos de 1940-60 e “*Nossa Senhora do Desterro*”, consiste nas referências bibliográficas. Essa não apresenta referências bibliográficas, limitando-se a citar suas fontes, ao final de cada capítulo, oriundas, em sua maioria, da imprensa escrita e de documentos oficiais. Ao contrário do período 1940-1960 em que, ora mais ora menos, dependendo do volume (em páginas e tamanho da obra) todas apresentaram referências bibliográficas em maior número.

Tal observação permite inferir que, no primeiro período Cabral necessitava, ainda, firmar-se como um escritor-historiador-pesquisador cientificamente confiável e para tanto usou do recurso de ancorar suas ideias e escritos de “aliados” (LATOURE, 2011).

Se por um lado, nas obras do período 1940-60 Cabral utilizou de muita bibliografia e também fontes documentais oficiais, tais como Leis, Registros, Códigos de Posturas, Relatórios, Ofícios, Atas Editais, Discursos transcritos de políticos e classe dirigentes, livros tombos, plantas entre tantos outros documentos emitidos pelas instâncias estatais. Por outro quase não aparecem jornais impressos. Já em *Nossa Senhora do Desterro*, o principal conjunto de fontes utilizadas por Cabral provêm dos jornais impressos que circulavam na capital de Santa Catarina nas décadas medianas e finas do século XIX, conforme se pode comparar no gráfico a seguir.



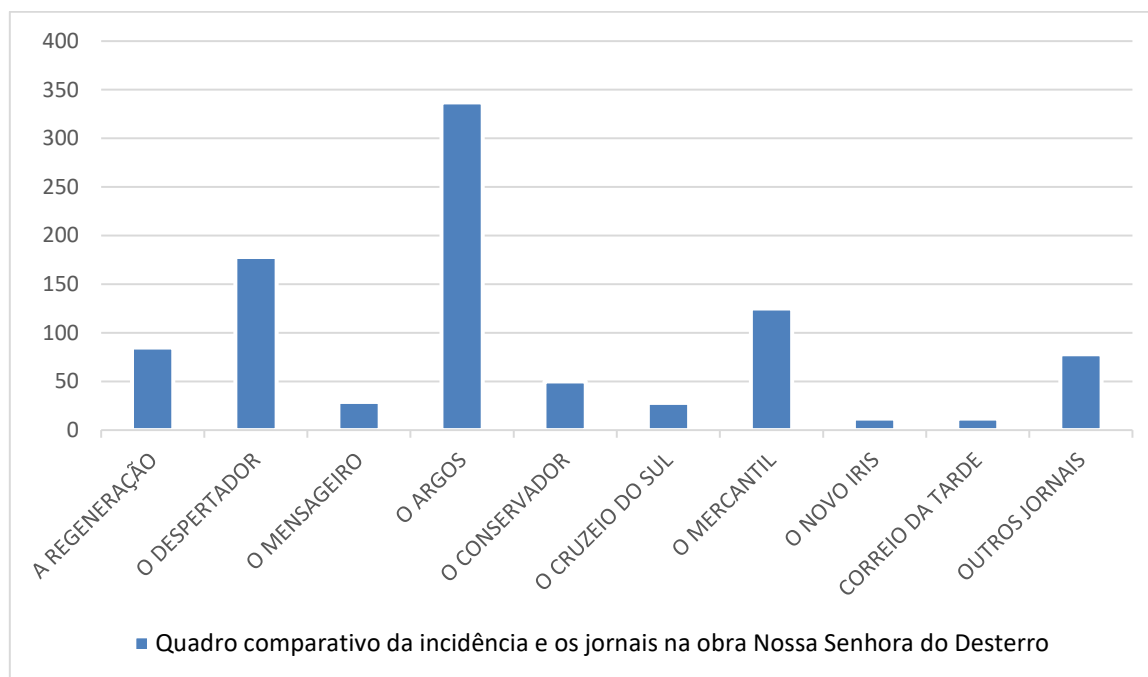
Os dados foram colhidos da Obra *Nossa Senhora do Desterro* de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Pelo gráfico pode-se observar que mais da metade das fontes com as quais Cabral construiu a sua narrativa história em *“Nossa Senhora do Desterro”* foram de jornais impressos. A proporção foi realizada somando-se cada vez que um jornal, ou uma fonte bibliográfica ou proveniente de documentos oficiais aparecia nas notas ao final de cada capítulo da “obra máxima” de Cabral. Assim a proporção corresponde, mais especificamente ao número de citações. Contudo já se pode ter uma noção de que grande parte do discurso de Cabral em *“Nossa Senhora do Desterro”* provém da imprensa escrita. São quarenta diferentes jornais citados ao longo dos quatro volumes da obra, o que já nos dá uma dimensão da diversidade de publicações durante o século XIX, em Desterro/Florianópolis.

São mais de quarenta diferentes jornais, defendendo as mais diferentes ideias. São republicanos, progressistas, católicos, abolicionistas, conservadores, situacionistas, oposicionistas, laicos, anarquistas, enfim, os mais diferentes grupos com as mais diferentes ideias circulando pela cidade durante o período imperial.

Se comparado com a quantidade de jornais que circulam atualmente, em pleno século XXI na capital catarinense, cerca de quatro ou cinco e pertencentes a poucos grupos que dominam vários veículos de comunicação, como televisão, radiodifusão e imprensa escrita, pode-se mesmo afirmar que no século XIX a profusão de ideias diferentes circulando, e, conseqüentemente, as mais diversas ideologias, era bem maior. O que favorecia as mais diferentes opiniões e a inibição de um pensamento único, tal como parece ser possível inferir da análise das obras de Cabral.

Cabral não deu a mesma visibilidade para todos os jornais. Ao menos suas citações priorizavam, basicamente quatro jornais, são eles: “O Argos” (com 337 citações), “O Despertador” (178 citações); “O Mercantil” (125) e “A Regeneração” com (85 citações). A seguir quadro comparativo entre a quantidade de citações aos diferentes jornais impressos utilizados por Cabral para a escrita de *“Nossa Senhora do Desterro”*.



Os dados foram colhidos da Obra *Nossa Senhora do Desterro* de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Dentre os diversos jornais impressos o que apresenta o maior número de citações na obra “*Nossa Senhora do Desterro*” é “O Argos”. Com inclinações bastante conservadoras, “O Argos” foi o jornal periódico que substituiu “O Conservador”. Ambos os jornais foram de propriedade do senhor José Joaquim Lopes (PEDRO, 1995), que também foi o proprietário do periódico “O Despertador”. José Joaquim Lopes, nasceu em Salvador, em 1803, e morreu em Desterro em 1894. Mudou-se para a capital da província catarinense na década de 1820 após ter lutado no levante para a independência da Bahia. Contudo para além das questões no campo das ideias, havia, as questões comerciais, as quais ficam evidente no próprio editorial do jornal, como a seguir transcrito

O Argos da Província de Santa Catharina é propriedade de José Joaquim Lopes, seu único redactor, publica-se as terças e sextas feiras e subsecreve-se nesta typographia rua da Trindade nº 1, a 6\$ rs. por anno e 4\$ por semestre pagos adiantados; folha avulsa cem reis. Os assignantes, que receberem pelo correio, pagarão o respectivo porte. Os annuncios que forem propriamente dos Srs. Assignantes, até dez linhas, serão inseridos grátis, excedendo, pagarão a razão de 40 rs por linha: o mesmo se entenderá a respeito das correspondências ou qualquer outro escrito. Os annuncios, correspondências, & daquelles que não forem assignantes só se publicação precedendo ajuste, ficando desde logo paga sua importância. Os artigos que tratarem sobre os melhoramentos da província, ou de reconhecido interesse geral, publicar-se-ão gratuitamente. (O ARGOS, 5/6/1857)

Resta indagar, tão somente, quais assuntos seriam os de interesse geral e sobre quais melhoramentos o editorial do jornal se refere, as reformas promovidas no centro urbano, os bota-baixo do casario geminado, talvez.

Em suma, o jornal *Argos*, por exemplo, possuía fortes inclinações republicanas e bastante conservador, católico e escravocrata. É desse jornal que Cabral busca a maior parte de suas informações para escrever seu livro *Nossa Senhora do Desterro*. Talvez porque neste periódico estavam as notícias que mais interessaram Cabral. Não há como se separar o processo de seleção quando da escolha das fontes para a escrita da história daquele que a faz. Há um corte, uma seleção, ou incisão, que para Cabral, segundo se quer crer, teve grande peso a sua formação médica. Fato é que o corte para a seleção daquilo que será digno de nota, de registro do que lhe parece conveniente, obviamente, deixa sobras, restos, ou “dejetos” da história (CERTEAU, 2006), da memória que são obliterados e colonizados por uma escrita empreendida por Cabral.

Na busca por “entender” um pouco mais sobre Cabral, para além de números, traz-se outra passagem em que é possível “ouvir” a voz de Oswaldo Cabral, escrita por sua pena quando da apresentação do segundo volume de *Notícia*, ainda durante o processo de escrita de *“Nossa Senhora do Desterro: Notícia”*. Acredita-se que tal passagem possa ser reveladora de algumas outras circunstâncias definidoras sobre a edição do livro, e características da personalidade de Cabral. Além de poder contribuir para complementar a argumentação acerca de sua produção literária, da motivação para a publicação de seus livros, e, de alguma forma sobre as questões ligadas ao domínio e manutenção de um campo de saber intelectual na produção do conhecimento histórico de Santa Catarina, ao menos em tese, promovido por Cabral em consonância com as instâncias de consagração do saber no Estado:

A NOTÍCIA continua, pois ainda há muito que contar. De fato, se este volume representa apenas uma continuação do que se vem descrevendo e contando da Vila, e depois Cidade, de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, nem por isso se pense que o assunto, ou os assuntos, com estes se acabam – e que nada mais haverá o que contar de uma terra tão pequena.

Não se incorra em tal engano – pois a seguir, ainda virão mais dois volumes, intitulados de “Memórias”, onde serão contadas muitas outras coisas igualmente interessantes e igualmente saborosas da nossa terra.

E, diga-se com a devida antecedência, para que ninguém se meta a descobrir a pólvora, ainda ficou matéria para a história da política local, nos tempos do Império, que em sabor ganha de longe ao que se tiver experimentado agora. A politicagem, os politiquinhos, as tricas e futricas, havidas desde que se proclamou a independência, colhidas em documentos e, depois, apresentadas com o condimento de ironia pela imprensa coeva, valem a pena ser revividas. Revividas e contadas. Infelizmente, para o trabalho sobre política e imprensa, pois se completam e se interligam de tal maneira que

não é possível dissociá-las – ainda faltam algumas pesquisas complementares, que demandarão cuidados para ser realizadas. Não tem importância. Isto dará tempo para que o leitor se refaça de muita surpresa que aqui, até agora, nestes dois volumes, colheu e ainda colherá. **E ao Autor, que consiga um editor...** (CABRAL, 1972a, s/n) [sem grifos no original]

Tantas outras considerações a serem feitas a partir do prefácio de Cabral era transcrito. Inicia-se pelo fim. A frase final de Cabral, demonstra uma certa preocupação sobre quem poderia editar a outra obra que já se encontra sobre fase final de conclusão, restando apenas pesquisas complementares. Assim, ao que parece, Cabral escreve pensando em publicar, logo, infere-se que ao escrever leva em conta seu público leitor. O que este público gostaria de ler, ou ainda, o que seria de interesse desse “editor” publicar, o que lhe traria lucro, vez que a publicação de livros é, também uma atividade comercial, e em alta na década de 1970.

A preocupação sobre edições de futuras obras, demonstrada por Cabral, pode ser o resultado de um afastamento das antigas instâncias que publicavam suas obras, como a Imprensa Oficial do Estado, por exemplo. Deixando-o, de alguma forma, órfão de publicações acertadas e custeadas pelo Estado.

Talvez a falta de recursos dessas instituições ou uma possível perda de prestígio frente a estas instâncias representem algumas das razões de tal preocupação de Cabral para com a tarefa de conseguir um editor. Ou apenas um anúncio, uma propaganda para o caso de alguma editora se interessar. Lembrar que Nossa Senhora do Desterro (1971-1972) foi a última publicação de Cabral por um órgão público. Duas outras publicações de 1970 de cunho mais enciclopédicos e didáticos como “História de Santa Catarina” (1970a), Rio de Janeiro: Editora Laudes e “História de Santa Catarina” (1970b) Curitiba: Grafipar; foram publicadas por editoras particulares, como se pode perceber.

Indo até a metade da citação de Cabral, e voltando a ela novamente, mais precisamente a parte em destaque, em determinado momento de sua escrita, Cabral parece agir como dono da história catarinense. Tal como um colonizador que anuncia, invade delimitando e cercando um território o qual reservando para si o domínio para futuras explorações históricas, com a “devida antecedência” para “que ninguém descubra a pólvora”. Medo de ter seus temas e ideias “invadidos”. Talvez. Seria, então, Cabral um “ladrilhador” ou um “semeador” da memória catarinense⁶⁶, com certeza o foi um colonizador.

⁶⁶Sobre ladrilhador e semeador ver (HOLANDA, 1995)

Cabral morreu antes de ver publicado suas pesquisas sobre a história política imperial em Santa Catarina. Estas foram publicadas em quatro volumes organizados por sua sobrinha e herdeira intelectual, professora Sara Regina, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Desde a escrita do seu livro inaugural, por dizer assim, sobre a história de Santa Catarina, em 1937, Cabral registrou passagens, que, supõe-se, aos olhos de alguém que não fosse médico, passariam despercebidas. Chama-se atenção para a citação do livro “Santa Chatarina: história e evolução

As populações do litoral catarinense, neste período da nossa vida colonial, que vae dos começos do século XVIII á independência, prosperavam lentamente. [...] Alimentavam-se dos produtos da caça, da pesca e das pequenas lavouras, fornecendo-lhes a floresta próxima o mais: carnes variadas, sendo a do macaco a mais apreciada, e fructos saborosos. Assim nos relata a vida catharinense, naquele anno, Frezier, que então permaneceu uma dezena de dias entre a bôa gente de Ilha de Santa Catharina [cita em nota de rodapé Affonso de E. Taunay – Santa Catharina nos anos primevos – in Annaes do Museu Paulista, Tomo IV]. As aguas eram ricas de saborosos peixes, as ostras grandes e magníficas e as lavouras suppiam o ilhéu de mandioca, milho, favas de batatas. As laranjas, as goiabas, os limões, as bananas, eram incomparáveis. [...] Chegou a fazer inveja áquelle navegador o modo de vida dos pobres catarinenses, pela felicidade que desfructavam. [Idem]. Manoel Manso de Avelar era o Sargento-mór que administrava a villa e não lhe dava, como nas outras coisas, maior trabalho, a saúde dos habitantes, que desfructavam as delicias de um clima salubérrimo. Apenas, de quando em vez, o *mal de bicho* – doença que se caracterizava por cólicas, tenesmos [sic] e dores de cabeça – castigava a população. **Mas esta já lhe conhecia o específico: – um limão feito supositório, ou um clyster de pólvora, resolvia a situação. Medicação heroica, si bem, como se vê, algo contundente...**(CABRAL, 1937, pp.74-76) [sem grifo no original]

Se em “*Nossa Senhora do Desterro*”, da década de 1970, ganham lugar de destaque, com direito a fotografia e breve sinopse de vida, os médicos, quase numa escrita de si mesmo em tom memorialista e, também os homens de letras, poetas, escritores, músicos, militares, clérigos, políticos, todos laudatoriamente listados, anunciados, rememorados. Na bibliografia do período de 1940-1960 mereceram destaque “as populações”, o “povo”, “os pobres catarinenses, além dos médicos e charlatães do passado. Em suas obras de 1940-60 Cabral ateve-se ao detalhe, as condições de vida da gente da região de Santa Catarina. Buscando a história já contada por viajante e cronistas do passado colonial e imperial da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense, tal como já verificado e comentado anteriormente. De fato parece haver uma diferença marcante entre a escrita histórica desenvolvida por Cabral entre os períodos 1940-60 e a de 1970. A primeira uma escrita mais cirúrgica voltada a identificar uma origem, formas de modos de curar doenças. Já a escrita da década de 1970 em diante para mais voltada para questões mais “pitorescas”, mais

preocupada em “noticiar” e registrar parte de uma “memória” para a cidade de Desterro/Florianópolis, este o espaço eleito por Cabral como o palco principal da vida política e social do Estado de Santa Catarina. Mesmo a cidade, por meio de seus veículos de comunicação, via Cabral como um ilustre catarinense, um homem de letras.

O jornal O Estado, veiculou matéria jornalística sobre o ilustre catarinense das letras. A matéria faz menção a uma entrevista dada a Cabral em que indagado sobre como ele se sentia quando o chamavam de dono da história catarinense, Cabral havia respondido da seguinte forma:

[sou] um estudioso da nossa história, como muitos outros, aos quais respeito quando lhes reconheço idoneidade, embora possa muitas vezes, discordar de suas opiniões e criticar os seus trabalhos. Só os charlatões é que me atribuem o desejo ou a presunção de me considerar “dono da história” porque não lhes perdôo, denuncio e estigmatizo o seu charlatanismo. (O ESTADO, 1978, p. 7).

Neste contexto parece fundamental a classificação que Cabral faz daqueles “charlatões” historiadores os quais ele denunciava e estigmatizava.

Ao que parece os historiadores charlatões denunciados por Cabral seriam aqueles que não estariam empenhados em comparar o passado com o presente, ou que não utilizavam os recursos das fontes documentais oficiais. Ou seriam, ainda, os escritores de história (jornalistas, médicos, advogados entre outras profissões, contemporâneos à Cabral) que de algum modo, fugiam a uma tríade epistemológica cara a escrita de Cabral que arregimentava ciência, documento oficial como fonte principal e busca da verdade dos fatos.

Ou, ainda, simplesmente, os que de alguma forma, roubavam-lhe as ideias ou os temas os quais Cabral tinha intenção de pesquisar e escrever. Como o episódio que ocorreu quando da publicação de livro sobre o Contestado, por outro médico memorialista, contemporâneo à Cabral Aujor Ávila Luz⁶⁷, que, em 1952, publicou livro sobre o violento conflito que ocorreu entre os anos de 1914 a 1916 em região disputada entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

Em 1977 Cabral produz texto apresentado Aujor Ávila Luz quando da publicação de pesquisa pela Revista do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, a Arquivos Catarinenses de Medicina – ACM, em seu número 2, em Edição intitulada Edição Cultural. Intitulado “*Santa Catarina na Independência*”, a pesquisa de Aujor ganhou um concurso de monografias promovido pelo Departamento de Cultura do Estado de Santa Catarina, em 1972, e,

⁶⁷Ver (LUZ, 1999).

após três anos da morte do autor, essa pesquisa foi publicada na íntegra no segundo volume da Edição Cultura da revista do órgão da classe dos médicos em Santa Catarina.

A ACM foi uma revista publicada, desde por volta de 1968, pelo Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (1950). Tinha como um de seus objetivos a divulgação do conhecimento médico científico entre os discípulos de esculápio catarinenses. No entanto entre abril de 1977 a dezembro de 1978, publicou cinco edições voltadas à História catarinense, escritas por médicos, e veiculadas em uma Edição Especial chamada de Edição Cultural.

A primeira da série foi a publicação, na íntegra, do livro “*Medicina Médicos e Charlatães do Passado*” de Oswaldo Cabral.

A segunda “*Santa Catarina na Independência*” do médico Aujor Ávila Luz.

A terceira “*Crimes e aventuras dos irmãos Brocato*” de Crispim Mira.

O quarto volume “*Febre Dengue*” do Dr. João Francisco Lopes Rodrigues”

O quinto e último volume “*Uma cidade mais humana*” do Dr. Orlando Borges Schoreder.

Na apresentação do volume de Aujor Ávila Luz, Cabral se refere, ao final, sobre a divergência que teve sobre a obra “Os Fanáticos”, de autoria de Aujor/;

Deixou o Professor Aujor Ávila Luz além das teses com que concorreu à Livre Docência e à Cátedra de Medicina Legal da Nossa Faculdade de Direito [a qual também disputou Cabral, com a dissertação “da idade” sobre a criminologia e a datação do tempo de morte] versando , uma sobre “O criminoso Incorrigível”, outra sobre causas de morte, várias obras e trabalhos, alguns publicados, outros inéditos, sendo a principal dela o estudo “OS FANÁTICOS” – publicado em 1952 (180 páginas) obra recebida como um estudo de iniludível valor, não obstante tivesse eu mesmo oposto em certo aspectos algumas restrições de ordem interpretativas e doutrinária. **Obra honesta e fartamente documentada**, bem escrita e com observações resultantes dos demorados contatos havidos com as populações serranas, nos anos em que residiu no planalto, teria sido ela a escolhida para figurar nesta coleção cultura dos Arquivos Catarinenses de Medicina, não fora o maior interesse em dar à publicidade a presente monografia, SANTA CATARINA NA INDEPENDÊNCIA, ainda inédita. (CABRAL, 1977, In: Arquivos Catarinenses de Medicina, ano 1. N. 2 outubro de 1977, p 5) [sem grifos no original]

Algumas considerações acerca do enunciado transcrito deverão ser realizadas. A primeira diz respeito a circulação de monografias, dissertações e “teses” em Santa Catarina produzidas por médicos para concorrer a vagas em cadeiras para professores do nível superior. Os trabalhos sobre criminologia, de Cabral e o “criminoso incorrigível” do próprio Aujor, podem

representar um manancial farto de informações e fontes para uma escrita de temas afetos à história da medicina em Santa Catarina, ainda pouco ou nada explorados.

Outra observação refere-se à parte grifada da citação. É uma constante na maior parte dos “elogios” feitos entre os escritores de história da época referirem-se ao uso de “farta” documentação, quase que a afirmar que uma história boa, “idônea”, como afirmava Cabral, deveria estar embasada em muita documentação. Até aí nenhum problema. Talvez haja um problema quanto ao que era considerado documentação à época. Em grande medida eram considerados somente os documentos oficiais produzidos pelo Estado em suas instituições. Como o caso do livro de Aujor, por exemplo, escrito a partir dos relatos do exército nacional sobre o movimento e seus seguidores. Aujor, ele mesmo membro de uma família ilustre.

árvore de costado possui nomes da mais ilustre prosápia barriga-verde – e o seu bisavô paterno foi Jacinto José da Luz, um dos três irmãos que já na primeira metade do século XIX constituíam, sob a liderança do mais moço, João Pinto da Luz, a maior e a mais estruturada força política da então Província” [de Santa Catarina] (CABRAL, 1977, In: Arquivos Catarinenses de Medicina, ano 1. N. 2 outubro de 1977, p 3)

Hercílio Pedro da Luz (1860-1924) pertenceu a casta dos das “Luzes”, parente de Aujor. Hercílio da Luz, engenheiro, foi presidente da província de Santa Catarina por três períodos 1894-1898; 1918-1922 e 1922 a 1924. Foi o idealizador das reformas urbanísticas que mudaram o cenário urbano da capital do estado. A avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz, recebeu o seu nome, ainda a ponte estaiada toda em aço, atualmente cartão postal da cidade de Florianópolis, bem como o atual aeroporto da capital catarinense. Hercílio Luz, foi “o político de maior popularidade no primeiro quartel do século XX em Santa Catarina, tendo governado o Estado por mais de uma vez e deixado à posteridade um nome que nunca se viu esquecido” (CABRAL, 1977, In: Arquivos Catarinenses de Medicina, ano 1. N. 2 outubro de 1977, p 3).

Aujor Luz estaria do lado certo, dos vendedores da história, não em vão, dedicou sua obra “Os Fanáticos” aos militares: “À memória dos soldados e oficiais do Exército brasileiro e das polícias estaduais que tombaram combatendo o fanatismo nos sertões catarinenses” (LUZ, 1999, s/n).

Talvez sejam estes outros escritores que invadiram o espaço intelectual, que ousaram escrever sobre os mesmos temas os quais Cabral acreditava ou defendia como sendo seus, que ele

classificou como charlatões. Ou aqueles que não usavam fartamente os documentos deixados pelos vencedores.

Fato é que a ideia de charlatão irá perpassar boa parte da escrita (e falas) de Cabral, levando à dedicação e atenção para a ideia e o conceito de charlatanismo, dentro da escrita produzida pela pena do médico memorialista catarinense.

Longe de pretender realizar um estudo etiológico da palavra, apenas para questões de introdução da questão, a palavra *charlatão*, ao que parece, teria se originado da *ciarlatano*, que, originalmente, na península italiana designava o natural da região de Cerreto di Spoleto, também dos *ciarlatani* os curandeiros enganadores do período medieval (GENTILCORE, 2006). Teria ainda sua origem do verbo *parlare*, do italiano falar, designando os que falam demais até os parlapatões os bufões da *Commedia Dell'Arte* (GAZEAU, A. 1995). Para a questão aqui colocada charlatão é aquele que pratica o charlatanismo ou a falsa medicina, segundo o dicionário e o código penal Brasileiro, ou ainda um embusteiro, enganador um inidôneo.

Para Oswaldo Cabral a ideia de charlatão parece possui uma dupla função. A primeira intimamente ligada à sua formação de médico e a outra relacionada ao seu desempenho como historiador, escritor, memorialista, ou ainda como um cronista de parte do folclore e da cultura e da história de Santa Catarina.

O charlatão serve como um antagonista, um contraponto ao saber médico científico das artes de curar por um lado, e, por outro, àqueles que se opunham a uma escrita positivista⁶⁸, por assim dizer, da história (FREITAS, 2004, p. 59) pautada na busca de uma origem, de verdades, de fatos e de heróis para a História de Santa Catarina.

O que se está querendo demonstrar é que para Cabral era possível encontrar uma lei geral que regeria a prática de escrever história, ao menos é o que se supõe, e que, ao que parece, esta lei estaria ligada à ciência, à verdade e ao compromisso com as fontes com a observação empírica sistemática, de fatos e fenômenos concretos. Em um primeiro momento de suas obras entre 1929 a 1960, praticamente, mas que, posteriormente, sobretudo em *Nossa Senhora do*

⁶⁸Usa-se o termo positivista, mas apenas em parte, não considerar a parte pelo todo, ou seja, o positivismo aqui é usado no sentido de que lhe era muito caro encontrar uma lei geral para um determinado fenômeno físico, natural, ou mesmo histórico, na busca por uma verdade, e que, não caberia assim margem para opiniões próprias, tudo estaria “escrito” na natureza, bastaria ao homem cientista positivista decifrá-la. Segundo resumidamente a teoria atribuída a Augusto Comte (1798-1857). Por oportuno frisar que tal como Ranke, Cabral não pode ser taxado de positivista, no sentido *lato sensu*, uma vez que ambos permitiam oferecer críticas próprias, tal como Cabral o fez, nem sempre felizes, mas o fez, sobretudo em sua obra máxima *Nossa Senhora do Desterro*. Sobre Ranke não ser um historiador positivista ver: (MALERBA, 2010, pp. 133-154).

Desterro, Cabral parece não mais seguir esta sua própria cartilha, permitindo-se opinar entre as transcrições, ou mesmo durante a escrita do texto, deliberadamente, como já anunciado anteriormente.

Seriam, então, historiadores “charlatões” aqueles que não coadunam com uma espécie de cartilha que Cabral parecia seguir, das quais algumas das lições ele não abria mão. Estas “lições” poderiam estar consubstanciadas numa tríade de pressupostos para avalizar a escrita e que tornariam o historiador, idôneo.

Argumenta-se que esta tríade de pressupostos, ou conjunto de valores ideológicos⁶⁹, para Cabral, sejam a Ciência, o Catolicismo e Cultura Europeia (essa representada pelo elemento luso-açoriano) segundo foi possível inferir da análise das obras de Cabral aqui pesquisadas e tomadas como representativas de sua produção para a história de Santa Catarina.

Fica evidente um certo esforço, impresso por meio da pena de Cabral, em anular um não-saber realizado sem maiores preocupações ou métodos científicos advindos dos “charlatões”. Logo, estes “charlatões” seriam os sujeitos que “praticavam alguma espécie de cura, simpatia, prescrição de chás”, mas também serviria para designar autores que “escreviam uma história descompromissada” (FREITAS, 2004, p. 59) com o conhecimento científico, com o regionalismo/nacionalismo/federalismo⁷⁰ (MESQUITA, 2018) aliados ao catolicismo. Conceitos esses que, em grande medida, serão utilizados como tripé para a sustentação do novo regime republicano no Brasil entre as primeiras décadas do século XX.

Aqui cabem algumas considerações sobre o contexto nacional e que, obviamente, não estão apartados do contexto regional em Santa Catarina. Embora a questão do nacionalismo já era presente desde o final do século XVIII, será com o movimento de independência do Brasil, com a Abolição e com a Proclamação da República, que muitos intelectuais passam a se empenhar na construção de um sentimento de nação. Esforçando-se para a criação de “laços de pertencimento

⁶⁹Talvez aqui seja necessária uma observação em razão de possíveis ruídos, sobretudo no tocante a palavra ideologia. Estamos a utilizar a expressão na forma como já tratado por Michel Foucault, como *episteme*, ou seja uma ideia que mais ligada a uma arqueologia do saber, buscando escavar as camadas de terra que recobrem os vestígios da forma com os códigos de um dada cultura estão dispostos no pensamento, na produção do conhecimento, os quais são como “os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar” (FOUCAULT. 1981, p. 10)

⁷⁰Sobre essa relação ver (MESQUITA, 2018, pp. 25-41). Para um entendimento do uso da expressão regionalismo “a partir dos anos 1920, a palavra [...] é compreendida como a representação lexical da ideologia política que viabilizava a hegemonia do estadualismo sob os condicionamentos teóricos e práticos do liberalismo, implantado mediante o pacto oligárquico, após a implementação da Política dos Governadores por Campos Sales” (p. 26).

capazes de difundir um sentimento de brasilidade” e de “agregar todos os cidadãos em torno da nação” (LUCA, 1999, p. 33).

Se para o Brasil havia um empenho na construção de uma brasilidade, ao que parece, para Santa Catarina, pela pena de Cabral, é possível se perceber um empenho para a construção de uma açorianidade, ao menos para o litoral do Estado.

Um movimento que transitava entre o regionalismo e o nacionalismo numa forma de equilibrar os interesses políticos e de exercício de poder entre as várias oligarquias espalhadas pelo país de modo a manter a nação “unida” e o novo regime funcionando. Uma maneira de conseguir esse intento foi reproduzindo, de alguma forma, o modelo nacional de governo, nos estados (os Estados Unidos do Brasil da primeira república), como bem observado no argumento e Oliveira Vianna em ensaio datado de 1922:

Os elaboradores do novo regime, limitando cuidadosamente os poderes da intervenção do centro na vida política e administrativa dos estados, dão a este a plena liberdade de se organizarem como entender, com a restrição apenas de respeitarem “os princípios constitucionais da União”. Cada estado elege, assim, as suas autoridades executivas e as suas assembleias legislativas; organiza, ao seu jeito, a sua administração; forma a sua burocracia; institui a sua magistratura; perfaz o serviço policial com autoridades suas; têm as suas brigadas policiais, os seus xadrezes, os seus serviços públicos, as suas escolas e o seu magistério, os seus prefeitos ou intendentess municipais, o seu código administrativo, a sua legislação processual: em suma, uma Constituição sua, um Poder Executivo seu, um Poder Legislativo seu, um Poder Judiciário seu, uma estrutura administrativa inteiramente sua [...] (Oliveira Vianna, apud MESQUITA, 2018, p. 31).

A ideia de regionalismo que, em última análise parece reproduzir uma “pequena nação” ou uma “pátria local” é importante neste momento pois, dessa ideia partem as escolhas para as “figuras de valor” (GONÇALVES, 2016) do estado de Santa Catarina. Ou seja, irá mediar as manifestações folclóricas, o patrimônio histórico, artístico e cultural que serão “eleitos” como representantes regionais do estado. Como o caso das benzeduras e a valorização de uma cultura dita açoriana para Santa Catarina por Oswaldo Cabral ao longo de sua produção bibliográfica entre 1940 e 1960, principalmente.

Trata-se, sobretudo, de um movimento entre um conceito de nação como uma categoria naturalizada. Uma nacionalidade/regionalidade dotada de concretude por si só, pouco permeável a definições objetivas (LUCA, 1999, p. 33). É dado um tratamento de “nação” como estatuto ontológico sem muitos questionamentos. Um conceito pautado no positivismo, no determinismo,

no evolucionismo e mesmo no darwinismo social: eis o instrumental teórico manipulado por Cabral para definir o que ele estava a entender por nação brasileira, ou por “pequena pátria catarinense”.

Ao movimentar-se em direção da construção de uma história comprometida com a construção de um “nacionalismo”, Cabral aproxima-se dos “anatolianos”, designação atribuída aos intelectuais típicos da República Velha. Eram polígrafos que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demandas que lhes faziam a grande imprensa, as revistas de um modo geral, os dirigentes políticos locais membros da oligarquia regional, sob a forma de produções bibliográficas, críticas, artigos em jornais, rodapés, crônicas, discursos, elogios, editoriais, (MICELI, 1979, p. 131) dentro de um arcabouço teórico e “científico”. Uma produção científica (teórica e de sentidos) que respondia às necessidades diversas impostas nos mais diferentes campos de atuação social, política e econômica que transitava entre o local e o nacional.

Para o caso de Cabral, em Santa Catarina, trata-se de uma confirmação de um passado atrasado em direção a um presente desenvolvido e em transição para um futuro ainda mais promissor. Embora não seja tarefa simples identificar uma metodologia única ao longo da vasta produção bibliográfica de Cabral, principalmente entre 1940 e 1960, pareceu mais acertado pensar a escrita de uma história composta por pares antitéticos. Nesta direção a escrita de Cabral compara o passado com o presente, a civilização com a barbárie, a ciência com a superstição, a religião com a credence, o charlatão com o responsável/idôneo, o luso-açoriano com os colonos, a região sul com a região norte do País, e assim por diante. Ao longo da primeira e principal obra histórica com o tema Santa Catarina, feita por Cabral, é possível perceber esses pares opostos. Além de inúmeros outros possíveis pares antitéticos.

Em obra dedicada ao estudo e pesquisa sobre o folclore como uma ciência, Cabral se posiciona da seguinte forma acerca de um método para a escrita da História:

Não obstante, os partidários do método puramente histórico não quiseram jamais admitir a existência desta verdadeira simbiose e KRAPPE afirma que a aplicação do método puramente histórico deve permanecer sempre como a principal, não passando os métodos filológicos e comparativo de simples auxiliares. SAINTIVES admitiu que o método comparativo fosse mais do que um simples método auxiliar: o método comparativo é o complemento indispensável do método puramente histórico.

[...]

Assim, tratando do ponto de vista histórico do método folclórico, tratamos também do método comparativo que, por intimamente ligado àquele, não poderia ser tratado à parte. Se bem que as divergências entre historicistas puros e comparatistas tivessem sido grandes, não duvidamos afirmar, como aqueles que procuram encontrar um divisor comum entre eles, **que um método, uma diretriz, sem a complementação indispensável do outro, não conduzirá a resultados satisfatórios.** O método comparativo não pode ser

aplicado sem o fundamento histórico necessário. **Ninguém poderá comparar um fato isolado...** Para poder haver comparação, é intuitivo, é preciso que, pelo menos, se verifique a existência de dois fatos da mesma natureza... E se a comparação vai além, se incide sobre um maior número de fatos, a cadeia histórica está feita, os resultados serão sempre mais completos e satisfatórios. **Por sua vez, a aplicação do método histórico puro, simples, exclusivo, justapondo apenas os fatos, seria de uma aridez e de uma esterilidade inadmissível em estudos de qualquer natureza.** (CABRAL, 1954, pp. 161-163) [sem grifos no original].

No trecho transcrito, Cabral admite que não há como se realizar um estudo histórico utilizando-se tão somente do método histórico puro, que, segundo aduz, consiste em tão somente justapor os fatos. Ao enunciar ou descrever um determinado fato, Cabral defende que se deve, também, compará-lo com tantos quantos forem possíveis de modo a não tornar a escrita histórica “árida e estéril”. Dessa forma, será recorrente em suas obras o exercício comparativo, usando, para tanto, do recurso de oposição entre os exemplos e os fatos descritos. O que o fez, em alguns momentos, optar claramente por um caminho, ao que tudo indica, difícil e deveras complicado de se percorrer sem cair em anacronismos ou juízo de valores.

Desse modo a produção bibliográfica de Cabral deve ser analisada e revista tendo-se sempre o cuidado de situá-la dentro do contexto e do período em que valores como o nacionalismo, a verdade científica, a fé católica estavam em forte ascensão. Logo, serão estes os recursos utilizados e defendidos ao longo de suas obras.

Ler Oswaldo Rodrigues Cabral é se reportar a um tempo e lugar em que ciência, fé católica e identidade patriótica/regional/nacional são conceitos a todo instante sublevados. Foram objetos de constantes pesquisas e discussões acaloradas, constituindo um campo fértil de produções históricas, sociais e antropológicas. Cabral foi apenas mais um dos defensores daquilo o qual ele acreditou ser o melhor, naquele tempo e lugar, para a sociedade e para o qual assumiu compromisso intelectual.

Emerso em várias esferas de poder, campos de atuação, redes de sociabilidades, em uma polifonia de atividades desenvolvidas simultaneamente, torna-se complexa a tarefa de apresentar uma personagem como Oswaldo Rodrigues Cabral. Tanto mais com uma história que parece “resgatar” biograficamente um intelectual atuante que, ora se aproxima de suas convicções pessoais afastando-se de uma visão de mundo aceita pelos seus pares e, em outro momento, se alimenta e reproduz o contexto de sua época (SOUZA, R. 2004).

Ao propor esta análise histórica com base em três temas recorrentes nas obras de Cabral, deve-se levar em conta que o próprio autor foi um sujeito de seu tempo e, ao mesmo tempo,

sujeito da sua própria condição humana. Dialogava com o contexto social e cultural em que vivia e, portanto, manteve um jogo de relações com importantes instâncias de saber e poder social daquele período e num determinado espaço⁷¹.

Foi o caso de sua aproximação com a Igreja Católica, em Santa Catarina, uma das instituições mais influentes, principalmente na cidade de Desterro/Florianópolis, marcada por uma acentuada concentração de cristãos católicos luso-brasileiros e suas práticas religiosas típicas de um catolicismo popular (SERPA, 1997, p.160).

Foi ainda, o período em que Oswaldo Cabral mais produziu pesquisas e textos. Foi um período de transformações internacionais e nacionais nos campos social, político e econômico bastante acentuado. Internacionalmente as transformações provocadas, principalmente, pelas duas grandes guerras mundiais.

No âmbito nacional, contexto ao qual Cabral não só estava inserido como também foi agente de mudanças, ocorreram significativas transformações na organização econômica e social, marcadas, principalmente pela implantação de políticas sociais no campo da saúde. Embora haja uma certa carência de pesquisas históricas sobre a saúde durante o contexto do chamado período desenvolvimentista (1945-1964), o qual abarca o período de maior produção bibliográfica de Cabral, é observado uma primazia “da modernização e da industrialização na área da saúde pública” (MUNIZ, 2013, p. 27).

A produção bibliográfica de Cabral, portanto, deve ser lida tendo-se por base contextos regionais, nacionais e internacionais desse período de transição entre um passado colonialista, imperial e escravista para um século XX pautado no cientificismo, na liberdade e valorização nacional o qual passa a ganhar fôlego, querendo-se crer, que tenha ocorrido a partir da segunda década do século XX.

A seguir, procurar-se-á abordar as relações entre esse compromisso historiográfico e a operação histórica realizada por Oswaldo Rodrigues Cabral de modo a escrever uma história com bases científicas e católicas em Santa Catarina.

⁷¹Sobre a ideia de espaço ver (SANTOS, 2012, pp. 221-233). Mais acertadamente seria admitir a ideia de “subespaço” vez que Cabral concentra suas pesquisas históricas basicamente no litoral de Santa Catarina. “Os diversos subespaços são afetados por influências de ordem local, regional, nacional e até mesmo internacional” sobre as influências locais, “são consideradas aqui no nível das unidades agrícolas e urbanas, **das características da população, das características dos modelos de localização das atividades e dos homens**” (p. 229) (grifos nossos).

2.2 Pa-ciência e fé: medicina e religião nas obras de Cabral

Valeu a pena? Tudo vale a pena
 Se a alma não é pequena.
 Quem quer passar além do Bojador.
 Tem que passar além da dor.
 Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
 Mas nele é que espelhou o céu.

(Fernando Pessoa, Mar Portugues)⁷²

Como um viajante do século XIX, Cabral descreve a “terra catharinense”, na introdução de seu primeiro livro sobre a temática histórica publicado em 1937: *Santa Catharina: História – Evolução*, tal como no trecho em epígrafe que faz apologia aos descobrimentos de Portugal, Cabral, no livro mencionado, parece ser um descobridor das terras catarinenses. De forma poética e científica Cabral parece um descobridor das terras catarinenses.

Acompanhando a costa sul do Brasil, ora mergulhando no Atlântico as escarpas das suas ramificações, ora penetrando terra a dentro, baptizada por denominação diversa de trecho em trecho, alongando-se em systemas secundários ou contrahindo-se em formações gigantescas, estende-se a Serra do Mar. Depois dos contrafortes do Cubatão e do macisso [sic] formidável do Marumby, vem ella espelhar-se nas aguas azues e profundas da Bahia de São Francisco (Babitonga). Dahi foge á orla sinuosa e doirada das praias, interna-se pela terra, perdendo-se azul, no azul do horizonte. Não mais a successão rapida dos picos compactos, a quebrada ingreme dos contrafortes, as grotas profundas e os alcantis agrestes, nem os riachos tortuosos e espumarentos, murmurando, de quéda em quéda, no fundo angustiosos dos valles. Alonga-se o scenario. As curvas são mais macias, as fraldas mais extensas, os valles mais amplos, os precipicios menos vertiginosos. Do fundo das grotas o céu é maior, do alto dos picos o horizonte é mais largo. Aqui, onde a Serra do Mar inflecte para o occidente, onde ella se afasta da costa, aqui começa Santa Catharina” (CABRAL, 1937, pp. 11-12)

De forma poética Cabral descreve o litoral de Santa Catarina. É nesta região que Cabral finca sua cruz, em um sentido figurado, obviamente. A cruz de Cabral, símbolo máximo da fé católica apostólica romana, estava sustentada pelo patíbulo da Ciência. Trata-se de explorar este duplo esforço por parte da escrita de Cabral o foco desta segunda parte deste capítulo da tese. Este

⁷² Livro Mensagem de Fernando Pessoa, poema Mar Portugues disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000004.pdf>, acessado em 10/07/2018

duplo esforço parece buscar legitimar um saber médico e científico, mas também de assentar um ideário católico humanitário marcante no período pós Segunda Grande Guerra. Esse caráter humanitário da Igreja Católica corresponde, mais especificamente, a esforços emanados pela Igreja para fazer com que seres que se encontravam “embrutecidos em razão do baixo estágio civilizatório que ocupavam” pudessem abandonar a barbárie e alcançar a civilização (ISAIA, 2001, p. 137). E, ao que parece, a julgar pela abordagem histórica da sociedade catarinense promovida por Cabral, ele corrobora com esta missão “salvadora” católica.

Antes, contudo, deve-se frisar que a Santa Catarina, de Cabral, correspondia, muitas das vezes, a região do litoral “acompanhando a costa do Brasil” entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Ou seja, a faixa que a nordeste limita com o Estado do Paraná cujo marco divisório é a Ilha de Saí-Guaçu e ao sudeste, com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo como marco a foz do rio Mampituba no Oceano Atlântico. Importante ressaltar esta localização geográfica, pois, a exceção de uma única obra *João Maria de 1960*, mais tarde republicada com o título *A campanha do Contestado* em que o autor se preocupa com o Movimento do Contestado (1912-1916) que ocorreu no interior do Estado de Santa Catarina). As demais obras do autor aqui analisadas tiveram como cenários, quase em sua totalidade, a região do litoral. Destaque as três principais vilas que, em 1728, compunham a faixa do que veio a se tornar, posteriormente, a Província de Santa Catarina: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, em 1658 (atual cidade de São Francisco do Sul), Nossa Senhora do Desterro, 1675, (atual cidade de Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos de Laguna, 1676 (atual Laguna). É de se destacar que mesmo com três vilas, neste período, Santa Catarina possuía apenas duas subdivisões: a primeira com sede em São Francisco do Sul, e a segunda em Laguna, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) que neste período pertencia à jurisdição de Laguna. Estas três vilas foram, de longe, as que mais despertaram o interesse histórico de Cabral.

A seguir mapa em que ilustra a região do litoral do Estado de Santa Catarina que mais recebeu atenção por parte das pesquisas e escrita histórica de Cabral.

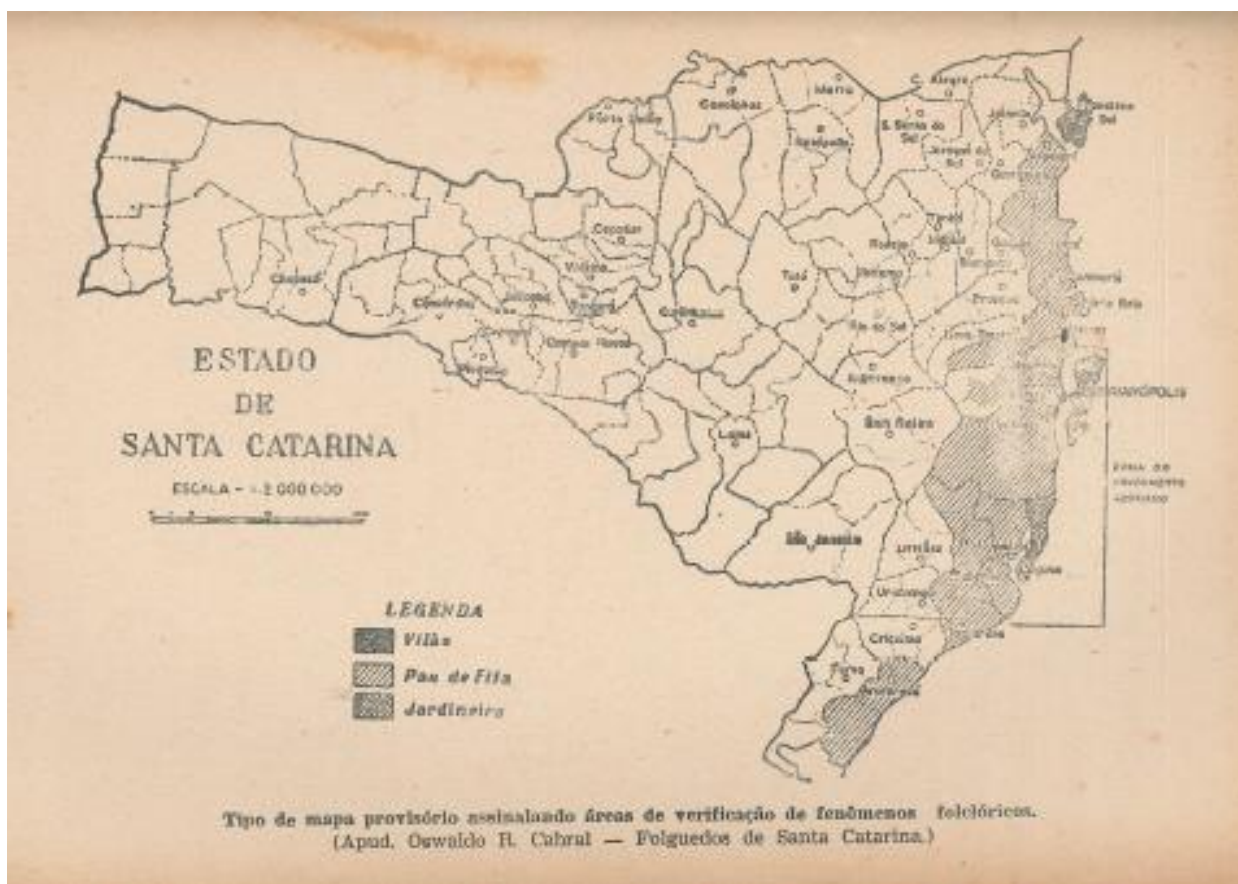


Figura 14: Mapa de abrangência das pesquisas folclóricas de Oswaldo Cabral
(CABRAL, 1954, Anexos)

Assim a Santa Catarina descrita e analisada nas obras de Oswaldo Rodrigues Cabral, mesmo em obras cujo título é “História de Santa Catarina”, corresponde, geralmente, a da região da faixa litorânea, tal como a região em destaque representada no mapa (figura 14). Não generalizando, mas o litoral, para Cabral, parece ter sido sua região favorita, e talvez, mesmo quando aborde outras regiões tome esta parte pelo todo Estado como um todo. Desde 1937, parece ser assim. Em “*Santa Catharina: história – evolução*”, parece ficar evidente esta predileção de Cabral pelo litoral:

Para o oriente limita este systema, que divide o Estado em toda a sua extensão, uma estreita faixa, de 50 a 100 quilômetros, que vae das praias aos primeiros contrafortes: – é a zona do litoral. Os rios correm, aqui, rápidos, cheios de curvas e repletos de quedas, para o Atlantico, e as ramificações da cadeia montanhosa limitam vales coloridos e férteis. Si bem que estreita, esta zona é, além de mais extensa, a mais importante, a mais rica e a mais populosa do Estado. Nella se localizam os seus mais densos centros de população, nos seus vales florescem as colônias, verdadeiras células de trabalho intenso e productivo,

nos seus portos é mais activo o cummércio, nas suas cidades mais variada a vida. Para o occidente o Estado ganha em profundidade o que perde em extensão. Apertado entre o Iguassú e o Uruguay, atinge os confins da República, limitando com a República Argentina. Os rios são caudalosos e caminham para o centro, profundos, lentos e majestosos. Toda a região é elevada, descendo lentamente, quanto mais se afasta da Serra. É o planalto catarinense, a zona do interior a zona serrana, que se prolonga numa largura de cerca de 400 kilometros, até o Peperý-guassú. (CABRAL, 1937, p. 12)

Com apurada escrita, quase poética, tem-se mesmo a impressão de estar navegando os rios Contudo, afora a estética da escrita de Cabral, o que chama a atenção é a comparação que ele parece fazer entre litoral: ‘mais importante, mais fértil, mais intenso, rios rápidos’ e o interior do Estado, em direção ao oeste, a região do planalto o rio “é mais profundo, mais lento”. Em termos poéticos e literários pode-se comparar que, se a faixa do litoral é caracterizada pelo movimento, o comércio, o trabalho, o interior é profundo, lento, distante. O que se quer frisar é que, Cabral, mesmo quando, em suas obras, visitou ou escreveu sobre o interior do estado, o fez de forma a comparar com o litoral. É, no litoral que ele irá fixar, praticamente, todas as suas pesquisas. É, nesta faixa de vales coloridos que se fixam os primeiros casais de açorianos, é o litoral o lugar do desenvolvimento. É a partir do litoral que Cabral tentará construir uma identidade açoriana para o todo o Estado de Santa Catarina. Ele é o próprio a admitir que “Geographicamente diferentes, estas zonas, embora as populações se confundam numa idêntica origem, tiveram um destino histórico, social e econômico também diverso” (CABRAL, 1937, p. 13). Na pena de Cabral, Santa Catarina se constrói, se fez, a partir do litoral, tal como se constituiu o Brasil, e a partir da chegada dos colonizadores portugueses.

Não só pela natureza, mas pela própria história, Cabral diferencia os “litoreanos”, aqueles da faixa do litoral catarinense, dos “homens do sertão”, estes os que habitaram o “interior” do estado.

Historicamente, as páginas escriptas pelos litoreanos são mais longas e mais brilhantes. Integradas mais cedo na vida comum da Pátria, mais antigas e mais expostas, muito logo estas populações do litoral tiveram que travar luctas em pról da conservação do domínio constantemente ameaçado pela cubiça espanhola. [...] A historia do homem do sertão é a história silenciosa da lucta contra a hostilidade da Natureza. A sua guerra foi a da conquista, da conquista do sólo, na ampliação do domínio, levando adeante as fronteiras da nação. A sua bravura empregou-a, vencendo o meio hostil, bandeirando. (CABRAL, 1937, p. 15)

Desde 1937, marcantemente com a publicação do seu primeiro livro sobre Santa Catarina, ao que tudo indica, Cabral parece importar-se, mais, em construir um mito de origem para o Estado a partir do litoral e tendo como marco a chegada dos casais açorianos nesta região

do Brasil. O que, obviamente, não dá conta de representar todo o Estado de Santa Catarina com suas várias particularidades históricas e sociais, seus fluxos migratórios, seus processos de desenvolvimento e de ocupação diferenciados, com povos de diferentes culturas, diferentes religiões. Tal observação se fez necessária de modo a explicar que ao se referir a “Santa Catarina”, deve-se levar em conta que não se trata de todo o território desse ente da federação brasileira, mas, basicamente a sua região litorânea. Um Estado eclético em sua formação social, cultural e econômica. É esta mesma faixa litorânea, com a região destacada no mapa, que corresponde o território geográfico da “pátria catarinense”, tantas vezes já mencionada.

A intenção neste momento consiste em apresentar duas importantes características da escrita histórica de Cabral. A primeira é sua preocupação, sempre renovada, de atribuir um teor de ciência às suas pesquisas folclóricas sobre aspectos de parte da cultura da região litorânea de Santa Catarina, inventando um litoral. Outra diz respeito a um compromisso com a fé cristã, patente na defesa de práticas relacionadas ao catolicismo popular e o hábito de apelar para os santos da Igreja Católica em rezas e benzeduras para aplacar os mais diferentes males, os quais, segundo o próprio Cabral, se não curam males não provocam, diferentes do curandeirismo e da feitiçaria (CABRAL, 1942; 1957).

No Brasil a prática de se apelar aos santos, considerada uma manifestação popular da fé crista, não é reprimida pela Igreja, antes até as incentivam muitas vezes em prol de uma afirmação da ação humanitária. Cabral parece coadunar com tal posicionamento eclesiástico, a julgar pelos seus posicionamentos teóricos e metodológicos ao longo de sua escrita histórica colimando com a publicação, em 1971-1972 de *Nossa Senhora do Desterro*. No tocante a essa ação humanitária da Igreja deve-se salientar que foi deliberadamente empreendida e há muito articulada pela hierarquia católica (quicá desde os tempos do “descobrimento”). De modo a enaltecer a herança lusitana como a principal matriz cultural brasileira. O que promoveu, a um só tempo, a (re)aproximação da pátria brasileira da “verdadeira” fé, a “católica”, e da “civilizada” cultura burguesa europeia legada pelo português, segundo o pensamento de muitos intelectuais daquele período, e, Cabral entre eles.

Tal fato se torna evidente quando, em 1950, o Frei Boaventura Kloppenburg lançou uma obra cujo objetivo era claramente evitar a proliferação das religiões afro-brasileiras (ISAIA, 2001)⁷³.

O documento citado por Kloppenburg exaltava a presença portuguesa entre nós, capaz de exercitar sua caridade cristã junto a seres embrutecidos pelo estágio civilizatório em que se encontravam. Negros, índios e mestiços tinham no trabalho dos portugueses e seus descendentes, uma oportunidade ímpar para abandonarem a barbárie e alçarem-se à civilização. Num cenário marcado pelo exótico encontro de seres que em comum tinham a precariedade de seu universo cultural, o português aparecia como o apóstolo civilizador, capaz de subtrair índios, negros e mestiços do paganismo e da ignorância. A herança cristã trazida pelo português ao Brasil ligava indissociavelmente a história brasileira ao passado lusitano, perenizando o triunfo da cruz no novo mundo. O documento [CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA] marca a oposição entre o português, imbuído de um espírito missionário e civilizador e a massa selvagem, vivendo na mais abjeta promiscuidade e ignorância. (ISAIA, 2001, pp. 137-138).

Da leitura e da análise de muitas das obras de Cabral (principalmente as publicadas entre as décadas de 1930-1960), jaz patente um dos mais engajados compromissos de sua escrita histórica. A qual acredita-se ser a construção de uma identidade luso-açoriana e, também, a julgar pelo trecho transcrito, uma herança cristã, “trazida pelo português” para o Brasil.

Desde os primeiros anos de sua atuação na Comissão Catarinense de Folclore e no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é possível pertencer um certo engajamento ideológico por parte de Cabral para este fim.

[...] em especial nos discursos e textos de sócios que foram publicados na revista da entidade, observa-se uma profusão de afirmações de caráter patriótico, num jogo contínuo de espelhamento entre a ‘grande pátria’ [o Brasil] e a ‘pequena pátria’ [Santa Catarina]” (GONÇALVES, 2017, p. 58).

Atribuindo sempre à pequena pátria catarinense feições lusitanas e de fé católica Cabral irá atuar em diferentes frentes e instâncias de consagração e produção de saberes sobre o Estado. Foi ao mesmo tempo, integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da comunidade médico científica e de uma congregação católica: a Irmandade do Senhor dos Passos. O que lhe garantiu, de alguma forma, um trânsito relativamente tranquilo e uma visibilidade e legitimidade entre as elites dirigentes do Estado catarinense, transitando, com certa facilidade entre

⁷³Para saber mais sobre as religiosidades afro-brasileiras, umbanda, o espiritismo e ciência médica ver: (ISAIA, 2007; 2012; ORTIZ, 1999).

as instâncias de exercício de poder político e ideológico, tais como órgãos do governo e as hostes eclesiásticas.

Antes de 1945, Cabral foi membro da burocracia do Estado Novo assumindo a direção da Assistência Municipal de Florianópolis. Em 1936, e, após aquele ano, desempenhou papel fundamental no tocante a responsabilidade e contribuição do poder estatal na organização social e econômica do País, além de empenhar-se na “evolução” cultural dos habitantes do país, quer os autóctones quer os exóticos trazidos compulsoriamente para cá.

Como político, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, médico, antropólogo, historiador, Cabral representava o fiel da balança para a Igreja Católica em Santa Catarina. Era, entre os cristãos devotos da Igreja, um dos “mais desejável para a catolicidade naquele momento” (SOUZA, R. 2004, p. 37). Vez que reunia em uma só pessoa atributos considerados de destaque para a Igreja Católica. Num contexto e momento em que a Igreja investia para a retomada da fé e da confiança de seus fiéis, Cabral tornou-se uma voz autorizada pela ciência médica. Possuindo um cabedal de conhecimentos científicos sobre os mais diversos assuntos, pessoa influente e importante na sociedade, pois que investido de uma autoridade acadêmica e um homem temente à Deus, Cabral tornou-se, também, um porta-voz estimado pelo alto clero catarinense.

Tratava-se de uma voz autorizada pela ciência e balizada pela fé católica que falava de dentro das hostes cristãs coadunando com o ponto de vista de que o desenvolvimento dos povos, segundo a hierarquia eclesial, dependeria de uma elite intelectual e científica capaz de conduzir a nação ao desenvolvimento dentro dos preceitos democráticos e “cristãos”.

Neste pensamento o saber sobre a sociedade, o conhecimento atinente ao seu povo, sua história, deveriam auxiliar no controle e no processo civilizatório com vistas a harmonização e homogeneização de valores sociais. De práticas, costumes e, mesmo de tradição, criando e constituindo uma origem única à população, aos filhos de Deus. Para o caso catarinense, foi construída e valorizada uma “origem” luso-açoriana com valores eminentemente católicos, e evidentemente, amalgamados pelo conhecimento científico, argumento que será apresentado tendo por base os discursos e obras de Cabral.

Tanto nas obras como nas conferências de Oswaldo Cabral pode-se perceber esta preocupação em marcar a transformação da ordem social, cultural e econômica do País em razão da atuação da Igreja e da Ciência. O que pode ter ocorrido por meio do controle estatal, e também

eclesiástico dos diversos espaços de produção e valorização cultural e de produção de conhecimento.

Estes espaços de produção e valorização de uma cultura dita e construída como luso-açoriana, em Santa Catarina, constituíram-se, efetivamente, a própria Cúria e as Irmandades com suas festas e procissões com vistas à valorização da Religião Católica Apostólica Romana.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras e a Comissão Catarinense de Folclore com a valorização e construção de uma identidade cultural luso-açoriana para o Estado de Santa Catarina. Além da própria Universidade Federal de Santa Catarina, mais tarde, como o lugar de produção científica e legitimadora destes saberes e pesquisas. De se lembrar que todos esses espaços e lugares de produção de saberes aqui citados foram amplamente ocupados e visitados constantemente por Oswaldo Rodrigues Cabral.

Havia ainda uma espécie de aproximação com as instâncias de exercício de poder político mantida por Cabral, mesmo após a Ditadura Militar no Brasil. O próprio Cabral reconhece nas autoridades militares que impuseram o Golpe Civil e Militar ao País, em 1964, a necessária segurança e estabilidade de que o País tanto necessitava em tempos tão conturbados segundo ele parecia acreditar. As supostas “insegurança e instabilidade” em que vivia o Brasil ameaçavam a nação brasileira e seus valores religiosos, econômicos e políticos, fatores que foram usados para justificar a tomada do exercício do poder pelos militares.

Em discurso de abertura da sessão solene do jubileu episcopal no Ginásio Charles Moritz, em Florianópolis, no dia 31 de maio de 1964; um mês após a implantação da Ditadura Militar no Brasil; Cabral assim se manifestou à plateia repleta de autoridades militares, políticas e eclesiásticas do Estado:

Aqui estão todos aqueles [homens] que honram a Deus e O glorificam nos Seus Santos e os que à Santíssima Virgem entregam as suas esperanças de que, por Sua intercessão, hão de ver, um dia, a face do Filho, nas bem-aventuranças do Paraíso.
Vede, Excelência[s]: as mais altas dignidades da vida civil do Estado, o seu Governador [a época era Celso Ramos do Partido Social Democrático – PSD, extinto em 1965 pela própria Ditadura] os representantes do povo, os seus magistrados, os homens constituídos em dignidade, nos quais depositamos a nossa confiança, [...] aqui também, [...] as Autoridades Militares que asseguram a estabilidade da nossa civilização cristã. (CABRAL, 1967, p. 35).

Cabral parece depositar sua confiança nos militares para a “estabilidade” da “civilização cristã” no País, ameaçada, acreditava-se, com a possibilidade de adesão do Brasil ao regime comunista russo.

Palavras medidas, pesadas e pronunciadas a uma plateia seleta. Proferidas por um intelectual de renome como Cabral já o era em 1964, não foi, certamente, uma ação ao acaso. Ele havia sido escolhido para realizar a palestra de abertura do jubileu episcopal pelos próprios bispos, entre outras razões, pela proximidade que sempre manteve com o alto clero catarinense e com a aparente comunhão de ideias que compartilhavam.

Cabral foi, mais tarde, convidado pelo Arcebispo da Arquidiocese para realizar um trabalho de cunho histórico sobre a Província Eclesiástica no Estado de Santa Catarina. Trabalho publicado com o título: *A contribuição à História Eclesiástica de Santa Catarina: a diocese de Florianópolis, sua criação, seus prelados* (1970)⁷⁴.

Seus escritos sobre o poder eclesial catarinense seguem uma narrativa bastante laudatória, elogiosa que demonstra seu propósito de reafirmar a fé católica como a religião “oficial” do Estado de Santa Catarina e sua importância para a manutenção de valores morais e culturais os quais Cabral parecia acreditar serem os melhores e mais acertados para a sociedade naquele momento.

Essa forte admiração pela Igreja Católica, transparente em suas obras, pode ter sido reafirmada e ampliada, sobretudo, com o ápice do chamado humanismo cristão, posto em prática, principalmente, durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Essa proximidade com o mundo cristão católico já havia deixado marcas em Oswaldo Cabral desde muito cedo, no seio familiar e no ambiente escolar. Seus pais eram católicos fervorosos, participantes das missas e festejos católicos. O próprio Oswaldo Cabral, quando criança, havia estudado, entre 1912-1916, no colégio dos jesuítas, o Ginásio Catarinense, estabelecimento religioso mais prestigiado da cidade, responsável pela educação dos filhos da alta burguesia e elite política da cidade (DALLABRIDA, 2001)⁷⁵.

⁷⁴Cabral publicou, ainda, sobre o catolicismo em Santa Catarina as seguintes obras: *Os jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província* (1940); *A venerável Ordem Terceira de São Francisco da Ilha de Santa Catarina* (1945); *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito* (1950); *A vida pública do Padre Vicente Pires da Mota* (1953); *Do culto dos Mortos ao Direito da Família* (1956); *A medicina teológica e as benzeduras* (1958) e *O bispado de Santa Catarina e sua criação* (1958).

⁷⁵Sobre o Ginásio Catarinense, atual Colégio Catarinense, ver (DALLABRIDA, 2001); O autor defende a tese de que, foi o Ginásio Catarinense, um dos responsáveis pela formação de grande parte dos filhos da elite catarinense. Também apresenta importante consideração acerca dos cursos superiores mais frequentados pelos egressos do Ginásio Catarinense: “Depois de Direito, os cursos superiores mais procurados eram os de Medicina e de Engenharia. Em verdade, estes três cursos superiores ainda eram aqueles que conferiam mais 'status' e distinção social, sendo frequentados, com raras exceções, pelos filhos das famílias mais abastadas. O número de alunos de ascendência luso-brasileira, italiana e germânica que fazia o curso de medicina era geralmente equilibrado, com destaque para o primeiro grupo étnico” (p. 246).

Em 1914 o então menino Oswaldo havia ficado admirado com o grande número de pessoas que se acotovelavam no cais do porto da cidade de Florianópolis para ver a chegada do novo pontífice: “lembro-me perfeitamente, como se fora hoje, em companhia do meu pai, ir a bordo, e beijar-lhe o anel” (CABRAL, 1967, p. 38).

Com o passar dos anos Cabral se aproximou ainda mais do corpo eclesiástico de Santa Catarina. Liderado por D. Joaquim Domingues de Oliveira, a quem Cabral não economizava elogios, creditando-lhe liderança junto aos governos e interferência na cultura e na sociedade catarinenses:

Austero e nobre, Sua Reverendíssima, D. Joaquim [...], pelo seu exemplo diuturno e pela sua grande autoridade, conduziu o clero de maneira a identificar-se com a população, cercado-se de respeito e da simpatia necessária ao seu árduo mister, podendo-se afirmar que desfruta Santa Catarina hoje, de um corpo numeroso e digno de sacerdotes, todos voltados para as sagradas funções e para as obras sociais da mais alta expressão. (CABRAL, 1970, p. 110).

Nos anos após a Grande Guerra (1945) ocorreram tentativas de reconstrução de um novo sentido para a história do País. Tais como tentativas de consolidação de valores cristãos católicos, de fortalecimento do nacionalismo, de estruturação de uma nova realidade social e econômica para o País. De modo a retirar-lhe a pecha de um País rural e agrário, de modos e costumes bárbaros e primitivos, de cultura e aspectos religiosos de raízes africanas e indígenas. Havia, por parte da intelectualidade, e Cabral estava inserido neste contexto, de alçar o País à categoria de nação urbana, industrializada e civilizada aos moldes europeus.

Ao mesmo tempo disputavam espaço no campo político, comunistas e liberais, anarquistas, sociais-democratas, cristãos, ateus e intelectuais das mais diversas formações. É neste sentido que qualquer voz consonante com os valores morais cristãos seria imediatamente valorizada, ampliada, patrocinada, como foi a de Cabral em Santa Catarina.

O fortalecimento desses valores morais cristãos estava ligado a um novo tipo de ação mais efetiva da Igreja para um melhor reordenamento social e econômico do país. Um tipo de ação social caracterizada, sobretudo, por planejamento de projetos e programas sociais que deveriam mostrar os avanços da consciência crítica de grupos da Igreja para um maior comprometimento e engajamento nas lutas sociais (LUSTOSA, 1992, p.153).

Ações que vão colimar com a criação, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, associação civil católica criada por Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Cardeal do Rio de Janeiro.

Dentro da CNBB, o catarinense Dom Jaime de Barros Câmara (1904-1971) com o objetivo de coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social no território nacional, irá promover ampla participação da Igreja em ações sociais de amparo e assistência às populações menos assistidas pelo Estado. Mas, a bem da verdade, tratou-se de uma ação para reunificar e centralizar o poder da Igreja, fragmentado pelas diversas dioceses no Brasil. Assim vozes que viriam a reforçar um papel de liderança da Igreja num processo de enaltecimento de valores morais e cristãos, como Cabral, eram, imediatamente, ampliadas e apoiadas pela Igreja.

O projeto de reordenação social, desejado por Cabral desde a conclusão de seu curso de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1929, aproxima-se, de alguma forma, deste papel “humanitário” o qual deveria ter a Igreja, de modo a bem amparar os pobres da nação.

Cabral católico, político, médico e historiador vê neste projeto de desenvolvimento social, cultural e econômico para o Brasil um modo de aproximar os valores cristãos, cridos por ele como mais “civilizados”. De modo a sobrepor estes valores morais e cristãos à ignorância religiosa e à superstição do povo, principalmente no tocante à higiene e cuidados com o corpo. Também impor uma etiologia científica às práticas de cura, fortemente relacionados aos saberes e à medicina africana (TRAMONTE, 2001).

Para Cabral esse projeto estava intimamente ligado com um “resgate” das raízes lusitanas e cristãs para a nação brasileira em detrimento às contribuições africanas e indígenas. Talvez, por essa mesma razão, Cabral possuía um verdadeiro fascínio pela História e, parece, utilizar-se dela para, por meio de sua pena, escrever a magnitude do clero, a grandiosidade do povo lusitano e o esplendor da ciência moderna em Santa Catarina.

Empenha-se em desvelar a alma cristã do povo catarinense a qual estaria encoberta por uma persistente atitude folclórica de valorização de tradições antigas, atrasadas e de usos e costumes considerados por ele como rudimentares e bárbaros. Quase sempre, usos e costumes herdados da parcela de africanos. Em atitude colonizadora sobre a herança cultural da população de origem africana ou negra em Santa Catarina e suas práticas de memórias representadas pelos saberes e conhecimentos “tradicionais” sobre as artes de curar.

Não é despropositada a escrita de seu livro *A Medicina Teológica e as benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no Folclore* (1958), em que Cabral tenta dar conta de um

processo evolutivo dos acontecimentos históricos e do grau de desenvolvimento dos povos a partir de suas práticas religiosas de cura.

Cabral, segundo o que se pode inferir da leitura desta obra, acreditava que seriam mais desenvolvidos os povos cujas práticas de cura estivessem mais próximas da moderna ciência médico-científica. E, por conseguinte, menos evoluídos e civilizados aqueles que ainda acreditavam ser a doença e a cura resultado da manipulação de forças escatológicas, espirituais ou demoníacas.

Para Cabral o grau de civilização de cada povo seguia três estágios evolutivos consecutivos. No caso brasileiro, no entanto, esses três estágios findam por se interpenetrarem e conviverem (CABRAL, 1957, p. 37). Devendo, portanto, haver uma intervenção mais efetiva para que aqueles povos que ainda permaneciam, ou insistiam em manterem-se nos graus “menos evolutivos”, fossem, por fim, suplantados e encaminhados à “civilização” pelos representantes das civilizações mais avançadas.

As sociedades menos civilizadas, segundo essa teoria aparentemente defendida por Cabral, teriam como característica a crença na magia, no ocultismo e na “feitiçaria”. Compreendendo a doença como provocada por forças sobrenaturais de toda ordem e a cura nada mais do que a eliminação da ação de “espíritos maléficos” que atuavam sobre o corpo, estágio denominado de Medicina Mágica (CABRAL, 1957) ou de “Medicina popular” ou “Curandeirismo” (SANTOS FILHO, 1991).

Um segundo grau evolutivo, denominado Medicina Teológica ou Sacerdotal, consistia, conforme escreve Cabral, naquelas cujas sociedades admitiam ser as doenças e as curas promovidas por ação de Deus. Cabral admite que durante este estágio não há incompatibilidade com a “medicina científica” do terceiro e último grau na evolução, pelo contrário, haveria mesmo fundamentação da medicina sob os auspícios do cristianismo:

O conceito teológico da medicina, consequência da fé e da crença, não desapareceu nos dias de medicina científica. Se os sacerdotes deixaram de curar, de ser médicos do corpo para ser apenas d'almas, aqueles que o fizeram em séculos passados, que socorreram os doentes, que operaram curas, ou que a lenda tecida em torno da sua vida aponta como realizadores do milagre da cura, continuam a ser invocados em seus nomes para intercederem junto ao Todo Poderoso pelos portadores dos mesmo males que suportaram ou que curaram aos seus contemporâneos. Daí os patronatos, os advogados contra as diversas doenças e males, cuja intercessão é solicitada e deprecada. A Igreja considera valiosa esta crença e não desautoriza a invocação dos Santos, antes a aconselha e aprova – ao mesmo tempo que considera a **ciência braço de Deus, pois a origem de tudo o conhecimento é divina. Assim, os prodígios da medicina científica não se contrapõem**

aos prodígios da fé, pois são ambas manifestações da graça e da misericórdia do Altíssimo. “A fé salvará o enfermo e o Senhor o aliviará”. E, assim como se serviu o Senhor da palavra dos profetas, serve-se igualmente, da arte dos cientistas. (CABRAL, 1957, p. 37) [sem grifos no original].

A um só tempo Cabral, utilizando-se de pressupostos “científicos”, explica as ações voltadas à assistência médica prestada pelos antigos sacerdotes católicos tornados santos e patronos de determinadas enfermidades como parte da chamada por ele, Medicina Teológica. Ao tempo em que concilia Ciência e Igreja, ambas como manifestações divinas, chegando mesmo a classificar a ciência como o “braço de Deus” ao convergir em favor de seu argumento importantes aliados na esfera de poder eclesiástico e governamental.

Cabral explica, recorrendo à História para tanto, a existência dos benzedores, atribuindo-lhes papel importante senão na cura efetivamente de males, ao menos na propagação da fé cristã católica e seus santos.

São as benzeduras remanescentes populares da medicina teológica. Via de regra são invocações de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e do Santos [católicos], a fim de que valham o paciente, intercedendo uns e determinando outros em favor de sua cura. Estas orações podem ser classificadas, segundo as invocações que encerram, em três grandes grupos:

- as que invocam a Deus, nas Três Pessoas da Santíssima Trindade, e a Virgem Maria;
- as que invocam os Santos; e
- as que não contêm qualquer invocação.

Estas últimas ou perderam a invocação primitiva, com o correr dos tempos, devido a transmissão oral, de geração em geração, ou foram compostas já sem o apêlo aos Santos, sendo, portanto, um processo similar que desprezou justamente a parte essencial que é a do patronato. (CABRAL, 1957, 73) [sem grifos no original].

Cabral, no trecho anteriormente transcrito, deixa transparecer sua crença na fé cristã católica. Principalmente ao escrever e defender que a parte essencial da oração das benzeduras é a do patronato, ou seja, a que relaciona determinadas enfermidades a santos católicos e que serviria, mesmo que desvirtuadamente, para manter acesa a chama da fé cristã católica entre a população. Sem esta invocação aos santos, as benzeduras não serviriam para nada, devendo, assim, serem abolidas, segundo parecia acreditar Cabral.

Diferencia de forma bastante enfática benzedores que evocam os santos católicos com orações cristãs de modo a rogar para que intercedam pela cura de alguma enfermidade e os “feiticeiros” que espalham o mau e aceleram a morte daqueles que os procuram. Os primeiros são, tal como registrado pela pena cristã católica e científica de Cabral, “gente inofensiva, crédula e

simples” (CABRAL, 1957, p.73). Já os “curandeiros e feiticeiros” são ardilosos “exploram a credulidade alheia, com dolo preconcebido, visando apenas o lucro” (CABRAL, 1957, p. 71).

A figura dos “curandeiros e feiticeiros”, suas práticas de cura e a forma como eles aparecem na obra de Cabral de forma mais aprofundada, será analisada de forma mais intensa no terceiro capítulo.

Por ora pretende-se focar nos esforços empreendidos por Cabral para escrever uma “história” regional de Santa Catarina que, de algum modo, enalteceu a fé católica apostólica romana mesmo nas suas manifestações mais populares e “rudimentares”, como, por exemplo, as praticadas por benzedores, os quais, segundo Cabral

Dão-se a essa prática exclusivamente por espírito filantrópico, aceitando pequenas ofertas e sinais de gratidão, sem exigir mais ou melhor. Não tem preço e gratuitamente também se prestam a executá-las” (CABRAL, 1957, pp. 73-74).

Estes benzedores evocadores de Deus, Jesus, da Santíssima Trindade, da Virgem Maria e dos Santos Católicos; possuem uma alma caridosa, bondosa e solidária, próprias de valores morais e éticos que movem os cristãos e o que por si só, segundo Cabral. Já os colocaria num outro patamar se comparados aos “curandeiros, branco entendido ou algum negro velho” feiticeiro (CABRAL, 1942, p. 13).

Por fim, Cabral menciona a Medicina Naturalista ou Científica como o último grau do processo evolutivo da humanidade. Neste terceiro estágio a sociedade já desfrutaria dos avanços científicos, devendo criminalizar determinadas práticas curativas consideradas nocivas. A exemplo dos artigos 283 e 284 do Código Penal Brasileiro de 1940⁷⁶, e “folcloricizando”⁷⁷ outras, como as benzeduras com orações católicas, aprisionando-as num espaço de negação de suas expressões culturais, como se mortas estivessem.

Destaque ao fato de Cabral utilizar da ciência médica e seus “graus evolutivos” para comparar sociedades mais ou menos “evoluídas” o que denota o quanto sua formação em Medicina foi marcante e imprimiu na sua forma de ver e entender o mundo preceitos positivistas bem ao sabor da ciência médica de fins do século XIX.

⁷⁶Criminalização da prática do Charlatanismo e Curandeirismo, respectivamente.

⁷⁷O termo aqui é utilizado como forma tal como Cabral parece conceber o Folclore. Ou seja, de forma a tornar determinado uso e costume do povo digno de registro e de pesquisa pelos estudiosos da antropologia, sociologia e história, já que tais práticas estão fadadas ao desaparecimento, logo se faz necessário o seu estudo por meio da “ciência” do Folclore, eternizando-a antes que elas se percam no esquecimento.

Dentro dessa visão científicista histórico evolutiva, Cabral acredita que, dentro em breve restará tão somente a Medicina Naturalística ou Científica, tudo era uma questão de tempo e paciência para então a Medicina Científica sair vitoriosa:

[...] A medicina científica, à medida que enriquece o patrimônio dos conhecimentos humanos com novas descobertas no campo da patologia, da terapêutica e das ciências aplicadas, também vai encontrando maior facilidade na sua divulgação por toda parte. **Aos núcleos de população mais remotos já chegam os recursos da ciência e a instrução vai permitindo que sejam eles não só aceitos como desejados...** Dentro de pouco tempo, **as benzeduras, como recurso terapêutico, desaparecerão. A própria divulgação do seu texto mostrará aos crédulos que nada há nelas que possa induzir à existência de uma virtude capaz de realizar o desejo da cura.** A patologia popular não tardará a entrar para os domínios das curiosidades e os casos miraculosos das benzeduras para os da fábula. (CABRAL, 1957, p. 183) [sem grifos no original].

Há um jogo duplo nas palavras de Cabral: ao tempo em que registrou e “catalogou” as benzeduras, ele acabou por classificá-las, indiretamente, como práticas fadadas ao desaparecimento. Tal jogo foi muito bem utilizado por instituições voltadas à pesquisa e “preservação” do que foi considerado como patrimônio histórico “artístico” e cultural no Brasil⁷⁸.

Em Santa Catarina, houve uma agenda de ações, por parte da intelectualidade local, com intenções de preservação cujas ações foram afinadas e arquitetadas com instituições de produção de conhecimento como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. Neste sentido, foram priorizados como patrimônio cultural o dito “‘tradicional’ (vinculado ao folclore) e o patrimônio arqueológico” (GONÇALVES, 2016, p. 112).

As benzeduras e orações católicas foram assim, catalogadas e registradas como patrimônio tradicional de Santa Catarina e os sambaquis como importante patrimônio cultural arqueológico. Osvaldo Cabral foi uma grande liderança do folclore catarinense, sendo reconhecido por folcloristas de outros estados “e, principalmente, pela liderança maior, Renato Almeida, presidente da Comissão Nacional de Folclore”. Cabral, foi a grande liderança da causa do folclore catarinense, e com ele outros intelectuais locais como “Almiro Caldeira, Osvaldo Ferreira Filho, Walter Fernando Piazza [...] Victor Peluso Junior, Lucas Alexandre Boiteux e Doralécio Soares” (GONÇALVES, 2016, p. 118).

Não se tratava, todavia, do patrimônio “histórico e artístico nacional” e sim do “patrimônio folclórico” ou, de forma mais restrita, do patrimônio “tradicional”. Grosso modo (e o

⁷⁸A este respeito ver (VILHENA, 1997), para as repercussões em Santa Catarina ver (GONÇALVES, 2016, pp. 111-181)

debate era intenso), o “fato folclórico” remetia a formas de ser, agir e fazer populares, no presente, quer tivessem sido criadas e se manifestado recentemente, quer remetessem a antigas tradições (não isentas de renovação). (GONÇALVES, 2016, p. 119)

O fato de *A Medicina Teológica e as benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no Folclore* (1958) ter sido vencedora do 2º Prêmio no 5º Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional. Além de ter sido publicada na íntegra no número CLX da “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”, no ano de 1957. Podem ser indícios que venham a corroborar com a ideia de uma preservação do patrimônio histórico no Brasil, estar ligada a uma preservação de um “patrimônio folclórico” ou “tradicional”, predominante em meados do século XX, como escreveu a autora citada.

A publicação na forma de livro, pode ser entendida como um receptáculo destas práticas de cura advindas das orações e benzeduras. Assim as benzeduras podem ser entendidas, segundo Cabral, como “restos deturpados de uma medicina em declínio [...] fazeres de um presente já renunciado como passado” (GONÇALVES, 2012, p. 108).

Uma vez que não oferecem mais riscos à medicina científica, ou que são incapazes de se defender, as curas pelas benzeduras passam a ser objeto de estudos folclóricos. Estudos cada vez mais frequentes graças a própria “divulgação de seu texto”, do acesso à nova medicina e à instrução fornecida à população até nos “núcleos” mais “remotos”, como aduz Cabral. As benzeduras agora, podem ser catalogadas e registradas pelos intelectuais “cidadinos esclarecidos” (CERTEAU e JULIA, 1989, p. 54) como patrimônio cultural popular de Santa Catarina. As benzeduras assim catalogadas como práticas “folclóricas”, exóticas, guardam uma certa beleza, a “beleza do morto” (CERTEAU e JULIA, 1989) e logo “é preciso registrar o que ainda resta”:

Mas estes cidadinos esclarecidos retomam, sem disso se aperceberem, o facho da campanha escolar conduzida pela Igreja da reforma católica: a unidade nacional – tal como antes o regresso do herético – far-se-á através da instrução, ou seja, pela eliminação de uma resistência devida à ignorância. [...]

Impõe-se novamente a mesma constatação: é no momento em que uma cultura já não tem meios para se defender que o etnólogo e o arqueólogo aparecem. (CERTEAU e JULIA, 1989, pp. 54-55)

Cabral representa claramente este “cidadino esclarecido”, o “etnólogo” ou o “arqueólogo” a que se referem os autores citados. Esses profissionais esclarecidos combatem com fé e instrução, educação e conhecimento científico a resistência oferecida pelo povo por meio da

ignorância, ao mesmo tempo em que registram os últimos suspiros de manifestações culturais em vias de desaparecer, preservando-lhes sua beleza mórbida.

Todavia, Cabral não é um cidadão esclarecido tão ingênuo a ponto de não se “aperceber” da “campanha escolar conduzida pela Igreja”. Ele não só a percebe como a apoia, faz coro e oferecendo sua pena em prol da defesa da causa da instrução eclesiástica e de pureza da fé. Tal como é possível perceber no trecho a seguir:

Os remanescentes folclóricos da medicina teológica terão o mesmo destino desta: os crentes já não a aceitam, os crédulos já andam desconfiados da sua eficiência e acabarão por ser, de um lado, convertidos à fé pura, e de outro, vencidos pela ciência vitoriosa. Quer dizer – desaparecerão. É preciso, pois, registrar o que ainda resta, que tudo isto pertence ao nosso patrimônio cultural (CABRAL, 1958, p. 183).

Mais do que mostrar um processo espontâneo de mudanças e transformações sociais ao longo do tempo, Cabral parece indicar que a direção desse progresso é em direção à purificação da fé católica apostólica romana. Extirpando as superstições e crenças absurdas, Cabral ainda contribuiu para a anulação de um conhecimento de um saber, como as benzeduras, catalogado por ele como folclórico e que atinge as mais diversas “culturas”:

Em resumo: - dos três sistemas, mágico, teológico ou sacerdotal e naturalístico [ou científico] não houve, dos começos da medicina aos nossos dias senão preponderância de um conceito posterior sobre o conceito anterior. **A feitiçaria ainda subsiste entre os povos de rudimentar civilização e entre as classes incultas das sociedades civilizadas. A medicina teológica ainda persiste mesmo entre os povos de cultura elevada.** (CABRAL, 1957, p. 36-37) [sem grifos no original]

Assim de forma a desbravar a cultura dos povos “rudimentares” e de levar cultura as classes das sociedades civilizadas, Cabral empreende interferências por meio de sua escrita histórica. O principal objetivo desta escrita é instituir uma nova civilização, em que Ciência e a fé católica, além da educação, deveriam ser responsáveis por controlar, catalogar, encarcerar nas grades do folclore após mortas, as práticas de cura sejam as de cunho mito-mágicas, sejam as teológicas, bem como a correção de valores morais e de inculcar práticas de higiene na população. Cabral admite que os “prodígios da medicina científica” não se opõem aos milagres da fé católica, pelo contrário, afirma serem ambos resultantes da manifestação da vontade de Deus (CABRAL, 1957, p. 32).

Cabral, empenhado que parece estar na criação de um mito de origem, para fazer valer suas argumentações, alegava que “em 370, em Cesaréia” foi fundado o primeiro hospital, na acepção moderna, criado por “São Basílio” (CABRAL, 1957, p. 43). Oswaldo Cabral defendeu, ainda, que os primeiros contatos entre medicina científica e a crença na providência divina começaram a se estabelecer em razão das obras de caridade cristã. Ao mesmo tempo em que, ao admitir que as doenças têm suas origens nas condições sanitárias, higiênicas, morais e espirituais, reforçando a ideia de que o cristianismo teve papel fundamental para a construção e consolidação do processo civilizatório da sociedade brasileira. Além de corroborar com o fato de que esta construção depende, imensamente, do papel da Igreja no combate à superstição, à magia, à feitiçaria e tantas outras manifestações “rudimentares”, incultas e “selvagens” mantidas por parte da população brasileira. Cabral deixa transparecer, finalmente, que Deus pode até curar, mas que só quem é capaz de fazer tal intermediação é a Igreja com seu séquito eclesiástico, não as pessoas comuns, ordinárias com suas rezas, bênçãos e orações. Ou seja, exclui a possibilidade de que pessoas (os benzedores e benzedoras) pudessem ganhar notoriedade e um exercício de poder na comunidade em razão de curas a eles ou elas atribuídas.

Como já escrito no capítulo anterior, o autor de *Medicina Teológica e as Benzeduras*, defendeu um intenso processo de educação da população para a higienização e profilaxia bem como o saneamento e reorganização dos espaços urbanos e rurais como a única forma de prevenção de doenças e promoção do progresso e civilização da nação (CABRAL, 1929).

Num contexto mais amplo, havia uma verdadeira campanha nacional no período pós Segunda Guerra Mundial para a tomada de providências no tocante às doenças que afetavam diretamente o setor produtivo. Era necessário implementar políticas públicas que promovessem a conscientização da população para a higiene bem como um comportamento preventivo que passava por mudança de hábitos e costumes e controle de desejos sexuais e de prazeres. De forma a garantir os braços fortes e saudáveis para a geração de riquezas ao País, ou àqueles que detinham os meios de produção.

Em plena consonância com o discurso da Igreja, Cabral também considerou as práticas de cura mágicas, de adivinhação, relacionadas aos praticantes das religiões de matriz africana (como a Umbanda, por exemplo), como um sinal, um sintoma do baixo grau de desenvolvimento brasileiro. Do quanto nossa sociedade estava desajustada e doente e que, portanto, tais práticas e seus praticantes deveriam ser combatidos e desacreditados.

Cabral defendia uma educação moral e religiosa como um meio capaz de combater as práticas consideradas por ele, como resquícios do atraso e do estágio primitivo de evolução de um povo. Ainda no tempo atual em que escreveu (década de 1940-1960), Cabral afirmou categoricamente que: “o curandeirismo, a feitiçaria, as práticas mais estranhas abundaram, consequentes à ignorância e às superstições mais absurdas, atingindo altas e baixas esferas sociais” em que muitos curandeiros e mesmo licenciados pelo Império “curavam por ignorância e matavam por experiência” (CABRAL, 1942, p. 11).

O jornal impresso “O Apóstolo”, “órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro”, veículo de divulgação de valores morais católicos, em Florianópolis, consistia num importante instrumento de propagação e de “educação” moral e religiosa, como demonstra o trecho a seguir transcrito de uma edição datada de 15 de fevereiro de 1947:

[...]

É mister fugir dos curandeiros e dos macumbeiros, eles envenenam o corpo e a alma, fazendo absurdos. E há gente tão cega que deixa o médico, abandona os remédios eficazes, vai à procura de bruxas, de feitiçarias, de pais de santos, de sessões trevosas de espiritismo. E o que vemos é esta calamidade de tanta gente morta pela superstição. Os feitiçeiros são um verdadeiro flagelo social. Não acreditem em coisa feita, em adivinhações do futuro, em arranjos de vida, por macumbas. Isso só serve para a desgraça da alma, a ruína da saúde. (Jornal O APÓSTOLO, ??/1947).

Há, nas palavras do jornal, uma clara mensagem não só desqualificando outros saberes e práticas de cura como as realizadas por “curandeiros, pais de santos” como responsabilizando-os pela morte de “tanta gente” o que poderia provocar uma repulsa e, até mesmo, justificar ações mais violentas contra integrantes de religiões de matriz africana.

Provocando um desaparecimento ou marginalização dessas religiões, ou construindo um processo que as torna invisíveis aos olhos do leitor de suas obras. Em que pese serem as práticas de cura envolvendo palavras em forma de benzeduras, receitas de remédios caseiros, despachos e obrigações realizadas, principalmente, por integrantes de terreiros de Umbanda (pais e mães de Santo) responsáveis, em grande parte, pela manutenção e sobrevivência das religiões de matriz africana na região da grande Florianópolis/SC (TRAMONTE, 2001, p.17). Trechos como o trazido pelo jornal além das próprias obras de Cabral, podem ter provocado uma colonização da forma como essas religiões de matriz africana e suas manifestações foram entendidas e percebidas na sociedade catarinense.

Há também um reforço da ideia da necessidade de manutenção de um corpo saudável, forte, apto para o trabalho, como um apelo ao nacionalismo, tão em voga à época posterior à Guerra Mundial, os braços fortes para a construção da nação brasileira. Todos os filhos da pátria deveriam ser capazes de sacrificarem-se em nome do País, numa alusão ao próprio dogma do sacrifício de Cristo. Uma vez que o homem nada pode fazer diante da morte e da vontade de Deus, caberia a ele evitar maiores sofrimentos e perdas eternas afastando-se de práticas de feitiçaria, superstições e macumba e entregando-se à verdadeira e única palavra da Salvação, àquela pronunciada pelos sacerdotes da Igreja Católica, segundo defendia o Jornal “O Apóstolo” e Cabral, por suposto.

Quereis a felicidade de vossos filhos?

Iniciai-os desde cedo na sciencia da Religião. Na Cathedral todas as sextas-feiras às 16 horas terão vossos filhos oportunidade de receber ensinamentos salutareos. Envia-os, pois, quanto antes ao Catecismo da Cathedral! (Jornal O APÓSTOLO, dez, 1929)

O jornal defende a necessidade de iniciação desde cedo na “sciencia da Religião” os filhos das famílias florianopolitanas, de modo a ensinar-lhes, já em tenra idade, os valores e os “ensinamentos salutareos” da fé cristã católica, quiçá, entre estes ensinamentos, a demonização das religiões de matriz africana em um flagrante ato de colonização das práticas de memória dos africanos e seus descendentes em Santa Catarina.

Ao seu tempo, Cabral via o clero como um corpo de especialistas, cientistas da fé, cujos conhecimentos científicos ultrapassavam as fronteiras do sagrado. Estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento: filosofia, biologia, geologia, história, etc., os padres constituíam em excelentes técnicos da saúde do corpo humano e de normatização social (SOUZA, R. 2004).

Na verdade, a presença do clero catarinense na vida social pós-1945 fazia-se muito menos pela ação favorecedora e subordinada ao poder político e às secretarias de desenvolvimento, como se quer, às vezes crer, do que pela interferência direta nos órgãos públicos ao assumir as pastas das secretarias de Estado e de Município e pela competência técnico-científica com que falava, esclarecia e mostrava ter com as coisas do campo e da cidade. Menos ou mais famosos, como o padre Raulino Reitz [1919-1990], premiado internacionalmente pelos seus estudos em botânica, muitos sacerdotes eram tidos como notáveis conhecedores da vida agrária e dos dramas da urbanização. Especialistas alguns em Biologia, Veterinária, Geologia, Economia e Agronomia empenharam-se na difusão de um conhecimento científico, cujos objetivos abriam-se para a recondução da população a uma atividade laboral racionalmente organizada, onde o corpo precisaria ser disciplinado e higienizado e a cosmovisão modificada. (SOUZA, R. 2004, p. 44)

Desta forma, devidamente autorizados e afiançados pela Ciência, detentores de um vasto conhecimento técnico-científico muitos clérigos, sejam com produções científicas, nos

sermões nas missas dominicais, na catequese da “Cathedral”, ou ainda, à frente de importantes centros de Educação, como o Ginásio Catarinense (dos padres jesuítas), “educavam” a população, ou mais precisamente uma parte seleta dela, para os valores católicos e científicos.

Instruindo, formando, bem como “corrigindo as práticas” consideradas por eles como desviantes, impedindo assim, o crescimento ou a manutenção de tudo aquilo que representasse o atraso, a barbárie de seu povo. Da mesma forma como ao reforçar um discurso técnico-científico para a explicação de males e de tudo que fosse afeto ao campo do biológico e natural, agindo de forma a dessacralizar práticas de cura diversas das autorizadas pela medicina científica e pela própria Igreja.

Oswaldo Rodrigues Cabral contribuiu para a valorização destas ações clericais no tocante às práticas de curas por meio de benzeduras e orações. Tal quando, por exemplo, narrou fato que atribuiu ter sido presenciado por um padre jesuíta. Quando o religioso observou a queda de uma bicheira⁷⁹ de um animal atribuída à ação de um “excelente” benzedor:

Entretanto, um padre jesuíta das relações do Autor, observador e investigador, que presenciou a queda da bicheira, apresenta uma explicação digna de nota: o benzedor procurado indaga do dono do animal, geralmente, há quanto tempo surgiu a bicheira, ou há quantos dias foi a mesma descoberta e o estado em que se acha. Isto em conversa, “como quem não quer coisa alguma”, arrancando com habilidade e jeito as informações de que precisa. Ora, conhecendo êle, pela observação, ou pela instrução que lhe foi transmitida, os dias necessários para que se complete o ciclo evolutivo, estará apto para saber quantos dias faltam para que a larva necessariamente se desprenda do animal, por não necessitar mais do seu sangue para completar o seu desenvolvimento, e caía para o solo a fim de realizar outra fase do seu ciclo vital.

Com a benzedura ou sem ela a larva cairá da ferida. Tudo depende do momento em que é o benzedor chamado a intervir. Se fôr cedo demais, rezará três ou mais vezes. Se estiver ‘em cima do laço’, na hora mesmo da queda, prevista para aquêle mesmo dia, o benzedor manda o proprietário do animal para casa e afirma que quando lá chegar ou o animal estará limpo ou verá a bicheira cair pouco depois. Naturalmente, porque êle vai rezar, mesmo à distância. Indaga então “de que lado” está o animal, isto é, qual a direção mais ou menos em que se encontra, e a côr do seu pêlo. Mas isto é apenas para impressionar... Mesmo entre os benzedores há de haver algum esperto, que faça o charlatão da classe... (CABRAL, 1957, pp. 79-90).

⁷⁹Bicheira é o nome vulgar dado à *miíase*, bastante comuns em rebanhos. São provocadas por moscas que põem seus ovos sobre os ferimentos dos animais. As larvas das moscas desenvolvem-se em 4 a 5 dias se alimentando de tecido subcutâneo nestas feridas provocando uma protuberância no local, e por vezes um prurido. Após este período, as larvas abandonam o hospedeiro e caem para avançarem para o estágio de pulpa na terra. Após alguns dias a pulpa dará origem a novas moscas, completando o ciclo.

Toda a narração é arregimentada de modo a colocar o benzedor na posição de “charlatão”, de embusteiro, enganador de pessoas de boa fé que os procuravam. Ora, por acaso detenha o benzedor o conhecimento do “ciclo da larva” sabendo quando cairá, seja pela observação ou por que lhe foi assim ensinado, há que se perguntar se é um conhecimento menos válido do que outro qualquer. Acaso é um saber que deva ser desprezado em razão de não ser oriundo ou “aprovado” pela ciência.

Mesmo um médico formado também não dá seu diagnóstico após fazer perguntas e obter informações de seu paciente? O que diferencia um conhecimento do outro? Talvez o fato de um “operar” dentro de uma lógica mítico-religiosa com uma cosmovisão sacralizada, e o outro dentro de razão cartesiana, científica, numa visão de mundo tendente à dessacralização. Talvez, mas nem sempre, uma vez que mesmo Cabral cuja formação foi em medicina científica, possuía e professava sua fé em Deus.

Cabral ainda relatou as explicações de outro padre quanto as curas de mordidas de cobras atribuídas às rezas de benzedores, bastante procurados e que gozavam de prestígio e fama na sua comunidade e arredores.

Euclides Abdala, há pouco falecido, que conhecemos muito bem, tendo sido nosso cliente, sírio, residente em Palhoça, era especialista em mordeduras de cobra, sendo chamado para lugares longínquos a benzer e curar mordidas, o que êle nos contou por mais de uma vez. Aliás, frequentemente êle andava com algumas das suas cobras nos bolsos e mostrava aos amigos e conhecidos. Benzia e dava um específico de sua preparação, quando o caso era grave, afirmando que, quando o chamavam a tempo, nunca perdia doente. O mesmo informante anterior nos contou que um cunhado seu, mordido no dedo médio por uma jararaca, teve cura imediata, sem o específico, só com a benzedura de Euclides. As curas do envenenamento ofídico pelas benzeduras já têm sido satisfatoriamente explicadas. Em caso tais, a inoculação da peçonha terá sido mínima ou nenhuma, por ter o animal esvaziado as glândulas em vítima anterior. (CABRAL, 1957, pp. 80-81).

Há um tom nitidamente científico proveniente da explicação oriunda da observação do “investigador” clérigo, pertencente às “relações do Autor” sobre a queda da bicheira: “larva”, “ciclo vital”, ou das curas por “envenenamento ofídico” que, de alguma forma, tende a diferenciar da linguagem simples e não-científica do benzedor. Como que a reforçar e a aquilatar o saber do padre, do médico e cientistas (pautado na Ciência) em detrimento dos saberes do “benzedor”, “curandeiro”, “pai-de-santo” (oriundo da oralidade, do cotidiano, da tradição).

Em tese consiste afirmar que é este um dos mais valorizados discursos, seja o Católico clerical, seja o científico: atribuir valoração aos saberes, em que pese, o científico devendo sempre

valer mais do que qualquer outro, mas que ambas, fé e ciência, andavam juntas desde que um servisse para reforçar e reafirmar a outra, obviamente.

Este peso ou importância atribuídos ao saber e explicações científicas não era assim reconhecido ou percebido pela população de um modo geral. A saber, a população tendia muito mais a dar credibilidade a uma explicação mais religiosa sobre doenças e curas, a linguagem, ou a matriz de representação de mundo voltada ao sagrado, era para a população, ao menos até a metade do século XX em Santa Catarina, melhor aceita e mais “palatável” do que as explicações e mesmo as práticas médico-científicas.

Assim esforços no sentido de fazer valer essas explicações científicas sobre doenças e curas eram necessários, segundo pareciam acreditar à comunidade médica, assim como Cabral.

Esforços que, além de outros objetivos, obviamente, faziam parte de uma tentativa de dar unidade a um pensamento científico e católico. Também desarticular redes de solidariedades entre pessoas de uma mesma comunidade em torno do nome de um benzedor, curador, representantes e líderes carismáticos de uma cosmovisão oposta àquela que se pretendia hegemônica e para a qual se trabalhava com discursos, sermões, livros e termos técnicos.

Além de promover uma educação e controle com vistas à valorização do corpo produtivo, apto ao trabalho, forjado, saudável, fabricado, docilizado (FOUCAULT, 1987, p. 119). Este corpo corrigido e melhorado física e moralmente, é de extrema utilidade à proliferação da vida – a favor da política de crescimento demográfico em voga à época – braços fortes, mão de obra para a construção da nação. Ética e controle dos corpos que mais do que estabelecerem condutas e comportamentos sexualmente aceitáveis e desejados pelos parâmetros católicos e científicos, estariam em plena consonância com uma política desenvolvimentista do período posterior a Grande Guerra Mundial.

Assim Ciência e Igreja, pareciam unidas em torno de um ideal, aparentemente, reformista e humanitário. Entretanto, visto mais de perto, ao exame microscópico, não passavam de ações interligadas e empreendidas por uma “gigantesca e polimorfa” (SOUZA, R. 2004, p. 45) rede. Comprometida e empenhada em incluir grande leva de homens e mulheres, cujos corpos eram destituídos de condições higiênicas e sanitárias adequadas, em um projeto maior de desenvolvimento econômico do capitalismo mundial. Em flagrante oposição ao crescimento e desenvolvimento de outras formas de organização social de produção, como o comunismo, por

exemplo, bem ao sabor do clima no mundo estabelecido com o período conhecido como guerra fria.

Afirmção que se faz evidente se analisadas, entre tantas outras, a seguinte mensagem do jornal católico “O Apóstolo”, de abril de 1930, sob o título sugestivo e irônico de “Bellezas do communismo”. A citação é longa, mas necessária em razão do teor que denota uma escolha por uma organização social pautada no capitalismo e a execração do comunismo como possibilidade outra de organização social

A velha Rússia, analphabeta, e descrente, corroída pela miséria, cheia de ódio e de inveja aos ricos, corrompidos pelos prazeres sensuaes, cujo gozo buscam com soffreguidão ou então enfurecidos pela avareza, depois de haver por longos séculos supportado a tyrania dos Czares, a quem num assomo de desespero, derrubara do throno, envereda, semi-louca, pela senda do crime desfraldando o pendão rubro da revolta, lançando aos quatro ventos o grito de Proudhon: “A propriedade é um roubo”. Á esse brado sinistro, em que o inferno concentrou toda a sua raiva ao genero humano, accodem pressurosos todos aquelles que, saturados de vícios, desesperados de uma vida melhor, tinham em perspectiva o cárcere com todos os seus horrores ou o suicídio. A sêde insaciavel do outro e dos prazeres mundanos cega-lhes a razão, amordaça-lhes a consciência, se é que ainda a tinham.

Como um rio cujas represas foram retiradas, se espraia e alaga toda a região circumvizinha, damnificando tudo quanto encontra, assim também essa horda desenfreada tudo avassala, tudo destrói, tudo aniquilla à sua passagem.

(Jornal “O APOSTÓLO”, ?/?/1930) [sem grifos no original]

A Rússia é descrita como o lugar das volúpias, da sensualidade, dos prazeres mundanos, onde impera a inveja, a cobiça; todas características, em grande medida, fortemente recriminadas pela Igreja Católica. O berço do comunismo mundial, nação que fazia frente ao capitalismo, é apresentada pelo Jornal local como um país de miseráveis. De loucos que, após tomarem o poder, não sabem o que fazem. São analfabetos despreparados para a tarefa de governar, contrários à propriedade privada, valor primordial do capitalismo.

Mas, haviam ainda cristãos entre o povo moscovita, nem todos estavam “contaminados”, ainda mantinham a fé em Deus, diferentemente dos “comunistas” que não acreditavam em Deus e repudiavam qualquer religião.

Nem todo o organismo do colosso moscovita estava apodrecido.

O coração palpitava-lhe ainda e anciava por uma vida mais feliz.

A parte sã do povo une fileiras e, passado o furor da tormenta, levanta a sua voz e protesta com vehemencia contra o attentado feito a **lei de Deus e aos direitos do homem. A essa voz cheia de auctoridade porque era a voz de Deus, a malta infernal se apavora, treme, vacilla.** É curta porém, a sua indecisão Lenine levanta-se e brada: “Não ha Deus; não existe a vida futura; **os padres são uns mystificadores. Abaixo a religião.**

[...] (Jornal “O APOSTÓLO”, ?/?/1930) [sem grifos no original]

Importantes sacramentos para a Igreja Católica, como o casamento, considerado indissolúvel, eram afrontados pelo “comunismo” russo, segundo o jornal. Lá o amor livre era a regra, filhos não conheciam os pais, era o caos. Era a terra da anarquia, do ódio e da cobiça. A Rússia comunista invejava e cobiçava as riquezas das outras nações.

Marido e mulher são considerados meros reproductores e estarão ligados apenas o tempo que quiserem, podendo e devendo mesmo contrahirem novas uniões, quando bem lhes aprouver. O amor livre campea desenfreadamente. Os filhos, não conhecerão os paes, visto que, logo depois de alguns mezes de nascidos, serão entregues ao Estado que os internará sem distinção de sexos, em estabelecimentos onde serão educados segundo os princípios revolucionários. Nada de espiritualismo. Os paes não reconhecerão nem terão amor aos filhos pela impossibilidade de identificarem a sua legitimidade e por isso terão uma velhice triste e desamparada. O reinado da felicidade, tão apregoado pelos Lenines e Troskys, transformou-se no da anarchia, onde a força brupta domina, mais terrível ainda do que no antigo regimem. Os prazeres promettidos exgotaram-se rapidamente e **a miséria a peio [pior] de todas as misérias porque vive longe de Deus**, com todo o seu cortejo de dores, bate em todas as portas, lançando nas almas o desespero e a morte. Eis a justiça de Deus. Allucinado como estão, não querem ainda reconhecer a própria culpa e olham cheios de odio para as demaes nações, cujas riquezas cobiçam, afim de prolongar por algumas horas o seu festim. Dahi a propaganda intensa que fazem entre todos os povos, procurando subverter-lhes a ordem, promettendo-lhes falsamente o que não teem nem jamais lhes poderão dar: a felicidade. Cautella, pois, com taes emissarios. (Jornal O APÓSTOLO, ?/?/1930). [sem grifos no original].

São a Religião, Deus, e a fé elementos capazes de “represar” as águas revoltosas, ou, decifrando a metáfora, capazes de controlar os corpos de modo a formar uma “política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1989, p. 119). Tudo isso aliado à ausência da ciência promoveu, segundo se pode inferir dos trechos transcritos, o caos, a miséria, o desgoverno, o inferno.

É preciso, pois, a partir da leitura da matéria do jornal católico “O Apóstolo”, efetuar o devido represamento, fomentar o controle de si, das pulsões. Controle este que não deveria estar no sujeito, no indivíduo homem ou mulher, mas exterior a ele. A eles seria dado, permitido aprender novas instruções, ser treinado com base num saber construído na observação e investigação científicos e valores morais cristãos. Saber e valores que instituídos com empreendimento cristão e com pesquisas e produções científicas, como as empreendidas por Cabral, “não só se opunha à

tradição, às práticas religiosas populares (rezas e benzeduras) e à produção não racionalizada do trabalho como combatia e punia o corpo indomesticado”. (SOUZA, R. 2004, p. 46).

A saúde, para Cabral, ao que parece, estaria intimamente ligada a ideia de força de trabalho apta e produtiva, desde que domada e controlada. Fortalecer este corpo social e proporcionar a sua devida manutenção em padrões aceitáveis de condicionamento físico para o trabalho, os quais era a principal meta a ser alcançada. Para tanto todos os esforços eram empreendidos, de ações profiláticas mais intensas, reformas urbanas até o controle e eliminação de tudo o que se opunha a este objetivo. Reforma e derrubada de habitações, transformações nos usos e costumes considerados anti-produtivos, atrasados, anárquicos.

A ideia era conseguir o fortalecimento e a saúde do corpo, seja por ações governamentais e institucionais, seja pela divulgação de uma ética moralista e frugal (já que pode ser miserável, desde que na graça de Deus e por vontade dele). Tal era o intento do projeto econômico humanitário implementado pela Igreja e pela ciência médica. Além de outras instituições, também movidas por uma verve humanitária, ao menos em tese, como o registro de atuação da Fundação Rockefeller, em Santa Catarina, pelo periódico “República”, jornal liberal do Estado, a 30 de janeiro de 1920:

Com animação e atividade, prosseguem os **humanitários trabalhos da Fundação Rockefeller** que está percorrendo o nosso Estado a fim de calcular o número de pessoas atacadas de impaludismo e uncinariose [sic].

Traz ante-hontem, regressou de Lages, onde esteve em serviço de inspecção, o ser. dr. Alan Grezz, chefe da missão, o qual veio acompanhado de seus auxiliares sers. Américo Bonini e Deodoro Silveira.

Em companhia de seu auxiliar o microcopista sr. João Miragaia chegou, ante-hontem, de Aguas Mornas, Santo Amaro e Palhoça [municípios próximos à Capital] o sr. dr. Remígio de Oliveira, assistente da Fundação Rockefeller em Santa Catarina e que, também se achava em serviço de inspecção.

Nos lugares em que esteve o dr. Remígio de Oliveira encontrou elevada porcentagem de mais de 9% de opilados.

Na região serrana a porcentagem de doentes é apenas 6%.

Apesar disso, porém, é de toda a conveniência que as municipalidades, na medida do possível, secundem os esforços da Fundação Rockefeller, estabelecendo redes de exgottos e de abastecimento de água, pois, segundo ouvimos, é tão fácil de proliferar o mal das moléstias que infestam o nosso littoral, que um indivíduo portador de mil parasitas em cada cincoenta grammas de fezes expelle 750 parasitas. É pois urgente que auxiliemos o trabalho dos poderes públicos e dos profissionaes nobremente empenhados nessa missão, esforçando-nos energicamente para combater as endemias que desaparecerão por completo si a lucta que lhes mover nos for tenaz e perseverante.

Dentre em breve o ser. dr. Remígio de Oliveira fará nesta Capital uma conferência com projecções luminosas, explicando á luz da sciencia, mas em linguagem simples e no alcance de todos, os males causados pelas moléstias que depauperam a nossa raça, degenerando o character. Essa conferência, que será pública, tera logar no Theatro “Alvâro de Carvalho” ou no Cinema “Ponto Chic”.

(Jornal REPÚBLICA, ??/1930)

Irmanados pela luta do saneamento e por lucrativos contratos com o poder público, a Fundação Rockefeller atuou no Brasil de 1916 a 1942, aproximadamente. A Fundação Rockefeller cuja sede eram os Estados Unidos da América, foi pioneira no campo da Saúde Internacional. Suas ações foram prioritariamente na área da Medicina Preventiva e no controle de doenças infectocontagiosas (PALMER, 2015).

Como pode-se inferir da transcrição do jornal “República”, a poderosa Fundação de Saúde Internacional desenvolveu, a exemplo das demais regiões do País, ações no Estado de Santa Catarina, voltadas, principalmente para profilaxia e levantamento de dados, como as descritas pela matéria jornalística anteriormente citada.

A Fundação Rockefeller, foi responsável por empreender importantes obras de saneamento para o litoral catarinense e da ilha onde situa-se a capital, tendo sido contratada pelo Governo do Estado para essas obras (ARAÚJO, 1989, p. 18). O que, por suposto, envolveu vultuosos dividendos à Fundação. São os braços crescentes do capitalismo internacional que se estendem também ao lucrativo mercado da Saúde Pública e Saneamento mundiais. Denotando, assim, o quanto as anunciadas ações humanitárias na área da saúde possuíam, também, um forte e lucrativo caráter comercial, além de interesses políticos nas mais diferentes regiões do mundo.

A despeito dos braços do capitalismo, suas “novas” formas de produção e relação de exploração e expropriação e consequentes alterações nas formas de organização sociais existentes no Brasil, cita-se o evento ocorrido no interior do Estado de Santa Catarina durante a primeira década do século XX. Trata-se do conflito que ficou conhecido como Guerra do Contestado e que pode ilustrar este avanço das relações capitalistas e suas consequências devastadoras e violentas em comunidades do interior do país. Arrasando suas formas de organização social, de exploração da terra, seus saberes e costumes.

O Estado de Santa Catarina, situado na região sul do País, foi, constantemente, objeto de desejo entre nações e grupos econômicos seja no período colonial, imperial e mesmo republicano, por diversas razões. Razões econômicas, tais como a importância produtiva de suas terras irrigadas por caudalosos rios, pela exploração da madeira e da erva-mate, pela pecuária, pela abundância de madeiras de Lei como a imbuia e a araucária; ou, ainda, por constituir uma região estratégica geograficamente, constituindo um importante corredor entre outros países e com importantes regiões portuárias.

Ou mesmo por razões de ordem política como será abordado a seguir. A região havia sido palco de um dos maiores conflitos da Primeira República, a Guerra do Contestado (1912-1916)⁸⁰. De um modo geral, o conflito foi provocado por um levante de moradores da região, assim como os revoltosos de Canudos na Bahia, e os tantos outros guerreiros de levantes da primeira República, em razão da expropriação de suas terras e da mudança brusca na sua forma de organização social e de lidar com os recursos naturais. De um lado estão os habitantes da região do Contestado, representantes de uma forma sustentável e coletiva de uso dos recursos naturais como a retirada da erva mate e o extrativismo e a ocupação das terras por meio da posse e uso sustentável⁸¹. E do outro, a forma de exploração predatória da floresta e das terras, sobretudo com a entrada do capital estrangeiro e pautada no capitalismo e na industrialização defendida por coronéis e capitalistas estrangeiros. Esta uma nova organização social dita “moderna” defendida a todo custo pelos “republicanistas”⁸², coronéis e militares. Já aquela, uma forma rústica e sustentável, defendida pelos moradores e já praticada por eles e repetida nos redutos e nas cidades santas durante a guerra. Voltar-se-á, no terceiro capítulo, novamente à questão do Contestado, mais especificamente para abordar as figuras dos monges taumaturgos que percorreram a região, por ora recorre-se ao sangrento conflito a fim de ilustrar o choque provocado pelo avanço das relações capitalistas de produção e do exercício de poderes e interesses internacionais e locais no interior do Estado de Santa Catarina.

É a região do Contestado, no meio oeste do Estado, cenário ideal para a atuação dos coronéis e seu exercício de poder político local, e são eles, em grande medida, os pivôs da chamada

⁸⁰A Guerra do Contestado (1912-1916), foi uma revolta em que moradores do interior catarinense pegaram em armas e insurgiram-se contra as tropas federais da República Brasileira. O conflito, ocorrido simultâneo à Primeira Guerra Mundial, foi praticamente esquecido pela imprensa da época e minimizado pelos livros de História. Contudo, importamos para nossa argumentação o fato de ter sido a crença num curandeiro-benzedor, que manteve os revoltosos unidos (GALLO, 1981).

⁸¹A respeito da extração da erva-mate ver: (RENK, 1997)

⁸²Por “republicanistas” entende-se os representantes das oligarquias, os antigos “coronéis, seus filhos, que passam a ocupar as posições de mando nas instâncias do governo republicano, que não as que demandam eleição, se bem que podem o termo pode se estender aos políticos “eleitos” também. Contudo nos referimos aqui aqueles que serão indicados para ocupar direções, superintendências das secretarias e departamentos no âmbito municipal, estadual e federal, quase sempre em decorrência de indicações, ou relações de amizade e redes de sociabilidades, nunca, ou quase nunca, por competência técnica para o posto. A República no Brasil nasce sobre a égide do exercício do poder pessoal e é fortemente relacionada com a preponderância que o meio rural exercia sobre o meio urbano, sobretudo por meio da figura do coronel. Por isso a necessária inversão do pêndulo de exercício do poder político do campo, exercido pelo senhor, para a cidade, a qual passariam a ser exercidos por estes “republicanistas”. Melhor dizendo, as oligarquias agrícola-mercantis irão, com base na prática do coronelismo transmutado para o “republicanismo” manter seus privilégios e suas searas de influência política mais ou menos intactas, mesmo com a mudança conceitual e teórica do sistema político brasileiro da monarquia para a democracia.

Guerra Santa do Contestado. Ameaçados que se sentem com a presença e liderança popular adquirida pelos monges da região⁸³, a exemplo de João Maria e dois outros de alcunha José Maria, beatos curadores, benzedores que circulavam pelo planalto catarinense à época do levante, a oferecer cuidado e atenção ouvindo suas angústias, ensinando-lhes remédios, promovendo curas com ervas e rezas à população massacrada, em torno dos quais irão se agrupar e formar as comunidades denominadas redutos ou cidades santas.

Não em vão, Cabral empreendeu o primeiro trabalho de cunho histórico em que aponta as questões sociais para o início do conflito do Contestado, com enfoque na figura dos monges líderes do Movimento. Cabral fez questão de registrar a excelente relação que o primeiro dos monges da região, o que deu origem ao “São João Maria”, conforme a população o chama até hoje, para com o clero oficial. Cabral descreveu e mapeou os muitos cruzeiros que foram erguidos na região a mando do monge bem como as nascentes de água por onde ele andou e que a população local passou a atribuir poderes curativos chamando-as de “águas santas”. O livro de Cabral cujo título original foi “*João Maria: interpretação da campanha do Contestado*” foi publicado pela primeira vez em 1960, pela Companhia Editora Nacional na coleção Brasileira. Tratava-se do resultado de muitos anos de pesquisa de Cabral (MACHADO, 2004b, p. 19). Em 1979 foi reeditado na íntegra com o título reduzido para apenas *A campanha do Contestado*. No livro, Cabral reserva um capítulo para tratar apenas dos três monges que transitaram pela região. Os dois primeiros beatos o de alcunha João Maria e José Maria não foram objeto de críticas por parte de Cabral, mesmo porque não estiveram à frente da Guerra do Contestado de forma direta. Já o último beato, ao contrário, que se dizia irmão do último José Maria, atribuindo a si mesmo o nome de José Maria de Santo Agostinho. Todavia Cabral não foi tão benevolente na escrita quando descreve o terceiro monge, o “derradeiro”, não economizou nas críticas e pesando a pena sobre ele, escreveu:

Por volta de 1911, no Município catarinense de Campos Novos, na região conhecida por Faxinal dos Padilhas, ao que se diz, surgiu o novo taumaturgo.

Miguel Lucena de Boaventura – como se revelou, mais tarde ser o seu verdadeiro nome – apareceu para continuar a pregação e a obra do anacoreta que deixara de si tão boa fama no Contestado, reiniciando o apostolado que este deixara inacabado ali. Ex-soldado do Exército, dêle desertor, ou da Força Policial do Paraná, conforme contam outros, não possuía ele a mesma constituição mística dos monges que o antecederam. Era menos rigoroso nos seus hábitos, não apreciava o isolamento, não se recolhia para colocar-se em contato com o Criador, não se mortificava nem fazia penitências. A frugalidade, a continência, a caridade, que nos outros foram virtudes patentes, não eram o seu forte.

⁸³Sobre a liderança dos monges no Contestado ver (AURAS, 1984).

Conta-se mesmo que, da sua fama, que logo adquiriu, procurara tirar lucro e que das suas crentes, quando eram bonitas, fazia suas companheiras. (CABRAL, 1960, p. 180).

Cabral continua a tecer as mais severas críticas ao derradeiro monge atribuindo a ele a causa mesmo do conflito sangrento que vitimou centenas de pessoas, entre civis e militares num dos mais violentos conflitos armados do sul do Brasil que foi a Guerra do Contestado. De forma inédita até então sobre os relatos da Guerra do Contestado, Cabral retirou dos moradores da região a culpa pela guerra e a atribuiu inteiramente ao monte derradeiro, ao qual chamou de charlatão e agitador, o José Maria de Santo Agostinho e suas ideias subversivas e “deturpadas”.

Não se discute qual teria sido o propósito de [sic] terceiro Monge; o que deve entrar em linha de conta é aquele que reuniu o sertanejo em torno da sua pessoa. Aquêlê poderá ter sido menos lícito; mas este não foi senão a procura de uma nova palavra consoladora, remédio para uma aflição cada vez maior, dia a dia mais acentuada. Acudiu, assim, ao chamado de José Maria. Entretanto, a política iria desencadear a perseguição. O ciúme existente entre duas influências rivais, que disputavam a hegemonia política, iria colocar fogo ao estopim. Cada uma delas olhou apenas para a preponderância do rival, para a ascensão daquele com quem ficasse o Monge. Disputaram-no. E da disputa nasceu o trabalho da dispersão dos crentes, para evitar o prestígio maior do adversário. (CABRAL, 1960, p. 204)

Ao último dos monges, Cabral atribuiu, de alguma forma, a “chacina do Contestado”. “Foram as suas ideias, as suas doutrinas e profecias confusas, a sua ação maléfica e subvertedora, que causaram o derramamento de sangue, o luto e o desespero”. Atribuiu, ainda, ao derradeiro monge do Contestado, o afastamento dos moradores da região da verdadeira fé católica, segundo a pena de Cabral, foi “ele quem desviou o sertanejo da fé ortodoxa da Igreja e quem o levou à prática de ações cominadas no Código Penal” (CABRAL, 1960, p. 7).

A citação a seguir, embora extensa, parece resumir, em linhas gerais, o perigo que parecia representar uma liderança que não as “oficiais” e a aglomeração de uma “horda de desocupados” em torno de um líder religioso, um “taumaturgo”, um “monge” curador.

Não se pode negar que, em verdade, para alimentar a horda que crescia, hora a hora, em torno do taumaturgo, sofriam as fazendas da região, das quais saía o gado até então por bem, mas que o entregariam por mal, na hora que que o negassem. **Cêdo a horda tornar-se-ia perigosa – pois já se tornara ameaçadora.** Os fazendeiros viviam apreensivos com o aumento da malta de desocupados que, enquanto tivesse alimento certo, não procuraria encontrar trabalho, preferindo ficar a ouvir as histórias de José Maria, respeito aos Doze Pares de França e a Carlos Magno... **Certamente crescia o perigo das aglomerações improdutivas** – tanto mais que o aparelhamento policial era impotente para dispersá-lo.

A horda deslocava-se inteira. O Monge não era mais o peregrino que atravessava campos e matas sozinho para ir pregar aos humildes – as suas deturpadas mas consoladoras verdades eternas – [refere-se aos dois monges eremitas anteriores a Santo Agostinho que percorrem solitários a região] mas o chefe místico que reunira os revoltados contra o abandono a que os haviam condenado. O bando organizara-se. Palmilhava os caminhos das fazendas, esperando a dádiva dos alimentos, mas disposta a toma-los, se negados. Tinha bandeiras. E havia um protetor – o Monge – que não era o caminhante solitário, que não dizia donde vinha nem para onde ia, cuja hospedagem nunca fora pesada a quem quer que fosse, mas um chefe cercado de prosélitos, cujo arranhamento conturbava a vida e desequilibrava a economia dos domínios visitados.

A multidão, assim constituída, é obvio, tornou-se temida – e o pior é que ela não ignorava o fato. Não obstante, embora constituísse uma ameaça a horda, assim aglutinada e organizada, salvo algumas transgressões, ainda se mantinha pacífica, esperando a realização do seu condutor.

A polícia catarinense procurou, como já se viu, dispersá-la. Não o conseguiu. Mas, com certa habilidade, convenceu o chefe de transpor a linha da São Paulo-Rio Grande, [a estrada de ferro construída na região em troca de exploração das terras às margens da ferrovia pela empresa estrangeira construtora, empresa do mesmo capitalista estadunidense mundial Percival Farquhar, que tentou construir a ferrovia Madeira-Mamoré, na região norte do país] indo para além do Rio do Peixe era a jurisdição paranaense, a cujo governo se entregava um *verdadeiro presente de grego*, para que o solucionasse.

Novamente incidiu sobre o problema já então agravado pela ação repressiva da Polícia catarinense, a famigerada questão de limites, que mantinha acesa a desconfiança entre os dois Estados.

E foi por isso que se desencadeou a luta.

(CABRAL, 1960, pp. 204-205) [sem grifos no original]

O trecho, longo, condensa muitas possíveis reflexões. O avanço do capitalismo em terras brasileiras representado na região do Contestado é uma delas. A empresa *Brasil Railway Company* construtora da estrada de ferro deflagrou a exploração desenfreada dos recursos naturais como a madeira, devastando a floresta e as terras anteriormente ocupadas, entre outros posseiros, pela “horda de desocupados” tal como se refere Cabral. Aos trabalhadores que foram expropriados de seus lugares de sustento, a mata nativa de onde extraíam a erva mate, por exemplo, usadas pelo governo para “pagar” a construção da estrada de ferro e com ela à promessa de levar o progresso e a civilização⁸⁴ ao local não restou outra alternativa, ao que parece, do que pegar em armas para a defesa da forma como vinham, há muito, vivendo naquela região e lutar pelas terras por eles ocupadas, não por acaso, é na região sul do Brasil, o interior catarinense, um dos primeiros lugares que eclodiram os movimentos dos trabalhadores sem-terra⁸⁵. A área do Contestado, foi atravessada

⁸⁴Sobre a construção de estradas de ferro e sua associação à civilização e à modernidade no Brasil, ver (MARTINS, M. 2013)

⁸⁵Desdobramentos da luta pela terra, tendo como base os fatores anteriormente elencados, podem ser verificados ainda no tempo presente na região. Dos movimentos camponeses como as Ligas Camponesas, Movimento dos Sem-Terra (MST); Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Oposições Sindicais entre as décadas de 1960 a 1980 e mais recentemente, aos conflitos e a violência no campo tendo

pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, obra do Governo republicano, e tal fato, aventa-se, serviu de pretexto para entrada de grupos estrangeiros para exploração da madeira, rios e terras da região, usados como moeda de troca pelo governo como pagamento para a construção do caminho de aço.

A população da região, genericamente chamada de fervorosos, crentes, devotos, rebeldes, fanáticos, entre outros termos, por uma historiografia mais tradicional sobre o Contestado que a tratou como um movimento social de características messiânicas fruto de uma “anomalia”⁸⁶, era composta heterogeneamente por ex-escravos, migrantes do norte (nordeste) do país, imigrantes europeus e seus descendentes, indígenas, caboclos ou sertanejos (os brasileiros) e até “ex-combatentes da Revolução Farroupilha” conforme (PESAVENTO, 2003). Somado a esta heterogeneidade étnica a luta pela posse e uso da terra é agravada pela entrada do capital estrangeiro na região que, de alguma forma, amplia a já candente crise social na região.

A intervenção do capital estrangeiro ampliou a crise social já existente no planalto. A oeste, a grilagem e a usurpação perpetradas por agentes da *Brazil Railway* e da *Southern Brazil Lumber & Colonization* que passaram a controlar praticamente todo o vale do rio do Peixe nos primeiros anos do século XX (...) Além disso, a implantação do transporte ferroviário levou à decadência o antigo comércio baseado nos caminhos de tropas, causando a depressão na região. (MACHADO, 2004, p. 335).

Podemos verificar que além do caráter, indubitavelmente messiânico da Guerra do Contestado, foi ela, também, uma revolta contra a exclusão, contra a exploração das terras e pela manutenção de uma organização social pautada na coletividade, na liberdade oferecida pelo planalto catarinense e suas pastagens e pinhais, em que da mata era retirado apenas o necessário para a subsistência daqueles que habitavam aquela região. Pode-se mesmo entender a Guerra do Contestado, como uma revolta que se opôs a implantação de “projetos econômicos predatórios e voltados ao exterior, em antessala da Globalização” (HARDMAN, 2009, p.19).

Também Além da entrada agressiva do capital estrangeiro e a da mudança para o transporte mecânico (locomotivas a vapor), somam-se outros fatores que, de alguma forma, contribuíram para a eclosão e organização do movimento. A submissão do trabalhador rural ao

como motivador a disputa por terras. Tal como aponta a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relatório sobre as disputas pela terra em 2014. Segundo o relatório o maior índice de crescimento de conflitos e da violência no campo foi verificado na região Sul do Brasil: cerca de 90% em comparação ao ano anterior. Todos com vistas a combater a forte desigualdade social decorrentes, sobretudo, da má distribuição das terras. Sobre esses Movimentos ver: (POLI, 2001; MARTINS, 1982; LISBOA, 1998; LANDIN e MONTEIRO, 1986/87 e SCHWADE, 1995).

⁸⁶(VINHAS DE QUEIROZ, 1966) e (QUEIROZ, 1976).

poder violento e opressor dos coronéis; a expulsão sistemática dos posseiros que habitavam a região; a política opressora de “ordem e progresso” da República, além da tentativa de isolamento das culturas rústicas do interior e suas formas de lidar com a terra, seus usos e costumes, tais como o cuidado de si e uma forte etiologia sobre a doença e da cura relacionada à vontade divina.

Ainda do longo trecho transcrito do livro *“João Maria”* de 1960, de autoria de Oswaldo Cabral, acerca das razões que motivaram a Guerra do Contestado, é possível destacar, o argumento crucial para a tese aqui desenvolvida. Refere-se ao momento em que o autor menciona a condução “da multidão” pelo monge taumaturgo José Maria de Santo Agostinho. Este “controle” das multidões, ou o exercício de certo poder político e espiritual sobre um determinado grupo, advindo, de alguma forma de um suposto prestígio adquirido por estes homens e mulheres que, como os monges do Contestado, teriam a “capacidade” de curar as doenças, segundo a própria crença destes que os seguiam. Esta capacidade de controle e condução de multidões, defende-se, foi, verdadeiramente, o bem mais disputado e usurpado destes curadores, de modo geral, por meio de uma campanha intensa e uma colonização de memórias com o fim de esvaziar este lugar de destaque ocupado por estes homens e mulheres curadores.

Assim que é atribuído ao monge José Maria, pela escrita histórica de Cabral, o fato de haver afastado os “caboclos” – moradores do interior de Santa Catarina – da fé ortodoxa da Igreja. Também ao monge foi imposto o desequilíbrio da “economia dos domínios visitados” anos atrás, quando da Guerra, na região do Contestado.

Foi o monge, além de um beato pregador da fé cristã, um praticante de outras artes de curar que não a oficial, sabia de rezas e ervas para curar as doenças da população local, foi um taumaturgo, conforme atestado pelo próprio Cabral.

Supõe-se, que esta ação de curar dos curadores e monges taumaturgos, desequilibrava, também, ao menos pareciam assim acreditar os médicos, as relações comerciais envolvendo a saúde. Sobretudo entre os médicos oficiais, formados nas faculdades, como foi Cabral, além de lhes oferecer uma, aparente, desleal concorrência. Voltar-se-á a esta argumentação no terceiro capítulo da tese, de forma mais enfática.

Por ora focar-se-á na importância destes curadores entre a população, ou a “multidão” local. A importância dos curadores entre a população, assim como as práticas de curas por benzedores e praticantes de religiões africanas, poderia ser tão ameaçadora deste “equilíbrio”, que

foram objeto de intensa campanha de perseguição. Tanto que foram amplamente desautorizadas pelo clero, e pelos médicos cientistas.

Sobretudo, por considerá-las, a exemplo do discurso técnico-científico de Cabral, práticas inócuas e esdrúxulas. Representantes da “deturpação popular da fé pura e da medicina oficial”. De modo que tanto benzedores, curadores e rezadores, sejam eles beatos, monges, líderes de religiões africanas, xamãs, pajés, ervateiros, raizeiros, parteiras, etc., deveriam ser estigmatizados como criminosos, feiticeiros, bruxos, verdadeiros desvirtuadores da ciência.

Tal como ilustrado pelo Jornal “O Apóstolo”, em trecho transcrito:

[...] ainda há muita fé falsa entre os ignorantes. Lá vão as cartas correntes, milagrosas e há tanta gente que as toma a sério. Entre o nosso povo ainda há bastantes que crêem nessas tolices. Leitores d’O Apóstolo! Cada um trabalhe na sua zona para acabar duma vez com cartas correntes, benzeduras, feitiços, bruxarias, macumba! Nossa felicidade está na integral fé católica, na qual nasceu, cresceu e tornou-se forte e feliz a nossa Pátria. (Jornal O APÓSTOLO, ?/?/1947)

Há, no texto extraído do jornal católico, assim como em muito da escrita de Cabral, tal como se tem inferido até aqui, um apelo para que cada um acabe de vez com práticas alheias a vontade da Igreja e atinentes a outras matrizes de crenças ou religião, e contrárias, também, a evoluída ciência médica. Um tom bastante acusatório e depreciativo de práticas que, ao que se pode aventar, tentaram reinscrever as populações, mesmo as mais afastadas dos centros, um novo código de condutas diante de outras “artes de curar” ou práticas “desviantes” da fé católica. Impondo, mesmo, a substituição de um saber tradicional por um outro que pouco, ou nada, condizia com a cosmovisão da população de um modo geral de forma, no mínimo autoritária e, por vezes, extremamente violenta.

Tal intento não seria possível sem uma fundamentada e consistente formação médico científica e dos valores como a solidariedade cristã, e para tanto, os próprios filhos da elite deveriam estar convencidos ou ensinados a serem agentes multiplicadores e propagadores desta necessária transformação social, empreendida pela educação da população, acreditavam alguns, como parecia ser o caso de Cabral, ou, pela violência, como, infelizmente houve grande números de políticos e membros de oligarquias regionais, que assim acreditavam deveria ser.

No caso de Santa Catarina estes filhos da elite serão formados, quase todos, em colégios católicos, principalmente o Ginásio Catarinense que tinha como um dos principais objetivos “formar uma elite católica, laica, masculina e de ascendência europeia, que viesse a ocupar

posições de liderança nas instituições sociais catarinenses e particularmente no aparelho estatal”, de lá saíram os futuros políticos, advogados, engenheiros, militares e médicos do Estado (DALLABRIDA, 2001, p. 253).

Laços de amizade, de cumplicidade foram criados desde o período escolar e favoreceram relações na vida adulta entre esses filhos da elite catarinense. Laços reforçados nas rodas e espaços sociais da vida política na capital do Estado como na Igreja, nas Instituições de Conhecimento, como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Catarinense de Letras a Faculdade Catarinense de Filosofia, a Subcomissão Catarinense de Folclore entre outros. Cabral transitou por esses “espaços de saber” participando como membro, presidente, articulador, mediador.

Eram todos devedores de um capital cultural que demandava a implantação de novas posturas, de um novo código moral, uma nova cosmovisão capaz de conciliar a um só tempo o saber científico e a doutrina cristã. Nas palavras de Cabral, seria necessário consolidar os prodígios da Medicina Científica com a “fé imutável dos homens na onipotência eterna de Deus” (CABRAL, 1957, p. 65).

Cabral parecia seguir firme em seu propósito missionário de desbravar, sanear e construir a nação (CABRAL, 1929), e talvez tal iniciativa venha desde o tempo em que foi aluno no colégio dos jesuítas.

E ele não estava sozinho nesta empreitada, ao menos não em Santa Catarina. Há uma elite formada nos bancos do colégio católico que passaram a ocupar importantes espaços políticos e culturais da sociedade catarinense. A estes homens, segundo pareciam acreditar, caberia a tarefa de guiar aos homens e as mulheres comuns, instruindo os “ignorantes”, governar e desenvolver a nação promovendo uma justiça policiada e protegida das falsas crenças e da indesejável persistência de expressões culturais não condizentes com o projeto civilizatório desejado para o estado de Santa Catarina e para o País.

A seguir será abordado esta forma científica, por assim dizer, da escrita histórica de Cabral. A formação no curso de medicina, por suposto, foi fundamental para uma escrita histórica desenvolvida por Cabral ao longo de sua vida como intelectual. À sua pena, ao que parece, estariam associadas as lições da ciência médica, fazendo com que Cabral, durante suas pesquisas, focasse, por vezes, em temas relacionados às doenças, à higiene, as condições sanitárias das cidades, hábitos e costumes da população catarinense para curarem-se de seus males.

2.3 Lições de ciência: Cabral e a medicina na escrita da história de Santa Catarina

“Poder-se-ia dizer que a ciência não é pensamento puro, e sim que é *prática*, que a mão é tão importante quanto a cabeça, ou mesmo que a cabeça acompanha a mão.

(Steven Shapin)⁸⁷

Uma mão, como alude o trecho em epígrafe, assim tão importante quanto hábil ao manusear sua pena que fez de Oswaldo Rodrigues Cabral uma das mais importantes e notórias figuras públicas da *intelligentsia* de Santa Catarina, embora, por vezes, pareça um tanto quanto conservador e reacionário em sua escrita.

Foi político, folclorista, historiador e, antes de tudo um médico sanitarista. Por meio de escritos que tratam da saúde pública e de parte da trajetória profissional de Cabral buscando identificar e discutir os discursos médicos mais recorrentes durante as décadas finais da República Velha no Brasil e em Santa Catarina.

Nas duas décadas anteriores à formação médica de Cabral, foi dado cabo num projeto sanitário e higienizador na cidade de Florianópolis, intensificado com o governo de Hercílio Luz, entre os anos de 1918 e 1924, como já mencionado no primeiro capítulo.

Agora, de modo geral, importa-nos o médico Oswaldo Rodrigues Cabral que foi correligionário de mudanças estruturais na cidade de Florianópolis, voltadas, principalmente às ideias de avanço científicos na área da Saúde Pública e da constituição de um saber médico higienista que no Brasil ganha força e expansão a partir das campanhas de profilaxia e sanitárias empreendidas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Ou seja, a parte prática da ciência empreendida por Cabral

Assim como Carlos Chagas e Oswaldo Cabral, parecem ter apostado na educação como estratégia para disseminar os novos paradigmas de saúde e salubridade para a população em geral. Propondo e sugerindo a implantação, já no ensino infantil, de disciplinas voltadas aos princípios básicos de higiene.

⁸⁷(SHAPIN, 2013, p. 5).

Cabral, a exemplo dos dois cientistas citados, acreditava que a educação era ferramenta essencial para a formação de um povo instruído, sadio, operoso, normalizado e solidário à ordem e ao progresso da nação (CABRAL, 1927, p. 412).

Cabral aderiu ao movimento sanitarista crescente no Brasil das primeiras décadas do século passado, dando causa ao combate de doenças há muito endêmicas e causadoras de grande número de perdas para o País, tais como o impaludismo, a ancilostomíase, a lepra, a peste bubônica, a febre amarela, a malária, a varíola, a doença de chagas, a cólera, a sífilis, entre outras.

Ao atingirem um grande número de trabalhadores, importantes para o crescimento e desenvolvimento do País, estas doenças afetavam profundamente a produtividade e o progresso da nação. Logo, mais do que motivação humanitária, tratava-se, também, de motivação econômica. O tratamento adequado destas endemias justifica uma intervenção mais efetiva e direta do Estado e dos homens de “bem” da nação (CABRAL, 1929).

Foi com o intuito de obstar o avanço das epidemias, de redimir o doente e avigorar o homem para o trabalho produtivo (CHAGAS, 1935) que se fez necessário rever as condições higiênicas da população, sendo imprescindível a ação do Estado com medidas políticas e administrativas urgentes para a readequação urbana e o saneamento das cidades.

Foi durante o período em que estudou Medicina no Rio de Janeiro que Cabral, provavelmente obteve os conhecimentos médicos os quais levou por toda a sua vida. Foi aluno de Carlos Chagas, com quem, possivelmente, aprendeu que ao médico cabia também o comprometimento com a pedagogia como importante estratégia de ação prática para inibir a proliferação de doenças infectocontagiosas, não obstante toda a resistência por parte da população que insistia em determinados hábitos e práticas nocivas à boa saúde, segundo acreditavam os médicos sanitaristas.

Apesar da resistência e da pouca aceitação das medidas de prevenção das doenças e de profilaxia por parte da população, elas foram, por meio de lições bem aplicadas de conhecimento científico de profilaxia e saneamento, aos poucos, ganhando espaços e hoje convivem de forma mais harmônica com a sociedade e são mesmo cobradas e, de alguma forma, desejadas pela população de um modo geral. Fato este que se atribui as importantes ações médicas e pedagógicas implementadas nas distantes e periféricas regiões do País por profissionais da saúde: médicos como Oswaldo Rodrigues Cabral, por exemplo, e suas atividades em Santa Catarina.

Não há que se negar, contudo, que muitas das medidas profiláticas implementadas no Brasil de um modo geral, provocaram intenso movimento de resistência. Entre outros fatores, em razão da forma autoritária e descuidada com que foram colocadas implementadas pelo Estado. O resultado destes movimentos já havia sido sentido pelo governo quando a população se insurgiu contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, no movimento conhecido com a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1904⁸⁸, por exemplo.

A respeito da obrigatoriedade da vacinação, Cabral assim se manifestou:

[...] anos atrás, não constitui novidade alguma, o espírito esclarecido de Oswaldo Cruz, exigiu, obteve e impôs a medida de vacinação obrigatória na Capital Federal, para combater a varíola. **Contra essa medida, do mais ilustre sábio brasileiro se levantaram protestos.** (CABRAL, 1927, p. 415). [sem grifos no original]

Cabral deixou transparecer, no trecho transcrito, sua admiração por Oswaldo Cruz, a quem classificou de o mais ilustre dos sábios brasileiros. Contudo, chama-se a atenção para a forma como a campanha da vacinação foi implementada por Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, de forma imposta e compulsória. A celeuma em torno da obrigatoriedade da vacina ainda renderia longas e acaloradas discussões no País, mesmo após transcorridos anos da incidência Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.

Em Santa Catarina não foi diferente, resultando, de início, uma reação imediata da população de um modo geral, que ora pareciam defender, ora atacar a implementação da medida implementada de forma compulsória pelo Governo. Fato é que a população via com desconfiança à vacina, o agente enfraquecido da doença inoculado do próprio corpo. Analfabeta em sua maioria, ignorante nos assuntos da ciência médica, ainda devedora que era a grande maioria da população, ao que tudo indica, de uma etiologia divina da doença e da cura, opunha-se, obviamente, a submeter-se de bom grado à empreitada imunológica da vacinação. A controversa em torno da campanha obrigatória da imunização da população por meio da vacinação, refletiu nas hostes representativas do Estado e reproduzidas nos jornais impressos da capital:

[...] o deputado Evaristo Amaral insurgiu-se, na Câmara, contra a vacina obrigatória, apresentando um projeto sobre a sua proibição, acrescentando que o governo não pode exigir a sua imposição seja qual for a forma direta ou indireta. (Jornal REPÚBLICA, 1921)

⁸⁸ Para saber mais sobre a Revolta da Vacina ver (CHALHOUB, 1996)

As imposições “direta ou indireta” do Governo, exigindo a adesão da sociedade à vacinação não surtem efeitos tão favoráveis, por melhor que fosse a intenção. Talvez aí resida mesmo a importância da educação, da instrução, como defendeu Cabral desde o início de suas produções (*O Ensino de noções de hygiene nas escolas públicas do Estado de Santa Catharina – 1927* e *Problemas Educacionaes de Hygiene – 1929*), principalmente.

Acreditava Cabral, a exemplo de seu professor Carlos Chagas, que a adesão da população aos novos métodos terapêuticos e às necessárias medidas de profilaxia e de prevenção de doenças, seria mais efetiva se antecedida por um processo de instrução, de aconselhamento mais pessoal, de foro mais íntimo, realizado homem a homem. Essas ações corpo a corpo davam importância fundamental ao papel e atuação prática dos médicos de periferia, entre eles Cabral.

Ambos, Cabral e Chagas, reforçam o papel essencial do médico como alguém próximo ao doente, à família, e que, sendo assim, pode inferir boas práticas de higiene, novas profilaxias, e incutir uma outra etiologia da doença pautada na ciência, a exemplo da parasitologia. Refutando práticas caseiras de cura consideradas ações que muitas vezes mais atrapalhavam do que auxiliavam no tratamento de uma determinada enfermidade. Práticas há muito corriqueiras e arraigadas na população, tais como simpatias, mezinhas, beberagens, preparados misteriosos, e, mesmo as benzeduras, segundo acreditavam os médicos, segundo escrevia e defendia Cabral.

Substâncias colocadas sobre ferimentos, ou mesmo ingeridas, tais como dá conta o próprio Cabral ao registrar práticas de cura por benzeduras contra “empingens”⁸⁹ e outros males compunham um conjunto de práticas que deviam ser combatidas. Ao que cabia ao médico esta tarefa que ao tratar fisicamente o doente, já aproveitava para “instruí-lo” sobre boas práticas, a busca constante do médico, curando-lhe, também, os usos e costumes. Cabral, ao escrever, instruíu o seu leitor, médico ou um membro da elite que sabia ler, tal como em sua obra *“A Medicina Teológica e as Benzeduras”* (1957):

⁸⁹“Moléstia cutânea, de marcha lenta em geral, ordinariamente rebelde aos numerosos meios empregados contra ella, e cuja fôrma é mui variável. Umas vezes consiste na reunião de pequenos botões vermelhos, que deixam trassudar alguma serosidade, e se convertem em poeira, escamas furfuraceas, ou em crostas mais ou menos grossas. Outras vezes dá-se o nome de empigem a pústulas e ulcerações, emfim a simples nodoas vermelhas. Vulgarmente dá-se á empigem o nome de *moléstia da pelle*; em medicina chama-se *dartro*”. Informações extraídas do Dicionário de Medicina Popular do “Doutro em Medicina, Cavalleiro da Ordem de Chisto, Official da Ordem da Rosa do Brazil, o senhor Pedro Luiz Napoleão Chernoviz”. In: (CHERNOVIZ, 1890, p. 949).

Ataque de bichas

Por “ataque de bichas” entende o povo tôda e qualquer manifestação **convulsiva**. O “mal da terra”, que se conhece em todo o país, infesta em alta percentagem os moradores das praias e várzeas litorâneas de Santa Catarina. **E eles atribuem à infestação helmíntica o aparecimento de muitas manifestações mórbidas** que nem sempre – mas quase sempre – a ela são devidas.

“Pianço das bichas” é muitas vêzes apenas **o estertor das bronquites e da asma**; “ataque de bichas”, qualquer convulsão, mesmo quando a causa que determina o seu aparecimento é outra. Entretanto, **as anemias intensas que a verminose acarreta...**são muitas vêzes atribuídas às bruxas!

Para o “pianço” ou outra manifestação atribuída à verminose utiliza um benzedor de São Francisco do Sul a seguinte oração:

65. “Bicha, eu te benzo,
 Tu te consome.
 Bicha, tu calma
 Que Jesus tem poder!
 P’ra te consumir,
 P’ra te acabar,
 Em nome de Deus
 E da Virgem Maria” (80)

Mas o quadro impressionante é o das convulsões. Quando elas sugem [sic], afoba-se o povo da casa. Aos pés da criança são colocados sanapismos [faixas de tecido usadas para conter febres, geralmente coloca-se alho macerado] de mostarda, de ovo, de hortelã. Todo o mundo se assusta. E o benzedor é chamado, como recurso imediato. Um dêles, A.M., da Costeira do Ribeirão, na Ilha de Santa Catarina, (Caiacanga-açu) afirma ter salvo inúmeras crianças com “ataque de bichas” com a seguinte benzedura:

66. “F.F., em nome de Deus Padre, Salvador de Deus Filho, em nome de Deus Espírito Santo, que vive, salve de moléstia quem padece das bichas, que elas comam sua própria carne e convertam-se em água, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, Amém” (81).

(pp. 118-119)

[...]

Empingens

Generaliza o povo sob a denominação de *empingens* diversas variedades de micoses.

Para a sua cura empregam os benzedores, e a elas recorre o povo, algumas benzeduras e, em Santa Catarina, recolhemos as seguintes:

101. “Empinge rabuja,
 Que quer rabujar,
 Com a cinza do lar
 Hei de te matar.

(Fazer 3 cruzeiros com o indicador molhado em saliva em jejum e cinza. As cruzeiros são feitas sobre a empingem)

(CABRAL, 1957. p. 134) [sem grifos no original]

Muitos são os exemplos elencados por Cabral (os números à esquerda das orações de benzeduras indicam a quantidade de rezas), de orações e simpatias utilizadas pela população, que “ainda persistem” no seio da sociedade, não obstante o avanço da medicina moderna (CABRAL, 1957).

Observa-se que, na medida em que apresentava a benzedura, tratando-a como uma manifestação folclórica, o médico e historiador Cabral instruía seu leitor, com termos médicos e científicos, sobre a enfermidade de que estava tratando.

Cabral, ao que parece, age de forma a persuadir seu leitor, demonstrando, pedagogicamente, os verdadeiros causadores das enfermidades, utilizando dos termos médicos científicos para tanto: “helmintos, vermes, anemias, micoses”, etc.

O escritor e médico catarinense, ao que se infere, parece seguir os ensinamentos de seu mestre Carlos Chagas, atuando para a mudança do paradigma pautado numa cosmovisão da doença calcada em forças causais sobrenaturais para um paradigma considerado científico, apoiado no microscópio e nos estudos da parasitologia. Cujos meios a Ciência Médica já dispunha para combater e, de fato, curar tantas enfermidades.

Mesmo a publicação de *“A Medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no Folclore”* (1957), possuía um efeito multiplicador e que, aos poucos, contribuiria para uma maior propagação do conhecimento médico científico entre a população em geral. Ao passo que servia como uma espécie de “manual” para que os profissionais da saúde pública conhecessem a cultura e formas de ver e pensar o mundo daqueles os quais estavam a tratar. O que evitaria, em parte, maiores embates no campo da saúde pública, como o ocorrido na Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, no início do século XX.

Uma ação inteligente por parte de Cabral, consciente ou não, que contribuiu, acredita-se, para alterar profundamente a matriz que, de alguma forma, mantinha a maior parte da população ainda mais propensa a procurar um curador do que um médico para aplacar os seus males do corpo.

Cabral não ataca as ações dos curadores e benzedores de forma direta, mas age no conjunto de crenças, de saberes e de conhecimentos que fazem com que eles passem a ser cridos e procurados pela população. O pressuposto de Cabral, supõem-se, consistia no fornecimento e troca de informações, e que só assim, ensinando ao povo, não haveria mais lugar para crenças no campo da doença e da cura. Ou seja, Cabral parecia acreditar que se a população soubesse o que causa a doença, seu agente patológico, conseqüentemente, num processo de dessacralização das causas da doença, dificilmente iria trocar o médico por um curador novamente, o que de fato veio a ocorrer.

Não se pode perder de vista que mesmo em 1950/60 ainda era bastante forte a crença na “Medicina Teológica” como aponta mesmo Cabral, convivendo simultaneamente com as outras “medicinas” elencadas por ele: a Mágica e a Medicina Naturalística ou Científica.

Entretanto, mesmo depois do advento do sistema naturalístico, o conceito teológico não se viu banido. Persistiu mesmo entre povos cuja medicina já havia atingido a um notável grau de desenvolvimento, v.g., os egípcios que, no dizer de Heródoto, possuíam médicos mais hábeis do que quaisquer outros. “A medicina religiosa não cessou de fazer concorrência à medicina científica”. [Faz referência à Pierre Lavedan – “Dictionaire illustrée de la Mytologie et des antiquités Grecques e Romaines’]. Não diremos que em nossos dias haja u’a medicina religiosa a fazer concorrência à medicina científica. Mas podemos afirmar que assim como subsiste a crença inabalável de que a Divindade exerce o seu poder sôbre as causas naturais que determinam o aparecimento das doenças, também se encontram remanescentes da medicina teológica de outras eras, não mais praticadas por sacerdotes, mas difundidas entre o povo. (CABRAL, 1957, p. 25)

Caberia, portanto, a dissipação do conhecimento médico científico entre a população, ainda em bastante número analfabeta, fazendo-os acreditar, agora, na Ciência, mais do que, na credence e no folclore, ou nas divindades como causadores das doenças e nos curadores como os responsáveis pela cura.

A medicina no Brasil, durante a Primeira República, da qual Cabral parecia ser adepto, estava fortemente relacionada a uma formação sanitarista – cujo campo de atuação concentrava-se no meio urbano. Estava integrada ao processo de formação do Estado Nacional e neste sentido ações mais interventivas de profissionais da saúde pública surtiriam um efeito normalizador e um processo quase que constante de vigilância entre Governo e governados, mas, também entre os próprios governados entre si.

Embora este processo tenha, também, acirrado ainda mais o processo de exclusão social, uma vez que muitas das campanhas pautavam-se em tão somente identificar/classificar grupos construídos como perigosos, ou de risco, a partir de discursos opostos com foco em pares antitéticos: o saudável contra o doente, o promíscuo contra o regrado, o informado contra o desinformado, o vacinado contra o não vacinado, entre outros. Tudo isso numa sociedade cuja principal característica já era a exclusão social da maior parte de seus cidadãos, como o caso da brasileira.

É neste cenário que a utilização do aparato bibliográfico pedagógico que se utiliza do imaginário e das representações se configurou como um instrumento bastante útil para a implementação das ações e das práticas institucionais de saúde-pública, tais como a fartamente produzida por Oswaldo Cabral em Santa Catarina. Mesmo que este aparato literário medico histórico e científico e suas reverberações práticas tenha sido, por vezes, implementado de forma

bastante autoritário, patriarcal e excludente, quer seja o sistema de isolamento de doentes, o tratamento compulsório ou mesmo a vacinação obrigatória.

Quanto ao poder público – pautado em argumentos que procuravam justificar a tutela da população – advogava em favor de uma intensa campanha de esclarecimento que deveria ser feita por meio de propaganda vasta, tenaz, insistente, pela palavra, pelo folheto, pelo cinema, pelo gramofone, pelo cartaz. (PENNA, 1918, p. 13)

A produção desse material, como os almanaques, revistas especializadas e vasta bibliografia, além da imprensa escrita (jornais) no que diz respeito ao conhecimento científico, foi realizada em sintonia com as políticas públicas. Estas legitimavam e chancelavam mesmo uma ação mais efetiva do Estado em prol da saúde coletiva.

Entre essas ações a implementação de medidas obrigatórias, promulgação de Leis, formulação do Código Penal de 1940 que, por sinal, possuía, e ainda mantém, uma série de artigos que tutelaram o “bem jurídico” saúde pública, ou coletiva, bem como criminaliza a prática do “charlatanismo” e o “curandeirismo”.

Nesses materiais são difundidos os novos preceitos da medicina moderna, novas descobertas científicas os quais circulavam por meio de uma rede cuja capilaridade era composta por um aparato de revistas e impressos, mas também, levados a termo por uma rede de médicos espalhados por todo o território nacional os quais orientavam a população para esta nova forma de curar-se.

Durante o século XIX, o século dos Cirurgiões, como apontam muitos autores, o saber científico sobre as causas da doença, desenvolveu-se, principalmente a partir do empirismo e o conhecimento médico sobre a etiologia das epidemias ainda estava pautado na teoria dos miasmas. Somente com as experiências de Louis Pasteur (1822-1895) e de Robert Koch (1843-1910) é que ficou comprovado que as infecções estavam relacionadas a seres microscópicos os quais poderiam ser eliminados quando submetidos a um processo de aquecimento. Essas pesquisas demonstraram que nem o ar, nem os alimentos seriam capazes de provocar a geração espontânea, pondo por terra a hipótese de que maus odores, veiculados pelo ar (os miasmas), seriam agentes patogênicos.

Cabral escreveu críticas ao Governo de Santa Catarina que na década de 1920 havia adotado medidas para sanear física e moralmente a sua população, e cujas ações estavam, ainda, pautadas nas teorias dos miasmas, já ultrapassada. Medidas as quais ele considerou inócuas,

afirmando que se tratavam de pequenas providências para sanear males tão grandes (CABRAL, 1927).

Cabral defendia uma melhor organização e controle das atividades relacionadas à saúde e afirmava, já naquele período, que a “atenuação dos problemas de saneamento urbano deveria [passar], inexoravelmente, pela educação sanitária, pedra fundamental de toda campanha moderna de saúde pública” (CABRAL, apud GARCIA, 2004, p. 104) não só por meio de remodelação do espaço urbano, com a demolição de casas, construção de ruas, aterros e saneamento básico.

Por fim salienta-se o tributo da organização da medicina, feito por Cabral, aos portugueses colonizadores do Brasil. O médico e escritor catarinense atribuiu uma certa organização do exercício público da medicina no Brasil à vinda da família real portuguesa para a sua colônia nas Américas, em 1808:

Não consiste novidade afirmar-se que o exercício da arte de curar, no Brasil, só começou a apresentar vestígios de organização, embora de início bastante rudimentar, depois da chegada à Baía da Família Real Portuguesa. O século XVIII conhecera, no próprio Reino, a maior desorganização e a maior confusão, que, no Brasil, é claro, atingiram proporções incalculáveis. O curandeirismo, a feitiçaria, as práticas mais estranhas abundaram, conseqüentes à ignorância e às superstições mais absurdas, atingindo altas e baixas esferas sociais [...] (CABRAL, 1942, p. 11).

Cabral, no trecho transcrito, deixa transparecer um outro compromisso por ele assumido: o de enaltecimento da presença lusitana no Brasil, atribuindo à organização do exercício das artes de curar no Brasil à vinda da família real portuguesa. Antes reinavam absolutas a “feitiçaria” o “curandeirismo”, as “práticas absurdas” (CABRAL, 1942, p. 11) em razão da ignorância em que vivia o povo na então colônia lusitana. Para Cabral, ao que parece, foram os portugueses que fundam e lançam as pedras angulares da Ciência Médica no Brasil.

Por diversas vezes, Cabral, em suas obras, sublinhou e acentuou a importância do português para o desenvolvimento e o processo de civilização da sociedade brasileira, de um modo geral, e do luso-açoriano para Santa Catarina, em particular.

Cabral, ao que tudo indica, não mediu esforços para construir uma memória aparente positiva, predominantemente luso-açoriana para Santa Catarina. Segundo o que se pôde observar por meio da escrita de Cabral, são os luso-açorianos os responsáveis pelo desenvolvimento das instituições, do conhecimento, das profissões mais destacadas e de liderança no estado, pois se o

açoriano não era afeito ao trabalho na terra, sobrava-lhe em inteligência e determinação para comandar e liderar a “pátria catarinense” ao progresso e desenvolvimento (CABRAL, 1940).

Este será o principal tema da próxima, e última seção, deste capítulo.

2.4 Os açoritas: o mito de origem e a epopeia dos açorianos em terras “catarinas”

Por mares nunca de antes navegados
 Passaram ainda além da Taprobana,
 Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram;
 (Luís de Camões)⁹⁰

Nesta última seção deste segundo capítulo da tese, a análise parte de discussões acerca da construção de uma identidade açoriana para Santa Catarina, por meio de estudos folclóricos promovidos e encampados por Oswaldo Cabral, principalmente durante a década de 1950.

Cabral, ao que tudo indica, buscou dentre a infinidade de temas culturais passíveis de estudo e pesquisa em Santa Catarina, aqueles que realçavam ou valorizavam a presença luso-açoriana no estado. Como que, por suposto, a dar continuidade a uma das mais importantes obras sobre a História de Santa Catarina, escritas por ele, e que serviu, muitas vezes de guia para trabalhos produzidos sobre a história do estado durante décadas consecutivas. Trata-se do livro “*Santa Catharina: história e evolução*”, publicado em 1937 pela então renomada Companhia Editora Nacional, da coleção Brasileira.

Merece destaque a apresentação da obra contida no sítio eletrônico da Coleção Brasileira:

Considerada um dos melhores trabalhos relativos à história de um estado brasileiro, **a obra valoriza a atuação dos sertanistas paulistas no povoamento inicial do território e a presença do elemento açoriano, a partir de meados do século XVIII, alterando a imagem de uma Santa Catarina estrangeira, determinada pela forte presença de imigrantes, sobretudo alemães.** Cabe lembrar que o livro foi lançado num contexto de fortalecimento de um discurso de identidade nacional, e uma retórica nacionalista promovidos durante o período correspondente ao Estado Novo, no Brasil, que visava conter as identidades regionais e locais e as influências alienígenas, como as de imigrantes que não dominavam a língua portuguesa. (COLEÇÃO BRASILIANA, s/nº)⁹¹ [sem grifos no original].

A apresentação do livro, contida no sítio eletrônico da Coleção Brasileira, toca num ponto fulcral da empreitada histórica promovida por Cabral em sua construção de uma memória para Santa Catarina: a valorização da presença do “elemento açoriano” neste estado do sul do

⁹⁰Os Lusíadas de Luís de Camões, Canto I

⁹¹Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/298/santa-catarina-historia-evolucao> acessado em 14 de abril de 2018.

Brasil. O livro de Cabral, de fato, contribuiu para a alteração de uma imagem de Santa Catarina, antes associada a presença do imigrante alemão, principalmente, para um estado com feições mais lusitanas, por assim dizer.

O Estado Novo (1937-1945), também mencionado na apresentação do livro, empreendeu amplo processo de construção de uma identidade nacional que visava, sobretudo, uma maior e mais efetiva presença do Governo Federal nos Estados Brasileiros. Ao tempo em que promovia uma contenção de possíveis fortalecimento das identidades regionais, ou mesmo estrangeiros no país.

Os esforços do Estado Novo foram direcionados para a garantia da centralidade do governo federal, e mesmo a manutenção da integralidade territorial do país, frente às crescentes ondas favoráveis e reivindicatórias por uma maior e mais efetiva autonomia dos governos estaduais, a exemplo do ocorrido com a Revolução de 1930.

Assim, por meio da criação de órgãos federais responsáveis pelos mais diversos setores, tais como Saúde e Educação, poderia a União, na figura central de Getúlio Vargas, garantir uma efetiva presença nos Estados e Municípios do extenso território nacional. Ao tempo em que promovia um maior controle dos levantamentos acerca dos conteúdos culturais veiculados e implementados pelos governos estaduais. Bem como conduzia a forma como seriam articulados no âmbito popular os preceitos e as políticas públicas voltadas à Educação e à Saúde Pública, nos mais distantes rincões da nação brasileira.

Essa presença federal se dará, entre outros fatores, principalmente por meio de políticas públicas e sociais encampadas e patrocinadas pelo Governo Federal nos Estados e voltadas não só para a educação e a saúde, mas também para a Cultura, com vias à construção de uma identidade brasileira para o país e o fortalecimento do sentimento de pertencimento à pátria.

Data da década de 1930 a criação do MESP – Ministério da Educação e da Saúde Pública, cujo principal nome foi Gustavo Capanema, braço forte de Getúlio Vargas e que articulou amplas reformas no tocante às áreas da Educação e Saúde Públicas no País, conforme já mencionado no início deste capítulo.

Em Santa Catarina não será diferente. A presença do Governo Federal se dá por meio da criação de importantes órgãos de Saúde Pública, como a construção do prédio e implementação do Departamento de Saúde Pública, em Florianópolis, inaugurado pelo próprio Getúlio Vargas, no ano de 1940, período em que era interventor no Estado o político catarinense Nereu Ramos. A

inauguração ocorreu em meio às festividades católicas da Procissão do Senhor dos Passos, promovida pela Irmandade religiosa de mesmo nome. A visita do Presidente da República foi noticiada pela imprensa local:

A velha cidade de Desterro engalana-se, veste o que tem de melhor para esperar aquele em cujas mãos está o destino do país. De todos os pontos do Estado aqui aportam forasteiros ávidos de conhecer o presidente da República. (“DIÁRIO DA TARDE”, 09/03/1940)

Outro jornal impresso, o de maior circulação em Santa Catarina, trazendo à primeira página imagem do presidente Getúlio Vargas, expõe as preocupações de uma unidade nacional, às contribuições que já têm feito o “Povo dócil e laborioso, o Catarinense [que] trabalha desinteressado, integrando o seu fecundo suor na gênese de um Brasil remojado e poderoso” (“O ESTADO, 09/03/1940”).

(...) Nossas cidades centros de cultura, comércio e indústria, nossos campos celeiros opimos [sic] e variados hão de provar à vião do egrégio presidente que Santa Catarina cumpre, lealmente, o seu papel na **cumunhão [sic] nacional** e que, em todo tempo, não deshonrará as tradições de trabalho e coragem que os nossos **maiores nos legaram e que solidificaram, na parte meridional do país, o espírito de um Brasil soberbamente indivisível**. (“O ESTADO”, 09/03/1940) [sem grifos no original]

O periódico, “mais antigo diário de Santa Catarina” deixou transparecer, no trecho transcrito, nas palavras escolhidas e aqui destacadas, tais como **cumunhão**, a de um país soberbamente indivisível, as preocupações que, invariavelmente, existiam à época do Estado Novo. Quais sejam a do crescimento de um fortalecimento de identidades regionais e possibilidades de implantação, aqui, de uma Federação cujos Estados possuíssem maior autonomia administrativa, aos moldes dos Estados Unidos da América. Ao custo, quiçá, de possibilidades de separações, dada as crescentes ondas anteriores de insatisfação com a alternância do mando nacional entre, apenas, os Estados de São Paulo e Minas Gerais, período que ficou conhecido na história como República do Café (São Paulo) com Leite (Minas Gerais).

O jornal também trouxe estampado em sua primeira página, a agenda do Presidente Getúlio Vargas na capital catarinense. Nela, pode-se observar as obras públicas que foram inauguradas pelo então presidente da República. Destacando-se no campo da saúde, a sede do Departamento de Saúde do Estado, no centro de Florianópolis, local que serviria para abrigar e concentrar a administração e o planejamento no campo da saúde pública no estado. Também,

destaca-se a inauguração da Colônia Santa Tereza, local de internamento compulsório dos portadores de hanseníase em Santa Catarina⁹².

As inaugurações e a presença do presidente, são indícios da presença da União no estado catarinense e apontam para a implementação de políticas públicas no campo da saúde, da educação, da segurança pública e justiça promovidas pelo governo federal em Santa Catarina.

Desfile após a saudação, das forças de terra e mar, escolares, sociedades esportivas, associações de classe e sindicatos.

DIA 11

Às 8 1/2 horas – Inauguração do Departamento de Saúde, falando o seu superintendente, dr. Agripa de Castro Faria.

Às 9 1/2 horas – Inauguração da Colônia Santa Tereza, falando o senhor Interventor Nerêu Ramos.

(Nota – As pessoas que, não fazendo parte da comitiva, queiram assistir à inauguração da Colônia Santa Tereza deverão passar na Ponte “Hercílio Luz” até às 8 horas. Após essa hora só passará a comitiva)

Às 13 horas – Almoço [sic] íntimo no Palácio do Governo.

Às 15 1/2 horas – Inauguração do Abrigo de Menores, falando o Juiz de Menores da Capital, dr. Hercílio J. da Silva Medeiros.

Às 17 horas – Inauguração do novo pavilhão da Penitenciária da “Pedra Grande”, falando o seu diretor, dr. Edelvito Campelo de Araújo.

Às 19 horas – Te-Deum na Catedral Metropolitana – homenagem da Arquidiocese de Florianópolis, ao excelentíssimo senhor Presidente Getúlio Vargas, falando o sr. Arcebispo Metropolitano, D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Às 21 horas – Banquete no Palácio da extinta Assembléia Legislativa, falano o senhor Interventor Nerêu Ramos.

DIA 12

Às 10 horas – Inauguração do Grupo Escolar “Getúlio Vargas”, falando o dr. Ivo D’Aquino, Secretário do Interior e Justiça.

(Jornal “O Estado”, 09/03/1940) [sem grifos no original]

⁹²Para saber mais sobre o lazareto Colônia Santa Tereza e as políticas de combate à lepra em Santa Catarina durante o Estado Novo, ver: (VAZ, 2012, pp. 131-173).



Figura 15: Fotografia da Sede do Departamento de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina – 1945
Arquivo Público de Santa Catarina - Florianópolis

Não só nestas áreas havia investimento por parte do governo federal. Há, ainda um importante movimento nacional acerca da afirmação do Folclore como ciência, a ciência do povo, que reverberou em solo catarinense. Folclore que, de alguma forma, foi utilizado como importante instrumento de construção ou invenção de uma nacionalidade para o País ao tempo em que reforçava características regionais.

E, a partir desta “ciência”, tal como era compreendido o folclore por muitos intelectuais daquele período, serão empreendidos inúmeros trabalhos de levantamento sobre o folclore nacional em suas tentativas de construção do mito de convivência pacífica das três “raças” fundantes da identidade brasileira (VILHENA, 1997). Convivência que, ao menos em terras catarinenses, acredita-se, não teria ocorrido assim de forma, tão “pacífica” e regular, não, ao menos quando analisamos as obras de Cabral que, por suposto, promoveram uma colonização, principalmente da memória africana em Santa Catarina, foco do terceiro capítulo da tese. Mas que se pode estender também para a presença indígena no estado, que, é pouco ou nada registrada por Cabral.

Para Cabral o *Folclore* era considerado como “a ciência que se ocupa de tôdas as manifestações e aplicações da cultura vulgar” (CABRAL, 1954, p. 35). Cabral a entendia como uma palavra formada a partir de duas outras de origem inglesa as quais, numa tradução apertada, significaria o estudo sobre os saberes do povo: “FOLK-LORE” (CABRAL, 1954, p. 14).

Em Santa Catarina os estudos folclóricos, ou as pesquisas voltadas aos “saberes populares” ou “tradicionais”, ganhou envergadura e *status* institucional. Com direito a uma Comissão criada em 1949 e acolhida pelo Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, a Subcomissão Catarinense de Folclore, que veiculava as pesquisas e levantamentos dos saberes populares em uma revista própria: o Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore cujos exemplares eram impressos pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

A Subcomissão do Folclore, em Santa Catarina, teve à sua frente e um dos seus principais articuladores, o médico, professor e folclorista Oswaldo Rodrigues Cabral. Voltar-se-á, no próximo capítulo, a abordar o Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore, e seus conteúdos propriamente ditos. Por ora, basta apontar para a importante presença de Cabral neste movimento folclórico em Santa Catarina e sua participação para a solidificação de uma identidade açoriana para o estado, ao menos para o litoral catarinense.

Oswaldo Rodrigues Cabral foi o maior expoente desse movimento de “folclorização” da Cultura Popular em Santa Catarina. Logo, o tema do Folclore é essencial para aproximar-se do pensamento e da forma como ele escreveu e pensou parte da História e Cultura de Santa Catarina. Cabral dedicou-se à escrita de manifestações que chamou de folclóricas, preocupando-se prioritariamente com as que, remetiam, de alguma forma, à uma origem e identidade luso-açoriana para Santa Catarina.

Sobre o folclore, Cabral reservou toda uma obra para o tema, intitulada *Cultura e Folclore: e suas bases científicas* (1954), editada pela Comissão Catarinense de Cultura, e cuja composição, impressão e *clicheria* foram da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Nesta obra, Cabral arregimenta vários estudiosos, pesquisadores nacionais e internacionais da Cultura e do Folclore, de modo dar legitimidade e cientificidade à sua escrita. Num exemplo de citações circulares em que um determinado autor é citado por outro e que passa a ser, agora, citado pelo próprio Cabral, que é trazida a citação a seguir:

Não foi certamente sem ter de vencer inúmeras dificuldades que conseguiu o FOLCLORE adquirir uma autonomia tão desejada pelos seus cultores, tornar-se “a mais atrativa e séria das ciências” [Cita ANDREW LONG – Apud ARTUR RAMOS – Estudos de Folklore – ed. Casa do Estudante do Brasil – Rio, pág. 17, em nota de rodapé] [...]
GASTON PARIS e folcloristas franceses do último quartel do Século XIX inclinaram-se para as finalidades puramente literárias, lançando o termo de **literatura oral** que chegou a usufruir de uma certa aceitação. Posteriormente, impressionados por trabalhos surgidos no centro europeu, alguns folclorólogos franceses e belgas conceberam o FOLCLORE

como um estudo dedicado ao “próprio povo” - já como realidade distinta e original no seio do corpo social [[cita ANDRÉ VARGNAC – *Civilization Traditionelle et Genrs de Vie* – Ed. do Estudante do Brasil – Rio, pag. 17]

VAN GENNEP foi muito além e, partindo do ponto de vista de que o FOLCLORE tem por objeto de estudos o ser vivo, manifestações vivas da sua cultura, deveria submeter-se aos métodos usuais das ciências biológicas – e que o folclorista não deveria ser um historiador, porque não estuda o passado, mas deveria ser um biólogo, pois que se dedica ao estudo daquilo que tem vida [VAN GENNEP – *Folklore*, pág. 32].

Henri Gaidoz, com outros, buscou ligar o FOLCLORE às ciências históricas, corrente que encontrou em SAINTYVES quem buscasse sistematizar a aplicação do método histórico-comparativo aos estudos [cita ANDRÉ VARGNAC, pág. 10]. (CABRAL, 1954, pp. 18-19)

Este último método, o histórico-comparativo, parece ser o adotado por Cabral em suas obras a partir de então. Cabral ainda arrola muitos outros estudiosos e conceitos para reforçar o caráter científico do estudo do Folclore. São vários nomes citados por Cabral num curto espaço de páginas, nomes ligados, segundo ele, ao estudo do Folclore no âmbito mundial e nacional: “William John Thoms, Hene, Brande, Ellis, Perrault, Saintyves, Des Brieux, Brand, Michelet, Du Chesnel, Ismael Moya, Gonzalo de Correias, Richard James, Malinowski, Sebillot, Marcel Mauss, Ralph Steel Boggs, Rafaelle Gorso, Morete Best, são alguns dos nomes de pesquisadores internacionais. E, entre os nomes nacionais, pode-se elencar: Padre Bento Pereira, Joaquim Ribeiro, Artur Ramos, Amadeu do Amaral, Franz Boas, Silvio Júlio entre outros. Talvez uma tentativa de legitimar a valorização atribuída ao termo folclore por Cabral ao longo de toda a sua produção bibliográfica sobre a cultura e ciência de Santa Catarina.

Também, ao citar tantos pesquisadores nacionais e internacionais, pode-se inferir, que Cabral tencionou demonstrar que não estava sozinho a pesquisar e valorizar o folclore. Uma vez que se pode entender que seu texto não estava isolado, sem a devida fundamentação teórico científica com referencial de renomados pesquisadores do tema. Para tanto cita opiniões de inúmeros estudiosos, que defendem a mesma tese sobre a cientificidade dos estudos folclóricos.

Desta forma, Cabral passou a repetir e arregimentar apoiadores que convergiam para um mesmo “fato”, reforçando “cientificamente” um dado argumento: “A cuidadosa indicação da presença de aliados é o primeiro sinal de que a controvérsia está suficientemente acalorada para gerar documentos técnicos” (LATOUR, 2011, p. 48). O que parece ser o objetivo de Cabral, sobretudo com a escrita do livro que trata exclusivamente sobre o Folclore.

Cabral utiliza deste mesmo recurso de arregimentar aliados para, também, em linhas gerais, defender que a fé católica e a civilização do Estado de Santa Catarina estariam, intimamente, relacionados à chegada do “extrangeiro branco” em terras catarinenses. E que a formação do povo

catarinense, sua vitória e desenvolvimento, foram fruto da epopeia dos casais de açorianos que atravessaram o Atlântico para povoarem estas terras:

É o dia da Paschoa de 1504.

A bahia tranquila reflecte em suas aguas os primeiros tons doirados do sol da manhã.

De bordo de um pequeno navio de reduzida tonelagem, destes em que a audacia humana se atirava pelo Atlântico, em busca de ouro, de terras e de glórias, desce a procissão.

Os officiaes de bordo, com o próprio commandante á frente, vestem os gibões coloridos das grandes solenidades, com punhos e peitilhos de rendas, e trazem, pendentes das cintas, as pesadas espadas, cujo aço rebrilha á luz da manhã.

Manda a piedade que desçam á terra descalços e lustrosa, e assim estão todos, carregando, deitada, **uma pesada cruz de madeira.**

Varios naturaes do paiz, de pelle bronzeada e lustrosa, de músculos salientes e rijos, empenham-se em auxiliar os **brancos estrangeiros** e, dentre elles, um velho forte, meão de altura, algo obeso, em quem se reconhece o chefe do aldeamento próximo, pelas plumas de uma só côr que traz á cabeça, como adorno, gravemente, como aquelles forasteiros, impunha-se á tarefa piedosa.

Chegada a uma ponta de terra, de face para a bahia, detem-se a procissão e **levanta-se então a Cruz**, ao ribombo dos canhões de bordo e aos disparos dos mosquetes da tripulação, cujo écho se repete, ao longe, pelas quebradas dos montes.

Estava erguido sobre o sólo de Santa Catharina, **pela primeira vez, o symbolo da chistandade, o marco da civilização.** (CABRAL, 1937, pp. 28-29). [sem grifos no original]

E é a cruz o “marco da civilização”, como aduz Cabral, e foram ambas - religião e civilização, trazidos para Santa Catarina pelos “brancos estrangeiros” lusos-açorianos. Neste momento Cabral não faz muita distinção entre lusitanos e outras etnias. Importa muito mais a fundação de um evento épico e a construção do mito de origem à história do Estado, tal como parece ser o tom de sua escrita, evidenciado no trecho citado.

Sob a ótica do folclore e com base em métodos comparativos de uma história pautada numa espécie de darwinismo social aplicado ao elemento branco estrangeiro, Cabral passou, então, a justificar o sucesso em terras catarinenses, dos casais de açorianos, saudando à maneira de uma epopeia.

Cabral passa a escrever uma história de Santa Catarina pioneira, mas cuja historiografia foi fortemente empenhada, nitidamente, com o fim de construção de um Estado catarinense como um lugar de católicos, brancos e “civilizados”, fundado pelos luso-açorianos, ou como ele se refere, os “açoritas”. História que irá focar a “epopeia” dos casais de luso-açorianos que vieram “desenvolver” e “civilizar” a região do litoral catarinense em meados do século XVIII.

Pareceu, de começo, com a vinda destes elementos colonizadores, tonificar-se a vida da colônia. Armavam-se as choupanas, lavrava-se a terra, notava-se por toda a parte uma verdadeira febre de trabalho. As sementeiras surgiram, a matta foi sendo derrubada, os

engenhos de assucar se levantavam ao lado dos de farinha e os teares appareceram pela primeira vez na Ilha. (Cabral, 1937, p. 95)

Cabral e outros folcloristas, intelectuais e historiadores catarinenses se esmeraram em aproximar Santa Catarina de Portugal. Para o caso de Santa Catarina será valorizada as raízes dos colonizadores luso-açorianos, considerados por Cabral, como os grandes povoadores e “civilizadores” de Santa Catarina, como já afirmado. Tal empenho encontrará guarida em instâncias consagradores de saberes e de produção de conhecimento, tais como o próprio Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896), a Comissão Catarinense de Folclore (1949), e, mais tarde, a própria Universidade Federal de Santa Catarina por meio da criação do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, instituído em 1984, com o objetivo de

(...) realizar pesquisas da Cultura de base Açoriana dos povoadores, vindo do Arquipélago dos Açores, ainda que descendentes de portugueses continentais, quando vieram para o Sul do Brasil, em meados do século XVIII, já haviam desenvolvido nos Açores, ao longo de mais de 200 anos de sua historia, uma evolução sócio demográfica e cultural, distinta da cultura portuguesa continental em muitos aspectos. A dinâmica sócio cultural e demográfica do Açoriano no litoral catarinense contribuiu de forma decisiva na feição dos padrões culturais da região. Os aspectos culturais difundiram-se ao longo dos séculos XVIII no litoral de Santa Catarina e os frutos são percebidos entre mais de um milhão de habitantes, distribuídos pelos 45 municípios do território catarinense. O NEA foi reestruturado em 1992 e se adotou uma nova filosofia com o seguinte direcionamento: continua sendo um pólo de pesquisa e investigações sobre a cultura açoriana no Estado, mas hoje temos um trabalho comunitário que atinge todo o litoral de Santa Catarina com cursos, palestras, mapeamento cultural e reciclagem para professores. **Criamos a Festa da Cultura Açoriana onde podemos mostrar o que temos de mais significativo e autêntico nesta herança cultural.** (ALVES; PEREIRA, s/n)⁹³ [sem grifos no original]

No âmbito nacional, Cabral salienta, por exemplo, a importância da vinda da corte portuguesa na organização das práticas de cura no Brasil, alegando que antes era o “caos”, e que, no Brasil, reinava a abundância de “feitiçarias” e toda a sorte de práticas das mais “absurdas” (CABRAL, 1942, p.13). Traçando desde já, uma evidente diferenciação entre a medicina nativa, representada pelas práticas dos indígenas e africanos e a estrangeira, trazida pelos portugueses⁹⁴. Aquela permanecia, ainda nos graus menos evoluídos, ao passo que a Medicina trazida pelos

⁹³Disponível em <http://nea.ufsc.br/sobre/> acessado em 8 de abril de 2018.

⁹⁴Em 1808, D. João VI criou a primeira escola de nível superior do Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia. Em 1813 passa a ser denominada de Academia Médico Cirúrgica. Depois, chamada de Faculdade de Medicina da Bahia em 1832 e Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia em 1891. Finalmente torna-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia em 1946.

portugueses seria o embrião da Medicina Científica, ou moderna, e que, portanto, a mais evoluída civilização (CABRAL, 1957) das que contribuiriam para a formação nacional.

Os discursos e escritos ufanistas buscando o mito de origem da fundação de Santa Catarina e a construção de uma memória grandiosa e heroica para com os brancos estrangeiros “açoritas”, de Cabral, a rigor, eram compactuados com um grupo de intelectuais dos mais diversos seguimentos nacionais desde a 1ª República. Todos empenhados em reatar, reconstruir e realçar as características lusitanas do Brasil (CELSO, 1997).

Cabral fazia parte deste coro de intelectuais interessados em realçar e “resgatar” um passado lusitano ao Brasil. O que pode ser evidenciado com a escolha dos temas e das principais discussões realizadas no primeiro congresso de História de Santa Catarina, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, em 1948.

Nesta mesma direção, qual seja, a do “resgate” das heranças e tradições luso-açorianas em Santa Catarina, caminhou grande parte das pesquisas e obras de um grupo de historiadores catarinenses, que seguem dando sequência e reforçando a herança açoriana. Destacando práticas populares de cura, divulgando o folclore e a cultura dita açoriana para o Estado.

Temos nos dedicado a estudar essa migração, porquanto perquirindo obras de autores brasileiros ou atinentes ao Brasil, como João Alberto de Miranda Ribeiro, em seu “Relatório” de 1797, Paulo José Miguel de Brito na sua “Memória política”, editada em 1829 e em 1832, Manuel Joaquim d’Almeida Coelho em sua “Memória histórica”, de 1853 e 1877, Pe. Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva em sua “Notícia Geral”, ou ainda, mais recentemente Lucas Alexandre Boiteux no seu “Açorianos e Madeirenses em Santa Catarina”, 1953, e Oswaldo Rodrigues Cabral, em “Os açorianos”, 1950, vimos que elas não abordam todos os tópicos inerentes ao contexto migratório insulano, em toda a sua extensão e só o fizeram com documentação brasileira. (PIAZZA, 1987, p. 9)

É recorrente o interesse de uma intelectualidade catarinense, pela “cultura” luso-açoriana em detrimento, do “elemento” indígena e africano, denotando, mesmo, uma colonização da memória histórica de Santa Catarina. Tal como dá conta o trecho a seguir transcrito, que abre uma publicação portuguesa sobre o 1º Congresso de História Catarinense, em Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana, realizado no ano de 1948:

O estado de Santa Catarina, juntamente com os estados de S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, constitui o Brasil meridional. Estende-se por uma área de 95.000 quilômetros quadrados, aproximadamente (ou seja pouco mais que a superfície de Portugal continental), e conta uma população de cerca de 1.500.000 habitantes. Não falando dos elementos indígenas **(designadamente o caigangue, hoje quase completamente desaparecido)** e africano **(este em pequena percentagem)**, os núcleos étnicos mais

importantes do estado são, por ordem decrescente: o português (açoriano e madeirense, o primeiro dos quais para ali imigrou desde o ano de 1748 e se fixou de preferência no litoral); o alemão (que, desde 1829, ocupou a bacia do Itajaí); e o italiano (que, na segunda metade do século XIX, se estabeleceu nas bacias do Tijucas e do Araranguá). (BOLÉO, 1950, p. 5) [sem grifos no original]

Se há um mito das três “raças” para o Brasil, em Santa Catarina, estas são representadas, eminentemente, por brancos europeus: o Português, o alemão e o italiano, principalmente, tal como se pode inferir do trecho transcrito da lavra do professor português.

A julgar a difícil ou delicada aproximação do Brasil no contexto pós Segunda Grande Guerra Mundial, com o alemão e mesmo com o italiano, e a forte presença de imigrantes destes países em Santa Catarina. Ao que parece, restaram o “elemento” português – açoriano, madeirense ou do continente – para investir como o elemento central a identificar esta região meridional brasileira, segundo o que se supõe. Tanto que um grupo de historiadores tradicionais em Santa Catarina, sob a liderança de Cabral, concentraram esforços para construir um mito fundador, por assim dizer, para o Estado de Santa Catarina, atribuído à vinda dos casais açorianos para o litoral catarinense. O que, invariavelmente fez com que Santa Catarina, mesmo, fosse uma região que ainda hoje, em pleno século XXI, seja, recorrentemente, reconhecida pelos habitantes de outras partes do País, como um lugar de cultura e colonização eminentemente branca e europeia por excelência.

O que se quer afirmar é que a escrita da História de Santa Catarina, empreendida por Cabral, contribuiu, e muito, para a construção dessa ideia sobre um Estado branco, açoriano e, ainda, católico ao sul do Brasil. A ideia de uma Europa Brasileira, como é, por vezes, recorrente a associação realizada por Cabral, ao tratar da história catarinense.

[...] os açorianos estavam já na sua nova pátria [Santa Catarina] e, favorecidos pelas mercês reais, que lhes deveriam facilitar as condições de existência nos primeiros anos do exílio, amparados pelos carinhos, ainda que não reconhecidos, dos Governadores que os receberam, não podiam suspeitar sequer que haviam sido os protagonistas de uma página ímpar na história do povoamento do sul do Brasil e que para **Santa Catarina constituíam o ponto inicial da sua estruturação social, marcando o advento de uma nova e decisiva fase da sua existência.** (CABRAL, 1951, p. 41) [sem grifos no original]

Após longa explanação e narrativas da chegada dos casais de açorianos no litoral catarinense e de todo o sofrimento e mesmo “fracasso”. Não obstante o esforço dessa gente que veio para Santa Catarina, muitos não prosperaram, segundo nos dá conta Cabral em seu livro

“Santa Catharina: história e evolução”, de 1937, o qual pode ser, sem incorrer em exagero, considerado o livro fundador da história de Santa Catarina no âmbito nacional.

O fracasso de alguns casais de açorianos, afirma Cabral, se deu não em razão de pouco esforço, mas dada a algumas especificidades regionais do litoral catarinense. Tais como a ausência de “latifúndios”, como os que se estabeleceram nos “cafeeiros e assucareiros existentes mais ao norte” nos períodos colonial e imperial brasileiro. As terras “catarinhas” não conheceram “a sociedade colonial que viveu noutras paragens, o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitante em redor”. (CABRAL, 1937, p. 112). Santa Catarina não dispunha da quantidade de capital oriundo do sistema colonial, nem do “braço escravo”, tampouco a “caça ao selvícola para o seu internamento e aproveitamento” como mão de obra em grandes culturas ou minas (CABRAL, 1937, p. 111).

De fato, em Santa Catarina não houve o desenvolvimento de grandes extensões com domínios de monoculturas, como ocorrera em grande parte da região nordeste e sudeste do país, à época colonial e imperial. Muitas das quais em decorrência do desenvolvimento das antigas sesmarias. Diferente daquelas regiões, o estado catarinense desenvolveu-se a partir de pequenas e médias propriedades. Pequenas glebas de terras cedidas aos imigrantes, num primeiro momento, vicentistas e lusitanos, e, a partir de meados do século XIX, alemães, italianos, austríacos, poloneses, suíços, russos entre outros. Nas terras catarinenses desde muito cedo “iniciou-se então o regímen da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre, com todas as vantagens que apresenta” (CABRAL, 1937, p. 112). Aliada a grande diversidade étnica composta, principalmente pelos grupos de imigrantes europeus que por aqui aportaram, principalmente a partir de meados do século XIX.

Muitas das análises feitas por Cabral acerca da história e da formação do Estado de Santa Catarina marcaram profundamente e durante muito tempo, os demais estudos históricos e sociais desta região ao sul do Brasil.

Como que a buscar de um mito fundador “catarinense” Cabral enaltece, sobremaneira, os imigrantes lusitanos vindos do arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira, transferidos para o litoral catarinense em meados do século XVIII, como evidenciado no trecho a seguir.

O açoriano foi o elemento básico da sociedade catarinense. Recebeu e conservou **a língua, a religião, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, muitos dos quais ainda perduram, vivos, entre o povo catarinense.**

Ainda hoje se encontra a diversidade do destino que marcou as duas frações em que se dividiu a gente ilhoa que veio de 1748 a 1756 – a parte fracassada, economicamente nula e socialmente estacionária, a que ficou como dissémos, ligada à terra, nela empregando os mesmos processos rotineiros dos séculos passados; e a parte evoluída, economicamente sadia, socialmente estruturada, que encontrou noutros campos de atividade a prosperidade e o adiantamento ambicionados.

O fracasso da primeira, entretanto, não representa o fracasso de toda a tentativa nem representa a falência do seu espírito. Porque são a contribuição da alma açoriana, da civilização lusa que ela legou aos descendentes dos povoadores, o espírito da sociedade, as linhas mestras do complexo social de Santa Catarina.

Grandes e numerosas famílias, ilustres e destacadas, têm as suas origens nos modestos troncos vindos do arquipélago. São os descendentes daquela gente que “tecendo a trama dos nossos destinos, nobres deu à pátria, à religião, às ciências, às letras, tantas figuras altas e nobres de soldados e marinheiros, de padres e irmãos leigos, de médicos e juristas, de políticos e estadistas, de poetas e historiadores”. [cita Carlos da Costa Pereira, sem maiores referências]

O açoriano venceu pela sua descendência.

Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso.

E, amando a pátria [a pequena pátria catarinense] que acolheu os velhos troncos, elevou-a, impondo, como sinal da sua capacidade, as tendências do seu **sangue e da sua alma, as mesmas que perduram e dominam ainda hoje, como marco indestrutível da sua vitória, no panorama social de Santa Catarina.** (CABRAL, 1951, p. 88) [sem grifos no original].

Cabral não poupou elogios aos açorianos na formação da sociedade catarinense. Atribui a eles a formação da “pátria, da religião, das ciências” bem como aduz que são os descendentes de açorianos, os filhos ilustres de Santa Catarina: “políticos”, “médicos”, “juristas” e “historiadores”.

Mesmo os grupos de açorianos que “fracassaram” inicialmente, como apontou o médico catarinense Cabral, em sua obra de 1937, foram valorizados e mereceram redenção por parte da pena de Cabral, em razão do “sangue” e “descendência” nobres destes imigrantes lusitanos que vieram para Santa Catarina.

Cabral dividiu os açorianos que vieram para o litoral catarinense em dois grupos, ao que parece. O primeiro compreendia os pioneiros, os quais não conseguiram prosperar. E o segundo, composto pelos descendentes dos primeiros teriam logrado êxito na epopeia iniciado pelos seus antecessores. Os descendentes do primeiro grupo, já adaptados ao meio, teriam, segundo Cabral, alcançado o pleno sucesso fazendo prosperar a região.

O primeiro grupo, compreendia, ainda, os desbravadores e os que, entregando-se de corpo e alma, possibilitaram a vitória do segundo grupo na região. Graças ao primeiro grupo de açorianos Santa Catarina pôde prosperar. São os filhos dos primeiros casais de açorianos, os mais capacitados para assumirem as diversas profissões e postos de mando na sociedade catarinense, tal

como se pode inferir da citação. Graças a eles que é enaltecido a “verdadeira fé”: a ciência redentora e a “civilização” aos moldes europeus nas terras catarinenses.

Cabral justificou que, o fracasso dos primeiros açorianos na agricultura, teria se dado em razão da configuração do Estado estar pautada na pequena propriedade e na quase ausência do braço escravo para o trabalho. Aduz que não “se poderia certamente fazer agricultores daquelles que nenhuma aptidão possuíam para a agricultura”. Cabral, também fez uma diferenciação entre os açorianos e os imigrantes de “varias ethnias” que, em meados do século XIX, chegaram em Santa Catarina (CABRAL, 1937, pp. 122-123).

Segundo Cabral os italianos e os alemães possuíam uma relação com o trabalho diferente da dos açorianos. Esses acreditavam ser “humilhante ao homem livre virar a mesma terra que o homem escravo”, enquanto para aqueles não “havia trabalho humilhante, nem elle era condição de rebaixamento. Qualquer que fosse [o trabalho] dignificava, honrava, elevava” o homem. Por essa razão desenvolveu culturas, “estendeu as plantações, montou fábricas, trabalhou, produziu, enriqueceu”. O açoriano, por sua vez “não fez isto”. Não enriqueceu a sua terra, como o colono, mas também “honrou-a, servio-a, elevou-a” (CABRAL, 1937, pp.123-124).

Se aos imigrantes italianos e alemães coube o trabalho braçal, a lide na terra, segundo Cabral, aos açorianos ficou o exercício do poder político, as atividades relacionadas ao comércio, as profissões liberais, e os postos nas hostes clericais. “Completeram-se, estes e aquelles [imigrantes de outras etnias e os descendentes de açorianos], alliando-se para o engrandecimento e elevação, moral, cultural e material da terra catharinense” (CABRAL, 1937, p. 124).

Cabral buscou justificar uma descendência nobre aos açorianos que povoaram o litoral catarinense como uma das explicações para não lograrem êxito na agricultura. Tentou remontar uma genealogia dos nomes das famílias açorianas que vieram para o litoral de Santa Catarina, contudo reconhece que:

Uma das dificuldades mais comuns que encontram os genealogistas no estabelecimento das árvores de costado ou das cadeias genealógicas é, sem dúvida, a velha usança de tomarem os descendentes os apelidos maternos e não os dos ramos masculinos da família. O fato é bastante comum entre os açorianos, que tomavam linha materna para a adoção dos apelidos, reminiscências [sic], segundo alguns autorizados autores, do discurso matriarcado. Afinal, dificuldade muito maior se verifica quando tomam qualquer nome, sem aparente ligação com os seus antepassados.

É o caso da nossa tradicional família Eloy de Medeiros, que ainda existe em nosso meio social. Parece que o primeiro a tomar este nome, “Eloy de Medeiros”, foi o de prenome Floriano, natural de Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel [Açores]. Teria este mesmo chegado ainda criança a Santa Catarina, com seus pais, que se chamavam Bento Martins de Arruda e Margarida Inácia de São José. O casal localizou-se na vila do Desterro e o

chefe do clan era filho legítimo do Ajudante Mateus de Arruda e de sua mulher Francisca de Jesus. Porque teria Floriano renunciado ao apelido paterno, adotando o de Eloy de Medeiros? Não rezam as crônicas. Talvez, nem mesmo na tradição da família se conserve memória oral do fato...

Porisso, não é demais perguntar-se aos nossos estudiosos de história e genealogia: Anastácio Silveira de Souza, da Ilha Terceira, filho de Francisco Silveira de Souza, casado com Rufina Clara de Santo Antônio, filha de Bonancio Martins e Quitéria Inácia, também da Ilha Terceira, terá sido tronco da família Silveira de Souza, que tão ilustres nomes têm dado a Santa Catarina? (CABRAL, 1948, pp. 14-15)

Cabral preocupou-se, aparentemente em vão, em estabelecer ligações familiares entre os “filhos ilustres” da Santa Catarina de seu tempo (meados do século XX) e os casais de açorianos que primeiro chegaram em terras catarinenses em meados do século XVIII. Esta tarefa foi o que, parece, motivou a escrita de, ao menos, duas de suas publicações: “*Assuntos insulanos*”, de 1948 e “*Os Açorianos*”, 1950. Em grande medida a forma como Cabral trata da questão da imigração açoriana para o litoral catarinense, tentando encontrar indícios que os identifiquem nas famílias ilustres e abastadas da capital, denota, mais uma vez, o quanto ele se empenhou em estabelecer uma “açorianidade” para a sociedade catarinense.

Sobrenomes, nobrezas à parte, a aproximação entre Brasil e Portugal é celebrada com bastante afincio entre a intelectualidade catarinense, sobretudo na capital Florianópolis. Mormente, por exemplo, as homenagens e considerações prestadas, mais uma vez, pelo professor catedrático da Faculdade de Coimbra Manuel de Paiva Boléo⁹⁵:

Foi nesta cidade [Florianópolis] que se realizou o Primeiro Congresso de História Catarinense comemorativo do segundo centenário da colonização açoriana. Constataram as celebrações de duas partes: a primeira, a que não assisti, efectuou-se nos dias 20, 21 e 22 de Fevereiro de 1948, e a segunda realizou-se de 4 a 12 de outubro do mesmo ano e constituiu propriamente o Congresso. A primeira parte constou apenas do seguinte: No dia 20, cerimônia do lançamento do centenário, monumento que será erguido no jardim principal de Florianópolis, mesmo em frente da Prefeitura Municipal. O papel importantíssimo do Açoriano na colonização do estado de Santa Catarina foi logo nessa altura bem vincado, quer pelo Presidente da Comissão Executiva do Congresso e Professor da Faculdade de Direito de Florianópolis, Sr. Desembargador Henrique da Silva Fontes, que pelo deputado Dr. Osvaldo [Oswaldo] Cabral. (BOLÉO, 1950, pp.7-8)

⁹⁵Manuel de Paiva Boléo (1904-1992), foi professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, renomado linguista, participou como convidado no 1º Congresso de História, em Florianópolis em 1948. O livreto da lavra linguista lusitano dá conta do evento em Santa Catarina sob o olhar admirado e orgulhoso do professor português. Foi encontrado em um sebo na cidade de Coimbra, demonstrando a circularidade das notícias sobre as aproximações entre Brasil e Portugal. Sobre o tema das aproximações entre o Brasil do Estado Novo e Portugal de Salazar ver (RAMOS org., 2001; SZESZ, 2003; PAULO, 2000).

O professor catedrático da Universidade de Coimbra ressalta o prestígio do “Dr. Cabral” [Oswaldo Rodrigues Cabral] no tema da imigração açoriana para o estado de Santa Catarina, elogiando o “belo discurso” proferido pelo então Deputado Estadual, médico, Oswaldo Cabral, transcrevendo-o na íntegra no livro publicado em terras lusitanas.

Além de mencionar algumas das produções de Cabral sobre a questão da “açorianidade”⁹⁶ florianopolitana: “*A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*” de 1941, “*Assuntos insulanos*”. *Contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses*” de 1948.

Além destas obras de autoria de Cabral, é possível perceber em outras importantes publicações do médico catarinense, questões que envolviam diretamente uma valorização das tradições, tidas, ou pretendidas, como açorianas em Santa Catarina. Muitas das quais relacionadas as práticas de cura populares arraigadas no seio da população açoriana e “transportadas” para a Ilha de Santa Catarina.

Tais como as benzeduras, por exemplo, as quais, por inúmeras e incansáveis vezes foi atribuída às manifestações populares da religiosidade católica trazida pelos casais açorianos que se instalaram no litoral do Estado de Santa Catarina (CABRAL, 1958).

Há, também, a tentativa de aproximação de uma ciência médica livresca, como as praticadas nas Faculdades de Medicina de Portugal (como em Coimbra) percebida, sobretudo na forma como Cabral descreve a(s) ciência(s) médica(s) no Brasil.

No livro “*A Medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no folclore*”, (1958), Cabral esbanjou erudição e usou de textos clássicos da História da Medicina. Elencando seus aliados para a sua argumentação científica desde os diferentes níveis de evolução das sociedades, tendo por parâmetro o “grau” em que estas estariam quanto à medicina por eles praticada.

Cabral tenta evidenciar, por exemplo, uma ciência médica, que se firma por meio de práticas de cura ligadas à clínica, de uma tradição mais teórica, mais pautada nos livros, do que àquela pautada na prática, tal como a cirúrgica. Ou seja, tenta ganhar notoriedade e legitimidade principalmente, por meio da escrita sobre Ciência e Cultura na História de Santa Catarina.

⁹⁶Ao utilizarmos o termo *açorianidade* estamos considerando o resultado de um processo construído, principalmente por meio de uma produção escrita que, a partir da década de 1940, em Santa Catarina, valoriza e reforça uma identidade construída como eminentemente açoriana para a cidade de Florianópolis e parte do litoral de Santa Catarina, mais especificamente, da cidade de São Francisco do Sul, litoral norte até Laguna, litoral sul do estado.

Aproximando-se de um saber douto, enciclopédico, fruto de conhecimento extraído de incansável leitura bibliográfica e “científica” já consolidada, principalmente, por estudiosos europeus e trazidas para o Brasil pelos portugueses. Denotando assim uma flagrante oposição de sua própria formação acadêmica como médico-cirurgião. Cabral pareceu buscar legitimidade, ao menos em um primeiro momento, por meio do uso da escrita histórica, mesmo que encarnando um cientista que teve, como principal ferramenta, a pena ao invés do bisturi.

Cabral, pelo que se viu até aqui, foi um médico das letras, por assim dizer, com pouca experiência empírica em cirurgias ou mesmo no desenvolvimento de pesquisas e “descobertas” científicas. O perfil mostrado por Cabral, permitiu identifica-lo muito mais com um praticante de uma medicina livresca. Esta, uma atividade, bastante comum entre os discípulos de esculápio formados nas principais Universidades de Medicina da Europa, e mesmo nas do Brasil, cujos modelos seguidos, foram os portugueses.

[...] nos campos da Medicina e do Direito, a influência portuguesa pôde ser observada e sentida com significativa profundidade. Na medida em que a elite local pretendeu construir um projeto [...] para o Brasil, exaltando os laços com Portugal, o que significa dizer os vínculos com a Europa branca, desenvolvida e “civilizada”, a emergência de uma consciência de pertencer à cultura ocidental foi fundamental para a consagração do modelo de sociedade que se desejava fundar. (CURY, 2001 p.61)

Da ciência para a fé, é possível perceber, ainda, aproximações entre Brasil e Portugal, por meio da exaltação da fé católica cristã da metrópole promovida na ex-colônia mesmo já alçada à categoria de República. A exemplo das práticas das benzeduras as quais Cabral afirma ser uma manifestação da fé católica e cuja “origens” remontam ao período medieval.

Afirmava que tais práticas ocorriam desde muito tempo atrás, em Portugal e na Europa e as classifica sob o título de “Medicina Teológica” (CABRAL, 1958), como já mencionado.

É o momento de evidência de uma construção de nacionalidade que se empara, entre outros elementos, na cultura branca, na religião católica e de matriz portuguesa, seja por meio da proximidade das datas de comemoração do quarto e quinto centenário do descobrimento do Brasil seja por meio das exposições organizadas pelo governo brasileiro em terras lusitanas (RAMOS, 2001).

No caso regional catarinense, em razão da forte presença de outras nacionalidades (alemães, italianos, austríacos, poloneses) há uma tentativa de construção de uma identidade açoriana na faixa litorânea de parte do território do Estado. Mais especificamente na parte litorânea

que vai de São Francisco do Sul, no norte do Estado até a região de Laguna, sul de Santa Catarina. Seriam estes os principais cenários escolhidos para as pesquisas e levantamentos folclóricos promovidos por Oswaldo Cabral, por exemplo.

Consta dos Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, ocorrido entre 4 a 7 de setembro de 1996, na cidade de Florianópolis, a seguinte passagem: “E as famílias cresceram saudáveis e felizes e sem renegarem o seu passado que transportaram nas suas arcas, ajudaram a construir aqui o futuro, porque vieram para ficar” (LOPES, 1997)⁹⁷.

O trecho deu o tom das discussões propostas acerca de uma invenção e construção de uma herança cultural luso-açoriana para Santa Catarina, mais especificamente, de um litoral catarinense predominantemente branco, católico e lusitano. Ou, resumindo, na construção de uma “açorianidade” para o litoral catarinense⁹⁸.

O passado transportado nas arcas, aludido pelo Professor Rui Nina Lopes, foi sendo, principalmente ao longo das décadas de 1930 a 1960, por Cabral, construído, reconstruído, mantido. E, também, grosso modo, reescrito por mãos habilidosas de historiadores, geógrafos, literatos, jornalistas, sociólogos, antropólogos, políticos e médicos de Santa Catarina empenhados na construção, promoção e manutenção da açorianidade nesta região do estado.

Esses homens de letras, Cabral entre eles, esforçaram-se para atribuir ao Estado, uma cultura, acima de tudo, açoriana. Para tanto, privilegiaram em suas pesquisas históricas temas voltados a este grupo de cerca de 6.000 (seis mil) pessoas, que, por volta de 1750 abortaram na costa do atual Estado de Santa Catarina, promovendo uma “açorianização” da própria memória de tantos outros grupos que, mesmo em maior número que os açorianos, vieram para as terras catarinenses.

A expressão “açorianidade” foi cunhada pela historiadora Maria Bernadete Ramos Flores, em obra intitulada *“A Farra do boi: palavras, sentidos, ficções”*, (1991). Para (GONÇALVES, 2006, p.57) “entre as figuras à frente da ‘invenção da açorianidade’ em Santa Catarina, estaria o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral.

⁹⁷Discurso do Prof. Rui Nina Lopes, representante do governo dos Açores - Sessão de abertura Congresso de História e Geografia de Santa Catarina 4 a 7 de setembro de 1996 - Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina 4 a 7 de setembro de 1996/ organizado por Carlos Humberto Pederneiras Correa et al. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

⁹⁸Esta região a que nos referimo-nos corresponde à faixa do litoral catarinense que se estende desde a baía da Babitonga (entre Joinville e São Francisco do Sul) passando pela Ilha de Santa Catarina (parte do município e Florianópolis) até a barra de Santo Antônio, no município de Laguna, sul do Estado.

A açorianidade é uma invenção criada durante um cenário de lutas e embates acerca de uma hegemonia cultural em Santa Catarina (FLORES, 1997) entre as várias etnias que compõem o mosaico cultural no Estado. Lutas por representação que, via de regra, têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo, ou indivíduo, tenta impor a sua concepção de mundo, de ciência, de medicina, de história, em detrimento de tantas outras (CHARTIER, 2002a).

Num cenário em escala nacional, caracterizado pelo Estado varguista e, no âmbito mundial pela Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, como a Guerra Fria. Alguns grupos foram, por assim dizer, negligenciados no rol de dignos representantes do país, ou de uma região. Tais como parece ter ocorrido com os alemães e os russos em Santa Catarina. Aqueles em razão das agruras do holocausto, estes pela forma diferente de organização econômica e social. Como ilustrado na notícia de Jornal impresso da capital catarinense:

Ainda há pouco os jornaes chamavam a atenção para o fato, perigoso sem dúvida, dos chineses ricos mandarem seus filhos estudar nas academias da Europa. E o chinês instruído é um perigo. Se aquelle povo conseguir compenetrar-se do formidável poder que lhe dá saus 400 milhoes de homens e não tiver a dominar-lhes o instinto o frio de uma fé sobrenatural, talvez de escreva no mundo mais uma página sangrenta, onde quem dictará lei não serão certamente os potentados oprresores de hoje. E talvez antão seja um pouco tarde para falar aos chins [sic] de um Deus que morreu na cruz para ensinar amor aos homens. (Jornal O APÓSTOLO, 1929, p. 3)

O imigrante alemão, assim como os italianos, os indígenas e os africanos, teve sua participação na formação do estado, de alguma forma, negligenciada por Cabral. Mesmo que, num primeiro momento, o alemão, por exemplo, tenha sido digno de nota pelo próprio Cabral. Tal como quando ele trata do esforço depreendido, desde 1852, pelo Dr. Hermann Blumenau “creador, orientador e director” da “maior colônia do Estado” (CABRAL, 1937, p. 132), que veio a se tornar, futuramente, a importante cidade catarinense de Blumenau.

Alleão de nascimento, pratico de pharmacia e doutor em philosophia, desde cedo Hermann Blumenau interessou-se pelo estudo da emigração. Após longa e pertinaz dedicação a estes estudos, nutrindo a respeito dos problemas de colonização idéias próprias, ansiou pol-as em pratica. Aproveitando-se de um convite que lhe fizera a Sociedade de Proteção aos Emigrados Allemães, com séde em Hamburgo, poudo conhecer o Brasil e mui principalmente as colônias installadas no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. (CABRAL, 1937, pp. 132-1933)

Após o fim da Segunda Grande Guerra, no entanto, no contexto da Guerra Fria, Cabral pareceu direcionar seus estudos sobre cultura, folclore, história e patrimônio em Santa Catarina, para os açorianos. Empenhado que estava em construir uma identidade açoriana para o Estado, talvez, para livrar a região de uma possível associação com os nazistas alemães, ou os socialistas russos.

Por fim, outros esforços para aproximar Santa Catarina de Portugal e dos Açores, podem ser traduzidos, ainda, em números. Tais como os que foram apurados quando do Primeiro Congresso de História, realizado em Florianópolis, em 1948, como já citado.

Nos Anais do Primeiro Congresso de História, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, dos 56 (cinquenta e seis) textos do capítulo I: “História”, Capítulo II: “Geografia” e do capítulo III: “Antropologia/Sociologia”, receberam destaque temas voltados à contribuição do português/açoriano para a formação da sociedade catarinense.

O tema da açorianidade apareceu em número consideravelmente superior podendo ser contados pela constante presença das expressões: “açores, açorianos, portugueses, lusitanos”, em relação aos demais termos alusivos a outros lugares e etnias. É de se registrar que, desses, apenas 1 (um) texto aborda “índios” e nenhum sobre o elemento africano na História e Geografia deste estado da região sul do Brasil.

No capítulo seguinte será abordada a forma como foi abordada parte da história da cultura dos africanos em Santa Catarina, os números, os silêncios e a colonização da memória desta importante parcela da população catarinense.

Algumas interpretações de suas práticas e artes de curar além de aspectos de sua religiosidade, em flagrante tentativa de reparação ao mito fundador cunhado por Cabral, sobre uma origem açoriana e sua epopeia em terras “catarinhas”, o que teria provocado, uma colonização de tantas outras memórias de grupos que, igualmente aos açorianos, contribuíram para a formação de Santa Catarina.

Terceiro Capítulo

3 O bisturi: Cabral e a colonização da memória “catarinense”

O terceiro capítulo tem como principal objetivo pontuar os indícios de que, ao final e ao cabo, houve uma colonização de parte importante da memória de Santa Catarina. Principalmente a que diz respeito à presença da população de origem africana. Contribuindo para a construção e visibilidade de uma identificação do estado de Santa Catarina, cuja predominância étnica e cultural foi, eminentemente, europeia por excelência.

Estes indícios consistem, basicamente em buscar a forma como, em suas obras, principalmente as relacionadas à história da doença e da medicina, do folclore e da cultura em Santa Catarina, Cabral classificou as práticas de cura relacionadas às religiosidades de matriz africanas. Práticas estas aqui consideradas como essenciais fatores performáticos de manutenção, visibilidade e sustentação da própria cultura e memória africanas nesta região do Brasil (TRAMONTE, 2001), ou seja, práticas de memória das populações afro-brasileiras ou africanas em Santa Catarina.

Acredita-se que, o uso de expressões como “curandeirismo”, “feitiçaria”, “charlatanismo”, quase sempre associados às manifestações da religiosidade e às práticas de cura de africanos e seus descendentes em Santa Catarina, nas obras de Cabral aqui analisadas, correspondam a forma como tenha se processado esta colonização de parte da memória catarinense.

De outra forma a escolha de temas, caros à historiografia desenvolvida por Cabral, tais como a açorianidade, a valorização de uma ciência médica europeia, bem como a construção de uma imagem negativa do passado colonial e imperial para o litoral do estado, em particular, também são elementos que ilustram esta colonização. Uma colonização que se processou no campo das ideias e da produção do conhecimento histórico e científico, por suposto.

Cabral, como visto no capítulo anterior, usa as lentes da medicina para escrever parte da história de Santa Catarina. Com a cultura do estado, também não parece ter sido diferente, tal como se pode observar, a partir de importantes elementos trazidos pelos Boletins da Comissão Catarinense de Folclore, lugar de afirmação do conhecimento e da “ciência” do folclore catarinense por excelência, o qual teve a sua frente Oswaldo Cabral.

Nesta operação científica na cultura do estado, via, principalmente, um processo de visibilização de manifestações populares, é reforçado uma origem açoriana para o Estado, ao tempo em que se construiu uma oposição entre práticas de cura populares praticadas por meio das benzeduras das demais práticas populares curativas, classificadas por Cabral como feitiçaria, baixo espiritismo e outros termos pejorativos. De modo a deixar registro, com vias a construção de uma memória eminentemente branca, europeia e católica para o estado.

Neste sentido e direção serão realçadas, apenas, manifestações folclóricas criteriosamente escolhidas e selecionadas, contadas e catalogadas visando ente fim, segundo foi possível concluir.

Cabral, mais uma vez, é o principal articulador dessa empreitada, tanto que, o seu afastamento da Comissão de Folclore de Santa Catarina, coincide também com o enfraquecimento do Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore, com grandes períodos em que ele não é publicado, até o seu desaparecimento total.

Assim, o capítulo final da tese foi dividido em seis subcapítulos, que se complementam entre si, tendo assim procedido apenas por questões didáticas.

No primeiro “Vozes veladas: colonização da memória africana em Santa Catarina”, buscou-se salientar a presença marcante do negro africano e seus descendentes em Santa Catarina, desde de fins do século XIX. A exemplo do mais expressivo nome da poesia do estado, o poeta afrodescendente Cruz e Sousa. Procurando-se com isso, demarcar e registrar a importância do negro africano para a economia e cultura do estado, refutando a tese principal construída ao longo dos tempos, promovidas pelo próprio Cabral, acerca da pouca ou nenhuma razão em se estudar as populações africanas em Santa Catarina, dada a sua inexpressiva, ou quase nula, presença na região.

Na segunda seção: “Um tempo passado ‘em branco’: Cabral e a memória do período colonial e imperial” tentou-se buscar elementos na escrita de Cabral de modo a mostrar que, da mesma forma que houve uma colonização da memória africana, houve uma colonização do passado colonial e imperial da cidade de Desterro/Florianópolis bem como da região litorânea do estado. Tornando esse passado em uma triste lembrança a ser esquecida e apagada, ou em um “lugar em que ninguém gostaria de morar” (CABRAL, 1971, s/n).

Uma colonização do passado pelo presente, este desejoso de firmar-se em suas novas instituições, suas novas formas de se organizar política e socialmente, aquele como um tempo a ser superado, suplantado, esquecido.

Os novos hábitos de tratar o corpo são descritos como importantes e necessários, de modo tornar a sociedade catarinense “civilizada”, senão aos olhos da Europa, ao menos como fator de distinção social dentro da própria cidade que se embeleza e ganha feições aburguesadas. O que, acredita-se tenha sido feito buscando obliterar as questões relacionadas à escravidão, tão prementes no passado colonial e imperial das cidades brasileiras, Desterro/Florianópolis, em Santa Catarina, não fugindo à essa regra.

A terceira divisão do capítulo, com o título “Cabral e sua operação na ‘cultura’ de Santa Catarina”, visa expor a ideia de que, um grupo de folcloristas e memorialistas, cuja liderança foi marcadamente desempenhada por Cabral, construiu, por meio de uma escrita com livros, textos e revistas, de congressos e de lugares de produção de saber, como o Instituto Histórico e Geográfico, uma ideia de uma Santa Catarina como uma “Europa brasileira”. Lugar onde o elemento branco europeu e católico de fato “venceu”. Que o próprio desenvolvimento e vanguarda do estado catarinense, sua organização político social, teriam sido herança, sobretudo, quase que exclusivamente deixada pelos portugueses açorianos, e que estes, não tendo muito a cultura do trabalho na terra, irão ocupar, principalmente os postos de mando na sociedade catarinense, construindo, evidentemente uma memória vitoriosa para os luso-açorianos em Santa Catarina como mentores e verdadeiros povoadores desta região ao sul do Brasil.

Uma quarta subdivisão do capítulo “Cabral: um *flâneur* da história ou um *dândi* da medicina”, buscou situar Oswaldo Cabral nesta cidade de Florianópolis de meados do século XX. Suas redes de sociabilidades, seu trânsito por órgãos públicos. Assim como o personagem, ou a máscara de *flâneur* de Baudelaire, Cabral transitava pelos arquivos, pelas instituições, ou mesmo pelas ruas da cidade que se urbaniza, se moderniza, e, tal como o personagem baudelairiano, caminhava entre os comuns do povo da multidão na rua, misturava-se com os passantes. Por outro lado, ele também, assume a postura do *dândi* com vias a marcar e acentuar uma distinção que lhe confere o título de doutor em medicina, adotando a sigla Dr. em sua assinatura, andando elegantemente trajado à moda *parisien*, ou *dandidesca*.

A quinta parte do terceiro capítulo é dedicada a forma quase taxonômica com que Cabral catalogava e descrevia as manifestações de cura relacionadas às benzeduras. Intitulada a seção de “A ‘beleza do morto’ ou a persistência do vivo: Cabral e as benzeduras”, numa alusão a forma como estudiosos irão tratar das manifestações culturais populares, de belas desde que mortas (CERTEAU, 1989). É aventada a hipótese de ter ocorrido uma diferenciação entre as práticas de

cura católicas, representadas pelas benzeduras com menção e apelo aos santos católicos, em detrimento das “outras” manifestações, classificadas como o feitiço, demonizando-as e associando-as práticas primitivas de povos afastados da ciência moderna. Em um processo evolutivo das sociedades, onde, evidentemente, o elemento europeu ocuparia o último estágio. Na intenção, por suposto, de tornar as outras manifestações diferentes da etiologia cristã-católica e médico-científica da doença e da cura, indesejadas, associando-as às características de sociedades arcaicas, primitivas e atrasadas, segundo pareceu demonstrar Cabral por meio de sua escrita cirúrgica sobre os costumes e práticas dos catarinenses do litoral.

Por fim, a sexta seção “O feitiço da cura: de seguidos a perseguidos”, é apresentado com o objetivo de pensar sobre três palavras-chaves para o entendimento do processo histórico o qual se acredita, tenha levado a perseguição e criminalização dos curadores na sociedade brasileira, de um modo geral, e na catarinense em particular. Trata-se em resumo apertado, mostrar que além de diferentes etiologias sobre a doença, estava em jogo um certo domínio e exercício de poder os quais gozavam os curadores dentro da comunidade que estavam inseridos dela fazendo parte sendo capazes de influir sobre aqueles que, de um jeito ou outro, sentiam-se gratos por alguma cura recebida. Parte-se da ideia de que a cura não é, em última análise o bem em disputa, mas sim o poder simbólico decorrente daquele que a promove, seja ele um curador seja ele um médico.

3.1 Vozes veladas: colonização da memória africana em Santa Catarina

Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas

(Cruz e Sousa, Violões que Choram)⁹⁹

O trecho em epígrafe é parte de um dos poemas do mais conhecido poeta catarinense: João da Cruz e Sousa (1861-1898). Fortemente influenciado pela poesia simbolista¹⁰⁰ do poeta francês Baudelaire, Cruz e Sousa nasceu em Desterro e morreu praticamente na miséria, de tuberculose pulmonar¹⁰¹, num povoado de nome Sítio, pertencente ao distrito de Bias Fortes, a cerca de quinze quilômetros do município de Barbacena em Minas Gerais (SOUZA, L. 2017). Localizado no alto da Serra da Mantiqueira o povoado de Sítio era considerado local apropriado, em razão de seu clima, para o tratamento de doenças respiratórias. Contudo Cruz e Sousa não resistiu e morreu, ali mesmo, naquele povoado. O clima do lugar não fizera grande diferença no tratamento da doença do poeta catarinense que, agravada pela miséria, fome e tristeza, ceifou sua vida aos trinta e sete anos. Seu corpo foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro num vagão de trem que servia ao abastecimento do abatedouro de bois municipal.

O embarque realizado na Estação de Sítio, naquela manhã de 1898, não poderia ser mais melancólico. Os funcionários do trem subiram a uma *horse box* o cadáver de um desses desafortunados. A operação não fora difícil. O corpo era pequeno, frágil e muito magro.
(...)

⁹⁹ (CRUZ E SOUSA, 1995, pp. 50-53)

¹⁰⁰ O Simbolismo foi uma estética literária que surgiu no final do século XIX. Possuía como principal característica a oposição ao objetivismo exacerbado da Escola Realista. A estética simbolista promoveu a criação de novas propostas as quais se tornariam precursoras da arte moderna. Buscando a retomada das dimensões não racionais da existência, a subjetividade, a imaginação, a espiritualidade, valorizando o subconsciente e o inconsciente nas relações do ser humano consigo próprio e com o mundo. (COUTINHO, 1986). Ou seja, uma outra “racionalidade” para a literatura.

¹⁰¹ Durante a passagem do século XIX para o XX, principalmente no Rio de Janeiro, a tuberculose pulmonar foi a principal causa de morte provocada por doença infectocontagiosa. Em 1900, somaram-se 2.726 mortes em 1910, 3.080 casos. A doença estava intimamente associada a experiências de pobreza e miséria. Em suas memórias, o jornalista Luís Edmundo escreveu: “Ninguém ouve (...) os pobres tuberculosos cheios de tosses (...) brancos, magros, tristíssimos, mirando as unhas roxas (...) São pobres que esperam a morte, o rabecão da Santa Casa, de boca fria, trêmula, toda manchada de catarro e sangue”. (EDMUNDO, 2003; pp. 230 e 247). Sobre a tuberculose no Brasil ver também (GONÇALVES, H, 2000).

Era um homem negro. Falecera no dia anterior, tossindo sangue e delirando em febres. Agora, pobre como era, nada mais restava a sua esposa – uma mulher também negra, relativamente jovem e grávida do quarto filho do casal – se não despachá-lo de volta ao Rio de Janeiro num daqueles carros destinados ao abatedouro municipal. **O corpo foi velado por ela ao longo de todo o trajeto.** (SOUZA, L. 2017, p.35) [sem grifos no original].

Triste fim para um dos maiores poetas do Brasil, representante nacional de uma escola poética nova, revolucionária, que foi o simbolismo. Cruz e Sousa foi

(...) filho de pai escravizado e de mãe liberta, em seu tempo foi considerado um deslocado, um intruso no meio das nossas classes letradas. Suas opções como escritor frequentemente pareciam reiterar essa sua condição de “estranho”, de “estrangeiro” em terra própria. (SOUZA, L. 2017, p. 21)

O poeta catarinense simbolista é trazido aqui como representante de uma parcela da população catarinense que, de alguma forma, é esquecida ou cuja história e memória foram veladas por uma historiografia local produzida, principalmente, entre o fim do século XIX e meados do XX. Historiografia da qual foi seu maior emissário o médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral.

Cruz e Sousa é a antítese do homem bem-nascido de seu tempo. Pouco, ou nada se sabe de sua origem afrodescendente. De onde vieram seus pais? Qual o país ou região natal de seus antepassados? Qual a língua nativa de seus pais e avós, seus usos e costumes? Os conhecimentos e saberes, a ciência e cultura de sua gente antepassada, nascida em África? Não é possível saber.

Seja como for, é a ausência de nome para o tesouro perdido que alude o poeta ao dizer que nossa herança foi deixada sem testamento algum. O testamento, dizendo ao herdeiro que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade; por nenhum testamento o haver legado ao futuro. (ARENDT, 2007, p. 31)

Ao contrário dos homens brancos, pertencentes à elite, feitos médicos, políticos, militares; cujo tesouro, a “tradição” lhes é transmitida, “preservada”. A memória de grande parte da população de Santa Catarina, ao que parece, foi obliterada, a julgar as obras históricas de Cabral aqui analisadas.

Retratos de alguns destes “ilustres”, homens brancos, europeus, “bem-nascidos” acompanhados quase sempre de breve biografia onde não são poupados elogios, constam de páginas e páginas da bibliografia laudatória escrita por Oswaldo Cabral.

Cabral parece preocupar-se em escrever o “testamento” que irá legar ao futuro, o tesouro destes “ilustres filhos da terra catarinense”, todos, segundo a sua visão, descendentes de portugueses, tementes à religião cristã católica apostólica romana. Os outros são os “estrangeiros”, ou “estranhos” nestas terras catarinenses.

Um desses “testamentos que diz ao herdeiro o que é seu de direito”, pode ser considerada a obra máxima, de Cabral, segundo sua própria classificação. Trata-se do livro que ele “sempre quis escrever”, uma coletânea organizada inicialmente em quatro volumes: “*Nossa Senhora do Destêrro: Notícia I*” de 1971; “*Nossa Senhora do Destêrro: Notícia II*”, “*Nossa Senhora do Destêrro: Memória I*” e “*Nossa Senhora do Destêrro: Memória II*”, estes três volumes publicados em 1972, impressos pelas Oficinas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Nossa Senhora do Desterro foi Reeditada, posteriormente, pela Editora Lunardelli, de Florianópolis, em apenas dois volumes: “*Nossa Senhora do Destêrro I: Notícia*” e “*Nossa Senhora do Desterro 2: Memória*”, um ano após a morte de Cabral, em 1979.

Toda a obra de “*Nossa Senhora do Desterro*” consiste em mais de 1.000 (mil) páginas de história memorialística e noticiosa, como os próprios subtítulos sugerem. Cabral dedicou esta sua obra ao seu sobrinho-neto “tôda ela é dedicada inteiramente e exclusivamente a ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA”¹⁰².

(...) um pilantrinha de olhos azuis e de três anos (...) Quando êle tiver idade para ler e compreender este livro, eu, certamente, já não estarei mais neste planeta – e a sua memória não alcançará a lembrança do seu **Dedei**. (CABRAL, 1971, s/n) (grifo do autor).

¹⁰²Alexandre Silveira de Souza é sobrinho-neto de Oswaldo Rodrigues Cabral, filho de Sara Regina Silveira de Souza, autora de “*Oswaldo R. Cabral: páginas de um livro de História*”, de 1993, impresso, também, pela Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Sara Regina foi professora do curso de História da UFSC. Com relação ao livro de Silveira de Souza, destacamos o seguinte trecho extraído da apresentação escrita na solapa: “Oswaldo Cabral deixou traços inapagáveis na cultura catarinense e deixou também imperecível lembrança entre os que tiveram o privilégio de desfrutar do seu convívio, do seu talento, do muito que sabia e contava com o brilho e a graça de sua palestra fascinante. Santa Catarina deve-lhe não só a contribuição de uma notável obra de historiador, mas também os serviços que prestou como médico, político, professor universitário, homem de letras e de ciência, figura verdadeiramente marcante e inesquecível, que este livro lembra e retrata, em oportuna iniciativa de Sara Regina Silveira de Souza, para quem ele reservou – sabem-no todos os que de perto o conheceram – largo espaço no seu grande coração”. (Norberto Ungaretti in SOUZA, S., 1993)

Em toda a sua obra-testamento Cabral dedicou poucas linhas à Cruz e Sousa, assim como à história dos africanos de um modo geral. Quando menciona, de forma isolada às vezes, a situação ou um fato envolvendo um africano negro, ou seu descendente, escravizado ou não, o faz de forma bastante genérica. Trata-os por apelidos, como no caso da “Maria Baiana”, que auxiliou no tratamento de pessoas contaminadas por cólera, em Santa Catarina.

Voltando à Cruz e Sousa e sua presença nas obras de Cabral, em verdade, sobre o maior poeta catarinense foram cerca de duas páginas e meia o que foi encontrado sobre ele. Muito pouco comparado ao número de páginas dedicadas aos tantos outros “ilustres catarinenses”, todos brancos e homens, a quem Cabral reservou bastante espaço em “*Memória I e II*”, mais de (300) trezentas páginas apenas nestas duas obras. Páginas com imagens seguidas de elogios num discurso laudatório aos bem-nascidos, ilustres catarinenses; médicos, políticos, militares, poetas, literatos, artistas, clérigos, entre outros.

Como o caso do médico e poeta Luís Delfino dos Santos:

Luís Delfino, foi um caso à parte. Nasceu aqui, na rua João Pinto, numa casinha que só muito recentemente foi abaixo (...). Nasceu em 1834.
 (...) Foi, depois das primeiras letras, para a Côrte, onde estudou medicina, formou-se e fixou-se. (...) Foi, sem dúvida alguma, um grande poeta, compondo com perfeição de métrica e riqueza de rima – e em abundância.
 (...) Com efeito, médico de fama, pediatra, fêz fortuna e teve família tranquila. (...) Não cabe dúvidas, Luís Delfino é um nome que honra a sua terra e as letras nacionais. Quase octogenário, foi coroado Príncipe dos Poetas Brasileiros, numa verdadeira apoteose, havida no Teatro Apolo, no Rio de Janeiro, à qual teria comparecido encasacado, de luvas, solene, dizem que já meio gagá, com os cabelos e a barba retintos, de um negro espetacular, muito impróprio para a sua conhecida idade ... (CABRAL, 1972b, pp. 132-134)

Cabral enfatizou, ainda, em seu texto, a participação do “médico e poeta Luís Delfino dos Santos – glória da poesia nacional” (p.133), na vida política em Santa Catarina

Quando se proclamou a República, fizeram-no Senador, [refere-se a Luis Delfino] depois de haver fracassado, no tempo do Império, numa eleição para deputado, aqui tentada. Mas, foi Senador porque não havia mais ninguém, por aqui, merecendo a confiança dos republicanos, para ser eleito. Assim como outro médico, também, e igualmente poeta Lacerda Coutinho, escolhido Deputado... O nôvo regime, nos seus primeiros dias estava mesmo necessitando de assistência de um pediatra, perfeitamente indicado, e deu um clínico, e até de um farmacêutico, escolhido na pessoa de Raulino Horn. Por falta de assistência não pereceria... (CABRAL, 1972b, p.133)

O médico e historiador Oswaldo Cabral comparou Luís Delfino com Cruz e Sousa, por algumas vezes, durante sua narrativa memorialista e noticiosa sobre Desterro.

Cruz e Souza [sic] foi o nosso maior poeta e é hoje reputado um dos maiores do Brasil – mas a glória que aquêle seu conterrâneo, Luis Delfino, conheceu em vida, só lhe foi outorgada depois de morto...

(...)

Sofreu como poucos – e talvez foi isto o que lhe engrandeceu o estro. Sofreu por ser negro, por ser incompreendido, por ser desprezado; sofreu por ser pobre; e sofreu por se ver acometido de uma enfermidade que, ao tempo, não perdoava...

(...)

Já era poeta, antes de ser desgraçado – mas muito maior se tornou, depois de sublimado pelo sofrimento.

(...)

Luís Delfino fazia os seus versos depois do jantar, na ponta da mesa, em meio da barulhada das crianças da casa, depois de retirados os sobejos da sua fartura; Cruz e Souza (sic) compunha os seus entre os gemidos dos entes queridos, no canto em que haviam firmado domicílio a doença e a miséria. Delfino era branco, tenha um título, conquistou fortuna; Cruz era negro, filho de ex-escravos, e não conheceu senão pobreza. (CABRAL, 1972b, pp. 134-135)

Cabral, em outros dois momentos, durante o espaço que reservou à Cruz e Sousa, dá pistas para comprovar o que já se escreveu acerca de uma colonização de parte da memória catarinense, sobretudo a que diz respeito ao legado africano, por uma historiografia catarinense durante as décadas medianas do século XX. O poeta negro catarinense “filho de ex-escravos” tivera seu nome, sua origem, suas raízes culturais africanas em razão de sua descendência suplantadas. O seu próprio sobrenome revela uma certa colonização de sua memória, seu legado, sua herança original é trocada por uma cultura “letrada” e uma “identidade” europeia. Tanto que o legado de valores e conhecimentos foram oriundos do mundo dos colonizadores, sentindo-se, a todo tempo, um estrangeiro em sua própria cidade natal, como aduz Cabral.

(...) Cruz e Souza [sic], negro recalcado e sofredor, filho de ex-escravos. Por ter sido da casa do Marechal Guilherme Xavier de Souza [a quem o próprio Cruz e Sousa herdou o sobrenome] era, de todos, o que melhores estudos fizera. Cruz e Souza atingia os limites do gênio. Mas, ninguém sabia – e muitos anos passariam antes de que isto fosse descoberto.

(...)

A sua estirpe era a dos Deuses, que se haviam esquecido, como a um filho espúrio, de branquear-lhe a epiderme e de poupá-lo à descida aos infernos.

(CABRAL, 1972a; pp.123 e 135) [sem grifos no original]

O próprio sobrenome (tornado nome) de Cruz e Sousa é herdado do senhor para quem seus pais trabalharam, a quem serviram como escravos. É deste “senhor” que João da “Cruz e

Sousa” recebe educação formal e sobrenome. Uma educação de branco, europeizada, cristã-católica e burguesa. É do branco que, em grande medida, o poeta conhecido como “Cisne Negro” recebeu o legado cultural, as heranças, as crenças e valores, num processo colonizador da memória de sua origem africana. Vale destacar ainda que Cabral (parte grifada da citação) pareceu mesmo associar a negritude de Cruz e Sousa a um castigo dos Deuses que o fizeram gênio mas um “filho espúrio” esquecendo de “branquear-lhe a epiderme”.

Há um sentimento de “desterrado”, de ser o próprio Cruz e Sousa um estrangeiro em sua própria terra natal, de “pária” na sociedade. E, embora fosse homem livre não se sentia igualmente liberto das amarras sociais impostas pela sua cor, ao que parece. Não está plenamente inserido nesta sociedade que valoriza e enobrece àquele que nasceu com a coloração da pele branca. Cruz e Sousa parece mesmo, e assim Cabral o descreve, um “desclassificado do destino” (SOUZA L. 2017).

O poeta do simbolismo brasileiro personifica uma memória obliterada, de um passado em branco e o quanto a voz de seus antepassados assim como de tantos conterrâneos africanos e afrodescendentes foram colonizadas no Brasil e em Santa Catarina.

Passado, memória e história de seu povo, ciência e saberes vindos de sua gente e de tantos outros de origem africana em Santa Catarina, ao que tudo indica, foram veladas, tornadas vãs, embranquecidas e colonizadas pela pena de Cabral e de outros escritores seus contemporâneos¹⁰³.

O que podem ser percebidos como indícios para pensar em uma colonização da história e da memória de Santa Catarina, sobretudo as que se referem às populações africanas e seus descendentes que por aqui aportaram trazidos de forma compulsória.

Colonização que se deu, via de regra, por uma ciência e cultura brancas, europeias e católicas, as quais foram construídas e mantidas, por um longo período, como dominantes e hegemônicas, como por exemplo a própria escrita histórica promovida por Cabral.

Mesmo as manifestações de Cabral, acerca da genialidade de Cruz e Sousa, apresentadas nas poucas linhas que dedicou ao poeta afrodescendente catarinense, são capazes de elidir os indícios de uma colonização da memória africana em terras catarinenses. Sobretudo se for levado em conta, principalmente, a que diz respeito à ciência médica e suas formas particulares de

¹⁰³Referimo-nos, especificamente, a Theobaldo Costa Jamundá, Celestino Sachet e Antonio Pichetti, que juntamente com Oswaldo Rodrigues Cabral são autores, cada um de um volume de coletânea em quatro volumes intitulada “História de Santa Catarina”, publicada pela Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda – Grafipar, de Curitiba, em 1970.

entender e tratar o corpo doente legadas pela parcela africana em Santa Catarina. Ao contrário, mesmo as poucas linhas que Cabral dedica aos negros africanos e afro-brasileiros e seus descendentes, como Cruz e Sousa, por exemplo, parecem mais reforçar a ideia de uma colonização da memória, da história, da ciência e da cultura africanas em Santa Catarina, por uma ideia branca de produção de conhecimento.

E esta colonização de que se trata, evidente nas obras de Cabral, é tanto mais percebida quando analisadas, paralelamente, outras fontes de amplitude, muitas delas, não somente regional, mas de alcance nacional. A exemplo dos Livros de Leitura¹⁰⁴, congêneres dos livros didáticos, utilizados nas escolas de Santa Catarina e em todo o território nacional, durante a primeira metade do século XX.

Um estudo mais detido, o que obviamente não é o objetivo aqui, dos livros de leitura, poderia revelar importantes diretrizes do ensino no Brasil. Por ora, destaca-se alguns trechos de textos dos livros de leitura que podem fornecer importantes pistas acerca de uma colonização de hábitos, de costumes, além da memória e até de aspectos relacionados às características físicas, evidenciando uma orientação sobre o que deveria ser considerado belo e “puro”. Denotando um teor, aos olhos contemporâneos de uma forte carga racista e preconceituosa. Leituras que, nas entrelinhas, ou mesmo explicitamente, tornam brancas até mesmo as almas dos negros.

Analisa-se o trecho extraído de um destes livros de leituras distribuídos nas escolas primárias de todo o Brasil durante a década de 1950, por exemplo.

Pois nesse mau tempo de medos e demónios vivia num lugarejo um pobre homem, que todos conheciam pelo diminutivo – Nhô Manuelzinho. Apesar de não ter *nome*, Nhô Manuelzinho **mostrava nos seus traços finos, no seu cabelo louro e encaracolado e, sobretudo, nos olhos de um azul muito limpo, a pureza do sangue que lhe corria nas veias**. Devia ser um descendente daqueles nobres godos que em outras eras dominaram a Península Ibérica. (PROENÇA, 1951, p. 73)

A citação foi extraída do “4º Livro de Leitura” cujo “uso” foi “autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde”, registrado sob o nº 1556, estava já em sua 22ª (vigésima segunda) edição, e consta terem sido impressos, 120 (cento e vinte) milheiros, ou seja, 120 (cento e vinte) mil exemplares em 1951. O que nos faz pensar sobre uma política pública voltada à educação que,

¹⁰⁴Para saber mais sobre os Livros de Leitura durante a primeira metade do século XX, ver (BATISTA et al, 2002) disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a03> acessado em 13 de maio de 2018.

de alguma forma, ratifica tais ideias, as quais, atualmente, consideradas, no mínimo, incentivadoras ou propagadoras de preconceitos e racismos.

Teorias eugênicas e racistas que, hoje, crescem aos nossos olhos, como a passagem a seguir, extraída de outro livro de leitura, este dedicado ao 3º ano primário, cujo título é “O clube dos sete amigos”:

Ontem, 13 de maio, comemorou-se a data gloriosa em que os brasileiros apagaram da sua História a mancha vergonhosa da escravidão. À noite, uma estação de rádio reviveu a cerimônia da assinatura da *Lei Áurea*, irradiando-a.
A família inteirinha gostou do modo perfeito pelo qual os artistas representaram os diversos personagens históricos.
A princesa Isabel, lendo, com voz emocionada, o decreto que depois assinou com caneta de ouro oferecida pelo povo (...)
Falou de Castro Alves – o grande *poeta dos escravos*, cujos mais belos versos lhe foram inspirados pelos sofrimentos dos pobres cativos. **Era tal o entusiasmo do poeta ao escrever, defendendo os escravos, que houve até quem o julgasse preto. Mas não, além da brancura da pele, Castro Alves possuía esta, que vale mais que todas: a brancura da alma!** (RIALVA, 1951, p.52)

Livro na sua 12ª Edição recebeu dezenas de elogios constantes no início da edição. Na apresentação feita pela autora é destacada que a “nova edição” refeita de modo a “atender a críticas justas”, além de “acrescido de numerosos exercícios, em atenção a sugestão de distintos mestres”. Mestres de “alma” e “pele” branca, por suposto. Vez que as questões do exercício, bem como o próprio texto, fazem comprovar uma colonização da memória de luta e resistências dos negros escravizados no Brasil, atribuindo à abolição, a vontade de uma princesa. Atribuindo ao poeta Castro Alves uma brancura de pele e de alma.

No que diz respeito ao contexto nacional na área da educação em 1950, cabe ressaltar o quanto ainda se podia perceber os preceitos educacionais da Escola Nova. A qual, em linhas gerais, focava o ensino no aluno fazendo da escola uma espécie de laboratório de experiências pedagógicas, com apelo ao método científico (observação, hipótese, comprovação e formulação de lei). As passagens antes transcritas dos livros de leituras usados em Santa Catarina e no Brasil, reforçam a ideia de que, naquele período, havia um forte investimento educacional patrocinado pelo Estado, em temas como higiene, eugenia e biologia (VEIGA, 2007).

O que se pretende com tal exposição é observar o quanto estas ideias sobre higiene, sanitarismo e, mesmo de eugenia, não surgem por acaso no conjunto da obra memorialística-historiográfica catarinense produzida por Oswaldo Rodrigues Cabral, aqui revista. Elas fazem parte

de um investimento estatal e direcionamentos na área de educação e saúde nacionais voltadas para a construção de uma identidade branca e “civilizada” para o Brasil.

Tais ideias e suas respectivas teorias podem ser observadas desde a dedicatória da obra máxima de Cabral: “*Nossa Senhora do Desterro...*” ao “pilantrinha de olhos azuis e de três anos” até as opiniões próprias de Cabral manifestadas pela passagem em que ele escreve que não tolera a ideia da escravidão, que “Jamais seria um escravocrata. Mas..., quem me dera arranjar, hoje uma mulata assim?” (CABRAL, 1972b, p. 97), como já comentado no segundo capítulo.

Trechos, tramas e teias de uma obra histórica produzida por um professor normalista (1921) e médico (1929), que podem nos apontar para a possibilidade de uma colonização de parte da memória do povo de Santa Catarina.

Provavelmente, Cabral realizou uma escrita histórica memorialista decorrente de sua própria formação, de seu contexto de leituras, de vivências, do seu tempo. Contudo, ao reler, não se pode deixar de pensar no quanto sua produção literária contribuiu, primeiro, para uma ideia de um Estado de Santa Catarina, branco, católico e europeu e segundo para alimentar, ainda mais, preconceitos sobre estereótipos além de uma imagem negativa do negro na sociedade catarinense.

Esta imagem, por assim dizer, negativa do negro, decorre mesmo de um processo lento e gradual, que via leitura, entre avanços e retrocessos, aliada a outras práticas sociais e culturais e suas performances, obviamente. Uma vez que, a leitura não atua diretamente marcando o seu leitor feito “cera mole” (CHARTIER, 2002a, p. 25), é o leitor também agente ativo no processo de representação do mundo social do qual se insere. Elege-se a leitura como um canal a confluir para uma representatividade negativa do negro africano em Santa Catarina. Mas que, para o caso de Cabral, constituem-se, também em práticas escolares, profissionais, estudantis, a julgar pela sua própria trajetória por uma escola, que, nas primeiras décadas do século XX, contava com raros africanos tanto como alunos como professores. Após o curso de medicina, em que a grande maioria dos desvalidos que atendeu foram de origem negra, inseridos num contexto social de exclusão e abandono. Aliado a tudo isso, teorias de cunho racistas e eugenistas haviam, há muito, ganhado força no meio intelectual brasileiro (SCHWARCZ, 1993; MAIO 1996), fizeram com que Cabral, reproduzisse essa negatividade da cultura, usos e saberes relacionados ou atribuídos aos africanos e seus descendentes no Brasil, principalmente por meio de sua escrita.

Os jornais que circularam em Desterro/Florianópolis, principalmente nas décadas finais do século XIX e início do XX, carregavam nas tintas, nas chacotas e ironia pintando uma

imagem social do negro tão negativa, com um teor de preconceito racial tão evidente, em flagrante afronta ao menos sensível dos leitores atuais para as causas de discriminação. Por esses jornais pode-se perceber ainda, “a maneira pela qual a parcela branca da sociedade via, àquela altura, os negros”. Visto que os jornais eram produzidos por esta mesma sociedade, logo um produto, mas também um produtor, no caso de preconceitos, o qual demonstrava mesmo o quanto, o “negro era, antes de tudo, um estranho, uma espécie de intruso no meio do convívio social” (PEDRO, 1988, s/n).

Além dos jornais os relatos de viajantes como Saint-Hilaire, uma fonte bibliográfica citada por Cabral, que andou por terras catarinense por volta de 1820, contribuíram ainda mais para uma construção da imagem de Santa Catarina, onde até os escravos e trabalhadores da terra seriam brancos. Elidindo a presença negra no Estado, visto e construído como terra de imigrantes brancos por excelência pelas outras regiões do país.

Como os negros são raros, sobretudo no campo, e a população branca é pobre e numerosíssima, esta não acha que seja desonra cultivar a terra com as próprias mãos, e são os brancos que no Desterro exercem todos os misteres. Numa parte da Província de Minas, onde a brancura da pele estabeleceu uma espécie de nobreza, e onde os homens de cor são os que trabalham, constituem estes a classe popular. Em Santa Catarina esta mesma classe se compõe de brancos. (SAINT-HILAIRE, apud PEDRO, 1988, p.18).

Para enfatizar essa aparente ausência e o consequente silêncio sobre a presença negra em Santa Catarina, sobretudo na obra de Cabral, recorre-se, ainda, à Sociologia, área do conhecimento humano que tem como um de seus objetivos “o exame das representações coletivas, dos sentimentos mais gerais, característicos de um grupo, das atitudes e das necessidades comuns de uma classe” (BASTIDE, 1983, p.129).

Da análise das representações do negro na literatura, ou do pouco espaço que lhe é reservado na historiografia de Cabral, é possível traçar algumas considerações pertinentes. Vazios e silêncios evidenciados pelo trecho a seguir:

E eis-me chegado até aquele que foi, sem dúvida, a maior figura do simbolismo brasileiro, Cruz e Sousa. Trata-se de um negro, mas que aceita, como o Bom Crioulo [refere-se a obra literária sobre o romance homossexual de um branco e um negro de autoria de Adolfo Caminha, 1895] os estereótipos do branco contra ele e encontra nisso a razão de sua derrota artística. Em primeiro lugar, o estereótipo da barbárie africana: “eu trazia...não sei...quanta raça d’África; (...) surgido de bárbaros...O temperamento que rugia...entortava muito para o lado d’África; era necessário fazê-lo endireitar inteiramente para o lado Regra” – estereótipos da imoralidade sexual: “a concupiscência bestial enroscada como

um sátiro...com seus olhos gulosos de símio”. Não é impunemente que este grande artista procura a versificação mais difícil, a mais regulamentada para lutar contra o ritmo caótico do que chamava barbárie ancestral, nem que se sinta transportado de amor por mulheres frias, pálidas, lunares, por vezes mortas ou doentes, no seu ódio pela sexualidade bestial da mulher negra (e se, por fim, casa-se com uma negra, procura fora da sensualidade a forma branca da espiritualidade, ternura das almas unidas além dos corpos). (BASTIDE, 1983, pp. 127-128).

O autor do trecho acima, prefaciador da obra *Cultura e Folclore* (1954), de Oswaldo Cabral, foi colaborador quando das atividades docentes e científicas da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1938. Roger Bastide (1898-1974) foi pesquisador dedicado dos assuntos relacionados aos estudos sociais afro-brasileiros. O trecho anteriormente transcrito faz parte de compêndio sobre textos e obras do autor. As três primeiras partes do livro são análises feitas acerca da poesia, literatura e imprensa escrita brasileira e suas relações com a produção de estereótipos sobre a população negra.

Continuando a citação, de modo a concluir a linha de raciocínio, arrematou o autor:

Poder-se-ia sem dúvida continuar este inquérito através da literatura contemporânea. Veríamos que os estereótipos continuam a existir, mas latentes, como que adormecidos pelo clima de democracia racial que é o do Brasil, tomando antes a forma de brincadeiras do que o de forças motrizes de comportamentos; prontos a despertar, no entanto, cada vez que a ascensão gradual do homem de cor ameaça **o branco nas posições de domínio que ele não cessou de ocupar na sociedade**. (BASTIDE, 1983, p. 128).

Este ponto, o da ameaça sentida pelo branco em relação ao negro, voltar-se-á mais detidamente nas seções seguintes deste capítulo, pois trata-se, em última análise, de argumentação principal para o processo de perseguição aos curadores promovido por médicos mediadores culturais como acredita-se ter sido o próprio Cabral.

Tais ameaças serão postas à prova, sobretudo após a abolição. Quando a maior preocupação da minoria branca de senhores era a de como continuar a manter o negro africano, preso ao trabalho, uma vez rompidas as correntes que o aprisionava ao trabalho produtivo (CHALHOUB, 1996).

Um dos possíveis caminhos para este fim, argumenta-se, pode ser a colonização de parte da memória oficial desta importante parcela da população brasileira. Esta colonização em terras catarinenses, tal como se pretende evidenciar, provocou um esfacelamento de uma ideia de pertencimento. Dessa fratura decorreu uma falta de consciência de classe, um sentimento de ausência de identificação a um grupo, a uma família, a um povo. Tal era a situação a que foram

submetidos os africanos e seus descendentes na sociedade desde quando foram trazidos compulsoriamente para o Brasil, pelos portugueses colonizadores.

Muitas foram as famílias que foram separadas, suas memórias colonizadas, embranquecidas, de alguma forma, seu tesouro (no sentido de tradição) (ARENDT, 2007), usurpado, desde o período colonial. Colonizando não só os seus corpos, suas vontades, mas também, suas memórias e suas histórias.

O que diferencia a violência realizada à memória negra no período imperial à do republicano, aventa-se, seja a ostensividade da primeira e a sutileza da segunda. No entanto ambas violências, de alguma forma, prejudicaram e colonizaram grande parte da memória e história da população africana e seus descendentes, em Santa Catarina e no Brasil. Prejudicaram, sobretudo, a divulgação e a produção de conhecimento sobre a história dessa parcela da população, sobretudo em Santa Catarina; por meio de a uma educação e políticas nas mais diversas áreas, como as voltadas à saúde. Que os representassem, que levassem em conta sua cultura e a etiologia que os africanos, via de regra, tinham e têm sobre a doença, sobre a cura, por exemplo.

Trata-se, pois, de um discurso que ao não tratar da memória das populações africanas vindas para o Brasil, ao ignorá-las, construiu-se uma narrativa da história que excluiu as especificidades e o passado de parte expressiva da população.

Pouco ou nada se conhece, pois que pouco ou nada se ensina, sobre suas ciências, suas culturas, seus saberes e conhecimentos. Aqueles que pensaram a educação, que selecionaram o que seria escrito, pesquisado, pareciam querer evitar o direito à memória dessas populações. De modo a inibir que eles se reconhecessem entre si, e que, unidos em prol de interesses comuns, reivindicassem, rebelassem-se contra a tirania de que tanto sofreram durante muitos séculos de escravidão e colonização. A exemplo da Revolução de Santo Domingo (atual Haiti) em 1792; as constantes revoltas na Bahia: como a dos *hauças*, em 1913 e 1814; a dos escravos nagôs em 1826, a revolta dos malês, africanos islamizados, em Salvador em 1835 (CUNHA, M. C. 2012) apenas para citar alguns exemplos.

No entanto, mesmo tendo vilipendiada ou turvada as suas memórias de modo a evitar que os negros africanos se identificassem entre si, é possível perceber suas culturas, suas memórias ressurgindo nas “franjas” dos discursos construídos sobre um passado escrito por brancos e seus saberes e ideias colonizadoras. A memória negra africana ressurge nas “falhas” desta seleção de material histórico escrito, pesquisado por uma historiografia mais tradicional. Até mesmo porque

tudo aquilo que uma determinada interpretação do passado considerou como não pertinente, como sobras ou “dejetos” gerados pela seleção, retornam, e, “discretamente” perturbam a aparente ordem ou “progresso” desta interpretação que se pretende hegemônica, verdadeira (CERTEAU, 1982, p.15) sobre a história, sobre o passado, sobre as tantas memórias obliteradas, esquecidas, veladas.

São estas falhas, estes espaços “em branco”, do discurso histórico de Cabral, as pistas seguidas até aqui e daqui por diante. A começar pelos números da presença africana em Santa Catarina. Números que perturbam, questionam, incomodam a perfeita ordenação de um passado descrito por Cabral em suas obras que atribuem uma origem açoriana ao Estado de Santa Catarina, principalmente às populações do litoral.

Os africanos e seus descendentes, como Cruz e Sousa, em meados do século XVIII em Desterro, representavam 29% (vinte e nove por cento) do total da população (CARDOSO, 2000, p.123). Ou seja, pouco menos de um terço da população era composta por africanos negros e seus descendentes no século XVIII, isso somente em Desterro.

O Censo do Estado de Santa Catarina de 1950 (Censo Demográfico, 1955) nos apresenta os seguintes números com relação a percentagem de habitantes divididos por “côr”:

Tabela 2 – Quadro com o percentual da população brasileira dividida pela “côr” da pele

Ano “Côr”	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Branços	78,82%	84,78%	...	...	94,44%	94,61%
Pretos	8,99%	4,80%	...	...	5,21%	3,65%
Amarelos	...	...	...	...	0,00	0,00
Pardos	12,19%	10,42%	...	...	0,34%	1,52%
Sem declaração de côr	.	.	...	...	0,01%	0,22%

Fonte: VI Recenseamento Geral do Brasil – Estado de Santa Catarina: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Regional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento - Série Regional Vol. XXVII, 1955

Apesar da confiabilidade que os números do Censo Demográfico transmitem; números e estatísticas podem ser contestados, questionados. A primeira questão é a divisão entre “pretos” e “pardos”, comparativamente, uma vez que muitos pardos são ou se veem como “pretos”. Uma segunda questão é relativa a qual o critério de classificação e como se deu a pesquisa. O recenseador

perguntava ao sujeito sua “côr”? O sujeito preenchia e se declarava branco, preto, amarelo, pardo, ou não declarava nada? Outra questão diz respeito ao alcance do censo. Será que era possível contemplar um número adequado de “pretos” e “pardos” o qual fosse representativo para uma determinada região? Detalhes e questões que fazem diferença, uma vez que para além de números, a questão de classificação por “côr” da pele implica fatores de identificação, de reconhecimento, de aceitação; questões que suscitam importantes discussões acerca da “raça, da sociedade e da ciência”¹⁰⁵.

Para informações anteriores a este período, recorre-se ao texto escrito pelo próprio Cabral, que apresenta uma série de números e dados da presença negra em Santa Catarina, em especial em Desterro, entre os séculos XVIII e XIX. Números e dados os quais podem ser reveladores sobre uma história a memória de Santa Catarina.

Lesson (1822) afirma que **a percentagem de escravos no Destêrro era muito elevada.** “Para toda a Capitania, Paulo Miguel José de Brito afirma que o seu número, em 1810, era de 7.200, em pouco mais de 30.300 habitantes; Southey, para 1812 dá um total de 7.500, em 35 mil habitantes; Calógeras, para 1819, o contingente de 9.100, em 44 mil”.

Era, de fato, muito escravo para poucos habitantes, tanto mais que a população – e isto é ato seguramente comprovado – era extremamente pobre. E, embora os números se refiram a toda a Capitania, a Capital era o centro mais populoso, o que apresentava a maior densidade demográfica.

Ao findar o século XVIII, mais precisamente em 1796, o quadro populacional da Vila do Destêrro, segundo estatística levantada pelo Governador João Alberto Miranda Ribeiro, somava uma população branca de 2.652 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, aos quais se ajuntavam, forro, 75 pardos e 35 pretos; os escravos eram 206 pardos, de ambos os sexos, 789 negros, homens e mulheres. Em resumo, 3.757 pessoas, das quais 955 eram escravas, fossem aproximadamente 26,5%, mais de um quarto da população. Êstes números subiriam. Lesson não disse a quanto teriam atingido, quando por aqui passou, um quarto de século depois, mas não escondeu ser bastante elevada a percentagem do contingente escravo na população desterrense.

“Na Ilha toda, a população era, em 1810, de 12.483 habitantes, contando-se entre eles 3.313 cativos, cerca de 27,5%; e a Capital, a Vila do Destêrro, nela, contava 5.250 habitantes, dos quais 1.689 escravos, fossem 32%”. (CABRAL, 1972b, p. 86) [sem grifos no original].

Os dados e números apresentados por Cabral revelam que durante o período colonial, em Santa Catarina, na segunda metade do século XVIII e na década inicial do século XIX, a população era composta, boa parte dela, por “pretos” ou “pardos”, mas de 20%. Percentual que a partir de fins do século XIX, começa a diminuir consideravelmente. Tornando-se quase irrisório nos anos de 1940 e 1950, conforme o quadro adaptado do Censo Demográfico (1955), apresentado

¹⁰⁵Ver discussões sobre raça, ciência e sociedade no Brasil em (COMAS, 1970; MAIO e SANTOS, 1996; SCHWARCZ, 1993)

anteriormente, contrariamente à informação trazida por Cabral citando Lesson, de que os “números subiriam”.

Apesar da aridez dos números, por meio deles é possível se ter uma ideia da considerável presença negra em Santa Catarina no fim do século XIX, conforme os dados do Censo. O que, por si só, contradiz uma historiografia encampada por Oswaldo Cabral, interessada mais, ao que parece, em realçar a presença, memória, história e herança cultural deixadas pelo elemento europeu, mais precisamente o açoriano, que veio para a região em fins do século XVIII e início do XIX. Alegando, por exemplo, que a presença negra escrava no Estado “nunca representou elevado índice” (CABRAL, 1970, pp. 166-167).

Os números, ainda revelam ou põe em evidência, o silêncio ou uma história operada, por vezes, de forma a diminuir a participação negra africana na região. Seja em números seja na contribuição para a formação social, econômica, científica e cultural do Estado. Fazem crer (os números) que houve uma colonização, também, de parte da memória oitocentista escravocrata e suas marcas africanas na província de Santa Catarina, mais precisamente em Desterro (CARDOSO, 2001).

Nota-se uma contradição entre os dados apresentados ao longo da bibliografia de Oswaldo Cabral na História do Estado. Em “*História de Santa Catarina*”, publicada inicialmente em 1968, Cabral assim se refere sobre a presença do “elemento negro em Santa Catarina”:

“Os números que registram os escravos em Santa Catarina demonstram que o contingente negro da população barriga-verde **nunca representou elevado índice**. Enquanto Províncias como o Maranhão chegaram a ter um contingente que representava, em certa época (1819), 66% da população total, representados por 133.332 escravos, numa população de 200 mil habitantes; e que outras, como Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais contassem, respectivamente, 147.263, 146.060 e 168.543 cativos, em Santa Catarina os números assinalados revelam uma quantidade muito menos ponderável. Assim, de acordo com os Autores, [Cabral não cita quais autores se refere] em 1810, numa população calculada em 30.339, 7.203 eram escravos (23,7%) e parece que este foi o maior índice registrado, pois em anos sucessivos, a população livre apresentou índice de crescimentos bem maiores do que a escrava, chegando, em 1840, a 12.511 escravos, num total de 66.218 habitantes (18,8%). Em 1857, atingiu Santa Catarina o seu maior número de cativos, com 18.187, 16,3%. Em 1881, segundo uma estatística do Ministério da Agricultura, [Cabral não cita a fonte] contava o país 1.200.000 escravos e em Santa Catarina, de todo este número, não ultrapassavam a 10.821 (0,9% do total). (CABRAL, 1970, pp. 166-167) (grifo nosso)

Dado relevante a ser considerado é que, diferentemente dos outros Estados que Cabral citou, Santa Catarina, a partir do século XIX recebeu grande número de imigrantes brancos europeus, e que, invariavelmente fez aumentar a proporção de brancos em relação a de negros na

região. De certo, se comparada com Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, e, mesmo com os números totais brasileiros, proporcionalmente a presença de africanos e descendentes negros em Santa Catarina pode ser considerada irrisória. Mas a questão não se trata de aferir números e proporções apenas comparando-os à população de africanos e descendentes (negros, escravizados, livres) de Santa Catarina com outros Estados ou mesmo com o número total no país. Mesmo porque números podem ser interpretados e utilizados de diferentes formas. Uma História meramente quantitativa, embora sedutora e até mesmo convincente, por vezes, pode induzir a erros (BRAUDEL, 1965). Dependendo da forma como são apresentados até mesmo a exatidão da matemática pode parecer relativa, contraditória, ambígua. É o que se pode perceber entre as duas últimas citações extraídas das obras do médico, memorialista e historiador Oswaldo Cabral.

Na primeira citação, Cabral (1972b), é apresentada dados sobre a população de escravos em toda a Capitania de Santa Catarina como sendo cerca de um quarto do total da população nos anos de 1810 e 1812. Em 1819, pouco mais que um quinto do total da população da província e representou, segundo as palavras do próprio Oswaldo Cabral “muito escravo para poucos habitantes”.

Já na segunda citação, Cabral (1970), a história parece se inverter. São apresentados como escravos, em Santa Catarina, 23,7 % da população em 1810; e 18,8 % em 1840. Estas duas percentagens são interpretadas como sendo pouco representativas do número de escravos no Estado.

O que se buscou evidenciar com esta “matemática” (BRAUDEL, 1965, pp. 177-281), porém, é que os números podem ser utilizados para tantos fins quantos interessam aqueles que os manuseiam. A exemplo do que fez Cabral, ora considerando “elevado” o índice de escravos em Santa Catarina, ora considerando como “nunca” sendo elevado o “contingente negro da população barriga-verde”.

Estes mesmos números utilizados por Cabral ora para ressaltar a presença “negra”, ora para diminuí-la em Santa Catarina; comparados entre as diversas etnias que compuseram a população de Santa Catarina, mesmo os açorianos aos quais Cabral tanto se dedicou, revela, ao final, que é grande sim a percentagem de africanos e seus descendentes.

Nesta toada é importante “aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes” (THOMPSON, P. 1987, pp. 204-205). Ou seja, estes números e seus possíveis

significados podem apontar para uma operação historiográfica que, ao reduzirem ou apresentar a parcela de escravos africanos em Santa Catarina, podem justificar um desinteresse ou silêncio sobre a participação africana na formação do povo catarinense. O que tende a provocar possíveis sentidos e significações que justificavam o pouco interesse em escrever, pesquisar, e estudar sobre africanos e seus descendentes. Uma vez que é pequena a participação ou a presença negra em Santa Catarina, escrever sobre eles não tem relevância, pode-se, indubitavelmente, chegar a esta conclusão. A exemplo da forma como Cabral fez crer ser o passado colonial e imperial catarinenses um lugar nada aprazível.

Ainda, pensando em termos do uso que Cabral fez do passado em Santa Catarina, a historiografia dita tradicional, representada por Oswaldo Cabral, foi, em grande medida, uma das grandes responsáveis pela construção da ideia de que restaram apenas imagens do período republicano como fragmentos de memória da cidade de Desterro/Florianópolis, dando mesmo a impressão de uma colonização do passado colonial e imperial pelo presente republicano.

Tratando-se de uma memória que foi, assim mesmo, alvo de disputas e investimento maciço por parte de uma elite branca, católica e republicana que tentava justificar que o presente era um lugar melhor de se viver, negligenciando e depreciando, por vezes, o passado colonial e imperial. Uma elite que, além da produção do conhecimento e colonização da memória do estado, passou a controlar a economia e exercer o poder político e ideológico local. Além de controlar os aparelhos ideológicos e de “construção” de memória(s) e história(s) oficiais como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Catarinense de Letras e controlavam a publicação e edição de livros de História por meio da principal editora oficial a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina e a Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo. Ao que parece, a julgar pelas obras e autores escolhidos para serem consagrados, estas instâncias e esta elite promoveram uma valorização de uma memória e história com tendência a embranquecer o presente republicano e “denegrir” o passado colonial e imperial catarinense.

Possível razão para uma colonização da memória catarinense, talvez possa ser encontrada nos dados apresentados por (CARDOSO, 2000, p.123) de que, no século XVIII em Florianópolis, cerca de 29% da população era composta por negros africanos e seus descendentes, sem contar os que se identificavam como pardos, os quais não estão no cálculo apresentado. Assim, poderia haver, aos moldes do que acontecia no país um processo de “embranquecimento” da

população, seja na cor da pele, na cultura ou na ciência com a produção dos saberes e conhecimentos (MAIO, 1996).

O porquê desse investimento no “clareamento” e colonização, também, de uma memória oitocentista e escravocrata e suas marcas africanas na província de Santa Catarina, pode estar nos dados apresentados pela tabela do Censo Demográfico (Tabela 2).

Nela percebe-se que em 1872 mais de 20% da população em Santa Catarina se declarava de cor “preta” ou “parda” e em 1890 15% assim se identificava com relação a sua “côr” de pele. Já, se comparados com os índices de 1940 e 1950 esta percentagem cai para menos de 6%. Estes dados, um primeiro momento, poderiam ter provocado uma reação, por parte de setores da sociedade, principalmente a elite intelectual e política, os quais, ao que tudo indica, não desejavam para o país, e em Santa Catarina não foi diferente, uma identificação negra ou parda. Este movimento é tanto mais percebido na região sul do país, e, em particular pela escrita histórica de Oswaldo Cabral em Santa Catarina, lugar de “brancos e estrangeiros europeus”. Havia, portanto, supõe-se, que embranquecer estes números, colonizando memórias e a história dos negros, que, como o exemplo do poeta Cruz e Sousa, não mais se identificam como africanos ou afrodescendentes negros.

Algumas conclusões podem ser aventadas dos números apresentados pelo Censo Demográfico. Primeira a de que em cerca de meio século muitas pessoas não se declaravam ou reconheceram como negros ou pardos. Segunda a de que em um intervalo de cerca de 50 anos, de fato houve um processo efetivo de “embranquecimento” da “côr” da pele dos habitantes de Santa Catarina. E, terceiro, houve uma epidemia que grassou os negros e pardos, matando ao menos 10% dessa parcela da população catarinense.

Tem-se a propensão de acreditar na possibilidade da primeira alternativa ser a mais acertada: a de que negros e pardos não se reconheceriam enquanto tais, entre outras razões por terem sua própria memória e história colonizada pelos brancos europeizados e católicos. É este um dos argumentos defendidos na tese. Ou seja, o que houve, por meio de um processo histórico que investiu em um embranquecimento cultural da população catarinense, uma colonização de parte da memória e da história de Santa Catarina, principalmente a que se referia a presença negra no Estado. Ou seja, mais do que a “côr” da pele, tiveram os africanos e seus descendentes, em Santa Catarina, sua memória, história, ciência e cultura colonizadas pelos “povos povoadores” sejam os

alemães e italianos no interior do Estado, sejam os luso-açorianos no litoral (este último o espaço geográfico evidenciado na tese).

Esta colonização levou grande parcela de negros e pardos a não se identificarem mais com sua própria memória, com sua História. Sendo, muitas vezes, levados a tomarem como sua a História do colonizador branco. Ou simplesmente por que sua História e sua Cultura foram, paulatinamente, sendo boicotadas e negligenciadas e contadas e escritas de tal forma por uma historiografia catarinense feita por e para brancos de modo a valorizar tão somente um passado épico dos povoadores “luso-açorianos”, cujas crenças, ciência e cultura, pretendida como hegemônicas. Por vezes, mesmo reminiscências africanas são apropriadas, transformadas em memória lusitana, como supõe-se ter ocorrido com as práticas das benzeduras. E, assim, valorizar “os belos olhos azuis” e uma descendência física e cultural ariana percebidas na brancura da pele e dos modos “civilizados” da população catarinense, como parece querer fazer crer os escritos de Oswaldo Cabral.

Vale lembrar que essa valorização de usos e costumes “civilizados”¹⁰⁶ e as características físicas dos povoadores luso açorianos é amplamente aceita e defendida por um grupo de intelectuais que estão a escrever e operar a cultura catarinense neste período da primeira metade de século XX. Destes intelectuais, homens da Ciência em Santa Catarina, destacam-se o médico Oswaldo Rodrigues Cabral e suas obras.

Além dos dados quantitativos como os apresentados, dados qualitativos podem ser ainda mais reveladores, corroborando, ainda mais, com a tese de uma colonização da memória e história desta importante parcela da população catarinense composta por africanos e seus descendentes.

Ao menos até sua última obra, publicada pela primeira vez em 1971 e 1972, *Nossa Senhora do Desterro*, como já foi abordado no capítulo anterior, suas observações sobre a presença negra em Santa Catarina são sempre muito pontuais e, em grande medida, associando-a às práticas

¹⁰⁶Sempre que usarmos esta palavra peculiar, faremos no sentido atribuído a ela pelo ocidente. Sem entrarmos na questão da diferenciação entre o conceito alemão de *Kultur e Zivilisation* e o francês-inglês como abordado por Norbert Elias (1994). Importa-nos a questão de que “o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas (...) atividades humanas a serem descritas como civilizadas, (...) este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. (...) Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”. (ELIAS, 1994, p.23).

de feitiçaria, curandeirismo e charlatanismo. Ou atribuindo ao negro africano à condição de braço para a lavoura e aos serviços mais degradantes. Reforçando uma postura que vitimava a população negra, ou, tratava-os como sujeitos passivos diante da submissão imposta a eles pelos brancos.

Em sua primeira obra, publicada em 1937, de projeção nacional, *“Santa Catharina: História e Evolução”* Cabral pouco ou nada faz constar sobre a presença e a situação de escravos negros nesta parte do território brasileiro. Limitando-se a relatar o ponto de vista do colonizador/imigrante, os portugueses “açoritas” para com o trabalho braçal, alegando que estes estavam:

Acostumados a relegar ao braço escravo toda a sorte de serviço manual, os mais aquinhoados, de então, olhavam para o trabalho, do qual dependesse o menor esforço material, como ocupação bastarda e humilhante.

Os menos aquinhoados, certamente, seguiam o exemplo dos outros, pois, homens livres, não se queriam humilhar trabalhando como qualquer escravo. A principal indústria era a do preparo de farinha de mandioca, que se fazia então abundantemente. Ao lado a praia piscosa. Nada de admirar que as populações procurassem evitar o trabalho, dedicando-se a uma vida de ócio, sob o clima ameno da ilha, ainda mais que o preconceito era grande contra aquele.

(...)

Aliás o fenômeno não era apenas local. Em outras partes do Brasil o mesmo se repetia e D. Luiz Vahia Monteiro, que foi Governador do Rio de Janeiro, dizia que os “brancos reinóis, ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brasil, nenhum quer trabalhar”. (CABRAL, 1937, p. 96)

A transcrição não trata diretamente da situação do afrodescendente, mas da relação mantida pelos “brancos reinóis” para com o trabalho braçal, considerado pelos colonizadores brancos portugueses; segundo se pode depreender, como sendo tarefa humilhante, degradante, “coisa de escravo”. Por escravo pode-se entender tanto o branco quanto o negro, exceto no Brasil, cuja escravidão foi quase sempre associada ao negro. O que denota mais uma colonização no campo das ideias.

Estudos históricos voltados à cultura e condição de afrodescendentes negros e do trabalho escravo em Santa Catarina são relativamente recentes, os primeiros publicados na década de 1990. Destaque ao livro escrito a várias mãos organizado pela historiadora Joana Maria Pedro, Lúgia de Oliveira Czesnat, Luiz Felipe Falcão, Orivalda Lima e Silva, Paulino Francisco de Jesus Cardoso e Rosangela Miranda Cherem, intitulado “Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX” publicado em 1988. O livro, a julgar pelo título, já estabelece ser Santa Catarina um lugar de brancos, por excelência. E a partir dessa afirmação e premissa aborda as especificidades da forma como o negro era visto e tratado na sociedade catarinense, mesmo após o período da abolição. Enfatizou o “caráter ameno” ou o fato da abolição

ter sido muito mais um feito “para inglês ver”, e a própria atuação acanhada do movimento abolicionista em Santa Catarina. O livro põe ainda à mostra o exacerbado preconceito racial sofrido pelo negro nesta “terra de brancos”, seja o negro escravizado ou não. Trata-se de leitura recomendada para se entender um pouco mais a ideia de que, de fato, houve uma colonização da memória e da história negra africana em Santa Catarina.

Ademais são, geralmente pesquisas a título de mestrado e de doutorado em que há uma tentativa de oferecer outros ângulos sobre a escravidão, não só do ponto de vista do colonizador, mas uma visão do ponto de vista do escravizado/colonizado.

Até então prevaleceram trabalhos sobre a história de Santa Catarina desenvolvidos, em grande medida, por memorialistas que buscavam registrar os acontecimentos passados em suas cidades, como o próprio Cabral. Trabalhos realizados sob uma ótica do imigrante, relatos de uma epopeia de grandes homens e seus feitos heroicos no desenvolvimento da região, todos brancos, europeus ou seus descendentes diretos e católicos, obviamente.

Historiadores como Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando Piazza e Humberto Carlos Correa, ofereceram pouco conhecimento histórico da população negra africana no Estado de um ponto de vista que fugisse do colonialismo branco, escravocrata e que, mais serviam para reforçar preconceitos e estigmatizar o negro do que escrever sobre sua história.

Permaneceram fiéis a uma lógica positivista da qual compreendiam a escrita da história como compêndios que tentavam abarcar grandes períodos e cujo foco eram os feitos de grandes homens, e as fontes, documentos oficiais produzidos por estes mesmos homens. Assim, sobretudo Cabral, desenvolveu pesquisas sobre a História de Santa Catarina que consistiu em grandes sínteses com foco nas elites, nos principais fatos políticos, militares e na migração europeia para a região.

Nessa perspectiva formaram uma base historiográfica que alimentou concepções baseadas nessas elites locais, nas famílias tradicionais, em um discurso laudatório com elogios às práticas empreendedoras dos imigrantes europeus. Sobretudo, atribuindo o desenvolvimento da economia, do comércio, da cultura e da ciência da região, ao imigrante europeu, destacando a presença do luso-açoriano no litoral do Estado.

Destas obras pode-se destacar *Nossa Senhora do Desterro*, de Oswaldo Cabral; *Memória Barriga Verde*, de Manoel Gomes; *Santa Catarina: história da gente*, de Walter Fernando Piazza; *A Ilha de Santa Catarina: Espaço, tempo e gente*, de Nereu do Vale Pereira e *Perfis de alguns catarinenses ilustres* de Zedar Perfeito da Silva. Nestas obras o que se verifica a

respeito do papel e participação dos africanos e seus descendentes na formação cultural e da produção do conhecimento em Santa Catarina, é muito pouco, ou, como na maioria delas, nada. Há um processo de invisibilidade das contribuições africanas para a sociedade catarinense.

Uma das pioneiras a retratar a questão da invisibilidade do negro na historiografia catarinense e a forma como a presença africana foi velada na formação da sociedade do sul do Brasil, foi a historiadora Ilka Boaventura Leite. A autora atribui essa invisibilidade a uma intenção de valorização da presença do imigrante branco, em um flagrante processo de branqueamento do Estado catarinense, ainda hoje conhecido como o Estado mais europeu do Brasil (LEITE, 1996).

Muitas das bibliografias mais tradicionais sobre Santa Catarina, como a produzida por Oswaldo Cabral, reforçam a ideia de que o Estado passou por um processo diferenciado de colonização o qual foi responsável por uma particular formação cultural, social e econômica. Processo que teria como fator primordial de diferenciação o fato de que os imigrantes que para cá vieram, tinham a intenção de aqui estabelecer morada, eram povoadores e não colonizadores.

Autores como o discípulo de Cabral, Walter Fernando Piazza e Fernando Henrique Cardoso formularam e defenderam a teoria de que a colonização na Ilha de Santa Catarina e territórios adjacentes, sobretudo no litoral do Estado, foi impulsionada, principalmente, pelo interesse militar na defesa desta região. Considerada estratégica geograficamente, e, dentro deste cenário, a escravidão na região fora de pouca ou nenhuma relevância (MAMIGONIAN, 2006).

O que ficou demonstrado, mais recentemente, a partir de estudos desenvolvidos na década de 1990 em diante, não ser expressão da realidade. Ou seja, africanos e seus descendentes em Santa Catarina contribuíram enormemente para a formação cultural e econômica do Estado. Contribuições as quais podem ser percebidas não só por aspectos religiosos, pelas organizações de resistência à escravidão, por manifestações como o samba e o carnaval, mas, também nas formas de cura, de saberes e conhecimentos médicos sobre as doenças.

Piazza e Cardoso foram autores os quais, durante algum tempo, principalmente entre 1960 a 1970, serviram de referência para a historiografia da escravidão em Santa Catarina. Suas obras e pesquisas tentam demonstrar que os poucos escravos negros existentes na região teriam servido apenas como apoio a uma produção de subsistência, sendo de uso predominantemente doméstico e urbano (PIAZZA, 1975; 1999; CARDOSO, 2000). Com isso construiu-se a teoria de que a economia catarinense somente teria se desenvolvido a partir de 1850, com a instalação de

colônias de imigrantes, principalmente de alemães, italianos no interior e luso-açorianos no litoral do Estado.

Ocorre que uma característica referente à economia e à sociedade catarinense, por exemplo, é a de que embora não fora baseada em latifúndios, contou com grande número de africanos e descendentes, algo entre um quarto e um terço da população na primeira metade do século XIX (MAMIGONIAN, 2006).

Esta população não poderia ser utilizada apenas de forma doméstica e urbana na configuração e organização econômica, social e cultural da região naquele momento, onde o núcleo urbano era diminuto e as regiões rurais eram predominantes.

Trabalho e pesquisas recentes têm demonstrado que foi grande a participação negra africana em áreas sensíveis do conhecimento como a medicina e o cuidado como o corpo e nas artes de curar (CHALHOUB, 1996; SAMPAIO, 2001, CHALHOUB et al (org.) 2003, FIGUEIREDO, B, 2008; GURGEL, 2010, ALMEIDA, 2010; NOGUEIRA, 2016) entre outros.

Obra importante na construção do mito da quase ausência negra na formação social em Santa Catarina sustentando e alimentando preconceitos existentes, que se tornaram, ao longo do tempo por repetição, em consensos, foi *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis (1960)*, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Nela os autores analisam as relações entre negros e brancos na capital catarinense, do século XVIII até o séc. XX, discutindo a “transição” do trabalho escravo para o livre. Defendem a ideia de que a economia catarinense foi produtora de bens de consumo e que o negro estaria inserido dentro de uma relação de dependência, onde mesmo se livre fosse, não conseguiria se adaptar a lógica capitalista já em ascensão em Santa Catarina. Esta é apenas uma das reflexões desses autores que desenvolveram outras obras, as quais, no intuito de se contrapor à ideologia da harmonia racial, acabaram construindo outros preconceitos baseados na anomia social. Em que os negros afastados de seus meios culturais teriam ficado engessados sob a “dominação” econômica, social e cultural dos brancos. Ou seja, não teriam condições de perpetuarem seus costumes, crenças e cultura (CARDOSO e IANNI, 1960).

O que se pretende com tal explanação é demonstrar que por meio de explicações, sejam elas econômicas, sociais ou culturais, baseadas em noções construídas com particularidades do processo histórico catarinense, findou-se por encobrir a importância da atuação do negro na formação cultural em Santa Catarina. E, por conseguinte, diminuindo consideravelmente as

contribuições dos negros africanos na construção das visões de mundo, cultura e formação da sociedade catarinense.

Prova disso pode ser encontrada nos estudos históricos desenvolvidos ao longo da primeira metade do século XX, cujo espaço geográfico e social, foi Santa Catarina. Há um grande número de pesquisas realizadas a respeito do imigrante europeu em Santa Catarina, e nada sobre a presença e atuação dos afrodescendentes na formação e constituição de saberes e conhecimentos em Santa Catarina. Fato que se mantém, mesmo após a década de 1970 onde é possível verificar, ainda, um predomínio de pesquisas sobre temas da imigração europeia em relação às questões relacionadas à população africana em Santa Catarina¹⁰⁷.

A escravidão negra africana em Santa Catarina, por exemplo, torna-se interesse de pesquisadores mais recentemente, principalmente em fins de 1980. O movimento historiográfico nacional de pesquisas sobre a escravidão negra já era forte na década de 1980. Contudo, em Santa Catarina, o tema só veio à tona com fôlego e maior amplitude, apenas no limiar do século XXI.

Destas pesquisas merece destaque o trabalho que virou referência em Santa Catarina por demonstrar a importância da participação do escravo na economia e na formação do Estado: *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1888*, tese defendida na área de História, por Paulino Francisco de Jesus Cardoso, em 2004.

Nesta pesquisa o autor realiza análise das relações mercantis e rurais em Desterro. Por meio de uma descrição das principais freguesias e atividades econômicas da capital catarinense, demonstra e mapeia a forte presença de negros africanos na cidade. Discute a inserção desta população na sociedade, nas relações envolvendo habitação, o cotidiano, o mercado de trabalho, tratando de seus interesses e objetivos, enquanto cativos, livres e libertos. O autor mapeou por meio de farta documentação a participação de escravos nas mais diferentes funções e espaços sociais da vila/cidade desde o trabalho doméstico, o artesanato, a agricultura e o comércio. Dessa forma, Paulino de Jesus Cardoso questionou, com a sua pesquisa, a compreensão recorrente de que Santa Catarina se constituiu somente como uma sociedade agrícola, baseada em núcleos familiares de trabalhadores livres, em sua maioria composta por brancos europeus, sejam italianos, alemães, portugueses ou açorianos. Realçando mesmo a existência de uma colonização “branca” de uma parte da memória negra africana em Santa Catarina.

¹⁰⁷Vide quadro de dissertações de mestrado e teses de doutorado em História sobre Santa Catarina (1974-2005) In: (GONÇALVES, 2006, pp. 338-355)

Para além de relações de trabalho deve-se destacar também a forte contribuição dos africanos no tocante à cultura em Santa Catarina. Neste sentido, destaca-se algumas pesquisas e publicações a partir da virada do século XX para o XXI¹⁰⁸.

Contudo, ainda resta uma lacuna no tocante à contribuição africana para a constituição da sociedade catarinense. Referimo-nos ao devido reconhecimento e pesquisas históricas sobre o legado deixado por essa parcela da população catarinense na constituição dos saberes e conhecimentos sobre a doença e a cura, resultando na produção de saberes constituídos. Neste sentido, deve-se apontar a importância dos trabalhos de (TRAMONTE, 2001) e (BRIGNOL, 2003).

A Dissertação de mestrado de Juliani Moreira Brignol, intitulada *Bordados do Destino: saberes das mulheres afrodescendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina*, de 2003. Trata da apropriação dos saberes das mulheres africanas, especialmente as parteiras e as amas de leite, pelo discurso médico científico. Este discurso constituirá, aos poucos, o novo saber sobre o corpo da mulher que substituirá, paulatinamente, o trabalho até então realizado pelas parteiras, em sua maioria, mulheres negras africanas ou afrodescendentes pelos médicos obstetras, quase todos, homens brancos formados nas faculdades de medicina do país.

Outro importante trabalho, trata-se de pesquisa que colimou com a escrita da tese de doutorado “*Com a bandeira de Oxalá! Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis* (TRAMONTE, 2001). Transformada em livro com mesmo título pelas Editoras Diálogo Cultura e Comunicação, UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) e Lunardelli Editora em 2001. A pesquisa abrange um espaço temporal bastante grande do século XIX até as décadas finais do XX, e tem como foco mapear as manifestações religiosas de Umbanda na região da grande Florianópolis que abrange a capital e os municípios do em torno.

A autora dialogou na sua pesquisa, com os praticantes da Umbanda, por meio de uma pesquisa etnográfica durante os quatro anos em que esteve junto ao “povo-de-santo”¹⁰⁹ da grande Florianópolis. É uma pesquisa de fôlego com caráter interdisciplinar, envolvendo diversas fontes e áreas do conhecimento: da História à Antropologia.

¹⁰⁸Ver (LEITE, 1996, REIS, 1996; MARIA, 1997; MARCON, 1999; RIBEIRO, 1999; TRAMONTE, 2001; WAGNER, 2002; BRIGNOL, 2003; FERREIRA, 2006; GARCIA, 2007; MALAVOTA, 2007; GODOY, 2008; STAKONSKI, 2008; ROSA, 2011).

¹⁰⁹Povo-de-santo é como se chamam entre si os adeptos de religiões que possuem raízes africanas como a Umbanda e o Candomblé (TRAMONTE, 2001, p. 17).

Dela destaca-se a hipótese de que manifestações de curas religiosas praticadas por “benzedeiros/as, raizeiros/as, curandeiros/as” ¹¹⁰ teriam contribuído para o surgimento e a manutenção das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis na primeira metade do século XX (TRAMONTE, 2001, pp. 17-20). Em grande medida as religiões afro-brasileiras e seus cultos garantiram a sobrevivência de algumas das “mais variadas práticas de cura, diferentes da medicina científica”, invariavelmente “tachadas de charlatanismo” e “curandeirismo” “pelos cientistas” (CHALHOUB, et al (org.) 2003, p. 12)

É importante ressaltar que estas duas pesquisas contribuíram para a construção do cenário em que, foram também protagonistas, africanas e africanos e seus descendentes para formação e transmissão de saberes médicos de cuidados com o corpo e com a saúde na sociedade catarinense. Abrindo novas perspectivas e campos de pesquisa sobre a participação e contribuição africana na constituição de crenças, valores e cultura do estado catarinense que, indubitavelmente, vai além da “irrisória” participação na economia ou como “peça” nas relações escravistas de exploração, compra, venda e aluguel, como muitas vezes apareceu nas obras de Cabral.

Saberes e costumes que evidenciam a presença de uma raiz africana na cultura catarinense como o importante saber sobre curas ou as artes de curar (FIGUEIREDO, 2008). É necessário, ainda, fomentar uma desmistificação de conceitos, leituras e histórias há muito arraigados na ciência e cultura, os quais colocam o africano e seus descendentes como antagonistas do processo de civilização e desenvolvimento da região e do país, de um modo geral, e de Santa Catarina em particular, colocando-os e eles mesmo se posicionando como protagonistas no processo de formação do Estado e no desenvolvimento de técnicas e ciências nas mais diferentes áreas do saber, inclusive no cuidado com o corpo, na saúde coletiva e da mulher. E não como mais

¹¹⁰Optamos por agrupar todos os praticantes das artes de curar num único grupo o qual designaremos, sempre que possível, por tão somente “curadores”. As razões do agrupamento procuraremos apresentar ao longo deste capítulo. Com relação à opção por curadores e não curandeiros se deu em razão de que “No português moderno, os termos curandeiro e curandeirismo tem fortes conotações negativas; tornaram-se palavras que designam os artifícios de um charlatão ou feiticeiro. O preciso momento em que esta definição começou a ser utilizada, e por quem, é, contudo, um assunto importante a considerar. Os dicionários contemporâneos do século XVIII, incluindo volumes influentes compilados por Raphael Bluteau para os jesuítas entre 1712 e 1728, contêm os termos curador e curadora, mas não especificamente curandeiro e curandeira. Contudo, a forma como eram utilizados na linguagem popular, tal como mostram claramente as referências frequentes nos depoimentos prestados à Inquisição, revela um significado muito mais amplo e ambíguo. Os camponeses usavam o termo para designar qualquer curador que usava a medicina popular”. (WALKER, 2013, p. 57)

um dos tantos coadjuvantes com irrisória participação na história e memória catarinense, como parece querer fazer crer a produção bibliográfica de Oswaldo Cabral.

A seguir focar-se-á no processo de produção histórica promovido por Cabral principalmente sua escrita sobre Desterro/Florianópolis e o litoral catarinense que, supõe-se, valorizando a cultura, a religião e o legado científico do branco europeu luso açoriano, provocou, ou acentuou ainda mais, uma colonização das práticas de memória representadas pelas práticas de cura dos africanos e seus descendentes em Santa Catarina.

3.2 Um tempo passado “em branco”: Cabral e a memória do período colonial e imperial

Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil, todo brasileiro e não apenas os bacharéis ou o doutor o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e semibranco.

(Gilberto Freyre)¹¹¹.

Semelhante processo de valorização do legado do imigrante branco luso-açoriano se repete com a própria memória da cidade de Desterro/Florianópolis e da Província/Estado de Santa Catarina, em sua parte litorânea, principalmente, tanto em seu aspecto material quanto imaterial. Há uma supervalorização de um patrimônio cultural, principalmente, buscando-se o legado dito ou construído como açoriano.

O passado colonial e imperial da cidade e da Província e as marcas culturais africanas e afro-brasileiras, tais como as representadas nos saberes tradicionais dos curadores, por exemplo, deveriam ser subvalorizados. Elas não representariam, a julgar pelo registrado por Cabral, uma “memória oficial” (POLLAK, 1989). Contudo as marcas africanas e negras do período colonial e imperial em Santa Catarina, retornam, resistem, subsistindo, e ressurgindo mesmo no período republicano catarinense e no tempo presente. Sejam nas notícias de chás, de rezas, de modos e saberes de benzer. Por mais que o discurso da elite seja de branqueamento e de deixar essas práticas para trás e enterradas, elas persistem de diversas formas e entram em disputa com uma memória com pretensão de oficial sobre a cidade, como se percebe no trecho a seguir:

Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 4)

A disputa entre uma memória que se pretende oficial e as “memórias subterrâneas” pode ser percebida na historiografia de Oswaldo Rodrigues Cabral, principalmente durante sua tentativa de “resgatar” uma memória cultural e patrimonial para o Estado de Santa Catarina dando

¹¹¹In: (FREYRE, Talvez poesia, 1962)

ênfase, quase que exclusivamente, à memória, história mais relacionada ao branco, católico e ao que foi considerado e construído como açoriano, segundo o que se pode inferir das obras escolhidas de Cabral para escrita da tese.

Se se desejar conhecer a história de Santa Catarina, no que se refere ao legado cultural dos outros povos que para cá foram trazidos, ou que aqui já moravam durante o período colonial e imperial, muito pouco se descobrirá por meio dos escritos de Cabral. E deste pouco se terá ainda somente uma má impressão dos usos e costumes daquela época, se comparados ao período posterior à chegada da família real ao Brasil, por exemplo. Apesar de que, para esse caso, o silêncio e a omissão de Cabral são reveladores e, também capazes de informar. São estes silêncios, a pista a se percorrer a partir de agora.

De todas as obras publicadas de Oswaldo Cabral, até 1978 (ano de seu falecimento), apenas uma única foi dedicada inteiramente ao período colonial. Trata-se de: *“As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia”*, de 1972, publicada de forma conjunta pelo Conselho Federal de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conjuntamente.

Com efeito, com seus portos abrigados e suas enseadas tranquilas, a Ilha [de Santa Catarina] poderia vir a ser um excelente ponto de apoio às tropas lusitanas, sempre se defrontando com o rival castelhano no sul do continente, ponto de onde poderiam sair reforços de toda a ordem, necessários à conservação do domínio, na eterna e sempre renovada querela entre as duas potências peninsulares. Não convinha que, por um golpe de mão bem sucedido (sic) – que, afinal, veio a suceder – chegasse a Espanha a ocupa-la, cortando, assim, a retaguarda dos portugueses, com todas as consequências que pudessem resultar. (CABRAL, 1972c, p.11)

Na introdução do livro, Cabral já deixa claro que esta região da colônia portuguesa na América foi tratada de forma estratégica pela metrópole lusitana. De acordo com o texto seria bastante arriscado perder esta região para os rivais castelhanos que já haviam dominado grande parte do continente. Uma das razões que fez a Corte, em 1738, decidir mandar para a região o “Brigadeiro José da Silva Paes” para fazer erguer na Ilha de Santa Catarina e entorno “fortificação, a qual, a entender ser capaz para a sua defesa [sic], procurando evitar nela tudo quanto lhe for possível a maior despesa” (MAFRA apud CABRAL, 1972c, p.11).

A preocupação maior de Cabral ao abordar o tema, ao que tudo indica, foi a de descrever as construções militares realizadas pelos portugueses com o fim de defender o território atribuindo a ocupação e “integração” da região à nação brasileira graças à engenhosidade dos portugueses em construir aqui um “eficiente” sistema de defesa militar. Região que necessitava de

um “sistema de fortificações” para a defesa desta área “que foi, durante algum tempo, uma espécie de fronteira nevrálgica entre os territórios sob a soberania de Portugal e Espanha” (REIS, apud CABRAL, 1972c, p. 7).

A primeira crítica recai, principalmente, no tocante a importância que Cabral atribuiu ao elemento açoriano e português para a formação cultural e da sociedade de Santa Catarina. Outra pode residir no aparente compromisso que ele assumiu com a valorização de uma memória republicana, moderna e urbana para Florianópolis em particular, e para o Estado de um modo geral.

Sobre o período colonial ou imperial em Santa Catarina, percebe-se referências apenas um ou outro trecho nas obras de Cabral por nós analisadas. Mesmo assim descrevem-nos de modo a representá-los como um tempo sombrio, onde a província e a cidade são sujas, incivilizadas, repletas de gente pobre, miserável. Berço de superstições e de práticas “das mais absurdas”, “consequentes à ignorância” onde abundam “o curandeirismo, a feitiçaria” (CABRAL, 1942, p.11).

Neste sentido, ao que parece, o médico, historiador e intelectual catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral não é uma voz dissonante se comparado às outras regiões e intelectuais do país. Cabral e seus escritos e pesquisas estavam para Santa Catarina (principalmente a região do litoral), assim como os poemas de Mario Andrade, por exemplo, estavam para São Paulo (capital).

Se por um lado Cabral, em sua escrita, valorizou demasiadamente o elemento luso-açoriano na formação social do litoral catarinense, por outro, Mario de Andrade abordou, principalmente em seus poemas, o imigrante italiano em São Paulo, transformando-o, como demonstrado no trecho a seguir, em herói daquela região:

O carinho e a valorização do filho de italiano, como o novo cidadão paulista operoso e progressista, que foi também característico de outros escritores paulistas, principalmente Antônio de Alcântara Machado, morreu prematuramente com “Paulicéia”. O imigrante italiano, visto como condutor do progresso e da industrialização, é elemento positivo, como mostrara no poema “O domador”, não sem uma certa dose de nostalgia. Neste livro é que se fala com emocionante orgulho de um:

(...)

“heróico sucessor da raça heril dos bandeirantes, um galhardo filho de imigrante loiramente domando um automóvel”.

(PINTO, 2001, p. 445)

Se para o caso paulista, com Mario de Andrade, houve a valorização do imigrante italiano no processo de progresso e desenvolvimento urbano e industrial de São Paulo, para o litoral catarinense, Oswaldo Cabral, por meio de seus livros e escritos, elegeu o português como o mentor responsável pelo desenvolvimento e modernização da região.

Gilberto Freyre, com a autoridade que lhe confere o profundo conhecimento destes problemas, relata que o português foi o cérebro e o negro o braço, pois “o trabalho agrícola foi dirigido pelo europeu, mas realizado pelo negro”.

Sem este fator de trabalho, ainda que fossem “as condições de ambiente francamente propícias para tirar da terra uma cultura básica”, o fracasso também seria de esperar, porque o lusitano, lá como aqui, não tinha a menor inclinação para o trabalho agrícola.

(...)

Assim, dirigindo a organização rural e elevando-a a inusitada grandeza, o português impôs-se socialmente como o elemento preponderante, construindo **o seu clan e organizando as bases do patriarcado. Dirigia, comerciava, politicava, saía das casas grandes das suas fazendas para os sobrados das vilas e das cidades, onde buscava gozar a vida.** (CABRAL, 1940, pp. 24-25). [sem grifos no original].

Cabral, no trecho transcrito, ao que parece, tentou justificar a “*Vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*” (título do livreto de 1941) – ao elemento português. Foi ele o grande “cérebro”, líder e mentor intelectual do progresso da região, responsável pelo desenvolvimento do setor comercial, governo político, desenvolvimento agrário e urbano da região.

Cabral buscou aliados, cuja “autoridade” sobre a questão, induzem pensar sobre a veracidade do enunciado escrito por ele. Assim arregimentou intelectuais do porte de Gilberto Freyre, Artur Ramos, Roger Bastide, Franz Boas, Lévi-Strauss, Antonil, Saint-Hilaire, entre outros citados ao longo da bibliografia aqui analisada. Dessa forma Cabral tentou dar legitimidade à sua tese sobre a vitória da colonização luso-açoriana em Santa Catarina. Tornando o português/açoriano, ao menos em Santa Catarina e pela lente de Cabral, duplamente colonizador, de fato e da história e da memória do Estado.

Com relação a Gilberto Freyre, presente nas referências bibliográficas de algumas das principais obras de Oswaldo Cabral¹¹², convém enfocar um pouco mais.

É quase unânime a ideia do quanto Gilberto Freyre (1900-1987)¹¹³ e o conjunto de sua obra, principalmente, “*Casa-Grande e Senzala*”, 1933, e “*Sobrados e Mocambos*” de 1936, foram de extrema importância para o pensamento social brasileiro. Cogita-se que estas duas obras de Gilberto Freyre nortearam algumas posições e escolhas teóricas da pesquisa histórica realizada por Oswaldo Cabral em Santa Catarina.

¹¹²Ver citações à Freyre em (CABRAL, 1940; 1942, 1954; 1971; 1972). Cabral teve encontros com Gilberto Freyre e trocou missivas com ele ao longo de sua vida (MARTINS, 2017).

¹¹³Para saber mais sobre a vida e obra de Gilberto Freyre, ver (LIMA, 2010)



Figura 16: Fotografia de Cabral com Gilberto Freire – 1972
(SOUZA, S. 1993, s/n)

Freyre foi responsável por uma nova abordagem para análise sociológica do Brasil. Ele tentou buscar um novo enfoque e teve a ambição de criar uma “‘ciência’ brasileira tropical, com métodos, temas e pontos de vista próprios” (LIMA, 2010, p.11). O que levou a considerá-lo um modernista da Sociologia e da teoria sobre a formação do Brasil.

Em grande medida foram o negro e o português os dois personagens centrais nas discussões de Gilberto Freyre. Vez que a influência indígena, embora importante, tenha sido datada e mais decisiva no período inicial da colonização e desbravamento dos sertões (FREYRE, 2003).

Os períodos históricos abordados por Freyre em suas duas mais importantes obras “*Casa-Grande e Senzala*” e “*Sobrados e Mocambos*” são o colonial e o imperial, quando do declínio do patriarcalismo. Esta última obra é de extrema importância para o que se pretende argumentar acerca de algumas escolhas teóricas adotadas por Oswaldo Cabral e percebidas em sua bibliografia elencada como o *corpus* principal para a análise desta pesquisa.

Da mesma forma que Freyre construiu a figura de um super-herói lusitano, cujas “felizes predisposições da raça, da mesologia e da cultura” (FREYRE, 2003, p. 74) o fizeram vencer as condições inóspitas do clima tropical brasileiro. Cabral idealizou a participação luso-

açoriana em Santa Catarina, atribuindo aos casais de açorianos que aqui aportaram em meados do século XVIII o desenvolvimento e a pujança que o Estado mais “europeu” do Brasil, adquiriu no tempo presente em que Cabral escreveu.

Algumas relações entre a escrita de Freyre e Cabral podem ser feitas. Em “*Sobrados e Mocambos*” é possível perceber indícios do processo que provocou a quebra da situação de acomodação do poder patriarcal durante a transição entre o sistema escravista e o do trabalho livre. Além de tentar mostrar o surgimento de novas formas de subordinação e relações de poderes estabelecidos na sociedade brasileira. É o próprio Freyre que, na apresentação da obra, informa que o livro pretende demonstrar que, com o fim da relação patriarcal no Brasil, surgiriam novas formas de distanciamento social¹¹⁴, novos antagonismos entre dominados e dominadores (FREYRE, 1961, p. XXI).

Oswaldo Cabral, ao obliterar ou diminuir a importância e as marcas da cultura Africana do período colonial e imperial em Santa Catarina, conforme acredita-se, tendeu a se afastar de uma das questões mais polêmicas e discutidas sobre os argumentos da obra freyriana. Ou seja, o ponto de encontro entre o português e o negro e o sistema predominante nestes períodos da história do Brasil: o patriarcalismo e suas relações de mando e tirania.

“No tipo de sociedade analisado em Casa-grande e Senzala, o patriarcalismo familiar se apresenta em forma praticamente pura, com o vértice da hierarquia social ocupado pela figura do patriarca. (...) A ausência de limitações externas de qualquer tipo engendra relações sociais onde as inclinações emotivas da pessoa do patriarca jogam o papel principal. (...) A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se torna evidente na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no lado das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, **assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana e assim por diante** (SOUZA, J. 2000, p 85) (grifo nosso) [sem grifos no original]

¹¹⁴Dentre essas novas formas de dominação e de distanciamento social, acreditamos, situa-se a relação entre os médicos científicos e os profissionais das artes de cura, entre uma elite letrada formada nos bancos acadêmicos e a grande parcela da população analfabeta, cujos saberes e conhecimentos são herdados de geração em geração e transmitidos de forma oral. Cabe, acreditamos, às instituições de produção de saber, como as universidades atuais, sobretudo dentro dos cursos de humanas e da área de saúde, diminuir este distanciamento, promovendo a valorização desses saberes, chamando esses detentores de saberes tradicionais, para dentro dos muros das academias, promovendo formas e disciplinas, com as quais eles possam nos ensinar a entendê-los melhor, deve ser deles e a partir deles a produção dos conhecimentos científico e histórico sobre eles mesmos, sobre suas práticas de memória, de curas.

Importa, sobremaneira, as observações finais do autor antes citado acerca das novas oposições e formas de hierarquias sociais, ao que parece, inauguradas com o início do declínio da sociedade escravocrata no país e suas formas de dominação e hierarquia social pautadas no patriarcado.

A figura do senhor de escravo, num primeiro momento, e dos coronéis num segundo, recairá, num terceiro momento, quase que por herança, segundo argumenta-se, nos seus filhos formados nas universidades europeias, ou pensadas e organizadas a partir do modelo europeu, principalmente. Serão os doutores esculápios, bacharéis togados, filhos, em grande medida do patriarca senhor de escravos, e os quais passarão a ocupar importantes lugares de mando e de poder, mesmo que simbólico, em um primeiro momento, nesta nova hierarquia social que se estabelece no Brasil, mais efetivamente, após 1889.

Com o fim, oficial da escravidão, mas é bom lembrar que não só, houve uma paulatina, embora contínua, migração do poder político e cultural do campo para a cidade. Reverberando em transformações físicas e sociais pelas quais as principais cidades brasileiras passaram a sofrer durante, principalmente as primeiras décadas do século XX. Estas passarão a ser medidas pelo número de sobrados que dispõem, pelas casas de comércio, por uma identidade cultural e patrimonial cada vez mais afastada do período colonial e imperial e próxima da “modernidade” e “civilização” cujos modelos são os da burguesia europeia.

A exemplo da própria Florianópolis, como oportunamente já apresentado no capítulo anterior, cujas casas de porta e janela, os mocambos, da região central foram derrubados. As cidades brasileiras, pós abolição da Escravidão, em tese, repetirão o modelo patriarcal da casa-grande e da senzala. Guardadas as devidas e necessárias proporções, as casas-grandes corresponderão aos centros urbanizados das cidades, com suas ruas pavimentadas, suas casas de comércios, seus sobrados. Já as senzalas, correspondem, simbolicamente, aos cortiços, às habitações precárias dos morros ou regiões pantanosas nas periferias, das cidades, com condições das mais insalubres e seus moradores com usos e costumes “grosseiros” “selvagens” “animalescos”. Tais quais dá testemunho naturalístico o escritor Aluísio de Azevedo em seu romance “O Cortiço” publicado em 1890:

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada

nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas da mão. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. Começavam a fazer compras na venda; ensarilhavam-se discussões e resingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se. Sentia-se naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra. (AZEVEDO, 1968, p. 43)

Estes usos e costumes dos moradores dos cortiços e dos bairros “sujos” a cuja linguagem literária dá indícios de semelhança a de animais serão, grosso modo, alvo de combate de médicos higienistas, filhos da elite patriarcal, cujo poder, agora, passa a transmigrar da fazenda para os centros que se urbanizam.

Essa migração do centro do poder político e cultural do campo para a cidade, as mudanças nas relações entre senhor e escravo traz toda uma nova relação de “hierarquias” e convenções e novas formas de lidar com o conhecimento e os saberes. Surgem novos hábitos, novos costumes, novas formas de tratar o corpo doente, novos papéis sociais, novas profissões, toda uma nova e ameaçadora hierarquia social que será pautada no conhecimento científico sobre as coisas.

(...) a urbanização também representou uma mudança lenta mas fundamental na forma do exercício do poder patriarcal: ele deixa de ser familiar e abstrai-se da figura do patriarca passando a assumir formas impessoais. (SOUZA, J. 2000, p. 86)

Assim, o velho conhecimento empírico que se pautava na experiência, na oralidade, típico das gerações mais velhas, será, ou deverá ser rapidamente desvalorizado, num processo que, pelo seu exagero, é típico de épocas de transição como aquela (FREYRE, 1969).

O estado, ao mesmo tempo, mina o poder pessoal pelo alto, penetrando na própria casa do senhor e lhe roubando os filhos e transformando-os em seus rivais. É que as novas necessidades estatais por burocratas, juízes, fiscais, juristas, etc., todas indispensáveis para as novas funções do estado, podem ser melhor exercidas pelo conhecimento que os jovens adquirem na escola, especialmente se essa fosse européia (sic), o que lhes conferia ainda mais prestígio. (SOUZA, J. 2000, p. 87)

Nesta seara cogita-se que, ao obliterar as questões relacionadas à escravidão e o passado colonial e imperial, por assim dizer, Oswaldo Cabral, fazendo uso de seu título de Doutor

e a deferência trazida por ele, poderá dedicar-se quase que inteiramente na exaltação do progresso “alcançado” com a República e os novos saberes científicos (médicos, jurídicos, sociais) valorizados por ela e as transformações sociais deles resultantes, segundo parecia acreditar.

Assim Cabral, concentrando-se quase que exclusivamente no elemento branco, luso-açoriano e suas maneiras aburguesas e europeias de cuidar do corpo doente, e, por conseguinte, focando nas contribuições positivas que tal fato, livre dos entraves coloniais e imperiais, traria para a região e para a sociedade, valorizará a importância da educação, da higiene, da saúde e do saneamento.

Voltando ao início desta tese: temas esses bastante caros para Oswaldo Rodrigues Cabral desde o início de sua formação em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1929. E, de fato, no afã de defender a ideia da quase irrisória participação do negro na economia de Santa Catarina, e a consequente diminuta importância da escravidão para entender a sociedade “catarinense”. Cabral passa a dedicar seus escritos e pesquisas ao elemento luso-açoriano de modo a valorizar o empreendedorismo português, fazendo frente aos outros europeus (alemães e italianos) que vieram para a região. Estes, ousa-se inferir, são considerados por Cabral, como os “negros” de Santa Catarina, no sentido que serão os responsáveis pelo trabalho braçal na lavoura e mesmo na indústria, ao passo que o luso-açoriano será o grande maestro do progresso da “pequena pátria catarinense”.

Antônio Sérgio, prefaciando de Gilberto Freyre **“O Mundo que o Português criou”**, adianta-nos explicações que servem aos nossos fenômenos. O lusitano não encontrou em Portugal, “nos fatores agro-clímicos, condicionamento francamente benéfico a nenhuma casta de cultura básica, que pudesse ministrar fundamento sólido a qualquer pujante criação social”. O português, na secura excessiva dos seus verões, na má distribuição das suas chuvas, com “um clima que está a todo momento a enganar as plantas”, na terra mal regada e pobre, não poderia tornar-se um povo agricultor. Daí ter passado a buscar “nos recursos do Oceano – no sal, na pesca e no comércio marítimo – as possibilidades de sua subsistência e de esplendores de vida de que sempre a nossa **(dele)** terra se mostrou avara”. Daí ter passado a “arar as vastidões oceânicas, pois que nunca passariam de um rendimento mínimo os esforços” que envidasse “no arar as glebas”. (CABRAL, 1940, p. 20) (grifo do autor)

Cabral pareceu encontrar uma justificativa da vitória do português no meio e na cultura que ele criou em razão do clima, do solo, do meio ambiente o qual estava condicionado– e tal justificativa cai como luva para o açoriano que veio para o litoral catarinense. O lusitano que estimulado por um ambiente impróprio para o cultivo da terra, para o desenvolvimento da

agricultura, vira-se para as Ciências, para decifrar os mares, para desenvolver a navegação, o comércio, quase um precursor das relações capitalistas.

Haviam, ao tempo, representado os habitantes das Ilhas dos Açores a El Rei, pedindo que tirasse delas os casais que quisesse enviar para o Brasil. A Resolução de 7 de agosto de 1746 completa a informação, dando-nos os motivos do pedido: “El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que têm pedido mandar tirar delas o número de casais que fôr servido, e transportá-los à América, **donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não vir padecer os seus moradores, reduzidos aos males que tráz consigo a indigência em que vivem...**”. (CABRAL, 1940, pp.15-16) [sem grifos no original].

Completa justificando e explicando que um dos motivos que fez o açoriano migrar para o Brasil, mais precisamente para o litoral sul, fora a superlotação do arquipélago dos Açores:

Não era outro o desejo dos açoritas sinão o de fugir à miséria das suas ilhas superlotadas – e por isso atendeu-os El Rei, mandando que se transportassem para o Brasil quantos o desejassem, afixando-se nas ilhas editais para a inscrição dos que pretendessem delas emigrar, concedendo-lhes facilidades – transporte, ajuda de custo viável, conforme a condição civil e o sexo, terras cultiváveis, ferramentas usuais, sementes, “duas vacas e huma égoa” farinha por todo o primeiro ano, isenção de tributos e, aos homens, do serviço das armas. (CABRAL, 1940, p.16)

É certo, e registrou Cabral, que os casais de açorianos que vieram para o litoral catarinense e rio-grandense foram largados à própria sorte, sem farinha, sementes ou vacas. Mas que todos venceram pela sua excelente capacidade intelectual e empreendedora, pela sua Ciência avançada, pelo seu conhecimento “superior” sobre as coisas, pela sua Cultura. Antecipando-se nas lucrativas atividades do comércio, da política, desenvolvendo as cidades (CABRAL, 1940, p. 25).

Comparada à importância atribuída por Freyre ao negro na formação social e cultural do Brasil com o espaço que Cabral reserva ao negro africano na História de Santa Catarina. Pode-se questionar que, para Santa Catarina, a contribuição africana seria praticamente nula, segundo o que se pode inferir das obras de Cabral. De se ressaltar que não expressa parte da realidade catarinense, tal como demonstrado. E que, se assim parece, foi em razão de escolhas realizadas por Oswaldo Cabral, cujas razões, procurou-se demonstrar.

Se a justificativa para eleger o açoriano como o ilustre digno representante do herói catarinense, aquele que legou a Ciência, a Cultura para a História do Estado, fosse a capacidade de se adaptar ao meio e o belo tino comercial, Cabral bem que podia eleger o negro africano também. Uma vez que este se fez presente e relativamente em maior número que os açorianos, conforme já

demonstrado. E, ainda mais, foi o negro africano importante comerciante em suas terras. Dessa forma o africano foi também um excelente empreendedor, assim como foram os alemães, os australianos, os austríacos, os russos, os húngaros, os poloneses, os suíços, os asiáticos, os indígenas e tantos outros que ocuparam estas terras ao sul do Brasil.

O açoriano, contudo, foi, defende-se, uma questão de escolha de Cabral. A eleição do branco, açoriano e católico, como representante da cultura catarinense frente ao Brasil, estaria supostamente atrelada a um importante pensamento freyriano e a utilização que ele fez do conceito de “raça”.

Gilberto Freyre, ao que tudo indica, assimilou uma noção “neolamarckiana” para o entendimento de “raça”. Nela seria exigido uma mediação do meio físico como fundamental para a adaptação e incorporação de qualidades para superar, reinventar, transmitir e herdar características culturais. “Assim, ‘raça’ seria antes um ‘produto’, um ‘efeito’, do que causa da combinação entre meio e cultura” seria uma transformação cultural para se adaptar ao meio (ARAÚJO, 1993, p. 39).

Assim, Cabral, a julgar por seus escritos e considerações sobre a forma como o açoriano superou e se adaptou ao meio, coaduna com tal pensamento de Gilberto Freyre. Razão pela qual elegeu o açoriano o responsável pelo legado cultural de Santa Catarina, e digno de ter sua história e memória registrados.

Neste sentido, havia uma consonância entre a produção historiográfica de Oswaldo Cabral e a produzida por intelectuais modernistas no Brasil. Principalmente no que diz respeito a uma seleção de quais materiais e produtos culturais (o legado) serviriam para a construção de uma memória, de uma história para uma e outra parte do Brasil de acordo com a região a qual pertenciam ou se identificavam:

(...)

Os intelectuais que se reuniram em torno de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade, apesar das diferenças que os separavam, conseguiram constituir, com suas propostas, a síntese de uma posição que assumia “todas as revoltas eficazes na direção do homem”, no dizer de Oswald de Andrade. Posição radical, em estética e em política, que foi, por eles próprios, a que mais bem definia como o “primitivismo antropofágico”: devoração seletiva dos materiais e produtos culturais elaborados nos centros metropolitanos, **aproveitando alguns elementos e desprezando outros, retendo somente aquilo que interessa.** (VELOSO e MADEIRA, 1999, p. 105) [sem grifos no original]

À guisa de um vício acadêmico de explicação conceitual, comum à História, os termos “modernização” “modernidade” e “modernista”, aqui utilizados, estão intimamente ligados às

ideias do próprio Movimento Modernista ocorrido na segunda década do século XX no Brasil.
Sobre modernidade e Movimento Modernista no Brasil:

Os intelectuais adeptos da “antropofagia” passaram a pautar suas reflexões a partir da rearticulação de dicotomias como tradição e modernidade, particular e universal, inaugurando uma nova forma de compreender a cultura brasileira. Esta seria uma síntese original, resultante da devoração antropofágica das diferentes matrizes que nos constituíram. A eficácia de suas idéias esteve ancorada em uma modalidade *sui generis* de nacionalismo cultural, uma forma original de vincular o estético e o político, o passado e o futuro, características específicas do Modernismo no Brasil. (VELOSO e MADEIRA, 1999, pp. 90-91)

Ser moderno para os intelectuais brasileiros, conforme indicam as autoras é adotar, com efeito, uma postura científica, mesmo diante de um componente tão diverso e difuso como a arte, a cultura, o conhecimento. Observa-se, pesquisa-se e registra-se a sociedade “brasileira” não sob a égide da “raça”, mas sob o ponto de vista cultural:

De fato, um dos deslocamentos mais significativos, provocados pelo Movimento Modernista em relação ao século XIX, diz respeito à substituição do conceito de *raça* pelo de *cultura* para pensar sobre a nação brasileira. (VELOSO e MADEIRA, 1999, pp. 90-91)

E ao fazer tal levantamento, tal análise das “culturas” das “tradições”, dos “folclores” ditos e construídos como brasileiros, nossos intelectuais e pesquisadores serão movidos, indubitavelmente, pelo vão

(...) desejo de abarcar a totalidade e a diversidade da cultura fez[endo] com que os intelectuais modernistas realizassem viagens pelo interior do país, descobrindo manifestações artísticas, registrando com suas câmeras e gravadores, e em suas etnografias, as histórias, os ritos, os cantos e as danças, em intensas atividades de pesquisa. Essa intenção promoveu toda uma releitura crítica de nossas tradições, **identificando traços recorrentes, alguns que deveriam ser afirmados – como o nosso patrimônio lúdico e estético – e outros, a serem superados, como os arcaísmos remanescentes da tradição patriarcal.** (VELOSO e MADEIRA, 1999, pp. 90-91) [sem grifos no original].

É a década de 1920, principalmente, o “ponto culminante dessa conjunção” provocada pelo Movimento Modernista, momento que foi um dos mais agudos para o que se chamou de “tomada de consciência” em que acreditavam ser necessário uma “renovação estética”, e política e cultural, de modo a formar “um juízo crítico dos traços coloniais” ainda presentes na sociedade brasileira. (VELOSO e MADEIRA, 1999, pp. 92-100)

Esse “juízo crítico dos traços coloniais” de nossa sociedade, pode ser traduzido como um processo de seleção de práticas, costumes e cultura do período colonial e imperial os quais deveriam ser superados com a república. Processo que pode ser percebido, no âmbito social, por importantes obras que, acreditam alguns autores, “inauguraram a modernidade” no Brasil:

(...) em 1928 publica-se *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, interpretação à qual se seguirá, na década posterior, um conjunto de obras que se tornaram clássicas, por inaugurarem a modernidade no pensamento social brasileiro: *Casa grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933); *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942).

Outra citação reforça o argumento aqui apresentado:

Baseadas em documentos históricos e pesquisas empíricas, todas essas obras são o resultado de uma necessidade imperiosa de reinterpretação crítica das raízes coloniais que nos constituíram, **visando à triagem de valores e à superação dos entraves à nossa inserção na modernidade.** (VELOSO e MADEIRA, 1999, pp. 92-93) [sem grifos no original].

Esta triagem de valores e a eleição de quais seriam os entraves para inserção à modernidade ganha ares regionais, ficando à cargo de intelectuais, historiadores, memorialistas e folcloristas de tantas quantas são as regiões e populações deste imenso país.

Na região Nordeste do Brasil, por exemplo, serão eleitos valores culturais de uma tradição cujo patrimônio material e imaterial a serem pesquisados e descritos como “*verdadeira cultura*” nordestina pelos folcloristas. Usos e costumes que remetem ao rural, ao sertão, à seca, o cangaço e suas roupas de couro cru, ao homem simples do campo “ligados a atividades artesanais (jangadeiros, pescadores, vaqueiros)” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, pp. 47-50).

O Norte será representado como a região dos “bons selvagens”, os nativos de cocares de penas e corpos cuja nudez “parece protegida pelo veludo herbáceo das paredes e pela franja das folhas de palmeiras” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p.202) de natureza intocada, a densa floresta amazônica, seres da floresta, elementos da terra, seres da água.

Quanto ao Centro-Oeste foi associado ao sertão, à ocupação de fronteiras “território enigmático, terra de recursos naturais abundantes de possibilidades, mas também terreno hostil à espera da civilização e da colonização” (SILVA et. al, 2015, p. 83), do caboclo, do peão, e, mais recentemente aos grandes latifúndios e agronegócio.

Já nas regiões Sudeste e Sul, aqui representadas por São Paulo e Santa Catarina, esta última em destaque, buscou-se a valorização do urbano, do moderno, do “civilizado”, tendo como principal representante o branco estrangeiro, principalmente o europeu. E, em Santa Catarina, o açoriano foi alçado como o elemento “básico” responsável pelo legado científico e cultural do Estado, como o grande “patriarca” cultural e responsável pelo desbravamento, povoamento e desenvolvimento da região, segundo parecer querer fazer crer Oswaldo Rodrigues Cabral por meio de sua escrita histórica.

De se reforçar, novamente, que se tratava de um ideal de civilização colonizadora que, por meio de uma escrita histórica médica e científica bem como por um discurso catequizador católico, excludentes de uma maior e efetiva participação do negro africano e indígenas na produção de conhecimentos e saberes sobre o corpo, como válidos e eficazes. Construindo em torno de práticas, usos e costumes a eles associados, uma ideia de atraso, de barbárie, ignorância e primitivismo.

A seguir abordar-se-á de forma mais particular esta operação civilizadora e colonizadora promovida pela escrita do médico e mediador cultural Oswaldo Cabral em Santa Catarina, na sua parte litorânea, principalmente.

3.3 Cabral e sua operação na “cultura” de Santa Catarina

O açoriano, pela sua descendência, venceu o meio. Venceu-o, elevou-o e o amou. E, sinal da sua capacidade, impôs-lhe as tendências lusitanas do seu sangue e da sua alma – as mesmas que perduram como marco da sua vitória.

(Oswaldo Cabral) ¹¹⁵

Foi em um contexto de expansão da modernidade que se investiu na construção de uma memória branca, luso-açoriana, católica e republicana, principalmente para o litoral de Santa Catarina. Memória e história produzidas, em grande medida, a partir das obras de Oswaldo Rodrigues Cabral entre as décadas de 1930 e 1970, principalmente.

E esse investimento a que são submetidas a cidade de Desterro/Florianópolis, litoral do Estado de Santa Catarina, pode ser traduzido como uma produção historiográfica que (re)inventou o Estado como sendo um lugar de “origem” europeia, com ênfase ao luso-açoriano no litoral, alemão e italiano no interior.

Criou-se uma Santa Catarina como se fosse uma “Europa brasileira”. Lugar onde o elemento branco europeu e católico de fato “venceu” “impondo” à sociedade catarinense o seu “sangue” e a sua “alma” (CABRAL, 1940, p. 48), segundo escreveu e defendeu Oswaldo Cabral, a vitória do açoriano se deu pela sua descendência, antes de mais nada. Como se o simples fato de ser português, ter o sangue e a alma lusitanos os habilitassem para a vitória. Vencendo o meio rude, a natureza selvagem ao qual foi inserido, não se acovardando diante dos obstáculos encontrados na nova terra a qual veio para povoar e desenvolver, conforme deixa transparecer o trecho em epígrafe.

Cabral, ao que parece apontar a sua escrita, acreditou que foram os açorianos portugueses que legaram à sociedade catarinense e à pátria, respectivamente, os grandes mentores responsáveis pelo seu desenvolvimento, pela inserção da sociedade brasileira ao mundo moderno, à razão, à política, à moderna ciência médica.

¹¹⁵In: (CABRAL, 1940, p. 48)

Qualquer que seja a sua contribuição [refere-se à civilização lusa] – o espírito da sociedade, as linhas mestras do complexo social de Santa Catarina são ainda as que lhe legou o açoriano, “tecendo a trama dos nossos destinos” – como diz Carlos Pereira – **“e dando à pátria, à religião, às ciências e às letras tantas figuras altas e nobres de soldados a marinheiros, de padres e irmãos leigos, de médicos e juristas, de políticos e estadistas, de poetas e prosadores”** (CABRAL, 1940, pp. 47-48). [sem grifos no original]

Cabral atribui ao “colono alienígena” (alemães e italianos principalmente) e à colonização açoriana, o “desenvolvimento” das “bases econômicas” do “progresso material de Santa Catarina”, razão pela qual as cidades catarinenses possuem “aspecto europeu” são “trepidantes de vida e onde rola o dinheiro” em que “fluem pão e riqueza, que tem disseminado fábricas de atividades ensurdecedoras”. (CABRAL, 1940, p. 47).

O açoriano, ao se libertar da “terra”, da atividade rural, venceu, ascendeu econômica e socialmente, segundo Cabral. O açoriano não possuía a experiência da lide na terra, no campo, diferentemente dos “camponeses da França da Alemanha”, ou mesmo do “alemão”. Assim o açoriano que veio para Santa Catarina e permaneceu na atividade rural, na agricultura, no trato com a terra “entrou em decadência, fracassou, faliu” guardando a “a mesma primitiva organização, mantendo-se da pesca e da lavoura rudimentar” (CABRAL, 1940 p. 46), ao passo que o “seu irmão”:

Que a ela se furtou fez-se nos centros maiores, pelas suas qualidades intrínsecas, pela sua capacidade incontestada, através de gerações em que se apuraram estas qualidades, o elemento básico do edifício social catarinense.
Recebeu e conservou a religião, a língua, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, firmando-se como fator principal da evolução histórico-político-social de Santa Catarina. (CABRAL, 1940, pp. 46-47)

Santa Catarina, mais precisamente o litoral, é descrito por Cabral como uma extensão de Portugal. A Ilha de Santa Catarina, onde abriga parte da capital, é considerada a décima ilha do arquipélago dos Açores, na costa lusitana.

Assim, é possível acreditar, importante ressaltar, também, o papel de uma historiografia produzida por Cabral neste processo de construção de um legado cultural lusitano e de valorização de uma memória branca e “civilizada”, segundo o modelo europeu de civilização, para Santa Catarina.

Uma historiografia que parece estar alicerçada no fato de que este Estado ao sul do Brasil, passou a existir de fato como um lugar “civilizado” somente após a vinda dos portugueses açorianos e madeirenses em sua maioria e cujo progresso foi plenamente atingido com o 15 de

novembro de 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, já que Cabral foi um republicanista, ao que tudo indica.

O passado colonial, mesmo presente no casario colonial que se manteve, nas ruas estreitas, nos usos e costumes da população com características escravocratas e suas raízes expostas em uma cultura ligada às tradições africanas ou afrodescendentes, foi, paulatinamente, obliterado, soterrado por palavras, frases, discursos e conceitos que associavam seus usos e costumes à barbárie, à selvagem. Suas marcas, memória, cultura e conhecimentos legados dos tempos coloniais e imperiais, como os transmitidos pelos africanos, por exemplo, foram ressignificadas em grande medida.

Prova do que se escreve pode estar no fato de que, até o advento da República, a província de Santa Catarina e sua Capital Nossa Senhora do Desterro foram (d)escritas como um não-lugar, uma terra “suja e imunda” de gente “ignorante” (CABRAL, 1942).

A história escrita por Cabral sobre a cidade de Desterro e de parte do território da Província de Santa Catarina até o fim do século XIX, consiste em apontar o que a cidade não tinha. O que a região não era, suas carências, seus problemas, seu lado mais negativo e “atrasado”. Suas ausências, sua miséria, sua falta de higiene, de saneamento básico, suas habitações precárias, o pouquíssimo número de profissionais da saúde (médicos formados), a ausência de recursos, as constantes doenças que assolavam a população desterreense em pleno século da Medicina foram o que mais mereceram atenção nesta “operação” histórica realizada por Oswaldo Cabral.

Destêrro foi mesmo tendo em conta a época, e como tôdas as outras cidades e até mesmo as grandes Capitais do Império, uma cidade **suja, em que as condições sanitárias foram as mais desfavoráveis possíveis, cidade que só por milagre teria escapado à visita nefasta de todos os males epidêmicos.**

Infelizmente, não escapou e teve de pagar pesadíssima contribuição em vidas e sofrimentos, quasi [sic] que anualmente, quando não a um, [mas] muitas vezes, a dois surtos diversos.

Estas sangrias repetidas e constantes dificultavam o seu desenvolvimento, entravaram o seu progresso, desfalcaram profundamente a sua economia. Destêrro foi uma cidade pobre, reflexo quiçá de tôda a Província, em que os mesmos problemas desafiavam a **argúcia dos governos e a miserabilidade das finanças.** (CABRAL, 1942, p. 90) [sem grifos no original].

Mesmo em 1942, ano da publicação da obra “*Medicina, médicos e charlatões do Passado*”, cuja transcrição anterior foi extraída, Cabral parece dar continuidade à sua missão higienizadora inaugurada, ao menos, há treze anos quando defendeu o seu trabalho de conclusão do curso de Medicina em 1929, na Faculdade do Rio de Janeiro.

Cabral parece atribuir à pobreza da cidade e da Província os surtos epidêmicos que assolavam duas vezes ao ano, em razão de suas péssimas condições sanitárias.

Os surtos das doenças que acometeram a cidade estão relacionados em cinco capítulos dos nove que compõem o livro *“Medicina, médicos e charlatães do passado”*. São eles: *“Do que se sofria e do que se morria”*; *“Maculo – Varíola – Lepra”*; *“Miasmas e Febres Cerebrais”*; *“Febre Amarela”* e *“O Cólera”*.

Cabral recorre ao *“Ensaio sobre a Salubridade, Estatística e Pathologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da Cidade do Desterro”* do médico militar “Dr. João Ribeiro de Almeida” de 1984.

(...) não é nada benevolente para com esta cidade. Tem-se mesmo, ao se ler a minuciosa exposição, a impressão nítida de que o seu culto autor a escreveu unicamente para destruir o conceito, **aliás injustificado**, de salubridade que então gozavam a Província e a Ilha de Santa Catarina. (CABRAL, 1942, p. 39).

Oswaldo Cabral não desmente o quanto a cidade de Desterro é mesmo insalubre, pelo contrário, até concorda. Como por exemplo quando escreve que é injustificado o conceito de cidade salubre de que gozava Desterro. Mas sai em defesa da capital de sua terra natal ao alegar que:

(...) em matéria de salubridade, ou falta dela, não excedia certamente a cidade de Destêro a outras, mais importantes e mais faladas, até mesmo capitais de grandes e ricas províncias, onde a situação era tão ou mais precária que a daquela” (...) (CABRAL, 1942, p. 40).

Ao que parece não estava em jogo à salubridade ou não das cidades. Mas infere-se, tornar o passado colonial e imperial do país em um lugar inóspito. São evidenciadas modificações na organização econômica da cidade e da Província as quais agravaram as tensões sociais de fins do século XIX. Modificações que passariam além da infeliz demolição do casario colonial de porta e janela, como no capítulo anterior.

Mas, também, por transformações nos modos de viver e de ser dos moradores da cidade entre os quais a população de origem africana que aprendeu a duras penas a transitar por este meio sem que lhe restasse outra alternativa a não ser a da própria segregação e manutenção das relações de dependência e subordinação (CARDOSO, 2000).

Fato é que os, aqui chamados, “republicanistas” não tinham muitos parâmetros para lidar com o passado e tampouco com a memória de grupos populares específicos. E, até certo ponto, figuras comuns do período colonial e imperial, como curadores, benzedores, sangradores, ervateiros, parteiras e todo um grupo de pessoas que se ocupavam das artes de curar (FIGUEIREDO, 2008) passaram a ser considerados uma ameaça para uma elite aburguesas e formada nos bancos acadêmicos que procurava “civilizar” aos moldes europeus, as práticas ligadas à saúde no Brasil. Criando-se mesmo, de modo a impedir a promoção de práticas consideradas nocivas pela medicina oficial europeia, uma categoria de criminosos em potencial, pertencentes a uma classe perigosa¹¹⁶ ligada, sobretudo, a essas figuras que tratavam o corpo doente no Brasil do período colonial, imperial e, ainda, durante a república.

Estes profissionais da arte de curar, cuja diversidade nos impede de a todo tempo enumerar, são, em sua maioria, negros e negras africanos e africanas ou seus descendentes ou indígenas e seus descendentes que aprenderam a curar e lidar com a doença de modo bastante tradicional, com saberes e conhecimentos transmitidos, muitas vezes, de forma oral e de geração em geração. Uma vez que foram os “africanos, mestiços e indígenas (...) os grandes curandeiros do Brasil colonial” (MELLO e SOUZA, 1986, p. 166) e, ao que apontam os estudos na área e corroborado pela escrita de Cabral em Santa Catarina, a República e seus asseclas pretendem mudar este cenário no tocante as práticas de cura no país, por diversos fatores, mas o mais comum em razão de um pretendido “progresso” e uma “modernidade” prometidos, principalmente com a Independência e, posteriormente, com a proclamação da República no país (CUKIERMAN, 2007; MAIO e SANTOS, 1996; COMAS et al (orgs), 1970).

Outras razões poderão ser aventadas, como as práticas religiosas que mantinham e propagavam a memória dos africanos e seus descendentes, por exemplo. Serão os benzedores-curadores, em Florianópolis, e em Santa Catarina de um modo geral, que a partir da década de 1940, ocupar-se-ão em manter as religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé (TRAMONTE, 2001). Para tanto aliam à manutenção das religiões com o oferecimento de atendimento de cunho terapêutico àqueles que procuravam por alívio para as dores do corpo e a alma. O que, por um lado, pode ser percebido como uma importante forma de resistência e de práticas de memória da cultura negra ao processo de colonização de suas memórias, por outro é uma demonstração do quanto eram estreitas as relações entre a manutenção de uma religiosidade

¹¹⁶A respeito do conceito de “classes perigosas” ver (CHALHOUB, 1996, pp. 20-29).

“desviante” da pretendida como “oficial”, ou seja, a católica, e as práticas de cura tomadas como práticas bárbaras e atrasadas, tal como as considerava Cabral em suas obras (CABRAL, 1927; 1929; 1942; 1957).

Todavia os praticantes dessas religiões desviantes do modelo católico cristão sofrerão, um duplo estigma, o que já, historicamente, recaia sobre os praticantes das chamadas religiosidades marginais e o de charlatães, pois que oferecem cura por meios “secrets ou infalíveis”, segundo a classificação jurídica de curandeirismo e charlatanismo constantes no Código Penal Brasileiro de 1940¹¹⁷.

Resquícios e resistências de um tempo passado, entendendo-o como um lugar de experiências (KOSELECK, 2006), que se faz presente por meio de práticas “antigas” que se mantêm vivas na cidade principalmente nos terreiros de Umbanda e de Candomblé. Assim, ao que tudo indica, uma forma que as elites aburguesadas locais encontraram de eliminá-las, foi criminalizando, estigmatizando ou colonizando suas memórias e histórias, turvando ou oferecendo uma explicação para a existência destas práticas que as associa à ignorância, ao atraso, ao grau “incivilizado” dos grupos sociais que as praticam, segundo é possível supor.

A seguir tentaremos demonstrar o quando uma aparente oposição entre a medicina oficial e as práticas “tradicionais” de cura foi uma oposição construída historicamente.

Atribuir parte das dificuldades da medicina científica de se firmar no Brasil e em Santa Catarina, durante o período colonial e imperial, à quase inexistência de profissionais formados nessa área, ao desinteresse de médicos portugueses em virem trabalhar na Colônia ou à própria proibição de ensinos superiores pela Coroa, é reduzir o problema à vontade do colonizador ou a uma simples equação matemática e de cunho meramente proporcional, para não dizer anacrônico. Tais explicações por si só, indubitavelmente não dão conta de explicar a complexidade dessa questão. Assim que se propõe rever esse fato à luz da história e trazendo outros componentes para pensar o problema encontrado pela medicina científica de se firmar no Brasil.

¹¹⁷Referimo-nos aos artigos 283 e 284 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal Brasileiro. Os referidos artigos, os quais integram o Capítulo III do Código que trata dos Crimes contra a Saúde Pública, criminalizam, respectivamente, as práticas de “charlatanismo” e “curandeirismo”. Segundo o Decreto, charlatanismo consiste em “Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa”. Já “exercer o curandeirismo: I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; III – fazendo diagnósticos: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. Parágrafo único. Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa.” (CÓDIGO PENAL, 1999, p.107)

Outra explicação recorrente na bibliografia sobre o tema da pouca procura pelos serviços oferecidos pelos médicos formados nas instancias de saber, quer sejam as da Europa, ou as criadas no Brasil, estava no carácter impopular que a própria medicina científica tinha no país. Tanto que as bases do saber médico científico no período colonial e imperial brasileiro, em grande medida, foram uma mistura entre as práticas aqui já existentes e as trazidas ou (re)produzidas pelas faculdades de medicina, característica bastante particular da história da medicina nacional. A pouca procura pelos médicos pela população em geral, neste viés explicativo, seria em razão de sua inexpressiva participação nesta “combinação de três tradições distintas – indígena, africana e europeia” (FERREIRA, L. 2003, p.101) e que a saúde e as práticas de cura no Brasil até as décadas iniciais do século XX, acredita-se, seriam muito mais devedoras das culturas africanas e indígenas.

O que explicaria, ao menos em parte, um afastamento, ou quando menos, uma desconfiança por parte da população leiga em geral, das práticas médicas científicas dos doutores acadêmicos. Grande maioria da população acostumada desde há muito com uma medicina praticada por curadores locais olhando com desconfiança para a medicina oficial e douta. Tudo isso teria contribuído para que “a arte de curar dos curandeiros e dos pajés fosse preferida pelos habitantes do Brasil” (MIRANDA, 2017, p. 17).

Em Santa Catarina não é diferente. Sendo recorrentes a procura por práticas alternativas de cura que passam por curadores, benzedores, ou mesmo receitas caseiras, como o uso de nicotina para aplacar inflamações, tal como registros de depoimentos de processos crimes das décadas iniciais do século XX.

Tal como o trecho do depoimento abaixo transcrito de um processo crime do ano de 1916.

1ª Testemunha (informante)

Rosa Jung Mathias, com 23 annos de idade, viúva, lavradora, natural de Blumenau e residente no districto do Jaraguá: aos costumes disse ser mulher de Carlos Mathias [a vítima que teria morrido após ação cirúrgica do acusado, o químico Oscar Hromatka] pelo que deixa de prestar a promessa legal, e sendo inquirida sobre os factos da denúncia de fls. 2, disse: Que no dia 9 de abril p. findo seu marido Carlos Mathias tendo ido a arrancar um prego, machucou-se muito na mão direita tendo dias antes sido mordido por uma aranha no pé direito ficando com o sangue envenenado; **que collocou na mordedura fummo e sal não tendo este remédio produzido efeito tendo sido antes applicado depois de feito uma pasta com a saliva (...)** (SUMMÁRIO CRIME, 1916) [sem grifos no original]

Nesta região ao sul do país, ao menos no interior, estima-se, a resistência pela procura dos médicos acadêmicos, buscando-os, somente para os casos mais graves foi mais evidente. Ao que apontam os próprios processos crimes, teriam permanecido, ao menos, até a década de 1920-30. A seguir, tratar-se-á, de forma mais detida, sobre, ao menos, dois destes processos crimes os quais se teve acesso.

Em regiões de forte presença de imigrantes europeus, práticas de cura caseiras eram, em grande medida, uma alternativa viável, e por vezes mais confiável que os remédios aviados pelos doutores formandos. Ou mesmo pelos farmacêuticos e aviadores de receitas, que muitas vezes vinham em vidros sem rótulos, ou com instruções noutra língua, como se pode conferir pelo depoimento a seguir, extraído de um processo crime instaurado no interior do estado de Santa Catarina em 1916.

(...) E sendo inquirida sobre os factos constantes da portaria de fls 2. Disse que no dia 23 do corrente mez, veio a casa de Hromatka, comprar remedios para sua mulher que estava doente, recebendo dele dois frascos com medicamentos e que no dia 26 Hromatka fez uma visita a sua doente. Perguntado se nos frascos tinha rótulos indicando os medicamentos e o modo pelo qual devia usal-os? Respondeu que nos frascos não haviam rótulo alguns, que indicasse o medicamento e que não sabia o que continha nos dois frascos tendo apenas recebido verbalmente o modo pelo qual devia tomar os remédios. Disse mais que uns dos remédios servia para uso interno e outro para uso externo. Perguntado quanto pagou pelos medicamentos? Respondeu que Hromatka cobrou-lhe cinco mil reis (Rs 5\$000) pelo remédio, e vinte mil reis (Rs 20\$000) pela consulta medica, perfazendo o total de vinte e cinco mil réis (Rs 25\$000). (SUMMÁRIO CRIME, 1916)

O trecho é parte de um dos depoimentos de um processo crime da Comarca de Joinville, norte de Santa Catarina, movido contra um “Pharmacêutico Chímico” de naturalidade austríaca de nome Oscar Hromatka, residente no Brasil há nove meses, o qual estava sendo acusado de ter provocado a morte de um home após ter-lhe “rasgado uma pústula”.

Processos crimes podem fornecer importantes pistas com sugestões outras de investigação sobre a relação estabelecida entre o saber médico científico e os saberes e costumes de uma cultura popular tradicional (THOMPSON, E. 1998).

Os processos criminais ou mesmo os inquéritos policiais, peças informativas para os primeiros, consistem em um instigante conjunto de fontes, ainda pouco estudadas por historiados, os quais podem contribuir para os mais variados temas¹¹⁸. Assim que, de forma a poder contribuir

¹¹⁸A respeito do uso de processos criminais como fonte para história ver (CHALHOUB, 1990; 2001): [...] “Para alguns historiadores – ainda hoje em dia! – os fatos da história são coisas sólidas, duras, de forma definida e facilmente discerníveis. Se esses fatos não podem ser encontrados *assim*, então a história como conhecimento não é viável. Ou

para a nossa argumentação, foram trazidos trechos de alguns processos criminais, ou “summários crimes”, como eram nomeados à época, instaurados para apurar, em tese, as condutas criminosas catalogadas como “curandeirismo” em Santa Catarina durante a primeira metade do século XX.

Foi possível ter acesso a cinco diferentes processos, todos, curiosamente, instaurados em cidades do interior do estado. Assim utilizou-se como parte de um conjunto mais extenso de fontes, para argumentação da tese, cinco processos crimes oriundos do Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio de pedido de consulta formulado a Diretoria de Documentação e Informação.

Do resultado da consulta foi possível pesquisar em cinco processos, manuscritos, instaurados em diferentes anos. Um de 1916, em desfavor do químico Oscar Hromatka, outro, também de 1916 cujo réu foi Antônio Schlossarczik; outro, de 1922, contra Ernesto Maurício Arndt, um de 1923 tendo como apelantes Joaquim Vicente de Lima, Carolina da Trindade e o “curandeiro” Luciano Ribeiro, o último, de 1933 cujo acusado foi o “curandeiro charlatão” Maurílio José Vicente.

Processos crimes podem servir, ainda, para contrapor à ideia bastante defendida por Oswaldo Cabral, no tocante a pouca, ou nenhuma procura por parte da população, pelos serviços de saúde oferecidos pelos médicos acadêmicos ou profissionais de saúde formados pelas academias. Via de regra Cabral defendia que os médicos não eram procurados porque eram muito poucos, seja no século XIX, seja na primeira metade do XX. O que até poderia ser verdade no primeiro período, mas não se justifica para as décadas de 1920 a 1950, mesmo em Santa Catarina, por exemplo. Dos depoimentos constantes dos processos listados, foi possível verificar que aquela população, de um modo geral, procurava pelos médicos ou farmacêuticos da época, não obstante fossem seus serviços cobrados a um preço bastante alto para os padrões do período.

Foi possível, durante a pesquisa ter acesso a diferentes processos crimes que, após analisados mostraram, também, uma grande incidência de imigrantes das mais distintas

seja, se não é possível descobrir exatamente quais foram os atos [...] Como podemos escrever história se não é possível descobrir “o que realmente se passou” – apenas para desenterrar a máxima de Ranke? Este é um problema antigo, e durante algum tempo se pode até pensar que Febvre, Bloch e Braudel tivessem espantando definitivamente este fantasma. No entanto, basta que a historiografia se coloque novos problemas e, principalmente, passe a explorar novas fontes, para que o temível fantasma retorne. É o que ocorre atualmente no que tange à utilização de processos criminais como fonte para estudos de história social. Ora, é óbvio que é difícil, senão impossível, descobrir “o que realmente se passou” num episódio imbrincado como o da morte [ou de um crime como o de curandeirismo, tanto pior]” (CHALHOUB, 2001 p. 39).

nacionalidades que, ao chegarem no Brasil, passam a exercer profissões relacionadas à área da saúde, concorrendo com os profissionais aqui existentes, os quais não eram poucos, tanto que havia uma disputa por clientela entre eles, sejam médicos, propriamente ditos, farmacêuticos ou químicos aviadores de receitas.

Estes processos utilizaremos trechos de apenas três deles, haja visto quatro processos terem sido instaurados nas décadas finais do século XIX, ficando, portanto, distante do nosso recorte temporal que é de 1929 a 1972. Assim utilizou-se o Summario Crime de 1916, instaurado em desfavor de Oscar Hromatka, outro de 1933 cujo acusado foi Maurílio José Vicente e outro do ano de 1923 os quais constam como acusados Joaquim Vicente de Lima e Luciano Ribeiro.

Um desses casos de disputas por “clientes” parece ter sido o processo movido em desfavor de Oscar Hromatka, instaurado em 1916, na Comarca de Joinville, no norte do Estado, para apurar, ao que parece, o exercício ilegal da medicina. Promovendo uma pequena cirurgia, o austríaco Hromatka recém chegado ao Brasil e instalando-se na região do litoral norte de Santa Catarina, foi acusado de ter provocado a morte de Carlos Mathias. O qual, segundo o advogado de defesa, parece ter sido movido por artimanhas de um outro farmacêutico da região, da cidade de Jaraguá, de forma a eliminar a concorrência do forasteiro austríaco recém-chegado.

Segue transcrição da denúncia movida pelo “Adjuncto do Promotor Público” ao “Ilmo. Sñr. Dr. Juiz de Direito da Comarca”.

O Adjunto do Promotor Público, usando das atribuições que a Lei lhe confere, vem perante Vexa denunciar Oscar Hromatka pelo seguintes factos criminosos:

No dia 22 de Abril, Carlos Mathias foi ferido por um prego, formando-se no lugar offendido um tumor; no dia seguinte veio à Drogaria do denunciado que depois de um ligeiro exame rasgou o tumor com um lanceta, sentindo-se o doente logo depois mal, vindo a falecer no dia seguinte.

Demais, o denunciado sem estar devidamente habilitado, usando de titulo que não possui, clinica, receita, avia remédio, fornece medicamento sem colocar rótulos nos frascos, e pelos tratamentos médicos consegue dos outros dinheiro.

Ora com esse procedimento Oscar Hromatka commetteo os crimes definidos no Art. 294§ 2 grao mínimo pela concurrencia o do aggravante do Art. 39 § 4 do Código, combinado com os Artigos 156, 158, 379 e 380 do mesmo código. (SUMMARIO CRIME, 1916 - Oscar Hromatka)

Em 1916 estava em vigor, ainda, no Brasil o Código Penal instaurado pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, o qual, pela pressa com o qual foi adotado pela República Brasileira, trouxe inúmeros problemas do código penal antecessor (PIERANGELLI, 1980). Nele o artigo 294

a qual Hromatka estava sendo denunciado poderia ser comparado ao atual crime de homicídio, matar alguém. Dos demais artigos destaca-se os crimes previsto nos 156 e 158, *in verbis*:

Art. 156 Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e os regulamentos.

[...]

Art. 158 Ministar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado **curandeiro**.

(DECRETO 547 de 11/10/1890) [sem grifo no original]

Entre os artigos 156 e 158, o 157 é igualmente peculiar;

Art. 157 Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjuga a credulidade pública.

(DECRETO 547 de 11/10/1890)

O Direito, ao que parece, estaria aliado ao pensamento dos médicos formados de forma a lhes garantir o ganha pão. Ou talvez fosse mesmo somente os legisladores republicanos, como lhes foi bastante peculiar, e seus atos de aprovar leis para o bem de um grupo bastante reduzido e com interesses bem particulares em detrimento do interesse mais geral e público, desde de o início dos “Estados Unidos do Brazil”.

Quanto ao caso do austríaco Hromatka, ele havia chegado recentemente de sua terra natal, formado em Química, e aviava receitas, chamando mais atenção para os seus “infallíveis e aprovados preparados contra todas as febres, paludismo, (mal da terra) e feridas” além de “preparados de alta segurança contra todas doenças de animaes cavallares, vaccuns, suínos e gallinaceas”, ou seja, curava de gente à galinha, como dá conta, um panfleto, juntado aos autos as folhas 6 (figura 17), em duas línguas, português e alemão.

6.

AVISO

Communico á todos os habitantes dos districtos Jaraguá e Hansa que tenho aberto

meu negocio na casa da Sra. Vva. Marquardt,
sita entre a venda do Sr. João Doubrava e o açougue do Sr. Fiedler.

Eu estarei á disposição de todos á *qualquer hora do dia ou da noite*, e servirei em todos e quaesquer casos.

Chamo mais a attenção sobre meus infalliveis e approvados preparados contra todas as

FEBRES, palludismo, (mal da terra) e feridas,
e preparados de alta segurança contra todas doenças de
animaes cavallares, vaccuns, suinos e gallinaeeas.

Oscar Hromatka
Pharmaceutico.

Bekanntmachung.

Ich teile hierdurch sämtlichen Bewohnern der Districte Jaraguá und Hansa mit, daß ich

im Hause der Frau Witwe Marquardt,
zwischen der Venda des Hrn. João Doubrava und der Schlachtereie des Hrn. Fiedler,
mein Geschäft eröffnet habe.

Ich bin dort zu jeder Tages- und Nachtzeit zu sprechen, und stehe allen Personen in sämtlichen Angelegenheiten zur Verfügung.

Ebenfalls mache ich auf meine vorzüglichen und erprobten

Mittel gegen Fieber, Mal da terra, Weintwunden,
aufmerksam.

Ferner führe ich sichere Mittel gegen alle auftretenden Viehkrankheiten.

Oscar Hromatka
Apotheker.

Figura 17: Aviso – Summario Crime – Oscar Hromatka, 1916
Arquivo do Poder Judiciário de Santa Catarina

Ao chegar na região, anunciar seus serviços, Hromatka se depara com outros farmacêuticos já instalados, os quais não gostam de concorrência, e, ao que tudo aponta o andamento do processo, houve de fato uma morte, o que foi “aproveitado” por um concorrente seu, que “mancumunado” com o delegado, resolveram eliminar o concorrente estrangeiro que tinha acabado de chegar e se instalado na região oferecendo os seus serviços de químico, preparando remédios.

Tanto que após extenso relatório do advogado de defesa de Hromatka, o qual questiona das testemunhas como elas teriam vindo até a comarca de Joinville, distante a mais de cem quilômetros do ocorrido, ao que muitas responderam que haviam “ganhado” o dinheiro da condução, do escrivão da Delegacia. Ao fim e ao cabo, Hromatka é absolvido. Não por falta de vontade do Delegado, que em relatório, carregou nas tintas.

Do inquérito procedido por esta sub-delegacia, constatou-se o seguinte:

Oscar Hromatka, apesar de não estar estabelecido neste districto com pharmacia, e sim com drogaria, avia receitas dadas por médicos e as suas próprias, **quando por pessoas ignorantes é chamado para visitar doentes**. Um desses doentes, victima de sua própria ignorância e **da audácia de um charlatão sem escrúpulo**, foi Carlos Mathias.

Esta victima em abril do corrente anno, ferindo-se na mão com um prego, creou uma espécie de um tumor.

Assim doente, Carlos Mathias, procurou a drogaria de Hromatka afim de encontrar um balsamo para os seus soffrimentos.

Hromatka depois de examinal-o não exitou em lançar mão de uma lanceta cortando o logar affectado. (SUMMARIO CRIME, 1916, pp. 11-12)

Destaque à utilização, na fase de inquérito policial, da pecha de *charlatão* para Hromatka por parte do Delegado o que, ao que parece, já havia feito o julgamento e condenado previamente o acusado.

Outros depoimentos foram colhidos no processo, e que, constituem importante fonte para se pensar a relação entre os aviadores e receitadores de remédios e preparados e a comunidade, uma relação à qual, diferentemente das mantidas com os curadores é pautada por um acordo comercial, *stricto sensu*, envolvendo somas em dinheiro, como deu testemunho o seguinte trecho transcrito:

Germano Jung, com 25 anos de idade, casado, lavrador, natural de Blumenau, morador no Rio da Luz neste districto. Aos costumes disse nada, fazendo a promessa do estylo prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo inquirida sobre os factos constantes da portaria de fls 2. Disse que no dia 23 do corrente mez, veio a casa de Hromatka, comprar remedios para sua mulher que estava doente, recebendo dele dois frascos com medicamentos e que no dia 26 Hromatka fez uma visita a sua doente.

Perguntado se nos frascos tinha rótulos indicando os medicamentos e o modo pelo qual devia usá-los? Respondeu que nos frascos não haviam rótulos alguns, que indicasse o medicamento e que não sabia o que continha nos dois frascos tendo apenas recebido verbalmente o modo pelo qual devia tomar os remédios. Disse mais que uns dos remédios servia para uso interno e outro para uso externo. Perguntado quanto pagou pelo medicamento? Respondeu que Hromatka cobrou-lhe cinco mil reis (Rs 5\$000) pelo remédio, e vinte mil reis (Rs 20\$000) pela consulta médica, perfazendo o total de vinte e cinco mil reis (Rs 25\$000). (SUMMARIO CRIME, 1916, pp. 7v-8)

O depoimento alhures evidencia uma relação de confiança entre o vendedor dos remédios, o muitas vezes avia o preparado com base na receita do médico, e seus usuários que pagam por um remédio que se quer sabem ou desconfiam quais substâncias estão ingerindo e tampouco como ela irá atuar ou reagir no organismo. O que aponta para uma ignorância por parte dos usuários finais destes remédios aviados nas drogarias e farmácias daquele período. Relação esta que se levada às práticas de cura caseiras, dos remédios e ervas indicados pelos benzedores e curadores, não se dava de tal forma, pois muitas das vezes o usuário sabia qual a erva que estava ingerindo e mesmo recebia uma “explicação” ou uma “orientação” dada pelo curador, que era, geralmente alguém da própria localidade.

No depoimento a seguir, ainda durante o caso de Hromatka, é instigante o fato do depoente ter adquirido um frasco o qual sequer sabia o que era o remédio e tampouco entendia o rótulo, pois escrito em alemão.

João Pamplona com 18 annos de idade, solteiro, charuteiro, natural de Blumenau, residente neste districto, aos costumes disse nada, fazendo a promessa do estylo prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. (...) disse que há dois mezes mais ou menos foi a Drogaria de Oscar Hromatka procurar remédio sendo por ele examinado recebeu um frasco com um liquido côr de vinho para uso externo. Perguntado se sabia qual a espécie do remedio respondeu que não pois não entendeu o escrito do rotulo do vidro por estar escripto em alemão. E por nada mais saber nem lhe ser perguntado deu se por findo este depoimento que assigna depois de lhe ser lido e achar conforme, do que tudo dou fé. Eu Venancio da Silva Porto Escrivão o escrevi. (SUMMARIO CRIME, 1916, pp. 8-9)

Neste outro uma relação de cura pautada em informações, o senhor Augusto Gregolewitz, natural da Rússia, procurou a Drogaria de Oscar Hromatka para buscar remédio para o filho, mas o filho não está junto. Hromatka vendeu o remédio mesmo assim, apenas com base nas informações prestadas por Augusto.

Disse que há dois mezes mais ou menos estava um seu filho doente com febre. Procurou a Drogaria de Oscar Hromatka, um remédio; porem foi só por não poder levar o doente, por se achar impossibilitado de andar. Explicando mais o menos de que sofria seu filho,

Hromatka, forneceu-lhe um remédio líquido de cor amarela para uso interno. Perguntado qual a espécie do remédio? Respondeu que não sabia, por não lhe ser explicado pelo farmacêutico e por não ter no vidro rótulo que indicasse. Perguntado se podia provar o que acaba de expor? Respondeu que sim prometendo apresentar o vidro que continha remédio.

Contudo, nem todos os processados eram vítimas de armações para eliminar concorrentes como pareceu ser o caso do processo movido em desfavor de Oscar Hromatka.

Outros, como o caso do *curandeiro* Maurílio José Vicente, da Comarca de Bom Retiro, cuja denúncia inicia-se no ano de 1931, parece não ser, o denunciado, vítima de armações alheias movidas por seus concorrentes mas sim de suas próprias artimanhas.

(...)

“O Adjunto de Promotor Público em exercício usando das atribuições que a lei lhe confer, vem perante VEx^a. Denunciar a Maurilio José Silvestre, não qualificado, pelo facto criminoso que passa a expor: Em dias do mez de setembro do corrente anno, foi o **denunciado a diversas casas, no districto de Aguas Brancas, deste Município, onde praticou feitiçarias fazendo benzeduras em diversas pessoas, inculcando assim curas de moléstias, fascinando e subjugando a credulidade pública, exigindo e obtendo pagamento illicito pela pratica de taes actos.** E com o denunciado assim procedendo, tenha incidido na sancção penal do artigo 157 do Cod. Penal e para que seja devidamente processado, o Adjunto de Promotor Público em exercício offerece a presente denuncia, que espera ser recebida requer a formação da culpa com a inquirição das testemunhas infra arroladas”. (Processo Crime, 1933, p. 2) [sem grifos no original]

São arroladas, durante a fase de Inquérito Policial, um total de sete testemunhas, as quais podem ser consideradas algumas vítimas do sujeito denunciado. Não se pode esperar que não tenha tido charlatões que se aproveitassem da credulidade alheia para com isso lucrar. O que parece ter sido o caso do sujeito de nome Maurílio José Silvestre.

Os depoimentos das testemunhas, todos, contam semelhantes versões para a atuação de Maurílio José Silvestre, tal como resume o subdelegado de Polícia do Distrito de Águas Brancas, em 24 de agosto de 1931, em carta ao Delegado de Polícia de Bom Retiro, interior do Estado de Santa Catarina:

“Junto a este remetto-vos a VS^a este indiciado de nome Maurílio José Silvestre que andava por este Districto arrumando mezas, assendendo vellas ezulpando [usurpando?] este pessoa; dizendo que existia Cobras por baixo dos asoalhos, então diz o pessoal que elle arrumava a meza e escutava nas vellas, então as vellas davam o preço uns custava 300\$000 cada meza para indereitar a vida, bem como ao Jesus Bernardo, elle disse que custava 300\$000, então recebeu de Jesus Bernardo, uma vacca, de Hipólito Henrique uma vacca, de Sizenando Henrique uma vacca, então eu fiz elle entregar a vacca a seus donos, então remetto elle a VS^a. Para ver o que faz, por que este pessoal de [ilegível] acima todos sabem do tal explorador; e tinha recebido de Antônio Figueredo um burro também, de uma cura que está fazendo, este elle vai nelle”. (Processo Crime, 1933, p. 5)

A mesma história é repetida pelas testemunhas, assim como o pagamento com animais. Conforme o depoimento de Sizenando Henrique de Oliveira, citado pelo subdelegado:

(...) inquirida sobre o conteúdo da Portaria de folhas dois que lhe foi lida, disse: Que estando o curandeiro Maurilio José Silvestre em casa de Antonio Figueredo dos Santos; digo, de Antônio Francisco de Figueredo, elle convidou o tal curandeiro para hir até sua casa, para fazer umas benziduradas então elle curandeiro arrumou uma meza com uns Santos, e umas vellas de cera e disse que existia uma cobra em baixo do soallo, e prometeu de curar ele declarante que sofre do estomago, e elle declarante deu uma vacca ao curandeiro, cuja vacca o Subdelegado fez o curandeiro devolver ao declarante. (...) (Processo Crime, 1933, p.12).

Testemunho semelhante é dado pelo senhor Hipolyto Henrique de Oliveira:

(...) “Que estando o curandeiro Maurilio José Silvestre em casa de Sizenando Henrique de Oliveira, elle convidou para hir em sua casa, para dar remédio a elle declarante e sua mulher, que sua mulher sofre uma dor nas costa então o curandeiro receitou uma a afumentação de [ilegível]; e o curandeiro arrumou uma mesa com uns santos e uma vellas de cera; então a mesa deu o preço que custava o trabalho dizendo o curandeiro que o preço herá duzentos mil reis que a mesa é que dava o preço, então elle declarante deu a pagamento dos dusentos mil reis uma vacca cuja a vacca o subdelegado fez o curandeiro devolver ao declarante. (Processo Crime, 1933, p. 13)

Outro depoimento é mais dramático, mas a versão sobre os fatos é a mesma, a de que o curandeiro de nome Maurílio José Silvestre andava “colocando mesas” e cobrando por tais serviços.

Termo de declarações prestadas pela testemunha Manoel Jacintho de Figueiredo. Aos dez dias do mez de Setembro do anno de mil novecento e trinta e um neste Districto de Aguas Brancas, Município de Bom Retiro, Comarca de Lages, Estado de Santa Catharina, na Subdelegacia de Polícia, em meu cartório, onde se achava o Subdelegado, cidadão Fideles José de Oliveira Abreu, commigo escrivão do seu cargo, presente Manoel Jacintho de Figueredo, natural deste Estado, com cincoenta e tres annos de idade, casado, criador, residente neste Districto de Aguas Brancas, sabendo ler e escrever aos costumes disse nada tendo prestado o compromisso legal prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e inquirida sobre o conteúdo da portaria de folhas dois que lhe foi lida disse: Que dona Paulina Henrique de Oliveira, mãe de Manoel Antonio de Jesus, esta lhe disse chorando, que achava ser uma inconciência aquelle curandeiro Maurílio Jose Silvestre por tão pouca couza levar a única vacca que seus netto possuiam para comer leite; então elle declarante disse a ella que ia ver se achava meio de ser devolvida a vacca então nesse mesmo dia o subdelegado fez o curandeiro devolver a vacca a Monoel Antonio de Jesus. (Processo Crime, 1933, p. 14v-15)

No dia 7 de setembro de 1931 é solicitada a presença do denunciado Maurílio José Silvestre, comunicando que ele foi citado no processo “para comparecer na sala de audiencias” do

Juízo para “se ver processar e assistir a inquirição das testemunhas arroladas na denúncia contra o mesmo oferecida”. (Processo Crime, 1933, p.22)

Às folhas de número vinte e oito do processo foi junto a Portaria da Delegacia de Polícia do Município de Bom Retiro para a abertura de inquérito em razão do desaparecimento de Maurílio José Silvestre:

“Tendo o Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca mandado abrir Inquérito Policial a respeito do desaparecimento de Maurílio José Silvestre que no districto de Águas Brancas, deste Município andara praticando feitiçaria, magia e seus sortilégios, **ou baixo espiritismo, acompanhado ou amparado por Manuel Figueiredo** [sic], morador no districto de Águas Brancas; do povo recebeu dinheiro, vaccas, etc cujos preços eram annunciados por pancadas feitas por Silvestre, em mezas; e que se dizia communicado com outrem do Além, tendo sido preso e ao ser escoltado para esta Villa, devido os crimes acima expostos, da escolta fugiu e simulou com os seus comparsas um desaparecimento para inquietar a zelosa autoridade policial de Águas Brancas, estando Silvestres, talvez, noutras plagas **enganando os incautos, exturquindo o dinheiro desse povo**” (Processo Crime, 1933, p. 28) [sem grifos no original]

O processo segue e em outubro o Delegado de Polícia é chamado a depor em Juízo, Das suas declarações chama-nos a atenção o que, parece, fatos novos os quais são declarados pelo Delegado de Polícia de Bom Retiro, somente quando da fase processual

Que há um mez mais ou menos, como autoridade a seu conhecimento chegou, que o indivíduo chamado Maurílio José Silvestre andava praticando **o baixo espiritismo; do povo recebeu dinheiro e vaccas e se intitulava um médico com grande estudos**”(…) (Processo Crime, 1933, p. 30) [sem grifos no original]

As informações da prática do “baixo espiritismo” e o fato alegado pelo Delegado de Polícia, de que Maurílio José Silvestre intitulava-se um “medico com grandes estudos” são informações trazidas aos autos somente neste momento, e são reveladoras de relações de perseguições ao que era classificado como “baixo espiritismo” e “exercício ilegal da medicina”. Outras testemunhas as quais muitas sequer conheciam pessoalmente o acusado, são arroladas para depor junto ao processo.

Não tendo a Delegacia de Polícia verba para diligencia de pagamento de (...) condução cujas testemunhas distante uns 40 kilometros, desta Villa, determino ao Snr. Escrivão que intime-se outras pessoas que do facto tenham conhecimento” (Processo Crime, 1933, p. 32)

Assim outras testemunhas são arroladas e o caso parece tomar novas proporções. De praticante de “baixo espiritismo” e de curandeirismo, o denunciado Maurílio passa a ladrão, como dá conta o testemunho juntado as folhas 34 do processo:

“Que indo a Lages ha uns quinze dias passados lá viu o indivíduo de nome Maurílio José Silvestre, o qual foi um dia chamado á policia por causa de roubos; que soube que Maurílio andou em Aguas Brancas, tratando de fitiçaria [sic], onde foi preso e depois fugiu. (Processo Crime, 1933, p. 34)

O processo segue à revelia do réu, uma vez que, após algumas diligências do oficial de justiça à localidade de Águas Brancas, em Bom Retiro, o acusado Maurílio José não é encontrado.

Um depoimento chama atenção, em razão da proporção que os atos do curandeiro Maurílio José Silvestre parecem adquirir na cidade.

Já na fase processual é colhido um depoimento bastante interessante que narra semelhante operação de cura realizada por Maurílio, mas com a peculiaridade de ser o mal combatido contra o gado, assim o declarante convidou o réu para ir a sua casa

“afim de fazer uma benzedura para evitar a peste no seu gado e ali chegando o referido denunciado colocou duas velas de cêra acezas a direita e esquerda do oratório do declarante e disse que existia uma cobra em baixo do assoalho e com a benzedura que fez elle denunciado desapareceria a peste no gado e em pagamento deste cerviço deu o declarante ao denunciado uma vacca a qual dias depois foi apprehendida pelo subdelegado (...) (Processo Crime, 1933, p. 49v)

Outros depoimentos são colhidos com histórias semelhantes, contudo deve-se observar a quantidade de pessoas que são atendidas pelo curandeiro Maurílio José Silvestre. São cerca de sete, as quais dão testemunho durante a fase de inquérito, e posteriormente, durante a fase processual, mais cinco. Todas pagando pelos serviços do curandeiro, que, ainda continuava foragido da Justiça catarinense.

Às páginas de número 55 do processo, vê-se o libelo crime acusatório do réu:

“P. que o réo Maurilio José Silvestre, em dias do mez de setembro do ano próximo passado, foi a diversas casas no distrito de Aguas Brancas deste município, e, colocando imagens de santos em uma meza acendendo velas, dizia assim, usando deste ardil, **curar moléstias curáveis e incuráveis** daqueles que para este fim solicitam seus serviços captando e iludindo por esta forma, a confiança dos seus consulentes.
P. que o réo depois de assim proceder, ouvia a meza dizendo dar esta os preços de seus trabalhos, os quaes variavam de 200\$000 a 400\$000;
P. que estes pagamentos eram feitos pelos seus consulentes em semoventes.

Nestes termos

Se oferece o presente libelo, que se espera seja recebido e afinal julgado provado para o efeito de ser o réu condenado no grau medio do artº 157 do Cod. Penal na ausencia de circunstancia agravantes e atenuantes e nas custas.

O Ministério Público, a bem dos interesses da defesa social, requer a notificação das testemunhas que depozeram no sumario para comparecerem no plenário. (Processo Crime, 1933, p.60v) [sem grifos no original].

Sendo o réu mais uma vez intimado para a audiência de julgamento, não compareceu, ao que foi então nomeado um curador que o representou. Este quando chamado pelo juiz pediu absolvição de seu curatelado em razão de sua inocência. Ao final, a sentença do juiz é taxativa:

(...) Julgo, pelo acima exposto e mais que dos autos consta, provado o libelo e procedente a acusação instaurada contra o réu Maurílio José Silvestre para a fim de condená-lo, como o condeno, a tres mezes e quinze dias de prisão celular e a multa de trezentos mil reis (300\$000), gráo medio do artº 157 do Cod. Penal, de acordo com o artº 62 § 1º do referido Código, na ausencia de circunstancias agravantes e atenuantes, cuja pena de prisão será cumprida na Penitenciária do Estado e nas outras. Publique-se em mãos do Sr. Escrivão, registre-se e intime-se.

Bom Retiro, 31 de março de 1932” (Processo Crime, 1933, p. 63)

Por fim, a 2 de junho de 1933, passados, portanto, mais de dois anos do início da celeuma envolvendo o curandeiro Maurílio José Silvestre, de Bom Retiro, região serrana de Santa Catarina, restou “extinta” a “ação penal” movida contra ele, a qual remeteu os autos, o Juiz da Comarca, ao “Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado”. (p.66). Ao que tudo indica, o réu não permaneceu preso um único dia sequer.

Em que pese as suposições do que poderia ter acontecido, os processos criminais, por um lado são capazes de evidenciar relações que vão além das alegadas de falta de profissionais da saúde. Por outro, um certo monopólio em torno da venda de remédios e mesmo de “armações” com apoio dos aparatos estatais (policial e judiciário) para eliminar a concorrência, o que, de alguma forma, afugentava ainda mais, a já desconfiada clientela. Ou a ineficiência judiciária para casos em que, ao que tudo indica, havia sim má fé do denunciado.

Tais inferências foram criadas por meio de versões conflitantes entre os vários atores envolvidos nos processos, desde o denunciado, o delegado, as testemunhas as próprias vítimas. Este parece ser o ponto essencial a ser enfatizado para o caso do uso de fontes como processos crimes ou inquéritos policiais.

O fundamental em cada história abordada [nos processos criminais] não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador *são* estas relações sistematicamente repetidas. (CHALHOUB, 2001. p. 40)

Muitos dos depoentes na presença do acusado não apresentam o mesmo testemunho de quando o denunciado estava ausente. Também foi possível perceber diferentes intenções e desejos tanto das próprias vítimas, dos depoentes, como dos agentes de polícia e oficiais da justiça em julgar, condenar, ou inocentar os denunciados.

Por ora, salienta-se a presença de imigrantes europeus, circulando, comprando remédios, vendendo, receitando. Desde austríacos até russos, os quais sequer conhecem o farmacêutico que lhe receitou os remédios. O que aponta para uma relação de confiança, mantida entre estes imigrantes e mesmo pessoas da localidade para com estes profissionais.

Também, com relação ao processo instaurado contra Murilo José Silvestre, pode-se perceber de fato uma tentativa de auferir lucro ou vantagem, mesmo que em forma de reses.

Também pode se perceber que dentre os depoentes há poucas incidências de pessoas analfabetas e que talvez já despontassem para uma visão de mundo ou mesmo para uma etiologia da doença e da cura que não só a ligada às manifestações religiosas, mas também numa crença maior em uma ciência. Posto que muitos dos depoentes do primeiro processo tomavam os “preparados” pelo farmacêutico Hromatka sem sequer saber do que se tratava. Embora uma etiologia religiosa convivesse também, a julgar pelo processo instaurado contra Murilo José Silvestre e a credulidade das pessoas que o procuravam ou eram procuradas por ele e pagavam pelos seus serviços. O que pode apontar para a convivência de duas diferentes etiologias sobre a doença, uma de fundo religioso e outra mais médico científica, por assim dizer.

O que se quer destacar é que, entre as primeiras décadas do século XX, a julgar pelos processos, os quais, é sabido consiste em uma pequena amostra de uma realidade que, talvez nem se apresente assim. Mas o fato é que, pode-se cogitar que duas etiologias sobre a doença, uma mais científica e outra mais de caráter escatológico, pareciam conviver naquela região e entre imigrantes e brasileiros.

Também se pode verificar, pela fonte, uma certa organização do estado em torno de questões judiciais, com o aparato burocrático dos processos com um ritual a ser seguido em que

funcionários capacitados eram necessários, que soubessem ler e escrever bem, pois todos os depoimentos analisados foram manuscritos.

Enfim, pode-se inferir que havia uma classe de funcionários públicos, minimamente organizada pelo Estado visando atender questões judiciais e também relacionadas à saúde.

Também se pode perceber uma relação comercial em torno da saúde, com panfletos, drogarias e médicos que receitavam os remédios. O que pode apontar para a formação de uma elite burguesa comerciante, funcionários públicos, ou mesmo lavradores com considerável grau de capital intelectual, sabiam ler e escrever que formavam a clientela que buscava os médicos formados, e que adquiriam os remédios haviam que dispendiam de recursos financeiros, até mesmo porque, não eram serviços de um custo, relativamente, módico para os padrões da época, sendo que nem todos podiam pagar pelos serviços oferecidos pelos médicos e farmacêuticos “oficiais”.

Oswaldo Cabral, neste sentido pode ser inserido dentro de uma classe que, igualmente se diferenciava da maioria da população. Primeiro pela sua condição de médico Doutor, o que lhe garantia certo trânsito fácil por entre instâncias de exercício de poder, repartições públicas, acessos mais fáceis a documentos e publicações em geral.

Cabral insere-se neste estado catarinense que, a julga pelos ritos dos processos, passava a se organizar, criando suas instituições de Justiça, de Saúde Pública, de Segurança e de Identificação dos sujeitos. Cabral, como um homem de letras, formado por uma faculdade de medicina, um “doutor”, parecia ter um trânsito relativamente fácil entre estes órgãos públicos republicanos em Santa Catarina.

Ao menos é o que se pode inferir a julgar pelo Ofício que se teve acesso, o qual, o então Prefeito de Florianópolis, Rogério Vieira, intervém junto ao Chefe do Gabinete de Identificação, para que fosse providenciada a “caderneta de identificação ao funcionário Oswaldo R. Cabral”.



Mod. 1

Prefeitura do Município de Florianópolis

S.B.

No 453

Florianópolis, em 28 de agosto de 1942

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO E
ENTRADA
Folha nº 5511
Data: 29.8.94
Hora: 9,05

Senhor Chefe:

Para os devidos fins, solicito fornecerdes caderneta de identificação ao funcionário Oswaldo R. Cabral, conforme dados a nexo.

Antecipadamente grato, apresento-vos meus protestos de estima e consideração.

Rogério Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

Ilmo. Sr. Dr. Fernando Wendhausen,
D. Chefe do Gabinete de Identificação
Nesta

Figura 18: *Ofícios Recebidos Prefeitura de Florianópolis 1942*
Arquivo do Instituto de Identificação

Noutro documento, este um bilhete escrito num folheto de receituário do próprio consultório médico, Oswaldo solicita que seja entregue seu passaporte ao portador.

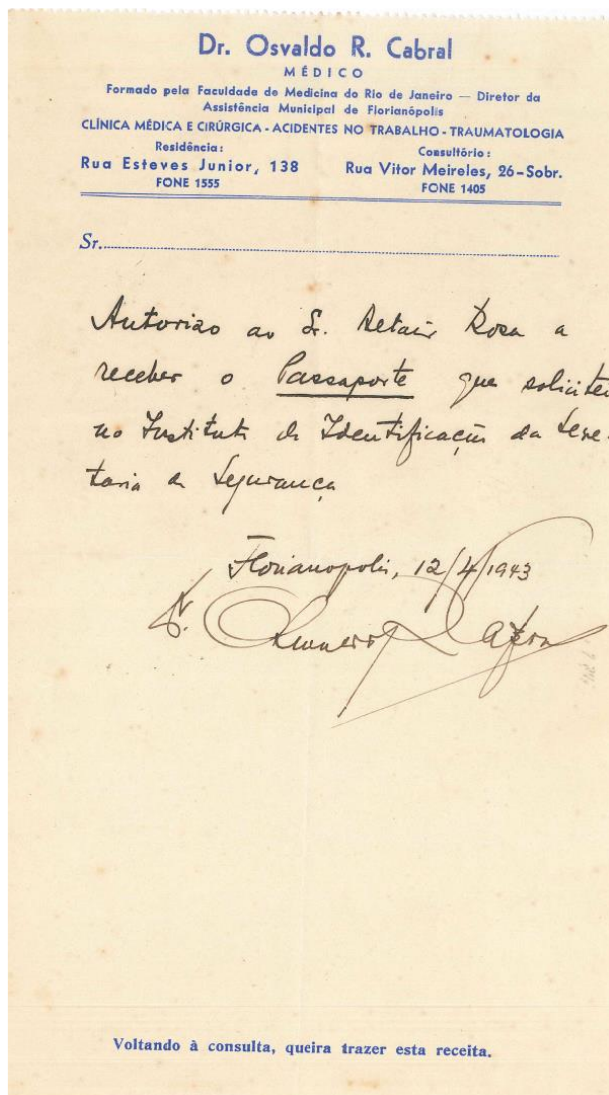


Figura 19: Bilhete subscrito por Oswaldo Cabral - 1943
Arquivo do Instituto de Identificação

Chama atenção outros documentos em que Cabral ao assinar, inclui as letras Dr. (sigla para Doutor) mesmo em documentos os quais não seria necessário, pois, evidentemente não deve fazer parte de seu nome. Mas não é o que acontece em vários documentos de identificação, como a identificação solicitada pelo Prefeito, espécie de prontuários de identificação usados para dar suporte às antigas Carteiras e Identidades, tais como os desenhos a seguir.

Cabral parece usar de um certo prestígio ou distinção que lhe auferiu o título de *Dr.* De médico, tanto que o incorporou ao seu nome a sua assinatura, como demonstrado em alguns documentos, os quais, a princípio não havia a necessidade de colocação da sigla *Dr.* Pois se tratavam de fichários para processos de identificação para fins de registro civil de Cabral, junto ao “Instituto de Identificação e Medicina Legal” órgão responsável, à época, pela emissão das carteiras de identidade.

Nestes termos, P. Deferimento.

Florianópolis, *22/11* de 19*64*

Assinatura: *[Signature]*

Foi identificado anteriormente neste Instituto? *Sim*

Registro Geral N. _____ em _____ de _____ de 19____

Nesses termos P. Deferimento

Florianópolis, *22/11* de 19*64*

Assinatura: *[Signature]*

Foi identificado anteriormente neste Instituto? _____

Registro Geral N. _____ em _____ de _____ de 19____

ASSINATURA DO IDENTIFICANDO,

[Signature]

POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MÍNIMOS

Figura 20: Assinaturas de Cabral em Prontuários de Identificação – diversas datas
Arquivo do Instituto de Identificação

Cabral, a julgar pelo ofício da Prefeitura, possuía boa relação com o chefe do poder executivo municipal da época, ou alguém de suas relações próximo a ele, a ponto de o Prefeito oficial a um órgão do Estado solicitando fosse fornecida a identificação de Oswaldo Cabral, item este desnecessário para a feitura do documento. Também usa de uma folha de receita, com o cabeçalho em destaque Dr. Oswaldo R. Cabral, “Médico Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – Diretor da Assistência Municipal de Florianópolis”.

E tudo isso às vésperas de sua viagem aos Estados Unidos da América, em 1943.

Felizes coincidências da história proporcionadas por um Arquivo, ainda pouco estudado, ousa-se dizer, que em Santa Catarina, um Arquivo inexplorado, do qual se teve acesso.

Trata-se do Arquivo do Instituto de Identificação de Santa Catarina possui acervo com dados pessoais os quais merecem especial atenção. São documentos pessoais, como certidões de nascimento, casamentos, prontuários com informações dos identificados, mas, também, documentos oficiais como o Ofício (figura 19) e pessoais como o bilhete de Cabral (folha 20) encontrados junto a sua pasta de identificação, os quais após avaliação, foram liberados para o para a pesquisa. Assim como o documento contendo a assinatura sob a responsabilidade de uso exclusivamente para esta pesquisa. É, com certeza um arquivo bastante rico e abre possibilidades para outras pesquisas, tais como às relacionadas à necessidade do estado em identificar os seus governados (CORBIN et al, 2011)

Talvez pelo surgimento de seriados como o *CSI*, sigla em inglês para (*Crime Scene Investigation*), entre outros, a população de um modo geral, tem se dado conta do quanto a ciência, nas suas mais variadas especificidades e áreas; tais como a matemática, a física, a biologia, a química, a medicina legal a entre outras, são extremamente importantes na investigação e identificação dos indivíduos. Muitas foram, também, as “ciências” consideradas novas quando surgiram, durante, principalmente, o século XIX. Foram, a bem da verdade, pseudociências que tentaram medir e avaliar a periculosidade dos indivíduos por meio de suas medidas, utilizando-se da antropometria, a exemplo da frenologia¹¹⁹ e a da antropologia criminal¹²⁰, e de fato, tais

¹¹⁹A frenologia foi uma pseudociência, desenvolvida pelo médico Franz Joseph Gall, em 1796, baseava-se nas medidas do crânio humano. Afirmava que o cérebro poderia indicar, de acordo com as medidas de determinadas áreas, o caráter das pessoas, revelando inclinações para os mais diversos crimes, desde homicídios aos crimes de ordem sexual.

¹²⁰A Antropologia Criminal foi considerada uma corrente científica. Surgiu no final do século XIX e seguiu padrões da Escola Positivista. Foi elaborada pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), estava embasada na possibilidade de haver um determinismo biológico no campo criminal. Ou seja, de que a tendência para o crime poderia ser um caráter hereditário. Em 1870 Lombroso iniciou suas pesquisas em prisões e hospícios, as quais serviram de base para o desenvolvimento de sua “teoria da criminalidade inata”. Em 1892, lançou publicamente sua “doutrina”

disciplinas não são mais utilizadas atualmente. Tanto a frenologia quanto a antropologia criminal são hoje bastante desacreditadas e mesmo refutadas, assim como ocorreu com as teorias eugênicas e racistas.

Por outro lado, do ponto de vista histórico, podem ser consideradas iniciativas que revelaram a necessidade, sempre renovada de tempos em tempos, da busca por técnicas que fossem capazes de “reconhecer de imediato uma identidade, distinguir os indícios” que autenticariam uma determinada pessoa, indicando sem erro “quem” é “quem” (COURTINE e VIGARELLO, 2011, pp. 341-342).

De volta Cabral, neste seu processo de identificação para a emissão de passaporte para a sua viagem aos Estados Unidos, em 1943, encontrou a seguinte anotação no documento “Folha de Anotações” como motivo para sua identificação em 10/4/1943: *“Identificado para obter passaporte para viajar para os Estados Unidos da América do Norte, todas as repúblicas da América do Sul e Central”*, o médico, historiador e escritor, estava pronto para se tornar um viajante, e “flanar” pelas ruas da “Terra da Liberdade”, já que fora identificado por um órgão do governo catarinense.

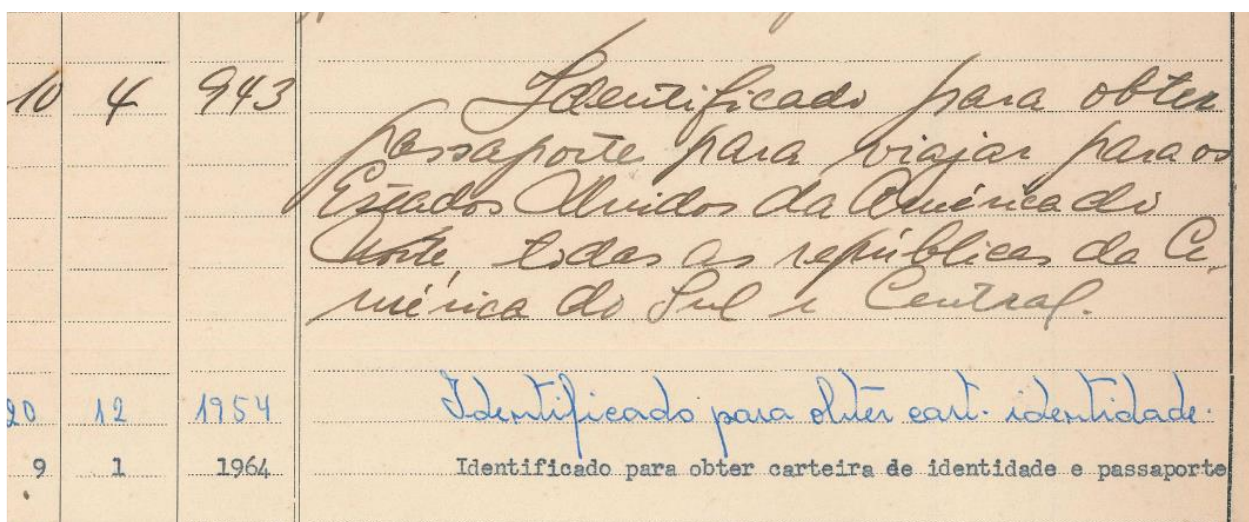


Figura 21 – Detalhe do motivo da identificação de Oswaldo Rodrigues Cabral
Arquivo do Instituto de Identificação

influenciando os mais diversos estudos no mundo ocidental. Analisou os crânios e a anatomia dos criminosos confinados nos presídios e manicômios da Itália, constatando a semelhança entre a anatomia dos criminosos e os símios, o que, segundo ele, explicaria o comportamento selvagem e propenso ao crime dos indivíduos analisados. (GOULD, 1991, pp. 122 a 134). Para saber sobre a Antropologia Criminal no Brasil ver (FERLA, 2009).

3.4 Cabral: *um flâneur* da história ou um *dândi* da medicina

(...) história da gente que ficou esquecida no pó dos arquivos, cuja memória, roída pelas traças, apagada pela umidade, enegrecida pelo caruncho, história que tem jazido inumada nos fundos das escadas das Câmaras Municipais.

(Oswaldo Rodrigues Cabral)¹²¹

Cabral, parece, demonstrar um trânsito fluído entre instituições e instâncias burocráticas da capital catarinense, ao mesmo tempo que se move entre a multidão, da “gente esquecida” cuja memória foi roída pelas traças e apagada pela umidade, como dá a ler no trecho em epígrafe.

No entanto, parece, tal como o *flâneur* de Baudelaire passeiava pelas ruas parisienses, que Cabral transita pelas ruas da cidade de Florianópolis olhando a paisagem à sua volta, passando pelos transeuntes sem se deixar tocar por eles.

Afinal ele é um representante de uma elite aburguesa e letrada, que do interior, faz mover a máquina judiciária, da capital, entre gabinetes e consultórios, ocupa importantes espaços de exercício de poder. Lembrar que Cabral veio a se tornar Deputado Estadual entre 1947 a 1954. Instancias políticas, culturais, intelectuais, de saúde e educacionais. Que organizavam a segurança, a saúde a educação, produziam saberes e conhecimentos teóricos sobre o mundo que queriam construir. E que, paulatinamente foram promovendo um modelo de “civilização” aos moldes europeus, ditos “modernos” para Florianópolis, para o Estado de Santa Catarina.

(Re)inventaram a cidade, transformaram usos e costumes, como os ligados aos cuidados com o corpo e da saúde trazidos da Europa, ou em ascensão nas principais cidades do país, como Rio de Janeiro, onde Cabral passou tempo suficiente para adquirir tais hábitos durante sua formação como Doutor em Medicina.

Este cidadão ao adquirir hábitos europeus, aburguesados e “civilizados” de higiene e cuidado com o corpo ensinados e, veiculados na Faculdade de medicina, por exemplo, passará a repudiar os usos e costumes de cuidado com o corpo há muito arraigados na sociedade brasileira

¹²¹ (CABRAL, 1971, s/n)

resultantes de saberes ditos tradicionais. Principalmente os usos ligados às práticas de cura relacionadas aos africanos e seus descendentes, ou indígena. As quais, sem embargo, as classifica de “feitiçaria”; de “práticas imundas” ou de curandeirismo (CABRAL, 1942).

Para além das questões relacionas às práticas de cura associadas ao período colonial, tidas como atrasadas, havia ainda, uma intenção de exploração no campo do turismo, desde muito tempo construída para da região litorânea de Santa Catarina. O que deve ter contribuído para as políticas de “embelezamentos” e reformas urbanas, também da capital do estado.

De forma que essa mesma elite burguesa, ciosa por auferir cada vez mais lucros, passou a investir na criação de um diferencial para a região, além de associar o estado à padrões europeus, a ideia de uma colonização europeia e “civilizada”. O que encontrou apoio num campo acadêmico bastante conservador, composto sobretudo por estes mesmos membros filhos das classes médias migrantes desejosas por integração e unidade com os governantes populistas nacionais do período. Também de grande parcela de moradores nativos da região estimulados pela crescente especulação imobiliária e ávidos que estavam por construir uma imagem positiva de si mesmos (DIAS, 1996; FARIAS, 2003; FLORES, 1997 e LEAL, 2007).

São estabelecidos lugares de memória (NORA, 1993) na cidade de modo a celebrar uma pretensa açorianidade relacionada a um *ethos* de modernidade e civilização para a região. Representados no casario geminado tombado como patrimônio histórico e cultural do Estado e do Município, nas fortificações de meados do século XVIII, no Mercado Público (1898) e seus contornos “açorianos”, o Miramar (1926) o contato com o mar numa alusão ao arquipélago dos Açores; a Praça XV de novembro, o Quartel do Comando da Polícia Militar, a Ponte Hercílio Luz (1924), toda em aço (material símbolo da era moderna). Todos estes lugares serão descritos como sinônimos de modernidade fruto, principalmente da nova ordem republicana. As reformas do Palácio Cruz e Sousa e suas características arquitetônicas “lusitanas”, o prédio da Câmara Municipal, a Catedral Metropolitana e seus estilos (neocoloniais), as Fortalezas construídas pelos portugueses para proteção do litoral catarinense. Tornando-se assim ou são construídos como lugares de memória lusitana em Santa Catarina.

Também ocorreram mudanças de nomes de praças e logradouros que faziam referência ao período colonial e imperial. A praça Barão de Laguna, no centro da Capital, passa a se chamar Praça XV de novembro. A rua do Imperador, é renomeada para Tenente Silveira, a Rua do Augusta

para Conselheiro Mafra, e assim todas as denominações que faziam alusão ao Império, são substituídas. Como se a simples alteração de nomes fosse o suficiente para apagar memórias.

Lugares de memória que, arregimentados por uma historiografia devidamente afinada com este discurso, foram descritos como documentos/monumentos (LE GOFF, 1990) que celebram e evocam uma urbe moderna europeizada. Fruto dos esforços empreendidos na última década do século XIX e que atravessou toda a primeira metade do século XX (ARAÚJO, 1989; OLIVEIRA, 1990; PEDRO, 1995). Associando à “modernidade” da cidade ao elemento branco europeu, mais precisamente à presença do açoriano.

Em resumo:

A esta burguesia, ansiosa por ascender a posições que lhe garantissem segurança material e prestígio e a incorporar as modas e os hábitos que importava do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário; era preciso ser ‘civilizado’, ter ‘gosto’ e ser higienizado”. (ARAÚJO, 1989, p.p.79-80).

Houve um empenho em (re)construir a cidade, a sede do governo do Estado de Santa Catarina. Tarefa empreendida e cobrada por uma classe aburguesada que reservou para si o direito de viver numa cidade “limpa”, “asseada” e “higienizada”, tanto física quanto nos hábitos e costumes, longe de doenças e pestes tão comuns no passado colonial, segundo fazia crer. E para tanto, a elite local, não mediu esforços para conseguir tal intento. Como escrito pela historiadora catarinense Maria Teresa Santos Cunha, no trecho abaixo;

Nas primeiras décadas do século XX, Florianópolis era uma cidade em transformação. Com cerca de 22 mil habitantes na virada dos 1900, Florianópolis, a Ilha-Capital crescia e era alvo de reformas urbanas inspiradas nas propostas de modernidade da capital federal, o Rio de Janeiro. Ruídos novos enchiam as ruas onde bondes e até carros se faziam presentes e os ritmos da vida alteravam-se significativamente, marcados pelo tempo do relógio. Obras de saneamento (1908-1909), calçamento de ruas, construções públicas e particulares portentosas que culminaram com a inauguração da Ponte Hercílio Luz (1926), buscavam apagar os traços de uma antiga cidade colonial e criar um cenário moderno, inspirado nos jardins e bulevares de Paris, com a Avenida do Saneamento mais tarde também conhecida como Avenida Hercílio Luz. (CUNHA, M. T. 2011, p.12)

Mas não era suficiente apenas apagar os traços físicos de uma antiga cidade colonial, era necessário, também, segundo se pode inferir, buscar os antecedentes capazes de compor um novo patrimônio e legado que afastasse a sociedade de um passado colonial. E, como que a fazer parte de um processo de legitimação de poder, de saberes, de uma classe, de um grupo bem específico: os “republicanistas”, intelectuais, médicos sanitaristas, políticos; integrantes de uma

elite oligárquica local foram os primeiros interessados nas transformações e na construção de uma “nova” memória para a cidade e para o Estado. (CHEREM, 2001). Uma memória, segundo faziam crer, mais “moderna”, “civilizada” e “democrática”, construída e reproduzida por instâncias aparelhadas ao estado. Assemelhadas aos departamentos de proteção à memória, uma memória que, a julgar pelos seus patronos já nasceu comprometida com um grupo determinado.

Então, para além da mudança do nome da capital, sistematizando e aglutinando uma boa parte dos procedimentos destinados a deixar lastros [e, apagar outros], ocorreu a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1896 [um dos mais antigos do Brasil]. Não por coincidência, a medida partiu de José Arthur Boiteux, que havia sido secretário de Lauro Muller quando este fora nomeado por Deodoro para ser o primeiro governador do estado. (CHEREM, 2001, p. 327).

O que foi evidenciado até aqui é o embate entre duas memórias com relação a história de Santa Catarina. Uma que é exaltada, digna de nota e de registro histórico, principalmente pela pena de Oswaldo Rodrigues Cabral. Relacionada à construção de uma identidade “civilizada e higienizada” encarnada no elemento açoriano, eleito que foi, ao que tudo indica, como o representante desta elite “republicanista” no estado.

A outra, uma memória que é operada, corrigida, adaptada, obliterada, esquecida e abandonada por uma historiografia mais tradicional; que corresponde às marcas da presença africana nesta região ao sul do Brasil. Presença, a qual defende-se, era (e ainda é) personificada na figura do “curandeiro”, do “charlatão”, dos “feiticeiros”, dos “pretos” como foram denominados os líderes das religiões africanas ou de matriz africana em Santa Catarina por Cabral, por exemplo. Ou, ainda, no “contrabandista da medicina” como eram classificados por Oswaldo Rodrigues Cabral os praticantes das artes de curar, em geral, ligados as religiões afro-brasileiras. (CABRAL, 1942; 1960; 1971 e 1972).

Na verdade, ou na intenção de uma, trata-se de uma crítica acerca da necessidade de reflexão sobre uma historiografia que, tanto em Santa Catarina como no Brasil, privilegiou um conhecimento sobre o corpo em detrimento de outro. Um ligado ao conhecimento médico-científico e novas e diferentes formas de organização social e econômica. Como as relações capitalistas tratando de alguma forma à saúde como mercadoria. O outro relacionado aos saberes médicos-empíricos os quais serão relacionados às relações patriarcais e coloniais em que a saúde era vista como dádiva divina. Assim se propõe perceber como que historicamente se construiu a oposição entre uma etiologia sobre a doença e outra.

(...) tentativas de estabelecer o discurso científico como única verdade possível, desde pelo menos meados do século XIX, estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento da sociedade capitalista e aos esforços dos grupos economicamente poderosos do país para manter suas posições de controle e privilégio. Isso porque, ao explicar e naturalizar as desigualdades e injustiças sociais, o discurso científico passa a configurar uma nova forma de dominação, em momento no qual os tradicionais pilares de sustentação das elites senhoriais – o trabalho escravo, a inviolabilidade da vontade dos proprietários de terra, a reprodução de laços de dependência pessoal – sofrem profundos abalos. (CHALHOUB, 2003, p. 12)

Uma vez rompidas antigas estruturas, por suposto, foi necessário criar outras formas de dominação, e, mesmo, de controle social uma vez mesmo que após o fim da abolição, e em última análise, a dissolução das relações de trabalho compulsórias, serão, segundo a concepção de uma elite dominante, necessárias novas formas de dominação e submissão do trabalhador aos meios de produção se fazem urgentes.

E, obviamente, que o elemento que sofreu esta nova forma de dominação foi, novamente, o negro africano, agora liberto das correntes que o prendiam ao trabalho forçado, mas, igualmente preso nas teias da exclusão social. Os africanos e afro-brasileiros tiveram parte de sua cultura e costumes em Santa Catarina e mesmo do Brasil, colonizadas. Pode-se considerar as práticas de cura realizadas por pais e mães de santo, benzedores e curadores práticas de memórias dessa cultura. Uma vez que serão eles os principais mantenedores das religiosidades de matriz africana nesta região ao sul do Brasil (TRAMONTE, 2001).

Pode-se afirmar que, na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, **as práticas alternativas de saúde estão na raiz das práticas religiosas afro-brasileiras.** A cura procurada e exercida pelos pobres que não podiam arcar com os custos da medicina alopata, será o principal motor pelo qual, surgem, afirmam-se e crescem as práticas religiosas que, mais tarde, irão se afigurar com sua feição abertamente afro-brasileira. Estas têm, nos seus primórdios, as benzedeiras, em geral, mulheres das classes baixas e média-baixas da população, que possuíam grande prestígio pelo poder a elas atribuído de cura espiritual e física, com auxílio de rezas e ervas, numa clara mistura de terapêutica corporal e espiritual. (TRAMONTE, 2001, p.20) [sem grifos no original]

E, ao assim agir, pais e mães de santo, benzedores, curadores, parteiras, raizeiros (e uma infinidade de personagens da arte de curar) em Santa Catarina, servirão, também, de guardiães de costumes, tradições, conhecimentos e crenças de África, em sua maioria transmitidos pela oralidade.

A forma como lidam com a doença e a cura, como traduzem o mundo a sua volta, como se relacionam com a vida e com a morte. A crença e o culto dos Orixás, as receitas caseiras de remédios, as bênçãos, a forma de lidar com o sagrado.

Ou seja, todo um universo de possibilidades de “representações”, “práticas” e “apropriações”¹²² as quais serão alvo, ao que parece de uma colonização médico-cientificista. Mas que podem ser considerados igualmente indícios de uma ciência da cura produzida por meio dos conhecimentos e saberes que permaneceram vivos e ressurgem nas “franjas” de um determinado discurso que se pretende hegemônico (CERTEAU, 2006).

Assim, as práticas de cura promovidas pelos adeptos das religiosidades de matriz africana podem ser consideradas “resistências” ou “sobrevivências” que perturbam uma ordenação concatenada de ideias e conhecimentos postos, de forma interpretativa, em um certo grau de evolução. Um conhecimento é melhor, maior ou mais evoluído do que outro (MARTINS, 2015).

Logo, o corte é postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é voluntarista. No passado, do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que se pode ser “compreendido” e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta compreensão do passado considera como não pertinente, – dejetos criados pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas... (CERTEAU, 2006, pp. 15-16)

É na falha do discurso científico em explicar o porquê pessoas privilegiam o saber tradicional ou popular para o tratamento de uma doença, por exemplo que surgem os silêncios criados pela seleção dos materiais. Respostas, talvez, encontradas em uma herança cultural africana de que fala o autor, heranças de uma cultura africana. Mas que é colocada em oposição a um saber científico, considerado como mais elevado, como “alta ciência”. Conforme se pode perceber nas palavras do próprio Oswaldo Cabral:

Um sábio, por exemplo, de grande cultura e erudição, que se deixe benzer para a cura de uma erisipela, que coloque uma ferradura à porta da sua casa para afastar o mau olhar, que não se sente à mesa de treze pessoas ou que não passe por baixo de uma escada – evidentemente faz parte do **folk**, ainda que o não seja, torna-se integrante do vulgo, naquilo que aceita dele – pois esquece, com aquilo que os biógrafos e íntimos lhe chamam de “exquecitics”, o LEARNING, a sua alta ciência, os seus conhecimentos científicos, a

¹²²No que se refere à nossa pesquisa, cabe ressaltar a importâncias destes conceitos, uma vez que analisamos, prioritariamente um conjunto de livros e fontes escritas. Neste sentido, é fundamental as leituras no que se convencionou a chamar de História Cultural, cujo objetivo principal é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 2002a, pp.16-17).

sua grande ilustração, para aceitar ou admitir o LORE, o saber, a cultura tradicional, empírica, vulgar, revelada numa crendice, numa superstição ou num hábito. (CABRAL, 1954, p. 27)

Cabral, no trecho transcrito, parece fazer uma distinção, senão pela evidente oposição entre “FOLK-LORE”¹²³ ao menos pelas palavras escolhidas para classificar um e outro saber: “vulgar”, “crendice”, “erudição”, “alta ciência”. Ainda, pelo que se pode inferir da leitura do trecho transcrito, o sábio, ao se deixar benzer “para a cura de uma erisipela” esquece sua erudição, sua alta ciência e torna-se um vulgar. Como se fosse, a todo tempo um ou outro. Como se nossa própria sociedade não fosse o resultado de constantes processos de práticas e apropriações. Não é necessário esquecer-se de um saber para tornar-se discípulo de outro, ambos os saberes se complementam, são, em essência, um só: vulgar e erudito, crendice e alta ciência.

Repensar o corte, a incisão feita por Cabral, na cultura, observada por sua forma de descrever e interpretar as outras práticas de cura de africanos e seus descendentes que sobreviviam e sobrevivem na cidade, no estado, consiste em um esforço para retirar das garras do esquecimento ideológico as marcas da presença africana em Santa Catarina. De modo a, mais que revisar, questionar uma interpretação hegemônica construída a partir da própria historiografia catarinense, tendo como principal baluarte, Oswaldo Rodrigues Cabral, que reafirmou uma certa peculiaridade histórica para nossa região, colonizando parte de suas memórias e história.

Após a morte do historiador catarinense Lucas José Boiteux, responsável pela coleta e tradução de grande parte da documentação histórica do Estado, relatos de viajantes e relatórios de governantes, do século XVIII e XIX, deu-se início a uma interpretação histórica com tendências a criação de uma hegemonia luso-açoriana em Santa Catarina. (Tal interpretação tendia a atribuir o sucesso econômico de Santa Catarina à imigração europeia principalmente à de origem germânica (BOSLE, 1988). Além de ter sido, o Estado, diferente das demais regiões do país, apontado com uma ocupação pautada no povoamento com vistas a assegurar posse à Coroa Portuguesa destas terras subtropicais brasileiras, como já escrito anteriormente.

¹²³“Sugerida desta forma, a palavra FOLK-LORE, composta de duas outras – FOLK e LORE – significando respectivamente “povo e saber” – aos poucos foi a mesma sendo adotada e se encontra hoje quase que mundialmente aceita. (...) Entre nós, aceito o termo FOLKLORE, a área dos seus estudos não tem sido outra, no consenso geral, do que a (...) [sociologia]. Os estudos etnográficos sempre tiveram por objetivo a descrição da cultura do homem ainda em estado de primitividade e os etnógrafos sempre dirigiram as suas pesquisas para o terreno da cultura do nosso aborígene. Por sua vez, os folclorólogos patricios não se têm afastado, no campo das pesquisas, da cultura popular, da cultura vulgar, em todas as suas manifestações. (CABRAL, 1954, pp. 15-21).

Mas não só parte da memória africana foi colonizada pela escrita de Cabral, pelo que se pode inferir da leitura de suas obras. Uma corrente de reação a uma explicação histórica que atribuiu o sucesso da região sul do Brasil ao elemento germânico, começava a esboçar-se, principalmente, com o advento do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, em 1948.

O principal tema amplamente debatido no congresso foi a necessidade de restabelecer o lugar de importância do elemento açoriano e sua cultura de modo a consolidar a presença portuguesa na parte meridional do Brasil, em grande medida tentando frear o “avanço” de uma aparente “germanização” do Estado de Santa Catarina (FÁVERI, 2004).

Oswaldo Rodrigues Cabral foi um dos maiores representantes desta abordagem histórica com vistas ao fortalecimento da presença luso-açoriana, principalmente na região litorânea de Santa Catarina. O que, supõe-se, recebeu amplo apoio das hostes e instancias governamentais, sobretudo as da esfera federal que não desejava o fortalecimento de uma identidade alemã no Brasil. Em Santa Catarina, por exemplo, muitas localidades tinham como língua fluente o alemão, e com o advento da nacionalização e da eleição do português como língua oficial por Getúlio Vargas, muitos alemães e descendentes, em Santa Catarina, viram-se forçados e impedidos de falar o alemão (FÁVERI, 2004).

Nesta direção e sentido a valorização de uma “origem” e “descendência” portuguesa/açoriana para o Estado, vinha bem a calhar e ao encontro das políticas nacionais de valorização da herança portuguesa. O que pode ser comprovado com o livro de autor de Cabral *Os Açorianos*, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1951 e a *Vitória da colonização Açoriana em Santa Catarina* – separata da revista “Cultura Política do Rio de Janeiro”, no ano de 1941. Ao reforçar uma identidade luso-açoriana para o Estado, por conseguinte era inibida qualquer identificação com outra etnia ou nacionalidade que ocuparam a região desde os fins do século XVIII.

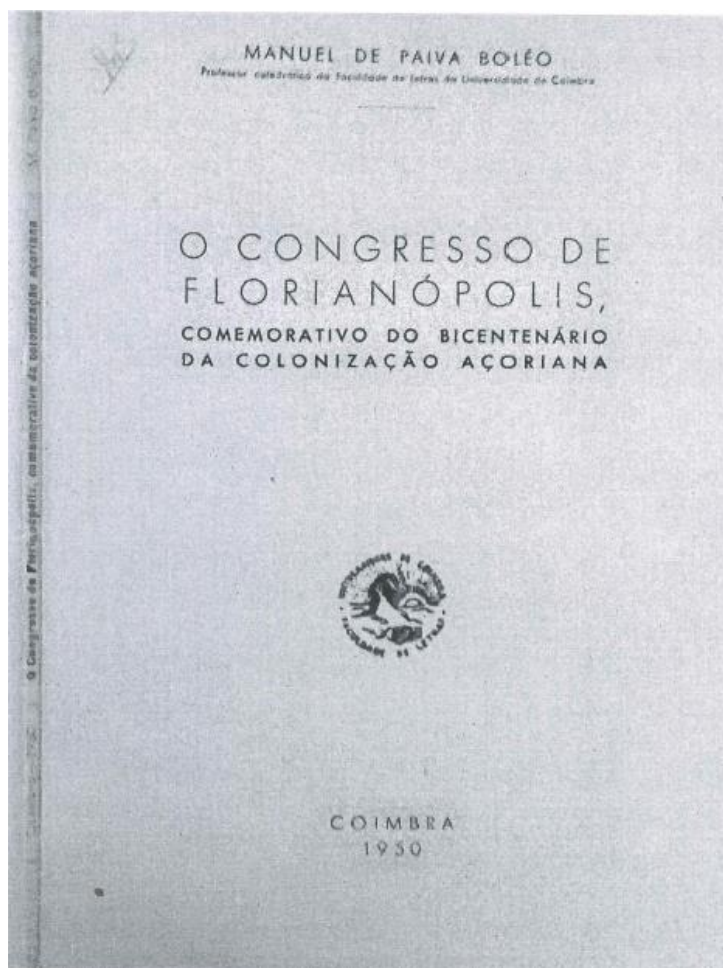


Figura 22: Imagem da Capa de livreto produzido em razão do 1º Congresso de História de Santa Catarina - 1950
Acervo Pessoal do autor

Havia, também, um interesse manifesto por parte de Portugal em estreitar laços culturais com sua antiga e mais rica ex-colônia. O participante e ilustre convidado português no Congresso, Manuel de Paiva Boléo, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, compilou pequeno livreto, com circulação na pátria portuguesa, onde informa sobre os acontecimentos do Primeiro Congresso de História em Santa Catarina e as comemorações dos duzentos anos de colonização açoriana no sul do Brasil. O teor da escrita é deveras laudatório e de compadrio entre o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o correspondente Instituto da Ilha Terceira, nos Açores.

A segunda parte das comemorações foi preenchida, como disse, pelo Congresso de História Catarinense, para o qual foram convidados, como únicos estrangeiros, três portugueses: o então Director do Arquivo Histórico Colonial: o Dr. Luís da Silva Ribeiro, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, e o signatário. Não pôde o primeiro

tomar parte no Congresso, por motivos que desconheço, nem tampouco o segundo, por falta de saúde. Mas o ilustre Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, que, por mais de uma vez, se tem ocupado da imigração açoriana para o Brasil, quis, ao menos, estar presente “em espírito”, e por isso enviou, em Maio de 1948, ao Presidente da Comissão Executiva do Congresso, a seguinte mensagem, que foi muito apreciada dentro e fora do Estado, com vima a saber mais tarde:

Continua o autor:

“Angra do Heroísmo, 21 de Maio de 1948.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias da chegada dos primeiros açorianos – Dr. Henrique da Silva Fontes, Florianópolis, Brasil.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, ao ter conhecimento da comemoração bicentenária da chegada dos primeiros colonos açorianos ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não pode ficar indiferente a tão honrosa homenagem e de coração grato e enternecido a ela se associa entusiasticamente.

Há muito julgamos a parte que nos coube no povoamento desse belo e florescente País como uma das nossas mais brilhantes glórias e disso justamente nos orgulhamos. Mas ao desvanecido orgulho vem juntar-se o agradecimento por ver como os Brasileiros de hoje celebram o nosso esforço de então.

Se no fundo da actual prosperidade do Sul do Brasil está a inicial acção tenaz e decidida dos casais açorianos que consolidaram o domínio português, desbravaram e cultivaram a terra e formaram os primeiros núcleos populacionais, sobre ela eleva-se o árduo trabalho das gerações que se lhe seguiram, o patriotismo e a clarividência do conjunto de altos valores humanos constituídos pelos homens da actualidade, obreiros dedicados do engrandecimento do seu País, e maior honra não podemos ter do que sabe-los, em maioria, descendentes de açorianos”.

(BOLEO, 1950; p. 15-16)

As palavras do ilustre representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira são carregadas de um ufanismo, de orgulho das relações e dos laços que, segundo ele, parecem unir duas pontas de um mesmo Continente: Brasil e Portugal de um modo mais amplo e Santa Catarina e Rio Grande do Sul aos Açores, de modo mais particular. Reforça a ideia de que a prosperidade da região sul do Brasil deve-se ao esforço dos casais de açorianos que aqui desembarcaram e desenvolveram a região. O que vem ao encontro das afirmações de Cabral ao longo de seus livros.

A saga e o empreendedorismo dos casais de açorianos são retomados por Cabral, em suas obras sobre a história de Santa Catarina, principalmente as produzidas após o Congresso de História, como já observado no capítulo anterior.

A Santa Catarina descrita por Cabral é, segundo o que se pode perceber da leitura de suas obras, resultado de um povoamento de brancos europeus, mais precisamente luso-açorianos e franceses no litoral, italianos, alemães, poloneses e austríacos no vale do Itajaí e no sul do Estado. Destes tantos europeus brancos mereceriam destaque os açorianos. Cabral pareceu empenhar-se na construção de uma identidade “açoriana” para Santa Catarina e em uma proximidade cultural cada

vez maior com o arquipélago luso-açoriano, por escolha, por convicção ou porque de fato acreditava no valor e na importância que os açorianos representavam para Santa Catarina. Fato é que foi esta açorianidade, o *leitmotiv* para Oswaldo Rodrigues Cabral desenvolver suas pesquisas e escritos sobre História e Cultura de Santa Catarina.

Merece especial destaque o estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos pois, como ficou dito, não só contribuíram eles para o aumento da insignificante população existente [em meados do século XVIII] como porque emprestaram à terra os caracteres básicos da sua cultura, dando à gente catarinense uma feição inconfundível. (CABRAL, 1970, p. 61)

Há um investimento por parte da escrita de Cabral em enaltecer a presença açoriana salientando sua importância para a cultura e economia de Santa Catarina, a qual retoma-se por considerar o tema da açorianidade fundamental ao tempo em que multifacetado, sendo um dos traços marcantes da operação historiográfica realizada por Cabral.

Em 1737, chega o Brigadeiro José da Silva Paes [a vila de Desterro], homem de grande visão e maiores projetos. Atraiu e trouxe gente, meteu mãos à obra, construindo fortalezas, demandando artífices, serventes e injetando, no meio circulante, dinheiro, dinheiro vivo que até então não passava por tôdas as mãos, sendo raro e escasso. (...) De todos os trabalhos de Silva Paes, entretanto, nenhum excedeu em importância o da introdução de cerca de 5 mil povoadores, açorianos, cuja maioria ficou em Santa Catarina, espalhando-se de São Miguel da terra firma a Garopaba do Sul, aquela no litoral fronteiro à Ilha e esta nas proximidades do Cabo de Santa Marta [no município de Laguna]. (CABRAL, 1971, p.27)

O investimento em uma origem açoriana para o Estado de Santa Catarina, é, relativamente, recente. A colonização açoriana no Estado de Santa Catarina foi, durante muito tempo tratada localmente sem muita importância, “ao nível folk” ou “predominava a amnésia” (LEAL, 2007, p.37). Assim, ao que tudo indica, foi uma escolha e uma aposta empreendida em grande parte por Cabral.

Antes, mesmo ao patamar das elites locais havia um desconhecimento de suas próprias origens. A afirmação é de uma das figuras centrais no processo de redescoberta e valorização das raízes açorianas, em Santa Catarina, discípulo de Oswaldo Cabral, o historiador Walter Piazza.

Aqui ninguém se preocupa com as origens (...). Só duas ou três pessoas sabiam as suas origens (...). Pode parecer meio ofensivo, mas a comunidade catarinense não conhecia as suas raízes (PIAZZA, apud LEAL, 2007, p.37)

Piazza oferece seus préstimos de historiador para dar a conhecer as “raízes” da comunidade catarinense, as quais encontravam-se, segundo ele, em Açores. Também fez coro a valorização do açoriano para a formação do estado de Santa Catarina, o historiador Osvaldo Ferreira de Melo:

O Estado de Santa Catarina é uma região singular na federação brasileira. Em seu território de 95.000 km² vivem hoje [1986] 4 milhões de pessoas das mais diversas etnias. Na sua maioria descendem seus habitantes daqueles que formaram as três grandes correntes migratórias ocorridas entre 1748 e 1880 mais ou menos, ou sejam a luso-açoriana, a germânica e a italiana. Com bem menor expressão registram-se grupos de etnia eslava, árabe, grega e africana, além dos descendentes de paulistas e os mestiços. (MELO, 1987, p. 30)

Os colonizadores açorianos, diferentemente dos colonos alemães e italianos, não haviam obtido sucesso nas suas tentativas de cultivo agrícola no território. Tendo que dedicarem-se à atividade da pesca, em tese, menos exigente do que o cultivo da terra. Os açorianos foram mesmo até certo ponto, responsabilizados pelo subdesenvolvimento econômico da região, durante muito tempo, em oposição ao empreendedorismo e capacidade de trabalho dos imigrantes italianos e germânicos. Os luso-açorianos foram, durante muito tempo vistos como indolentes, preguiçosos e supersticiosos.

O divisor de águas entre esta visão sobre os açorianos e o processo de construção e valorização da açorianidade para a região, parece mesmo ter sido o Primeiro Congresso Catarinense de História que ocorreu em Florianópolis em outubro de 1948.

O congresso foi organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e teve como figuras centrais os intelectuais catarinenses Henrique Silva Fontes e Oswaldo Rodrigues Cabral. Henrique Fontes, filho de imigrantes açorianos, foi professor e diretor das Faculdades Catarinenses de Direito e de Filosofia e, mais tarde, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina de 1935 a 1965.

Ao que parece a escolha pelo elemento açoriano como o fundador e inventor do litoral catarinense, talvez, tenha sido fruto de escolhas pessoais e de caráter privado, para o caso de Cabral por exemplo, vez que ele mesmo afirmava sua descendência lusitana.

Durante o Congresso foram apresentadas oitenta e cinco comunicações, divididas nas seguintes áreas: História Geral de Santa Catarina; História Demográfica e Política, Colonização Insular, História Econômica, História Social e Cultural, Linguagem e Folclore, Geografia História

e Cartografia, História Local, Genealogia e Biobibliográfica. Dos temas mais recorrentes no congresso estava a colonização açoriana, abordados em vinte e uma das oitenta e cinco comunicações (PIAZZA, 1996; p. 37-43).

A programação do Congresso contava ainda com eventos oficiais, como visitas a locais “tradicionais” de Florianópolis e do litoral de Santa Catarina, uma exposição histórico-geográfica e folclórica além de exibições de grupos de danças folclóricas, em sua maioria com alusão à Açores e Portugal.

Desta feita, o Primeiro Congresso Catarinense de História consistiu em importante passo para a solidificação de um campo intelectual na região, congregando nomes locais, regionais e internacionais. Foi, também, marco de uma descoberta de Santa Catarina como tendo suas “raízes açorianas” (LEAL, 2007). A epopeia açoriana passa, assim, de um evento pouco estudado para o “mito fundador” do Estado e passa a constituir um processo de “hiperamnésia” (ROTH, 1989) em que a açorianidade é lembrada a todo tempo num exagero na evocação de lembranças e de lugares de memórias.

Os discursos e o teor das comunicações realizadas no Congresso predominaram os elogios da saga colonizadora dos casais de açorianos que para cá vieram no século XVIII. Durante a cerimônia de lançamento da primeira pedra para o monumento do centenário da colonização açoriana, Henrique Fontes, proclamou um discurso restaurador e conciliador da saga dos açorianos:

Sabemos que os colonos ilhéus aqui estabelecidos não saíram os lavradores deles esperados; mas sabemos também que os ilhéus aqui cresceram e triunfaram, contribuindo preponderantemente para a rija base da cultura luso-brasileira, que enfrentou e absorveu outras culturas, sendo elemento de progresso e segurança para o Brasil (FONTES, apud BOLEO, 1950, p.8).

Cabral não deixa por menos e completa o discurso de redenção dos açorianos vindos para Santa Catarina:

(...) se os açorianos não imitaram os gregos, dos quais Homero dizia que lavravam o solo aspirando com delícia o cheiro da terra revolvida de fresco (...), entretanto, realizaram obra de maior envergadura: (...) o açoriano e o madeirense, pela sua descendência, conservaram para o Brasil este pedaço de chão sobre o qual o castelhano ousou pôr o pé, mas não logrou deitar a mão, nem descansar a cabeça. (CABRAL, apud BOLEO, 1950, pp. 10-11).

O tom laudatório sobre o passado glorioso dos açorianos em Santa Catarina continuaria durante todo o Congresso. Othon Gama d'Eça, durante a sessão de abertura do Congresso classificou a vinda dos colonizadores açorianos como “um novo capítulo na história militar do Brasil”. Outro orador arrematou que “não se está festejando simplesmente uma efeméride interessante da nossa história local, porém assinala um ponto decisivo da própria formação nacional” (D'EÇA, 1948, p. 5). Histórias locais com fins regionais e pretensões nacionais.

Na contramão desse investimento de Cabral na cultura dita açoriana e portuguesa para o Estado, há uma redução, ou minimização da presença africana e indígena no Estado, fazendo-a parecer irrisória. Não merecendo mais que poucas linhas no caso africano e mesmo assim registros que possuem um tom de denúncia sobretudo no tocante às “suas práticas imundas” oriundas do “charlatanismo” e “curandeirismo”, referindo-se as artes de curar praticadas pelos “feiticeiros negros” (CABRAL, 1942).

O autor chega mesmo a justificar uma ausência do negro, ou “mulato” como se refere aos descendentes de africanos, da vida social da cidade, em razão do fato de o colonizador açoriano “não gostar de mulatos”:

O português, reinol ou ilhéu, terá tido lá as suas razões para não gostar do mulato. Dos documentos que temos compulsado – e não têm sido poucos – nota-se que, enquanto o preto possuía a afeição do lusitano, sendo muitas vezes respeitado e considerado, o mestiço era simplesmente afastado do seu convívio e de seu meio. Nada de mulatos... O açoriano trouxe também este sentimento, quando imigrou para Santa Catarina. Ao se formarem aqui as companhias de Ordenanças, em 1766, deu-se regulamento aos exercícios. Si êstes fôsem de companhias e corpos maiores, determinava o Rei, deviam ser comandados por oficiais, de alferes para cima; si de esquadras, por sargentos “que não tenham a qualidade de pardos”. E concluía “hé esta a praxe deste Reyno”. (Arquivo do Palácio, Vol. II). (CABRAL, 1948:10)

No trecho transcrito, Cabral tenta buscar razões de modo a justificar que já era da índole do colonizador açoriano não gostar dos “mestiços ou mulatos” o que parecia reverberar na forma colonialista com que foram tratados em Santa Catarina. Em um ato de contrariedade a miscigenação, flagrante processo de construção de uma hegemonia social e cultural no estado com vias a transformação definitivamente em um lugar de brancos.

É patente uma forma de escrita da História fortemente marcada pelo que Gramsci identificou como “hegemonia”. Conceito que é, “indispensável para qualquer entendimento da vida cultural no Ocidente industrial” (SAID, 1990; p.19). Trata-se, em suma, do fato de que, em

qualquer sociedade não-totalitária, algumas formas culturais têm domínio sobre outras, da mesma forma que algumas ideias também tem mais valor, ou são mais influentes que outras (SAID, 1990).

De modo geral, a análise das obras de Cabral e o cruzamentos com outras fontes, parecem corroborar com uma ideia de hegemonia da ciência e da cultura europeia sobre as demais, mesmo àquelas que sofreram exploração e colonização de nações europeias. Ou seja, de que mesmo durante o período colonial, ainda que produzida, pensada e pesquisada por brasileiro, a ciência produzida aqui é devedora da cultura colonizadora. Sendo possível perceber formas de escrita que reforçam a tese de que “o principal componente na cultura europeia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica, tanto na Europa quanto fora dela: a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus” (SAID, 1990; p.19), como anunciado no início da tese.

Assim é necessário comparar a historiografia tradicional e positivista desenvolvida por Cabral e percebida em suas obras com uma outra história. Contrapor com os dados sobre uma Santa Catarina que, entre outros aspectos, evidencia a presença negra nestas terras ao sul do Trópico de Capricórnio. Terra também permeada por culturas diversas, o que faz extremamente necessário, oferecer outras possíveis visões de mundo, de modo a não perpetuar um pensamento colonizado por uma hegemonia eurocêntrica e sua ideia de “civilização”.

Oferecer outras histórias para esta sociedade catarinense, com outras diferentes matizes e “colorações”. Mostrar, dar a ver e a ler por meio de uma produção escrita (CHARTIER, 2002a) uma Santa Catarina multiétnica e de um coletivo de pensamento que percebe o mundo e o entende e traduz de formas diferentes, com outras ideias que não a lógica eurocêntrica branca e cientificista.

Uma lógica fruto de um conhecimento distinto do médico acadêmico-científico que entende a doença, por exemplo, por um viés mais escatológico, religioso, menos colonizado, menos academicista e mais flexível a outras racionalidades e saberes possíveis. Diferente da visão médica científica sanitária e higienizadora proposta e defendida por Cabral, que, classifica práticas de cura que diferem de sua lógica hegemônica, como fruto da “ignorância e atraso” daqueles que as praticam.

Ao contextualizar as obras de Oswaldo Rodrigues Cabral parece ser possível perceber uma contradição. A de que os limites entre a construção do conhecimento acadêmico-científico e o tradicional ou folclórico foram menos determinados pela consistência de suas proposições ou sua capacidade de revelar verdades “universalmente” aceitas, do que por relações de poderes desiguais

em flagrante disputa por legitimidade e reconhecimento de questões sociais e politicamente relevantes.

O que se pode perceber é que, produzidas num contexto colonial, classificações de determinadas lógicas de produção de saberes como simplesmente tradicionais ou folclóricos, podem servir como estratégia de marginalização e de invisibilidade de importantes e reveladoras manifestações culturais de significativas parcelas de integrantes desta sociedade.

Estratégias produzidas mesmo por intelectuais oriundos e inseridos nesta mesma sociedade, a exemplo do médico Oswaldo Rodrigues Cabral. Evidenciadas nas suas análises teóricas e suas escolhas de temas de pesquisa perpetuaram e promoveram a colonização de diferentes formas de produção de saberes de diferentes ciências.

A forma colonialista de produção do conhecimento seja em História, em medicina ou outras áreas no tocante aos saberes africanos sobre a cura, por exemplo, pode representar o fortalecimento do pensamento único, e, por conseguinte, a aniquilação do conhecimento, vez que este se fortalece na contradição, na pluralidade de ideias, na diversidade e decolonização do pensamento. Basta observar a forma “estrangeira”, e os adjetivos usados por Cabral para classificar as práticas de cura para perceber o risco de uma única forma aceita de saber. Palavras tais como “curandeirismo”, “feitiçaria” ou ainda “práticas mais estranhas” que “abundaram, conseqüentes à ignorância e às superstições mais absurdas, atingindo altas e baixas esferas sociais” (CABRAL, 1941, p.11) carregam sentidos racistas e preconceituosos.

E, ao contrário do que possa parecer, tais práticas podem ser percebidas como marcas, ou signos da presença negra em Florianópolis. As práticas de cura, foram responsáveis pela sobrevivência mesmo das manifestações religiosas de matriz africana (TRAMONTE, 2001), podendo ser equiparadas a práticas de memórias.

Dois aspectos são relevantes para entender a questão da religiosidade afro-brasileira local: as práticas dos “curandeiros, benzedores e feitiçeiros” que estão na origem do surgimento dos primeiros umbandistas e sua relação com as práticas alternativas de saúde, motor principal e central que justificou e impulsionou esta forma de organização social e espiritual. (TRAMONTE, 2001, p.7)

Tais práticas foram, como argumentado pela autora que inverte o sentido atribuídos a elas por Cabral, fortemente estigmatizadas. Eram confrontadas a todo tempo com as concepções que se pretendiam hegemônicas do período, sobremaneira as ligadas à Medicina Oficial, defendidas

pela Igreja Católica Apostólica como inimigas do saneamento propagandeado e defendido por meio da “missão higienizadora” das décadas iniciais do século passado. O que definiu valores, normas de comportamentos e condutas, influenciou e modificou os espaços físicos, sociais e culturais da cidade e da sociedade catarinense, além de reforçarem e alimentarem preconceitos.

Tais empreendimentos teóricos serviram de base (e até incentivaram) a repressão e o estigma negativo sofrido pelos cultos afro-brasileiros no início do século XX. Os quais foram, amplamente, acusados, descritos, inscritos, como símbolos do atraso colonial. E serão personalizados nas pessoas dos “macumbeiros” “feiticeiros”, dos pais ou mães-de-santo; “curandeiros” e “curandeiras”, importantes personagens dentro desta diferente etiologia sobre a doença.

Estes atores da cura: quais sejam, os “feiticeiros” e “curandeiros”, segundo o que o próprio Cabral argumenta, pertenciam a um estágio “primitivo” da história de medicina. Característicos de “povos da antiguidade”. Estes atores, bem como os benzedores, integram um conjunto um tempo em que a medicina estaria em um estágio em que a cura e a doença eram entendidas dentro de um conceito que girava em “tôrno dos fatores sobrenaturais, extra- terrenos” (CABRAL, 1957).

Êste foi o estágio da magia, da medicina mágica e os curadores não foram senão feiticeiros tribais que, por meio de encantamentos, de práticas exóticas, de artifícios vários, danças e exorcismos, buscavam reconduzir o paciente ao seu anterior estado de saúde. (CABRAL, 1957, p. 17).

No entanto, Oswaldo Cabral, parece não se dedicar à pesquisa das práticas de “curadores e feiticeiros”. Talvez porque, segundo ele mesmo escreveu, pertenciam a um passado “primitivo” da Ciência Médica. E, talvez, por que “em verdade” não se pode sequer considerá-los como fazendo parte de um “sistema ou mesmo uma doutrina”. “Era uma concepção primitiva, apenas, considerando o ‘desvio do estado moral de saúde tanto devido à obra de seres sobrenaturais como à sua própria penetração no do enfermo’” (SINGER, apud CABRAL, 1957, pp. 17-18).

Para legitimar ou convencer cientificamente¹²⁴ seus argumentos sobre os estágios evolutivos por que passou a Ciência Médica ao longo dos tempos, Cabral usa de um recurso

¹²⁴“O adjetivo ‘científico’ não é atribuído a textos isolados que sejam capazes de se opor à opinião das multidões por virtude de alguma misteriosa faculdade. Um documento se torna científico quando tem a pretensão de deixar de ser algo isolado e quando as pessoas engajadas na sua publicação são numerosas e estão explicitamente indicadas no texto.

bastante recorrente no meio científico, arregimentando aliados em apoio às suas afirmações (LATOUR, 2011, p. 46), como já foi apontado em relação ao folclore.

De modo a buscar apoio nos estudiosos do assunto, refugiando-se nos muros de uma comunidade científica sobre a História da medicina, “arregimentando amigos” Cabral excede-se nas citações e no recurso de buscar apoio de seus pares, abrindo mão dos “veículos retóricos” dos quais dispunha à época para reforçar e manter a defesa de suas ideias (LATOUR, 2011, pp. 45-48).

Segue lista dos “amigos” arregimentados por Cabral de modo a valorizar e reforçar a sua “performance” (SHAPIN, 2013) científica em estigmatizar as práticas de cura realizadas pelos curadores.

- Almeida Prado, *As doenças através dos Séculos*.
- Moret, “Le Nil et la civilization egyptienne”.
- Alfredo Leix, *A magia na medicina assírio-Babilônica*
- G. Cumston, M. D., “*Histoire de la Medieie*”. Trad. Francesa de Mme. Dispan de Floran;
- Charles Singer, *Legados de Oxford – Legado de Grécia – A Medicina*;
- David Dietz, “*The Story of the Medicine*”, Trad. De Azevedo Amaral;
- Ernst Hemneter, *A propósito de médicos, doenças e métodos curativos do antigo Egito*;
- _____, *Fases de evolução da antiga medicina Índia*;
- _____, *Mitologia médica na Índia*;
- H. Küry e H. Haig, *Os começos do estudo da Medicina em Oxford e Cambridge*;
- Logan Clendenning, “*The Romance of Medicine*”, Trad. De Almir de Andrade;
- Reinhard Hofschlaeger, *A arte de curar do homem pré-histórico*;
- Warren R. Dawson, *Legados de Oxford – Legado de Egpto – Medicina*;
- Will Durant, *História da Civilização*. Trad. de Monteiro Lobato;
- Y. Fujikawa, *A evolução da medicina japonesa*.

Assim, devidamente “amparado” por seus aliados, Cabral lança-se à retórica científica sobre a inocência dos benzedores e as benzeduras, as quais classificou como sendo um “desvio” do estágio da Medicina Teológica. Este consiste nas bênçãos e nos exorcismos praticados pelos

Quem o lê é que fica *isolado*. A cuidadosa indicação da presença de aliados é o primeiro sinal de que a controvérsia está suficientemente acalorada para gerar documentos técnicos” (LATOUR, 2011, p. 48)

sacerdotes do cristianismo. Já as benzeduras, para o nosso Autor, seriam as aplicações de um processo heterodoxo resultado de apropriações populares das rezas e orações católicas praticadas por gente leiga e inofensiva (CABRAL, 1954, p. 71).

Do outro lado, ou seja, as práticas de cura realizadas e oferecidas por gente nem tão inofensiva assim estariam ligadas ao estágio mais primitivo do processo evolutivo da Medicina, segundo Cabral, estavam ligadas à magia e a manipulação das forças da natureza nos processos de cura, chamando-lhe atenção à feitiçaria e seus agentes.

Os agentes que exercem essa medicina [a mágica] (...) foram os magos, os feiticeiros tribais, *os homens da medicina* conhecedores dos encantos, das fórmulas mágicas das palavras propiciatórias. Foi cultivada pelos povos primitivos e ainda se encontra entre aqueles de **rudimentar civilização ou que se conservam ainda em estado selvagem**. (CABRAL, 1954, p. 70) [sem grifos no original].

Ou seja, as práticas de feitiçaria não teriam passado, ainda, por um processo civilizador que as retirasse do estado selvagem, transformando-as em práticas refinadas e civilizadas.

Oswaldo Cabral, segue sua análise atribuindo tais “encantos”, “fórmulas mágicas” atributos dos feiticeiros, aos negros “macumbeiros”. Alega que Nina Rodrigues já havia feito denúncias de “feitiçaria médica” na Bahia. E que, ele mesmo, Oswaldo Cabral, já assinalou “práticas idênticas” em Santa Catarina em 1879, “registradas nos jornais da época” e escrita por ele “*Medicina, médicos e charlatães do passado*”.

É a introdução feita por Cabral à notícia do jornal:

Não eram, entretanto, apenas os ossinhos de defuntos, as falanges de “anjos”, a matéria prima das feitiçarias. A terra dos cemitérios também servia, para certos e determinados casos, as galinhas e outras aves, sacrificadas para que as suas penas passassem aos atingidos, as moedas de cobre, para que a elas reduzisse a riqueza dos invejados, os sapos de olhos e bocas cosidos à linha preta, para que a razão fugisse dos cérebros temidos. Uma curiosa notícia de feitiçeiros colhemos do jornal A REGENERAÇÃO, de 14 de dezembro de 1879: (CABRAL, 1942, p. 268-269)

Mais reveladora é a própria notícia transcrita, ao que parece, na íntegra por Oswaldo Rodrigues Cabral em seu livro sobre as benzeduras.

“Compareceram no dia 11 do corrente mez, perante o Dr. Chefe de Polícia (Dr. José Joaquim Fernandes Torres), os presos Manoel Secretario e Domingos Gama, denunciados como feitiçeiros, residente no Saco dos Limões, os quaes foram interrogados, tendo-se ouvido também a respeito algumas testemunhas. De todas as indagações feitas pela Polícia, resulta que estes **dois africanos** já velhos, se empregavam no exercício do Fetichismo, pretendendo fazer curativos por meios supersticiosos, iludindo com um **cerimonial ridículo e estúpido aos ignorantes**. (CABRAL, 1942, p. 269) [sem grifos no original].

Algumas considerações são, portanto, necessárias, antes de continuar com a citação da transcrição da notícia jornalística. São necessárias e urgentes de serem feitas, de modo a orientar para as observações atinentes aos argumentos apresentados mais à frente.

A primeira delas diz respeito ao fato do jornal parecer atribuir as práticas por ele relatadas de forma negativa e pejorativa como ações de africanos. A segunda consiste no fato de Cabral citar essa matéria em uma obra de sua autoria a qual se dedica a estudar as benzeduras e sua persistência no folclore, num prazo de 15 (quinze) anos – é o decurso de tempo de publicação dos dois livros de Cabral. O que pode ser revelador de uma permanência e de uma concordância com a opinião implícita na matéria do jornal. E uma terceira consideração é o fato de Cabral recorrer à Nina Rodrigues, sabido e conhecido estudioso das religiosidades africanas na Bahia. O que permite inferir a existência de uma associação entre a prática de feitiçaria (e as significações negativas atreladas a esta palavra) à alguma manifestação da religiosidade africana, mesmo que para promoção de curas. Para um leitor de Roger Bastide¹²⁵, como parece ter sido Cabral, consiste num

¹²⁵Obras de Bastide constam das referências de Cabral e é ele também o apresentador do livro “*Cultura e Folclore bases científicas do Folclore*” (CABRAL, 1954), além de figurar na bibliografia de muitas outras obras sobre o folclore de Oswaldo Cabral. Para entender aspectos gerais e conceitos sobre as manifestações da religiosidade africana e afro-americana na obra de Roger Bastide ver: (BASTIDE, 2006; 2011; 1973).

tremendo equívoco, ou, leitura rasa sobre as manifestações e os significados dos rituais e símbolos da religiosidade africana.

Roger Bastide (1898-1974), foi um sociólogo e antropólogo que viveu no Brasil onde foi professor da Universidade de São Paulo de 1938 a 1954. Um dos mais importantes estudiosos das religiosidades africanas e afro-brasileiras. Considerou-as, em grande medida, importantes lócus para análise sociológica de resistências às novas formas de organização social que se instalam na sociedade brasileira, principalmente após o fim da Escravidão. Para o autor os terreiros representavam, entre outros fatores, lugares simbólicos os quais forneciam uma estrutura para os africanos e seus descendentes no Brasil, são as famílias-de-santo, congêneres das antigas famílias patriarcais. São, as casas de santo, há um só tempo, o hospital, a igreja e a escola onde os africanos e descendentes passaram a fazer parte de uma comunidade que protege aos seus, dá acolhimento, conhecimento sobre suas origens, alento para as suas moléstias do corpo e da alma (BASTIDE, 1971). Neste sentido, representariam uma ameaça à nova forma de organização social que se instala no Brasil de fins do século XIX e início do XX. Pautada em grande medida em relações sociais capitalistas com tendências ao individualismo. A de trabalho livre assalariado com base na qualificação; a de domínio ou hegemonia da Igreja Católica; as das famílias pautadas no pátrio poder, da valorização do saber médico-científico sobre as doenças e a cura, entre outras. Relações estas, contrárias às mantidas nos terreiros de religiões de matrizes africanas pelo Brasil, logo, supõe-se que tenham sido percebidas como ameaças tanto pelo estado burguês nacional como pela Igreja Católica.

Por fim uma quarta consideração é a atribuição de ignorante (aquele que ignora) feita pelo autor da notícia aos que procuram pelos serviços dos “feiticeiros”. Ignorante das causas naturais das doenças, cuja Ciência Médica Oficial, em terras brasileiras ainda tem grande dificuldade em curar, e em cujo território possui apenas dois cursos de formação em Medicina, criados naquele mesmo século XIX. Talvez ignorante acerca de uma medicina científica que até 1870/1880 foi eminentemente teórica (FONSECA, 1995, p. 42) num país cuja maioria, naquele período, é de analfabetos. Se essa for a comparação, a observação de que são ignorantes procede.

Continuando a transcrição da notícia:

Parte da população daquele lugar e mesmo (o que nos causa admiração e espanto) algumas pessoas da Capital que julgávamos **um pouco civilizadas** (sic), acreditavam nos taes feiticeiros, mandando como consta ter-se visto bilhetes que acompanhavam seus escravos para serem curados. (CABRAL, 1942, p. 269) [sem grifos no original].

Espanta-se o escritor da notícia do jornal o fato de pessoas da capital, a região central, vistas como “um pouco civilizadas”, mandarem seus escravos para se curarem com os “taes feiticeiros” no Saco dos Limões¹²⁶, bairro da periferia da então Nossa Senhora do Desterro. Fazendo-nos crer que a crença ou não nos “feitiços” estava diretamente ligada ao grau de “civilidade” ou de “cultura” daqueles que eram seus clientes.

Cabral, embora não se posicione de forma direta sobre o enunciado, o fato da notícia, na íntegra, merecer registro em seu livro, e de ele associar à feitiçaria a um estado “rudimentar” de civilização ou que se conservam ainda em estado selvagem, permite inferir que ele concordava com a opinião exposta na notícia.

Mas, se acaso um “feitiço” de algum africano fosse inevitável e infligisse algum mal (físico ou espiritual) a alguém, havia ainda, para a “cura”, o recurso à uma benzedeira da comunidade mais próxima. Geralmente uma mulher, branca, luso-açoriana ou descendente, temente à Deus, que sabia proferir rezas e que rogaria aos santos católicos, fosse restituída a saúde do infeliz “enfeitiçado” ou “embruxado”. Ao menos estas práticas não receberam críticas ou foram associadas à barbárie e atraso por Cabral, nas obras aqui analisadas.

¹²⁶ Algumas considerações acerca do nome do bairro “Saco dos Limões”. A primeira é em razão de, na região cuja formação geográfica corresponder a um “saco” onde o mar avança sobre o continente formando uma pequena enseada, havia grande número de Limoeiros, cujo fruto, o limão, era bastante utilizado para a prevenção do escorbuto, doença que aplacava as embarcações, como Desterro foi um importante porto de passagem, a venda dos limões era certa. Outra é referente a produção dos “Limões-de-cheiro”, objetos feitos de cera cujo molde era o limão, nos quais eram injetados perfumes e líquidos coloridos que eram arremessados nas pessoas durante o “entrudo”, como era conhecida a festa popular em Desterro até o início do século XX: “O Entrudo, de origem portuguesa, acontecia em povoações urbanas de algum porte e caracterizava-se por toda sorte de brincadeiras brutais: banho de água, farinha, fuligem, arremesso de ovos podres e hortaliças nos que passavam” (CASCUDO apud TRAMONTE, 1995, p.6). A produção dos limões-de-cheiro foi atividade desenvolvida por escravas ou negras libertas que tinham na confecção e venda das bexigas perfumadas, uma fonte de renda nos meses que antecedia a festa. O que nos dá indícios que a região do Saco dos Limões já era habitada por um relativo número de africanos e descendentes. Para saber mais sobre o carnaval em Florianópolis ver (CABRAL, 1972b, 219-230); (REIS, 1996); (TRAMONTE, 1995).

E, a julgar pelo legado escrito e a operação cultural realizada por Cabral conforme revisto até aqui, isto não seria motivo de espanto, nem “admiração”, muito pelo contrário, seria um sinal de fé, ou, de manutenção de uma cultura cristã, açoriana que, nesta região do Brasil, foi duplamente vitoriosa: colonizou até mesmo memórias.

A seguir será discutido a forma como Cabral operou o registro das benzeduras católicas classificando-as, diferentemente do “feitiço”, como práticas “inofensivas”.

3.5 A “beleza do morto” ou a persistência do vivo: Cabral e as benzeduras

Nossa Senhora quando andava pelo mundo, tudo curava, tudo benzia, tudo fazia. Eu também te benzo, em nome de Deus e da Virgem Maria e São Virtuoso.

Que cozo?

Carne Quebrada, nervo torto e osso rendido.

Isso mesmo eu cozo!

(Maria Custódia de Jesus)¹²⁷

Oswaldo Cabral, em seu livro *“A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore”* (1957) apresentou a história da medicina de forma organizada em estágios evolutivos. Para o médico folclorista a ciência médica tem “evoluido” desde tempos imemoriais, passando por Asclépio e Hipócrates até chegar no século XX (período em que ele escreve).

Cabral, ao que tudo indica, procura entender a medicina em suas diferentes etapas por meio da história, a “menos estruturada das ciências do homem”, por meio da longa duração (BRAUDEL, 1965). O uso do tempo da longa duração, e mesmo colocar a história da medicina em estágios evolutivos, não parece configurar um grande problema, até mesmo porque, no tempo em que Cabral escreveu o livro (na década de 1950), ideias e teorias evolucionistas eram, ainda, bastante defendidas e utilizadas.

E, obviamente até aí, nada de novidade ou de surpreendente. Contudo é necessário chamar a atenção para o uso que Cabral fez da história da medicina e desses diferentes estágios da ciência de Esculápio.

Escritos por sua pena, quase sempre, a “origem” da medicina com seus estágios “menos evoluídos”, eram características atribuídas à população de origem Africana, como o trecho a seguir deixa transparecer, ou mesmo, eram práticas corriqueiras da população brasileira, principalmente antes da vinda da família real para a sua colônia americana, como já visto.

¹²⁷Benzedeira (1912-1999) avó materna do autor. O trecho é parte de uma de benzedura utilizada por benzedeiras no interior da Ilha de Santa Catarina, indicada para aplacar as dores decorrentes de luxações, torções e contusões. Tais práticas de cura são consideradas “inofensivas” para a sociedade vez que são apenas palavras e gestos que remetem à religiosidade cristã e aos santos da Igreja Católica, segundo (CABRAL, 1957).

Como tudo o mais em matéria de cultura, começou com os sacerdotes e teve origens mágicas. “Os amuletos tinham entre o povo mais voga do que as pílulas; a doença era a possessão pelos demônios e, pois, tratava-se com encantamentos”. (Will Durant, *apud* CABRAL, 1957, p. 21)

Os “encantamentos e amuletos” utilizados nos tratamentos mágicos por essa medicina “rudimentar” no continente Africano, como fica evidenciado no trecho a seguir, são mais aceitos do que as “pílulas”, representante da medicina moderna. Em seus diferentes graus, poderiam representar o atraso, a barbárie, além do estado selvagem da sociedade que os praticavam. São tratadas por Cabral como pertencentes a um passado bastante distante. Datadas desde longos anos antes mesmo do nascimento de Cristo, remontando às dinastias egípcias;

“O egípcio usava amuletos para preservar-se das doenças e os seus enfeites eram símbolos das divindades que o deviam proteger. E muitos dos chamados papiros médicos ‘não são outra coisa que coleções de conjuros e tôda agrupação de receitas está coalhada deles’” (Ernest Hemnetter, *apud* CABRAL, 1957, p. 21)

Cabral parece tentar dar legitimidade aos seus argumentos, trazendo “provas” com bases em antigos “papiros”, documentos escritos, buscando apoio nos estudiosos do assunto. Os “papiros médicos”, por exemplo, são tomados por ele como registro da existência de uma medicina mágica em eras passadas nas sociedades do norte de África:

“O célebre papiro de Ebers – o maior e talvez o mais famoso dos documentos médicos do antigo Egito – escrito nos começos da XVIII dinastia, o que equivale dizer a 1.500 anos antes de Cristo, mas que segundo se afirma, com provas abundantes, é uma compilação de uma série de livros bem mais remotos – é, no seu conteúdo, uma reunião de receitas, prescrições e anotações sobre medicina e sobre magia. Da mesma forma o papiro médico de Londres (Museu Britânico), também da mesma época; e os papiros Chester-Beathy e até mesmo o de Kahûn, tido como o mais antigo documento médico do Egito, remontando à XII ou XIII dinastia (2370-1800 anos A. C.) também o são: uma reunião de práticas mágicas e de preceitos médicos”. (Warren R. Dawson, *apud* CABRAL, 1957, pp. 21-22)

Sua escrita, por suposto, parece estabelecer um elo de ligação entre as práticas de cura, classificadas como “primitivas” (a mágica e teológica), realizadas no Egito antigo, com a realizada entre os povos antigos do continente africano: “A idéia da posseção (sic), como entre os homens primitivos, era corrente” (CABRAL, 1957, p. 22).

Cabral segue o seu raciocínio darwinista evolucionista organizando a história da medicina em um encadeamento sucessivo de acumulação de conhecimento, em que um estágio posterior supera em desenvolvimento o anterior.

Na primeira [fase da evolução da medicina], o conceito da doença girou em torno dos fatores sobrenaturais, extra-terrenos, (sic) atribuindo-se aos maus espíritos, aos demônios, às potências do mal, o aparecimento da moléstia e o das mais diversas e variadas perturbações.

Para curá-las, havia mister conhecer a maneira de afastar ou neutralizar a ação maléfica exercia (sic) sobre o doente pelo espírito maligno, ou por meio de práticas que favorecessem o abrandamento da sua fúria, ou buscando desencadear forças contrárias, capazes de limitar ou anular a sua ação perniciosa. (CABRAL, 1957, p. 17)

Neste sentido, a julgar pelas características que Cabral atribuiu aos praticantes da medicina mágica, tanto “feiticeiros”, como “curandeiros” e “benzedores” poderiam ser, todos, classificados como praticantes desta medicina teleológica a que se refere o autor. Afinal todos, em menor ou maior intensidade, acreditavam nos seus métodos de cura; utilizavam-se de forças sobrenaturais secretas e receitavam remédios caseiros e simpatias.

A exceção, logo, se aplicava tão somente ao “charlatão” o qual é atributo pejorativo de qualquer praticante das artes de curar, desde que, as utilize para tirar proveito próprio, seja pecuniário ou outro qualquer. E que ele mesmo, o charlatão, não acredite em seus métodos de cura, segundo o próprio Cabral:

De todos eles, apenas o charlatão não acredita nos próprios artifícios. O feiticeiro, como o bencedor (sic), o curandeiro como o falso médico, estão certos, convictos da eficácia dos médicos (sic) [métodos-remédios?] que fazem, receitam ou aconselham, da ação das práticas que realizam.

O charlatão, não. Sabe êle que não passa de um intrujão, que nenhum resultado pode vir dos seus medicamentos, dos seus talismãs. Resultados para os que se valem da sua medicina, pois o resultado financeiro pra êle é certo. (CABRAL, 1957, p. 71)

Quanto ao curador charlatão (feiticeiro, curandeiro ou falso médico), será melhor abordado mais à frente. Por ora o foco são os curadores classificados por Cabral como bencedor, curandeiro ou feiticeiro.

O médico-historiador classificou, quase de forma taxonômica, as benzedeadas e benzedores noutra “classe” privilegiada dedicando-lhes especial atenção histórico-científica-etnológica. Segundo essa classificação proposta por Cabral, “Benzedores” pertenceriam, tal como

se pode inferir de suas observações e apontamentos, a uma classe inofensiva, dentro do “Filo” (para usar uma linguagem taxonômica), dos “Praticantes da Medicina Teológica”.

Benedutores/as dividiriam espaço, ainda, com outra classe, bastante interessante, mas já quase “extinta” de médicos teólogos, sacerdotes e curas da Igreja Cristã Católica, os responsáveis por bênçãos e exorcismos.

Logo, antes da extinção da classe inofensiva dos praticantes das benzeduras, pareceu ser “mister” o seu devido registro, sua catalogação, de forma a preservar-lhes a “beleza” contida nestas práticas populares. Inscrevendo-as no rol das práticas ligadas ao patrimônio histórico do estado de Santa Catarina. Segundo pode-se concluir com a leitura e análise de seu livro *“A medicina Teológica e as benzeduras”*, os textos publicados e os inquéritos promovidos pelo Boletim da Subcomissão Catarinense de Folclore, analisados a partir de agora.

Seu livro *“A Medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore”*, (1957), foi vencedor do 2º Prêmio no 5º Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional, instituído em 1950 pela “Discoteca Pública Municipal, do Departamento de Cultura, da Prefeitura do Município de São Paulo”. *“Medicina Teológica e as Benzeduras...”* foi, ainda, a primeira obra com pretensões históricas a abordar o tema das benzeduras católicas dentro do escopo da ciência médica em Santa Catarina. Tratando de uma rica fonte para perceber a “operação”¹²⁸ realizada pelo médico-historiador-antropólogo na cultura catarinense, Oswaldo Cabral.

As benzeduras católicas, rezas e outros costumes, foram, ainda, objeto de interesse de estudiosos do folclore catarinense, reunidos em torno da Comissão Catarinense de Folclore (CCF), criada em 1947 com a nomenclatura inicial de Subcomissão Catarinense de Folclore (SCF). Estes folcloristas, liderados por Cabral (GONÇALVES, 2016) passaram a divulgar suas pesquisas por meio de publicações nos cadernos impressos chamados, inicialmente de Boletim Trimestral da

¹²⁸A expressão é utilizada no sentido médico-científico atribuído a ela. Qual seja: cortar, abrir, corrigir, praticar um ato cirúrgico, como que a extirpar um tumor, um cisto, um cancro indesejável de um corpo. A metáfora refere-se à ação que o médico e historiador Cabral, acreditamos, realizou nos aspectos culturais da população catarinense, de modo a tentar eliminar usos e costumes os quais, segundo ele, representariam ou poderiam acarretar em um mal maior para todo o organismo social: as práticas de curas mágicas, e seus praticantes feiticeiros e curandeiros cujas práticas associadas, em grande medida às religiosidades de matriz africana, não eram vistos. Este é o argumento central de nossa pesquisa no tocante à colonização da memória de Santa Catarina realizado por Oswaldo Rodrigues Cabral.

Subcomissão Catarinense de Folclore – (BTSCF), e posteriormente de Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore – (BTCCF)¹²⁹.

Sobre o movimento Folclorista e a Comissão Nacional e Estadual de Folclore, amplamente difundidos entre as décadas de 1940 e 1960, principalmente durante o Governo de Getúlio Vargas é pertinente uma breve contextualização, uma vez que se abordou no capítulo anterior a ideia de Folclore, não sua aplicação no Brasil.

O movimento folclorista no Brasil, resultou, em grande medida, de um esforço por parte de grupos de intelectuais e universitários que estavam engajados na construção e na afirmação do Folclore como uma área de conhecimento científico¹³⁰ (VILHENA, 1997).

Em Santa Catarina, merece destaque, na seara dos estudos folclóricos, a figura de Oswaldo Rodrigues Cabral. Figura de liderança e presença fundamental para o fortalecimento e crescimento do movimento folclorista, desde a criação até os anos iniciais da Comissão Catarinense de Folclore.

Os anos iniciais, justamente o período em que mais foi notada a presença de “usos e costumes” dos açorianos, foram os anos em que Cabral esteve à frente da CCF.

Intelectual de maior vulto entre seus colegas catarinenses, Cabral estabeleceu significativas articulações com pesquisadores do folclore no Brasil e em outros países, conseguindo ver reconhecido seu trabalho como secretário geral da Comissão Catarinense (função na qual permaneceu até o início da década de 1960). Foi, sem dúvida, o mais importante divulgador das atividades dessa Comissão, quer por sua participação em eventos de relevo na agenda dos folcloristas brasileiros, quer por suas relações estreitas com pesquisadores referenciais no campo folclórico, quer, ainda, por se responsabilizar, na condição de editor ou autor, por publicações que tornassem conhecidas as singularidades do folclore catarinense (publicações como, em especial, os boletins da Comissão Catarinense de Folclore e dois livros de sua autoria: *Cultura e folclore*, editado em 1954, e *A medicina teológica e as benzeduras*, editado em 1958). (GONÇALVES, 2012, pp. 4-5)

Os esforços de Cabral e outros intelectuais atuantes junto à Comissão Catarinense de Folclore, como Walter Piazza, por fim não surtiram efeito mais relevantes para o folclore de Santa Catarina no “âmbito nacional”. Parte desse fato pode estar na demasiada “preocupação” com a construção de uma “açorianidade” como principal memória do estado catarinense (ver Tabela 3).

¹²⁹De forma a simplificar nossa redação, vamos adotar as siglas: CCF para Comissão Catarinense de Folclore, SCF para Subcomissão Catarinense de Folclore (SCF), (BTSCF) para Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore e BTCCF para Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore.

¹³⁰Para saber mais ver (VILHENA, 1997)

Esta excessiva preocupação, resultou num projeto de folclore que, por assim dizer, já nascia fadado ao fracasso. Vez que teve como fundamento e principal objeto de pesquisa “uma tradição mais ligada às permanências em relação a um passado ancestral do que ao dinamismo do folclore” (GONÇALVES, 2012, p. 21). Um passado ancestral amplamente devedor da ciência e da cultura lusitana, tal como fizeram crer os folcloristas e pesquisadores, Cabral o principal deles.

Enquanto sobreviviam as pesquisas folclóricas no estado enquanto esteve à frente da Comissão, Cabral, por meio de uma rede de relações, manteve ativa e constante as publicações do Boletim. O que, por inúmeras vezes rendeu-lhe elogios do então Secretário-Geral da Comissão Nacional do Folclore: Renato Almeida. Como no ofício endereçado ao “Excelentíssimo Senhor Doutor Oswaldo R. Cabral” publicado na íntegra no BTSCF de número 6:

Meu caro colega,
Acabo de receber o V número do Boletim dessa Comissão e quero apresentar-lhe as mais sinceras congratulações pelo seu êxito magnífico. Com excelente apresentação e um sumário deveras interessante, o Boletim se transformou numa valiosa revista de folclore, a primeira que se publica no Brasil, sendo assim motivo de orgulho para todos nós. Felicito-o viva e efusivamente, bem como assim os companheiros dessa Comissão e espero que o Boletim continue a progredir, sob sua esclarecida e devotada Direção. Ele será uma expressão da nossa cultura folclórica no estrangeito (sic) e atestará os nossos estudos e trabalhos. (Renato Almeida, setembro de 1950, In: BTSCF, n. 6, 1950, s/n)

Elogios à parte, o Boletim, sob a Direção de Cabral, se transformou num importante veículo retórico (LATOURE, 2011) para a construção e valorização da característica definidora e eleita por seus intelectuais como a marca identitária do estado de Santa Catarina: a “açorianidade” da qual já se escreveu.

Consistem, os Boletins da Comissão Catarinense de Folclore, em importantes fontes para história, embora ainda pouco estudados em sua plenitude. Deles é possível, por exemplo, pesquisar, entre outros tantos temas, as diferentes nuances do tratamento dado aos aspectos folclóricos, o processo de colonização da memória e a forma como foi gestada a ideia de patrimônio histórico em Santa Catarina. Evidentemente, os registros dos textos veiculados nos Boletins não tinham pretensões de esgotar tão amplos assuntos.

Ao que tudo indica estavam, os membros da CCF interessados em registrar, naquele momento, apenas as manifestações e objetos relacionados aos usos e costumes das classes populares.

Cantigas, **rezas, benzedura**, quadrinhas, adágios, usos e costumes;
 Gravuras, fotografias, objetos de arte popular;
 Rendas, louças de barro, figuras, etc... **Tudo isto nos interessa.**
 Comunique-se com a Sub-Comissão Catarinense de Folclore, contribuindo para a
 organização do nosso Museu Folclórico.
 (BTSCF, nº 1 set de 1949, ano 1, p. 5) (grifo nosso) [sem grifos no original]

Destas tantas manifestações e objetos para a pesquisa, destaca-se para nosso estudo, as rezas e as benzeduras, haja vista sua íntima relação com as práticas de cura populares, sejam as católicas ou as manifestadas pelas religiosidades consideradas como “desviantes” como as de matriz afro-brasileira em Santa Catarina.

Contudo o tema central dos Boletins, é, sem dúvida, a açorianidade. A acentuada preocupação em estreitar a proximidade de Santa Catarina com os Açores pode ser percebida nos temas eleitos para publicação das edições dos Boletins Trimestrais da Subcomissão Catarinense de Folclore (BTSCF). Conforme quadro com a quantidade de textos veiculados nos Boletins que apresentaram, fizeram menção ao açoriano, madeirense ou usos e costumes cuja origem são atribuídas ao componente luso-açoriano.

Tabela 3 – Quatro comparativos dos textos ligados à açorianidade veiculados no BTSCF e BTCCF

Título	Autor	Número do Boletim	Ano
Temas açoreanos	O. F. de Melo	1	1949
Reminiscências açoreanas	Almiro Caldeira	1	1949
A respeito dos corações e dos “pão por Deus”	Oswaldo Rodrigues Cabral	2	1949
Problemas fundamentais do Folklore Catarinense	Mariza Lira	6	1950
“Folclore Açoriano: a respeito das feiticeiras”	Dr. Carreiro da Costa	6	1950
Corações e pão-por-Deus	Henrique Silva Fontes	11	1952

Continua

Continuação

Título	Autor	Número do Boletim	Ano
O terno de reis no folclore catarinense (ocupou toda uma edição)	Osvaldo Ferreira de Melo (filho)	2	1950
O boi de mamão, de Osvaldo F. De Melo e a opinião de Walter Spalding	Editorial do Boletim		1950
Coisas do Planalto	Pe. Alvino Bertoldo Braun, S. J.	3	1950
O negro na música brasileira* *[Apesar do título é surpreendente o conteúdo do texto que, em linhas gerais atribui grande parte da música e dos ritmos africanos como sendo criada pelos portugueses]: “Muito do que é tido como afro-brasileiro, quando se vai ver, é de origem lusitana” (ALMEIDA, 1950, p. 4)	Renato Almeida	5	1950
A Ilha – Semanário cultural e informa[...] São Miguel - Açores	Editorial	5	1950
Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores – Dr. Manoel de Sousa de Menezes – Separata do vol. VII do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira – Angra do Heroísmo - 1949	O. C. [Osvaldo Cabral?]	5	1950
Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira – Angra do Heroísmo – nº 7 - 1949	Sem autor	5	1950
Folclore Açoriano	Sem autor	5	1950
As pombinhas dos telhados coloniais	Walter Spalding	8	1951
A contribuição ao folclore do boi, no Brasil	Walter F. Piazza	8	1951
Modos de dizer micalenses	F. Carreiro da Costa	8	1951
Folclore Açoriano: Modos de dizer terceirenses	Carreiro da Costa	7	1951
Ensalmos portugueses	Fernando de Castro Pires de Lima	9 e 10	1951
Arcaísmos Portugueses em nossa Linguagem	Aluizio de Almeida	12	1951

Continua

Continuação

Título	Autor	Número do Boletim	Ano
A Cerâmica popular Catarinense	Walter F. Piazza	11	1952
Rápidas notas sobre a gíria portuguesa e alguns plebeísmos	Jorge Ramos	11	1952
Santa Catarina	A. O. [?]	11	1952
Pinheiro, velas e fogueiras de natal	Almiro Caldeira	17 e 19	Dez 1953 jun 1954
Dança dos pescados (Ilha do Faial - Açores)	Julio Andrade	17 e 19	Dez 1953 jun 1954
O ciclo português do Natal	Luiz Chaves	20 e 21	Set/dez 1954
O alambique	Alfredo da Silva	27/28	1962/1963
As rendas	Mariléia c. Pereira Oliveira	27/28	1962/1963
Vida social das rendeiras na Ilha de Santa Catarina	Eliana M. Castro	27/28	1962/1963
Rio Vermelho: uma Póvoa do Interior da Ilha de Santa Catarina	Silvio Coelho dos Santos	27/28	1962/1963

Fonte das informações: Boletins da Comissão Catarinense de Folclore.

Disponíveis em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Boletim%20de%20Folclore/bol.html> acessado em diferentes datas entre abril de 2017 a maio de 2018.

Os Boletins da Comissão Catarinense de Folclore eram impressos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina, nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. O que pode nos apontar uma estreita relação entre o poder instituído e os folcloristas.

A publicação do grupo de folcloristas catarinenses atravessou o Oceano Atlântico e recebeu elogios de intelectuais açorianos, demonstrando uma reciprocidade de interesses, tanto dos lusitanos, quanto dos catarinenses em construir uma identidade açoriana para Santa Catarina. Como demonstrado na nota a seguir transcrita:

Nos Açôres apreciam nosso Boletim

O nosso colega de Sub-Comissão, sr. Walter F. Piazza, recebeu do Prof. Francisco Carreiro da Costa, membro do Instituto Cultural de Ponta Delgada, São Miguel, do arquipélago açoreano, e onde é muito conceituado como folclorista e genealogista, a seguinte carta, de onde extraímos o seguinte:

(...) “O Boletim que fez o favor de me remeter afigura-se-me um excelente repositório de estudos sérios e construtivos que oxalá não esmoreça quanto à sua edição. Nós açorianos, aqui, no arquipélago, sentir-nos-emos igualmente muito honrados por sabermos que aí, em Santa Catarina, as notícias açóricas enchem por modo notável as tradições e o folclore dessa formosa e famosa região”. (CARREIRO COSTA, BTSCF nº 4 ano I, 1950)

O objetivo aqui é de demonstrar o quanto as publicações editadas nos primeiros anos de existência da Comissão buscavam evidenciar e valorizar as contribuições luso-açorianas em Santa Catarina. Em particular o interesse em registrar usos e costumes relacionados às benzeduras, rezas, orações e práticas relacionadas às práticas de cura não oficiais, bem como perceber registros sobre “feiticeiro/as” e curandeiro/as”.

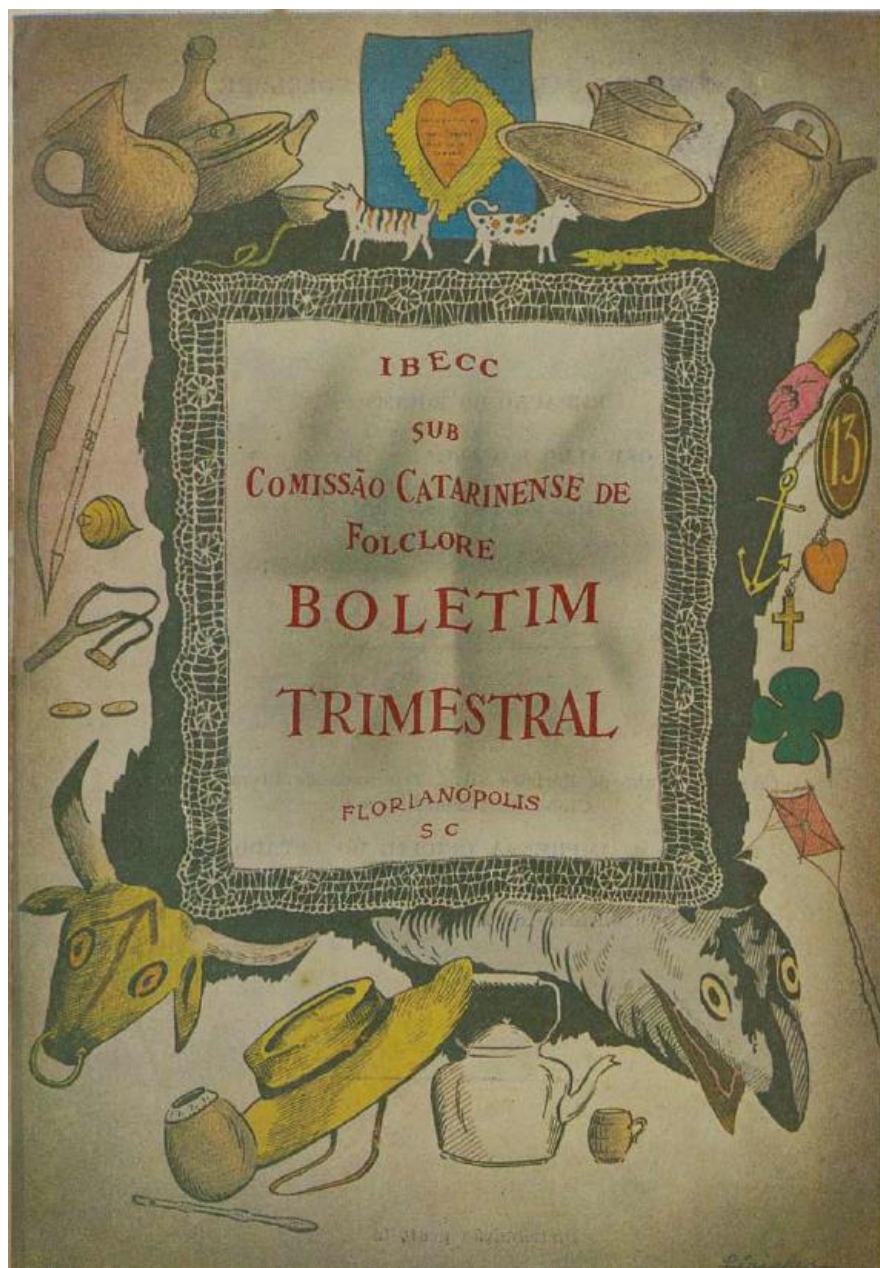


Figura 23: Imagem da capa do BTCCF n° 6 dez 1950 ano II – Desenho de Péricles Silva
Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/> acessado em 11 de agosto de 2017

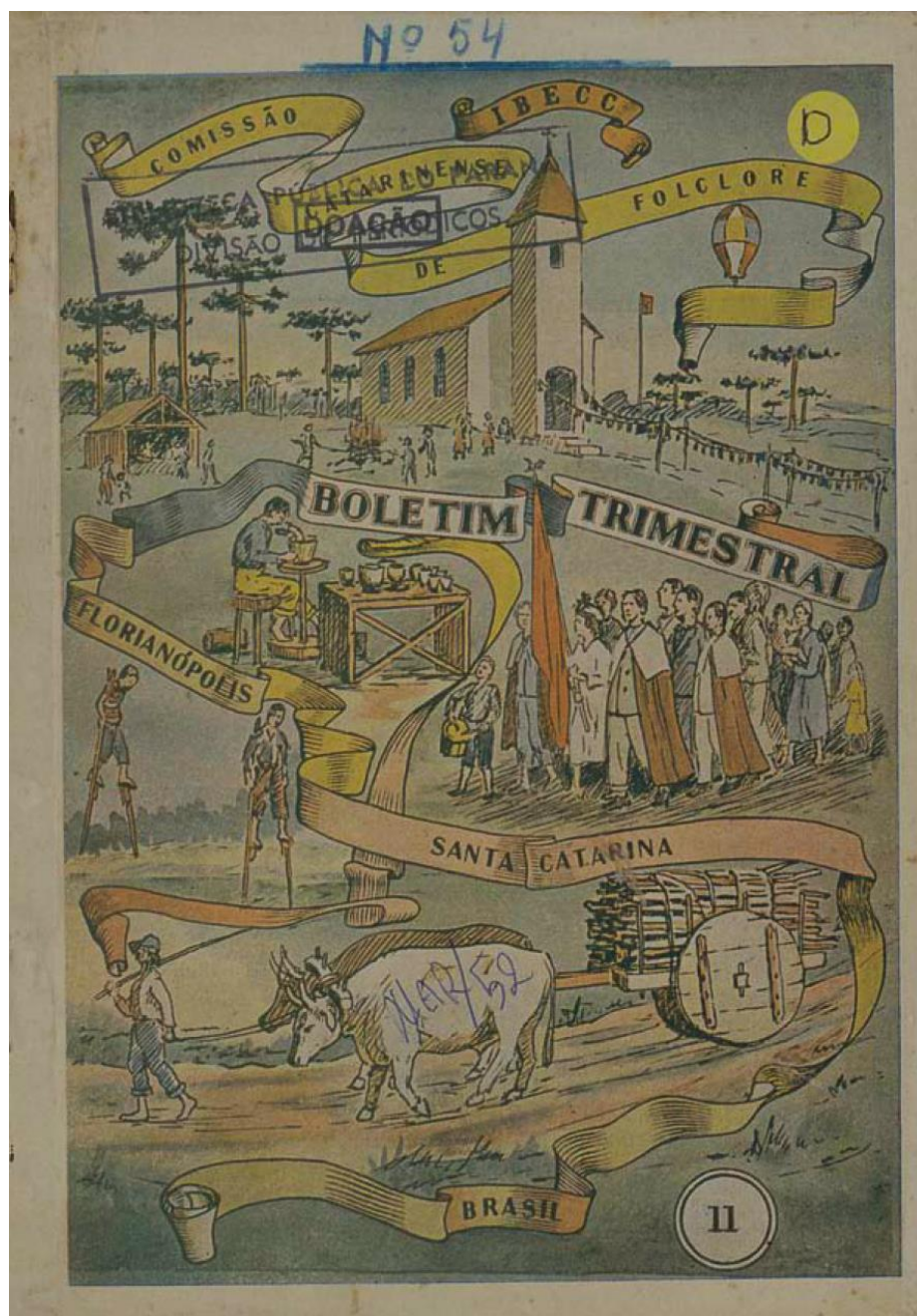


Figura 24: Imagem da capa do BTCCF nº 11 mar 1953 ano III – Autor do desenho Malinverni Filho

Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/> acessado em 11 de agosto de 2017

Os desenhos escolhidos para as capas podem fornecer pistas da predileção por uma determinada memória e herança cultural. São emblemáticas e representam o interesse da Comissão no registro de usos e costumes legados por um determinado grupo da população, de um modo geral, os luso-açorianos. Usos e costumes esses relacionados à religião (festas do divino espírito santo,

quermesses, procissões, igrejas); ao trabalho (carro-de-bois, ceramistas, cerâmicas de argila); às superstições e credences (trevo de quatro folhas, figas, cruzes o número 13).

A esta altura, importa demonstrar o quanto Cabral, e seus companheiros da Comissão Catarinense de Folclore, pareceram classificar e selecionar as benzeduras, por exemplo, como uma prática digna de registro no rol do patrimônio histórico-cultural do Estado, segundo seus critérios. Seriam as benzeduras manifestações cuja “paternidade” foi atribuída à “influência direta da colonização açorita”.

É bastante comum, em se tratando do estudo da Sociologia Catarinense, referir-se à influência direta da colonização açorita nos costumes e tradições deste estado sulino [refere-se à Santa Catarina].

Por esta assertiva, aliás, não se poderá errar, visto que o menos estudo comparativo do material folclórico colhido pelo litoral do Estado, nos fará vislumbrar a sua paternidade naqueles pastores e agricultores, nossos ancestrais, arribados das ilhas Terceira, S. Miguel, Graciosa, Faial, Pico e Madeira. (MELO, O. F. 1949, p. 11).

Dentro deste universo cultural de “valorização” de uma memória luso-açoriana para o litoral catarinense, outras manifestações serão obliteradas, num processo que, por suposto, colonizou memórias e promoveu o reforço à preconceitos e desconhecimentos de toda a riqueza e heterogeneidade cultural de Santa Catarina. A exemplo da ciência e da cultura africana. As vezes a obliteração se deu via escrita deturpada, preconceituosa e colonizadora dos usos e costumes, como os relacionados às religiosidades afro-brasileiras observadas no trecho a seguir/;

Segundo a crença popular açoriana, as feitiçeras tomam no geral a forma humana de mulher e aparecem vestidas de branco, como almas penadas, a altas horas da noite, nos caminhos, nas encruzilhadas, nas matas, nos pinhais, nos fornos dos quintais, nos tanques, nas fontes e sobretudo à beira-mar, havendo mesmo lugares que lhe são prediletos pelo que se tornam temidas dos viandantes. **Há, porém os chamados feitiçeiros – homens de virtude que usam curar achaques e doenças de várias ondens com o auxílio de certas orações e fórmulas de frases, compostas à maneira de versos – a que chamam encantos ou orações.** (Dr. Carreiro da Costa “Folclore Açoriano a respeito de feitiçeras” In: BCCF, 1950, p.70)

As mezinhas, práticas médicas populares, benzeduras e orações foram, em grande medida, tema recorrente nos Boletins da Comissão Catarinense de Folclore.

Verrugas ou “berrugas”, como diz o vulgo, é para Cândido de Figuerêdo; “Pequena saliência consistente, na pele; pequena protuberância rugosa”, e Caldas Aulete completa: “pequena excrescência cutânea um tanto consistente, produzida pela hipertrofia das papilas da pele, e cuja superfície umas vezes é lisa, outras desigual e áspera. Isto é a parte dos clássicos.

Como elas nascem? Assim explica o homem do povo: Quando se aponta para o firmamento e se contam as estrelas as verrugas despontam pelo nosso corpo. Como curá-las, ainda, encontramos em Aulete: Erva contra as verrugas, a verrucaria ou tornasol”, que é “gênero de líquens”. Mas, a receita popular é outra, bem diferente. E dela temos três fórmulas, a saber:

Primeira – Tome de uma moeda de vintém (isto antigamente, pois hoje, seria de dez centavos), esfregue-a na “berruga” e atire-a fóra.. Ai de quem a apanhar! Quem a ajuntar pega “berrugas” aos montes.

Se a primeira fórmula não servir, vamos à seguinte:

Pega-se um pedaço de carne, esfrega-se bem sobre a “berruga”. Depois se enterra a carne em lugar que nunca mais se volte a pisar.

Enfim, o terceiro método: com uma canela de cachorro (osso) esfrega-se a verruga e se o enterra após a operação.

São estas as mezinhas que o popular usa para curar as verrugas ou “berrugas”.

Assim vemos que as verrugas têm algo de interessante no folclore de nossa querida terra catarinense. (PIAZZA, in BTSCF nº 2 dez de 1949, pp. 17-18)

Destacando-se algumas dessas tantas benzeduras em que são recorrentes o apelo aos mais variados nomes de santos da Igreja Católica. Cada santo com sua especialidade, como a Santa Luzia para problemas de vista, São Braz para engasgos. (As benzeduras a seguir foram transcritas do BTSCF Nº 5 SET 1950 ANO II)

Benzeduras usadas em Tubarão [litoral sul de Santa Catarina]

Por Neusa Nunes

Êste não é senão uma pequena reprodução da alma simples dos tubaronenses que ainda conservam a pura ingenuidade dos povos de antanho, quando atribuem miraculoso poder às orações estranhas a que chamam “benzeduras”(…) (p. 43)

Para cobreiros

(Doença da pele que inicia por pequenas feridas que pouco a pouco vão se unindo, acreditando-se provocadas por aranhas, sapo, etc)

Cobreiro bravo

eu te corto a cabeça e o rabo.

Cobreiro bravo há de secar,

cobreiro bravo há de sarar

Que caia de 9 em 9, que caia de 7 em 7, que caia de 6 em 6,

Que caia de 5 em 5, que caia de 4 em que caia de 3 em 3,

Que caia de 2 em 2, que caia de 1 em 1.

Em nome de Deus e da Virgem Maria

êste cobreiro não aumentaria. (p. 44)

(...)

Para verrugas

Além das fórmula já publicadas, - encontrei ainda a seguinte:

A pessoa que as tiver, deverá ferí-las um pouquinho e esfregar sobre elas uma pedrinha de sal, após o que, de costas voltadas para o fogão jogará a mesma sobre o fogo, correndo, a seguir, para não ouvir o estalo produzido pela mesma. Se escutá-lo, terá o dobro das verrugas anteriores. (p. 44)

Para a falta de vista

Santa Luzia maravilhosa,
que viveste em castidade,
és remédio copiosa,
dá-me vista e claridade. (p. 44)

Para que se afoga (com espinha ou osso)

Homem manso, mulher brava, casa aguada, esteira velha, travesseiro de abade, que êsse engasto que está na garganta, suba ou desça, em nome de Deus e da Virgem Maria e do Senhor São Braz. (p.44)

(...)

Para dor de dentes

Lua, luar de São Clemente
A vista para meus olhos, a saúde para meus dentes. (p. 45)

Para rendidura

A pessoa que vai benzer, toma de um pedaço de peno e uma agulha com linha e costurando pergunta:

- Que coso?

O doente responde:

Carne quebrada e nervo torto.

Isto mesmo coso

em nome de Deus e da Virgem Maria e de São Virtuoso.

Se fôr carne rendida, torne a soldar, se fôr nervo torto a ir a seu lugar.

(Isto será, na primeira vez repetido 9 vezes, na segunda 7 e na terceira 5) (p. 45)

Para dor na mão

Levantei de madrugada

Para falar com Conceição.

Encontrei Nossa Senhora

com uma palminha na mão.

Pedi um galhinho

mas ela disse que não.

Tornei a pedir

Ela me deu um cordão.

Um cordão de cinco volta ao redor do coração.

Santo Antônio, - São Tadeu desamarre êsse cordão.

Meu apóstolo, meu irmão, pegue-me pela mão e leve-me a Belém ou um fonte onde o demônio não me encontre

nem de noite nem de dia. (p.45)

Para a criança embruxada

(Magreza extrema e palidez)

Bruxa que bruxas são?

Freio na boca e rabicho na mão.

Não entre nesta casa nem nesta habitação.

Deixe esta criança em paz

que ela não lhe quer não.

É melhor que vá para as areais gordas para a sua habitação (p.46)

Para olhado

Fulano eu te benzo de olhado e de quebrante

Assim como tu és batizado, quero que tenhas fé em Jesus crucificado.

Se fôr quebrante, olhado ou zipra o que estiver no teu corpo encasado,

Nossa Senhora que tire e bote nas ondas do mar sagrado,

onde não chege gente nem cristão batizado.

Fulano, eu te benzo com as três palavras da Santíssima Trindade.

Se fôr quebrante, olhado, inveja, feitiço ou malefício o que estiver no teu corpo encasado,

Nossa Senhora que tire. Em nome de Deus e da Virgem Maria

Deus te gerou, Deus te criou, Deus que tire esse mal que no teu corpo entrou.

Sangue te pôs no corpo como Jesus Cristo no Horto,

sangue te pôs na veia como Jesus Cristo na ceia,
 sangue te pôs no lugar como Jesus Cristo no altar.
 Em nome de Deus e da Virgem Maria
 êsse teu mal nunca aumentaria
 São José, São Joaquim, desate êsse cordão
 Ou Nossa Senhora que te deu o teu Divino Pão. (p.46)

Para quem entra no mato

São Bento na água benta,
 Jesus Cristo no altar.
 O bicho que estiver no caminho
 arrede que eu quero passar. (p.47)

Para a zipra

Muito usadas também são as fórmulas já publicadas. Segue outra.
 Zipra, zipelão
 que dá na pele da pele,
 dá no osso do osso,
 dá no tutano do tutano, cai no mar.
 Pede a Deus Nosso Senhor que esta zipra não te torne a dar. (p.47)

Contra a cobra

Esta oração: “São Bento, cobra pra mim não tem dente. Água benta tá na pia, Jesus Cristo no altar. Cobra, abaixa a cabeça que eu quero passar”. Mas, supondo que, por esquecimento o roceiro não recite a oração milagrosa e o ofídio o ataque, então o remédio é mais difícil: consiste em apanhar a mesma cobra que provocou a picada, antes que o reptil entre nágua, tirar-lhe o fígado e dá-lo, guisado, ao doente. É um porrete. (pp.49-50)

Se por um lado as orações das benzeduras recorriam aos santos católicos. Por outro a feitiçaria e o curandeirismo constituíam, um universo paralelo de práticas de cura, intimamente relacionadas aos praticantes das religiosidades de matriz africana (TRAMONTE, 2001). Estas guardariam, ainda, muito de suas raízes originais de África, mantidas e alimentadas pelos africanos e seus descendentes.

As benzeduras, todavia, já haviam passado por um processo de “aculturação” que, ao ressignificar suas práticas apropriando-se de rezas e santos católicos tornaram-se menos inofensivas para a sociedade.

Tornaram-se mais embranquecidas, culturalmente matizadas, e, numa leitura das ideias racistas em voga no Brasil desde 1870 (SCHWARCZ, 1993) poderiam ser consideradas como símbolos culturais do Estado de Santa Catarina.

Com a entrada do século XX, o discurso do racismo científico sofre um deslocamento e, por influência da antropologia cultural boasiana, começa a ser gestada na escrita e nas artes da América “latina” a dissociação entre raça e cultura. (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 110)

E assim, de forma a revelar a “beleza” das benzeduras enquanto patrimônio imaterial de uma “cultura”, e não de uma “raça” que, parece, fez Cabral passar a relacionar e descrever tantas benzeduras quantas pôde reunir durante o período de sua pesquisa. O livro apresenta um total de 186 (cento e oitenta e seis) benzeduras somente no Estado de Santa Catarina, e outras 90 (noventa) de outros Estados da Federação.

Embora é sabido que a prática de benzeduras com o uso de santos católicos, virgem Maria e Jesus Cristo, tenha sido bastante comum em Portugal durante os séculos XVII e XVIII. E que teriam provocado até mesmo perseguições do Santo Ofício aos curadores e *saludadores*, como eram chamados os praticantes de curas mágicas com rezas e mezinhas nas terras lusitanas (WALKER, 2013).

O argumento aqui, no entanto, é que não há como separar praticantes de benzeduras, daquelas outras atividades das artes de curar enumeradas por Cabral, tais como o curandeirismo e o charlatanismo, nem mesmo associar à “feitiçaria” aos afrodescendentes ou africanos, como, por vezes parece induzir a leitura dos registros escolhidos por Cabral para discorrer sobre o tema.

Uma vez que muitas das benzedoras e benzedores praticavam e recomendavam cuidados com o corpo e à saúde que iam além das rezas aos santos católicos. Praticando mesmo, ações que muito se assemelham aquelas que, segundo Cabral, remetem a um “estágio primitivo” da sociedade. E que, muitas vezes, podem pôr em risco a própria saúde da população. Como a prática por ele classificada como feitiço, derivado do estágio primitivo da medicina mágica, como visto anteriormente.

A obra de Cabral *“A Medicina Teológica e as Benzeduras”* consiste num esforço de separar, quase taxonomicamente, estes diferentes atores da cura: o feitiçeiro, o benzedor, o curandeiro, o falso médico e o charlatão. Embora, sejam todos um só, ao que parece, todos receberam ao longo dos tempos nomes e adquiriram diferentes conhecimentos e saberes sobre cura e doenças.

Cabral em suas análises classificou os estágios da medicina em três fases, as quais atribuiu diferentes graus evolutivos, o que denuncia uma visão evolucionista da história (CABRAL, 1957). A primeira chamou de medicina mágica, na qual às doenças eram atribuídas causas extramundanas, provocadas por espíritos, ou forças sobrenaturais, escatológicas. Neste estágio da medicina, o “feitiçeiro” ou o “mágico” eram os maiores especialistas. Uma segunda, a qual chamou de “teológica”, as doenças eram, também, entendidas como consequências de forças sobrenaturais

que atuavam sobre o corpo do doente. Contudo nesta eram os santos, os sacerdotes ou os benzedores, as pessoas mais preparadas para intermediar e promover a comunicação com o mundo espiritual a fim de que a cura fosse pleiteada e restabelecida a saúde da pessoa enferma.

Ambos estágios da medicina, a mágica e a teológica, estariam num processo de evolução ligado aos povos “primitivos da antiguidade” e, nestas fases a doença e a cura eram consideradas castigo ou dádiva, respectivamente. Ainda dentro desta mesma “magia fetichista” ou “medicina mágica”, “Arthur Ramos enxerga, com razão, as origens do fenômeno do curandeirismo no Brasil” (RIBEIRO J. , 1972, pp. 58-63). E este “curandeirismo” por sua vez assim como os “feitiços”, seriam, atribuições, quase que naturalmente, dos povos “primitivos” (CABRAL, 1957) africanos e seus descendentes, mantidos por suas crenças. Fechando-se assim o cerco em torno das práticas de cura fetichistas manifestadamente, ações dos africanos e seus descendentes no Brasil.

(...) Nina Rodrigues, estudando a magia fetichista, chegou à seguinte divisão, hoje clássica: “O feitiço, que torna o feitiçeiro ao mesmo tempo tão temido e tão procurado, ou é simbólico e indireto, ou é material e direto, e pode ter por fim favorecer ou prejudicar. (...) E, para todo o negro, tudo pode ser enfeitado”. (RIBEIRO J. , 1972, p. 58)

Continuando as citações, na intenção de reforçar a associação feita entre as práticas da “feitiçaria” e do “curandeirismo”, às manifestações da religiosidade afro-brasileira.

(...) também existe na Bahia a medicina mágica, exercida indiferentemente por babalaôs e pais-de-santo. O diagnóstico, quando tração pelos babalaôs, se faz de acordo com a posição dos búzios na urupema. E, além dos célebres “banhos-de-folhas” e das “rezas” mágicas. Há ainda um original processo de cura. Arthur Ramos dá-nos um exemplo significativo: “O feitiçeiro exige do cliente dinheiro, sabonete, frascinhos de cheiro para preparar a mesa; restituiu em seguida um dos sabonetes recomendando ao cliente que o uso durante sete dias, no banho, enquanto pede a uma divindade fetichista (no caso Yemanjá) que lhe retire a moléstia do corpo. Depois do último banho, o sabonete deve ser atirado à água, pronunciando o paciente a seguinte fórmula: Viva a rainha do mar, ina-ê! Princesa do aiocá, ina-ê! Oiá, ioá, dona Janaína Oiá, oiá, princesa do mar (...) E a rainha do mar carrega nas ondas a moléstia que afligia o paciente ... (RIBEIRO J. , 1972, pp. 61-62)

Parece não haver diferença entre esta prática de cura e aquelas catalogadas como benzeduras por Cabral. O que se quer argumentar com tal observação é que, em sua essência, tanto as benzeduras, quanto os “feitiços” são, via de regra, recursos religiosos cuja intenção é aplacar

algum mal, por meio da fé, da crença em algo escatológico, fruto de outra etiologia da doença que não a puramente médico científica.

A simples menção do Estado brasileiro da Bahia, por exemplo, acionam sentidos e associações ao Candomblé, Orixás, África, negritude. Ao passo que ao mencionar Santa Catarina, não a santa católica, mas o Estado de mesmo nome ao sul do Brasil, quais os sentidos são trazidos à lembrança? Religião Católica Apostólica Romana, Santos, Europa, branquitude.

Esta construção de sentidos, e colonização da memória e da história por ter sido promovida ou ampliada por uma operação historiográfica que privilegiou aspectos da cultura europeia, mais precisamente dos luso-açorianos, como a realizada por Cabral em suas obras.

É essa inquietação a mola-mestra de nossa questão-problema. Em que ponto, a produção histórico-científica realizada por Oswaldo Rodrigues Cabral, sua História de Medicina, dividida em três estágios evolutivos, não contribuíram para tais construções de sentido para uma identificação do estado Santa Catarina com os luso-açorianos e uma fé católica cristã.

De volta à História da Medicina sobre a lente de Cabral. Chegando-se, enfim, a mais “evoluída” das medicinas: a naturalística (ou científica). Neste estágio da medicina, acreditava-se que as doenças eram provocadas por causas naturais, ou seja, ações de agentes patológicos e mundanos, este era o entendimento e a teoria que foi defendida por Oswaldo Cabral (CABRAL, 1957, pp.17-19 e 25).

Na argumentação proposta por Cabral acerca das diferentes fases da medicina, a superação de uma fase por outra ou mesmo a convivência ao mesmo tempo por mais de uma dessas fases, estaria na razão de que os diferentes povos estariam em variados níveis de civilização ou de cultura:

(...) dos três sistemas, mágico, teológico ou sacerdotal e naturalístico, não houve, dos começos da medicina aos nossos dias, senão preponderância de um conceito posterior sobre o conceito anterior. A feitiçaria ainda subsiste entre os povos de **rudimentar civilização e entre as classes incultas das sociedades civilizadas**. A medicina teológica ainda persiste mesmo entre os povos de cultura elevada. O conceito teológico da medicina, consequência da fé e da crença, não desapareceu nos dias de medicina científica (CABRAL, 1958, p.37) [sem grifos no original].

Cabral associava o sistema mágico de medicina, o que mais se aproximava das práticas de cura realizadas pelos praticantes de religiões afro-brasileiras em Florianópolis, como consequência do atraso em que eles se encontram ou, ainda, em razão da falta de cultura desta parcela da população. Contribuindo, dessa forma, para a estigmatizar e acentuar o preconceito pelos

quais passaram (e ainda passam) os praticantes das religiões afro-brasileiras no Brasil de um modo geral, e em Santa Catarina em particular.

Assim que os “curandeiros”, juntamente com os falsos médicos, passaram a integrar a lista de “inimigos” da medicina oficial. Estes serão, para Cabral, os charlatões da arte de curar, o outro tipo de embusteiro que, ao lado dos historiadores inidôneos, integram os “charlatães do passado”.

São estes “charlatões” e “curandeiros”, os “criminosos em potencial” tal como tipificado nos artigos 283 e 284 do código penal de 1940, os quais criminalizam as práticas de “curandeirismo e charlatanismo”. Artigos que tiveram sua origem no Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, que já previa, em seu Capítulo III “Dos crimes contra a saúde pública” os seguintes crimes, *in verbis*:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a pharmácia, praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos;

(...)

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim (sic), para fascinar e subjugar a credulidade pública:

(...)

Art. 158: Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma (sic) preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do **denominado curandeiro**. (grifo nosso)

Em contrapartida, as benzeduras foram analisadas por Cabral como manifestações desviantes da medicina teológica, considerando-as “uma deturpação do conceito teológico da medicina” (CABRAL, 1958; p.37) ficando, portanto, isentas de pena e de punição. Não ofereciam tanto risco quanto a prática da medicina mágica, ao que tudo indica. Vez que “via de regra são invocações de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos Santos, (...) intercedendo (...) em favor da cura” (CABRAL, 1958, p.73). Cabral classificou as benzeduras como manifestações folclóricas trazidas pelos casais de açorianos que colonizaram e povoaram Santa Catarina.

Cabral, a julgar pelo seu esforço argumentativo, não condena os benzedores como fez com os curandeiros, os charlatães e os falsos médicos do passado. Pelo contrário, aos benzedores Cabral reservou à prática da benzedura um caráter patrimonial, atribuindo à ela contornos de “tradição” e cultura que estava “na alma do povo” vindo dos Açores. E cuja medicina científica não foi capaz de apagar o que “a crença sublimou”.

Os benzedores são, em geral, gente inofensiva, crédula e simples. Dão-se a essa prática exclusivamente por espírito filantrópico, aceitando pequenas ofertas e sinais de gratidão, sem exigir mais ou melhor. Não tem preço e gratuitamente também se prestam a executá-las. Não conhecem qualquer processo de provocar malefícios e reagem fortemente a qualquer insinuação de rezar para provocar mal. Não desejam ser confundidos com os feiticeiros e “macumbeiros”. Acreditam piamente na eficácia dos seus métodos. Não temem a ação policial, uma vez que nada administram ao paciente, nem outra coisa aconselham senão a confiança na sua benzedura. Não entram em conflito com o clero nem com a medicina oficial, seus mais declarados inimigos. O clero desautoriza as suas práticas, por heterodoxas, inócuas e esdrúxulas, uma vez que representam uma deturpação popular da medicina sacerdotal; a medicina oficial escarnece e ridiculariza o processo, uma vez que não aceita a participação do sobrenatural. É de assinalar que os benzedores procuram ser bons cristãos. (CABRAL, 1958, p.73-74).

Parece apresentar dois pesos e duas medidas para a relação que faz entre as práticas dos benzedores e os que ele classifica como “feiticeiros”, “macumbeiros”, charlatães ou “curandeiros”. Sendo os dois ligados à medicina mágica, tal como classifica Cabral, ambos possuem, seguindo seu raciocínio, na verve, o atraso, a ineficiência de uma medicina ultrapassada, arcaica, ineficaz.

Aos benzedores Cabral parece absolver. Já os curandeiros, os estigmatiza, imputam-lhe uma culpabilidade. Um dos argumentos utilizados por Cabral é o de que os benzedores ou benzedoras não receitam remédios, o que não condiz com a verdade, uma vez que muitas benzedoras ou benzedores acumulavam também a função de curandeiro ou curandeira junto à população catarinense.

Da área da antropologia, e buscando apoio intelectual, arregimentando amigos (LATOUR, 2011):

Observando-se, na obra de Cabral [Oswaldo Rodrigues...], a cuidadosa separação entre benzedor, feiticeiro e curandeiro, em favor do primeiro, claro está que aquele é redimido por sua ligação clara com os preceitos do catolicismo. Suas benzeduras são compiladas cuidadosamente, diferindo em muito do generalismo (sic) com que são tratadas as “feitiçarias”. As primeiras são exercidas principalmente por grupos de origem étnica europeia [depois atribuídas aos açorianos], sendo vagamente mencionadas algumas praticadas por caboclos e as condenáveis “feitiçarias” são vinculadas diretamente à população negra. As benzeduras são, assim, tratadas [como] curiosidades culturais populares e folclóricas que nenhum dano causam à sociedade; as “feitiçarias”, ao contrário, são apresentadas como séria ameaça, passíveis de punição policial. (TRAMONTE, 2001, p. 28)

A autora acima arregimentada corrobora com a argumentação de que Cabral parece absolver as benzedoras. Embora acredita-se que tanto a benzedora ou o benzedor, também praticavam e ensinavam receitas de remédios, ministrando mezinhas, conforme nos dá Franklin Cascaes, este um folclorista marginalizado, contemporâneo de Cabral, que não participou das

hostes de produção dos saberes tampouco das redes de sociabilidades e instancias de consagração da sociedade catarinense.

Franklin Cascaes¹³¹ (1908-1983), folclorista catarinense, levantou práticas de benzedores-curadores pelo interior da Ilha-Capital e litoral catarinense entre 1940 e 1960 aproximadamente. São relatos de moradores os quais ele transcreveu em cadernos de anotações com desenhos que, posteriormente, tornaram-se ícones da “cultura” de Florianópolis, como as bruxas e as benzedadeiras.

Nestes registros e depoimentos de Cascaes, são fornecidos elementos que, no mínimo, contradizem os argumentos apresentados por Cabral. Sobre tudo quando trata de forma isolada benzedores e curadores. Tal como quando Cascaes relatou as atividades exercidas por um “preto que era feiticeiro, todo mundo o chamava de Tio Adão. Ele fazia feitiço, **curava, benzia**, dava remédios. Era um curandeiro”. (CASCAES, 1981, p. 23) [sem grifos no original].

Ou ainda ao relatar os serviços médicos espirituais prestados pela “médica de sítio, a benzedeira-curandeira a sinhá Marculina do Joronço” (CASCAES, 2003, p. 31-38) do interior da Ilha de Santa Catarina:

A velha terminou a oração milagreira bocejando tanto que até dava dó de se ver, mas o Zeferino, nem conta nem caso. Não tugia nem mugia. Diante do caso tão sinistro que se apresentou, a benzedeira chamou o Manuel Pereira e pediu-lhe que fosse arranjar um punhado de folha de pessegueiro, erva-de-bicho e um pouco de mostarda. **Ela tomou as folhas e a mostarda, socou-as e misturou-as com sabão virgem derretido, para obter um emplastro, que colocou nas solas e raízes das plantas dos pés do Zeferino.** Nada de resultado. [...] Apanhou um monte de algodão, colocou fogo e o queimou nas fossas minéricas nasais do Zeferino. Nada! [...] Mandou botar uma brasa viva dentro de um copo com água, abriu a boca do Zeferino e despejou uma colherada pela goela abaixo. Porém nada sem resultado, pois o Zeferino não reclamou nem de queimadura nem de friagem. A mulher de Manuel apresentou-se água benta recolhida na sexta-feira santa, antes de o sol ser parido. Ela tomou um **instrumento cirúrgico vegetal**, molhou-o na água benta e deu início a mais uma operação cirúrgica espiritual: benzer o Zeferino contra o pesadelo. Persignou-se e começou a oração da benzedura: “Pai Nosso, João Cantero, bem me disse São Mateus que eu andasse onde quisesse que medo eu não tivesse nem da sombra, nem da lomba, nem daquela mais pesada, que tem as palmas das mão [sic] furada e as unha

¹³¹Franklin Joaquim Cascaes (1908-1983) foi um folclorista catarinense que se interessou pelas coisas e pela gente da “Ilha do Desterro”. Pintou, desenhou, esculpiu, escreveu, pesquisou e registrou costumes e práticas do cotidiano das pessoas moradoras do interior da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense entre 1940 e 1970. Dentre seus escritos muitos fazem menção às práticas de curas realizadas por feiticeiras/os, benzedadeiras/ores que tentavam curar os males provocados pelas bruxas e pelas forças fadóricas e maléficas, segundo era a crença da população, de suas esculturas percebe-se a grande presença de negros. Cascaes também inventariou algumas ervas, simpatias e mezinhas ensinadas pelos ilhéus para a cura dos mais diversos males do corpo e do espírito. Muitas de suas obras e desenhos atualmente representam importante acervo cultural de Florianópolis e estão sob guarda do Museu Antropológico Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina. Franklin Cascaes foi homenageado com o empréstimo de seu nome a Fundação Cultural de Florianópolis criada em 1987.

entrevada. Amem! Terminou a oração, mas o Zeferino na via, não ria, e não grunhia. Desanimada já um tanto, por haver esgotado todo o manancial precioso da sua **medicina curandeira espiritual**, tratou de descansar um pouco [...] Nesse meio tempo, a boca da noite veio, engoliu e triturou toda aquele dia tão fatídico para ela. (CASCAES, 2003, pp. 37-38) [sem grifos no original].

Em uma outra narrativa fantástica, cujo título é “Baile de Bruxas dentro de uma tarrafa de pescaria” (CASCAES, 2003, pp. 49-53) foi narrada outra história que ouviu de moradores quando de suas andanças pelo interior da Ilha de Santa Catarina. Trata-se de um enredo sobre um pai que luta para poder curar seus filhos gêmeos os quais viviam sempre doentes. Contou que o pai procurou um boticário da “cidade”, mas que, apesar dos gastos que teve com os remédios aviados por ele, não conseguiu curar os filhos. A cura só veio após a benzedura feita nas crianças por Maria Gamboa, uma destemida benzedeira da região. Cascaes acrescentou às “falas” atribuídas as personagens “reais” de seus escritos. De modo a dar maior credibilidade as suas histórias, que embora sejam, segundo Cascaes, baseadas em relatos dos moradores, de certo que ele acrescentava de modo a valorizar alguns aspectos tornando narrativas mais interessantes, folclorista que era, além de artista, escritor e curioso. Esse é, segundo Cascaes, o diagnóstico dado pela benzedeira após atender aos gêmeos do pai desesperado:

“As vossas criança tão atacada pelo terrive máli do bruxedo e acho memo que elas tão munto chuchada. Pro poco memo é que vances já não perdero elas. Magi agora não vai te magi p’rigo, proqu’e eu já corte o sortilejo dessa frasante discarada mula-sem-cabeça, que tão ai assentada no canto do quarto da vossa casa incuiidinhas que nem cachorro moiado” (CASCAES, 2003, p. 52) [preservou-se a escrita tal como encontrada na obra do autor]

As bruxas e as doenças e males por elas provocados povoam o litoral catarinense há algum tempo, não sendo possível precisar desde quando. Não se pode afirmar se vieram com os casais açorianos que aqui aportaram no final do século XVIII. Ou se já habitam estas terras antes de sua chegada, quando aqui viviam nativos autóctones carijós. Se foram alimentadas pelos negros africanos que vieram para o Estado de forma compulsória. Ou se atravessaram o Oceano Atlântico acompanhando os tantos europeus que para cá vieram no século XIX. Fato é que elas habitam o imaginário da população, moradores do interior da Ilha, do litoral do Estado que dividiram suas histórias com Cascaes. Este por sua vez escreveu e registrou por meio de desenhos, pinturas e esculturas a presença destes seres fantásticos bem como das rezas e ações das benzedeiras-curadoras, remédios e simpatias para aplacar as moléstias.

O fato, também, consiste na ideia de que, por meio dos relatos trazidos por Cascaes, seja possível unificar benzedores, curandeiros e feiticeiros em uma só pessoa, a qual classificamos de curador, pondo por terra o esforço teórico realizado por Cabral em a todo tempo separá-los.

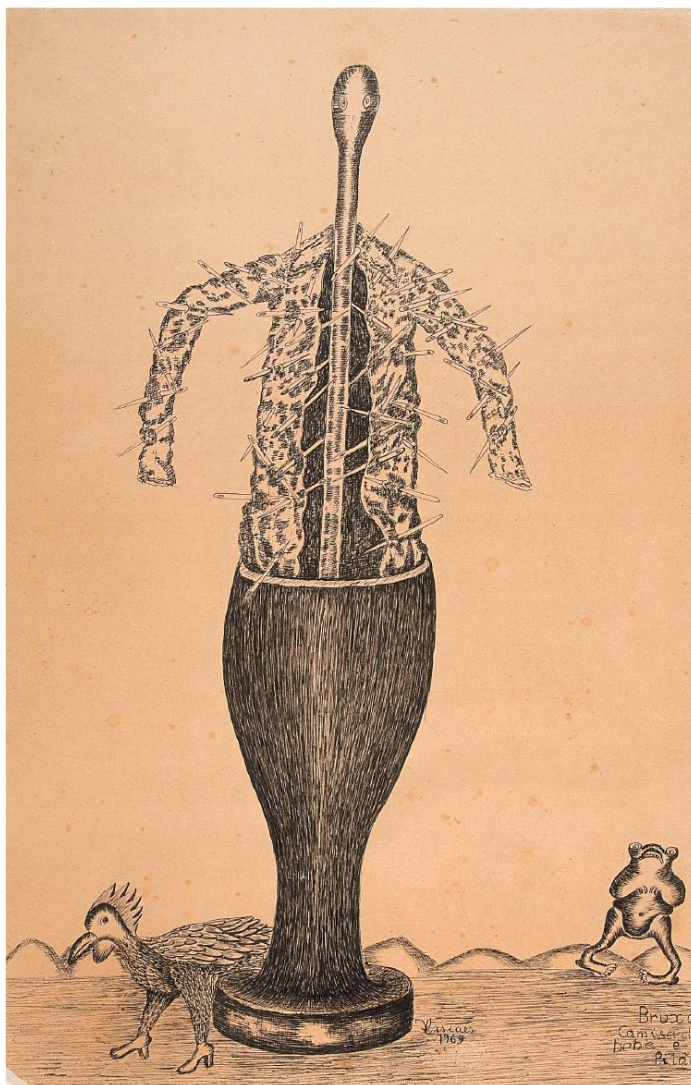


Figura 25: Imagem do desenho “Bruxa Camisa de Bebê e Pilão” Franklin Cascaes, 1969 – nanquim sobre papel 47x31cm - Acervo Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

Disponível em:

http://cascaes-desenhos-e-esculturas.exatosegundo.com.br/wordpress/wp-content/uploads/1-franklin_cascaes-desenhos_e-esculturas.pdf acessado em 22 de maio de 2018

Dentro o pilão com a camisa crivada de agulhas, e no centro a mão do pilão. Junto dele uma simpática bruxa, metamorfoseada sapamente, e outra galinhamente. Pode quem (?) ganhar nenê deve seguir o conselho do médico curandeiro: guardar a primeira camisa que o bebê usar. Casa as bruxas venham chupar-lhe o sangue é o melhor caminho medicinal caboclo para curar a inocente criancinha e o desmascaramento bruxólico da megera mulher bruxa que o empresar.

É minha filha, das coisas lá de riba os dotori da cidade tão por fora. As muhié bruxa passo méli nos zóhio deles e então eles cumeço a andar delas sem nada pode faze em favo da criança embruxada. (Texto atribuído à Franklin Cascaes no verso do desenho: Bruxa, camisa de bebê e pilão)¹³²



Figura 26: Imagem do desenho “A Bruxa Grande” Franklin Cascaes, 1976 – nanquim sobre papel 65x43cm - Acervo Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

Disponível em:

http://cascaes-desenhos-e-esculturas.exatosegundo.com.br/wordpress/wp-content/uploads/1-franklin_cascaes-desenhos_e-esculturas.pdf acessado em 22 de maio de 2018

¹³²Ver: http://cascaes-desenhos-e-esculturas.exatosegundo.com.br/wordpress/wp-content/uploads/1-franklin_cascaes-desenhos_e-esculturas.pdf acessado em 22 de maio de 2018.

Das narrativas, escrita e pictórica, com fortes inclinações e características da Literatura Fantástica¹³³ de Cascaes, o que, indubitavelmente deve-se considerar, é possível perceber uma denúncia, por vezes velada, outra nem tanto. Chama-nos atenção o forte apelo à cultura popular¹³⁴ e suas relações com o sobrenatural, com a Medicina Mágica e com a tradição. O desenho da “Bruxa-Grande” (figura 26), por exemplo, é uma denúncia social. Ela representa o progresso, a poluição, as transformações pelas quais estava passando a cidade, com a derrubada do casario colonial, das igrejinhas, capelas para “dar passagem” aos grandes prédios (reparar as botas da bruxa como que a representar janelas de um edifício). Transformações iniciadas na cidade de Florianópolis já nas primeiras décadas do século XX¹³⁵.

De suas obras e registros, pode-se inferir uma outra relação da população com a doença e a cura que difere da médico-científica (as simpatias, as mezinhas, o uso da camisa da criança cravejada de agulhas) e uma outra relação com o tempo. Trata-se de uma relação que foge à regra, hoje já bastante sedimentada, em que predomina o tempo secular em que as doenças são causadas por agentes externos biológicos (bactérias e vírus, em geral).

O que nos remete a uma das mais importantes passagens sobre a importância da História para as ciências sociais, para a humanidade que

é “desconhecer” (...) a “duração social, estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social”. Razão suficiente para assinalar com insistência, no debate que se instaura entre todas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou antes, da dialética da duração, tal qual ela se desprende do trabalho, da observação repetida do historiador; nada mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”. (BRAUDEL, 1965, p. 262-263)

Depreende-se, assim dos registros que os moradores do litoral catarinense, da primeira metade do século XX, período em que Cascaes fez seus levantamentos, permanecem num tempo

¹³³“A narrativa fantástica caracteriza-se ao mesmo tempo pela aliança e pela oposição que estabelece entre as ordens do real e do sobrenatural, promovendo a ambiguidade, a incerteza no que se refere à manifestação dos fenômenos estranhos, insólitos, mágicos, sobrenaturais. (CAMARANI, 2014, pp. 7-8)

¹³⁴No sentido inverso ao uso do termo pelos estudos folclóricos, ou seja, o do puro registro ou de existência a-histórica. Mas de práticas que resistem a uma “ordem econômica dominante” ou que se pretende dominante. São manifestações de usos e costumes apropriados e, em relação à uma cultura ou memória com pretensões hegemônicas, oferecem “resistências à lei histórica de um estado de fato e suas legitimações” (CERTEAU, 1994).

¹³⁵Ver a esse respeito (LOHN, 2016)

escatológico¹³⁶, cuja crença era de que doença e a cura eram interpretados em uma lógica pautada em castigos e dádivas divinos. Um tempo de bruxas e de magias. Um tempo de medicina caseira, com o uso de ervas as quais eram receitas entre as pessoas, independente de títulos de medicina, farmácia, química e tantas outras especialidades.

Contrapondo Cascaes e Cabral percebe-se que este esteve muito tempo preocupado com o passado, preso nele, tentando “resgatá-lo tal como aconteceu. Cabral parecia acreditar que documentos oficiais e jornais impressos fossem capazes de aprisionar o passado. Já Cascaes é todo presente, é um historiador que fareja a “carne humana” (BLOCH, 2001). Cascaes ouviu e registrou o que lhes diziam os homens e as mulheres comuns, do povo, os moradores do litoral do Estado entre as décadas de 1950 e 1970. Observou o presente, o que mudou, o que se estava perdendo. Cascaes foi um historiador do tempo presente, do seu tempo presente.

Cascaes relacionou uma grande quantidade de ervas catalogando-as segundo suas pesquisas junto às comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina:

O chá de losna era muito usado, e o chá do reino. Eles também combinavam as rezas com os chás, algumas vezes. Se os benzedores achavam que podia ser espírito ou alma penada que estava encostada no fulano, então faziam exorcismo com remédio e aquelas benzeduras. [...] O alho era e ainda é muito usado para curar gripe, basta amassar e misturar com água fria. Baixa a pressão mas é muito bom. Era usado muito na comida. Tinha famílias que enchiam mesmo de alho o feijão que ficava com mais gosto de alho. Também nos cozidos de carne, nos ensopados, nos caldos, usavam bastante. **E amarravam no pescoço das crianças para não apanhar quebranto, para não ser perseguida por bruxas.** [...] Tem o chapéu de couro, ótimo para o fígado. Tem o boldo nacional, também muito bom. [...] A massanilha, muito usada pelas mulheres menstruadas, ela ajuda a aliviar [...] o limão [...] pra febre, pra gripe, intestino, estômago [...] Tem a erva santa muito boa pra acalmar o sistema nervoso [...] Tem muitas plantas, mesmo. A espinheira santa é muito procurada, encontra-se nos matos. Para o estômago é o melhor que existe, [...] Prepara-se um chá com a folha em água quente [...] o chá da parietária, um grande remédio para rins [...] a arvore pata de vaca [...] A cana do brejo [...] **A cana miúda [...] a marcela galega, bom remédio para as pessoas pálidas, [...] coloca-se um punhado daquela erva no vinho, com duas ou três gemas de ovo. Depois deixa-se em infusão durante nove dias e põe-se um pouquinho de canela. Ah! o amarelo lobisômico num instante fica vermelho.** (CASCAES, 1981, pp. 135-146). [sem grifos no original]

¹³⁶O tempo escatológico é aquele em que o cristianismo desenvolveu o caminho no qual a humanidade deveria chegar ao Juízo Final. Consiste num tempo em que o mundo e a humanidade são sacralizados, encantados. É o tempo predominante durante a Idade Média (LE GOFF, 2014) durante o qual “só o cristianismo soube estruturar e sacralizar o tempo da vida humana para levar a humanidade à salvação (...) sem ignorar a ação do diabo para criar obstáculos a isso” (LE GOFF, 2014, p. 19). O Diabo e suas agentes: as bruxas. Estas seriam, conforme a literatura e a obra fantástica de Cascaes, as principais agentes dos males, provocando doenças e mesmo a morte, principalmente em crianças conforme parecia ser a crença dos moradores do interior da Ilha de Santa Catarina e litoral do Estado dos quais colheu os relatos e registrou as histórias.

Além de receitarem o uso das ervas como acima mencionado, as benzedadeiras, benzedores, curadores do interior da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense, receitavam mezinhas, remédios caseiros, como o fortificante contra o “amarelo lobisômico”, ou a anemia, segundo relatou Cascaes:

(...) uma enfermidade conhecida como mal da terra ou amarelado. Todo homem anêmico, pálido, que come barro, areia, rói as unhas, come roupa, é tido como lobisomem entre seus familiares, vizinhos, isto é, no meio inculto. Lobo-homem é filho do atrasamento (sic) social e da incultura. Seus avós são naturais da velha Europa. Dá muito trabalho aos cães que segundo os entendidos destes assuntos, quando atacam os lobishomens (sic) perdem a cabeça, isto é, ou matam-no ou morrem. (CASCAES, 1975)¹³⁷.

Revisitando as pueris lembranças do tempo vivido na localidade de “Costa de Cima”, distrito de Pântano do Sul, na região sul da Ilha de Santa Catarina, na década de 1980, apoiado pela História do Tempo Presente¹³⁸, trazendo testemunho de nossa própria memória de infância.

Trata-se de saberes médicos praticados pela senhora Custódia Maria de Jesus¹³⁹, uma curadora conhecida como “Tia Bília”. Ela receitava remédios, fazia curativos e benzia. Ela o chamava de “chocolate”. Usado para combater a fraqueza e o cansaço, a anemia, ou melhor; para “fortalecer o sangue”, segundo a “Tia Bília” mesmo alegava.

A bebida era carinhosamente preparada com as flores da macela (ou marcela galega)¹⁴⁰ e da maçanilha (a camomila), gemas de ovos de galinha, vinho tinto, café e melado. As

¹³⁷Texto escrito no verso de gravura intitulada Burro - Homem - Lobo - Tatá - Franklin Cascaes, (1975) Nanquim sobre papel Acervo: Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral Secretaria de Cultura e Arte / Universidade Federal de Santa Catarina 49,1 x 31,4.

¹³⁸A História do Tempo Presente permite que o historiador se coloque, também como testemunha trazendo seu depoimento e contribuindo com suas próprias memórias e experiências para complementar a História que escreve, o tema o qual pesquisa. “Em História do Tempo Presente, o problema da testemunha refere-se muito menos à questão da verdade e da confiabilidade *respectiva* das falas mantidas e das falas relatadas do que ao próprio *status* do ‘depoimento oral’ ora valorizado porque é conduzido pela experiência de um indivíduo vivo e falante, ora recusado pelas mesmas razões. O historiador do tempo presente não se comporta com o autor ou com a testemunha como ele acredita: nesse caso, ele é, também, devedor do lugar da testemunha histórica em seu próprio contexto”. (ROUSSO, 2007, p.289)

¹³⁹Maria Custódia de Jesus (1903-1999), mais conhecida como “Bília” era avó paterna do autor. Ela possuía um vasto conhecimento sobre benzeduras, remédios e mezinhas que, segundo contava, havia aprendido de um ex-escravo chamado “Preto Nilho, ou “Petronildo”. Ela teve contato com ele durante sua adolescência na localidade de Morro Agudo, município de Paulo Lopes/SC, litoral sul de Santa Catarina, durante o período em que ambos trabalharam no engenho de açúcar e de farinha que pertenceu ao pai do homem com quem ela veio a se casar mais tarde entre as primeiras décadas do século XX, o avô paterno do autor, Manoel Wenceslau Martins. A relação entre o ex-escravo e a avó do autor demonstram uma circularidade de saberes, conhecimentos e práticas que extrapolam grupos étnicos. O que nos faz questionar sobre a atribuição das benzeduras como práticas dos luso-açorianos, como faz crer Cabral e mesmo Cascaes.

¹⁴⁰Nome científico *Achyrocline Satureioides*, é uma erva da flora brasileira, também conhecida por macela-do-campo, macelinha, macela de travesseiro, carrapichinho-de-agulha, camomila nacional entre outros.

flores eram deixadas de “molho” de um dia para o outro no vinho, para “curtir”. No dia seguinte era vigorosamente batida a mistura acrescentando o melado, as gemas de ovo e o café quente coado na hora, ao final canela em pó a gosto (MARTINS, 2009, pp. 90-99).

Ainda trazendo “à memória umas lembranças pelas outras” (FRAGO, 2001, p.12), recorda-se dos cuidados e das práticas de cura caseiras, que iam além do “chocolate” para combater a anemia. Trata-se de uma receita de um curativo, uma espécie de emplastro utilizado para aliviar as torções, hematomas, o conhecido “mau jeito” nas articulações. Preparado como com aproximadamente uma xícara de chá de vinagre, menos de um terço da mesma quantidade de vinagre de água, farinha e sal. A senhora Maria Custódia aquecia o vinagre, a água e o sal e ia acrescentando farinha até formar uma massa de consistência pastosa e, ainda bem quente, espalhava-a sobre um pedaço de pano o qual era posto sobre o local lesionado. Aliado ao emplastro, quando necessária, era realizada uma benzedura para complementar o tratamento.

Munida de uma agulha, linha e um retalho “virgem” que era colocado sobre o local “emplastrado”, a senhora Maria Custódia, ia costurando o tecido fazendo uma cruz enquanto dizia as seguintes palavras: *Nossa senhora quando andava pelo mundo, tudo curava tudo fazia tudo benzia também eu te benzo em nome de Deus e da Virgem Maria e de São “Virtuoso”*. Ao final perguntava para pessoa contundida: *Que cozo?* E o benzido respondia: *Carne quebrada, nervo torto, osso rendido*. E a ela continuava a benzedura dizendo: *isso mesmo eu cozo*.

Sobre a utilização do tecido na benzedura (BRIGNOL, 2003, p.16) refere-se a uma “benzedeira afrodescendente de 97 anos” que se identificava como católica, mas que utilizava um crucifixo e uma benzedura semelhante a narrada anteriormente utilizando-se, também, de um retalho de tecido.

A mesma benzedura para luxações, torções, contadas como práticas de escravos; corroborando para uma convergência de relatos e de memórias sobre ser as benzeduras, também, uma prática de cura de escravos africanos no Brasil.

Quando acontecia uma pessoa sofrer uma luxação, a velha escrava da senzala vinha com um novelo de linha e uma agulha, colocando-os sobre o lugar desconjuntado. Então fingia coser, atravessando a agulha no novelo e em diversos sentidos, benzendo-se dizendo em voz baixa: “O que coso eu? Carne quebrada, nervos tortos, já desconjuntado, atufá [alufá?]”. Botava um unguento no qual entrava urina de menino e azeite de dendê. Essa “operação de carne quebrada” se faz ainda com ligeiras modificações. (VIDAL, In: CARNEIRO s/n, p. 118)

Ao que nos parece há bastante semelhança entre as rezas das benzeduras, tanto as realizadas pelos africanos e seus descendentes, quanto pelos moradores do interior da ilha. O que pode ser considerado como um emblema, um sinal (GINZBURG, 1989) de que houve uma troca de experiências entre diversas matrizes dessas práticas. Não foram elas exclusividade de brancos reinóis, açorianos, como pareceu fazer crer a escrita de Cabral e de tantos outros folcloristas e memorialistas catarinenses.

Outra observação diz respeito a característica pouco ou nada invasiva destas artes de curar caseiras praticadas pelos benzedores e curadores do interior da Ilha de Santa Catarina e litoral. Quando muito “uma água com brasa”, um chá ou uma infusão de ervas ou um preparado com produtos caseiros. Ao contrário da medicina científica trazida e receitada pelos médicos formados nos centros acadêmicos, muito mais invasivas com práticas de sangrias, incisões, vomitivos e laxantes, cirurgias, vacinação, ou mesmo as dos boticários ou aviadores de receitas médicas, que muitas vezes chegavam mesmo a provocar a morte de seus clientes.

O que se pretende com tais observações é demonstrar que, embora Oswaldo Cabral pretendesse conferir aos benzedores uma áurea diferenciada dos “curandeiros”, muitas vezes as duas tarefas eram exercidas pela mesma pessoa.

Tais artes de curar, oriundas de costumes há muito enraizados na população da Ilha de Santa Catarina e no Brasil, eram exercidas tanto por benzedores como por curadores. O que contradiz o argumento de Cabral que estes eram pessoas distintas e que se os benzedores não faziam mal o mesmo não se poderia afirmar sobre os “curandeiros”, “feiticeiros” ou “macumbeiros”, que ao receitarem suas garrafadas e toda sorte de remédios e poções mágicas, colocavam em risco a vida do paciente (CABRAL, 1957, p. 74).

Para reforçar sua tese de que são os benzedores inofensivos, Oswaldo Cabral os descreve como cristãos caridosos, que frequentam às missas e que, quando doentes, instruídos que são, recorrem aos doutores formados, uma vez que já devidamente cientes da eficácia da Medicina oficial, praticada pelos médicos.

É de assinalar que os benzedores procuram ser bons cristãos. Alguns – e o Autor teve a oportunidade de indagar sempre – praticam a sua religião com certo cuidado e uma delas, **alfabetizada**, assiste religiosamente à missa, lendo o seu livro de orações. Também muitos daqueles a quem o Autor entrevistou, são clientes da **medicina oficial** – e muitos deles frequentam o seu consultório em busca de medicamentos para os próprios males. (CABRAL, 1957, p. 74). [sem grifos no original]

O “Autor” parece convencido do quanto são os benzedores inofensivos para a Saúde Pública, e, logo, não parece se preocupar com eles, uma vez mesmo que teriam já, tais práticas, sido vencidas pela “ciência vitoriosa” e que logo, “desaparecerão” (CABRAL, 1957, p. 183). Tanto que, são eles e as benzeduras em Santa Catarina, foco da pesquisa promovida por Cabral. Convalescentes que estão, as benzeduras tornam-se objetos de pesquisa histórica uma que, fazendo parte da Medicina Teológica, traziam consigo uma particularidade, a “beleza do morto” (CERTEAU, et. al. 1995).

A medicina teológica e as benzeduras continham, assim, o registro momentâneo de práticas curativas instáveis: restos deturpados de uma medicina em declínio, as benzeduras seriam fazeres de um tempo presente já prenunciado como passado. Não estariam, contudo, isentas de certa beleza – “a beleza do morto”, que historiadores como Certeau, Julia e Revel identificaram nos modos de percepção da cultura popular recorrentes entre escritores e estudiosos da França, em especial os folcloristas, desde o final do século XVIII (Certeau et al., 1995). Inofensivas para a medicina científica, as benzeduras sobreviveriam enquanto a vitória daquela não fosse completa. Frágeis, deveriam ser registradas pelos folcloristas em seus estertores. Mortas, seriam consagradas com integrantes do patrimônio cultural, graças aos registros dos folcloristas. (GONÇALVES, 2012, p. 108).

Saberes sobre benzeduras e remédios caseiros poderiam estar relacionados com saberes e conhecimentos herdados de africanos e seus descendentes. Esses saberes tradicionais comuns à população continuam “vivos” na sociedade catarinense. Constituem práticas que, ao longo do tempo, pelas experiências e convívio com as mais diversas etnias que constituíram a sociedade catarinense, sofreram transformações. Todavia possuem função de transmitir saberes tradicionais sobre cura bem como representações próprias que revelam uma visão de mundo bastante própria e particular, herdados de seus antepassados africanos.

Estes negros e negras africanas, e seus descendentes, ou brancos e brancas que, com eles aprenderam e herdaram seus saberes, eram respeitados em suas comunidades sobretudo em razão do conhecimento empírico que detinham sobre as doenças e curas. Possuíam o carinho da comunidade que a eles ou a elas atribuíam dons de cura e de certa elevação espiritual que os capacitavam a praticar benzeduras, ministravam mezinhas, chás, ervas e garrafadas para a cura daqueles que os procuravam.

São, estes benzedores, benzedeiros, curadores em geral, muitas vezes a primeira pessoa a quem se recorria quando se estava com algum problema de saúde na comunidade, principalmente na primeira metade do século XX, em que, acreditavam, era forte a crença na doença como castigo divino e na cura como dádiva.

As informações trazidas por Cascaes proporcionam inferir que, na Ilha de Santa Catarina, as artes de curar com ervas eram também exercidas por afrodescendentes. Muito embora possam compartilhar de um catolicismo popular¹⁴¹ dado a ler como hegemônico; guardavam valores e uma visão de mundo, sobre a cura e as doenças específica das religiosidades africanas.

Para os africanos a cura poderia ser vista como uma dádiva e a doença como uma vingança ou castigo, dependendo, do grupo étnico a que pertencia. Na maioria das vezes a doença, como a varíola, por exemplo, podia ser vista como uma vingança.

Era forte a crença em orixás¹⁴² por parte de africanos e seus descendentes. Entre os inúmeros orixás do panteão africano trazidos para o Brasil¹⁴³, ocupava lugar de destaque na religiosidade afro-brasileira o orixá das pestes, dono das doenças e responsável pela cura, *Obaluaiê*¹⁴⁴, ou *Omolu*, ainda, também chamado de *Xapanã* ou *Xaponã*.

Sobre este importante orixá do panteão iorubano, Nina Rodrigues escreveu:

Xaponã, o orixá ou deus da varíola, um dos mais conhecidos, é antes uma divindade das pestes ou epidemias e em particular da varíola. A extensão do culto desse orixá entre nós é realmente extraordinária. Em épocas epidêmicas, a cidade [Salvador] se apresenta coberta de sacrifícios – milho torrado com azeite de dendê e pilado ou não – que são lançados em todos os pontos em que as ruas se cruzam. (NINA RODRIGUES, 2008, p. 209)

No trecho transcrito ficou evidenciada a importância do orixá *Xapanã* ou *Xaponã* no tocante aos assuntos de saúde, principalmente para os africanos e seus descendentes. O trecho transcrito traz, ainda, importantes elementos para pensar os sacrifícios encontrados nos cruzamentos das ruas de diversas cidades do Brasil. Vulgarmente chamados de “despachos”, “macumbas” e “feitiços”, sobretudo pelos seguidores das religiosidades cristãs. Destaque aos neopentecostais, que demonizam tais práticas, associando-as à manifestação de adoração ao diabo. Sem que se possa oportunizar conhecer melhor estas práticas tão comuns quanto desconhecidas em

¹⁴¹A esse respeito ver (BRANDÃO, 1986 e BONFATTI, 2000).

¹⁴²Orixás são divindades intermediárias iorubanas, exceto Olórum, o Deus Supremo, na tradição e saberes religiosos africanos e afro-brasileiros. Na África eram cerca de 600, contudo, para o Brasil vieram cerca de 50 Orixás, dos quais são hoje cultuados apenas 16 no Candomblé e 10 na Umbanda. Os Orixás representam as vibrações das forças elementares da Natureza, bem como as grandes forças que ceifam a vida, tais como as doenças, as pestes, as epidemias ou desastres naturais (CACCIATORE, 1998).

¹⁴³Sobre Mitologia dos orixás africanos ver (PRANDI, 2001).

¹⁴⁴Obaluaiê ou Abaluaiê é considerado o orixá da varíola, das doenças, sua forma jovem é Xapanã, e a forma velha é Omulu. (CACCIATORE, 1998).

sua essência, para uma população que, ao menos em tese, foi formada e devedora de uma cultura africana como é a brasileira.

Uma possível explicação para a os “sacrifícios” com milho torrado com azeite de dendê, encontrados nas encruzilhadas e cemitérios das cidades brasileiras, por exemplo, pode estar nos rituais de cura realizados pelos praticantes das religiosidades africanas e oferecidos ao orixá Xapanã.



Figura 27: Imagem de Obaluaíê - O Grande mestre das Almas, traz nas mãos o xaxará. Chocalho de palha e búzios onde ele detém os segredos da morte e da vida.

Disponível em <http://umbandamundo.no.comunidades.net/abaluaie> acessado em 20 de maio de 2018

Temido e respeitado pelos africanos e seus descendentes Yorubás, este orixá também era o responsável pela cura daqueles que haviam sido por ele acometidos por pestes ou doenças, como a varíola.

Sendo a etiologia da varíola de ordem sobrenatural, a cura teria de acontecer prioritariamente por meio de práticas rituais; por conseguinte, e seguindo a lógica do culto a Omolu, cabia a seus sacerdotes (curandeiros) mediante procedimentos apropriados – e que provavelmente incluíam a variolização e outros rituais de purificação – aplacar a vingança de Omolu e obter dele proteção contra a peste reinante. Sabemos talvez agora a fonte do “horror” que os médicos e suas vacinas inspiravam aos populares, ao menos àqueles dentre eles que adoravam Omulu e temiam provocar a sua ira: obstaculizar a ação dessa divindade era provocar mais devastação e morte, uma noção já presente na versão do culto entre os daomeanos (...) (CHALHOUB, 1996, p.151).

Ao se debruçar sobre as possíveis razões da incidência do movimento que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”, ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1904, o autor considerou como uma das possíveis razões do levante as diferentes formas de concepção sobre doença e cura entre grande parte da população, composta por africanos e seus descendentes e uma elite letrada formada nos bancos acadêmicos, compostas por médicos e cientistas.

Para os africanos e descendentes, que compunham grande parte da população do Rio naquele período, essa visão religiosa de mundo deveria ter sido levada em conta pelas autoridades médicos sanitaristas do período quando saíram vacinando a população e prometendo, assim imunizar a todos contra a varíola.

Dessa forma o autor traz à tona importantes discussões acerca da maneira como os africanos e descendentes lidavam com a cura e com a doença, maneira esta que entra em divergência com a visão cientificista de combater e erradicar a doença.

Disseminada e implementada pelos órgãos públicos, a vacinação compulsiva da população, pode ter contribuído para a ocorrência da revolta contra a vacinação, encabeçada, de um modo geral, por africanos e afrodescendentes, que temendo uma represália maior do Orixá Xapanã caso eles se tornassem imunes a um de seus castigos, se recusavam ser vacinados. Pois que, na visão dos africanos e seus descendentes de início do século XX, qualquer tentativa de eliminar o mal seria uma afronta ao Orixá, e sua ira poderia ser ainda maior.

Estes exemplos são trazidos para dar uma ideia da importância de se perceber estas diferentes visões de mundo, estes diferentes tempos, vividos num único espaço geográfico e temporal. Diferentes conhecimentos e visões de mundo que não concorrem entre si, mas que se relacionam. Não são desiguais entre si, mas representam diferentes e distintas formas de pensar, de se relacionar com a doença, com a cura, com a vida e a morte. Relacionam-se às diferentes memórias, diferentes Histórias de tantos grupos das mais distintas regiões do continente Africano

que se viram convivendo numa única região, em uma única nação que construía a si mesma como um povo.

Logo atribuir esse ou àquele costume, como o ato de benzer, como exclusivo dos açorianos que “povoaram” o litoral catarinense passados tantos anos, catalogando-os como fadadas ao desaparecimento uma vez que superadas pela Ciência Médica, como faz crer as obras de Oswaldo Cabral, é, no mínimo, temerário.

Talvez, um caminho mais acertado para se tratar destas manifestações seja pelo caminho da cultura. Observá-las como um processo que promoveu um crescente afastamento entre uma cultura tida como erudita (representada pela medicina científica ou naturalista) e uma de cunho mais popular e empírica (representada pelas práticas de cura ligada aos saberes empíricos).

Em uma analogia entre os curadores e suas ações de caridade e operários e as relações capitalistas de produção, por entender pertinente para nossa argumentação, destaca-se:

A uniformidade predominante na sociedade do labor e do consumo, e que se manifesta em sua conformidade, tem íntima relação com a experiência somática de labutar em conjunto, na qual o ritmo biológico une de tal forma o grupo de operários que cada um passa a sentir-se como simples membro do grupo, e não mais como indivíduo.
(...) o problema é apenas que as melhores “condições sociais” para o labor são aquelas nas quais o indivíduo pode perder sua identidade. A união de muitos em um só é basicamente anti-política: é o exato oposto da convivência que prevalece nas comunidades comerciais ou políticas que – para citar o exemplo de Aristóteles – não é a associação (...) de dois médicos, mas de um médico e de um agricultor e, “de modo geral, de pessoas diferentes e desiguais”. (ARENDT, 2007, pp. 226-227).

A autora aborda relações entre poder, labor e a atividade política, esta última cerceada em grande medida, pela fragmentação e especialização do trabalho e das profissões provocadas pelas Revoluções Industriais da era moderna.

Fragmentação que provocou, aventa-se, a escrita de Cabral, quando, teoricamente, esfacelou as artes de curar promovidas pelos curadores em tantas quantas foram as especialidades por ele citadas ao longo de sua bibliografia analisada até aqui: (curandeiros, feiticeiros, macumbeiros, benzedores, charlatães) e tantas outras que se conhece tais como parteiras, ervateiros, raizeiros, garrafeiros, xamãs, pajés. Desse modo, consciente ou inconscientemente, Oswaldo Rodrigues Cabral por meio de sua escrita com pretensões de verdade científica provocou a fragmentação de um grupo de pessoas que tinham muitas características em comum. Sugerindo focar em apenas uma delas: a daquele que ao levar a droga ou o alento ao enfermo, apaziguando

seu sofrimento físico ou psíquico, adquire um certo “governo” sobre eles. Ao dividi-los em tantos “especialistas” Cabral, ao menos simbolicamente, findou por retirar-lhes uma possível consciência de classe, dessa “classe interessante” de curadores, representantes de povos constantemente colonizados: na vida, memória, na ciência, na cultura, na história e na morte.

A seguir focar-se-á na ideia do esfacelamento da classe dos curadores com vistas a esvaziar o espaço ocupado por eles nas artes de curar no Brasil, tornando-os desimportantes para as comunidades. De modo que o espaço da cura e da doença sejam ocupados pelos médicos doutores formados nos bancos das faculdades do país ou estrangeiras.

3.6 O feitiço da cura: de seguidos a perseguidos

Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão.

Machado de Assis ¹⁴⁵

De volta ao início, lembra-se que fora uma observação, com data de 1889, a pedra de toque para a construção do problema da tese: o da perseguição, denunciada pela pena de Machado de Assis aos “curandeiros”, conforme epigrafado.

Machado, com a sutileza que lhe era peculiar, observou atento que em 1841, curandeiros ofereciam seus préstimos livremente ou eram requisitados e seguidos pela população, ao menos é o que se pode conferir por meio dos anúncios de jornais. No entanto, passados quarenta e oito anos, essa “classe interessante” passa a ser perseguida pela “imprensa, polícia e particulares” sendo que o que lhe valia, ainda, é não ter perdido “o governo da multidão”.

Nesta reta final três palavras constituem o foco da análise: classe, governo e multidão. Por meio delas, acredita-se, ser possível traçar uma linha de raciocínio de modo a apresentar nosso argumento principal para se pensar uma outra razão, para além das disputas profissionais, diferenças culturais, falta de confiança, para os curadores passarem de seguidos e procurados para denunciados e perseguidos.

Nosso argumento consiste, basicamente, no fato de que os praticantes das artes de curar, os curadores, possuíam prestígio dentro de uma determinada localidade a qual exerciam, em grande medida, um poder político, religioso e social. Mesmo atualmente, por exemplo, o beato curador João Maria, personagem importante no meio oeste catarinense palco do Movimento do Contestado, é cultuado e adorado pelos moradores da região como um santo, o Santo João Maria, o que levou a construção de uma categoria de seguidores do santo chamados de “joaninos” (WELTER, 2018).

¹⁴⁵Apud (CHALHOUB, 1996, p. 164).

Supondo serem os curadores capazes, portanto, de influenciar aqueles que os procuravam, podendo mesmo serem seguidos por uma multidão, como o exemplo de Antônio Conselheiro, na Bahia e dos beatos curadores pelo interior do Estado de Santa Catarina, como João Maria, durante o Movimento do Contestado.

Entendendo por multidão, um grupo de pessoal, geralmente moradores de uma mesma localidade ou região que viam e seguiam figuras messiânicas ou não, mas que acreditavam serem líderes iluminados “tocados” por Deus capazes de curar suas doenças e aplacar seus males. O povo da vila, um grupo de pessoas que seguiam ou procuravam os curadores para pedir conselhos, solicitar remédios, bênçãos, curas, passes, consultas, ou seja, buscavam aliviar os mais diversos sofrimentos, sejam eles físicos, espirituais ou suas mazelas sociais.

Por outro lado, a palavra governo, tal como é concebida, deve receber atenção especial para um melhor entendimento do argumento da tese aqui proposta. A palavra “governo” pode ser traduzida pelo exercício de um poder político capaz de arregimentar em seu entorno, um grupo de pessoas. Ralaciona-se a uma capacidade de persuasão, de indução, um grau de domínio entre aqueles e aquelas que ouvem seus conselhos, pedem auxílio para aliviar dores. Ou, ainda, pessoas que pelos curadores sentem admiração ou gratidão em razão de alguma graça que acreditam ter alcançado por intermédio dos beatos curadores. A palavra governo, neste sentido e corriqueiramente no senso comum dos catarinenses estava associada, também, a ideia de liberdade de fazer o que bem entendesse com seu corpo, com a sua vida. Uma expressão bastante recorrente para designar as mulheres que eram prostitutas era “mulher que se governa”, o que já nos fornece elementos para pensar o quanto o ato de “governar-se” podia representar uma atitude de liberdade ou de rebeldia.

Alguns importantes historiadores já haviam levantado a estreita relação entre o ato de curar e o de governar, no Brasil e em outros países¹⁴⁶.

Ora, recordemos o que eram os reis. Quase todo mundo acreditava na, para falar como Pierre de Blois, “santidade” dos monarcas. Há mais. De onde a derivavam? Aos olhos do povo, em grande parte ela tinha origem naquela predestinação familiar à qual as massas, guardiãs das idéias arcaicas, não haviam deixado de dar crédito. Mas também, a partir dos tempos carolíngios, essa “santidade” passou a resultar, mais formalmente e mais cristãmente, de um rito religioso, a unção; em outros termos, desse óleo bento que parecia a tantos enfermos o mais eficaz dos remédios. Portanto, os reis estavam duplamente designados ao papel de benfeitores taumaturgos: primeiro, pelo caráter sagrado que lhes

¹⁴⁶(CHALHOUB, 1996; CHALHOUB S. e., 2003; GINZBURG, 1988; BLOCH, 1999; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010; WALKER, 2013; WEBER, 1999; WITTER, 2001; PIMENTA, 2003; MANDROU, 1979) entre outros.

era inerente; depois mais particularmente, por uma das fontes de onde emanava esse caráter, a mais visível e a mais respeitável. Como não haveriam ele, mais cedo ou mais tarde, **de posar de curandeiros?** (BLOCH, 1999, p. 82) (grifo nosso)

Parecia haver, ainda, uma associação acerca do “governo” da multidão exercido pelos curadores. O que pode ter levado uma tentativa de diminuir tais práticas de cura, principalmente as relacionadas às manifestações religiosas diferentes da fé cristã católica apostólica romana. Por diversas vias, como a imprensa escrita por exemplo, tais práticas eram taxadas como incompatíveis com o progresso e com a civilização de um povo.

Entretanto, o documento que exprime melhor a oposição entre “civilização” e “barbárie”, “ciência” e “superstição”, “branco” e “negro” é o editorial escrito por *O Estado de S. Paulo*, na ocasião da visita do escritor inglês Aldous Huxley, a um terreiro de macumba. Este documento revela de forma tão clara a ideologia dominante (...) (ORTIZ, 1999, p. 200).

O autor da citação transcreveu, na íntegra, em *A morte branca do feiticeiro negro*, livro publicado em 1999¹⁴⁷, o editorial publicado pelo jornal paulistano em 14 de agosto de 1958. O que se fará aqui, é destacar apenas alguns trechos, os quais supõe-se, contribuirão a compreensão do arrazoado final:

“É profundamente humilhante para todos nós, brasileiros, que o escritor Aldous Huxley tenha podido assistir, em pleno coração do Rio de Janeiro, a uma cerimônia de macumba. Não apenas porque alguns pretensos intelectuais encaminhassem o famoso autor de Admirável Mundo Novo para o morro do Salgueiro. Mas pela simples e única razão de ser ainda possível, me mil novecentos e cinquenta e oito, quando caminhamos em plena era atômica (...), a realização de torpezas tais na própria capital da República” [O Estado de S. Paulo, 14/8/58]
[...]

O mesmo jornal reforça num outro editorial a incompatibilidade entre “civilização” e “macumba”: “A prática da macumba não ode ser confundida com a liberdade de culto. O **curandeirismo** é inaceitável na *era em que vivemos*. A pretensão de resolver divergências familiares, de conciliar amores ou de consumir vinganças, são atos de pura **feitiçaria que definem um sentido da vida tão primitivo e recuado**; temos certeza a esmagadora maioria de São Paulo repele indignamente como afronta que não merece”. [O Estado de S. Paulo, 11/1/1959] (ORTIZ, 1999, pp. 200-201) [sem grifos no original]

Ressaltam-se o sentimento de vergonha e humilhação diante da exposição de um escritor estrangeiro a uma manifestação da religião brasileira, a umbanda, em 1958. E a associação

¹⁴⁷Para uma análise teórica da obra desta obra Renato Ortiz ver (ISAIA, 2008)

a um só tempo da religião Umbanda com atraso, curandeirismo e feitiçaria noutra matéria do mesmo *Jornal O Estado de S. Paulo*, em 1959.

Tais manifestações da imprensa paulista escrita, eram repetidas pelo país, reverberando noutras regiões, chegando mesmo em Santa Catarina, onde a imprensa atacava tais manifestações de tal forma, ou mais veementemente. Uma vez que, por aqui, era intensa a produção de jornais e folhetins de cunho cristão¹⁴⁸, não só ligados a Igreja católica, mas também a presbiteriana, os quais, indubitavelmente, atacavam as religiões de matrizes africanas e o seu recente crescimento no Brasil.

Além do escrito em jornais, divulgava-se em revistas, rádios e nas emissoras de TV, que ainda em fases iniciais, abriam espaço para manifestações de clérigos da Igreja Católica.

David Nasser, comentando uma intervenção do arcebispo do Rio (ex-GB) na televisão, adverte os telespectadores contra a penetração dos ritos umbandistas: “Dom Jaime sabe que os brasileiros, seus filhos, suas ovelhas, seus comandados espirituais, necessitam agora mais do que nunca de seus rumos, de sua orientação. Nunca maior onda de cultos estranhos, vindos da África via Bahia, ou de Paris via Allan Kardec, invadiu uma nação com maior rapidez e fúria que os candomblés, os rituais de Umbanda, a linha branca e a linha negra, o culto bárbaro de Exu ou o endeusar de Ogum, ao se disseminarem pelo Brasil. Ora, a voz do pastor na televisão se impunha justamente para explicar aos mais ingênuos que tudo não passa de uma terrível coincidência. Para desfazer as dúvidas dos corações inocentes e evitar que neles se introduzisse, face aos acontecimentos que julgavam sobrenaturais, o **micróbio da feitiçaria**, a semente de uma nova religião também cheia de símbolos, impregnada de misticismo, porém bárbara ainda. [David Nasser, “Cuide de Nossas Almas, Cardeal”, In: *O Cruzeiro*, 3/11/59, p. 28] (ORTIZ, 1999, pp. 199-200)

Percebe-se um tom bastante militante na escrita do autor da revista¹⁴⁹ *O Cruzeiro*, uma revista semanal, ilustrada fundada em 1928 por Assis Chateaubriand. Este tom é bastante recorrente, e, talvez se justifique já que neste período há um aparente “retorno” da Igreja Católica às hostes do poder estatal, após um breve “avanço” da umbanda. Sobretudo durante o período do Estado Novo, em que a umbanda teria mesmo sido cogitada como religião essencialmente brasileira e, portanto, digna de ser “alçada” à categoria de religião nacional (ISAIA, 2012b).

Enfim, o que se está querendo chamar atenção aqui é para uma confluência de fatores, imprensa televisiva, escrita, produção intelectual, Igreja Católica, outras religiões cristãs que parecem, supõe-se, investir maciçamente para a construção de uma memória negativa sobre

¹⁴⁸Sobre essa circulação de uma imprensa religiosa em Florianópolis da primeira metade do século XX, bem como o campo editorial de livros ver (MATOS, 2007).

¹⁴⁹Sobra a circulação das revistas semanais no Brasil ver: (LUCA, 1999)

aspectos da religiosidade de matriz africana, e as práticas de cura decorrentes delas (TRAMONTE, 2001), ou reforçarem um preconceito já arraigado na sociedade brasileira

E, Oswaldo Cabral, obviamente, estava inserido neste meio, leu, ouviu, viu e escreveu sobre estes temas. De alguma forma, a julgar pelo tom de sua escrita, coadunava com a manifestação do editorial do jornal paulista citado anteriormente.

Católico fervoroso, membro ativo da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, do Hospital de Caridade, e, um crítico sobre a recorrência nas obras de folcloristas sobretudo da Bahia, na “fixação de aspectos da religiosidade de matriz africana” como representantes do folclore local. O que foi possível perceber, em inúmeras chamadas dos Boletins da Comissão Catarinense de Folclore. Mais especificamente quando do manual de coleta para o “inquérito” sobre as benzeduras no folclore catarinense, em que se recomendava que não fossem coletadas as manifestações de “feitiçarias” e “curandeirismos”, mas tão somente aquelas com rezas e orações, como visto no segundo capítulo desta tese.

Também, já foi apontado a importância que curadores adquirem, sobretudo quando bem-sucedidos, bem como da consciência de que alguns deles possuíam sobre sua importância dentro de uma determinada comunidade, ou estrutura social. Revelando assim relações de exercício de poder(es)¹⁵⁰ ou de “micros poderes” (FOUCAUT, 1979) entre os curadores e aqueles que deles precisam, a multidão. Fechando assim o tripé: classe¹⁵¹, governo e multidão.

Relatos acerca de processos inquisitórios, processos crime movidos pela Igreja, depoimentos ou narrativas sobre bruxas, curadores e benfeitores ilustram bem esta relação de exercício de poder entre curadores e “curados”.

Processos destes tipos, sejam os promovidos pelo Santo Ofício (GINZBURG, 1988), ou mesmo por magistrados (MANDROU, 1979), são descritos/narrados por historiados como bastante recorrentes desde o período medieval, na Europa.

¹⁵⁰Coadunamos com a ideia de poder como categoria importante e capaz de explicar a própria produção dos saberes em suas mais diversas áreas, tais como a medicina, história, direito, entre outras. De um modo geral, admitimos que o poder, como tal não existe, é exercido, percebido nas relações e práticas desde as mais simples e implícitas, entre médico e doente, por exemplo, até as mais complexas e explícitas, como o Estado e seus governados. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal constituída historicamente”. (MACHADO, In FOUCAULT, 1979, X-XI). Logo não se detém ou possui poder ele é exercido.

¹⁵¹Há aqui um entendimento de classe como um grupo que “ao fazer-se”, ao se constituir enquanto um conjunto de pessoas inseridas dentre de um mesmo aparato, dentro de mesmas estruturas econômicas, sociais e culturais, se reconheça enquanto tal, e de sua importância para a manutenção dessas estruturas (THOMPSON, 1987b)

Como o caso de um “benandanti” trazido até os dias atuais, por uma “espécie de memória compilada em 1621 por um habitante de Udine, com certeza de condição abastada”, que foi escrita e depois enviada ao “tribunal do Santo Ofício”, por “Alessandro Marchetto”:

Esse rapaz, conhecido como *benandante*, havia inicialmente curado com sucesso o filho de um compadre de Marchetto, Giovan Francesco Girardi. Após ter desfeito miraculosamente o feitiço, ele tinha, com efeito, sugerido colocar sob o travesseiro ou a cabeceira do enfermo “alho e erva-doce, para que naquela noite as bruxas não viessem molestar aquela criatura” (aqui também, portanto, a erva-doce é usada coo arma contra as bruxas). Após muitos dias de sofrimento, o menino havia passado uma noite tranquila. Na manhã seguinte, Girardi tinha conversado com o *benandante*, perguntando-lhe sobre os seus poderes miraculosos, as bruxas e outras coisas. De repente, “viu que esse rapaz abaixou a cabeça e deixou sair sangue da boca”. De onde vem aquele sangue? O rapaz afirma “ter levado um soco no rosto”. “Como pode ser possível”, respondeu admirado Girardi, “se estamos só nós dois aqui?”. “O rapaz respondeu que tinha sido uma bruxa mas que ele não tinha podido vê-la”. (GINZBURG, 1988, p.115)

A história dos *benandanti* continua e nela é relatada a vontade de saber¹⁵² (FOUCAULT, 1988) expressa, ao final, de forma violenta por Marchette, homem de “condição abastada” e letrado, sobre o simples e humilde pastor de ovelhas andarilho-curador, cuja “cultura”¹⁵³ no sentido de conhecimento, é julgada pelo próprio Marchette, como inferior, associando à superstição, ou “ilusão diabólica”.

O rapaz não é encontrado; então Marchetto se dirige a outro *Benandante*, um pastor de nome Giovanni, que vive numa aldeia vizinha a Udine. Este vem a Udine de má vontade queixando-se durante o trajeto a quem veio chama-lo. Chegando à casa de Marchetto, recusa-se até mesmo a subir. A fama de curandeiros dos *benandanti* se difundiu, o seu trabalho é procurado e recompensado, e eles o fazem agora com uma espécie de autossuficiência, conscientes da sua importância. É preciso que Marchette desça até a rua, com “boas palavras”, vença a resistência do pastor. (GINZBURG, 1988, pp. 115-116)

¹⁵²Sobre a vontade de saber ver (FOUCAULT, 1988). Nesta obra o autor faz importantes considerações acerca de manifestações de poder que se impõem sobre o desejo de ter que saber exercido por uma cultura que se pretende hegemônica, sobre outras as quais julga inferiores. Fazemos aqui um paralelo entre o olhar médico científico sobre estas práticas fantásticas de cura. O quanto tal relação, ao gosto do que é escrito e pesquisado por Cabral sobre as práticas mágicas de cura, não está contaminada por esta relação hierárquica em que um saber se constrói como melhor e superior ao outro. Nas palavras de Michel Foucault: “O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui nem eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado, e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras” (FOUCAULT, 1988, p. 10). E deste silêncio, desta negação promovida por Cabral sobre as práticas de cura ligadas as religiosidades africanas, que tentamos abordar neste Capítulo.

¹⁵³ Há que se ressaltar que, por vezes, a palavra “cultura”, pode ter sido confundida por “kultur” do alemão a qual está associada a ideia de “civilização” “no sentido de tecnologia, ao tipo e maneira ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes” (ELIAS, pp. 23-27)

Contudo, na relação ali colocada, aos olhos do homem de posses de nome Marchette, ele estaria numa posição superior, tanto pelas suas posses quanto ao fato de julgar a crença nas bruxas dos *benandanti*, como o resultado de superstição. Assim Marchette parece não suportar a ideia de ter que suplicar ao *benandante* pastor para que ele diga se o seu parente foi ou não enfeitiçado. Marchette não sabe a razão e não sabendo o que fazer para aplacar o sofrimento do parente suplica ao homem comum pastor andarilho, que lhe diga a razão do sofrimento de seu parente. Embora longa, a continuação da história medieval é importante que seja transcrita, de forma a contribuir, para o argumento da tese.

“Eu lhe disse” escreve Marchetto, “que não acreditava em coisa alguma, que ele era vítima de uma ilusão diabólica e que não sabia. E ele dizia que sabia muito bem mas que não podia dizer”. Marchetto passa às súplicas, às promessas, afirmando que, “se sabia, devia dizê-lo para não deixar morrer um jovem tão bom e virtuoso”. Mas o pastor não se deixa comover e repete obstinadamente temer as pancadas das bruxas. Então Marchetto chega às ameaças: “dirigi-me a ele dizendo que seria capaz de espanca-lo mais do que teriam feito as bruxas e que queria a qualquer preço que disse o que sabia a esse respeito, se era mesmo verdade que sabia alguma coisa”. Depois, com sarcasmo, pergunta-lhe “como havia principiado a ser *benandante*, como surgira essa sua profissão e quando tinha começado a exercê-la”. O pastor responde que “fazia um ano, e que tinha sido chamado numa noite pelo nome, tendo respondido: ‘O que queres tu?’, e que, daquela noite em diante, passara a ser obrigado a ir; mas que, se tivesse pensado em responder somente: ‘bem’, não teria sido forçado a partir”. Nesse ponto, Marchetto não se controla mais e, com uma indignação à qual se mistura talvez o propósito de assustar o pastor para arrancar-lhe a resposta desejada, grita que “nisso ele mentia, que tínhamos sido criados por Deus com o livre-arbítrio, que ninguém pode força-lo se ele não quisesse e que, por isso, ele devia deixar de ir dizer logo, livremente, se o bravo Mantovano tinha sido enfeitiçado”. Com precisão involuntária, Marchetto expressa a fratura que separa a cultura dominante da cultura irreflexiva, espontânea dos *benandanti*. O que pode significar o livre-arbítrio para os *benandanti*? Como podem eles contrapô-lo vitoriosamente à exigência misteriosa, obscura para eles próprios mas igualmente incoercível, que os leva, nas noites dos Quatro Tempos, a sonhar com o abandono do corpo para seguir em direção ao prado de Josafá ou a um campo das vizinhanças de Udine, a fim de combater contra os feiticeiros? (GINZBURG, 1988, p.116-118)

Talvez as respostas às questões colocadas pelo autor, estão, na continuação da história por ele mesmo transcrita dos processos medievais de inquisição.

O furor de Marchetto (“tendo continuado a afirmar que não podia falar, eu disse que queria a todo custo que ele respondesse porque tinha despertado em mim forte curiosidade [...]”), que o leva a amarrar o pastor a uma coluna, a agarrá-lo pelos cabelos, exclamando “que era preciso raspá-los porque neles poderia haver algum feitiço”, parece quase simbólico. Ele põe a nu, brutalmente, a vontade de domínio, ora mais, ora menos violenta, que está na raiz da sua atitude, bem como na dos inquisidores, em relação aos *benandanti*. As crenças dos *benandanti* **não têm direito de cidadania nos esquemas teológicos,**

doutrinais, demonológicos da cultura dominante; elas constituem uma excrescência irracional e, portanto, devem encaixar-se nesses esquemas ou desaparecer. (GINZBURG, pp. 1988, 116-118) [sem grifos no original]

Se na Idade Média, em grande medida a cultura dominante era a da Igreja que pregava, por exemplo o livre-arbítrio dado por Deus aos homens. No século XX, no período ao qual foi dedicado para a pesquisa, ou mesmo ao tempo de vida de Cabral, a “cultura” dominante é a da ciência.

Uma possível “fratura”¹⁵⁴ que separa esta cultura científica, pretendida como hegemônica da cultura tradicional africana sobre a doença e a cura, em Santa Catarina, pode ser percebida em algumas frases contidas nas obras de Cabral, a exemplo dos casos tratados nas citações anteriores. Refere-se as que ele atribuiu a existência de pessoas que recorrem às práticas de cura mágicas, à ignorância, ao atraso, a selvageria. Nas, segundo ele, “primitivas” práticas da medicina mágica, praticada pelos feiticeiros negros ou pelos curadores “brancos entendidos”. A lógica que serve para a análise de Cabral, indubitavelmente não é a mesma razão aplicada pelos curadores praticantes das religiosidades de matriz africana, por exemplo.

Em uma comparação entre Marchetto e o *benandanti* é curioso observar que essa cultura dos curadores tradicionais ou dos *benandanti* continua sem se encaixar na lógica científica dominante atual, sendo, portanto, fadada ou negligenciada pela forma como são produzidos os saberes e conhecimentos na atualidade.

Contudo, implícita nesta fratura entre uma cultura e memória que se quer dominante e outra que é construída como dominada, colonizada, surge outra importante relação. Trata-se da ameaça que uma sente com relação a outra por uma privilegiada condição de dispor de um conhecimento, de uma sabedoria, que o faz ter o direito sobre a vida ou a morte.

¹⁵⁴Sobre a ideia de “fratura” ver (CORBAIN, 1989): “Entre 1690 e 1730, tem lugar no Ocidente aquilo que, a partir do século XVII, é chamado na França de teologia natural e, na Inglaterra, de físico-teologia. Surge então uma fratura imprevista entre os sistemas populares de apreciação da natureza e as concepções de sábios religiosos, que lançam sobre o mundo exterior um novo olhar. A teologia natural assinala, com efeito, uma transição. Atesta a dissolução da visão de um mundo vivo e harmonioso, proposto no *Timeu*, sistematizado por Aristóteles e os Alexandrinos, exposto no final do século XV por Raymond de Sebonde e vulgarizado pelo neoplatônicos do Renascimento. Esse sistema implicava a crença em misteriosas correspondências entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o homem – o microcosmo – e o universo – o macrocosmo. Constituído por uma rede de analogias, o mundo exterior ainda não era visto, antes de tudo, como um enigma a resolver pela observação, nem como um conjunto de forças a ser dominado pelo saber científico” (pp.33-34). Assim a esta fratura de que se refere Ginzburg não corresponde a, de um lado, alguém que pensa de forma científica (a pessoa de Marchette por exemplo) e do outro uma que pensa de forma teológica (como o *benandante*). No período medieval, diferentemente do moderno e contemporâneo, ambos possuem uma forma teológica, por assim dizer de entender o mundo. A ideia de fratura aqui consiste no fato de um conseguir acessar o mundo do divino e o outro não, mas a lógica do pensamento, é a mesma.

Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte. Sem dúvida, ele derivava formalmente da velha *pátria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha “dado”. (FOUCAULT, 1988, p. 147)

Tais leituras, a revisão de parte da bibliografia de Oswaldo Rodrigues Cabral e à peculiar observação de Machado de Assis sobre o “governo da multidão” de que dispunha ainda os curadores, nos fez questionar sobre outras possibilidades para os embates e as perseguições teóricas e físicas aos curadores.

Razões que estivessem além do embate acerca do exercício da medicina propriamente dita entre práticos e formados, entre a etiologia e o conhecimento acerca dos agentes causadores da doença. Entre melhor ou pior, entre saber empírico e conhecimento científico, embora não se elida outras possíveis razões.

Obviamente, poderia haver algo a mais em disputa entre médicos formados nos bancos das academias de ensino científico e os curadores guardiães de saberes tradicionais. Esta dúvida, esta curiosidade foi, o combustível essencial para a pesquisa e escrita da tese.

Após as leituras realizadas de parte das obras de Oswaldo Cabral, das análises proporcionadas pelas outras fontes, pelas leituras de bibliografia sobre o tema, acredita-se que se trata, e está é a possível chave para o entendimento da perseguição sofrida pelos curadores possa estar na capacidade que eles possuíam/possuem de governar a multidão.

Pondo em disputa o exercício de poder decorrente do prestígio e da importância de que gozavam aqueles homens e mulheres capazes de lidar com o sofrimento alheio. Tornados tão importantes para a comunidade em razão de acalantar suas angústias e incertezas diante da dor da doença, da iminência da morte, do desalento a que muitos estavam submetidos.

Os curadores foram (e são) detentores de um vasto conhecimento que vai além de poções, benzeduras e ervas, são um elo com o passado, são guardiães de memórias, são, mais que curadores do corpo, são curadores de almas, representantes vivos de outras formas de organização social, e, por isso mesmo, vistos ou considerados como uma ameaça por parte de uma elite aburguesada e capitalista, de um modo geral.

Isto, indubitavelmente, colocou-os em rota de colisão com outras instâncias de produção e reprodução de conhecimento, de crenças e de valores: tais como a ciência produzida nas academias e a fé cristã do catolicismo e suas respectivas ações performáticas¹⁵⁵.

Estes curadores receberam as mais diversas denominações ao longo do tempo: sacerdotes, griôs, pajés, xamãs, alufás, feiticeiros, curandeiros, rezadores, benzedores, monges, beatos, conselheiros, ervateiros, raizeiros, parteiras, pais e mães de santo, farmacêuticos, médicos, *benandanti*, saladores, entre tantos outros. Os quais, ao longo da história, foram seguidos, perseguidos, amados, odiados, temidos, invejados e admirados.

Razões entre estas tensões em diferentes lugares e em diferentes tempos envolvendo tão importantes figuras humanas podem ser tantas quantos são os nomes de seus protagonistas, tais como os ocorridos entre os conflitos de diferentes culturas sobre a cura, como o trecho citado a seguir.

Creio, portanto, que a perseguição de curandeiros e *saladores* revela um conflito entre a cultura médica erudita e a cultura das curas populares no Portugal de finais do século XVII e do século XVIII. Esta tensão entre a cultura popular e a cultura das elites foi crescendo à medida que o período do Iluminismo foi avançando e as ideias racionalistas sobre a medicina começaram a penetrar em Portugal por vias não oficiais (mas frequentemente com o consentimento tácito de funcionários ortodoxos reacionários do Estado e da Igreja). Os processos do Santo Ofício contra curandeiros mágicos provam, portanto, que as ideias iluministas sobre práticas médicas racionalizadas haviam penetrado a mente das elites eruditas de Portugal, a ponto de até as políticas da Inquisição mudarem para se acomodar a, e mesmo promover, uma abordagem mais científica da cura. Neste caso raro, a Inquisição funcionou como um instrumento de uma mudança social progressista. (WALKER, 2013, p. 19-20)

¹⁵⁵Sobre a relação entre performance e produção de conhecimento ver (SHAPIN, 2013). Segundo este autor por performance pode-se entender toda uma gama de recursos culturais teóricos (escrita, teoria) e práticos (ações, operações) utilizados por aquele que deseja impor sua autoridade sobre um determinado tema ou assunto: “Em casos assim a credibilidade surge em parte dos julgamentos de risco e recompensa, por parte dos atores, e pelas convicções desses atores acerca da economia-de-credibilidade na qual centrarão suas afirmações. Contudo, as condições de credibilidade também fluem – talvez seja possível dizer – a partir da natureza dos fenômenos ou dos próprios conceitos ou, de forma mais precisa, do ambiente em que foram produzidos e nos quais trilharão sua carreira. O teórico social inglês Zygmunt Bauman observou que o mundo da modernidade tardia se encontra densamente povoado de entidades em relação às quais a autoridade da fala reside tão-somente nas comunidades altíssimamente especializadas, e muitíssimo confinadas. Somente físicos certificados como tais – e, a bem da verdade, físicos de determinada especialidade – podem pronunciar-se sobre a existência e as características de bósons vetoriais intermediários, e somente astrônomos altíssimamente especializados podem falar com credibilidade sobre a existência e as características dos pulsares: [...] (p. 26). O autor se refere a uma credibilidade adquirida pelas ciências exatas sobre determinados “objetos autorizados”. Enfim, o que propomos, ao final e ao cabo de tudo o que foi escrito até aqui, é que, a doença foi, de alguma forma transformada. Ou seja, teve seu caráter autorizado alterado ao longo do tempo. Cabral nos dá indícios para pensar como isso se deu em Santa Catarina, mas o exemplo pode ser, supomos, transposto para outros lugares e sociedades. Oswaldo Cabral em Santa Catarina, por meio de uma colonização da memória sobre a doença, contribuiu para retirá-la da condição de um objeto de pouca, ou nenhum “valor” de credibilidade, posto ser vista como resultado de vontades divinas, para uma alta cotação dentro de uma complexa “economia-credibilidade”. Assim altamente cotada, a saúde passa a ser, nesta lógica perversa capitalista, mais uma mercadoria cara.

Tanto lá em Portugal de fins do século XVII e XVIII, quanto aqui, em Santa Catarina de meados do século XX pode-se perceber embates entre as ideias e etiologias da cura e sobre as práticas médicas tais como as manifestadas num discurso intelectual promovido pela pena de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Ao analisar as obras de Cabral, pode-se perceber que ele parece ter patente uma ideia, ou visão da doença, como resultado de um processo que harmoniza “o modelo patológico postulado tanto pela tradição anatomoclínica quanto pelos cultuadores da moderna fisiologia experimental”. Aquele um modelo muito em voga durante todo o século XVIII esse, “ao longo do último quartel do século XIX” (EDLER, 2011, p. 28).

Cabral considera a medicina atual (em relação ao tempo de sua escrita, evidentemente) como a mais evoluída das ciências médicas. Pertencente ao último dos estágios correspondente ao apanágio resultante das outras artes de curar de um passado distante e primitivo.

Parece, ao que tudo indica, que a ciência médica do tempo de Cabral consistia no resultado do “acúmulo dos saberes” necessários a uma moderna medicina: a naturalística ou científica e corresponderia a uma das características de sociedades, igualmente, mais “evoluídas” (CABRAL, 1957).

A medicina, seu grau evolutivo, poderia servir, ao que parece apontar as teorias defendidas por Cabral, como um termômetro a “medir” o grau de evolução de uma dada sociedade.

O adiantamento da ciência, as suas pesquisas e descobertas foram trazendo ao conhecimento geral, e incorporando ao seu patrimônio, novos sinais, novos elementos indicativos do aperfeiçoamento físico, novos fatos que podem ser relacionados com o tempo de vida – permitindo que novos padrões fossem estabelecidos (...)

Evidentemente não são novos senão no sentido de ultimamente descobertos, recentemente encontrados – pois sempre existiram. **Novos terão sido os meios que permitiram o seu assinalamento, aperfeiçoados os sistemas de descobri-los, de revela-los ou de tornar prática a sua aplicação.** (CABRAL, 1955, p. 18) [sem grifos no original]

Este grau de evolução poderia ser medido pelo número de meios (técnicas e equipamentos) desenvolvidos em cada sociedade os quais permitiram comprovar e descobrir fatos científicos. Uma vez que estes já estavam ali na natureza a espera tão somente de meios capazes de os “descobrirem”, segundo se pode inferir do trecho transcrito da obra de Cabral.

Tanto mais laboratórios, equipamentos e cientistas capazes de produzir experimentos fisiológicos (GOMES, A.C., 2013) tivesse um país, mais descobertas científicas seria capaz de

realizar e, assim, proporcionar “avanços” no tocante à medicina e à sociedade. Galgando importantes degraus numa escala evolutiva que iria da mágica, passava pela teológica e alcançaria à medicina naturalística ou científica (CABRAL, 1957). E, logo, classificada como uma nação mais “evoluída” se tal raciocínio for seguido.

Numa máxima da expressão do parasitologista Júlio de Moura e sua célebre frase: “No país dos videntes, quem maneja o microscópio é rei”. (Sergio Goes de Paula, in EDLER, 2011, p. 14). Ao que tudo indica, Oswaldo Cabral manejou o microscópio muito bem. Mas não manipulou só o equipamento de lentes capazes de ampliar o alcance do olho humano, fornecendo-lhe “uma prótese tecnológica do olhar” (COURTINE e VIGARELLO, 2011, pp. 358-359). Cabral utilizou dois outros importantes instrumentos, que ao inverso do primeiro, poderia transformar em invisíveis seres macroscópicos ou encontrar beleza em coisas mortas: a pena e o bisturi.

De posse da pena para a escrita aliada ao bisturi somados aos recursos teóricos e metodológicos usou para analisar, descrever e operar a ciência, a cultura na história, Cabral provocou uma colonização da memória em Santa Catarina.

Principalmente se levado em conta seus discursos sobre as outras formas de lidar com o “fenômeno doença” ou o “problema cura” (CABRAL, 1957, p. 17) praticadas por curadores ligados às religiosidades de matriz africana. Estas, seriam, portanto, consideradas, por Cabral, danosas à sociedade, indícios claros do atraso e do alto nível de incivilidade de sua população, e, portanto, deveriam ser extirpadas da sociedade. Ou quando muito deveriam ser “encaixadas” em sistemas explicativos com base em um pensamento lógico cientificista e católico que as catalogava como manifestações primitivas de uma cultura em extinção.

Para Cabral tais manifestações eram reveladoras de “níveis inferiores” do estágio evolutivo da medicina de um povo, de uma “raça”. Seriam, dentro de uma lógica de convencimento retórico e não de embate (EDLER, 2011), fenômenos explicados pelo próprio processo evolutivo da ciência médica ao longo de sua história. Uma explicação histórico-científica sobre a sociedade.

O ato de convencer, ao invés de vencer as tantas práticas médicas realizadas pelos curadores na sociedade brasileira por exemplo, a título de suposição, se deu pelo estudo, pesquisa e seu registro sob o ponto de vista do folclore de um determinado povo.

Esta Ciência dos usos e costumes do povo, tal como a acreditava Cabral (CABRAL, 1954) ser o folclore, serviu de ponte entre o passado (atrasado) e o presente (moderno).

Sobre o folclore e a relação com intelectuais e produção de conhecimento histórico em fins do século XIX e início do XX, principalmente, destaca-se o quanto serviu, de alguma forma como

um tipo de conhecimento fundado em procedimentos científicos advindos da etnografia, que consistia em recolher, para salvaguardar, os costumes de um povo, fossem eles festas, lendas, práticas alimentares, musicais, de vestuários, contos etc. Portanto, tratava-se de “sistematizar”, em linguagem “cultura”, um imemorial conjunto de saberes populares, transmitido basicamente pela oralidade e repetição, de geração a geração, que permanecia “vivo” no imaginário das populações “simples”, principalmente as rurais. Esse projeto, que muitas vezes se organiza em movimento, mobilizando intelectuais internacionalmente, tem como objetivo “salvar” o patrimônio cultural “popular”, entendido como algo singular, típico e tradicional de certos grupos sociais nacionais. (GOMES, A. 2016, p. 99)

Esta tarefa de levantamento e “salvaguarda” do que foi “eleito” como patrimônio cultural, por Oswaldo Cabral, em Santa Catarina, foi, por suposto, realizada de forma a colonizar outras manifestações culturais na região que não condiziam com o modelo “civilizado” burguês europeu.

Assim procedeu-se a seleção das benzeduras, por exemplo, catalogando-as e registrando-as nos Boletins e Inquéritos da Comissão Catarinense de Folclore como representantes de uma tradição cultural.

Ao passo que, por meio de seus livros sobre ciência médica, cultura na História do estado, classificou tantas outras manifestações, como as curas e rezas dos africanos e seus descendentes, como indignas de nota, resultado de atraso em que, segundo sua visão, viviam estes grupos sociais.

Fazendo crer que tais práticas estavam relacionadas e foram assim descritas por Cabral, como próprias dos níveis “primitivos” e “atrasados” de civilização, os quais poderiam ser corrigidas, extirpadas, substituídas, num processo de educação.

Processo que ficou conhecido, durante muito tempo por “aculturação”, termo cunhado pela Antropologia. Embora a população seguisse procurando pelos bens e serviços de saúde oferecidos pelos curadores, denotando que não haviam sido “aculturados”.

Possíveis razões para a população, indistintamente, procurar os curadores não podem se resumir ao fato de que existiam poucos médicos para atender a população.

Essas razões podem ser tantas quantas foram as próprias artes de curar. Pode-se atribuir ao fato de que a população se mantinha cética com relação a eficiência e eficácia dos métodos da

medicina científica, dita moderna, métodos, por assim dizer, mais invasivos que os praticados pelos curadores, por exemplo.

Outra explicação pode estar no fato de que a população de um modo geral, não conseguia se convencer, ou entender a lógica do pensamento iluminista médico científico para o tratamento de suas enfermidades. Não compreendiam mesmo esta nova linguagem biológica dos médicos formados e seus códigos, símbolos e um linguagem técnica especializada, próprias de sua comunidade médica e de seu coletivo modo de pensar e entender ciência, a doença e a cura.

Tanto mais num momento que precedeu ao da Medicina Imperial em que a credibilidade científica de sua técnica de diagnóstico pautada basicamente na clínica, estava sob suspeição generalizada.

Quando os médicos do Império foram postos diante de uma nova maneira de encarar a causalidade a causalidade de certas morbididades, tal como postulavam os helmintologistas, a fronteira entre o **charlatanismo** e o profissionalismo, entre o erro “dogmático” e a verdade “científica”, tornou-se fluída e movediça, pois implicava um reordenamento da hierarquia profissional. (EDLER, 2001, p. 23) (grifo nosso)

Tais acontecimentos teriam acirrado ou demarcado ainda mais a necessidade de um convencimento da eficiência das práticas médicas científicas o que deveria trazer prestígio e maior possibilidade de exercício de poder político pelos médicos.

Exercício de poder esse, cujo exercício por parte de curadores religiosos já havia dado sinais claros de ameaça. A exemplo de Canudos (1896-1897) na Bahia e a multidão que seguiu ao beato Antônio Conselheiro. Ou em Santa Catarina, durante o Movimento do Contestado (1912-1916). Ainda, o triste Massacre do Caldeirão, ocorrido no Ceará em 1937, cujo líder do povo era, igualmente um beato e curador, José Lourenço. Ou seja, estes três movimentos ou agrupamentos de pessoas, ocorreram em torno da liderança espiritual de beatos-curadores, que além de conforto espiritual, ofereciam remédios caseiros, rezas e bênçãos para acalantar o sofrimento do corpo e da alma daqueles que os procuravam.

Em comum, ainda as três comunidades, pregavam igualdade e uma forma alternativa de organização social, pautada na igualdade e no uso coletivo da terra. Tanto Antônio Conselheiro de Canudos, João Maria da região do Contestado e o beato José Lourenço de Caldeirão, foram seguidos ou por uma multidão. E exerciam um certo “governo” dessa multidão, fato estão que logo foi percebido pelo poder instituído local, os coronéis, ou o próprio Estado, como uma ameaça a suas hegemonias.

Líderes dessa natureza, com um certo governo sobre a multidão, poderiam ser, também, percebidos como uma ameaça aos governantes “republicanos” em uma democracia tão precoce quanto insipiente como a que se iniciou no Brasil, principalmente após 1889. Grosso modo, na passagem do Império para a República, foram mantidas as antigas estruturas patriarcais e de exploração do povo. Levando-se a cabo na transição de uma sociedade escravista para uma de relações capitalistas a máxima de que cada trabalhador deveria se tornar seu próprio feitor (WEBER, apud THOMPSON, 1987b, p. 234).

Este governo da multidão, cogita-se, poderia ser considerado um saber-poder a ser superado pelo convencimento, de uma nova lógica científica, representada pelos médicos, constantemente aliados às elites locais. Muitas eram filhos dos coronéis, os doutores médicos da região. Assim, acreditando estar realizando um bem para a população, estes novos coronéis de bisturi e microscópios, passam a dominar o cenário político local. Não é raro encontrar médicos na cena política durante as décadas iniciais da República no Brasil.

Além da saúde, do saber, do *biopoder*, havia um outro importante fator em jogo sobre o “governo da multidão”, do qual dispunham, ainda, a “interessante classe” dos curadores. Se não, qual a razão em perseguir líderes religiosos, beatos e monges, curadores e conselheiros pelo interior do Brasil afora. Se não qual a razão de o Estado sair aniquilando suas comunidades, massacrando suas famílias, destruindo seus povoados. A exemplo do que ocorreu a Antônio Conselheiro, em Canudos aos diferentes beatos da região do Contestado, em Santa Catarina e aos seguidores de José Lourenço. Uma vez que tais homens santos, mais se assemelhavam a benzedores do que feiticeiros, deveriam passar para a história como subversivos ou criminosos destemidos:

No começo de sua vida de peregrino, em meados de 1870, era comum dependurar um oratório de cedro com a imagem de Cristo nos galhos de árvores, diante do qual as pessoas se ajoelhavam e rezavam. Usando uma túnica de zuarte, trazendo consigo seu cajado – símbolo de seu comando sobre o povo – e, com “voz clara e palavra eloqüente”, como um venerável patriarca do Antigo Testamento, Conselheiro pregava num “tom suave” os preceitos cristãos. Seguindo o exemplo do padre Ibiapina, costumava rezar o ofício de madrugada, antes mesmo de começar as obrigações diárias, orando no almoço as jaculatórias e no fim da tarde o rosário, seguido das pregações. Alguns padres aceitavam que Conselheiro ensinasse em suas capelas ou igrejas, mesmo depois do arcebispo da Bahia ter proibido suas prédicas para o povo. (SILVA J. M., 2005, p. 268)

Da mesma forma vinha o prestígio de que gozavam as benzedoiras em suas comunidades, como visto na seção anterior. Mas como suas rezas são, segundo Cabral, inofensivas,

estas poderiam ser “toleradas”. Suas práticas estariam fora do processo de criminalização encampado por um aparato policial e jurídico, além, é claro, da classe política, que mantiveram no código penal de 1940 os crimes de “curandeirismo” e “charlatanismo”, mas que fizeram vistas grossas às benzeduras.

Embora se assemelhem em muito ao tipo penal estabelecido no ordenamento jurídico de 1940, as benzeduras não pertenciam ao conjunto de práticas que ofereciam risco direto à sociedade capitalista e estatal. Tampouco ameaçavam a hegemonia do médico oficial em seu exercício do poder saber, do biopoder sobre a saúde. Afinal, os médicos

(...) não pretendiam apenas ser mais uma opção de cura respeitável e merecedora da confiança das pessoas simplesmente em função de seu compromisso com a ciência. Seu objetivo era ser a única opção existente, para que conseguissem definitivamente conquistar o poder e prestígio que acreditavam merecer como representante da doutrina científica. Para tanto, necessitavam do apoio do poder que legisla, pois só com suas armas não conseguiriam atingir a legitimidade desejada. Os interesses de ambos eram comuns: a saúde dos povos deveria ser uma meta perseguida tanto por médicos quanto por autoridades. (PIMENTA, 2003, pp. 54-55)

As armas que dispunham até então resultariam de uma acumulação de leituras e conhecimentos (científicos). Armas estas que se mostravam incapazes de conquistar o espaço desejado pela classe médica.

Assim, apoiada por parte de uma elite letrada, insere-se na vida política. Uma vez que passa a se afastar e diferenciar-se cada vez mais do pensamento coletivo popular, em sua grande maioria, incapaz de compreender os métodos científicos de cura. Considerados presos a “certas sujeições espirituais” sobre a saúde sobre a doença.

Oswaldo Rodrigues Cabral, médico, político e historiador, ao realizar uma História da Ciência Médica e da Cultura em Santa Catarina, numa História pautada pela longa duração, ao que tudo indica, coadunava do pensamento *braudeliano*, que, em última análise, considerava que

Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embarçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (envoltórios, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pense-se na dificuldade de quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos

limites da produtividade, até mesmo certas sujeições espirituais: os quadros mentais são também prisões de longa duração. (BRAUDEL, 1965, p. 268)

Tratava-se, pois, de embates ocorridos num *front* em que ambos os *exércitos* não manejavam o mesmo arsenal bélico, para utilizar de uma linguagem militar. Não que se concorde com a ideia de uma guerra. Mas para que possa exemplificar que, de um lado existia uma classe de curadores religiosos em sua maioria, fragmentada, mas que falava a mesma língua da população em termos de visão de mundo, de um coletivo de pensamento (FLECK, 1986) sobre saúde, pautada no sagrado, na certeza da fé, num tempo escatológico de dádiva e castigo de deuses e orixás. De outro, uma classe de médicos, unida na convicção e na certeza fornecida pela Ciência Médica, apoiada pelo Estado, por Leis, por Instituições de Classe (os Conselhos de Medicina, o de Santa Catarina, por exemplo surge em 1950) que possuíam uma visão, uma ideia sobre doença diferenciada, racional, secularizada. Um pensamento afastado do que possuía a população de um modo geral, sobre saúde.

A ideia de um afastamento da base de pensamento comum entre o povo (governados) e elite (governantes), em razão da acumulação de um saber dito erudito e letrado por esta última, por estar pautada no cultivo ou manutenção do medo (DELUMEAU, 1989, pp. 386-392). Trata-se do medo das práticas de “feitiçaria” em uma “cultura dirigente” na Europa do século XVI, mas que pode servir de referência para o Brasil do século XX.

Tratando-se da promoção intelectual do setor cultivado na sociedade da Renascença, uma outra consideração talvez mereça atenção, ao menos a título de hipótese: o acúmulo das leituras e dos conhecimentos não alargou o fosso entre cultura erudita e cultura popular? O retorno ao latim clássico, o acesso redescoberto ou ampliado à mitologia, à iconografia, à filosofia greco-romanas não criaram um isolamento crescente dos letrados em meio a um mundo para o qual a linguagem erudita era inacessível? A partir daí, antes dos triunfos intelectuais do período seguinte, antes da multiplicação dos colégios que difundiram seu saber, a cultura escrita não se sentiu frágil, ao tomar a medida do universo rural e oral que a circundava? Se sim – no que acredito – essa tomada de consciência teria sido um componente da mentalidade obsidional que o presente ensaio procura trazer à luz. Em todo caso, a distância aumentada entre as duas culturas parece ter reforçado a repulsa da elite pelos incompreensíveis comportamentos de uma massa camponesa que se lhe tornava cada vez mais estranha. Essa alteridade engendrou agressividade e, a esse respeito, vamos ao encontro das análises de Th. Szasz. Existe uma necessidade humana de se validar como bom e normal e de invalidar outrem como mal e anormal. **Os processos de feitiçaria foram uma autodefesa da ética dominante [ou que se pretendia dominante] contra uma prática coletiva que a julgava em contrário e que serviu de bode expiatório.** (DELUMEAU, 1989, p. 387). [sem grifos no original]

É relevante a ideia dos processos contra a feitiçaria como resultado de uma “autodefesa da ética dominante” ou que se pretendia dominante, como aponta o autor. Tal argumento nos remete as relações entre “curandeiros e charlatães” e os médicos formados. São, portanto, os curadores praticantes das artes de curar, pertencentes a segunda classe de charlatão citado no início da escrita, o qual será duramente combatido por Oswaldo Cabral.

É preciso, por fim, reforçar a tese de que, de certa forma, a acumulação ou o contato com o conhecimento científico sobre as doenças e seus agentes patológicos levou, no Brasil, um afastamento entre o conhecimento douto, científico e o empírico ou popular¹⁵⁶. O que pode ter provocado, a exemplo da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, uma acentuação entre diferentes etiologias da doença. Uma acreditada pelos agentes que pensavam e promoviam as políticas públicas voltadas para a saúde e outra usualmente mantida por boa parte da população em geral, ao menos até a década de 1950, quando o país passou a se tornar mais urbano.

Haja vista haver uma elite formada, principalmente nos bancos acadêmicos dos cursos de Medicina no Brasil (de forma a garantir a atuação do Médico entre outras razões) e que passam a escrever uma história memorialista que visa a desprestigiar o conhecimento empírico e popular sobre a saúde, a exemplo do que fez Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. Também os bacharéis formados nas Faculdades de Direito do país (de forma a proteger, em tese, o bem jurídico saúde pública), irão incentivar a criação de Leis, como o caso dos artigos 283 e 284 do Código Penal Brasileiro de 1940, que criminalizavam as práticas de “curandeirismo” e “charlatanismo”. Ambas as atuações reforçadas com participações de médicos e advogados no cenário político e intelectual nacional.

Oswaldo Cabral a partir de 1929 com a publicação de *“Problemas educacionais de Hygiene”* e em 1972 com a publicação de sua obra última obra ainda vivo *“Nossa Senhora do*

¹⁵⁶Necessariamente este não é o único caminho a ser trilhado. Há experiências no México, por exemplo, em que a medicina com bases na ciência dialoga com a medicina de bases populares. Recentemente o Ministério da Saúde do Brasil ampliou as chamadas práticas integrativas. O grande problema é compreender porque o caminho adotado no Brasil foi o de um distanciamento radical entre a medicina científica e a das práticas populares. “Em 2006, quando foi criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) eram ofertados apenas cinco procedimentos. Após 10 anos, em 2017, foram incorporadas 14 atividades, chegando as 19 práticas disponíveis atualmente à população: ayurveda, homeopatia, medicina tradicional chinesa, medicina antroposófica, plantas medicinais/fitoterapia, arteterapia, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, termalismo social/crenoterapia e yoga” In Ministério da Saúde inclui 10 novas práticas integrativas no SUS disponível em <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42737-ministerio-da-saude-inclui-10-novas-praticas-integrativas-no-sus>, acessado em 05 de julho de 2018.

Desterro”, passou a fazer parte de uma seleta comunidade nacional de médicos formados. Os quais passarão a proteger e defender um campo de atuação da saúde e da cura do corpo, bem como o trato com as doenças, apenas por médicos formados. Além da promoção e divulgação de uma etiologia da doença pensada a partir de uma concepção de ciência como um processo evolutivo de saberes. Além de atuarem como intelectuais mediadores culturais (GOMES; HANSEN, 2016) entre a história e a medicina, entre a pena e o bisturi.

Cabral ao atuar como escritor historiador memorialista, escreveu uma história e operou parte da cultura de Santa Catarina, com base numa concepção de ciência e de teorias vindas da Europa. E assim, entre a pena e o bisturi, promoveu uma colonização de parte da memória coletiva, produzindo silêncios, principalmente quando analisou as práticas de cura diferentes das médico-científicas. Ao abordá-las de um ponto de vista colonialista, considerando-as características de povos “atrasados”, rudes. Ou mesmo reforçando a criminalização e preconceitos sobre essas práticas e a estigmatização de seus adeptos e praticantes ao estabelecer um olhar de estrangeiro para a cultura de seu lugar, de sua gente, seus usos e costumes.

No entanto o costume de procurar um curador ou uma curadora para tratar males físicos ou espirituais, acreditando ser a doença e a cura, castigo ou dádivas divinas, é tão antiga quanto complexa e resulta do encontro de várias culturas, cujas marcas permanecem. Resistem às tentativas constantes de seu “enterro”, mesmo que em um túmulo adornado e belo.

A beleza de tais práticas não surge quando de sua morte ou de seu desaparecimento, pelo contrário, quanto mais viva, mais presente, confrontando e desafiando a cultura hegemônica, mais bela e interessante se mostrará ao observador, seja ele um historiador ou um médico, esteja ele de posse de uma pena ou de um bisturi.

Considerações Finais

Estranhas sensações maravilhosas
 Percorrem pelos cálices das rosas,
 Sensações sepulcrais de larvas frias...

Como que ocultas áspides flexíveis
 Mordem da Luz os germens invisíveis
 Com o tóxico das cóleras sombrias...

(Cruz e Sousa, Luz Dolorosa)¹⁵⁷

Talvez a primeira das considerações finais a se fazer não seja uma consideração, mas uma constatação. Apesar de não parecer, esta foi sim uma pesquisa da gente que ficou esquecida nos arquivos, cuja memória, e escritos, roída pelas traças, cujas obras vendidas em sebos país afora, largada nas estantes empoeiradas das bibliotecas universitárias, nos escuros setores de obras raras, jazem quietas, relegadas. Com um certo desdém não se tem pesquisado muito, atualmente, sobre as elites, sejam as políticas, ou as intelectuais, ou as políticas e intelectuais.

A constatação que permeou todo o trabalho foi a de que existe muito pouca produção histórica acerca do médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978). Não há um acervo, um arquivo com material sobre este que foi, com certeza, o maior historiador catarinense do século passado. Não há livros sobre sua biografia, não existe sequer um local onde se encontre suas obras concentradas, guardadas para consulta em Florianópolis.

Muitas delas, como as utilizadas para a pesquisa e escrita da tese, foram obtidas por meio de compra em sites especializados em revenda de livros, em sebos de Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Minas Gerais até em Lisboa, mas muito pouco, muito pouco desse importante material sobre a história de Santa Catarina se encontra à disposição, com fácil acesso na própria cidade a quem ele dedicou boa parte de suas pesquisas: Florianópolis.

Mesmo de se espantar não haver nada, e não é exagero, não há nada mesmo sobre o professor Oswaldo Cabral no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, criado pela Lei nº 4.491 de 14 de setembro de 1994, que passou a ser denominado Professor Oswaldo Rodrigues

¹⁵⁷ (CRUZ E SOUSA, 1993)

Cabral, por meio da lei de número 7.020, de 17 de abril de 2006. Justiça seja feita, por ocasião da visita aquele arquivo, foi entregue uma pequena “resenha histórica e bibliográfica” sobre o Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, feita por iniciativa das próprias funcionárias do órgão de memória da capital do Estado de Santa Catarina.

Razões para este descaso, para este vazio e silêncio ensurdecedor sobre Cabral podem ser muitas, ou nenhuma, talvez apenas um acaso. Talvez uma aversão ao estudo sobre a vida dos intelectuais que pertenceram a uma elite letrada, aburguesada, política e influente na cidade e no Estado por parte de uma historiografia mais voltada aos excluídos. Talvez pode estar na forma datada e cientificamente pontuada da escrita de Cabral a qual, não raras vezes, mal interpretada. Pode inúmeras outras razões, as quais impossível, por ora, apontar. Mas é fato, o silêncio e mesmo a aversão que historiadores contemporâneos têm sobre conhecer melhor a história daqueles que, invariavelmente, dedicaram grande parte de suas vidas a fazer com que conhecêssemos a nossa própria história (SIRINELLI, 1998). Com omissões, com silêncios, com problemas, indubitavelmente que sim, mas não em quantidade suficiente para elidir o brilhantismo, a inteligência e a dedicação com que estes homens de letras, como Cabral, contribuíram para a escrita de parte de nossa história.

Outra consideração está, obviamente, na forma como Cabral produziu sua escrita histórica sobre o estado de Santa Catarina. Seu aparente compromisso com a ciência médica, principalmente nas suas obras publicadas entre 1937 e 1957. Obras primorosas que são fonte quase inesgotável sobre os mais variados temas: a história das doenças em Santa Catarina, parece ser o mais ululante deles. Mas, indubitavelmente, um dos maiores pesquisadores da história de Santa Catarina no século XX.

E dela, da história da saúde suscitada pela pena de Cabral, que partiu a pesquisa e a qual suscitou tantas considerações quantas foram as doenças listadas por Cabral em seus livros, principalmente em “*Medicina, Médicos e Charlatães do Passado*” de 1942, a obra com o maior número de citações nesta pesquisa, com toda certeza. Obra ainda pouco explorada e que pode contribuir para tantas outras futuras pesquisas históricas.

Desta obra saiu ainda, talvez, a consideração mais importante desta pesquisa: a forma colonialista como, não só Cabral, mas tantos trabalhos de cunho histórico, mesmo atuais, em pleno século XX ou XXI, ainda abordam os saberes tradicionais sobre a cura praticados por uma gama

de profissionais que foram aqui reunidos sobre a nomenclatura, talvez, ainda não a mais condigna, de curadores. Escrita histórica realizada por um médico de formação como o foi Oswaldo Cabral.

Tal consideração não deve ser lida ou entendida como uma condenação aos médicos historiadores, memorialistas ou à medicina científica a qual tanto deve a sociedade por conquistas na infinita batalha com a morte, tão antiga quanto o é a vida na terra.

Antes é uma constatação e que, ousa-se recomendar, deva ser levada em conta a todo aquele que, se interessar por qualquer tema de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento humano: não perder, nunca, a capacidade de se surpreender com tudo, até com o detalhe mais banal. Com o conhecimento que se mostra pronto acabado, com o conceito dado, com a explicação atribuída a essa ou aquela atitude humana. Como a aceitação, quase natural, por exemplo de que o feitiço é algo negativo, que remete à uma cultura primitiva, atrasada, incivilizada. Não o é. Não da forma como ele aparece em livros de ciência, medicina, história, cultura, folclore, como os livros aqui analisados escritos pela pena de Cabral.

A interpretação quase demoníaca de fenômenos de cura, tidos como estranhos, como os que utilizam objetos “benzidos”, sagrados capazes de afugentar forças causadoras de males diversos, ou comumente atribuídos de feitiço, não é natural. Não deve ser entendida como a única dotada de verdade e de certeza, e em nome desta mesma explicação, repudiar seus adeptos seus seguidores. Aqueles e aquelas que utilizam desta medicina para tratarem a si e os seus. Classificando-os como charlatães, curandeiros, embusteiros, condenando-os a penas (no termo jurídico obviamente) que vão de discriminação à reclusão e multa.

Assim, mais uma consideração reside no fato de que, ao fim e ao cabo da pesquisa, poder ser capaz de perceber, ao menos, duas formas de colonização desses saberes nas obras do médico e historiador Oswaldo Cabral a colonização pela seleção e a outra por meio do “arsenal” teórico e conceitual utilizado por ele para abordar o tema.

Uma seleção feita por Cabral percebida nos temas que elegeu como dignos de pesquisa focando em um determinado ponto da história regional, afirmando que a “civilização” da região litorânea de Santa Catarina que começou com a vinda dos casais açorianos no século XVIII. Também, e talvez mais sutil que a constatação anterior, refere-se a forma com que o médico Cabral operou um conjunto de conceitos, teorias e ideias, manifestadas por meio de palavras-chave (*key words*) quando de sua escrita de parte da história de Santa Catarina. Analisando e descrevendo aspectos da cultura, usos e costumes, principalmente aqueles relacionados à saúde, tendo por base

uma ideia de ciência e de um modelo de civilização europeus. Cabral, ao que tudo indica, utilizou uma matriz teórica devedora de uma ideia de ciência como “resultado de um processo acumulativo e progressivo de conhecimento objetivo” (FERLA, 2009, p. 47) para pensar a cultura e escrever a história do estado catarinense. Uma colonização que se processou entre a pena (escrita histórica) e o bisturi (no exercício da medicina).

Foi possível identificar na produção historiográfica de Cabral, um empenho em fazer acreditar que a história e a cultura atribuídos à Santa Catarina são altamente devedoras de um legado luso-açoriano, quase exclusivamente. Além de perceber uma abordagem positivista da cultura, do folclore e da história construídas como naturalmente pertencente ao litoral catarinense.

Outra consideração, além da existência da abordagem de tendências positivistas promovidas por Cabral, pode ser a da existência de uma historiografia que só veio a desmistificar essa colonização da memória catarinense, recentemente, quando da virada do século XX para o século XXI, mais precisamente.

Por meio de uma produção eminentemente acadêmica, promovida por historiadores, cuja formação histórica (Cabral não teve formação acadêmica em História), contribuiu para uma mudança na escrita da história no estado desde então. Quando deu-se início uma produção historiográfica¹⁵⁸ catarinense mais preocupada com os silêncios e os marginalizados do que com a afirmação de uma cultura e de uma memória açoriana, para um lugar do Brasil, ainda hoje, bastante identificado com uma cultura branca, europeizada e de matriz católica. O que permite inferir que é a partir deste momento que a historiografia dita catarinense passa de uma calcada em aspectos memorialísticos e colonialista para uma mais histórica e analítica. O foco da pesquisa não foi a historiografia catarinense, mas sim a forma como Cabral descreveu as práticas de cura não oficiais ligadas às religiosidades africanas.

Nossa entrada, ou a pedra de toque para a pesquisa, foi a forma com a qual Cabral classificou diferentes manifestações de cura de diferentes etiologias da doença e da cura, sobretudo, as oriundas de saberes ditos tradicionais, populares ou folclóricos (THOMPSON, E. 1998). Tais como as benzeduras, as simpatias, mezinhas, rezas, simpatias, e outras práticas realizadas por curadores, “benzedores”, “curandeiros” e “feiticeiros”, muitos dos quais ele irá taxar de “charlatões do passado”.

¹⁵⁸Referimo-nos à (BRANCHER, org., 1999; BRANCHER e AREND, (orgs.), 2001 e 2004; CORRÊA, 2003; 1997; DALLABRIDA, 1996; FALCÃO, 2000; FÁVERI, 2004; FLORES, 1997; LEITE, 1996; MEIRINHO, 1997; MORGA, 2001; PEDRO, 1988 e 2003; RAMPINELLI, 2003, WOLFF, 1994 e CARDOSO, P. 2008), entre outros.

De se considerar, novamente, que se optou-se, durante toda a escrita da tese, por tratar esses e essas detentores e detentoras de saberes populares sobre curas como curadores e curadoras em oposição à nomenclatura comumente encontrada na literatura sobre o tema que os classifica como “curandeiros” e “curandeiras” em razão da conotação pejorativa e mesmo criminosa que este termo adquiriu ao longo do tempo¹⁵⁹.

Trata-se de um grupo bastante amplo e eclético, muitos dos quais vem sendo sistematicamente, desvalorizados e desacreditados, tanto pela sociedade quanto pela ciência, embora haja um movimento, ainda insipiente, de valorização desses detentores de saberes ditos e construídos como “tradicionais”, o que também pode e deve sofrer uma análise crítica.

É raro encontrarmos hoje parteiras e boticários, mesmo que, atualmente seja possível perceber uma espécie de retorno às práticas de partos “naturais” e utilização de “medicinas alternativas”. Fato é que, tais personagens bastante presentes nas comunidades até as primeiras décadas do século XX, tal como eram, raramente são encontrados e procurados como foram até meados do século passado. Mesmo assim nossas próprias instâncias responsáveis pela produção, reprodução, divulgação e propagação do conhecimento, as escolas e universidades, por exemplo, não dispõem de mecanismos capazes de assegurar a promoção da participação efetiva desses detentores de saberes, de forma plena, vez que foram pensadas e idealizadas dentro de um sistema de valorização do saber científico europeu e suas amarras protocolares. Tais como os necessários registros, títulos acadêmicos, e tantas outras burocracias criadas para o ingresso e a admissão destas pessoas aos quadros ou as salas de aula e laboratórios acadêmicos. São pessoas, via de regra, cujo saber foi-lhes legado pela tradição e pela oralidade, nas mais variadas áreas do conhecimento da saúde à história. É bastante amplo e eclético o número de pessoas os quais espalham-se nas mais diversas esferas do saber e do conhecimento humano. Contudo, focamos naqueles que detêm saberes sobre a doença e a cura para efeito de nossa análise. Mas eles ocupam várias instâncias de saber, a filosofia, a religiosidade, formas e maneiras de construir, de cozinhar, de pescar, de cultivar a terra que podem perfeitamente ocupar docências, palestras e oficinas em franca e ampla contribuição ao tripé universitário da pesquisa, ensino e extensão.

Quanto aos curadores basta dizer que estamos tentando contemplar desde os anciões que sempre sabem uma receita com ervas ou alguma simpatia para febres, gripes ou pequenas

¹⁵⁹Ver (CHALHOUB, 2003; FIGUEIREDO, 2002, SAMPAIO, 2000,2001; WITTER, 2001, WEBER, 1999; RIBEIRO, M. 1997)

infecções, tais como a prática para aplacar um terçol no olho de aquecer o dedo indicador e colocar sobre o local. Até os adeptos e praticantes de religiões afro-brasileiras como a Umbanda e Candomblé que, por intermédio de uma entidade como um preto-velho ou um caboclo, promovem passes e receitam despachos e trabalhos visando promover a saúde do corpo e da alma, eles têm muito a ensinar, mas para tanto nossas instituições precisam estar abertas a esse saber. Mais uma consideração que se apresenta diz respeito a repensar a forma como o conhecimento científico é construído dentro do muro ou da “torre de marfim” das universidades.

Todos estes, são exemplos, de pessoas que compõem uma “classe interessante”¹⁶⁰ que, via de regra, resistem nas “franjas” (CERTEAU, 2006), ou melhor, na órbita de saberes e conhecimentos tidos ou pretendidos como hegemônicos, reproduzidos, muitas vezes, dentro das faculdades e universidade do país.

Em tese, é possível considerar, e aqui vai mais uma consideração, que os curadores constituem uma classe, no sentido *thompsiniano* do termo. Uma classe que passa a ser, em razão da disputa pelo bem simbólico da cura, considerada como perigosa e sempre propensa à transgressão a um ordenamento jurídico previamente pensado e constituído de modo a impedir o exercício das práticas de cura classificadas como “charlatanismo e curandeirismo”, ordenamento jurídico também pensado nos cânones europeus e cristão-católico.

Assim os curadores que se enquadram nos tipos penais de charlatão e curandeiro serão mantidos sob vigilância e em estado de suspeição generalizada a todo tempo, afastados até mesmo das universidades. Contudo a maior repercussão desse aparato legal e jurídico de criminalização das práticas de cura consiste no efeito social e cultural que ele provocou de desvalorização e recriminação destes profissionais, quase todos ligados às religiosidades de matriz africana no Brasil.

A que se considerar que as manifestações culturais, crenças, práticas de “magia” ou “feitiço, ligadas a cura, por exemplo, personalizadas na figura dos curadores, serão também, objeto de perseguições e embates, numa disputa pelo exercício de poder e prestígio promovidos pela capacidade de “curar”. Principalmente quando do surgimento, no Brasil, das primeiras Faculdades de Medicina, a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa para a sua maior colônia.

¹⁶⁰ Machado de Assis¹⁶⁰, em crônica datada de 14 de junho de 1889 no Jornal o Comércio refere-se aos “curandeiros” como “classe interessante” (CHALHOUB, 1996, p. 165)

Somada à capacidade de curar e prestígio na comunidade local ao qual pertencem, agregando multidões em seu entorno, a exemplo de Antônio Conselheiro na Bahia e os vários Monges, do Contestado em Santa Catarina, os curadores seriam ainda alvos de críticas ferrenhas por parte de todo um discurso médico-científico que, talvez tenha conseguido, de toda sorte desqualificar suas drogas, poções e práticas em detrimento do conhecimento médico-científico oriundo dos livros e da prática médica das academias e faculdades de medicina de matriz, eminentemente europeia.

Esse “novo” saber científico acadêmico, de forma a se afirmar e fazer valer uma nova etiologia da doença, irá colocar as práticas caseiras de cura e a medicina popular num patamar de credence e de mito, ou mesmo criminalizar tais práticas (veja a existência dos crimes de curandeirismo e charlatanismo no Código Penal Brasileiro de 1940, ainda vigente). Por conseguinte, a classe dos curadores será acusada de charlatanismo e curandeirismo, sendo perseguida e esvaziado o lugar de destaque que ocupava desde então nas mais diferentes comunidades pelo país afora. Lugar este que, considera-se, não estava vazio como muitos parecerem crer, mas que foi esvaziado por um discurso médico científico sobre a doença e a cura.

A produção e mesmo a valorização dos saberes passarão por uma mudança nos seus padrões. Novos “padrões culturais” urbanos, ou “sistemas” ou “complexos de símbolos” (GEETZ, 1989), que findam por alterar a matriz de consagração desses saberes. Não mais a ancestralidade, a oralidade, agora uma cultura escrita e científica é que avaliza e media os saberes do mundo, de um modo geral. Nela uma determinada parcela dita intelectualizada, alfabetizada, aculturada e aburguesada, pretende implantar uma nova matriz de conhecimento suplantando às demais racionalidades, saberes e formas de entender o mundo.

Desta forma, o saber médico-científico, defendido pela Instituição Faculdade de Medicina, com grande base europeia, entra em rota de choque com a medicina popular praticada há muito tempo pelos curadores ditos tradicionais, num primeiro momento. É este discurso médico-científico ocidental que será privilegiado em detrimento das práticas tidas como “primitivas” de cura arraigadas do seio da população, bastante difundidas até meados de 1950, principalmente junto aos mais pobres habitantes das regiões rurais do país.

A fragmentação em inúmeras atividades e (des)qualificações, como curandeiros, raizeiros, garrafeiros, feiticeiros, ervateiros, embusteiros, falastrões, fanáticos, charlatães, benzedores, ifás, pajés, *xamãs*, *babalorixás*, entre tantos outros, em tese, consiste em importante

argumentação e consideração a ser feita. E pode ser reveladora do processo de colonização da memória de importante parcela da população brasileira: os africanos ou indígenas e seus descendentes, seja em Santa Catarina ou no Brasil.

Sobretudo se levarmos em conta que a ideia de que as práticas de cura com rezas e receitas caseiras com ervas e outros produtos, foram fundamentais para a manutenção e preservação das religiões de matriz africana em Santa Catarina (TRAMONTE, 2001). O que forneceu um possível indício de que nossa tese acerca da colonização da memória catarinense pode prosperar.

E, da mesma forma que um investigador que persegue as pistas e observa os detalhes, que se buscou ler e reler parte das obras de Cabral, paralelamente as outras bibliografias e fontes (almanaques, livros de leituras, processos crimes) em busca de elementos que comprovassem essa tese e subsidiassem a argumentação.

Abrindo-se outras frentes e possibilidades para o entendimento de análise das práticas de cura não oficiais, como as benzeduras, as mezinhas, as garrafadas ou ainda as obrigações ou os chamados trabalhos (*ebós*; magia fetichista ou ainda feitiço)¹⁶¹ realizados por membros das religiões africanas, há muito, consideradas irracionais ou primitivas (NINA RODRIGUES, 2008; CABRAL, 1957). Tal como a que se chegou ao final da pesquisa, que, de irracionais e primitivas não possuem absolutamente nada. Pelo contrário, são a mais pura expressão da razão humana em sua plenitude e complexidade de pensamento de nossa mais essencial condição humana: a de lutar pela vida em suas mais diferentes formas de expressão (ARENDT, 2007).

Foi a pesquisa e a escrita da tese resultados de um esforço para demonstrar que a memória de Santa Catarina sofreu uma colonização engendrada entre o que deveria ser escrito pela pena da cultura e o que deveria ser extirpado cirurgicamente pelo bisturi da ciência. Operando uma forma de fazer história com base no pensamento médico-cientificista, católico e positivista, arsenal teórico, o qual foi utilizado por Cabral para realizar sua “performance” (SHAPIN, 2013).

A escrita é um ato de rebeldia contra à imposição de uma tentativa de contar como a história realmente foi, como se ela fosse a única forma de ser apreendida. Contra a hegemonia de pensamento, contra a alegação de uma religião verdadeira, de uma correta e “evoluída” etiologia da doença e da cura. É um alerta para as várias formas de colonização da memória, do conhecimento e da história, seja no passado ou no tempo presente.

¹⁶¹Ver (RIBEIRO, J. 1972, pp. 58-63) “o homem pode, desta ou daquela maneira, por meio da música, do canto, da dança ou de orações mágicas, influenciar as forças da natureza e utilizá-las para melhorar ou piorar a vida humana [curando ou provocando doenças por exemplo]. No primeiro caso, temos a medicina mágica”.

Colonização que se deu em várias frentes e de diferentes formas, de gênero, de orientação sexual, de classe, de idade, de compleição física, de aparência, étnica, entre outras. Optamos por demonstrar parte dela analisando, principalmente, um conjunto de obras do médico e memorialista catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978). Sua escrita histórica promoveu uma colonização da própria memória da cidade, de parte da região litorânea do estado de Santa Catarina.

Resultando a anulação das importantes contribuições da grande parcela de africanos que foram levados para Santa Catarina de forma compulsória, passando pelas mais diferentes agruras, e os quais legaram seus conhecimento e saberes sobre a doença, sobre a cura. Conhecimentos e saberes como os dos curadores com sua medicina com ervas, remédios, palavras e orações, amuletos, figas e cordões, que a tantos aliviou e alivia o sofrimento e a dor. O das parteiras negras que a tantos meninos e meninas fez nascer com sua sabedoria ancestral e seus conhecimentos sobre o corpo feminino.

Ao revisar parte das obras de um dos mais expressivos e reconhecidos escritores da história de Santa Catarina da primeira metade do século XX, ouviu-se, no silêncio de suas palavras, as tantas vozes veladas, reveladas, desveladas em palavras. Revelar os elementos contidos em suas escolhas teóricas, perceber teorias em sua forma de produzir conhecimento. Tentando ouvir o não dito, ver o que foi velado, ou a forma como foi produzida a sua escrita de parte da história de Santa Catarina. Em um trabalho que se assemelha ao do arqueólogo da escrita que “escava” na aridez da palavra escrita (FOUCAULT, 2002). Os silêncios, as camadas soterradas desta história.

Vale salientar que a pesquisa pode reverberar em um esforço histórico e científico para congrega a sabedoria dos guardiões e guardiãs de memórias, de conhecimentos, dentro de nossas torres de marfim. Serviu para revelar como um grande número de curadores, muitas vezes taxados como “curandeiros, charlatães, feiticeiros” foram propositadamente divididos, desacreditados, ridicularizados de forma a retirar-lhes, entre outros possíveis atributos, o “governo da multidão”, ou seja, o prestígio de que gozavam no seio da comunidade em que viviam. De modo a tornar vago este importante espaço político de exercício de poderes, o de curador.

Fruto das mudanças estruturais por que passou a sociedade brasileira de fins da escravidão (1888) e início e consolidação das relações livres de trabalho décadas iniciais do século XX. Para tanto houve a necessidade ao menos assim pareciam pensar a elite dominante.

Instaurando novas formas de manter os libertos e seus descendentes atrelados à produção, ao trabalho braçal (CHALHOUB, 1996).

Nesta seara que se investe em uma formação intelectual de modo a reproduzir na sociedade brasileira, pesquisas teóricas científicas nas mais variadas áreas do saber, da história à medicina, empenhadas na valorização do trabalho e na diferenciação entre saber e fazer. Além da nobre função de pesquisar, curar e vulgarizar o conhecimento científico sobre a medicina. Não se pode negligenciar o quanto a profissão de curador ocupava um lugar de destaque nas comunidades, principalmente no interior do país. Podendo fazer frente ou ameaçar o lugar de destaque atribuído ao “coronel” de uma dada região, os donos dos meios de produção, dos políticos ou do clero local.

Cabral, não fugiu à regra, como um intelectual de província, como um médico de periferia se propôs a produzir uma historiografia sobre usos e costumes relacionados à saúde e à cura, de modo a valorizar o conhecimento científico em detrimento do empírico. Ele estava consonância com tantos outros médicos do Brasil que se ocuparam da tarefa de produzir um conhecimento histórico e uma memória sobre a medicina nacional e as demais ciências como um conhecimento atemporal.

Tratava-se, pois, de estabelecer um discurso científico como o único capaz de produzir a verdade sobre uma dada realidade construída. Uma tentativa intimamente relacionada ao desenvolvimento da sociedade capitalista e aos esforços dos grupos economicamente poderosos do país. De forma a manter suas posições de controle e privilégio (seja na própria economia, na política, ou mesmo na produção de conhecimento) e da propagação de uma única fé. Isso porque, ao explicar e naturalizar as desigualdades e injustiças sociais, o discurso científico e religioso passam a configurar como formas de dominação e de conformação social (THOMPSON, E. 1998). Sobretudo em um momento no qual os tradicionais pilares de sustentação das elites senhoriais – o trabalho escravo, a inviolabilidade da vontade dos proprietários de terra, a reprodução de laços de dependência pessoal, passaram a sofrer profundos abalos, cujas repercussões serão sentidas mesmo décadas depois durante o século XX.

Neste contexto, as mais variadas práticas de cura, diferentes da medicina científica, serão tratadas como charlatanismo pelos médicos e cientistas e religiosos cristãos católicos. Seus praticantes, considerados bárbaros e atrasados foram descritos como obstáculos para o progresso e da civilização tão almejados para os trópicos. Em um diálogo bastante próximo com o modelo de desenvolvimento implementado pelos países europeus (CHALHOUB, 2003, p. 12).

Dessa forma, a pesquisa procurou nos silêncios, naquilo que não está dito (escrito) da bibliografia selecionada de Oswaldo Rodrigues Cabral, desconstruir uma ideia que contribuiu para a idealização de uma Santa Catarina como sendo europeia branca e católica. Uma região na faixa do litoral do Estado em que a história, ciência e cultura foram legados exclusivamente pelo povo luso-açorianos.

O silêncio, ou o “não-dito” sobre os africanos, submerso na palavra “feitiço” e “charlatão” bastante utilizadas por Cabral, foram capazes de revelar muito mais do que se pode imaginar sobre a importante contribuição de outros povos, como os africanos, para a formação do Estado de Santa Catarina. Contribuição para a ciência, para a medicina, para o cuidado com o corpo, para a forma de ver e sentir o mundo, legados pelos africanos, os quais mantêm-se vivos e latentes em Santa Catarina e no Brasil, apesar das tentativas de colonização destas práticas de memórias, desta cultura e da história do povo africano e afro-brasileiro.

Seguindo a pista do “feitiço” tal como ele foi usado por Cabral em suas obras, buscou-se entender a ideia por detrás do “charlatanismo” no primeiro capítulo e do “curandeirismo” no terceiro. Tentando oferecer “remédios”, ou outros sentidos e significados para aqueles que leem estas palavras nas obras de historiadores, de médicos, de escritores, de intelectuais, buscando evitar o mau, o desconforto, o “ruído” que elas podem causar.

Afinal cada palavra tem um conceito, cada palavra tem uma história e traz consigo um conjunto de teorias de ideias de um tempo, de um lugar de uma cultura. Para o médico memorialista, intelectual mediador cultural catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, “charlatão”, “curandeiro”, e “feitiço”, foram, ao que parece, entendidas pelas lentes da ciência médica, dos valores cristãos católicos e de uma cultura branca europeia ocidental representada pelos luso-açorianos. Para ler suas obras é preciso tomar alguns cuidados, alguns analgésicos, não receitados por médico, mas por um historiador, o qual, ao que parece, cada vez mais tem tido uma postura que pode se comparar ao de um médico, não de doenças, mas de palavras e seus maus usos ou conceitos anacrônicos ao longo dos tempos.

Esta foi uma pesquisa escrita à orelha, muitas vezes, às margens das páginas, bordejando as obras, vislumbrando nos prescritos, prefácios e apresentações, buscando as palavras, navegando por entre os livros. Buscando nos resíduos da história “oficial” de Cabral. Ou seja, feita ao sabor do recheio, entre a introdução e o desenvolvimento, entre uma ideia e várias ações, entre a pena e o bisturi.

Escrita colhida no detalhe, no fragmento, na fissura. No corte cirúrgico, muitas vezes percebido ao acaso lendo as escritas “auriculares” das apresentações dos livros consultados, lidos, folheados, navegados, consultados e pesquisados à exaustão. Uma pesquisa feita a partir de textos, de palavras, de sobras, aparas de escritas. O que permitiu recontar uma história, remontar memórias, imaginar vidas.

E se alguém considerar que agir assim, não é contar história, não é fazer história. Que não é ofício de historiador se ater aos detalhes, às sobras, aos restos. Que aprendam com as crianças, é delas o exemplo seguido, de recolher ou dar atenção ao que sobrou no/do trabalho alheio.

Elucubrar pedantemente sobre a fabricação de objetos – material educativo, brinquedos ou livros – que fossem apropriados para crianças é tolice. Desde o Iluminismo essa é uma das mais bolorentas especulações dos pedagogos. Seu enrabichamento pela psicologia impede-os de reconhecer que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos de atenção e exercício infantis. E dos mais apropriados. Ou seja, as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas e para elas unicamente. Nelas, elas menos imitam as obras dos adultos do que põem materiais de espécie muito diferente, através daquilo que com eles aprontam no brinquedo, em uma nova, brusca relação entre si. Com isso as crianças formam para si seu mundo de coisas, um pequeno no grande, elas mesmas. Seria, preciso ter em mira as normas desse pequeno mundo de coisas, se se quer criar deliberadamente para as crianças e não se prefere deixar a atividade própria, com tudo aquilo que é nela requisito e instrumento, encontrar por si só o caminho que conduz a elas (BENJAMIN, 1995, p. 18-19)

Atraído pela escrita “residual” de Cabral, buscou-se o rosto do intelectual, do mundo ao seu redor, de uma sua identidade. Mas não só, por meio da escrita, fragmentada, espaçada no tempo, desconstruída muitas vezes, é verdade, buscou-se a toxidade, a letalidade de sua escrita.

“O homem [e a mulher] ao criar determinado produto, [como um texto, uma palavra, um livro] muitas vezes desconhece seus possíveis efeitos tóxicos e letais. No entanto, esse produto faz com que a classe hegemônica de vários países [ou em um mesmo país] se sinta “poderosa” [...] (VELLOSO, 2008, p. 1963)

Letalidade que, obviamente, afetava sua percepção do mundo da “criança” curadora. O instrumental utilizado por Cabral, a escrita e a medicina científica – a pena e o bisturi – podem ter lhe turvado a visão. Impedindo-o de perceber que os curadores tinham seu próprio mundo. Que percebiam a doença e a cura a partir de suas próprias e “rústicas” relações com o mundo ou entre

si. O que se quer dizer é que ao médico que se quer ser historiador não deve “elucubrar pedantemente” sobre a fabricação de objetos os quais possuem sua própria lógica, interna, intrínseca a elas mesmas.

Ousa-se considerar, ao final, que a escrita de Oswaldo Cabral, em Santa Catarina, principalmente ao se referir sobre os curadores, mesmo sem o saber, fortaleceu uma hegemonia da ciência médica e da classe dos médicos sobre a cura, sobre a doença. Com uma escrita que começava pelo meio, pela metade, Cabral fragmentou e esvaziou o prestígio que tinham os saberes populares e “tradicionais” sobre o corpo humano de culturas diferentes da que lhe fora apresentada como modelo, como a mais evoluída, como a mais “civilizada” a cultura europeia.

Considera-se que, da metade por ele deixada, desse meio, entre a pena e o bisturi, das sobras das teorias eugênicas e racistas por ele arregimentadas, juntando os pedaços, foi possível voltar ao início. E retornando a quem de direito e mais propriedade teria para pesquisar, falar e escrever sobre si mesmo, a quem também deveria ser lembrado, rememorado, descolonizado seu autor: o curador.

Apologeticamente, não se deveria esperar outra coisa de uma pesquisa, de uma tese em história, cujo título começou com uma preposição e o convite que ela insinua fazer. E, se chegou até aqui, leitor, *feiticeiro*, escritor, *curador*, médico ou historiador, “entre”, venha descolonizar a(s) memória(s), as tantas histórias a seu respeito!

Mas cuidado, não há neutralidade na narração, isso é uma ilusão. Não se deve acanhar, porque se a história é deriva é *olvido*, escrever ajuda a curar, cure-se!

Bibliografia

Referências bibliográficas

- ABREU, R. (1996) *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.
- ALMEIDA, C.B.S. (2010) *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume.
- ALVES, J.D.; PEREIRA, N.V. Apresentação do NEA. In: <http://nea.ufsc.br/sobre/> acessado em 8 de agosto de 2018.
- AMORA, A.M.G.A. (org.) (2012) *História da Saúde em Santa Catarina: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri/SP/Rio de Janeiro: Minha Editora/ FIOCRUZ, pp.89-130.
- ANDRADE, M. (1974) *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins.
- ANTONACCI, M. A. (2013) Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrado. In: _____. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC.
- ARAÚJO, H.R. (1989) *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.
- ARAÚJO, H.R. (2012) Saúde Pública e cidade: um espaço de poder (Desterro-Florianópolis, 1823-1930). In: AMORA, A.M.G.A. *História da Saúde em Santa Catarina: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri/SP/Rio de Janeiro: Minha Editora/ FIOCRUZ, pp.3-30.
- ARAÚJO, R. B. (1993). *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- ARENDT, H. (2007) *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- AURAS, M. (1984) *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC.
- AZEVEDO, A. D. (1968). *O Cortiço*. São Paulo: Martins Fontes.
- BALLESTRIN, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, Brasília, mai-ago, pp. 89-117.
- BARROS, J. D. (2016) *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- BARROS, J.D. (2011) *Teoria da História*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- BASTIDE, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- BASTIDE, R. (1973). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva.

- BASTIDE, R. (2001). *O candomblé da Bahia (rito nagô)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BASTIDE, R. (2006). *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BATISTA, A.A.G et al (2002). Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, mai/jun/jul/ago, pp. 27-153.
- BENJAMIN, W. (1987) *Rua de mão única: obras escolhidas vol. 1*. São Paulo: Brasiliense.
- BLOCH, M. (1999). *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BLOCH, M.L.B. (2001) *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOITEUX, L. A. (1957). *Poranduba catarinense*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Cultura.
- BOLÉO, M.P. (1950) *O congresso de Florianópolis comemorativo do bicentenário da colonização açoriana*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra.
- BONFATTI, P. (2000) *A expressão popular do sagrado*. São Paulo: Paulinas.
- BOSI, A. (1992) O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 19-32.
- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.
- BOURDIEU, P. (2005) *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus.
- BRANCHER, A (1999). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- BRANCHER, A. e AREND, S.M.F. (orgs) (2001) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora de UFSC.
- BRANCHER, A. e AREND, S.M.F. (orgs) (2004) *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- BRANDÃO, C. R. (1986) *Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo: Brasiliense.
- BRANDÃO, Z. (1999) Paschoal Lemme, marxista e pioneiro da educação nova. In: *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF.
- BRAUDEL, F. (abr-jul de 1965). História e ciência sociais: a longa duração. *Revista de História*, Vol. XXX nº 62 Ano XVI, 261-294.
- BRIGNOL, J. M. (2003). *Bordados do destino: saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.
- BURKE, P. (1989) *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BURKE, P. (2012). *Uma história social do conhecimento – II: da enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar.

- CABRAL, D. (2013) *Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ.
- CACCIATORE, O. G. (1988) *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CAIRUS, H. F. (2005) *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Editora da Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- CALABRE, L. (org.) (2005). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- CAMARANI, A. L. (2014). *A literatura fantástica: caminhos teóricos*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- CAMPOS, N.J. (2002) *Usos e formas de apropriação de terra na Ilha de Santa Catarina*. In: *Revista Geosul*, vol. 17, nº 34, jul-dez, Florianópolis, pp. 113-135.
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
- CARDOSO, F. H. (2000). *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular.
- CARDOSO, F.H. e IANNI, O. (1960) *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira.
- CARDOSO, P.J.F. (2008). *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí/SC: Editora Casa Aberta.
- CARDOSO, P.J.F. et al (2004). Cúmplice e sedutor: Oswaldo R. Cabral e a história das populações de origem africana. In: *Revista Percursos*, vol. 5 n. 1.
- CARVALHO, (1921) Cap. J. P. O. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de abril de 1921, pelo Superintendente Municipal. In: *Jornal República*: Florianópolis, 29 de abr, p. 2.
- CARVALHO, J. M. (1987) *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, J. M. (1990) *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, M. S. (1950) *Memórias, dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: (Sem Editora), disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros>.
- CARVALHO, J. M. de. (1990) *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- CASCAES, F. (2003). *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.

- CELSON, A. (1997) *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- CENSO DEMOGRÁFICO. (1955). *VI Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Santa Catarina: Censo Demográfico*. XXVII. Rio de Janeiro: IBGE - Conselho Regional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento - Série Regional.
- CERTEAU, M e JULIA, D. (1989) A beleza do morto: o conceito de “cultura popular” In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel.
- CERTEAU, M. D. (2006). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CERTEAU, M. D. (1994). *A invenção do cotidiano - 1 - a arte de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- CERTEAU, M.; REVEL, J.; JULIA, D. (1995). A beleza do morto. In: CERTEAU, M. (org.) *A Cultura no plural*. Campinas/SP: Papirus, pp. 55-86.
- CHAGAS, C. (1935) Oração de paranympo aos doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. In: *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: A Noite, pp.47-63.
- CHALHOUB, S. (1990) *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHALHOUB, S. (1996). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHALHOUB, S. (2001) *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.
- CHALHOUB, S. et al (orgs.) (2003). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.
- CHANDLER, A.C. (1955) *Introducion to Parasitology*. New York: John Willy.
- CHARTIER, R. (2001) *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed.
- CHARTIER, R. (2002a). *A História Cultural: entre práticas e representações, memória e sociedade*. Lisboa: DIFEL.
- CHARTIER, R. (2002b). *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP.
- CHARTIER, R. (2003) *Formas e sentidos: cultura escrita entre distinção e apropriação*. Campinas/SP: Mercado das Letras e UNESP.
- CHARTIER, R. (2004) *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo; UNESP.
- CHARTIER, R. (2008) *Ecouter les morts avec les yeux*. Paris: Collège de France/Fayard.
- CHARTIER, R. e CAVALLO, G. (2004) *História da Leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática.
- CHEREM, R. M. (1988) *Os faróis do novo tempo: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- CHEREM, R. M. (2001). Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na Capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: EDUFSC.

- CHERNOVIZ, P. L. N. (1890) *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz.
- CÓDIGO PENAL: *mini*. (1999). São Paulo: Saraiva.
- COELHO DOS SANTOS, S. *et al.* (orgs.) (2005) *Oswaldo Rodrigues Cabral na Historiografia Catarinense*. Florianópolis: IHGSC.
- COELHO, C.; CARVALHO, (2005) *Manual de parasitologia humana*. Canoas/RS: Ed. ULBRA.
- COMAS, J. *et al* (orgs.) (1970) *Raça e Ciência I*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CONTIER, A. (1979) *Imprensa e ideologia em São Paulo: matizes do vocabulário político e social*. Campinas/SP: Unicamp/Vozes.
- CORADINI, O. L. (1997) Grandes famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), pp. 425-466, nov/1996 – fev/1997.
- CORBIN, A. (1989). *O Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORBIN, A., *et al* (orgs.) (2011). *História do corpo: as mutações do olhar: O século XX*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- CORDEIRO, J. S. (1977) As edições culturais de Arquivos Catarinenses de Medicina. In: *ACM, Revista Arquivos Catarinenses de Medicina*; Florianópolis: Edição Cultural, ano 1, nº 1 – abr.
- CORRÊA, C. H. P. (1997) *História da cultura catarinense – vol. 1*. O Estado e as ideias. Florianópolis: Editora da UFSC e Diário Catarinense.
- CORRÊA, C. H. P. (2003) *Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular.
- COURTINE, J.J e VIGARELLO, G. (2011) Identificar: traços, indícios, suspeitas. In: CORBIN, A., *et al* (orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar: O século XX*. Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 341-361.
- COUTINHO, A. (1986) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro - Niterói: José Olympio - Univ. Federal Fluminense.
- CRUZ E SOUSA, J. (1993) *Missal / Broqueis*. São Paulo: Martins Fontes.
- CRUZ E SOUSA, J. (1995) *Poesias Complestas de Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CUKIERMAN, H. (2007) *Yés, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.
- CUNHA, M. C. (2012) *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CUNHA, M. T. S.; SOUZA, F. de F. (2015) *Viver e escrever: Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Sec. XX)*. Florianópolis: Insular.
- CUNHA, M. T.; CHEREM, R. M. (orgs.) (2011). *Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade*. Florianópolis: Ed. da UDESC.

- CURY, V. M. (2001) Presença portuguesa nas comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. In: RAMOS, M.B. *et al* (orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó/SC: Editora Argos, pp. 25-61.
- CYTRYNOWICZ, M. M. (2007) *Origens e trajetórias da indústria farmacêutica no Brasil*. São Paulo: Narrativa Um.
- CZERESNIA, D. (2013) *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- DALLABRIDA, N. (2001) *A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura.
- DALLABRIDA, N. A (1996) historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, nº 4, pp. 9-19.
- DALLABRIDA, N.; BITENCOURT J.B. (2004) Oswaldo Rodrigues Cabral, o colunista do passado. In: *PerCursos*, Florianópolis: vol. 5 nº 1, pp. 11-16.
- DANTES, M. A. M. (2001) *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- DE DECCA, E. S. (1981) *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense.
- D'EÇA, O. G. (1948). Discurso de Abertura do 1º Congresso de História de Santa Catarina. *Actualidades*.
- DELUMEAU, J. (1989). *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIAMOND, J. M. (2004) *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record.
- DIAS, E. (1949) Técnica do xenodiagnóstico na moléstia de Chagas. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro: Tomo 35, pp. 335-342.
- DIAS, V. L. (1996). *Tantos Campeches, tantas imaginações*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.
- DUSSEL, E. (2012) *Enrique Dussel explica la teoria El Giro Descolonizador*. Noruega: Entrevista gravada em vídeo (42min13seg) Disponível em <http://www.analectica.org/videos/dussel-giro/> acessado em 10 de julho de 2018.
- EAGLETON, T. (2011) *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp.
- EDLER, F. C. (2011). *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- EDMUNDO, L. (2003). *O Rio de janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal.
- ELIAS, N. (1994) *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (org.) (2008) *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- FALCÃO, L. F. (2000) *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí/SC: Editora da UNIVALI.

- FANON, F. (2005) *Os condenados da terra*. Juiz de Fora/MG: Ed. da UFJF.
- FAORO, R. (1958). *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo.
- FARIAS, J. (2003). *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.
- FAUSTO, B. A. (1976) *Revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Brasiliense.
- FAUSTO, B. A. (1978) crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: Fausto, B. (org.), *O Brasil republicano*. vol. 2. Rio de Janeiro: Editora DIFEL.
- FÁVERI, M. de. (2004) *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Itajaí/SC: Ed. da UNIVALI.
- FERLA, L. (2009) *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda.
- FERREIRA, L. O. (2003) Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, S. et al (orgs.) (2003). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, pp. 101-122.
- FERREIRA, S. L. (2006). *Nós não somos de origem: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960)*. Florianópolis: Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- FIGUEIREDO, B. G. (2008) *A Arte de Curar. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Argumentvm.
- FLECK, L. (1986) *LaGénesis y eldesarrollo de unhecho científico*. Madrid: Alianza Editorial.
- FLEURY, R. S. (1955) *Na roça: cartilha rural para alfabetição rápida*. São Paulo: Edições Melhoramento.
- FLORES, M. B. (1991). *Farra do Boi: teatro da vida, cenários de História*. São Paulo: Tese (Doutorado em História) Pontifícia Univ. Católica de São Paulo.
- FLORES, M. B. R. (1997) *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- FLORES, M. B. R. et al (orgs.) (2006). *A casa do baile; estética e modernidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- FLORES, M.B.R. (2004) *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- FONSECA, C.M.O. (2007) *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- FONSECA, M. R. (1995). A source guide to the history of medical teaching in Rio de Janeiro (1808-1907). *História, Ciência e Saúde (Vol 2, nº 1)*, 126-130.
- FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (1981) *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

- FOUCAULT, M. (1982) A política de saúde no século XVIII; o nascimento da medicina social. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- FOUCAULT, M. (2004) *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2008) *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRAGO, A. V. (2001). Por uma história da cultura escrita: observações e reflexões. *Cadernos do Projecto Museológico*, nº 77.
- FREITAS, P. (1997). *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.
- FREITAS, P. (2004) Oswaldo Rodrigues Cabral e as Instituições Culturais de Santa Catarina. In: *PerCursos*, Florianópolis: vol. 5 nº 1, pp. 55-74.
- FREYRE, G. (1961). *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1962). *Talvez poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1969). *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Nacional/EDUSP.
- FREYRE, G. (2003). *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- GALLO, I. (1981) *Contestado: O sonho do milênio igualitário*. São Paulo: Editora Ática.
- GARCIA, C. L. (2004) Cabral e a Medicina. In: *PerCursos*, Florianópolis: vol. 5 nº 1, pp. 93-110.
- GARCIA, F. (2007). *Negras pretensões. A presença de intelectuais, músico e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Umbutu.
- GAZEAU, A. (1995) *Historias de Bufones*. Madrid: Miraguano Ediciones.
- GEERTZ, C. (1989) *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GENTILCORE, D. (2006) *Medical Charlatanism in Early Modern Italy*. Oxford/UK: Oxford University Press.
- GIDDENS, A. *Identidade e Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GINSBURG, C. (2007) *O fio e os rastros: verdadeiro, falso fictício*. São Paulo: Companhia da Letras.
- GINZBURG, C. (1988). *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG, C. (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GODOY, C. P., & RABELO, M. M. (2008). *Comunidades negras de Santa Catarina: narrativas da terra, ancestralidade e ruralidade*. Florianópolis: IPHAN.

- GOLDBERG, D. T. (1993) *Racist Cultura: Philosophy and the Politics of Meaning*. Massachussts: Blackwell.
- GOMES, A. C. V. (2013). *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte/MG; Campina Grande/PB; Rio de Janeiro: Fino Traço; EDUEPB; Ed. FIOCRUZ.
- GOMES, A. C. (2016). Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. In: GOMES, A. M. C.; HANSEN; P. S. (org.) (2016) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 92-120.
- GOMES, A. M. C. (org.) (2004) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GOMES, A. M. C.; HANSEN; P. S. (org.) (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GONÇALVES, H. (2000). A tuberculose ao longo dos tempos. *História, ciências, saúde*, VII (2), jul. – out. 303-25.
- GONÇALVES, J. (2006). *Sombrios Umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo: Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo.
- GONÇALVES, J. (2012) A vida através das lentes da Medicina científica: Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. In: AMORA, A.M.G.A. (org.) *História da Saúde em Santa Catarina: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri/SP/Rio de Janeiro: Minha Editora/ FIOCRUZ, pp.89-130.
- GONÇALVES, J. (jul-dez de 2012). Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. (UNESP, Ed.) *Patrimônio e Memória*, Vol. 8, nº 2, 4-25.
- GONÇALVES, J. A. (2017) Escavar o chão da História: Lucas Alexandre Boiteux, o IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense. In: *Revista Expedições*, Morrinhos/GO vol. 8, n. 2 mai/ago, pp. 49-67.
- GONÇALVES, J.A. (2016) *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí/SC: Casa Aberta Editora.
- GUERRA, R. F. (abr e out de 2008) Oswaldo Rodrigues Cabral: notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante. In: *Revista de Ciências Humanas*; Florianópolis: EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, pp. 9-60.
- GUIART, J. (1910) *Précis de parasitologie*. Paris: J.B. Bailliére.
- GURGEL, C. (2010) *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto.
- HALL, S. (2016) *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: El. PUC-Rio: Apicuri.
- HALLEWELL, L. (2005) *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP.
- HARDMAN, F. F. (2009) *A vingança da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP.
- HENRIQUES, I. C. (1997). *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto da Cooperação Portuguesa.
- HOBBSBAWM, E. (1995) *Era do Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras.

- HOBSBAWM, E. (2012) *Tempos Fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBSBAWM, E. ; RANGER. T (org.) (1984). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, E. J. (1977) *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOCHMAN, G. e LIMA, N. T. (orgs.) (2015) *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- HOLANDA, S. B. (1995) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HORTA, J. S. B. (2010) *Gustavo Capanema*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, (Coleção Educadores). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf> acessado em 10 de junho de 2018.
- ISAIA, A. C. (2012b) Umbanda, intelectuais e nacionalismo no Brasil. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Set a dez de 2012. Vol. 9 ano IX nº 3.
- ISAIA, A. C.; MANOEL, I.A. (orgs.) (2012a) *Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- ISAIA, A.C. (2001) Portugal no discurso do catolicismo brasileiro pré-conciliar. In: RAMOS, M.B. *et al* (orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó/SC: Editora Argos, pp. 137-174.
- ISAIA, A.C. (2007) O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. In: *História Revista*, Goiânia, v. 12, n. 1 jan/jun, pp. 63-79.
- ISAIA, A.C. (2008) Religião e magia na obra dos intelectuais da Umbanda. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 195-214, dez.
- JAMUNDÁ, T. C. (1970) *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, vol. 2.
- JAMUNDÁ, T. C. (1974) *Catarinensismos*. Florianópolis: UDESC, EDEME.
- JUNIOR., D. M. A. (2013). *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste -1920-1950)*. São Paulo: Intermeios.
- KODAMA, K. (2016) A vulgarização científica nas obras de Louis Figuier e suas traduções no Brasil. In: GOMES, A. M. C.; HANSEN; P. S. (org.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 41-65.
- KOSELLECK, R. (2006) *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.
- KOSELLECK, R. (2013) *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- KROPF, S. P. (2009) *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- KUHN, T. (2017) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LANDIN, J. R. M ; MONTEIRO, M. A. de A. (orgs.) (1986-87) *O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista*. São Paulo: Perspectiva.
- LATOUR, B. (2011). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp.

- LE GOFF, J. (1990) *História e Memória*. Campinas/SP: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, J. (2014). *Em busca do tempo sagrado: Tiago de Verazze a Lenda dourada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEAL, J. (2007). *Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEITE, I. B. (1996). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1989). *O pensamento selvagem*. Campinas/SP: Papirus.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1996). *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, M. H. (2010). *Gilberto Freyre*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana.
- LISBOA, T. K. *A luta dos sem-terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- LOHN, R. L. (1999) A cidade contra o campo. In: BRANCHER, A (org) (1999). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, pp. 41-60.
- LOHN, R. L. (2016) *Artífices do futuro: cultura política e a invenção de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular.
- LOPES, R.N. (1997) Discurso representante do governo dos Açores - Sessão de abertura Congresso de História e Geografia de Santa Catarina 4 a 7 de setembro de 1996. In: CORREA, C.H.P. (et.al. Orgs) *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina 4 a 7 de setembro de 1996*. Florianópolis: CAPES/MEC.
- LUCA, T. R. de. (2005) História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 111-153.
- LUCA, T.R. de (1999) *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP.
- LUSTOSA, O. (1992) *A Igreja católica no Brasil República*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- LUZ, A. A. (1999) *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- MACHADO, P. P. (2004a) *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- MACHADO, P. P. (2004b) O Movimento do Contestado visto por Cabral. In: *PerCursos: Revista do Centro de Ciência da Educação da Universidade de Santa Catarina*. FAED. Vol. 5 nº 1, Florianópolis: Editora.
- MACHADO, P. P. (org.) (2012) *Nem jagunços, nem fanáticos: reflexões sobre o Contestado*. Pelotas/RS.
- MACHADO, P. P. (2011) Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. In: *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun., p. 178-186.

- MAIA, C. A. (2013) *História das Ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MAIO, M. C. e SANTOS, R.V. (orgs.) (1996). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB.
- MALAVOTA, C. M. (2007). *Os africanos de um vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades*. Desterro, 1788/1850 . Porto Alegre: Tese (doutorado em História) PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- MALERBA, J. (org.) (2010) *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- MAMIGONIAN, B. G. (2013). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- MANDROU, R. (1979). *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva.
- MARCON, F. N. (1999). *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Dissertação (mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- MARIA, M. D. (1997). *Imagens Invisíveis de Áfricas presentes: experiências negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Florianópolis: Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História.
- MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. (1996). O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: M. C. MAIO, & R. V. SANTOS, *Raça, Ciência e Sociedade* (pp. 107-127). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB.
- MARTINS, J. S. (1982) *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, L. (1987) A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil de 1920 a 1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (4) vol.2, junho, pp. 65-87.
- MARTINS, M. S. (2015). Curas anunciadas: emergências de saberes e práticas tradicionais em Florianópolis/SC. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores: velho e novos desafios.*, pp. 1-15. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434135855_ARQUIVO_SABINOMARTINSMarcelo-Curasanunciadas.pdf acessado em 9 de abril de 2017.
- MARTINS, M.S. (2013). A estrada de ferro madeira-mamoré como marco da “civilização” em Porto Velho: perspectivas de uma história do/no Tempo Presente. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, pp. 1-15. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364712959_ARQUIVO_SABINOMARTINSMarceloAEstradadeFerroMadeiraMamorecomomarcodacivilizacaoemPortoVelho.pdf acessado em 9 de abril de 2017.
- MARTINS, S. M. (2012) Cultura numa encruzilhada. In: *Revista Labirinto*, ano XII, nº 16 – jun, Porto Velho/RO: disponível em <file:///F:/Textos%20e%20Artigos/cultura%20numa%20encruzilhada.pdf> acessado em: 10 de dezembro de 2016.

- MARTINS, S. M. (2017) Entre o público e o privado: o acervo pessoal do Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. In: *III Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: Disponível em; [file:///D:/Downloads/648-1745-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/648-1745-1-PB%20(1).pdf) acessado em: 13 de maio de 2018.
- MARX, K. (2002) *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol I.
- MATOS, F. (2007) Sob os auspícios da Livraria Rosa: redutos literários e circulação da cultura letrada em Florianópolis. *Dissertação* (Mestrado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- MEIRINHO, J. (1997) *República e oligarquias*: subsídios para a história catarinense – 1889-1930. Florianópolis: Insular.
- MELO, O. F. (1949). Temas açoreanos. *Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore*, Nº 1 - Ano 1, 11, setembro, Florianópolis, SC.
- MELO, O. F. De (1987) Palestras proferidas no II Congresso de Comunidades Açorianas, realizado em Angra do Heorismo, Açores. In: *A epopéia açoriana 1748/1756* :Dois estudos sobre a presença açoriana em Santa Catarina. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, pp. 27-38.
- MENEZES, A.C. (2001); Oswaldo Cabral: um catarinense que fez história. In: *Jornal ANCapital*, Florianópolis, 18 de mar, s/n.
- MESQUITA, G. (2018) *Gilberto Freyre e o Estado Novo*: região, nação e modernidade. São Paulo: Global.
- MICELI, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras,
- MICELI, S.(1979) *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-1945*. São Paulo: Difel.
- MICELI. S. (org.) (1984) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel.
- MIGNOLO, W. (2003) *História Locais/Projetos Globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG.
- MIGNOLO, W. (2011) *The darker side of Western Modernity*: global futures, decolonial options. Durham & London: Duke University Press.
- MIGNOT, M. H.C.B. et al (orgs) (2000) Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres.
- MIRANDA, C. A. (2017). *A arte de curar nos tempos da colônia*: limites e espaços da cura. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- MORAES, M. J. (2012) As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo. *Tese* (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MORGA, A (org.) (2001) *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, Chapecó/SC: Argos.
- MOTA, C.G. (2010) *História e contra-história*: perfis e contrapontos. São Paulo: Globo.

- MUNIZ, E. S. (2013) *Basta aplicar uma injeção?: desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Belo Horizonte: Fino Traço; Campina Grande/PB: EDUEPB; Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2013.
- NEDEL, L.B. (2005) Uma ciência das províncias: o projeto integrador da CNFL. In: _____. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, pp. 137-233.
- NEVES, G. (1971) In: CABRAL, O.R. *Nossa Senhora do Desterro: Memória I*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.
- NINA RODRIGUES, R. (2008) *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras.
- NOGUEIRA, A. L. L. (2016) *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Garamond.
- NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (10), 7-29.
- OTICICA, R. (1997) *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados*. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- ORTIZ, R. (1992) *Românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho de água.
- ORTIZ, R. (1999) *A morte banca do feiteiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PALMER, J. (2015) *Gênese da saúde global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- PATTO SÁ MOTTA, R. (2014) *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PAULA, S. G. (2011) (Prefácio), In: EDLER, F. C. *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp.9-14.
- PAULO, H. (2000) *Aqui também é Portugal: A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra/Portugal: Editora Quarteto.
- PÉCAUT, D. (1990) *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. Série Temas, V.16 Sociologia e Política. Ed. Ática: São Paulo, 1990.
- PEDRO, J. M. (Org.) (2003) *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura.
- PEDRO, J.M. et al. (1988) *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PEDRO, J. M. (1995) *Nas Tramas entre o Público e o Privado - A imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC.
- PEIXOTO, D. (1920). *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro: (sem editora). Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros>.
- PELUSO JR. V. A. (1984) A identidade catarinense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – RIHGSC*, Florianópolis, 3ª fase, n. 5, pp. 259-280.
- PENNA, B. (1918) *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunaes.

- PESAVENTO, S. J. (2002) *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense.
- PIAZZA, W. F. (1970) Elementos básicos da história catarinense. In: SILVA, J. B.J. da et al. *Fundamentos da cultura catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, pp. 21-48.
- PIAZZA, W. F. (1975). *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC.
- PIAZZA, W. F. (1981) Catarinensismo. In: *Aspectos da vida e da obra de Lucas Alexandre Boiteux*. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura.
- PIAZZA, W. F. (1983) Historiografia de Santa Catarina. In: *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC e Ed. Lunardelli.
- PIAZZA, W. F. (1983) *Santa Catarina: Sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli.
- PIAZZA, W. F. (1985) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC.
- PIAZZA, W. F. (1985) Dois historiadores catarinenses: Afonso d'E. Taunay e Lucas A. Boiteux. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – RIHGSC*, 3ª fase, n. 6.
- PIAZZA, W.F. (1981) Historiografia de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3ª fase, n. 3, pp. 57-75.
- PIAZZA, W.F. (1987) A epopéia açoriana 1748/1756 : Influência Cultural dos Açores em Santa Catarina. In: *Dois estudos sobre a presença açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, pp. 9-26.
- PICHETTI, A. (1970) *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, vol. 4.
- PIERANGELLI, J.H (1980) *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Javoli
- PIMENTA, T. S. (2003). Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. Em S. C. (Org.), *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. (pp. 307-330). Campinas/SP: Unicamp.
- PINTO, M. I. (2001). Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade. *Revista Brasileira de História*, 21, nº 42, 435-455.
- POLI, O. L. (2001) Camponeses no oeste catarinense. In: *Cadernos do CEOM – Ano 15 nº 14*, Campus Chapecó – dezembro.
- POLLAK, M. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.
- PRANDI, R. (2001) *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PROENÇA, A. F. (1951). *4º Livro de leitura: para o 4º ano escolar*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- QUEIROZ, M. I. P. (1976) *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa/Ômega.
- RAMOS, M.B. (2001) et al (orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó/SC: Editora Argos.
- RAMPINELLI, W. J. (Org.) (2003) *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.

- REIS, A. C. F. (1972) In: CABRAL, O.R. (1972) *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- REIS, A. L. (1996). *Brinca quem pode: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna/SC*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- REIS, E.T.; GRILL, I.G. (orgs.) (2014) *Estudos sobre elites políticas e culturas*. São Luiz: EDUFMA.
- REIS, J. J., GOMES, F. D., & CARVALHO, M. J. (2010). *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RENK, A. (1997) *A luta da erva: um ofício étnico na nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó/SC: Grifos.
- RIALVA, R. A. (1951). *O Clube dos sete amigos: leitura para o 3º ano primário*. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Ltda.
- RIBEIRO, E. M. (1999). *Negras memórias de mulheres negras: um estudo sobre as experiências de mulheres afrodescendentes em Florianópolis na segunda metade do século XX*. Florianópolis: Monografia (Especialização em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina.
- RIBEIRO, J. (1972). *Magia Africana*. Rio de Janeiro: Ed. Espiritualista Ltda.
- RIBEIRO, M. M. (1997) *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC.
- ROSA, J. C. (2011). *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado de Santa Catarina.
- ROSSI, P. (2010) *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: UNESP.
- ROTH, M. (1989). Remembering Forgetting: maladies de la mémoire in Ninetenth-Century France. *Representations* (26), 49-68.
- ROUSSO, H. (2007). A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PORTO, G. (org.) *História do tempo presente*. Bauru/SP: EDUSC, pp. 277-296.
- SACHET, C. (1970) *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, vol. 3.
- SAID, E. W. (1990). *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAMPAIO, G. D. (2001). *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp.
- SANTOS FILHO, L. C. (1991) *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP.
- SANTOS, L.A.C. e FIGUEIREDO, R.E.D. (2015) Belisário Penna, combatente. In: HOCHMAN, G. e LIMA, N. T. (orgs.) *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec, pp. 74-99.
- SANTOS, M. (2012) *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- SARTRE, J.P. (1994) *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Editora Ática.
- SCHMITZ, N. M. (2002) *Arquivo Público do Estado: índice onomástico dos Memoriais de Lotes e Títulos Definitivos e Provisórios de Terras*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração.
- SCHWADE, E. (1995) A luta pela terra: sentidos da participação. In: *Cadernos do CEOM – V.9 N9*, Chapecó/SC: Universidade do Oeste de Santa Catarina, julho 1995, 47-66.
- SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, L. M. (2012) *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.
- SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. (2015) *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras
- SERPA, E. C. (1996) A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 4, nº 20, pp. 63-79
- SERPA, E. C. (1997) *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEVCENKO, N. (2001) *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SEVERINO, J. R. (1999) *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí/SC: Editora da UNIVALI.
- SEYFERTH, G. (1997) A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: *Mana*. Rio de Janeiro: PPGAS/URFJ, vol. 3, n. 1, p. 95-131.
- SEYFERTH, G. (1999) Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.199-229.
- SHAPIN, S. (2013) *Nunca Pura: Estudos Históricos de Ciência como se fora produzida por pessoas com corpos situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- SHEMES, E.F. (2013) *Oswaldo Cabral na terra da liberdade: relato de uma viagem na política da boa vizinhança*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, J. M. (jun de 2005). Guerra de Canudos - as Predicas em debate. *Projeto História*, 30, 265-276.
- SILVA, R.P. (2016) *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982)*. Jundiaí/SP: Paco Editorial.
- SILVA, S. D., et al (2015). A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: SILVA, D. M.; SÁ, D. M.; ROMERO SÁ, M. et al (orgs.), *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura* (pp. 63-89). Rio de Janeiro: Mauad X.
- SIRINELLI, J.F. (1998) As elites culturais. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, F.F. (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, pp. 259-279.

- SIRINELLI, J.F. (2003) Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora FGV, pp. 231-269.
- SOARES, D. (1988) Por que somos Barriga-Verde! In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, ano XXVI número 39-40, dezembro, pp. 48-49.
- SONTAG, S. (1984) *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SOUZA, J. (2000). Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social - Revista Social*, 12 (1), maio, pp. 69-100.
- SOUZA, L. A. (2017). *Os desclassificados do destino: Cruz e Sousa e os primeiros simbolistas* (Rio de Janeiro, 1888-1898). Florianópolis: Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.
- SOUZA, L. D. (1986). *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, R. L. S. (1981) A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
- SOUZA, R. L. S. (2004) A menina dos olhos do Sr. Arcebispo. In: *PerCursos*, Florianópolis: vol. 5 nº 1 de 2004, pp. 35-54.
- SOUZA, S. R. S. (1993) *Oswaldo Rodrigues Cabral: páginas de um livro de Memórias*. Florianópolis: UFSC/UDESC.
- SOUZA, S.R.S. (1981) *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
- STAKONSKI, M. M. (2008). *Da sacristia ao consistório: tensões da romanização no caso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos - Desterro/Florianópolis (1860-1880)*. Itajaí ; Florianópolis: Casa Aberta ; Ed. da UDESC.
- STALLYBRASS, P. (2000) *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SZESZ, C. M. et. al. (Orgs.) (2003) *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Baurú/SP: EDUSC.
- TACCA, F. C. de (2009) *Imagens do sagrado: entre Paris Match e O Cruzeiro*. Campinas/SP: Editora da Unicamp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- TAUNEY, A. D. (1958) *Diário do Exército 1869-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- TAVARES, M.R.T. (2014) Editando a Nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. In: *Aedos*, n. 15, v.6, jul/dez, disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/45083/32292> acessado em: 13 de maio de 2017.
- THOMPSON, E. P. (1987a) *A formação da classe operária*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P. (1987b) *A formação da classe operária*. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P. (1987c) *A formação da classe operária*. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, P. (1987). *A voz do Passado*. São Paulo: Paz e Terra.

- TOTA, A. P. *Contestado: a guerra do novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983)
- TRAMONTE, C. D. (1995). *A pedagogia das escolas de samba de Florianópolis: a construção da hegemonia cultural através da organização do carnaval*. Dissertação (mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- TRAMONTE, C. D. (2001). *Com a bandeira de Oxalá: Trajetória, práticas e concepções das religiões afrobrasileiras na Grande Florianópolis*. Florianópolis: Editora Lunardelli, Itajaí/SC: Editora da Univali.
- UNGARETTI, N. U. (2005) Homenagem na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. In: COELHO DOS SANTOS, S. *et al. Oswaldo Rodrigues Cabral na Historiografia Catarinense*. Florianópolis: IHGSC.
- VAZ, R. A. (2012) Muralhas de esculápio, peles de São Lázaro: políticas públicas de combate à lepra em Santa Catarina (1936-1940) In: AMORA, A.M.G.A. (org.) (2012) *História da Saúde em Santa Catarina: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri/SP/Rio de Janeiro: Minha Editora/ FIOCRUZ, pp.131-173.
- VEIGA, C. G. (2007). *História da Educação*. São Paulo: Ática.
- VELLOSO, M. P. (1987) *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.
- VELLOSO, M. P. (2008) Os restos na história: percepções sobre resíduos. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 13 (3): 1953-1964, pp. 1953-1963.
- VELOSO, M., e MADEIRA, A. (1999). *Leituras brasileiras*. São Paulo: Paz e Terra.
- VEUREN, P. V. (1995). *Does it make sense to teach History through thinking skill? Inquiry Critical Thinking across the disciplines*. vol. 14, nº 3.
- VIDAL, A. (19??). A estranha Medicina dos Excretos. In: CARNEIRO, E. *Antologia do Negro Brasileiro* (pp. 117-118). Rio de Janeiro: Ediouro.
- VILHENA, L. R. (1997). *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FGV/FUNARTE.
- VIÑAO FRAGO, A. (2001) Por uma história da cultura escrita: observações e reflexões. In: *Cadernos do Projecto Museológico*, n. 77. Santarém: Escola Superior de Santarém, 2001.
- VINHAS DE QUEIROZ, M. (1966) *O messianismo e o conflito social a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VOZA, P. (2009) Intellettuali organici. In: VOZA; LIGUORI, G. *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci.
- WAGNER, A. P. (2002). *Diante da liberdade: vida de libertos em Nossa Senhora do Desterro*. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- WALKER, T. D. (2013). *Médicos, medicina popular e Inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora FIOCRUZ; Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBER, B. T. (1999). *As artes de curar: Religião, Magia e Positivismo na República Rio Grandense - 1889-1928*. Santa Maria/RS; Bauru/SP: Ed. da UFSM e EDUSC.

WELTER, T. (2018) *Encantado no meio do povo*. A presença do Profeta São João Maria em Santa Catarina. São Bonifácio/SC: Edições do Instituto Egon Schaden – IES.

WINOCK, M. (2000) *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

WINOCK, M. (2003) As ideias políticas. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora FGV, pp. 271-294.

WITTER, N. A. (2001) *Dizem que foi feitiço*: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: EDIPUCRS.

WOLFF, C. S. (1994) Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, nº 2, pp. 5-15.

ZUMTHOR, P. (2000) *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: EDUC.

Fontes bibliográficas – Oswaldo Rodrigues Cabral

CABRAL, O. R. (1924) *Parasitologia*. Curitiba: Manuscrito pelo autor.

CABRAL, O.R. (1927) O ensino de noções de higiene nas escolas públicas em Santa Catarina. In: *Anaes da Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário*. Florianópolis: Oficina e Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927;

CABRAL, O. R. (1929) *Problemas Educacionais de Higiene*: Trabalho para obtenção do grau de Doutor em Medicina à Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro; editado pelo autor.

CABRAL, O. R. (1937) *Santa Catharina: história e evolução*. São Paulo: Editora Nacional.

CABRAL, O. R. (1940) *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*: Separata da revista “Cultura Política do Rio de Janeiro”. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado.

CABRAL, O. R. (1955) *Da idade*: sobre aspectos sociais, jurídicos, médicos e médicos-legais do problema. Dissertação apresentada ao concurso de Professor Catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Florianópolis: editado pelo autor.

CABRAL, O. R. (1960) *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Editora Nacional.

CABRAL, O.R. (1942) *Medicina, Médicos e Charlatões do Passado*. Florianópolis: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina – Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1944) *Terra da Liberdade*: impressões da América. Curitiba: Editora Guaíra Ltda.

CABRAL, O.R. (1948) *Assuntos insulanos: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1950) *Os Açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1954) *Cultura e Folclore: bases científicas do Folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1957) A medicina Teológica e as Benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. CLX, ano XXIV, abr a jun. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo.

CABRAL, O.R. (1967) Discurso da Sessão Solene. In: OLIVEIRA, D. Joaquim de. *Factos do Áureo Jubileu Episcopal*. Florianópolis: EDUFSC, 1967.

CABRAL, O.R.; (1970a) *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Editora Laudes.

CABRAL, O. R. (1970b) *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, vol. 1.

CABRAL, O.R et al (1971b) *Povo e tradição em Santa Catarina*. Florianópolis: Ederme.

CABRAL, O.R. (1971a) *Nossa Senhora do Desterro: Notícia I*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1972a) *Nossa Senhora do Desterro: Notícia II*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1972b) *Nossa Senhora do Desterro: Memória I*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.

CABRAL, O.R. (1972c) *Nossa Senhora do Desterro: Memória II*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina.

CABRAL, O. R. (1972d) *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

CABRAL, O.R. (1977) Medicina, Médicos e Charlatães do Passado. In: *ACM, Revista Arquivos Catarinenses de Medicina*; Florianópolis: Edição Cultural, ano 1, nº 1 – abr.

CABRAL, O.R. (19??) *Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados e chácaras*. Porto: Livreiro Simões Lopes.

Jornais Impressos

A Imprensa, Joinville/SC.

A Notícia, Joinville/SC.

ANCapital, Florianópolis.

Diário da Tarde, Florianópolis.

Estadão, São Paulo.

Jornal de Alagoas, Alagoas.

O Apóstolo, Florianópolis.

O Estado de São Paulo, São Paulo.

O Dia, Curitiba.

O Estado, Florianópolis.

República, Florianópolis.

Revistas, Almanques, Folhetos, Outros

ACM - Revista Arquivos Catarinenses de Medicina; Florianópolis: Edição Cultural, ano 1, nº 1 – abr, 1977.

ACM - Revista Arquivos Catarinenses de Medicina; Florianópolis: Edição Cultural, ano 1, nº 2 – out, 1977.

CIÊNCIA HUMANAS, Florianópolis: vol. 42 abr/out de 2008;

JECA TATUZINHO, Monteiro Lobato, São Paulo: Melhoramentos, 1947.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, Rio de Janeiro: Tomo 35, 1949.

NOSSA HISTÓRIA, Medicina: os assustadores métodos de cura no Brasil, Ano 2, nº 21, julho, São Paulo: Editora Vera Cruz,

PERCURSOS: Revista do Centro de Ciência da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, FAED. vol. 1, n. 1. Florianópolis: Editora, 2000 – vol. 5, n. 1. Florianópolis: Editora, jan/jun. 2004.

Arquivos e Acervos

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Florianópolis/SC.

Arquivo Municipal Oswaldo Rodrigues Cabral, Florianópolis/SC.

Arquivo da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Acervo de obras raras da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Acervo Pessoal do Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, Florianópolis/SC.

Acervo Fotográfico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – IDCH da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Arquivo do Instituto de Identificação de Santa Catarina.

Entrevistas - Depoimentos

Sara Regina Poyares dos Reis, concedida pessoalmente ao autor em 8 de maio de 2017, em Florianópolis/SC.

Enrique Dussel, “El Giro Descolonizador” por Daniel Muñoz, disponibilizada em meio eletrônico em: <https://www.youtube.com/watch?v=mI9F73wIMQE>

Sítios eletrônicos

<http://www.brasiliana.com.br>

<http://pnem.museus.gov.br>

<http://museu.ufsc.br>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://ww.prossiga.br/chagas>

<http://www.bvschagas.coc.fiocruz.br>

<http://portalms.saude.gov.br>

<http://www.ufpr.br>

<http://www.scielo.br>

<http://noticias.ufsc.br>

<https://en.wikipedia.org>

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

<http://cascaes-desenhos-e-esculturas.exatosegundo.com.br>

<http://www.ufpr.br>

<http://www.analectica.org>

<https://www.youtube.com>

<http://www2.camara.leg.br>

<https://www1.folha.uol.com.br>

<http://nea.ufsc.br/>

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000004.pdf>